

**MARLENE GRADE**

**FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ E AGRECO COMO  
ESPAÇO TRANSITÓRIO: GERMINANDO A ESPACIALIZAÇÃO DE  
RELAÇÕES SOLIDÁRIAS EM SANTA CATARINA**

Florianópolis  
2006

**Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-graduação em Geografia**

**MARLENE GRADE**

**FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ E AGRECO COMO ESPAÇO  
TRANSITÓRIO: GERMINANDO A ESPACIALIZAÇÃO DE RELAÇÕES  
SOLIDÁRIAS EM SANTA CATARINA**

**Orientador: Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued**

**TESE DE DOUTORADO**

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, janeiro de 2006.



**FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ E AGRECO COMO ESPAÇO  
TRANSITÓRIO: GERMINANDO A ESPACIALIZAÇÃO DE RELAÇÕES  
SOLIDÁRIAS EM SANTA CATARINA**

**MARLENE GRADE**

Coordenador: Prof. Dr. Carlos José Espíndola

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Doutor em Geografia.

Presidente: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued (UFSC)

Membro: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Renato Kilpp (UFCG)

Membro: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (UEPG)

Membro: \_\_\_\_\_

Prof. Dr<sup>a</sup>. Walquíria Krüger Corrêa (UFSC)

Membro: \_\_\_\_\_

Prof. Dr<sup>a</sup>. Margareth Castro Afeche Pimenta (UFSC)

Suplente: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Luís Fernando Scheibe (UFSC)

Florianópolis-SC, 23 de fevereiro de 2005.

À meus pais, Arthur e Hildegart e a Cezar,  
sem os quais nada haveria.

## AGRADECIMENTOS

À energia do universo pela inspiração e por me fazer perceber a magnitude e a beleza da vida em todos os seus pequenos nuances, para além da tese.

Ao Idaleto por em todos os meus caminhos ter indicado a reflexão e pela confiança na minha capacidade de realizar a “arte da tese”.

Aos amigos: Samya, João, Miguel (ausente deste mundo) por todas as trocas de idéias durante esses últimos anos.

À Maria Lília por toda sua energia boa e por me mostrar um caminho, fazendo-me acreditar e confiar em minha própria força.

Ao Curso de Pós-graduação em Geografia pela calorosa acolhida e em especial aos professores, Walquíria, Scheibe, Margareth, Eriberto, Joel e a secretária Marli, por todos os esclarecimentos e pela amizade.

A todos os entrevistados por sua disposição em partilhar suas visões e experiências de vida, tanto no Morro do Maciço como na Agreco. Especialmente as contribuições de Pe. Vilson Groh e de Wilson Schmidt, sem as quais a realização deste trabalho não ocorreria.

A Eduardo e Daniela pelo auxílio que deram na correção deste trabalho.

Ao CNPQ por ter concedido uma bolsa de doutorado.

Ao apoio institucional do Departamento de Economia da UFRR cuja liberação no semestre 2005.2 foi imprescindível para a conclusão desta tese.

A despeito de todas as agruras vividas em virtude do “realismo cínico do capital”, o período de elaboração desta tese foi muito especial. O carinho e o amor de/por Cezar fez a diferença. A solidariedade de Lourdes, Ingo, Idaleto, Samya, João, atenuaram os momentos difíceis.

Um galo sozinho não tece uma manhã:  
Ele precisará de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
E o lance a outro; de um outro galo  
Que apanhe o grito que um galo antes  
E o lance a outro; e de outros galos  
Que com muitos outros galos se cruzem  
Os fios de sol de seus gritos de galo,  
Para que a manhã, desde uma teia tênue,  
Se vá tecendo, entre todos os galos.  
E se encorpando em tela, entre todos,  
Se erguendo tenda, onde entrem todos,  
Se entretendo para todos, no toldo  
(a manhã) que plena livre de armação.  
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo  
Que, tecido, se eleva por si: luz balão.  
João Cabral de Mello Neto

## RESUMO

O pressuposto de nosso estudo é a caracterização dos elementos produzidos pela sociedade capitalista e que se constituem em pré-condições materiais e sociais para uma sociedade superior à burguesa. Partiu-se das condições dadas atuais legadas aos homens pelas gerações passadas: 1 - os homens produtores diretos não encontram mais possibilidades de se reproduzir como força de trabalho ao capital, desvalorizam-se; 2 - o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção impossibilitam o retorno a estágios anteriores da reprodução humana e sua operação só pode ser socialmente; e 3 - uma imensa massa de riqueza confronta-se com os produtores diretos. Para superar essas contradições os homens produtores diretos lutam por se manterem vivos. Evidenciou-se essas lutas em alguns experimentos singulares no estado de Santa Catarina no final do século XX e início do século XXI: o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, na cidade de Florianópolis, a Agreco, na região sul de Santa Catarina e o Fórum de Economia Solidária, unindo estes dois espaços, buscando ressaltar os elementos que se têm apresentado como possibilidade de construção de uma sociedade superior a capitalista, mesmo que transitórios. Esses experimentos expressam singularmente os limites à reprodução dos homens produtores diretos pelo capital que se tecem em luta para superar sua condição de homens desvalorizados, o espaço em construção é o espaço da transitoriedade que encontra na solidariedade seu novo nexos. Nesse sentido apresentou-se como característica singular engendrado pela materialidade do modo de produção capitalista o ato teleológico do capital em sua fase madura, nele os homens burgueses atuam no presente em função de um futuro esperado. Esse elemento é o que permite aos homens desvalorizados pelo capital lutarem conscientemente por uma sociedade de novo tipo. Assim, a partir do mais alto grau de desenvolvimento das forças produtivas burguesas, o ato teleológico para uma nova sociedade só poderá ser concebido como uma tentativa de superação da ordem vigente. Esses experimentos evidenciam-se contraditórios: não conseguem mais ser o que foram, porém não conseguem, ainda, saber o que serão, evidenciando que os homens não se fazem como desejam, mas sim como a história lhes permite. Porém, a vida tem que ser vivida todos os dias, e assim o fazendo os homens desvalorizados pelo capital engendram os alicerces de uma sociedade do vir-a-ser. Nosso estudo é por desvelar esses elementos transitórios para uma sociedade superior à capitalista nos experimentos reais no estado de Santa Catarina. A base teórica de nosso estudo é a formulação do professor Dr. Idaletto Malvezzi Aued do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem por fundamento a teoria de Karl Marx e que se manifesta numa geografia do espaço transitório do capitalismo ao comunismo.

## ABSTRACT

This study is based on the characterization of the elements produced by a capitalist society and that make up the material and social pre-requisites for a society superior to the bourgeois. The conditions used were the current inherited by men through the past generations: 1 – the men direct producers no longer find the possibilities of reproducing as workforce to the capital, lose value; 2 – the development level of the productive forces and of the social relations of production make it impossible for the return to stages prior to the human reproduction and its operation can only be achieved socially; and 3 – an immense wealth mass confront direct producers. In order to surpass these contradictions the men direct producers fight to keep alive. These fights were seen in some experiments in the southern state of Santa Catarina in the late 20<sup>th</sup> century and early 21<sup>st</sup> century: the Fórum do Maciço do Morro da Cruz, in Florianópolis, the Agreco, in the southern region of Santa Catarina and the Fórum de Economia Solidária, linking these two spaces, in the pursuit of highlighting the elements which have been presented as the possibilities of building a society superior to the capitalist, even if transitory. These experiments express the limits of the reproduction of the men direct producers by the capital that fight together to surpass the conditions of the undervalued men. The space under construction is transitory in the solidarity of its own nexus. In this respect, the teleological act of the capital in its mature phase has been presented as the single characteristic brought about by the materiality of the capitalist mode of production; in it, the bourgeois men act in the present aiming at an expected future. This element is the one which allows the men undervalued by the capital to fight consciously for a society of the new kind. Thus, from the highest development level of the bourgeois productive forces, the teleological act for a new society will only be conceived as an attempt to surpass the present order. These experiments are presented as contradictory: they cannot be what they once were, and they cannot be what they will be, showing that men do not do as they wish, but as history allows them to. Life has, however, to be lived every day, and in so doing the men undervalued by the capital build the foundations of a future society. Our study aimed at revealing these transitory elements to a society superior to the capitalist in the real experiments in the state of Santa Catarina. The theoretical framework used for our study is the one proposed by Professor PhD. Idaleto Malvezzi Aued, who uses Karl Marx's theory as the basis and which is manifested in a geography of transitory space from capitalism to communism.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis.....	40
Mapa 2: Mapa de localização de algumas comunidades do Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis.....	59
Mapa 3: Evolução das superfícies urbanizadas entre 1978 e 2002 .....	71
Mapa 4: Mapa dos Assentamentos Precários do Maciço .....	74
do Morro da Cruz de Florianópolis .....	74
Mapa 5: Mapa do Uso da Terra em 2002 do Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis .....	87
Mapa 6: Localização do Município de Santa Rosa de Lima, sede da Agreco e de outros municípios de atuação da Agreco .....	164
Mapa 7: Bacias Hidrográficas do estado de Santa Catarina.....	166
Mapa 8: Bacias Hidrográficas e Municípios das Encostas da Serra Geral.....	167

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Limites do Maciço do Morro da Cruz .....	56
Figura 2 - A subdivisão da cidade em Unidades Espaciais de Planejamento (UEP's) .....	57
Figura 3: Seqüência evolutiva da expansão urbana.....	70
no Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis – 1978 a 2002 .....	70
Figura 4: Evolução da superfície construída 1992 a 2002 na área central .....	72
de Florianópolis e no Maciço do Morro da Cruz .....	72
Figura 5: Assentamentos precários.....	80
Figura 6: Organograma do Fórum do Maciço do Morro da Cruz .....	152
Figura 7: Localização da Bacia do Rio Cubatão, em verde.....	166
Figura 8: Organograma simplificado da Agreco .....	206
Figura 9: Localização e representação das unidades agroindustriais, agroturísticas e gerenciais implementadas a partir da Agreco .....	221
Figura 10: Cenas diversas das Agroindústrias.....	223
Figura 11: Logomarca da “Acolhida na Colônia” .....	228
Figura 12: Circuito de agroturismo .....	230
Figura 13: Cenas relacionadas ao Agroturismo.....	233



## LISTA DE FOTOS

Foto 1: Hospital de Caridade e Morro da Mariquinha.....	41
Foto 2 - Centro de Florianópolis na primeira metade do século XX.....	49
Foto 3 - Mercado Público de Florianópolis na primeira metade do século XX .....	50
Foto 4 - A construção do reservatório de água.....	50
Foto 5: Ponte Hercílio Luz em Construção .....	51
Foto 6: Maciço Central de Florianópolis – vista do lado Oeste .....	60
Foto 7: Morro do Mocotó .....	60
Foto 8: Morro Mont Serrat .....	61
Foto 9: Morro do Horácio.....	61
Foto 10: Morro José Mendes .....	62
Foto 11: Saco dos Limões e Alto da Caeira .....	62
Foto 12: Morro da Queimada .....	63
Foto 13: Morro da Caeira .....	63
Foto 14: Casas no Morro do Mocotó.....	64
Foto 15: Casas no Morro da Penitenciária .....	64
Foto 16: casas no Morro Alto da Caieira.....	65
Foto 17: Trecho preservado do rio Cubatão .....	168
Foto 18: Corredeiras do Rio Cubatão .....	168
Foto 19: ao fundo as Encostas da Serra Geral .....	169
Foto 20: Encostas da Serra Geral vista da localidade de Santa Bárbara .....	169

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 : Evolução da população de Florianópolis de 1900 a 2000 .....	69
Tabela 2 – Crescimento da população nas favelas e de seu número em Florianópolis .....	76
Tabela 3: Comunidades carentes no Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis – 1993 .....	79

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização das unidades da Rede Agreco de Agroindústrias .....	222
Quadro 2: Caracterização dos empreendimentos agroturísticos ligados à Acolhida na Colônia, em Santa Rosa de Lima .....	232

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1 A CIDADE DE FLORIANÓPOLIS E O MACIÇO DO MORRO DA CRUZ.....</b>	<b>39</b>
1.1 Localização geográfica.....	39
1.2 Florianópolis: constituição histórica.....	41
1.3 Maciço do Morro da Cruz: percurso dos pobres da cidade de Florianópolis.....	54
1.4 Fases de manifestação e desenvolvimento do processo capitalista de produção em Florianópolis e no Maciço Central do Morro da Cruz.....	89
<b>2 FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ.....</b>	<b>93</b>
2.1 Introdução.....	93
2.2 O Maciço do Morro da Cruz, organizando-se conscientemente: um caminho transitório.....	96
2.3 A construção de um espaço coletivo .....	97
2.3.1 Cedep – um percurso coletivo .....	100
2.3.2 A experiência dos projetos Oficinas do Saber; Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó e Travessia .....	102
2.3.3 O Projeto Magistério Popular .....	105
2.3.4 O Projeto Pré-Vestibular da Cidadania .....	106
2.4 Outro percurso coletivo fazendo-se solidariedade: o Fórum do Maciço do Morro da Cruz .....	109
2.4.1 Primeira questão: o lixo .....	113
2.4.2 Enfrentando a violência e outras questões gerais: Fórum e poder público .....	115
2.4.3 O Fórum do Maciço definindo-se: o que fazer? .....	119
2.4.4 Geração de trabalho e renda e o “Jornal Comunitário Garapuvu” .....	123
2.4.5 Movimento dos Trabalhadores Oriundos dos Quilombos (MTOQ) .....	126
2.4.6 A Comissão Intersetorial: outra vez os órgãos públicos .....	129
2.4.7 A criação de uma Agência de Desenvolvimento Social e Solidário: a ADESS.....	134
2.4.8 Os Grupos de Trabalhos (GTs).....	137
2.4.9 A Comissão de Educação .....	138
2.4.10 A escola aberta e a escola integral.....	145
2.4.11 O Programa Saber e Sabor .....	147
2.4.12 A Elaboração de um Plano Diretor Alternativo.....	148
2.5 Estrutura do Fórum do Maciço.....	152
2.6 O Fórum do Maciço do Morro da Cruz como espaço transitório.....	155
<b>3 AGRECO: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....</b>	<b>163</b>
3.1 Santa Rosa de Lima – o início de tudo .....	163
3.1.1 O Município de Santa Rosa de Lima: localização e considerações gerais.....	163
3.2 O processo de colonização: construindo a história.....	171
3.3 Organizando a produção: as primeiras formas de subsistir .....	175
3.4 Nova forma: a união para a produção da existência.....	188
<b>4 A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES ECOLÓGICOS DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL: A AGRECO – O INÍCIO DE UM PROCESSO COLETIVO.....</b>	<b>193</b>
4.1 O fazer-se Agreco – os primeiros passos.....	197
4.2 O Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, Piomer: A Agreco ampliando seu território.....	207

4.3 Novos desafios fazem-se à implementação dos condomínios.....	214
4.4 O Programa Desenvolver: orientação técnica à Agreco.....	224
4.5 Constituição de um Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral .....	225
4.6 Acolhida na Colônia – a agricultura familiar transformando-se em mercadoria .....	227
4.7 Cooperativa de Crédito Rural para financiar o desenvolvimento local.....	234
4.8 Projeto Vida Rural Sustentável: em vista o empreendedorismo associativo.....	234
4.9 Cooperativa de Profissionais (Aliar): prestadores de serviços no campo da sustentabilidade .....	236
4.10 A Certificação da Agreco: reconhecendo-a como uma produção ética e saudável.....	237
4.11 A aposta na agricultura sustentável e orgânica.....	238
4.12 Merenda Escolar Orgânica para escolas públicas - nexos campo-cidade - O mercado Institucional .....	241

## **5 FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESPACIALIZAÇÃO DE RELAÇÕES**

<b>SOLIDÁRIAS .....</b>	<b>245</b>
5.1 A constituição do Fórum de Economia Solidária como um novo espaço .....	245
5.2 Significando sua existência como transitoriedade.....	249
5.3 “Pacto de Territorialidade”: criação e afirmação do Fórum de Economia Solidária – construindo uma relação entre a cidade e o campo .....	257
5.4 O Programa Saber e Sabor – a materialidade de um novo espaço em constituição .....	262
5.5 Afirmando-se o novo espaço: encontros entre a cidade e o campo.....	268
5.6 O novo espaço afirmando-se nos espaços sociais constituídos: O Projeto Pré-Vestibular da Cidadania.....	274
5.7 Outros espaços evidenciando-se: o curso de pós-graduação .....	277
5.8 Espacialização das utopias em ações concretas.....	279
5.9 Outra espacialização do Fórum de Economia Solidária: as cestas de produtos orgânicos .....	281
5.10 Como possibilitar ao homem trabalhador direto desvalorizado o acesso às cestas de produtos orgânicos?.....	293
5.11 Central de Abastecimento: nova universalidade?.....	296
5.12 Uma nova singularidade tomando corpo no Fórum: o Grupo de Trabalho da Economia Solidária.....	309
5.13 Ainda resta um caminho: caminhar .....	316

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....320**

6.1 Economia Solidária: recriando o espaço anticapitalista no Brasil.....	328
6.1.1 Paul Singer e a constituição de “novo modo de produção”.....	330
6.1.2 Contribuição crítica à economia solidária .....	343
6.2 A luta dos homens produtores diretos nos espaços transitórios do Fórum do Maciço, da Agreco e do Fórum de Economia Solidária: singularidades e universalidades de relações solidárias.....	356

## **REFERÊNCIAS .....390**

## INTRODUÇÃO

O ideário de constituição de uma sociedade harmônica povoa, há séculos, o imaginário humano. Muitos foram os estudiosos que se debruçaram sobre os experimentos sociais para construí-la idealmente, entre eles estão Platão, com *A República*; Thomas More, com sua *Utopia*; Francis Bacon, com a *Nova Atlântida* e Tommaso Campanhella, com a *Cidade do Sol*. As idealizações destes autores encontram-se em cidades imaginárias que organizam a vida ao redor de uma estrutura social na qual todas as pessoas teriam suas tarefas e seu espaço específico, possibilitando a todos os homens reproduzirem a sua existência. O que havia de comum nesses lugares utópicos, é que neles o trabalho organizava a vida das pessoas. Entretanto, também faz parte da formação do pensamento ocidental a idéia de trabalho como sofrimento, conforme atestam os escritos gregos. É com o trabalho, as doenças e a miséria que Zeus castiga os homens beneficiados por Prometeu com o fogo sagrado<sup>1</sup>; também no livro do Gênesis<sup>2</sup>, após comer o fruto da ciência do bem e do mal, o homem é expulso do paraíso e obrigado a garantir seu sustento com o suor do seu corpo, desta forma, no mundo de diversas religiões, o trabalho é visto como uma praga divina.

Mas esses ideários, apesar de serem buscas por uma outra sociedade, não passam de construções do imaginário. Entretanto, a humanidade caminha pelos experimentos reais tendo como base as condições dadas e suas superações, as quais chamamos de crítica empírica<sup>3</sup>. Diferentemente dessas ideações, o que buscamos neste estudo é a caracterização dos elementos produzidos pela sociedade capitalista que se constituem em pré-condições materiais e sociais para uma sociedade superior à burguesa, mais avançada em forma e conteúdo ou que a sua forma seja o seu próprio conteúdo, sem classes sociais, nela pensa-se o trabalho enquanto atividade criativa e não como elemento organizador da vida. Para tal usaremos como base analítica formulações do filósofo alemão do século XIX, Karl Marx e de

---

<sup>1</sup> Mito de Prometeu: diz a mitologia grega que Prometeu foi encarregado por Zeus de criar o primeiro homem, ele, a partir do barro, cria Epimeteu, o primeiro homem a andar na face da terra. Preocupado com a sua criação, Prometeu resolve lhe ensinar um segredo divino da manipulação do fogo que facilitou enormemente a vida de Epimeteu. Zeus ao descobrir que um segredo divino havia sido revelado ao homem impõe um castigo a Prometeu. Pendura-o em um penhasco com o fígado exposto, diariamente uma águia lhe devorava o fígado. Toda noite o fígado se regenerava e durante o dia a águia o devorava. O Mito de Prometeu tem sido muito utilizado para expressar a condição do trabalho humano, no modo de produção capitalista, como uma espécie de castigo divino, ao qual os homens estão condenados. Também o mito de Sísifo, condenado a rolar eternamente uma pedra até o cume da montanha e toda vez que lá chega, a pedra retorna à base (MEUNIER, 1989)

<sup>3</sup> Crítica empírica, ver: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família ou A crítica da Crítica crítica*. São Paulo: Boitempo, 2003.

análises do professor Idaleto Malvezzi Aued, que tem seus estudos voltados para a apreensão de um geografia do espaço transitório do capitalismo ao comunismo e que se fundamenta no pensamento marxista.

A forma de contrapor-se ao capitalismo faz-se através da crítica empírica (experimento real) e não como filosofia (discurso). A crítica ao modo de produção capitalista faz-se na produção, ou seja, buscando implementar na produção e reprodução da vida uma outra racionalidade que substitua a capitalista. A expressão ideal da crítica empírica ao modo de produção capitalista teve início no continente europeu com os socialistas utópicos, assim nomeados por Karl Marx<sup>4</sup>. Dentre eles destacam-se Charles Fourier (1772-1837), Robert Owen (1770-1858), Pierre Joseph Proudhon (1809-1865). O mais importante deles como construtor de experimentos reais foi Robert Owen, que deu origem ao movimento owenista fundando diversas cooperativas administradas coletivamente, e Proudhon, que elaborou teoricamente um completo sistema de organização para uma sociedade autogestionária.

Exemplos desta fase inicial são, entre outros, as Aldeias Cooperativas de Robert Owen, que resultaram na criação das cooperativas owenistas como a London Co-operative Society que reunia um grupo de jornalistas e gráficos em Londres, em 1821 e 1822 publicaram o *The Economist*, o primeiro jornal cooperativo; e os Falanstérios de Charles Fourier (exemplo: colônia de Sai no Norte do estado de Santa Catarina). Estas críticas empíricas ao modo de produção capitalista eram o movimento socialista.

De tal forma que muitos são os experimentos, enquanto crítica empírica, portanto reais, na busca pela construção de uma outra sociedade que se contrapõe à sociedade burguesa e que apontam seus limites históricos à reprodução dos homens produtores diretos. Vamos neste trabalho tratar especificamente de duas formas: o Fórum do Maciço do Morro da Cruz<sup>5</sup> e a Agreco<sup>6</sup> (Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral) e, ainda, uma terceira que surge da unidade de ambas: o Fórum de Economia Solidária<sup>7</sup>.

Nossa hipótese é a de que nesses espaços singulares: o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, a Agreco e o Fórum de Economia Solidária, os limites a produção da vida burguesa estão explicitados e que neles podem estar sendo germinados elementos singulares, expressos em relações solidárias, de uma nova sociedade superior à capitalista como espaço transitório.

<sup>4</sup> MARX, Karl. ENGELS, Friederich. Manifesto do Partido Comunista. 7ª ed. São Paulo: Global, 1988.

<sup>5</sup> Fórum do Maciço do Morro da Cruz: movimento social organizado nas comunidades de periferia urbana no Município de Florianópolis para resolver as contradições sociais as quais (os homens...) encontram-se submetidos como a violência, o narcotráfico e a sua desvalorização como força produtiva para o capital.

<sup>6</sup> Agreco: Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, organização social entre produtores diretos do campo, em alguns municípios localizados nas Encostas da Serra Geral, no sul do estado de Santa Catarina.

<sup>7</sup> Fórum de Economia Solidária: unidade entre a Agreco e o Fórum do Maciço do Morro da Cruz buscando encaminhar processos para o desenvolvimento de ambos os territórios e superar as condições dadas em que se encontram.

Neste sentido, importa verificar quais são os elementos do espaço transitório, e se eles constituem-se como união solidária dos homens em detrimento da lógica do processo de produção capitalista, ainda que em processo do *vir-a-ser*.

Em busca desse novo em gestação, Milton Santos (2003, p.141) explica que, na história, o novo se dá, freqüentemente, de modo quase imperceptível, “suas sementes começam a se impor quando o velho ainda é quantitativamente dominante”. Sendo “exatamente por isso que a “qualidade” do novo pode passar despercebida”.

Dessa forma, ousa-se “pensar que a história do homem sobre a Terra”, enquanto tempo das possibilidades efetivamente criadas (aquilo que a sua época cada geração encontra disponível marcando-a pela irrupção de novos objetos, ações, relações e idéias), “dispõe afinal das condições objetivas, materiais e intelectuais, para superar o endeusamento do dinheiro e dos objetos técnicos e enfrentar o começo de uma nova trajetória” (SANTOS, 2003, p.173). Para Santos o destino do mundo atual, “como disponibilidade e como possibilidade”, dependerá de como essas condições “serão aproveitadas pela política”. Aponta que:

a mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano. Basta que se completem as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana (Idem, p. 174).

Assim como para Milton Santos, para nós também o novo só emerge da velha sociedade. Porém, pressupomos que a nova forma de os homens produzirem sua existência não nasce na velha sociedade, mas sim de sua decomposição. A decomposição da velha sociedade libera elementos que indicam a necessidade e a possibilidade de uma outra sociedade superior a precedente.

Muitas são as evidências da degeneração do modo de produção capitalista, mas elas não se constituem em objetos de nossos estudos, buscamos, isso sim, os elementos que dele emergem e que nos indicam que os homens estão buscando construir conscientemente sua existência, ainda que dentro da velha sociedade burguesa.

O Fórum do Maciço do Morro da Cruz, a Agreco e o Fórum de Economia Solidária são experimentos sociais que apontam o limite ao modo de produção capitalista e constroem possibilidades novas, tendo na solidariedade seu novo nexos. Nosso objetivo é, por conseguinte, verificar se está ocorrendo a espacialização do novo e como ele vem sendo tecido nesses experimentos ainda que embrionariamente.

Muitas são as experiências da construção de sociedades que se pretendem superior à capitalista, como foi a da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e é a da China



e a de Cuba. Muitos estudiosos destacam os elementos desta nova sociedade como Stephen F. Cohen, Charles Bettelheim, E. H. Carr e Idaeto M. Aued<sup>8</sup>. No entanto, observar se novos elementos, embora ainda em processo de espacialização, germinam em um espaço que se evidencia como sendo o mais desenvolvido desta sociedade pela sua negatividade, nas áreas que compõem o Fórum do Maciço e a Agreco que envolvem os homens produtores diretos desvalorizados residentes na periferia urbana da cidade de Florianópolis (SC), nas Encostas do Maciço do Morro da Cruz (tratado nos Capítulos I e II) e os homens produtores diretos desvalorizados do campo, habitantes dos municípios das Encostas da Serra Geral (SC), (Capítulo III e IV), enquanto espaços da degeneração progressiva do capital, não têm sido uma prática teórica normal e comum. Entretanto é nestes espaços, também, que se tem indicado a possibilidade da emergência do novo para além dos moldes burgueses de produção da vida como salário, lucro/juro e renda da terra.

Nosso objetivo está, portanto, em evidenciar no Fórum do Maciço do Morro da Cruz, na Agreco e no Fórum de Economia Solidária os elementos que se têm apresentado como possibilidade de construção de uma sociedade superior a capitalista, ainda que transitórios, levando em consideração o atual grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Fatores que impossibilitam o retorno a estágios anteriores da reprodução humana e que aguçam a luta de classes no interior da sociedade burguesa.

Assim é que, para compreender as características da nova sociedade que se apresenta como uma possibilidade em luta naqueles experimentos singulares, é essencial destacar o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social engendradas pelo modo de produção capitalista. Elas “são os únicos fatores capazes de constituir a base real de uma forma social superior, tendo por princípio fundamental o desenvolvimento livre e integral de cada indivíduo” e demonstrar que as relações sociais burguesas já não parecem ser mais capazes de garantir a produção e a reprodução dos homens, evidenciando a essência do modo de produção capitalista que se faz na produção contraditória de riqueza e barbárie sociais, potencializando a luta entre as classes proprietárias e não-proprietárias dos meios de produção (MARX, 1985, p.688, l. 1, v. II).

Os homens produtores diretos no Fórum do Maciço do Morro da Cruz e na Agreco têm esperança de que se unindo podem alcançar seus objetivos, sair da degeneração em que se encontram. A questão que nos aparece então é: por que há essa esperança na união, na luta em

---

<sup>8</sup> COHEN (1976); BETTELHEIM (1979); CARR (1981); AUED (1996).

cooperação entre os homens? Por que a união dos homens produtores diretos, nesse tempo histórico, aparece como uma possibilidade para além da individualidade burguesa?

Buscando uma indicação em Marx, bem como nas reflexões de Aued, percebemos que no modo de produção capitalista a união dos homens, fundamento do ser social, faz-se como capital. Porém, a união entre os homens não é fenômeno exclusivo do modo de produção capitalista, ela se constitui no elemento ontológico do homem construindo-se como homem humanizado desde seu nascimento. Dos primeiros momentos de sua existência sobre a Terra, quando a união processava-se naturalmente, até a atualidade, onde a união entre os homens se universaliza por diversos processos sociais. Mas qualquer que seja o processo, a união entre os homens materializa-se em forças produtivas. Anterior à constituição do modo de produção capitalista, a força produtiva mais desenvolvida, ainda enquanto trabalho isolado e disperso em que o homem adapta e transforma a natureza segundo as suas necessidades, usando sua habilidade, destreza e número quantitativo, encontrava-se na pequena produção camponesa e artesanal. A união de uns com outros homens para a produção da vida ocorria esporádica e eventualmente, como foram os casos da construção de grandes diques, da construção das pirâmides, das igrejas ou na caça de grandes animais. A cooperação naquele grau do desenvolvimento das forças produtivas não se constitui em base produtiva para a universalização e igualdade entre os homens.

Naquela época, o uso da cooperação fazia-se eventualmente, assim foi o trabalho individual que organizou a vida dos homens como artesões e camponeses. Essa forma de trabalho produzia diferenças entre os homens materializadas em cada objeto, que moldados em diferentes lugares, trazia a marca dessa individualidade.

A forma de conexão geral entre todos os homens nesse tempo era possibilitada pela troca, através do comércio. Embora os homens continuassem a produzir suas vidas através do trabalho isolado ou em cooperação esporádica, o comércio passa a expandir-se, ainda em grau diminuto, mas já mostra sua superioridade homogeneizando os homens que vendiam para comprar, isto é, produziam um excedente que levavam ao mercado, como mercadorias, e as trocavam pelo excedente produzido por outros homens, o dinheiro nesta época tinha como objetivo facilitar as trocas diretas. Entretanto, um novo agente social interpõe-se nesse meio e passa a comprar para vender e o faz por preços distintos, não se vincula a produção ou ao consumo, este homem nada cria, nada produz. A troca transforma-se nos fios que conectam a sua lógica todos os homens, sua manifestação se faz pelas formas da mercadoria e do dinheiro. As relações sociais criadas sob essa base conectam homens livres, autônomos, independentes, proprietários privados mercantis (individuais) do produto do seu trabalho.

Antes, na troca direta, o pressuposto era a mercadoria, o dinheiro servia para fazê-la circular. Aqui, o pressuposto é o dinheiro, a mercadoria aparece como o meio da sua valorização. Desta forma se faz manifestar o que Marx chama de capital em geral. Os trabalhos individuais, concretos, enquanto valores-de-uso transmutam-se em trabalho social, trabalho em geral, trabalho humano abstrato que nega o seu caráter até então de trabalho próprio, individual, específico.

O trabalho social é gerado quando o produto do trabalho do produtor direto passa ser o meio de conexão com todos os outros produtores diretos na forma de mercadoria, circulação de riqueza como valor.

Este novo agente social que se interpôs no meio dos produtores diretos produz sua existência pelo trabalho dos outros, pela troca, não cria nada. Este homem não rouba, não cobra renda da terra, não trabalha. A troca, mera formalidade, é o meio pelo qual se conquista a propriedade do outro. Valoriza a sua riqueza sem dar nada em contrapartida. Seu lugar é a mobilidade, mero fluxo, é transformar dinheiro em mais dinheiro, sem o movimento a relação morre. Nesse processo, o trabalho humano abstrato se transforma em capital e os homens que personificam esse novo agente social são os capitalistas.

Na busca de seu movimento constante, sem o qual sucumbe, o capital estimula e impulsiona, quantitativa e qualitativamente, o desenvolvimento da conexão entre os homens que se relacionam através da compra e da venda do produto do seu trabalho. Com essa dinâmica, o mundo do trabalho individual é subsumido pelo mundo do capital e uma nova determinação lhe é imposta. A nova forma social, o capital, nasce, desenvolve-se e reproduz-se no interior das relações mercantis. Faz emergir os limites daquelas relações e determina, historicamente, que a sua lógica se expanda.

Quando esta relação social, que tem seu dinamismo dado pelos capitais comercial e usurário, penetra no processo produtivo é que temos então a relação capitalista propriamente dita. As categorias mercadoria e dinheiro, compra e venda, são as mesmas, mas não mais materializam aquela forma de produção da vida, a dinâmica agora é dada pelo capital.

Ao se introduzir o capital no processo produtivo tem início a divisão do trabalho no interior das oficinas conectando os homens de uma forma até então desconhecida, e o modo de produção capitalista manifesta-se. “Nasce quando são concentrados numa oficina, sob o comando do mesmo capitalista, trabalhadores de ofícios diversos e independentes, por cujas mãos tem de passar um produto até seu acabamento final” (MARX, 1994, p.136, l.1, v.I).

O primeiro estágio da unidade humana como universalidade dá-se no modo burguês de produção da existência dos homens e, historicamente, manifestou-se como a forma

manufatureira. A cooperação que emerge nesse processo manufatureiro funda-se na divisão do trabalho e adquire sua forma clássica. Na manufatura concentram-se, numa mesma oficina, ou trabalhadores de ofícios diferentes e independentes ou trabalhadores que executam “a mesma espécie de trabalho”. Com a manifestação dessa forma de produção da vida, que “se origina e se forma” a partir do artesanato, os homens artesãos perdem sua independência, tornam-se especializados, amarrando-se “apenas à operações parciais do processo de produção de uma única mercadoria”, a se fazerem homens trabalhadores assalariados. Ou ainda, da decomposição do ofício, amarrando-se em “diferentes operações particulares, isolando-as e individualizando-as para tornar cada uma delas função exclusiva de um trabalhador especial”. A manufatura, primeira forma burguesa de cooperação humana, torna-se, como resultado final, “um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos” (MARX, 1994, p.386-89, l.1, v.I).

A manufatura aparece assim, como a primeira forma que transforma em comum, em aspecto natural geral, a união dos homens. No interior do processo produtivo manufatureiro os homens se unem e ao fazê-lo produzem suas vidas socialmente. Essa união cria uma força produtiva que aparece como natural, uma força produtiva social que se materializa em meios de produção. O comum aqui é a união entre os homens que engendra como seu produto a força social do trabalho, o trabalho social médio, o trabalhador social médio. Unidade padrão que o capitalista se apropria sem nada dar em contra partida. Ou seja, o produto da união dos homens vira pressuposto, adquire vida, a que todos devem se adequar. É uma forma revolucionária posta na produção da existência humana. O modo de produção capitalista, forma-se, assim, como a primeira forma histórica da explicitação da natureza humana contida na união dos homens. Forma que permite ao homem trabalhador emancipar-se do seu Ser trabalhador (AUED, 2005). Isto é, os aspectos do trabalho que não se constituem em essência humana vão sendo paulatinamente, no modo de produção capitalista, materializados, objetivados.

O que une os homens é a separação entre os meios de produção e a força de trabalho. Vêm-se obrigados a venderem a si mesmos aos capitalistas para a produção da existência através do trabalho assalariado. Assim, a união dos homens no modo de produção capitalista, sua cooperação, faz-se em capital e se manifesta como capital. Tem-se aí um duplo desenvolvimento, o desenvolvimento como acumulação de capital e o desenvolvimento humano, a constituição do ser social, mesmo na forma burguesa. À medida que o ser trabalhador objetiva-se em coisas, a essência verdadeiramente humana que está na união dos

homens, explicita-se. Ao explicitar-se exige que cada vez mais os homens construam em si novas faculdades para a apropriação da totalidade das forças produtivas existentes.

No período capitalista manufatureiro, Marx (1994, p. 389-90, l.1, v.I) explica que a divisão manufatureira do trabalho é uma espécie particular de cooperação. Muitas de suas vantagens decorrem não dessa forma particular, mas da natureza geral da cooperação. Em assim se processando, a cooperação humana dá origem ao trabalhador coletivo, este constitui-se no mecanismo vivo da manufatura formado por trabalhadores parciais, limitados, modificando a forma de produção da existência humana, baseada no artesanato, para esta nova forma, a manufatureira. Com ela ou produz-se em menos tempo ou eleva-se a força produtiva do trabalho, em comparação com os ofícios independentes. Ao amarrar os homens trabalhadores assalariados em um único ofício, parcializando o trabalho, leva à sua especialização. Processo que também desvela o homem para si mesmo, como possibilidade de construir-se como homem humanizado, para além do homem trabalhador assalariado.

Assim se constituindo, explicita-se que “a manufatura produz realmente a virtuosidade do ‘trabalhador mutilado’, ao reproduzir e levar sistematicamente ao extremo dentro da oficina, a especialização natural dos ofícios que encontra na sociedade” e transforma o “trabalho parcial em profissão eterna de um ser humano”. Em assim se fazendo a manufatura capitalista subsume formalmente o trabalho em si mesma (MARX, 1994, p.390, l.1, v.I). E, “originariamente, o trabalhador vendia sua força de trabalho ao capital por lhe faltarem os meios materiais para produzir uma mercadoria. Agora, sua força individual de trabalho não funciona se não estiver vendida ao capital” (Idem, p.413).

A manufatura caracteriza-se por um tempo histórico em que o homem trabalhador parcializado já não produz sozinho mais nenhuma mercadoria como produto de seu trabalho próprio. O produto de seu trabalho é cota parte do trabalho de todos os trabalhadores da sociedade. A conexão entre as diferentes espécies de trabalho independentes estabelece-se em vista de todos os produtos serem mercadorias. E a divisão manufatureira do trabalho

se processa através da compra e venda dos produtos dos diferentes ramos de trabalho, a conexão, dentro da manufatura, dos diferentes trabalhos parciais se realiza através da venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista que as emprega como força de trabalho coletiva. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos do capitalista, a divisão social do trabalho, dispersão dos meios de produção entre produtores de mercadorias, independentes entre si (MARX, 1994, p.407, l.1, v.I).

Na sociedade, a lei do valor das mercadorias, a partir dessa nova forma de conexão social entre todos os homens, “determina quanto do tempo global de trabalho disponível a sociedade pode despender para produzir cada espécie de mercadoria”. (p.408). Determinando, assim, seu valor. A forma manufatureira de organização capitalista é meio de produzir com menor quantidade de trabalho mais mercadorias, barateando-as e, portanto, também meio de produzir a acumulação do capital.

Nesse processo a produtividade do trabalho depende tanto da “virtuosidade do trabalhador” como também da “perfeição de suas ferramentas”. E atinge um limite, ao aperfeiçoar e simplificar as diversas ferramentas com seu uso “adaptando-as às funções exclusivas” cria em seu interior os elementos para sua própria superação, negando-se, formam-se, nela, as “condições materiais para a existência da maquinaria”. Ampliando a carência humana, acrescentando aos homens novas necessidades, ao mesmo tempo em que o envolve ainda mais ao capital, amplia sua possibilidade de humanizar-se.

O período manufatureiro simplifica, aperfeiçoa e diversifica as ferramentas, adaptando-as às funções exclusivas especiais do trabalhador parcial. Com isso, cria uma das condições materiais para a existência da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples (MARX, 1994, p.392, l.1, vol. I).

Essa forma de produção da existência humana, burguesa, que na manufatura encontra sua primeira manifestação, revela-se processo revolucionário ao transformar-se constantemente eleva as forças produtivas de forma nunca antes vista e vai eliminando os obstáculos à sua efetivação como capital. Decompõe-se, pois a manufatura pela máquina-ferramenta produzida em seu próprio interior e ao fazê-la, a decomposição que se processa em seu interior elimina a sua forma de divisão do trabalho, desprendendo os homens de sua habilidade e destreza. Objetivando o ser trabalhador (AUED, 2005), libertando o homem de suas características não humanas, transformando-o, ainda mais, em ser social, universal, portanto,

a manufatura não podia assenhorear-se da produção social em toda a sua extensão, nem revolucioná-la em seu cerne. Como obra de arte econômica atingiu seu apogeu apoiada na extensa base constituída pelos ofícios das cidades e pela indústria doméstica rural. Mas, seu estreito fundamento técnico, ao atingir ela certo estágio de desenvolvimento, entrou em conflito com as necessidades de produção que ela mesma criou (MARX, 1994. p.422, l.1, v. I).

Esse limite, obstáculo para sua ampliação, foi superado pela criação de máquinas e sua introdução no processo de trabalho manufatureiro, transformando-o. O capital, ato teleológico, vai assim, emancipando-se do trabalhador, decompondo-o. E o homem

trabalhador vai fixando-se em coisas externas a si, seu produto, embora não se reconheça nele. Faz-se em consciência em si, externalização de si como trabalhador em coisas sem perceber nelas sua obra de arte, sua humanização, membro do ser social. Não se compreende ainda como consciência em si e para si. Teleologia ainda capitalista, valorização do valor.

Essa oficina, produto da divisão manufatureira do trabalho, produziu, por sua vez, máquinas. Estas eliminam o ofício manual como princípio regulador da produção social. Assim, não há mais necessidade técnica de fixar o trabalhador a uma operação parcial, por toda a vida. E caíram as barreiras que aquele princípio opunha ao domínio do capital (MARX, 1994, p.422, l.1, vol. I).

Emerge assim, como construção social, a indústria moderna, segunda forma burguesa de cooperação para a produção da existência humana. Interconectando ainda mais os homens pela materialidade. A maquinaria emerge e tem sua base técnica,

como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais valia (MARX, 1994, p.424, l.1, vol. I).

Revoluciona-se constantemente com essa nova forma de cooperação burguesa, a base técnica para a produção de mercadorias, barateando-as. A manufatura teceu com sua forma de organização, tendo por base a cooperação humana, ainda que burguesa, uma crítica a todas as formas precedentes de produção da existência humana, baseadas no trabalho individual. A partir dela o ser social, constituído pela cooperação entre os homens na produção de sua existência e, subsumido pelo capital, passa a se impor a toda a sociedade, determinando como social toda a existência humana. “Na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho” (MARX, 1994, p.424, l.1, v.I). Nela, desaparece, portanto, o “princípio subjetivo da divisão do trabalho”. Na indústria, “o processo por inteiro é examinado objetivamente em si mesmo, (...) e o problema de levar a cabo cada um dos processos parciais e de entrelaçá-los é resolvido com a aplicação técnica da mecânica, da química etc”. O nexos na divisão do trabalho funda-se ainda mais na ciência (MARX, 1994, p.433. l.1, vol. I).

A máquina passa a executar aqueles movimentos mecânicos necessários à produção das mercadorias, antes feitos pela mão e corpo humano utilizando-se de ferramentas, agora com as máquinas resta aos homens trabalhadores acompanhá-las executando alguma intervenção eventual que ainda não tenha sido mecanizada. Uma vez que cada máquina

parcial fornece matérias-primas a seguinte, o produto encontra-se em suas várias fases de produção, e quanto mais perfeita é a máquina mais contínuo é o processo em toda a sua extensão, isto é, quanto menos for interrompido o trânsito da matéria-prima da primeira à última etapa, levando a matéria-prima de uma fase a outra, mais o mecanismo elimina a interferência humana (MARX, 1994, p.434, l.1, v.I).

A manufatura constitui-se sob o artesanato e ao desenvolver-se o transforma a sua lógica, afirmando-se como base adequada. Ao fazê-lo, cria em seu interior os elementos de sua própria negação, a máquina-ferramenta, constituindo em si essa nova forma. A produção mecanizada nasceu sob bases inadequadas, sob o trabalho subjetivo humano. Entretanto, atingindo certo grau de desenvolvimento, constrói sua própria base, o sistema de máquinas, erguendo-se “sob seus próprios pés”, esse processo conflitua-se com a manufatura, que se torna um obstáculo insuportável à produção mecanizada, industrial e a elimina. Materializa, ao fazer-se, o trabalho presente em sempre mais trabalho passado, impossibilitando formas individuais no processo de trabalho. Sociabilizando todos os homens pela materialidade.

O instrumental de trabalho, ao converter-se em maquinaria, exige a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente da ciência. Na manufatura, a organização do processo de trabalho social é puramente subjetiva, uma combinação de trabalhadores parciais. No sistema de máquinas, tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção. Na cooperação simples e mesmo na cooperação fundada na divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individualizado pelo trabalhador coletivizado parece ainda ser algo mais ou menos contingente. A maquinaria, (...) só funciona por meio de trabalho diretamente coletivizado ou comum. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumental de trabalho (MARX 1994, p.439-40, l.1, v. I).

O homem trabalhador direto incorpora-se a esse organismo coletivo, fabril, mecânico e sobre ele ocorre algumas revoluções: a) torna supérflua a força física, utiliza-se agora, da força de trabalho de mulheres e crianças aumentando, portanto, o número de assalariados, considerando que fazem parte dele todos os membros da família do trabalhador. Permite ao capital repartir o valor da força de trabalho pela família inteira, desvalorizando o valor da força de trabalho do trabalhador adulto, ampliando o grau de exploração. Ocorre uma homogeneização dos trabalhos; b) prolonga a jornada de trabalho; c) intensifica o trabalho, condensa-o, no mesmo período de tempo, produz-se mais com o mesmo dispêndio de trabalho (MARX, 1994: 449-76, l.1, v. I).

O trabalhador direto, nesse processo, passa a depender completamente do capital,



utiliza-se a maquinaria, para transformar o trabalhador, desde a infância, em parte de uma máquina parcial. Assim, não só se reduzem os custos necessários para reproduzi-lo, mas também se torna completa sua desamparada dependência da fábrica como um todo, e, portanto, do capitalista (p.483).

Tornando-se uma simples peça operacional do processo fabril, na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles (MARX, 1994, p.483, l.1, v. I).

Processos burgueses que constituem o homem enquanto homem trabalhador assalariado, completamente dependente da venda de sua força de trabalho ao capitalista.

O trabalho da fábrica exaure os nervos ao extremo, suprime o jogo variado dos músculos e confisca toda a atividade livre do trabalhador, física e espiritual. (...) Sendo, ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de criar mais valia, toda produção capitalista se caracteriza por o instrumental de trabalho empregar o trabalhador e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho. Mas, essa inversão só se torna uma realidade técnica palpável com a maquinaria. Ao se transformar em autômato, o instrumental se confronta com o trabalhador durante o processo de trabalho como capital, trabalho morto que domina a força de trabalho viva, a suga e exaure (MARX, 1994, p.483-84, l.1, v.I).

A maquinaria, em essência, abre possibilidades para a emancipação do homem trabalhador de sua condição de ser trabalhador (AUED, 2005), seu uso capitalista, entretanto, corrompe essa possibilidade e a transforma em simples meio de extração de mais trabalho e, por conseguinte, de desvalorização do homem trabalhador.

A maquinaria, como instrumental, que é, encurta o tempo de trabalho, facilita o trabalho, é uma vitória do homem sobre as forças naturais, aumenta a riqueza dos que realmente produzem, mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga a jornada de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores (MARX, 1994, p.506, l.1, v.I).

Enquanto a forma manufatureira constituiu o fundamento geral da produção social, os homens trabalhadores subordinavam-se a um determinado ramo de produção exclusivo. Por meios empíricos aperfeiçoavam a forma técnica de cada um desses ramos, até atingir certo grau de maturidade, quando então se cristalizavam, as únicas modificações ali processadas eram as ocorridas com o instrumental de trabalho, pelo uso recorrente. Assim, ofícios transferiam-se de gerações a gerações. A indústria moderna dissolve essa forma e revoluciona constantemente todos os ramos de produção, elevando o grau da cooperação humana, sociabilizando ainda mais a existência humana. Tornando a unidade entre os homens, a

essência humana, a união dos homens, em coisa natural, comum (MARX, 1994, p.556, l.1, v. I).

A indústria moderna rasgou o véu que ocultava ao homem seu próprio progresso social de produção e que transformava os ramos de produção naturalmente diversos em enigmas, mesmo para aquele que fosse iniciado num deles. Criou a moderna ciência da tecnologia o princípio de considerar em si mesmo cada processo de produção e de decompô-lo, sem levar em conta qualquer intervenção da mão humana, em seus elementos constitutivos. (...) A indústria moderna nunca considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é revolucionária, enquanto todos os modos anteriores de produção eram essencialmente conservadores (p.557).

Esse processo na vida do homem trabalhador direto torna-se uma angústia constante, o mantém sob ameaça eminente de perder seu trabalho e, por conseguinte, a sua fonte de vida imediata.

elimina toda tranqüilidade, solidez e segurança da vida do trabalhador, mantendo-o sob ameaça constante de perder os meios de subsistência ao ser-lhe tirado o instrumental de trabalho, de tornar-se supérfluo, ao ser impedido de exercer sua função parcial; como essa contradição se patenteia poderosa na hecatombe ininterrupta de trabalhadores, no desgaste sem freio das forças de trabalho e nas devastações da anarquia social (MARX, 1994, p.558, l.1, v. I).

Revoluciona inteiramente os processos de trabalho apoderando-se da força de trabalho individual em suas raízes. A força de trabalho só opera dentro das condições postas pelo capital, se for adquirida por ele, “originariamente, o trabalhador vendia sua força de trabalho ao capital por lhe faltarem os meios materiais para produzir uma mercadoria. Agora, sua força individual de trabalho não funciona se não estiver vendida ao capital” (MARX, 1994, p.413, l.1, v.I.).

As forças materiais de produção, externalização dos homens trabalhadores, alienam-se deles, aparecem como coisa produzida pelo capital. Dissociam-se dos trabalhadores.

Esse processo de dissociação começa com a cooperação simples em que o capitalista representa diante do trabalhador isolado a unidade e a vontade do trabalhador coletivo. Esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir ao capital (MARX, 1994, p.414, l.1, v. I).

A pobreza do homem trabalhador individual faz-se frente a um mundo repleto de riqueza que se opõe a ele. O homem trabalhador materializa-se em coisas que pertencem ao capital e, ao fazê-lo, desvaloriza-se como trabalhador. “O enriquecimento do trabalhador coletivo e, por isso, do capital, em forças produtivas sociais, realiza-se às custas do

empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais” (MARX, 1994, p.414, l.1, v. I).

A união da vida humana materializa-se em coisas. Não existiriam máquinas, nem sistemas de máquinas sem os homens juntos. Máquinas não dão em árvores, não são criaturas da natureza, não nascem de um ato sexual. Máquina é produto dessa unidade entre os homens trabalhadores. Todavia, o homem trabalhador não se reconhece no produto do seu trabalho, estranha-se nele, e esse produto volta-se contra ele porque se constitui em trabalho passado, em meios de produção, em força produtiva de propriedade de outrem, e aparece a ele como redução do trabalho necessário, como sua eliminação, como eliminação da fonte de constituição de sua existência, o trabalho vivo.

O ser social, portanto, não advém da natureza, nem do útero materno, mas da unidade entre os homens, dos homens em sociedade. Só passa a se manifestar como forma de ser dos homens quando estes são unidos, o ser social não está, portanto, afeto ao corpo humano individual, mas ao corpo de todos os homens, unidos na produção de sua existência, ainda que como capital.

Em o trabalho se desvincular dos homens, o aumento de sua produtividade passa a ser coisa da materialidade humana, desprende-se dos homens. Essa forma é assim, progresso histórico, caminho à emancipação humana, o homem constrói-se como ser social e é também desvalorização humana, meio refinado de exploração. Ambos inerentes ao mesmo processo, a forma histórica do modo de produção capitalista se manifestar na vida humana tem sido essa. Essa tem sido a forma encontrada pelos homens para resolverem as suas contradições. Não há outra ainda.

A consciência que se manifesta nesta forma de produção da existência dos homens só poderá ser uma consciência social. A consciência aparece como coisa da sociedade. Manifesta-se também como social. No processo histórico do homem fazer-se homem humanizado, o trabalho saiu do escravo, saiu do camponês, saiu do artesão, fez-se processo manufatureiro, maquinarias, indústria moderna, ao unir os homens, e materializa-se na sociedade. Aparece na sociedade, desvela-se o homem se emancipando do trabalho, humanizando-se, afirmando, negando e superando o modo de produção capitalista. Ampliando suas carências, constituindo-se como possibilidade, em homem humanizado.

As formas históricas da materialização da união entre os homens que explicitamos evidenciam que no modo de produção capitalista o ser social alcançou sua plenitude alienante, pois se objetiva em capital que se auto-valoriza, mas ao assim se constituir eleva a contradição do capital ao seu mais alto nível, pois a apropriação privada da riqueza não mais

se compatibiliza com a produção social do trabalho. Os homens trabalhadores diretos individuais, elementos fundamentais da produção da mais-valia, portanto da reprodução ampliada do capital, são transformados pela própria lógica da acumulação capitalista em supérfluos à produção material da riqueza social.

Os homens hoje, tempo presente, tornam-se invendáveis, o homem trabalhador direto torna-se invendável. Os homens trabalhadores são regurgitados do processo produtivo. No modo de produção capitalista a intencionalidade, sua teleologia, ao utilizar-se do ser social, como força natural, está em ampliar o tempo de trabalho excedente e reduzir o tempo de trabalho necessário.

A questão que nos é imposta hoje é: quais as condições novas que estão sendo criadas? A negação do assalariamento não é jurídica, ideológica, não se nega por um partido político, pelo Estado etc. Sua negação dá-se na materialidade, pelo desenvolvimento do ser social. O que vai nascer daí?

O espaço em construção é o espaço da transitoriedade. Como se dá a busca em cada lugar, em cada espaço pela superação de suas contradições, para efetivar-se como homem vivente? Longe da negatividade e da positividade, como o homem nesse limite, partindo de suas condições, as nega, as afirma e as supera? Constituindo o espaço da transição com caminho possível para a humanização dos homens.

O modo de produção burguês, ao mesmo tempo em que se afirma como uma forma superior de se produzir riqueza material, isto é, reduz constante e permanentemente o tempo do trabalho social para se produzir coisas necessárias aos homens, engendra as condições de os homens se fazerem seres sociais plenamente desenvolvidos.

Porém, e para o propósito de nossa argumentação, o principal elemento engendrado pela sociedade burguesa que a faz específica e que a situa como momento histórico singular desvelador da essência universal do homem, é o ato teleológico dos capitalistas engendrarem a produção da própria sociedade capitalista *em si e para si*.

O ato teleológico, no modo de produção capitalista em sua fase madura, isto é, quando o processo material da produção dos homens configura-se como maquinaria e grande produção industrial, fenômeno verificado inicialmente na Europa Ocidental a partir do fim do século XVIII, ou como se convencionou chamá-lo, Revolução Industrial Inglesa, manifesta-se na ação consciente dos capitalistas na busca da valorização de sua propriedade privada, ao ser produzida a mais-valia.

O ato de produção de uma mercadoria, ou seja, a materialização da força de trabalho nos meios de produção, nada mais é do que a efetivação do ato teleológico dos capitalistas na

valorização do capital. A mercadoria produzida é a concretização deste processo que é certificada por ocasião da sua venda aos consumidores, isto é, o dinheiro transformado em dinheiro acrescido de mais dinheiro.

Quando o capitalista propõe-se a produzir uma mercadoria qualquer, ele já sabe qual mercadoria quer obter. As atividades de transformar e controlar a natureza são determinadas pela mercadoria que ele deseja produzir. Todos os materiais exigidos para a produção desta mercadoria específica serão utilizados no presente para materializá-la no futuro. Assim é que o nexo, a mediação, isto é, as forças produtivas, a razão burguesa, sua teleologia: que é o produto mais acabado do modo de produção capitalista, é a atividade consciente no presente para efetivar, passo a passo, o futuro (AUED, 2005).

Como vimos afirmando, no modo de produção capitalista há o processo de se fazer homens desvalorizados em vista de que eles se movem pela valorização do capital. Ao reivindicar o direito à existência social, este homem desvalorizado apenas pode fazê-lo movido pela razão que é a produção de sua própria vida, e não mais a do capital. O ato teleológico para ele é que a ação do presente é criar esse processo de engendrar-se como homem vivente.

No dizer de Marx, o homem gravitará em torno de si próprio tendo por base a ação consciente (teleológica) da projeção do que se quer construir, condicionando a efetivação do futuro no presente. O que se quer construir no presente, com base no futuro são homens humanizados e não homens desumanizados. Assim, o espaço transitório do capitalismo ao comunismo tem por elemento singular a produção do ser social como ato consciente, teleológico, que no capitalismo é produzir capital com capital e que na transitoriedade é a busca por produzir homens pelos próprios homens no interior da ordem burguesa. Assim é que situamos o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, a Agreco e o Fórum de Economia Solidária como experimentos da construção conscientes, teleológicos, de homens desvalorizados pelo capital. Transitoriedade, pois.

Nesses experimentos situamos a solidariedade como construção dos homens produtores diretos, em uma práxis histórica determinada, sob o modo de produção capitalista, portanto, em que, no próprio capital engendram-se elementos para superação de sua própria alienação (MARX, 1991, p.506-09, l.3, v.VI). Como construção real, empírica, atual, dos homens trabalhadores, alienados no e pelo capital, na produção de sua vida material, superando sua alienação. A solidariedade aparece hoje aos homens produtores diretos como um nexo possível, como um espaço transitório: em que a sua práxis ainda vem tecida nas

condições dadas, no espaço do capital em degeneração e para além dele, na constituição do espaço do homem humanizado.

As lutas dos homens produtores diretos no Fórum do Maciço do Morro da Cruz, na Agreco e no Fórum de Economia Solidária, unindo seus homens solidariamente para a produção de suas existências, evidenciam como sendo possível construir uma forma de viver diferente daquela organizada pelo dinheiro e pela mercadoria capitalista? O seu produto mais evidente poderá ser o espaço de união dos homens, como espaço da solidariedade?

Como este processo, que tem como pressuposto a espacialização da união solidária entre os homens, pode ser verificado? Carrega ainda, em seu interior, elementos individualistas da velha sociedade como o dinheiro e a mercadoria na forma de capital, e evidencia novos, como a solidariedade?

A união dos homens que pode estar espacializando-se no Fórum do Maciço do Morro da Cruz e na Agreco, pode constituir-se na busca por uma nova sociedade mesmo que, aparentemente, manifeste-se como busca por uma melhor qualidade de vida? Num primeiro momento, o que aglutina as pessoas? É esta busca imediata por trabalho, ou possuir um pequeno comércio, ou mesmo uma pequena indústria, isto é, o voltar a ser o que eram: envolvidos pelo capital? Esses homens que não dão mais conta de se reproduzirem nesta sociedade encontram na união a esperança de conseguirem uma vida melhor, por quê?

Importa ressaltar como emerge a espacialização da união solidária, possível gene de uma nova forma de construção da vida, e se dela emergem elementos que lhe dão positividade, em detrimento daqueles que obstaculizam tal construção. Busca-se, neste sentido, evidenciar a força desta união.

Assim, será possível encontrar no espaço que compõe o Fórum do Maciço, a Agreco e o Fórum de Economia Solidária, uma possibilidade, ainda que em germe, na forma de união solidária entre os homens, em detrimento da individualidade capitalista, e que por isso parece engendrar, embrionariamente, uma sociedade nova, ainda que imbricada nas relações sociais burguesas?

O que se busca, a partir desta trajetória histórica, é responder a questão: qual é o grau de desenvolvimento da produção da vida dos homens que se manifesta como união solidária entre os homens?

Para responder a essa indagação utilizamos a compreensão de que qualquer fenômeno real deve-se partir sempre da dinâmica de sua afirmação, constituição, destruição ou recriação, a fim de identificarmos os elementos de novos fenômenos que de suas entranhas germinam (AUED, 2002). Se o fenômeno é a sociedade capitalista deve-se compreender os

três vetores históricos que a caracterizam: 1º) a produção na sociedade capitalista que é a produção de mais-valia; 2º) a produção da sociedade capitalista: produzir trabalhadores e produzir capitalistas; 3º) a produção da negação da sociedade capitalista: a transmutação do capital individual em capital social pela centralização (Idem).

A pesquisa de campo deu-se para apreender o real como tempo histórico do movimento acima apresentado. Ou seja, compreender o momento e de que tempo histórico ele é a manifestação e pressuposto do futuro.

Metodologicamente buscamos a apreensão do real pelo pensamento, para isso partimos das condições dadas do capital em degeneração e de como ele engendra a sua própria negação e superação que são evidenciados pelos experimentos por nós apresentados. Neles vamos apreendendo como a velha sociedade vem sendo superada pela nova; evidenciando que a categoria capital vem se mostrando insuficiente à apreensão da dinâmica dos homens. Abstrair o real pelo pensamento é processo que faz possível somente através da ciência. De tal forma que o real não se apresenta como uma separação entre teoria e prática. Marx a sua época, para apreender o real apropria-se da Inglaterra, porque é nela que se evidenciam os elementos mais desenvolvidos como base material do modo de produção capitalista. Nessa apreensão, parte-se do mais desenvolvido para o menos desenvolvido. Nosso texto, portanto, é a construção da realidade apreendida pensamento.

Nosso ponto central de análise, nosso elemento mais simples, mais comum e por ser o mais simples e comum é também o mais complexo: é o homem – o homem como ser social – que é nosso ponto de partida e de chegada.

Para isso, partimos sempre das condições dadas, presentes neste tempo histórico, isto é, pela universalidade posta: a impossibilidade de os homens produtores diretos desvalorizados produzirem-se como salário, lucro/juro e renda da terra, a não ser degenerativamente. Segundo Marx e Engels (1974, p.26),

isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua actividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital. Mesmo as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, a sublimações necessariamente resultantes do processo da sua vida material que pode ser constatado empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.

E também, Marx (1977a, p.24-5):

na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, que é a sua expressão jurídica, com relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social.

De tal forma que os homens se reproduzem sempre a partir das condições dadas. O primeiro fato histórico, apontado por Marx e Engels (1974) que explicita essa condição está na ação de todos os homens que têm de, todos os dias, produzir os meios que permitam satisfazer às necessidades, de comer, beber, habitar, cobrir-se etc, isto é, “produzir a sua vida material”. Esta é “uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos” (MARX; ENGELS, 1974, p.33).

Os homens, dessa forma, são produtores e produtos a partir das condições vigentes no momento histórico de sua existência, ao atuarem nelas se produzem e ao se produzirem constituem-se como homens e modificam ou perpetuam aquelas condições primeiras. No modo de produção capitalista, a espacialização da vida, as condições dadas, estão determinadas pelo capital que produz homens que emanam esta relação social. Marx e Engels (1974, p.24-5), esclarecem que:

são sempre indivíduos determinados, com uma actividade produtiva que se desenrola de um determinado modo, que entram em relações sociais e políticas determinadas. (...) Como trabalham e produzem materialmente. Resultam, portanto da forma como actuam partindo de bases, condições e limites materiais determinados e independentes da sua vontade. São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc., mas os homens reais, actuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo de vida real.

O espaço, no modo de produção capitalista é, assim, o resultado dos três vetores históricos acima indicados que se apresentam como tendências para a afirmação e a superação



da sociedade burguesa e da necessidade de uma nova forma de produção da existência humana.

Isto nos leva ao que Marx há cerca de 150 anos buscou: compreender a sociedade burguesa para apreender as possibilidades do germinar de uma outra civilidade, a humana, que substituiria a do capital. Esta sociedade nova, embora circunscrita ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, não emergiria como seu produto ou processo, mas como produto e processo de atos humanos conscientes, cujos feitos seriam a constituição de homens humanizados, de homens verdadeiramente emancipados que gravitem a volta de si mesmos como verdadeiros sóis. Homens livres que devem sua existência a si próprios e que se relacionam autêntica e livremente com outros homens e com a natureza sem mediações, levando ao desabrochar pleno das potencialidades humanas.

A humanidade que em outra era gravitou em torno da natureza, sendo expressão dela e dela extraíndo sua existência, aos poucos se diferencia dela, substituindo-a depois pelo mito, em seguida, moveu-se em torno da religião, da Igreja, do príncipe, em uma sucessão de externalidades a si, prossegue-o fazendo nesta nossa era, às voltas agora, ao capital, outro sol ilusório. Todavia, entre uma externalidade e outra há percursos construídos pela humanidade que a fazem sempre superior à precedente. Para Marx, é neste modo de produção, que tem como eixo central o capital, que se faz possível a criação, como ato humano de outra forma de fazê-lo que negue e supere a capitalista, tornando-a uma desnecessidade. Uma nova sociedade, a comunista, só poderá ser construída a partir de uma base histórica real, a partir do mais elevado grau de avanço das forças produtivas do trabalho social existentes, a partir dos homens reais, dos homens produtores diretos desvalorizados, que vivem em condições inumanas e que vêem como alternativa lutar para ultrapassar essa sua condição. Os protagonistas, portanto, da construção de uma sociedade superior, não seriam os reis, os príncipes, a religião ou a espada, e menos ainda os homens proprietários dos meios de produção, os capitalistas, mas sim os trabalhadores, os produtores diretos, os homens desvalorizados pelo capital, os homens expropriados de toda e qualquer propriedade privada. São eles, portanto, o núcleo central de nossa pesquisa.

Em busca desses percursos é que tecemos nossa pesquisa, questionando-nos: em qual lugar, nesta sociedade está se processando a emancipação humana, a constituição de homens livres, ainda que em processos transitórios? Ou será sina humana prosseguirmos acorrentados

ao capital como Prometeu ao penhasco, ou como Sísifo eternamente condenado a rolar a pedra para o alto da montanha, como inexoráveis castigos divinos<sup>9</sup>?

Vamos puxando os seus fios a partir da vida real dos homens. Dos homens reais que se constroem cotidianamente vendendo a sua força de trabalho ao capital, e dos que já não mais conseguem fazê-lo, regurgitados que foram dessa lógica organizativa social, em que a vida não se tece como prioridade. Nesta sociedade o homem é transformado em coisa e como tal pode ser descartável.

Nosso primeiro fio efetiva-se no território onde se localizam as Encostas do Maciço do Morro da Cruz<sup>10</sup> na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, espaço no qual vem se territorializando o “Fórum do Maciço do Morro da Cruz”, e o “Fórum de Economia Solidária”, experimentos que buscam unir os homens destes espaços na construção de uma vida diferenciada, uma vez que tem se configurado ali a face mais crua do capital, em seu aspecto mais degenerativo, que produz homens destituídos de qualquer condição e possibilidade de se produzir e reproduzir enquanto espécie. Assim, o Capítulo I traz a localização do espaço do Maciço do Morro da Cruz e uma trajetória de como os homens produtores diretos “sobem os Morros” na cidade de Florianópolis e constituem um espaço de homens desvalorizados enquanto força produtiva, o Capítulo II traz a luta desses homens produtores diretos no Fórum do Maciço do Morro da Cruz para superarem aquelas condições.

O Capítulo seguinte, o III, localiza geograficamente o território da Agreco e as primeiras formas de organização da produção daqueles homens produtores diretos: “o porco macau” e o “fumo”, entre outros. O Capítulo IV descreve a Agreco e sua forma de organização da produção que busca a valorização de sua mercadoria específica (produtos orgânicos), que se faz possível em vista de ainda estar vinculada à propriedade da terra.

Tanto as Encostas do Maciço do Morro da Cruz como as Encostas da Serra Geral são aqui entendidos como uma expressão dos vários momentos da reprodução degenerativa do capital. Em que os homens não suportam mais o mundo de seu tempo, mas ainda não sabem para onde ir, lutam, pois, da forma que se lhe vem sendo possíveis para a efetivação de suas existências.

O Capítulo V traz a união dessas duas singularidades: a do Fórum do Maciço do Morro da Cruz na luta por questões universais, como: saúde, educação, moradias, estradas, etc, e que também busca, apesar da impossibilidade, valorizar seus homens produtores diretos

<sup>9</sup> Prometeu e Sísifo: vide nota 2. desnecessário

<sup>10</sup> O Maciço do Morro da Cruz ou Maciço Central de Florianópolis, espaço deste estudo, assim denominado geograficamente em vista da existência de um maciço que exibe a forma de um bloco rochoso. Detalharemos este espaço no decorrer do capítulo I.

como força de trabalho ao capital; e a da Agreco em se fazer homem produtor direto agrícola e valorizar sua mercadoria. Ambas essas singularidades unem-se no Fórum de Economia Solidária, materializadas em alguns projetos específicos como o fornecimento de merenda orgânica às escolas públicas de primeiro e segundo graus e também da pré-escola mediados pelo Estado que aparece como uma universalidade socialmente constituída e as cestas de produtos orgânicos aos consumidores urbanos de Florianópolis.

Nas considerações finais buscamos construir um diálogo com a Economia Solidária, a partir das formulações do Professor Paul Singer<sup>11</sup>. Nelas buscamos a reprodução de pontos significativos dos capítulos anteriores, com o propósito de torná-las um todo coeso, permitindo que seu conteúdo seja apreendido independente das outras partes. Longe de ser mera repetição de partes desconexas é uma ordenação lógica da transitoriedade processando-se nos experimentos analisados no percurso desta tese.

Acompanhamos o Fórum do Maciço do Morro da Cruz e o Fórum de Economia Solidária como participantes passo a passo, gravamos reuniões, encontros, seminários, e também fizemos entrevistas com vários dos envolvidos no processo, esse acompanhamento deu-se desde o ano de 2001 até julho de 2004. De julho até dezembro de 2005 retornamos a pesquisa de campo para verificar o andamento daqueles experimentos sociais.

Fomos até o território da Agreco, conhecemos as propriedades, entrevistamos seus associados, pesquisamos em seus documentos, em várias dissertações e teses já defendidas e realizamos consultas a outras fontes bibliográficas diversas como jornais e revistas.

Esclarecemos que nos utilizamos de uma fonte primária de pesquisa, a nós gentilmente cedida pelo Laboratório de Análise Ambiental (Laam) do Departamento de Geografia da UFSC, que também efetuou entrevistas a moradores das Encostas do Maciço do Morro da Cruz, estas aparecem no decorrer do Capítulo II, sendo entrevistadores o Professor Dr. Luiz Fernando Scheibe e a Professora Ms. Dolores Buss. As demais entrevistas, nas quais não consta o entrevistador, foram por nós efetuadas. Todas as fitas de entrevistas que se somaram na trajetória desta pesquisa foram transcritas e editadas por mim.

Assim foi se fazendo a motivação deste trabalho: levantar nas lutas dos homens produtores diretos desvalorizados, que se vêem sem possibilidades de retorno a formas pregressas de produção da existência humana, pois os meios e objetos de vida foram transformados integralmente em propriedade privada burguesa, as extraordinárias forças produtivas que só podem ser operadas em comum e um imenso mundo de riqueza se

---

<sup>11</sup> Na qualificação havíamos apresentado um extenso trabalho de/sobre vários autores que tratam da Economia Solidária e nos foi indicado, pela banca, para nos atermos somente a Singer em vista de sua importância àquela temática.(nota repetida)

confronta com eles; como têm engendrado suas existências em seus espaços, enquanto expressões singulares dessa universalidade posta, como se forjam produtores diretos e também se negam e se superam enquanto tais? Como os homens produtores diretos, em seus experimentos, não se fazem como o desejam, mas sim como a história lhes permite. Assim é que a revolução vem sendo engendrada, a partir das condições historicamente postas à disposição dos homens em cada época histórica.

Sabemos da dificuldade de nosso propósito, principalmente porque não tecemos os elogios fáceis e nem tampouco o posicionamento de negação dessas lutas, desses experimentos reais. Buscamos levantar elementos, que sabemos polêmicos, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de uma nova forma do ser social. Nossa posição perante a tese não é de neutralidade, assumimos conscientemente o lado dos produtores diretos que nesse momento de sua existência não lhes resta outra alternativa a não ser a de lutar por uma sociedade superior à capitalista, por vivermos o mesmo espaço transitório.

# 1 A CIDADE DE FLORIANÓPOLIS E O MACIÇO DO MORRO DA CRUZ

Meus olhos são pequenos para ver  
Toda essa força aguda e martelante,  
A rebentar do chão e das vidraças,  
Ou do ar, das ruas cheias e dos becos.  
(...)

Meus olhos são pequenos para ver  
O mundo que se esvai e sujo e sangue,  
Outro mundo que brota, qual nelumbo,  
Mas vêem, pasmam, baixam, deslumbrados.  
(Visão 1944. Carlos Drumond de Andrade)

## 1.1 Localização geográfica

O espaço do Maciço do Morro da Cruz, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, evidencia-se como lugar dos homens produtores diretos que socialmente não mais dão conta de vender sua força de trabalho ao capital. Esse processo tem início com o próprio nascimento da cidade, como espaço do capital. O fazer-se Florianópolis, como cidade deste tempo, só poderia acontecer como espaço contraditório do capital: riqueza e miséria, desenvolvimento e barbárie, ciência e mediocridade. Isto é, o mesmo movimento recente que construiu a Avenida Beira Mar Norte e a Avenida Beira Mar Sul, como as mais modernas vias de trânsito da cidade e o assentamento Stodiek Morumbi, no caminho ao Morro da Cruz, local onde se situam residências de alto padrão, produziu a miserabilidade no restante do Maciço do Morro da Cruz. O mesmo processo que constrói o sistema da grande indústria moderna mundializada produz a miséria de uma grande parcela dos homens deste planeta.

A cidade de Florianópolis, a exemplo de outras tantas, efetivada pelo processo burguês de produção e reprodução da vida humana, é cidade desenvolvida, é cidade de favelas, é cidade de riqueza, é cidade de pobreza humana, conforme pudemos constatar no Jornal Diário Catarinense (16/10/2005, p.36-7), com a extensa matéria “Riqueza de poucos aumenta a miséria” e no mesmo Jornal (20/11/2005, p.33-5) com a matéria “As dificuldades de quem mora nas comunidades carentes da Capital”.

No fazer-se Florianópolis, como cidade organizada pelo processo burguês, essa contraditoriedade burguesa vai se processando. Nela, busca-se explicitar no espaço do Maciço do Morro da Cruz, lugar dos homens produtores diretos desvalorizados, a tentativa de construção de outros caminhos, para além das condições dadas, degenerativas, como espaço da fixação de homens trabalhadores desvalorizados, os descartáveis do início do século XXI.

O Mapa 1 traz a localização geográfica da cidade de Florianópolis e do Maciço do Morro da Cruz, espaço deste estudo.



Elaboração: Edson Gonçalves e Geraldo José Vieira  
 Laboratório de Análise Ambiental / UFSC, 2002.  
 Fonte: Mapa do Estado de SC: Atlas de SC, 1986.  
 Mapa do Brasil: (NENTWIG SILVA, 2000).  
 Mapa da Ilha de SC: LAam / GCN - UFSC.  
 Composição da Imagem LANDSAT TM - 354, 2000

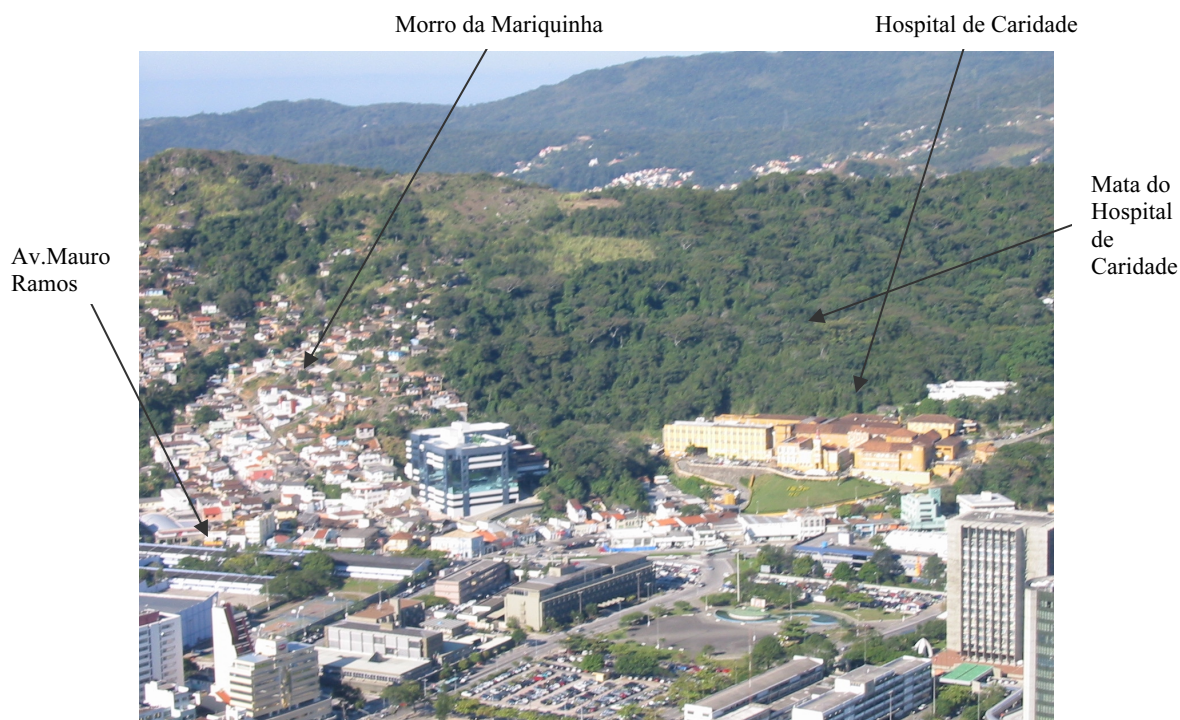
### Mapa 1: Localização do Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis

Fonte: Scheibe e Buss (2002)

## 1.2 Florianópolis: constituição histórica

A cidade de Florianópolis, antigo povoado de Nossa Senhora do Desterro, foi fundada no século XVII por povoadores vicentistas, no terreno colinoso nas proximidades da base do Maciço Central, conhecido na época como Morro do Antão. Suas encostas começaram a ser ocupadas a partir do final do século XVIII por algumas construções isoladas, quase eremidas. Uma delas era a Capela do Menino Deus, outra a do Senhor dos Passos, posteriormente, o Hospital de Caridade dos Pobres, fundado no ano de 1789, que se transformou no ainda hoje existente Hospital de Caridade. As duas Capelas estão atualmente incorporadas ao Hospital, que está encravado no Morro da Prainha, nas encostas do Maciço do Morro da Cruz.

A fotografia abaixo traz ao fundo o Hospital de Caridade hoje e seu entorno, a esquerda: o Morro da Mariquinha.



**Foto 1: Hospital de Caridade e Morro da Mariquinha**

Foto: Joel Pellerin, junho de 2004.

A Ilha de Santa Catarina, onde se situa uma parte significativa da cidade de Florianópolis, possui aproximadamente 60 quilômetros de comprimento, no sentido norte-sul e 16 quilômetros de largura, no sentido leste-oeste. É cortada de nordeste a sudoeste por

cadeias de montanhas, grande parte delas está ainda coberta por matas nativas, entremeadas por extensas planícies cobertas por vegetação típica e por pastagens. O município de Florianópolis, em 2002, contava uma população estimada em 360.600 habitantes e ocupa uma área de 451 quilômetros quadrados (IBGE, 2002), parte situa-se na Ilha de Santa Catarina e parte sobre o continente. Está localizado entre os paralelos de 27°50' de latitude sul e entre os meridianos de 48°25' de longitude oeste. É composto por 12 distritos que se concentram na Ilha. Segundo dados do IBGE (2002) destaca-se o distrito sede, a parte central de Florianópolis, com a maior parcela da população, 213.574 habitantes.

A Ilha de Santa Catarina é um prolongamento insular da Serra do Mar, águas do Oceano Atlântico penetram por um estreito canal que separa a Ilha do Continente formando duas baías alongadas, a Baía Norte e a Baía Sul. Essas Baías possuem um complexo e delicado ecossistema insular, são paisagens de morros, lagoas, praias, mangues, dunas e restingas. O clima de Florianópolis é mesotérmico úmido, com chuvas bem distribuídas durante o ano todo e com temperaturas médias entre 18 e 29 graus. As principais massas de ar atuantes são: a tropical marítima, a tropical continental e a polar. A vegetação que caracteriza a paisagem é composta de remanescentes da mata pluvial/tropical atlântica (REGO NETO, 1987).

Até meados do século XVII a área onde atualmente está localizada a cidade de Florianópolis, era coberta por densas florestas, e em seu interior os índios Carijós, organizavam a vida através da atividade pesqueira e de uma pequena agricultura. O primeiro europeu a visitar a Ilha de Santa Catarina, então denominada Yjurire-Mirim (vocábulo Guarani que significa “boca pequena d’água”), foi o navegador Solis, no início do século XVI, ano de 1515. A este navegador foi atribuído o descobrimento da Ilha (SAINT-HILAIRE, 1978).

Outro navegador, no ano de 1531, Pero Lopes de Sousa, explorou a costa do Brasil, chegando a um porto deu-lhe o nome de “Porto dos Patos”, em vista de que muitas dessas aves o habitavam. Estes foram os primeiros visitantes que a nomearam de diferentes formas. Ainda por volta desse período, aportaram os missionários com o objetivo de catequizar os índios. A “Missão aos Carijós” iniciou-se em 1553 estendendo-se pelo século XVII e início do século XVIII.

Com o interesse da Coroa portuguesa na expansão dos seus domínios para o sul do Brasil, a partir de 1640, a importância da Ilha de Santa Catarina como ponto estratégico e militar se intensifica.



Começam a surgir na Ilha, na segunda metade do século XVII, os primeiros núcleos de povoamentos. A conquista do litoral foi realizada pela expansão oriunda de São Vicente, São Paulo. No final do século existiam três núcleos básicos de povoamento catarinense: São Francisco do Sul (1648), Desterro (1673/75) e Laguna (1679).

Dois foram os tipos de incentivos que impulsionaram a penetração luso-brasileira em direção ao sul do continente americano. O primeiro foi à política expansionista da Coroa Portuguesa e o segundo, a necessidade de diferenciação de atividade econômica vinculada com a preação do gado dos pampas. A expansão da produção de gado deu-se à medida que, no planalto central do Brasil, a mineração se intensificava e o absorvia. A exploração aurífera era essencial aos portugueses, e realizou-se graças ao aproveitamento do gado muar e cavalar que possibilitava o transporte adequado àquela região, em vista de suas condições topográficas e considerando o nível de desenvolvimento tecnológico da época. É dessa forma que tem início a penetração paulista no Sul, produzir em uma área nova para atender o mercado interno da Colônia, mesmo mais tarde, com a produção do charque, o seu destino estava no atendimento ao mercado interno. Dessa forma, a nascente economia sulista, organizou-se como uma economia subsidiária daquela que visava à exportação (CARDOSO e IANNI, 1960, p.3-4).

A década de 1735-45 marca a escolha da Ilha como ponto de apoio da penetração lusitana no sul do Brasil como ponto fortificado com o sistema defensivo colonial, que provoca uma profunda alteração na recém formada Vila de Desterro. A partir de 1737, iniciam-se as transferências de militares para a Ilha e com eles algumas famílias de oficiais portugueses (CARDOSO e IANNI, 1960, p.15).

Aos militares, mais tarde, acresce-se uma burocracia administrativa que começou a existir em Desterro a partir da época da criação da Capitania subalterna de Santa Catarina, em 1738, ligada diretamente ao Rio de Janeiro (CARDOSO e IANNI, 1960, p.15-6).

A construção da Fortaleza de Ponta Grossa data de 1740, seguida de outra, a de Santo Antônio, na Ilha de Ratones. Em 1741, foi construído o Forte Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba da Barra do Sul, em 1744 foi concluído o Forte de Santa Cruz de Anhatomirim, em 1745 o Forte de São José da Ponta Grossa. No ano de 1747 foi fundada a freguesia de São Miguel, no continente, e no ano seguinte inicia-se a construção da Igreja Matriz de Desterro, entregue em 1769 ao povo de Desterro.

Desde então, Desterro deixa de ser uma típica comunidade rústica do sul do Brasil, ao passar a preencher funções militares, funções administrativas e políticas próprias, que acarretavam uma maior complexidade ao sistema comunitário. A população local era reduzida e pobre. Em meados do século XVIII obedecendo a propósitos definidos e deliberados tem início a colonização açoriana na Ilha, nela instalaram-se os imigrantes em pequenos lotes de

terra obedecendo a uma política que pretendia favorecer a organização e a exploração fundiária da pequena propriedade, de tal forma que os imigrantes recrutados eram em sua maioria camponeses pobres, além de um pequeno número de pessoas da nobreza que a ruína fez buscar outras terras (CARDOSO e IANNI, 1960, p.16-9).

Várzea (1985) esclarece que as disputas entre Portugal e Espanha pelas terras brasileiras fizeram com que bases militares se instalassem na Ilha. A chegada dos açorianos no século XVIII, também significou um salto no número de habitantes, acentuando a prática da agricultura e da pesca elevando as atividades portuárias, em vista da crescente comercialização dos produtos da Ilha em outros espaços. Processo que se intensifica ainda mais com a chegada dos imigrantes europeus, no início do século XIX levando os comerciantes a se fixarem nas proximidades do porto.

Os imigrantes portugueses construíram armações<sup>12</sup> para a pesca da baleia. Estas armações foram instaladas pela primeira vez na Província da Bahia, logo em seguida, na Província do Rio de Janeiro, depois São Paulo e Santa Catarina. A princípio essa atividade pesqueira poderia ser exercida por qualquer um, mas passou, logo em seguida, às mãos do governo que a entregou à concessionários, alguns ingleses e outros norte-americanos. Em Desterro encontrava-se a Armação Grande estabelecida em 1746, ou de Nossa Senhora da Piedade, instalada à entrada da Ilha de Santa Catarina, no continente e a Lagoinha, na costa oriental da Ilha, instalada em 1772 (SAINT-HILAIRE, 1978, p.161).

Na segunda metade do século XVIII, três eram as atividades em torno das quais se organizava a atividade econômica da Ilha de Santa Catarina: a pesca; a agricultura e a pequena indústria rural; o comércio e o pequeno artesanato urbano. Dos três setores, o que demandou maior inversão de capitais e maior complexidade na organização do trabalho foi o da pesca. A conservação do peixe pela salga, sua exportação para outras regiões da Colônia, a exploração da pesca da baleia e a extração de seus derivados, formam um dos primeiros núcleos de expansão da economia de Santa Catarina (CARDOSO e IANNI, 1960, p.23).

Caruso (1983) escreve que originariamente o território da Ilha de Santa Catarina tinha 90% de sua costa coberta por vegetação. A partir da década de 1750, com a chegada de imigrantes açorianos à Ilha, deu-se início a um processo de desmatamento em grande escala, principalmente para a extração de madeira para uso naval.

---

<sup>12</sup> Local de onde partem e retornam os barcos para a extração do óleo local de onde partem e retornam os barcos para a extração do óleo.

Do ponto de vista econômico, o desenvolvimento de Florianópolis como ressaltam Cardoso e Ianni (1960, p.33), foi descontínuo, seja no tempo, seja no ritmo de crescimento dos diversos setores da produção, houve momentos de estagnação e também de regressão. Tanto o aumento da população como o da produção deveu-se à entrada dos imigrantes açorianos na Ilha.

Durante o século XVIII, podem ser assim determinados os principais setores da produção da Ilha, conforme assentam Cardoso e Ianni (1960, p.35):

- 1) Por volta de 1780 e 1790 a situação era de uma extrema miserabilidade, visitantes lamentavam a indigência em que viviam os habitantes da Ilha;
- 2) A pesca da baleia manteve-se num ritmo satisfatório de rentabilidade durante o século, acusando menores resultados durante os últimos vinte anos e, entrando em colapso total nos primeiros trinta anos do século XIX;
- 3) O comércio de exportação que dependia da agricultura sofria com as crises<sup>13</sup> além das perturbações causadas pelos embargos reais<sup>14</sup>;
- 4) O comércio de abastecimento urbano foi o único que se manteve em ascendência durante o século XVIII, entretanto foi somente nos seus últimos vinte anos que se estabeleceu em bases apreciáveis.

Nos primeiros anos do século XIX, em 1803, aportam na Ilha os viajantes russos Krusenstern, Lisiansky e o naturalista alemão Langsdorff<sup>15</sup>. Em seu relato, Krusenstern (1996, p.139) deixou registrada sua impressão sobre a Ilha:

A cidade, que está situada em local muito agradável, consiste de cerca de 100 casas mal construídas, e é habitada por 2.000 ou 3.000 portugueses pobres e escravos negros. A casa do Governador e o quartel são as únicas construções que se distinguem, por sua aparência, das outras. Eles estavam, nessa época, construindo uma igreja, que em muitos países católicos é considerada muito mais importante do que hospitais ou outras edificações úteis. Eu fiquei muito surpreso ao ver numa noite por volta das dez horas, quando me dirigia para bordo, diversos escravos negros de ambos os sexos carregando pedras para aquele propósito; mas minha admiração diminuiu um pouco, quando considerei que a recompensa por esse zelo religioso pertencia menos a eles do que aos seus senhores.

<sup>13</sup> A mandioca foi o único produto produzido continuamente durante esse período, mas sua economia sofria de crises periódicas, sendo produto de exportação para outras partes da Colônia, sua procura dependia do êxito ou do fracasso das safras de outras regiões.

<sup>14</sup> Gêneros alimentícios como a farinha de mandioca eram embargados para o munição das tropas reais, que era muito irregularmente pago pela Coroa.

<sup>15</sup> Viajantes que aqui aportaram para breve permanência, entretanto, em vistas de avarias em um de seus navios aqui permaneceram por um mês.

Lisiansky (1996, p.152) traz um relato bastante sucinto sobre sua permanência na Ilha. Encantou-se com a paisagem natural e com o clima e observou que a colonização inicial teria ocorrido por desertores das colônias vizinhas e que nela, agora, encontravam-se também famílias européias:

O verde luxuriante e a rica fertilidade desta ilha favorecida formam um singular contraste com o elemento circunvizinho. Observam-se por toda a costa laranjeiras e limoeiros, montanhas coroadas de árvores frutíferas, vales, planícies e campos espargidos de plantas aromáticas e de belíssimas flores, que parecem brotar espontaneamente; nossas vistas tornaram-se encantadas com a paisagem. O clima é suave e sadio e, enquanto nosso olfato se deleita com os perfumes que o embalsamam, o ouvido, em tranqüilo êxtase, escuta o gorjeio de numerosos pássaros, que parece ter escolhido este bonito lugar para sua moradia. (...) Estas fascinantes costas podem ser reconhecidas como a Natureza própria do paraíso. A Ilha de Santa Catarina foi originariamente povoada pelos desertores dos povoados vizinhos, mas sua população tem sido consideravelmente aumentada, com muitas famílias européias estabelecendo-se aqui. Por uma estimativa do governo a população soma, no presente a 10.142 almas, das quais 4.000 são negras.

Ambos os viajantes concordam, em seus relatos que a proibição do livre comércio com a Europa, em vista da existência do *Estatuto Colonial* impedia o desenvolvimento local. Lisiansky descreve a produção da época: cultivava-se o algodão, o café, o arroz, extraía-se a madeira para construção e muitos outros artigos para o comércio.

Saint-Hilaire (1978) conta-nos que na primeira metade do século XIX, no ano de 1812, a população existente era em número de 33.049, sendo 7.578 escravos e 665 mulatos ou negros livres. No ano de 1829 esse número não excedia a 12.000 pessoas. Além da Igreja Matriz, prossegue Saint-Hilaire, havia a Capela do Menino Deus, o Hospital de Caridade, na praça da cidade estava localizado o Palácio do Governador. Nesta época, os produtos para a exportação eram a farinha de mandioca, o arroz, o óleo de baleia, a cal, o feijão, o milho, o amendoim, o melado, o couro, o peixe salgado, os tecidos de linho. Este viajante considerou os agricultores daqui menos ativos que os da França e da Alemanha.

A partir da abertura do comércio com o exterior a vida na Ilha de Santa Catarina melhora sensivelmente. Atividades culturais passaram a aparecer na Ilha. O comércio e a administração passaram a tomar o lugar da vida acentuadamente militar. As construções dos comerciantes foram melhoradas em vista da importação de azulejos e elementos decorativos. Em 1831 surgiu o primeiro jornal chamado “O Catarinense”. Em 1837, Desterro passou a ser iluminada por lampiões a óleo de baleia, em 1880 a iluminação passou a ser feita utilizando o sistema de gás-globo.

Cardoso e Ianni (1960) descrevem que a partir de 1850 inicia-se o processo de exportação agrícola e com ele o uso de técnicas mais avançadas. É nesse período que os autores situam o processo de imigração estrangeira, a segunda colonização catarinense datava de 1829, entretanto é somente em 1850 que essa imigração passa a interferir na economia, ainda com dificuldades em vista de constantes ataques indígenas e falta de estradas para o escoamento da produção. Boiteux (1912), coloca-nos que no ano de 1850 na Província de Santa Catarina, existiam 100.000 habitantes, 39 escolas e 64 lampiões. É deste período que Cardoso e Ianni (1960) situam o vínculo da economia catarinense com um mercado mais amplo, a que se deve a exportação de gado, madeiras, aguardente e mandioca principalmente.

No início século XIX, Desterro, então freguesia, é levada à categoria de cidade, e no ano 1823, torna-se a capital da Província de Santa Catarina, fazendo crescer investimentos com recursos do Governo Federal. Ocorrem melhorias no porto e a construção de edifícios públicos. Após a independência do país, a exportação intensificou-se e a burguesia comercial residente modifica a paisagem construindo sobrados e chácaras. Surgem sinais de uma nascente vida urbana com carruagens e bondes puxados a burros, iluminação pública, e calçamentos de ruas e praças. No ano de 1851 constrói-se o primeiro Mercado Público. Mais tarde demolido para dar lugar ao existente atualmente, na atual rua Conselheiro Mafra. No final do século XIX existiam as ruas, como a Ruas João Pinto, antiga Augusta, Tiradentes, antiga Rua da Cadeia, Conselheiro Mafra, antiga Rua do Príncipe, Felipe Schmidt, antiga Rua Bela do Senado, entre outras. Essa definição urbana consolidou-se após a Independência quando as capitais provinciais assumiram a categoria de cidade (VAZ, 1991; AGENDA 21, 2000).

Era em torno da praça que em Desterro encontravam-se suas atividades comerciais e residenciais. Nas ruas atrás da Igreja Matriz eram onde os pobres foram transferindo-se. Ao longo do sopé do Morro da Cruz instalaram-se olarias que iam da atual rua General Bittencourt até as proximidades do Palácio da Agrônômica. No final do século XIX estas olarias já se encontravam em fase de declínio, poucas restando. Cabral (1979) historiciza que a cidade de Desterro levou esse nome até o ano de 1894, significando viver longe da terra, quando passou a ser denominada de cidade de Florianópolis.

As pessoas abastadas que viviam no centro possuíam chácaras fora da cidade, situa Cabral (1979). Não se sabe quando surgiram, localizavam-se em direção à Praia de Fora, do Forte de Sant'Ana, do Mato Grosso, na Rua das Olarias, no Saco do Limões ou na Santíssima Trindade de Trás do Morro. Onde hoje é a Avenida Mauro Ramos, beirando o Maciço do

Morro da Cruz, existiam também chácaras. Estas chácaras foram se desmembrando em chácaras menores para partilha de herança ou doadas para a abertura de novas ruas ou ainda, transformadas em loteamentos novos, já no início do século XX. Em 1900 na cidade de Florianópolis viviam em torno de 13.474 habitantes. (PELUSO, 1991; CABRAL, 1979).

No início do século XX em torno do Maciço do Morro da Cruz havia chácaras, fontes de água, olarias, caieras. Também os serviços semafóricos e telegráficos orientando a navegação e o funcionamento do Porto. Neste período, o Morro da Cruz era conhecido como Morro do Signal e também como Morro do Pau da Bandeira, é que, em torno do ano de 1857, a entrada de navios no Porto era anunciada por uma bandeira instalada no alto do Morro, nele foi aberta uma clareira e construída uma casinha de pedra e cal. No muro desta casa se fixava o mastro com o qual se faziam os sinais. Este mastro era avistado de todos os pontos em volta da ilha e também do continente. Somente na virada do século XX é que o Maciço Central passa a se chamar Morro da Cruz, em vista da colocação de uma cruz comemorativa da virada do século em seu topo, a “Cruz do Século” como foi chamada, e lá, ainda hoje, permanece (VÁRZEA, 1985; CABRAL, 1979).

Atrás do Morro da Cruz localizavam-se as freguesias da Trindade de Trás do Morro e Saco dos Limões. Na Trindade de Trás do Morro cultivava-se cereais, café, cana, pastagens, vinhas e hortaliças e a criação de gado e produção de leite. O Caminho do Morro afirma Várzea (1985), era o mais curto entre a cidade e a freguesia da Trindade por isso foi o mais utilizado, outras alternativas para contornar o Morro eram ao norte pela Pedra Grande<sup>16</sup>, ou ao sul pelo Saco dos Limões. Desde àquela época era local de passeio para moradores ou visitantes. Apesar de não ser o de maior altitude da Ilha, o Morro da Cruz é avistado no continente desde o Morro de Ganchos até o Cambirela, e na Ilha desde a Várzea de Canasvieiras a nordeste, até a Armação da Lagoinha a Sudeste.

Ocupando parte do Morro da Cruz está o Bairro Saco dos Limões, cujo nome deve-se aos viajantes que aqui aportaram e que se admiravam da qualidade dos limões ali produzidos. Limitado pela ponta das Almas e de Caiacanga-Mirim, situado em parte sobre a colina da Carvoeira e outra sobre as marinas da Baía Sul encontrando-se com a Costeira de Pirajubaé. Ali se localizavam algumas pequenas casas de pedra e cal e grandes sedes de chácaras de comerciantes que as usavam como local de descanso. Os habitantes que ali viviam tinham na pesca a sua principal atividade e a fabricação de cal, nas caeiras, a partir de conchas marinhas e ainda a produção de leite diariamente (VÁRZEA, 1985).

---

<sup>16</sup> Pedra localizada em um dos topos do Morro da Cruz.

O Porto de Florianópolis, ao longo do século XIX, era o seu centro comercial, passando a perder sua primazia para os Portos de São Francisco e de Itajaí nos anos de 1896 a 1900.

Florianópolis, até o primeiro terço do século XX, mantinha-se como uma cidade comercial e administrativa. Havia algumas poucas indústrias: de móveis, de chapéus de sol, de café, de bebidas, de massas, de açúcar e uma fábrica de rendas e bordados, existiam ainda as culturas de milho e trigo, de algodão, café e a produção de farinha e bijus. Na pesca e na produção agrícola prevaleciam técnicas rudimentares. O Governo do Estado tinha uma secretaria, três diretorias e ainda uma inspetoria de saúde. Existiam dois grupos escolares, sendo dois colégios secundários e uma Escola Normal. Cardoso e Ianni (1960, p.52) observam que “Florianópolis é uma comunidade cuja base econômica manteve-se quase inalterável desde o século passado até nossos dias. Só recentemente (depois da Segunda grande Guerra) essa situação começa a modificar-se”.



**Foto 2 - Centro de Florianópolis na primeira metade do século XX**

Fonte: Afonso (1992).





**Foto 3 - Mercado Público de Florianópolis na primeira metade do século XX**

Fonte: Afonso (1992).

A rede de água já estava instalada na cidade no início do século XX. A construção do reservatório de água deu-se no Maciço do Morro da Cruz, no atual Morro Mont Serrat nos anos de 1909 e 1910. A escolha do local deu-se ao fato de em sendo a caixa d'água em local alto, esta poderia funcionar por meio da força da gravidade. Este reservatório está ainda em uso, sua inauguração foi em maio de 1910. Nele construíram-se belos jardins suspensos.



**Foto 4 - A construção do reservatório de água<sup>17</sup>**

Fonte: Acervo do Museu Histórico – SC

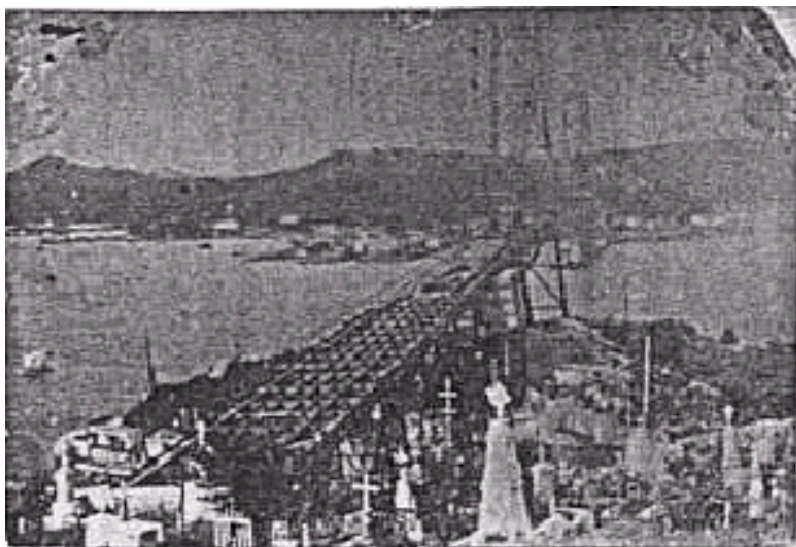
---

<sup>17</sup> Dizeres da foto: tarde maio de 1910, o povo e autoridades jubilam-se nos jardins suspensos do reservatório. Finalmente a conclusão da tão esperada obra de saneamento.



Nos anos de 1924 e 1925 construiu-se a Ponte Hercílio Luz que liga a Ilha ao Continente. Essa obra possibilitou um maior crescimento da cidade. Em 1926, época de sua inauguração, a ponte era conhecida como Ponte da Independência. Os trabalhadores, empregados na sua construção, moravam nas proximidades da cabeceira da ponte, sendo este o primeiro foco de pobreza na cidade que se tem notícia, posteriormente foram transferidos para o Morro do Mocotó, contam os habitantes desse Morro, que o principal prato para a sua alimentação era o mocotó<sup>18</sup>, em vista disso o Morro leva este nome.

A cabeceira da ponte foi construída sobre o antigo cemitério que ali existia desde o século XIX, ano de 1841.



**Foto 5: Ponte Hercílio Luz em Construção**

Fonte: Acervo do Museu Histórico – SC

Apesar do atraente panorama, coloca-nos Dias (1947 e 1948), os morros que circundam Florianópolis, no início do século XX não estavam ocupados, há não ser por algumas poucas pessoas pobres, acresce ele. Explica o desinteresse por esta parte da cidade por pessoas mais ricas em vista da dificuldade de transporte e dos custos de urbanização. Os poucos que ali residiam submeteram-se à inexistente urbanização.

Situando Florianópolis à economia brasileira, percebemos que até a década de 1930 do século passado, no Brasil, a atividade econômica centrava-se na forma agrário-exportadora. Em seguida, implantando o modelo de substituição de importações com a decisiva participação do Estado no desenvolvimento do país, impulsionando a expansão

---

<sup>18</sup> Comida que se prepara com o osso da perna do boi.

urbana. De tal forma que a partir dos anos de 1950 o país entra em nova etapa do processo industrializante, além de produzir bens de consumo duráveis, passa a produzir bens de produção (MARICATO, 2001).

Machado (2003) explica que, do século XIX até as primeiras décadas do século XX, em Florianópolis, o processo de industrialização era lento e sem expressão no cenário nacional. Sem relevância como em outras capitais brasileiras ou mesmo em cidades como Blumenau e Joinville, ambas no estado de Santa Catarina.

Embora de forma diferenciada no tempo e no espaço, Florianópolis impactua-se com as alterações no modo de vida que vinha ocorrendo em escala nacional. O processo de transferência da população rural para o urbano; o abandono da economia rural de subsistência para a adoção de um maior assalariamento no urbano. E ações concretas do Estado através do planejamento a partir da década de 1950 (BOPRÉ, 2003).

Peluso (1991) coloca-nos que no período de 1950-1960, o aumento populacional de Florianópolis processou-se, principalmente, dentro do distrito sede, acarretando o aumento da construção civil, atraindo para a cidade, novos moradores, muitos vindos do campo.

A partir dos anos de 1960, por atuação direta do Estado, a cidade de Florianópolis conhece um novo ciclo de expansão. Nela instalaram-se a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e iniciou-se a construção da Rodovia BR-101, e da Avenida Beiramar Norte, tornando-se espaço indutor de processos de verticalização da cidade. Já entre os anos de 1968 a 1974, ocorre o aterro da Baía Sul; a construção da segunda ponte ligando o continente a Ilha; a instalação da Eletrosul; a construção da Via-expressa. Reconfiguram-se bairros antigos e novos bairros se fazem construir, reorganizando espacialmente a cidade de Florianópolis (BOPRÉ, 2003).

O ímpeto modernizante em Santa Catarina se acentua com os ventos desenvolvimentistas que sopraram vigorosamente no país no final dos anos 50. Esta preocupação sistemática com o progresso traduziu-se no Plano de Obras e Equipamentos (1956-1960), na realização do Seminário Sócio-Econômico, em 1959, e na implantação do Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo, em 1961. Inicia assim a política de desenvolvimento em Santa Catarina. Nesta perspectiva inserem-se os dois Planos Diretores de Florianópolis, aprovados em 1954 e 1976 (CECCA, 1996, p.211).

A região central de Florianópolis, na década de 1970, sofreu modificações substanciais com a construção do aterro da Baía Sul, alterando a configuração do mar. Também é desta década a construção da ponte Colombo Sales, ligando a Ilha ao Continente. No final da

década de 1980, constrói-se a Ponte Pedro Ivo, alterando o sistema viário, modificando novamente a cidade, facilitando o acesso e concentrando ainda mais as atividades econômicas na região central.

Anterior a primeira metade do século XX, a Avenida Hercílio Luz, no centro de Florianópolis era lugar ocupado por uma população de baixa renda. Sendo posteriormente pavimentada ao longo da via por paralelepípedos, e por uma linha de ônibus, e em vista de sua proximidade com o centro comercial, passou a ser uma área especulada, valorizando-se. Àquela população de baixa renda foi sendo pouco a pouco deslocada para os Morros, adensando a ocupação do Maciço (AFONSO, 1992).

Nos anos de 1980, em todo o país vive-se um período de profunda recessão econômica. Em Florianópolis acentua-se a concentração da população de trabalhadores expulsos do campo e outros trabalhadores desvalorizados como força de trabalho, do próprio espaço urbano, aumentando a parcela dos homens que se vêem obrigados a subir ainda mais ao alto do Morro da Cruz.

Inicialmente distantes das redes de relações tradicionais, os novos moradores da Ilha tiveram que procurar suas próprias alternativas a partir das redes de parentesco (que não eram muito extensas) e das de solidariedade que vieram a criar na cidade. Esse foi o caso dos migrantes pobres que se estabeleceram na Ilha sob situações difíceis. As áreas ocupadas por esta população foram preferencialmente três: os morros, com altura média de 150m, que circundam o núcleo urbano da Ilha; as antigas áreas rurais periféricas ao centro, geralmente planas; e as marginais das vias de acesso à cidade na área continental do município (CECCA, 1996, p.175).

Nos anos de 1970 define-se o aglomerado urbano de Florianópolis, resultando no processo de conurbação dos municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça. A instalação da UFSC em 1961, a transferência da Eletrosul do Rio de Janeiro para a Ilha, em meados dos anos de 1970, ratificam a condição de Florianópolis como cidade marcadamente Terciária. Na década de 1990, 34% dos servidores públicos estaduais de Santa Catarina estavam na Ilha. Entre os anos de 1960 e 1991, Florianópolis cresceu 161%, passando de 97.800 habitantes para 254.941. Em sua área conurbada, no mesmo período registrava-se um aumento populacional de 228%; de 151.000 habitantes passou para 497.000. No ano de 2000 a população de Florianópolis era de 341.781 habitantes; sua área conurbada totalizava um total de 665.701 habitantes (CECCA, 1996; BOPRÉ, 2003).

Em conjunto com o processo de desenvolvimento, Florianópolis, vai configurando-se como a “Ilha da Magia”, como espaço da divisão do capital fixando-se em atividades turísticas. Esse desejo de transformar a Ilha em espaço internacional de turismo vem desde o

início do século, onde há relatos que explicitam esse processo, conforme o recortado abaixo do Jornal Terra Livre (14 de dezembro de 1918, apud CECCA, 1996, p.213):

em poucos minutos ir a Santo Antonio de Lisboa e Canasvieira, à Lagoa da Conceição e dar a volta ao Morro da Cruz (...) e praia dos Ingleses (...). Isso quer apenas dizer que toda essa zona, agora pobre, vai transformar-se, da noite para o dia, na prosperidade e na riqueza, que lhe hão de levar as novas atividades atraídas por uma viação expedida, tendo de caber à Canasvieira e à Praia dos Ingleses, com toda certeza, a preferência para a instalação de estações balneárias a que com o tempo não faltará a afluência de *argentinos, uruguaio e rio-grandenses*.

Entretanto, foi somente a partir dos anos de 1970 que o processo de desenvolvimento turístico tem início em Florianópolis. Processo esse consolidado nos anos de 1980<sup>19</sup>.

Entre as altas estações (verões) de 1980/81 e 1989/90 o número de pernoites turísticos na área cresceu de 890 mil para mais de 3 milhões. (...) Os gastos turísticos teriam aumentado de US\$ 13,8 milhões, no verão de 1980/81, para 74,9 milhões, em 1989/90 (LINS, 1994, p.01).

Vai se processando em Florianópolis, na medida em que a cidade está inserida no modo capitalista de produção, sua espacialização como espacialização da divisão do capital no território nacional; isto é, como espaço prestador de serviços públicos; como espaço turístico; e ainda como espaço produtor de conhecimento.

### 1.3 Maciço do Morro da Cruz: percurso dos pobres da cidade de Florianópolis

Na ilha de Santa Catarina, no seio de sua área central, encontra-se o Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis. Este Maciço exhibe a forma de um bloco rochoso, alongado, levemente sinuoso, com direção geral N10°-20°E. Possui comprimento de cerca de 5km, com largura média em torno de 800m. Seu ponto mais elevado está o Morro da Cruz ou Antão, com uma altitude de 285m. É composto por um conjunto de morros, situado entre a ponta insular leste de ligação centro-continente e os bairros residenciais de classe média e alta. Do ponto de vista morfoestrutural o maciço central pode ser considerado uma muralha tectônica<sup>20</sup>, margeada por falhas normais. É constituído predominantemente por granito, muitas

<sup>19</sup> Para maiores detalhes referente a questão do turismo em Florianópolis, consultar: OURIQUES, Helton Ricardo. Turismo em Florianópolis: uma crítica à indústria pós-moderna. Florianópolis: UFSC, 1998.

<sup>20</sup> Elevações rochosas que aparecem no maciço que se originaram por falhamentos muito antigos. Estes falhamentos produziram tipos de rochas muito resistentes a alteração (apodrecimento) e por isso, elas mantêm elevações mais altas.

vezes cataclasado ou milonizado<sup>21</sup>, devido a atuação de falhas diversas. O Maciço do Morro da Cruz integra cerca de 20 comunidades (PIMENTA E PIMENTA, 2002; AFONSO, 1999).

As maiores elevações do Morro da Cruz são compostas de granitos<sup>22</sup> permeados por uma extensa faixa de diabásio<sup>23</sup> no sentido nordeste-sudeste, aplitos e riolitos<sup>24</sup> ocorrem em grandes superfícies, interiores aos granitos. As rochas subjacentes formaram-se, por alterações climáticas, através de fenômenos físicos ou químicos, os solos residuais ou solos de alteração de rocha<sup>25</sup> e os campos de matacões<sup>26</sup> contribuem na composição dos corpos de tálus e do solo coluvionar<sup>27</sup> (CRUZ, 1998).

Desde os primeiros habitantes da Ilha, e para todos os viajantes que aqui aportaram e os que o prosseguem fazendo, o Morro da Cruz sempre foi referência, hoje, entretanto, desvelar a bela paisagem que se descortina do alto é fato impedido em seu pleno esplendor pelas edificações que se encontram em seu topo e também pelas implantadas nas vias que o contornam.

O Morro da Cruz é rico em dimensões, amplitudes e formas, e mereceria um cuidado especial quando da ocupação de suas várzeas, encostas e topo. Encontra-se ocupado em 50 por cento de sua área por diversos bairros, onde se pode observar a ausência de espaços livres de uso público. Em Florianópolis sempre graçou a mentalidade que defende que uma cidade com praias não precisa de praças e parques. Sendo assim, estes espaços urbanos são raros em toda a cidade, e praticamente nulos nas encostas dos morros, já bastantes ocupadas. A verticalização indiscriminada do sopé do morro, a ausência de um projeto que explore os visuais disponíveis em seu topo, e a falta de consciência sobre a necessidade de se reservar áreas para a criação de parques e praças, poderão fazer que esta expressiva elevação desapareça do cotidiano urbano como alternativa paisagística e ambiental (AFONSO, 1999, p.61).

Inicialmente o Morro da Cruz foi ocupado por chácaras, foi utilizado como posto semafórico de navegação, também se instalou nele edifícios de uso público como o Hospital de Caridade e o Reservatório da Companhia de Águas e Saneamento<sup>28</sup>.

<sup>21</sup> Granito, muitas vezes cataclasado ou milonizado: é a rocha granito com indícios de que sofreu esforços tectônicos, ou seja, sofreu com falhamentos (quebras). Ele fica todo fraturado e apresenta um novo tipo de mineral constituinte, o milonito.

<sup>22</sup> Granitos: Palmeira do Meio, Róseo e Cinza Escuro.

<sup>23</sup> Área com afloramento da rocha diabásio. Área constituída pela rocha diabásio.

<sup>24</sup> Tipos de rochas. Estas rochas são claras em comparação com o diabásio. O riolito é uma rocha vulcânica parente do granito.

<sup>25</sup> É usada a expressão residual porque o material alterado da rocha fica no lugar onde estava a rocha e não sofre erosão, diferente do solo que deriva de colúvios (depósitos).

<sup>26</sup> São os pedaços de rochas grandes (cerca de 1 metro de diâmetro) que são mais resistentes e não apodrecem, ficando no meio das partes da rocha alterada (solo).

<sup>27</sup> O solo que deriva do apodrecimento (alteração) das rochas mais os pedaços que não se alteram e ficam acumulados no meio da massa mais alterada sofrem erosão e são transportados e depositados em outro lugar, formando depósitos chamados colúvios (que recebem este nome quando contém fragmentos pequenos como areia, silte ou argila) ou tálus (aqueles depósitos que apresentam os fragmentos maiores como matacões e blocos rochosos). Esta erosão dos solos residuais e dos matacões ocorre através da chuva ou de deslizamentos no nosso ambiente.

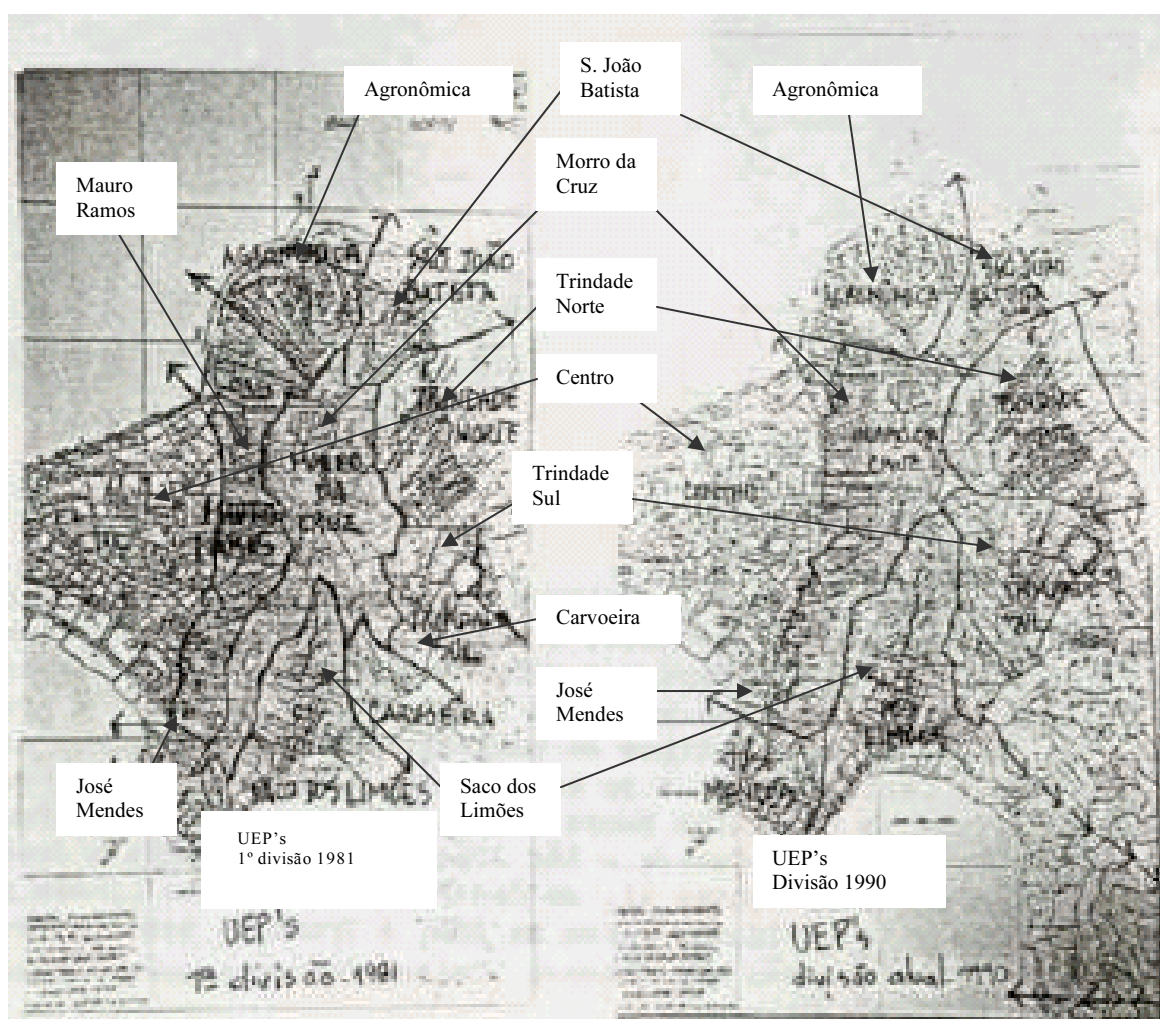
<sup>28</sup> Sobre a ocupação de Florianópolis e do Maciço do Morro da Cruz ver: CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. Cor e Mobilidade Social em Florianópolis. São Paulo: Companhia Nacional, 1960. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa

O Maciço do Morro da Cruz está ao norte ladeado pela Baía Norte, ao leste pelo mangue do Itacorubi, ao sul pela Baía Sul, ao oeste pela área central da cidade de Florianópolis. As outras vias de contorno propostas pelo IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) e que será adotado nesta pesquisa são as ruas: Silva Jardim, José Maria da Luz, Jerônimo José Dias, João Mota Espezim, Rui Barbosa, Frei Caneca, Lauro Linhares, Delminda Silveira e Romualdo de Barros. Esta pesquisa que tem como espaço a área do Maciço do Morro da Cruz, traz como exceção o caminho que conduz ao topo do Morro, o assentamento Stodieck Morumbi, e o topo do Morro da Cruz, onde se localizam as torres e as emissoras de televisão, o primeiro um espaço de residências de alto padrão, e o segundo de empresas, isto é, espaço dos homens proprietários dos meios de produção valorizarem sua riqueza. Não se caracterizando como espaço dos homens destituídos dos meios de produção e desvalorizados enquanto força produtiva para o capital.



**Figura 1- Limites do Maciço do Morro da Cruz**

Fonte: Atlas Geográfico, apud Afonso, 1992, p.135.



**Figura 2 - A subdivisão da cidade em Unidades Espaciais de Planejamento (UEP's)**

Fonte: IPUF, apud, Afonso, 1992, p.265

A subdivisão da cidade em Unidades Espaciais de Planejamento (UEP's) foi realizada pelo IPUF e se fundamenta nos acidentes geográficos e vias de grande porte (AFONSO, 1992, p.265).

O guia de turismo e endereços da Ilha de Santa Catarina apresenta uma subdivisão entre os bairros que compõem o Maciço do Morro da Cruz. Os Correios outra. A Assembléia Legislativa outra, e o IPUF, órgão oficial do planejamento urbano da cidade outro. Tomando como base a subdivisão apresentada pelo IPUF, nos utilizaremos de algumas subdivisões adotadas pelos moradores. O bairro Mauro Ramos que no mapa de 1981 aparece como parte do Maciço, no mapa de 1990 foi incorporado ao centro. Este local possui uma avenida como o mesmo nome, ela não fará parte da área que compreendemos como Maciço do Morro da Cruz, mas será a Avenida Mauro Ramos um das ruas limite entre o Maciço e o centro urbano de

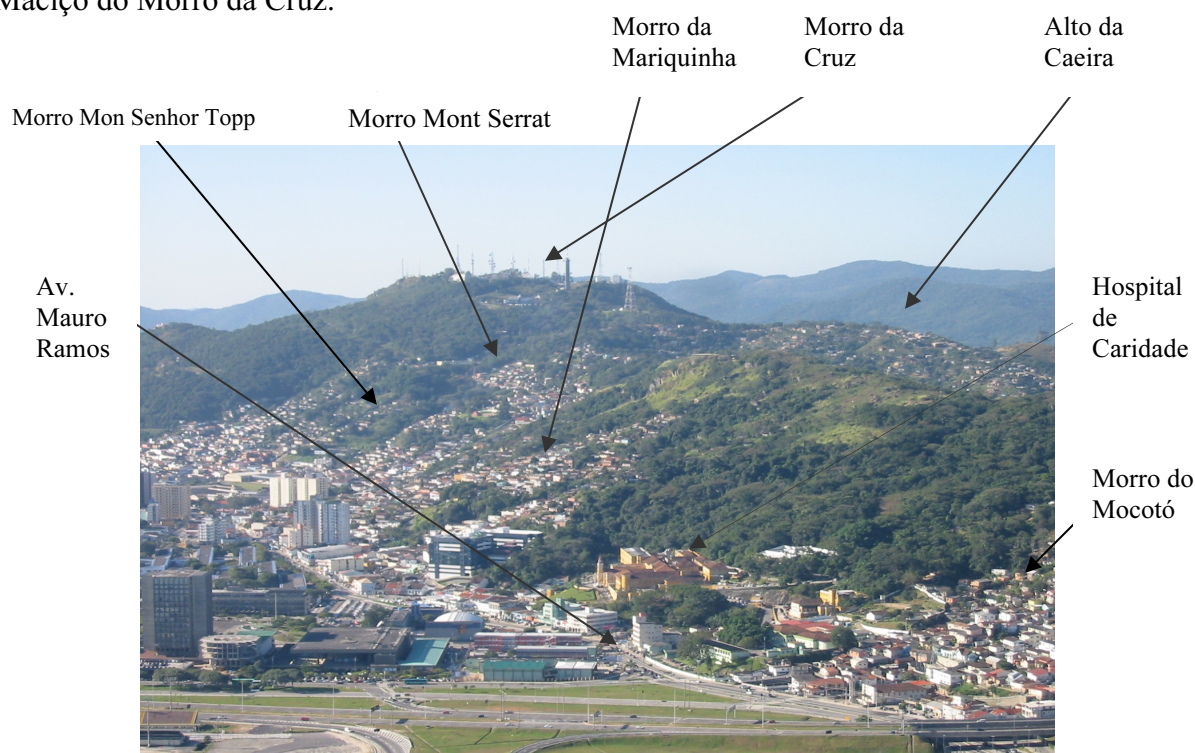
Florianópolis, divisora geográfica e social das populações mais pobres de trabalhadores e trabalhadores de classe média e proprietários dos meios de produção.

No Maciço Central do Morro da Cruz estão localizados os Morros como Mont Serrat; Mariquinha; Prainha; Mocotó; Horácio; Morro do Chapecó; José Mendes; Queimada; Serrinha; Monsenhor Topp; Tico-Tico; Nova Descoberta; Caeira do Saco do Limões; Penitenciária; Vinte e Cinco; Nova Trento; Morro do Céu; Morro do Chapecó; Caiera da Vila Operária; José Boiteux; Morro do Quilombo; Morro do Pedregal. Alguns desses espaços estão situados no Mapa 2.



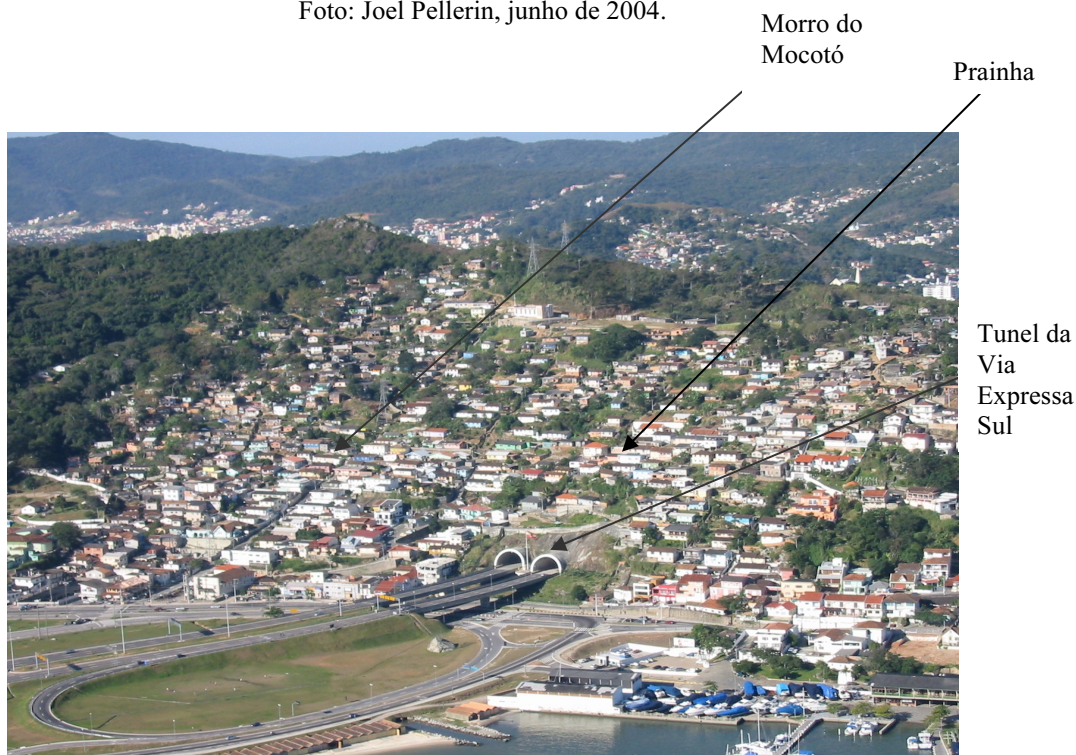
Fonte: Saito (2004)

A seguir apresentamos algumas fotografias aéreas, configurando as áreas atuais do Maciço do Morro da Cruz.



**Foto 6: Maciço Central de Florianópolis – vista do lado Oeste**

Foto: Joel Pellerin, junho de 2004.



**Foto 7: Morro do Mocotó**

Foto: Joel Pellerin, junho de 2004.



Morro Mont Serrat

R.Gen.  
Vieira  
da  
Rosa**Foto 8 – Morro Mont Serrat**

Foto: Joel Pellerin, junho de 2004.

Morro da  
PenitenciáriaMorro do  
Horácio**Foto 9: Morro do Horácio**

Foto: Joel Pellerin, junho de 2004.



Morro José  
Mendes



**Foto 10: Morro José Mendes**

Foto: Joel Pellerin, junho de 2004.

Saco dos  
Limões

Alto da  
Caeira



**Foto 11: Saco dos Limões e Alto da Caeira**

Foto: Joel Pellerin, junho de 2004.



**Foto 12: Morro da Queimada**

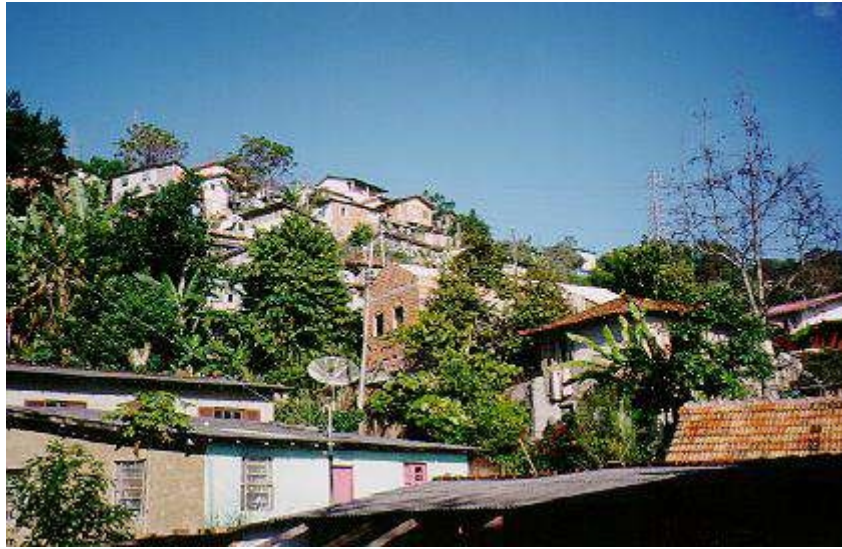
Foto: Joel Pellerin, junho de 2004.



**Foto 13: Morro da Caeira**

Foto: Joel Pellerin, junho de 2004.





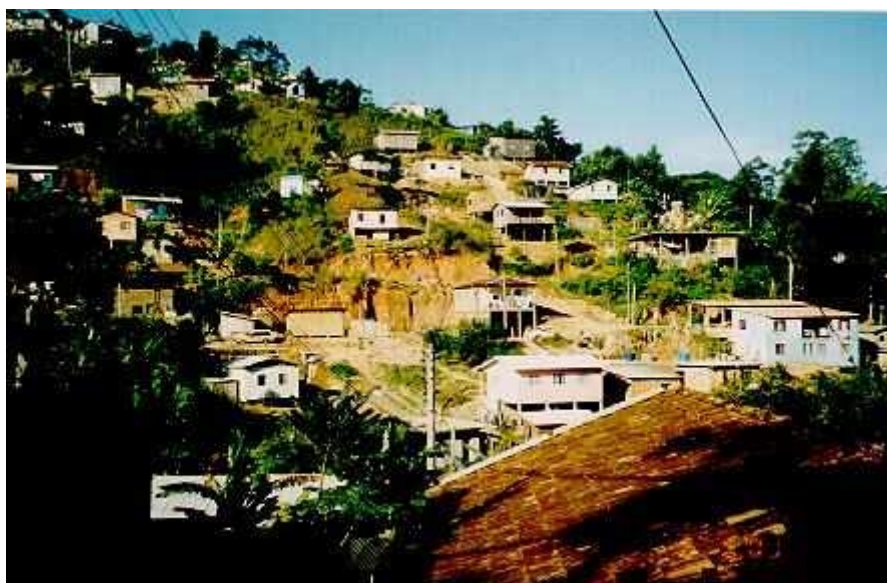
**Foto 14: Casas no Morro do Mocotó**

Fonte: Fórum do Maciço (2005)



**Foto 15: Casas no Morro da Penitenciária**

Fonte: Fórum do Maciço (2005).



**Foto 16: casas no Morro Alto da Caieira**

Fonte: Fórum do Maciço (2005).

A parte central da Ilha de Santa Catarina em um primeiro momento apresenta um crescimento ao longo da orla marítima. A cidade possui uma área urbana central confinada entre as encostas e o mar, o seu crescimento fica, assim, determinado pela ocupação desses morros e colinas que se processa em um segundo momento. O Morro da Cruz passa a ser uma alternativa de moradia aos trabalhadores que vendem sua força de trabalho na área central da cidade.

A cidade de Florianópolis, na segunda metade do século XX, definia-se cada vez mais como centro administrativo resultando no aumento de habitantes e assim ascendendo a centro econômico, ampliando a circulação e acumulação de capital na Ilha que implicou em melhorias urbanísticas e acréscimo de valor aos terrenos centrais da cidade. Áreas como o Morro da Cruz, antes vistas como entraves a expansão urbana passam a ser alternativa para a ocupação. Sua escalada é feita por aqueles que já não dispõem de recursos para adquirir terrenos na área central da cidade, alguns ali compram os terrenos outros simplesmente os ocupam, trata-se de área desvalorizada aos olhos do capital.

Em meados do século passado, artistas e intelectuais sonhavam para a Ilha de Santa Catarina um desenvolvimento fora do convencional, em que sua herança cultural fosse preservada, nela se implementasse o desenvolvimento da pesca, da agricultura, da cultura e das artes criando-se a Universidade. Tinham consciência de que atividades industriais na Ilha colocavam em risco o equilíbrio então existente entre a natureza e as intervenções humanas (AFONSO, 1999, p.63). Ideário vencido por outros interesses, a força do capital já se fazia

vigorosa, com seus afoitos sentidos para a acumulação, e no final da década de 1960 inicia-se o processo de aterro da orla central da cidade, fazendo desaparecer os vestígios do porto. Em 1970 as demolições dos sobrados erguidos em torno da praça XV de Novembro se fazem. Novos e modernos edifícios erguem-se, a Beira-Mar Norte verticaliza-se, nos Morros, os desmembramentos em grande medida aleatórios recebem pessoas sem condições de se instalarem em habitações regulares. Brota o moderno que atesta o fim do sonho de artistas e intelectuais de ver na Ilha outra configuração, outra paisagem.

Matas naturais do Morro da Cruz já haviam sido derrubadas e queimadas pelos chacreiros para o cultivo e também para a criação de gado. E, posteriormente, o que restou delas foi desmatado como solução sanitária em vista de possíveis focos de malária. Estas áreas estavam, assim, já livres para a ocupação, as chácaras ali existentes passaram a ser loteadas em faixas e posteriormente em pequenos lotes. O preço dos terrenos, confirma Afonso (1992, p.116), em condições de ocupação tão difíceis era muito baixo, além dessas áreas comercializadas já havia ocorrido invasões de áreas que pertenciam ao Governo. Dias (1947 e 1948) explica que tanto as áreas comercializadas como as de ocupação assentaram habitações sem normas urbanísticas e transformaram parte das encostas mais suaves do Morro da Cruz nas primeiras favelas de Florianópolis, servem de exemplo a Rua Xapecó, hoje rua Padre Schoeder e a Servidão João Cândio, no bairro Pantanal. Esses locais eram ocupados, prossegue Dias (*idem*), principalmente por pessoas de cor negra. Em 1943, havia ainda outras concentrações humanas, onde viviam homens em “condições de extremo pauperrismo” no Morro da Cruz, o autor cita locais conhecidos como Inferninho e Nova Descoberta, ambos à época localizados fora do perímetro urbano, apesar de muito próximo a este. Dentro do perímetro urbano em mesmas condições situou os hoje bairros: Caixa d’água (Mont Serrat), Nova Trento, Elias Paulo e Mocotó. Todos esses locais “foram construídos por pessoas de baixo poder aquisitivo” corrobora Afonso (1992). Única exceção fazia-se a Vila dos Industriários, conjunto residencial de cem casas localizado no Saco dos Limões, onde também habitavam homens produtores diretos.

A ocupação das encostas do Maciço do Morro da Cruz remonta, assim, ao início do século XX, conforme destaca também Batista (2002). Pimenta e Pimenta (2002) especificam que as primeiras moradias foram feitas por ex-escravos, no início do século XX, seguida pela acomodação de trabalhadores pobres expulsos da área central pelo movimento sanitarista, em nome da renovação urbana.



Já em seus primeiros momentos de povoação humana no Morro da Cruz, seus habitantes lamentavam-se do estado das calçadas, da falta constante de água, dos alagamentos, das ruas estreitas, sem continuidade, sem nenhum embelezamento. Eram “os mais pobres [que] habitavam o Morro da Cruz, em barracos sem luz, água e esgoto” explicita Afonso (1992, p.136).

A ocupação dos Morros se intensifica na década de 1950. Marcon (2000) explica que entre os anos de 1950 a 1960, a população urbana de Florianópolis recebeu um incremento populacional anual médio de 4,35%; verificando-se a ocupação a subdivisão de grandes áreas na Ilha e no Continente e um aumento da ocupação nas encostas e na orla marítima que circunda a Ilha.

No Maciço do Morro da Cruz assiste-se uma redução das áreas verdes, conforme figuras tecidas por Saito (2004), (Figura 3). Entre os anos de 1966 e 2002 houve um crescimento de 49% das áreas urbanas. No registro fotográfico do ano de 1978, (vide Figura 3) sobressai a urbanização principalmente na porção leste, associada ao desenvolvimento da UFSC. Entre os anos de 1992 e 2000, ressalta-se a expansão do crescimento dos assentamentos Alto da Caieira e Serrinha. Em 2002, percebe-se que o avanço das ocupações não se faz em uma direção predominante (PELLERIN, 2002).

Pimenta e Pimenta (2002a, p.3) explicam que,

começando pelas bordas e atravessando as curvas de nível perpendicularmente, a ocupação abre vias de penetração em diferentes pontos, sem criar conexão entre elas. Num primeiro momento, é a proximidade da base que conta. Os acessos principais que vão se alongando com o tempo são rapidamente preenchidos por construções laterais. A via constitui, então o fator de penetração. Após seu esgotamento, a ocupação vai escorregando entre picadas de acesso às residências que vão surgindo atrás das fileiras principais. Não há um aparente ordenamento nem uma correlação entre lotes e ruas, podendo diversas casas serem estabelecidas por um único acesso. A possibilidade de serviços mínimos (transporte, coleta de lixo, luz e água, acessibilidade), que foi sendo conquistada pelos moradores mais antigos ao longo do tempo e da via principal, torna-se o fator predominante da fixação de moradias, mesmo que as condições do terreno sejam desfavoráveis.

A partir da década de 1960 (vide Figuras 3 e 4 e Mapa 3), a expansão urbana se concentrou, principalmente, nos bairros da Trindade, Pantanal e Saco dos Limões, em vista da implantação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e de outros órgãos estatais de serviços públicos. Florianópolis vai adquirindo de forma mais intensa e rápida as configurações atuais. Peluso (1991) cita que em 1950 haviam 3.435 pessoas ocupadas na área de prestação de serviços, na década de 1970 esse número elevou-se para 7.590, o autor explica levando em consideração que nesta década uma reforma administrativa no estado

criou novos órgãos de serviços públicos. No ano de 1977 criou-se o IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) a partir dessa criação tem-se as primeiras demonstrações de preocupação com os aspectos turísticos da Ilha. Vem, assim, configurando-se e consolidando-se a dinâmica do capital na cidade de Florianópolis, em sua formatação mais avançada, na década de 1970: às atividades voltadas ao ramo imobiliário e de capitalização intensificam-se. Aqui tem início a construção da nova ponte, mais um elo de ligação da Ilha com o continente, a Colombo Sales. Logo depois a Pedro Ivo. Confirmando a cidade como capital do estado, portadora dos elementos que a caracterizam como desenvolvida.

Lenta ocupação urbana acompanha o compasso da evolução econômica municipal até os anos 60, quando a instalação de empreendimentos estatais – Universidade Federal de Santa Catarina, sede da Eletrosul e das empresas estatais de serviços públicos – injeta um montante de capitais concentrados no tempo e no espaço, promovendo um rápido processo de expansão espacial e de valorização fundiária. À cidade de serviços públicos acrescenta-se, recentemente, o setor turístico-imobiliário, que promove a apropriação privada do espaço paisagístico, através da introdução de grandes projetos de ocupação urbana, geralmente sem infra-estrutura adequada, ou contando com a transferência de recursos públicos para sua implantação. Elementos naturais são, assim, transfigurados e privatizados, criando enclaves seletivos, isolados dos demais espaços da cidade (PIMENTA E PIMENTA, 2002a, p.2).

Neste período, por volta da década de 1960, acentuando-se nas décadas seguintes, Florianópolis e municípios circunvizinhos passam a receber migrantes de origem rural, no ano de 1970 havia 3.195 pessoas recenseadas com essa procedência, dessas 586 residiam em Florianópolis. Os motivos para a transferência era a busca por melhores oportunidades de trabalho dentre elas os empregos públicos e o estudo. Almeida (1977) estima que 50% desses migrantes, anterior ao seu deslocamento, recebiam até três salários-mínimos, 30% estavam na faixa de três a cinco salários mínimos, os 20% restantes fixavam-se em faixas superiores a seis salários-mínimos.

O povoamento do Morro da Cruz intensifica-se, é ali que os migrantes se estabelecem, constroem suas casas de forma precária, e no centro da cidade próximo comerciavam sua força de trabalho. Os trabalhadores rurais expulsos do campo e atraídos pelo crescimento urbano vêem no espaço do Maciço do Morro da Cruz a possibilidade de fixar sua residência. Segundo Pimenta e Pimenta (2002a, p.4) os trabalhadores rurais “continuam a penetrar nos morros perpendicularmente, ocupando, cada vez as áreas mais longínquas, mais inacessíveis e mais suscetíveis a riscos de escorregamentos”. Os Morros localizam-se próximos ao centro, facilitando a busca por trabalho, aliado ao baixo custo do transporte e de aluguel para chegar

ao centro, faz com que ocupações irregulares sejam a opção para essas famílias. Instalam-se no espaço do Maciço Central de Florianópolis, nas suas cotas mais elevadas, desprovidos de infra-estrutura como saneamento básico, recolhimento de lixo, sistema viário e em muitos desses espaços falta também uma adequada instalação de energia elétrica.

Outro fator dos assentamentos se criarem no Maciço do Morro da Cruz a despeito de todas as dificuldades para ali se construir casas, como os perigos de deslizamentos, foi a forte especulação imobiliária que encarece sobremaneira as terras de outras áreas.

A propriedade privada da terra, generalizada, quase ilimitada e irrestrita, como meio de obtenção de renda e reserva de valor futuro, interdita o acesso das massas populares às zonas mais favoráveis aos processos de urbanização. Vastas planícies da Ilha de Santa Catarina estão desabitadas, não como medida de preservação, mas ao contrário, como zonas destinadas a intensas urbanizações futuras. Aos pobres, resta a degradação ambiental, comprimindo-se em assentamentos superpovoados, dividindo solidariamente o solo em parcelas ínfimas, para abrigar sempre mais um. Isto ocorre sob os olhos cegos do poder público, que assim age para diminuir as pressões sociais, que do contrário exigiriam soluções que afetassem a retrógrada estrutura fundiária urbana. Ironicamente, *a posteriori*, os pobres recebem a pecha de invasores de áreas de preservação, entoada por um coro engrossado pelo próprio poder público omissor.

Desta forma, os migrantes pobres localizaram-se na cidade em três tipos de áreas: os morros, os manguezais e áreas alagadiças, e terrenos públicos que se destinariam em futuro incerto a programas da COHAB. Nos morros, ocupam as suas áreas mais elevadas e íngremes, pois aquelas de mais fácil acesso e mais seguras são objeto de loteamentos para as classes médias e altas. (PIMENTA E PIMENTA, 2002, p.2).

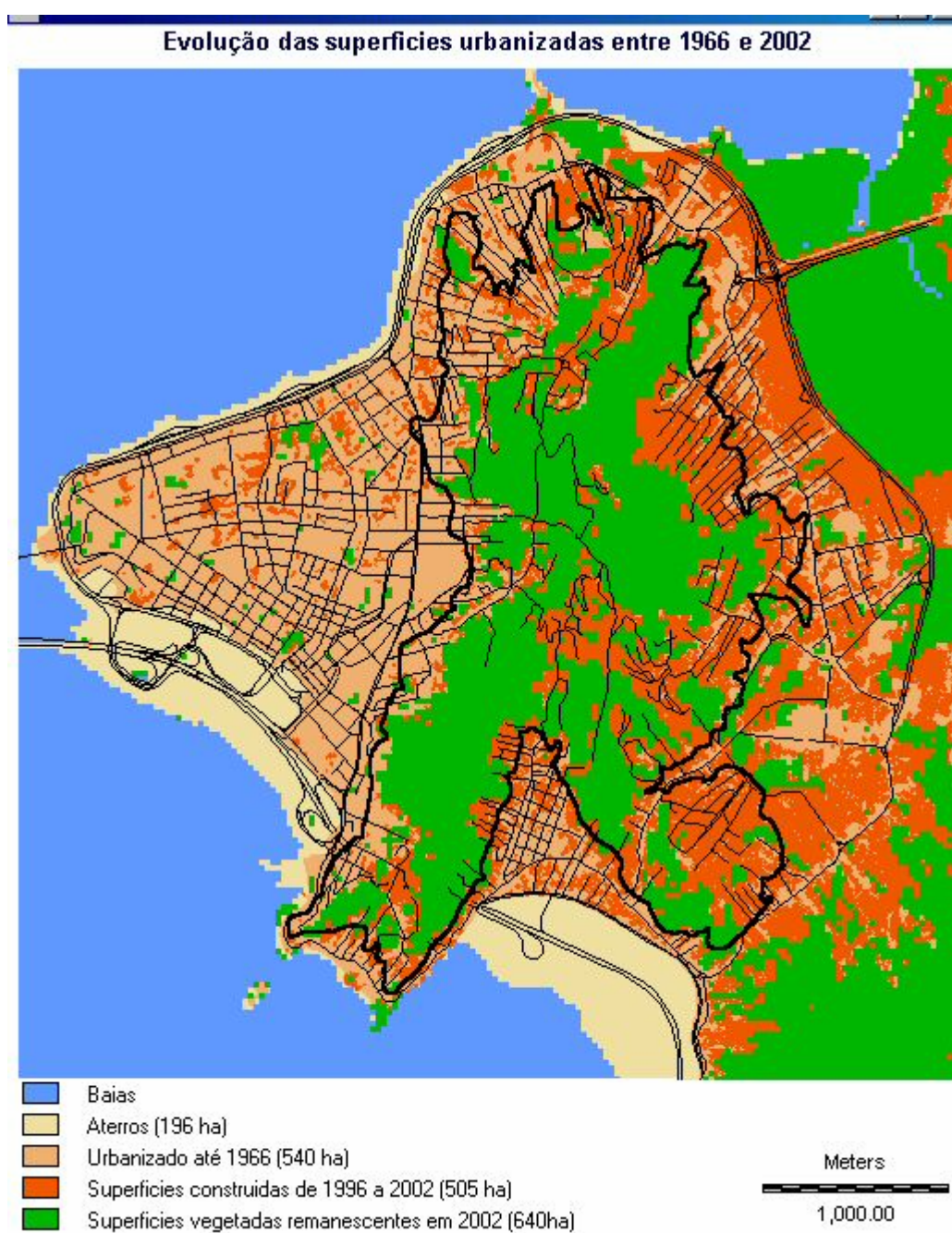
**Tabela 1 : Evolução da população de Florianópolis de 1900 a 2000**

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	CRESCIMENTO (%)
1900	32.229	-
1920	41.338	28
1940	46.771	13
1950	67.630	44,5
1960	97.827	44,6
1970	138.337	41
1980	187.781	35,7
1981	254.941	35,7
2000	342.315	34,3

Fonte: Bortoluzzi (2004, p.59).



**Figura 3: Seqüência evolutiva da expansão urbana  
no Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis – 1978 a 2002**  
Fonte: Saito (2004)

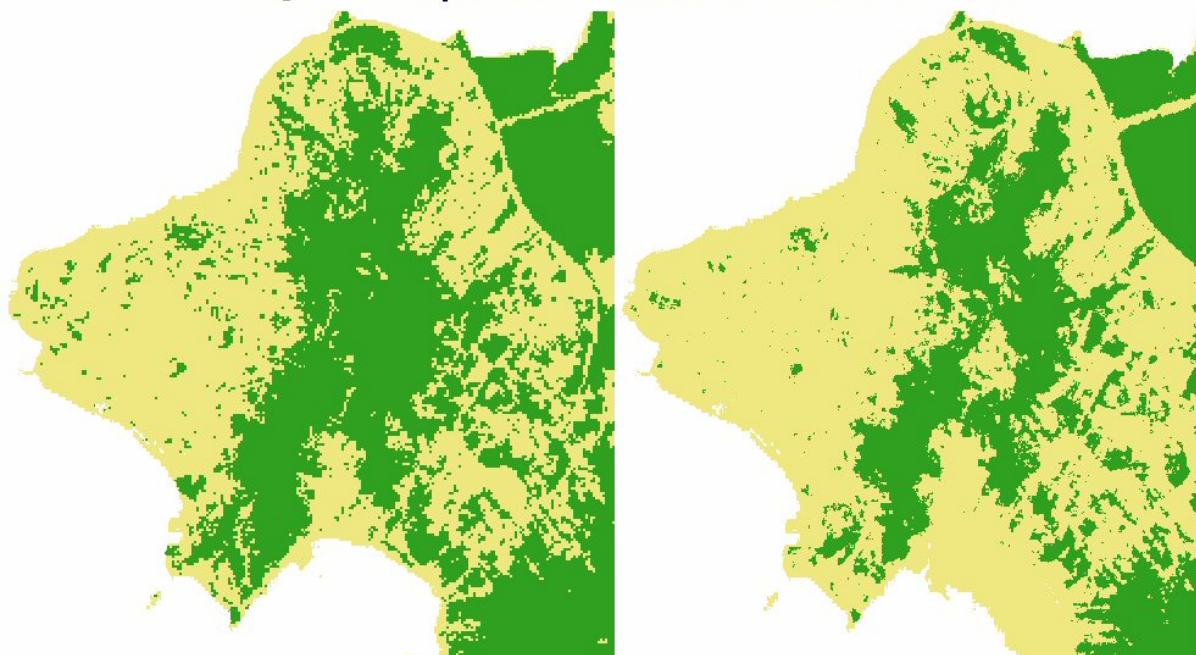


**Mapa 3: Evolução das superfícies urbanizadas entre 1966 e 2002**

Fonte: Pellerin (2002)



#### Evolução das superfícies construídas entre 1992 e 2002



**Figura 4: Evolução da superfície construída 1992 a 2002 na área central de Florianópolis e no Maciço do Morro da Cruz**

Fonte: Pellerin (2002)

No Plano Diretor do Distrito Sede do Município de Florianópolis (IPUF, 1998) estabeleceram-se os diversos usos ao Maciço do Morro da Cruz. Na seção VI, artigo 182, parágrafo 1, todo o Maciço Central é considerado como **Área de Restrição Geotécnica (ARG)**.

Definiram-se, também, as Áreas de Preservação Permanente (APP's)<sup>29</sup>, as Áreas com Restrição ao Uso (ARU's)<sup>30</sup> e as Áreas Urbanizáveis (Au's). As **Áreas de Preservação Permanente (APP)**: estão localizadas nas cotas mais altas do Morro da Cruz e somam 28% de sua área total, locais extremamente desfavoráveis à ocupação e deveriam ser preservados, nelas encontram-se declividade igual ou superior a 46,6%, afloramentos rochosos, campos de matacões<sup>31</sup>, solo residual de diabásio<sup>32</sup>, morfologias desfavoráveis, vegetação nativa. São

<sup>29</sup> Áreas de Preservação Permanente (APP's): Conforme consta na Carta Geotécnica das Encostas do Perímetro Urbano de Florianópolis (IPUF, 1986), as áreas de preservação permanente (APP's) que somam 28% do total, localizam-se nas cotas mais altas do Morro da Cruz. O IPUF recomenda que nelas se recomponha a vegetação e trabalhos de contenção onde necessário para evitar acidentes. Área a ser preservada: altas declividades superiores a 46,6%, conforme Lei Federal, afloramentos rochosos, campos de matacões, solo residual de diabásio, morfologias desfavoráveis, vegetação nativa.

<sup>30</sup> Áreas com Restrição ao Uso (ARU's): localizadas nos setores intermediários das encostas do Morro da Cruz, são 41% do total, sugere-se que nelas não deverá ocorrer o parcelamento do solo e a densidade habitacional deverá ser mínima, com somente um pavimento. Manter a vegetação existente e replantar as áreas devastadas. (IPUF, 1986).

<sup>31</sup> Vide nota 15.

<sup>32</sup> solo que se formou da alteração do diabásio e permaneceu no mesmo lugar, ou seja, não sofreu erosão.

atribuídas aos topos de morros e linhas de cumeadas, áreas delimitadas a partir das curvas de níveis. Correspondentes a dois terços da altura mínima da elevação em relação à base; aos fundos de vale e suas faixas sanitárias, conforme legislação de parcelamento do solo, e áreas em que as condições geológicas desaconselham a ocupação (SAITO, 2004, p.24; REGO NETO e ROSA FILHO, 1986).

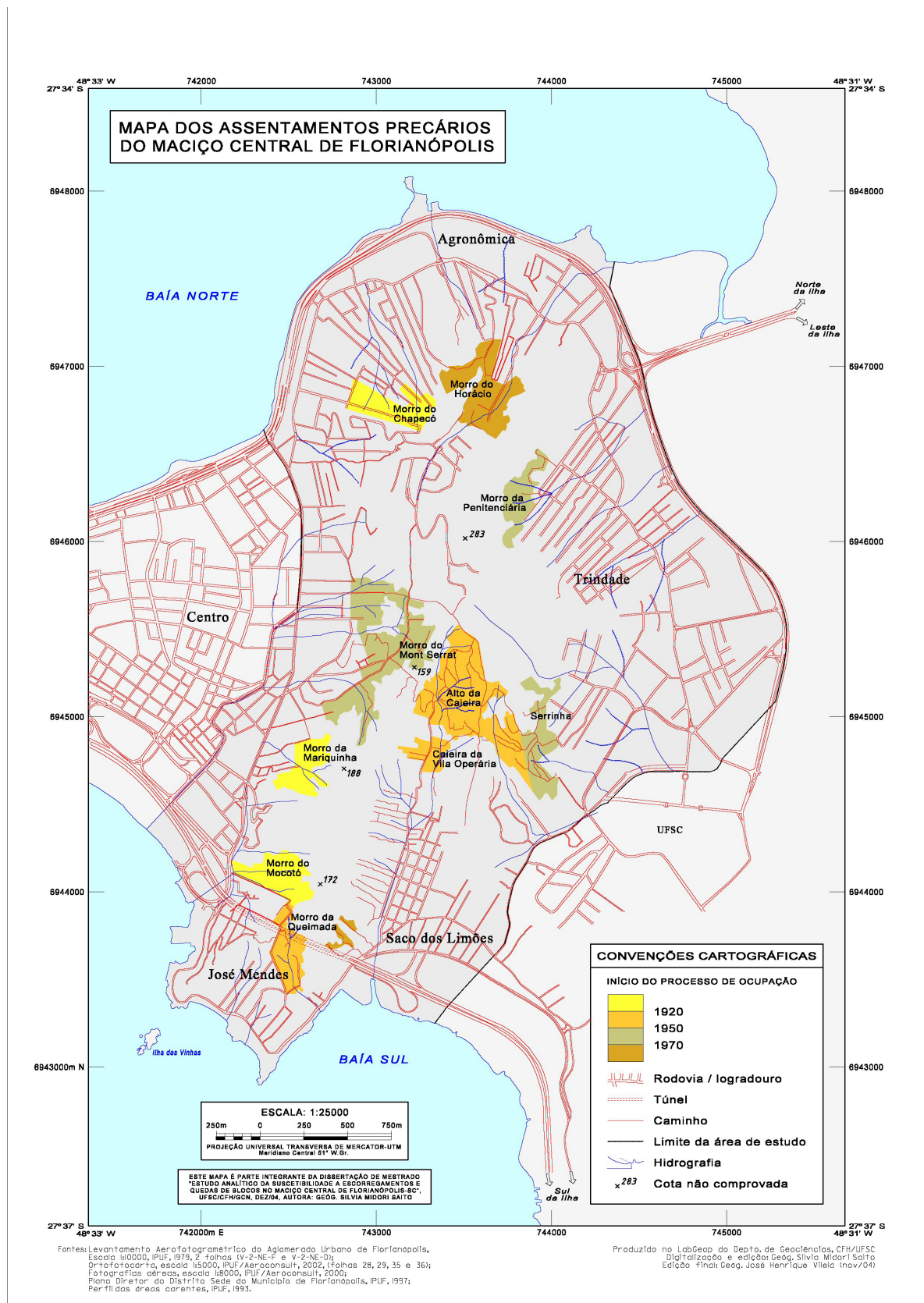
As **Áreas de Preservação com uso Limitado** (APL): aquelas em que as características de declividade do solo não permitem o uso sem prejuízo ao equilíbrio ecológico, ou da paisagem natural. O Plano Diretor define como APL as áreas nas quais predominam as declividades entre 30% e 46,6% e acima da cota 100m, que não estejam abrangidas pelas APPs (Saito, 2004, p.24).

As **Áreas Urbanizáveis** (AUs) localizam-se nas cotas mais baixas do Morro da Cruz, representam 31% da área total. São terrenos com declividades abaixo de 30%. As **Áreas com Restrição ao Uso** (ARUs) localizam-se nos setores intermediários das encostas do Morro da Cruz representam 41% da área total, a Carta Geotécnica propõe não haver parcelamento do solo e baixa densidade de habitação e de apenas um pavimento. Nelas deve-se fazer obras de contenção localizada, manter a vegetação existente e replantar áreas devastadas (REGO NETO e ROSA FILHO, 1986).

O Plano Diretor de Florianópolis dispõe sobre o que chama de assentamentos precários, conforme Mapa 4. Saito (2004) explica que a definição de áreas de assentamento precários foi baseada, além da interpretação das ortofotocartas, em áreas definidas pelo Plano Diretor de Florianópolis como Área Residencial Predominantemente Zero (ARP-0). Áreas mais antigas são reconhecidas como ARP-0, se constituem como legalização das áreas carentes de ocupação antiga. O Plano Diretor explica que essa é a maneira de garantir a permanência da população naquelas áreas.

Áreas delimitadas como ocupações espontâneas mais antigas, no Plano Diretor, são: Morro da Mariquinha, Morro da Caixa (Mont Serrat), Morro do Mocotó, Morro do Chapecó, Morro do 25, Morro da Penitenciária, Serrinha, Alto da Caieira, Caieira do Saco dos Limões e José Mendes.

O Mapa 4 apresenta a localização das áreas precárias do Maciço do Morro da Cruz e indica o início das ocupações elaboradas, de acordo com Saito (2004, p.25), a partir do próprio Plano Diretor e das ortofotocartas (IPUF, 2002, escala 1:5000).



**Mapa 4: Mapa dos Assentamentos Precários do Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis**

Fonte: Saito (2004)



Há uma brutal diferença de renda entre os que subiram o Maciço do Morro da Cruz e os que permaneceram no centro da cidade, a essa diferença de renda somam-se as oportunidades de trabalho e de educação. Ainda a esses últimos acresce-se a insuficiência de renda em quesitos como saúde e lazer em seus locais, ou seja, nas encostas do Maciço nenhum lazer é oferecido à população.

A população cresceu e as alternativas prosseguem parcas, cristalizadas em opções que para as crianças consistem em soltar pandorgas nas ruas e participar de espaços como o recém construído Centro Escrava Anastácia no Morro Mont Serrat e a Casa da Criança do Morro do Mocotó, que em horário oposto ao escolar também se ocupam da educação de crianças e adolescentes.

Os terrenos inclinados, de difícil acesso, sem as instalações de luz, água e saneamento básico são a alternativa para a permanência de famílias pobres na cidade. É ali que elas ainda encontram local para construção de seus casebres e neles a construção de suas vidas, de seus sonhos, de suas esperanças. Entretanto, soluções arquitetônicas já existem, a dificuldade é o acesso desses moradores a elas, conforme explica Afonso (1999, p. 25) “já não existem soluções impossíveis para a engenharia, passando a ocupação das encostas a limitar-se aos condicionantes econômicos determinados pelos empreendedores e ao arrojo dos projetistas”.

As ruas existentes no Morro da Cruz partem de sua base e avançam em direção ao seu topo, suas direções foram definidas segundo a orientação das vertentes do morro, em geral são retas e longas, não há, praticamente vias transversais que as interceptam, de tal forma que poucas são as vias de comunicação de um bairro a outro nessas encostas.

As encostas do Morro da Cruz observadas à distância aparecem como interessantes e pitorescas, entretanto, percorrer suas ruas é aventurar-se, algumas assumem a forma de escadarias, outras são extremamente estreitas, não existem passeios, praças ou parques para atenuar o percurso.

Obviamente quem mais sente a aridez desses caminhos são os moradores desses espaços. Hoje, entretanto, a aventura não mais se encontra em percorrer os desníveis e a estreiteza das ruas das encostas do Morro, ali também se acomodou outro tipo de ameaça, muito mais tensa, e mais difícil de ser controlada ou eliminada. O Maciço do Morro da Cruz passou a ser espaço dos traficantes de drogas e de armas que seguidamente disputam entre si a hegemonia de pontos de venda: significa uma dura batalha, é a vida real se fazendo de forma violenta, degenerada, com troca de incontáveis tiros saídos dos mais variados tipos de armas, qualquer vida que por ali circule corre sério risco, muitas já se perderam.

O Diário Catarinense (19/06/2003, p.12) mostrou que 80% dos assassinatos registrados no ano de 2003, na região da Grande Florianópolis, envolviam drogas. De acordo com os participantes do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, em 2003 cerca de 90 mortes ocorreram naquele espaço; no ano de 2002 foram registradas 185 mortes na cidade. Sua grande maioria são de jovens com idade inferior a 25 anos e com ligações com o narcotráfico.

Nas entrevistas com lideranças comunitárias (pesquisa de campo em 2001, 2002, 2003 e 2004) colocam a dificuldade de viver nos Morros em vista da densidade do tráfico de drogas e de muitos líderes sofrerem ameaças. Como foi o caso de um líder comunitário do Morro Mont Serrat que teve sua casa alvejada por projéteis de armas de fogo, por traficantes e foi obrigado a transferir-se com sua família para outro local. Outros denunciam que os traficantes estão comprando diversas casas pelos Morros que servem ou como forma de manter o controle sobre a comunidade, no sentido de o traficante aparecer como dono do Morro e ceder algumas dessas casas para alguns moradores, ou como local para a comercialização de drogas.

E, em extensas reportagens, o Diário Catarinense (16/10/2005, p.36-7 e 20/11/2005, p.33-5) expõe o ambiente e as condições degenerativas a que estão submetidos milhares de pessoas nas Encostas do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis. Uma das matérias traz como título geral “*Riqueza de poucos aumenta a miséria*”, e aponta que segundo dados do ano de 2004, da Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, dos 61.445 moradores das comunidades pobres, 50% tem renda mensal de até dois salários mínimos. Mais da metade tem como fonte de renda o trabalho na coleta de material reciclável. Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil apontam que no ano de 1991 a intensidade da indigência em Florianópolis era de 42,67% e no ano de 2000 aumentou para 61,89%. Em 1991 a intensidade da pobreza estava em 38,39% e em 2000 aumentou para 43,26%. A reportagem levanta também o crescimento da população nas favelas de Florianópolis e o aumento delas entre os anos de 1987 a 2004, como demonstra a Tabela 2.

**Tabela 2 – Crescimento da população nas favelas e de seu número em Florianópolis**

Ano	Crescimento da população nas favelas	Crescimento do número de favelas
1987	21.393	29
1992	32.290	42
1996	40.283	46
2000	54.340	55
2004	61.445	59

Fonte: Diário Catarinense (16 de out. de 2005)

Os participantes do Fórum do Maciço calculam que no conjunto dos Morros há cerca de 35.000 mil habitantes. Em torno de 80% destes moradores, possuem terrenos e casas em situação irregular.

Desde o final da década de 1990, especifica Afonso (1999, p.70-71), identificam-se diversos problemas na ocupação das encostas do Morro da Cruz, os quais relacionamos conforme segue:

- Últimos vestígios das matas originais ou em avançado estado de recomposição vêm sofrendo desmates;
- As vias dos morros em sua maioria não possuem calçadas;
- Inexistem praças, mirantes ou parques para o uso público ao longo das encostas;
- A hierarquia viária mantém-se como o antigo anel que se limita ao seu contorno não favorecendo outras formas de conexão acima nas encostas;
- Inúmeras torres de transmissão fazem do ponto culminante do Morro da Cruz um perigoso labirinto, piorado com o ruído dos seus transformadores;
- Diversos perigos naturais, sem a utilização de recursos de contenção, colocam em risco a vida dos habitantes.

A esse rol de problemas que cercam o Morro da Cruz e a vida de seus habitantes acresce-se, entre outros: falta de coleta de lixo de forma sistemática, principalmente em pontos mais elevados do Maciço; inexistência de saneamento básico, fornecimento de água e luz à moradores que “aventuram-se” a residir em seus pontos mais elevados, estes são feitos via “gatos”; para acesso em diversos pontos mais elevados não há transporte coletivo e em outros esse acesso só se faz via longas e cansativas escadarias; problemas com a segurança em vista da existência de tráfico de drogas e armas. Conforme relatos extraídos de Coppete (2003, p.88):

Outro dia eu combinei com a minha amiga A para ela me esperar, mas daí ficou escuro e ela foi embora. Quando eu disse: Ó Aline, custava me esperar? E ela disse que custava porque ela tinha medo de ficar até no portão. E eu acho que agora tá todo mundo assim por causa da violência. A gente tem medo (J. 8 anos).

Eu tenho medo de morrer por bala perdida (F. 12 anos).

Eu tenho medo de morrer assim. A gente está indo para a escola, e uma bala perdida pega em nós (V. 10 anos).

Em um levantamento efetuado em 1987 pelo IPUF, encontrou-se na cidade de Florianópolis 40 áreas caracterizadas como carentes, sendo 19 no continente e 21 na Ilha. Nesse período estimava-se a população carente em cerca de 30.561 pessoas, sendo a

população de Florianópolis naquele ano estimada em 232.226 habitantes (IPUF, julho de 1993, p.03).

Em 1993, realizou-se um novo levantamento buscando rever e atualizar o perfil das áreas carentes do município de Florianópolis. Este novo perfil apresenta dados de 46 áreas carentes, sendo 28 na Ilha e 18 no Continente, estimando-se em 32.202 pessoas carentes. Este número, em 1993, representava 12,63% da população do Município que neste ano, segundo o IBGE, era de 254.941 habitantes (IPUF, julho de 1993, p.03).

Neste trabalho observou-se que algumas áreas foram perdendo o perfil de carentes, como as áreas mais baixas, no sopé do Maciço do Morro da Cruz e pequenas áreas no interior de alguns bairros, como Córrego Grande, Pantanal e Itacorubi. O relatório coloca que essas alterações deram-se, sobretudo à especulação imobiliária empurrando a população à outras áreas<sup>33</sup> (IPUF, julho de 1993, p.03).

O levantamento de 1987 considera área carente os espaços populacionais onde cerca de 70% das famílias possuem renda média entre 0 a 3 salários mínimos. Sendo que estas áreas, além da carência sócio-econômica, apresentam problemas na área de habitação e infraestrutura sanitária, de equipamentos e serviços urbanos. (IPUF, julho de 1993, p.03).

O perfil das áreas carentes, efetuado pelo IPUF em 1993, utilizou-se da seguinte metodologia para realizar o cadastramento destas áreas: definição das áreas carentes pelo reestudo dos levantamentos de 1987 e 1991; pesquisa de campo para observação, demarcação cartográfica e coleta de dados; levantamento de dados em mapas de cadastro; demarcação das áreas em escala de 1:7.500 e 1:25.000; levantamento fotográfico das áreas. Sendo que em todas estas etapas, o IPUF utilizou como instrumento básico a observação em campo e o diálogo com as Associações de Moradores e com os próprios moradores (IPUF, julho de 1993, p.04).

Neste levantamento, levando-se em conta o de 1987, o IPUF verificou que além de algumas áreas deixarem de existir como carentes e o surgimento de novas, houve o adensamento das antigas (IPUF, julho de 1993, p.06).

Das 28 áreas carentes da Ilha, 17 estão localizadas nas encostas do Maciço do Morro da Cruz, o que representa um percentual de 67,61% do número de pessoas carentes da capital catarinense, e são, em geral, as de ocupação mais antiga. Estas áreas estão localizadas próximas ao centro da cidade de Florianópolis, isto se justifica, de acordo com o IPUF (julho

---

<sup>33</sup> Por não nos interessar neste trabalho, eliminamos do trabalho do IPUF, áreas consideradas carentes fora do Morro da Cruz. Quem se interessar por todas essas áreas consultar: IPUF – Perfil da Áreas Carentes - Ilha, julho de 1993.

de 1993, p.06), pela não utilização do transporte coletivo para chegar-se ao centro da cidade. Ressalta porém, que em algumas áreas a ocupação está ocorrendo acima dos limites recomendáveis, contrariando a legislação de uso do solo (áreas de preservação permanente), sobretudo pela instabilidade de parte dos terrenos (IPUF, julho de 1993, p.06).

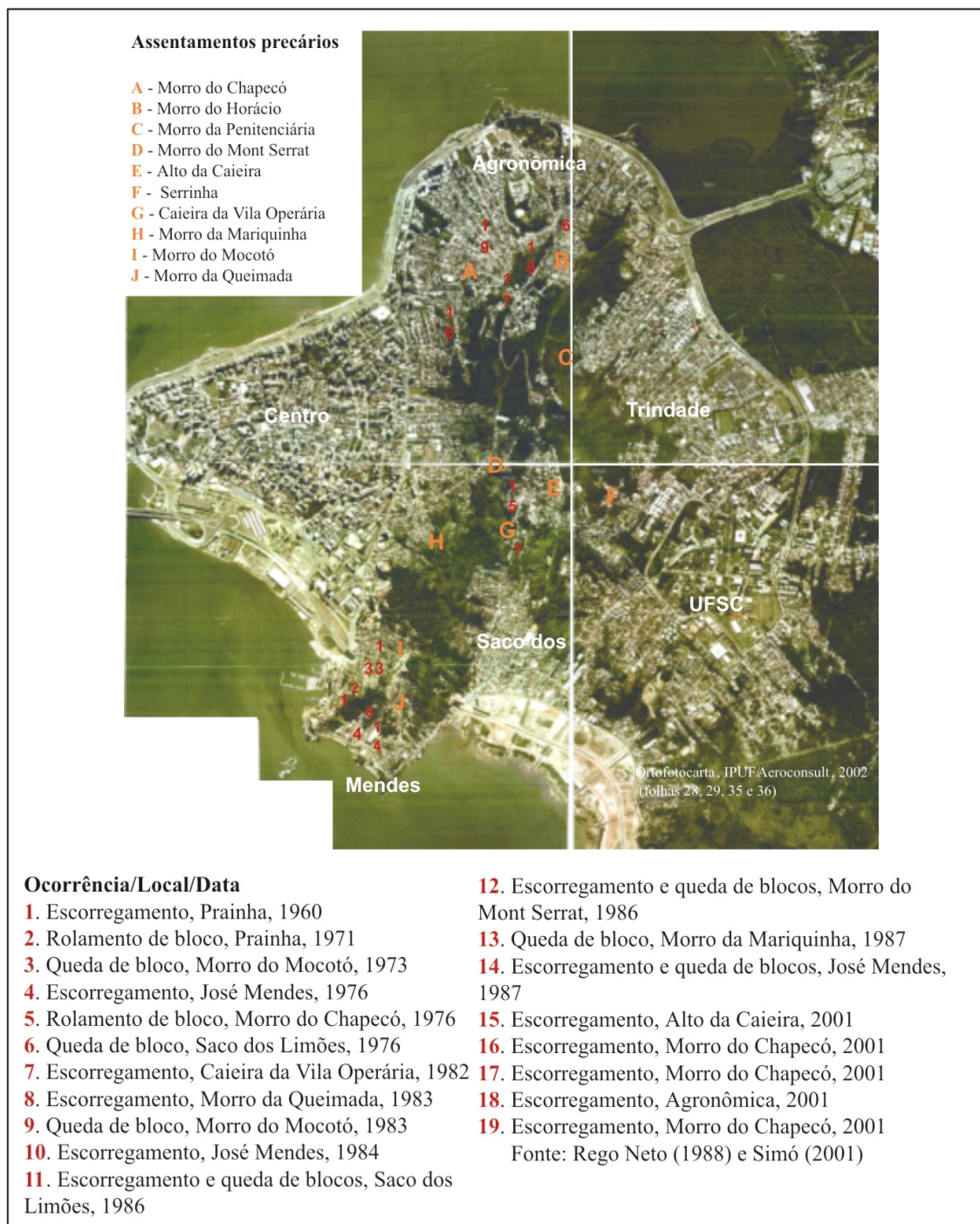
**Tabela 3: Comunidades carentes no Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis – 1993**

MORROS	NÚMERO DE FAMÍLIAS		NÚMERO DE PESSOAS	
	Total	Carentes	Total	Carentes
Morro do Mocotó	362	257	1.557	1.105
Morro da Mariquinha	367	311	1.578	1.337
Morro Mont Serrat	500	366	2.100	1.538
R. Laudelina Cruz Lemos	-	30	-	126
Sts. Clara / Monsenhor Topp	93	82	413	364
Rua José Boiteux	-	67	-	288
Rua Ângelo Laporta e adjacências	-	62	-	261
Morro do Céu	-	43	-	115
Morro do 25 e Nova Trento	151	126	648	542
Morro do Pedregal	116	116	522	522
Morro do Horácio	450	219	1.935	941
Vila Santa Rosa	126	126	630	630
Morro da Penitenciária	330	277	1.485	1.246
Serrinha I	-	106	-	477
Serrinha II	60	60	258	258
Morro da Queimada	142	115	610	495
Morro do Quilombo	85	61	366	262
<b>Totais</b>	<b>2.782</b>	<b>2.424</b>	<b>12.102</b>	<b>10.507</b>

Fonte: IPUF (1993)

As áreas carentes da Ilha, conforme entendimento do IPUF, estão localizadas nos relevos menos favoráveis à ocupação humana. Estão situadas nas encostas próximas ao centro da cidade de Florianópolis. Caracterizam-se por ter, em geral, declividades médias a elevadas, as altitudes variam de 10 a 150 metros em média e situam-se entre as cotas de 50 a 100 metros. Os perfis das encostas são de tendência retilínea, alguns se localizam em anfiteatros ou fundos de vale. De modo geral, as áreas apresentam problemas para a urbanização, necessitando cada uma, tratamento específico. Algumas áreas trazem problemas quanto à bacia hidrográfica, pois a ocupação desordenada compromete a preservação dos mananciais,

acarretando a obstrução de pequenos córregos e o desmatamento de suas margens causando problemas de drenagem, erosão e poluição das águas (IPUF, julho de 1993, p. 8).



**Figura 5: Assentamentos precários**

Fonte: Saito (2004)

A maioria das áreas carentes está localizada sobre solos derivados de decomposição de rochas graníticas. Quando estes solos são expostos, pela retirada da cobertura vegetal, à ação

de chuvas, eles têm tendência à erosão pronunciada. Para a implantação de residências, devido a topografia desfavorável, produzem-se taludes<sup>34</sup> de corte e aterro. Esses cortes no terreno instabilizam-se pela ação predominante da erosão que pode levar também ao desmoronamento. Os taludes de aterro são realizados sem boa técnica e geralmente necessitam de contenção. Acima das áreas de solo granítico são comuns os afloramentos de rochas graníticas nas partes íngremes das encostas. Estes afloramentos muitas vezes contém blocos de rocha em posição de estabilidade precária, ameaçando residências localizadas logo abaixo (IPUF, julho de 1993, p. 8).

Associado aos granitos, nas encostas há rochas de origem basáltica<sup>35</sup>, algumas vezes preenchendo falhamentos, alguns de grande porte, que dão origem a solos residuais de diabásio e colúvios de matriz argilosa<sup>36</sup>. Estes terrenos são naturalmente instáveis, e a ocupação potencializa estes riscos (IPUF, julho de 1993, p. 8).

O levantamento do IPUF (1993, p.10-1) traz que a primeira origem de grande parte da população habitante na área do Morro da Cruz é rural. A renda média, no período pesquisado, em sua maioria, situa-se entre 1 a 2 salários mínimos por família. As famílias mais jovens tinham em torno de 3 a 4 membros, ainda existem famílias com maior número de filhos, o que dificulta a sua sobrevivência com os baixos rendimentos. As áreas onde vivem, podem ser caracterizadas como: áreas com precariedade e/ou inexistência de infra-estrutura urbana, no que se refere particularmente a rede coletora de esgoto; áreas situadas, às vezes, em locais de difícil acesso; áreas com espaços públicos reduzidos; áreas de lotes geralmente pequenos, em média 70m<sup>2</sup>, variando deste tamanho, o da própria casa. A divisão dos lotes é quase sempre aleatória. A organização espacial ocorre de forma diferenciada, dependendo da topografia, do tempo de ocupação, do grau de organização da comunidade e também da forma como ocorreram as ocupações. As habitações variavam desde um barraco de madeira com área de 4m<sup>2</sup>, até construções de alvenaria com áreas, às vezes, superior a 60m<sup>2</sup>.

Constatou-se que a procedência desta população está seguindo a seguinte ordem: Planalto Serrano; Florianópolis; Oeste do Estado; Sul do Estado; Região da Grande

---

<sup>34</sup> Talude é um termo da eng. civil que pode significar encosta de morros ou ainda cortes feitos pelo homem nas encostas (barrancos).

<sup>35</sup> Tipo de rochas, na realidade, o nome desta rocha é diabásio. É uma rocha escura que se formou em fraturas dentro de outras rochas, no caso do morro da cruz, ela se formou geralmente no meio de granitos (outro tipo de rocha).

<sup>36</sup> Solos residuais de diabásio. Quando a rocha diabásio fica exposta às intempéries da superfície do planeta, ela se altera (apodrece), como todas as outras rochas, e forma solo. Graças à alteração das rochas podemos ter solo e, por causa deste, temos alimentos. O solo que deriva de diabásio é geralmente mais argiloso e vermelho do que aquele que deriva da alteração dos granitos. Colúvios são depósitos de sedimentos, ou seja, material que alterou de uma rocha, virou solo, mas foi erodido, transportado e depositado para outro lugar. Quando se diz que ele tem a matriz argilosa significa que ele é mais argiloso do que arenoso ou cascalhento, mas que pode conter fragmentos maiores no seu interior, porém a maior parte é argila (matriz).

Florianópolis; outros Estados (RG e PR); Norte do Estado; Vale do Itajaí; outros países (Argentina e Paraguai).

O IPUF verificou que em vista da grande incidência da população ser do próprio município de Florianópolis que pelo baixo poder aquisitivo ainda não conseguiu ter a sua casa, nem pagar aluguel, restando-lhe o espaço do Maciço Morro da Cruz como única possibilidade de habitar. Há também alguns outros Morros como o Morro da Penitenciária que concentram famílias de uma mesma região, em sua maioria do Planalto Serrano.

O motivo da ocupação, sobretudo, por aqueles que chegaram ao Município pela primeira vez, foi a busca de melhores condições de vida, caracterizado pela possibilidade de tratamento de saúde, educação para os filhos e trabalho. Todos os que abandonaram a zona rural, o motivo foi a falta de terra para trabalhar (IPUF, julho de 1993, p.13).

A ocupação da área urbana, de acordo com a pesquisa do IPUF (idem), representou para todas as famílias, também a possibilidade de uma casa, uma moradia, onde podem concretizar a realização de suas necessidades básicas.

O início das ocupações, nestes áreas, deram-se em décadas distintas, as mais antigas são as situadas no Morro da Cruz:

- anterior a 1920 um índice de 6,53%;
- nos anos de 1920 a 1940 um índice, também, de 6,53%;
- de 1940 a 1950 com 8,69%;
- de 1950 a 1960 um índice de 8,69%;
- de 1960 a 1970 o índice foi de 15,22%;
- de 1970 a 1980 com 19,56%;
- e a partir de 1980 um índice de 34,78%.

Os motivos deste adensamento populacional devem-se a fatores já especificados como: a concentração em Florianópolis das concessionárias estatais, como Eletrosul, Casan e Telesc; a criação das Universidades; o incremento da construção civil na década de 70; e, particularmente, a política agrária, que desencadeou um grande fluxo de migração interna no Estado; a divulgação da Capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, como pólo turístico. (IPUF, julho de 1993, p.13).

Considerou-se que as áreas de baixa renda em expansão na Ilha eram: Caiera da Vila Operária, José Boiteux, Morro do Quilombo, Morro do Pedregal. Áreas de baixa renda com tendência a melhoria, foram consideradas na época: Morro do Horácio, Morro Mont Serrat,



Mariquinha, Morro do Quilombo, Morro da Queimada. Algumas áreas carentes, particularmente aquelas situadas no Morro da Cruz, demonstravam, no período, uma melhoria no padrão habitacional, principalmente na parte mais baixa do morro (IPUF, julho de 1993, p.14).

Nas áreas do Morro da Cruz a grande maioria dos homens trabalha na construção civil, como servente, pedreiro e carpinteiro. Em seguida, tinha-se a categoria “biscates”, que se refere a uma variedade de tarefas, com vendedor ambulante, catador de papel, jardineiro, trabalhos braçais, todos sem qualquer vínculo empregatício e sem qualquer qualificação profissional para o trabalho urbano. Trabalhadores nos serviços públicos existem, mas a incidência é baixa, aparecendo somente em algumas comunidades, e naquelas de ocupação mais antiga (IPUF, julho de 1993, p.15).

As mulheres, em sua maioria, trabalham como faxineiras e domésticas e, nem sempre com carteira assinada. A sua renda, no entanto, é indispensável no orçamento familiar (IPUF, julho de 1993, p.15).

A maior incidência de renda está situada na faixa entre 1 e 2 salários mínimos. Sendo que a faixa entre 2 a 3 salários mínimos aparece em apenas quatro comunidades da Ilha, e a de 3 a 5 salários é pequena, presente em apenas 3 comunidades da Ilha, igual ou acima de 5 salários aparecem somente 2 áreas. O mais alto percentual está na primeira faixa de 1 e 2 salários mínimos, constata a pesquisa (IPUF, julho de 1993, p.15).

Deste levantamento, o IPUF (idem) concluiu que, de fato, a situação do emprego/trabalho da maioria dos responsáveis pelas famílias está relacionado ao setor terciário e, na maioria das vezes, representa uma ocupação instável. Também a média da renda familiar é baixa, o número médio de membros por família está entre 4 e 6, concluiu-se, então, na época, como sendo insuficiente para suprir as necessidades básicas de cada família.

O índice de escolaridade dos chefes de famílias da Ilha era:

- analfabetos: 11,10%;
- primeiro grau incompleto: 72,10%;
- primeiro grau completo: 10,40%;
- segundo grau incompleto: 4,20%;
- segundo grau completo: 1,50%.

A situação escolar dos menores de 12 anos apresenta condições regulares, a maioria estava freqüentando a escola. Todavia, coloca o relatório, sabe-se que a evasão escolar, a

partir da 4ª série é significativa em muitas áreas carentes, embora não se tenham dados precisos sobre este fato. A maior justificativa da evasão é a necessidade do trabalho para o auxílio no orçamento familiar (IPUF, julho de 1993, p.15-6).

O quadro da infra-estrutura, no período da pesquisa (IPUF, julho de 1993, p.17-21), pode ser resumido como segue:

- Rede de água:
  - rede completa: 50%
  - rede incompleta: 10,70%
  - rede mista (CASAN e outros): 17,90%
  - outra forma de abastecimento: 21,40%. Esta outra forma de abastecimento diz respeito à água retirada de poços, cachoeira ou bica. Algumas casas localizadas em morros abastecem-se através de mangueiras.
- Sistema de esgoto: trata-se do serviço mais precário. Apenas duas áreas da Ilha tinham implantado o sistema de coleta e tratamento final do esgoto. Em algumas áreas existe o sistema de coleta e tratamento por fossa e sumidouro. Também existe fossa negra, e havia ainda, muito esgoto correndo a céu aberto. Com o sistema completo havia um percentual de 7,10%; o incompleto em 64,30%, nenhum sistema: 28,60%;
- Rede elétrica e iluminação pública: rede completa em 78,60%; incompleta em 17,90%, sem rede 3,50%. Com relação a iluminação pública existia a seguinte realidade: completa: 39,30%; incompleta; 50,00% e em 10,70% ela não existe. Está incompleta em 14 áreas da Ilha;
- Drenagem: não havia, no período, nenhuma completa; incompleta em 75% e nenhuma em 25%;
- Pavimentação/Escadarias: nenhuma pavimentação completa; 71,40% encontrava-se incompleta e 28,60 não existia (nenhuma de acordo com o relatório);
- Coleta de lixo: não abrange toda a área, particularmente as situadas nas encostas. A situação geral da coleta fazia de forma completa em apenas 17,90% das áreas; incompleta em 64,30% e nenhuma em 17,80%;
- Transporte coletivo: todas as áreas estavam servidas pelo transporte coletivo;
- Acesso interno de veículos: no período, na maioria das áreas era possível o acesso de veículos. Somente nas áreas de encostas, onde há as escadarias, ou onde o dimensionamento das vias é insuficiente, não se fazia possível o acesso a veículos;

- Situação habitacional: no período em que foi efetuado o perfil, segundo o IPUF (julho de 1993, p. 22) nos Morros de Florianópolis onde as ocupações foram antigas, a maioria das famílias possuía o título da terra. O tamanho dos lotes tem uma variação entre 30 e 360 m<sup>2</sup>, sendo que a média é em torno de 70 m<sup>2</sup>. Um grande número de habitações encontravam-se em estado precário, necessitando de melhorias, notou-se alguns casos de coabitações. Das 3.590 habitações pesquisadas na Ilha, 2.455 encontravam-se em estado precário de conservação. A maioria delas são de madeira, algumas mistas (alvenaria e madeira). Quando o morador é proprietário do terreno a casa foi sendo melhorada, ou até reconstruída em alvenaria.

Os equipamentos urbanos ou comunitários estão assim distribuídos pelas áreas:

- Postos de saúde: existia em 12 áreas da Ilha;
- Escola: existente somente em duas áreas. Havia muitas queixas da dificuldade de conseguir vagas em escolas localizadas no centro de Florianópolis;
- Creche: existente somente em 6 áreas e não conseguia atender a todas as crianças;
- Centro Social: também somente em 6 áreas;
- Áreas de lazer: nas áreas da Ilha não havia estes espaços;
- Comércio: o existente se caracteriza como bar, venda ou pequeno armazém, correspondendo às necessidades emergentes e básicas;
- Telefone público: existente em quase todas as áreas;
- Segurança: identificado como a existência de um posto policial, existia em 5 áreas da Ilha;
- Serviço de Correio: atendia satisfatoriamente a comunidade;
- Grupos organizados: na Ilha havia 19 áreas com algum tipo de organização comunitária, como associações de moradores, comissões, conselhos comunitários, grupos de jovens, de mulheres, idosos, grupos de futebol, entre outros. Muitas comunidades são assessoradas pelo CEDEP (Centro de Educação e Evangelização Popular);

Deste perfil realizado pelo IPUF (julho de 1993, p. 29), concluiu-se que as principais carências nas áreas da Ilha eram:

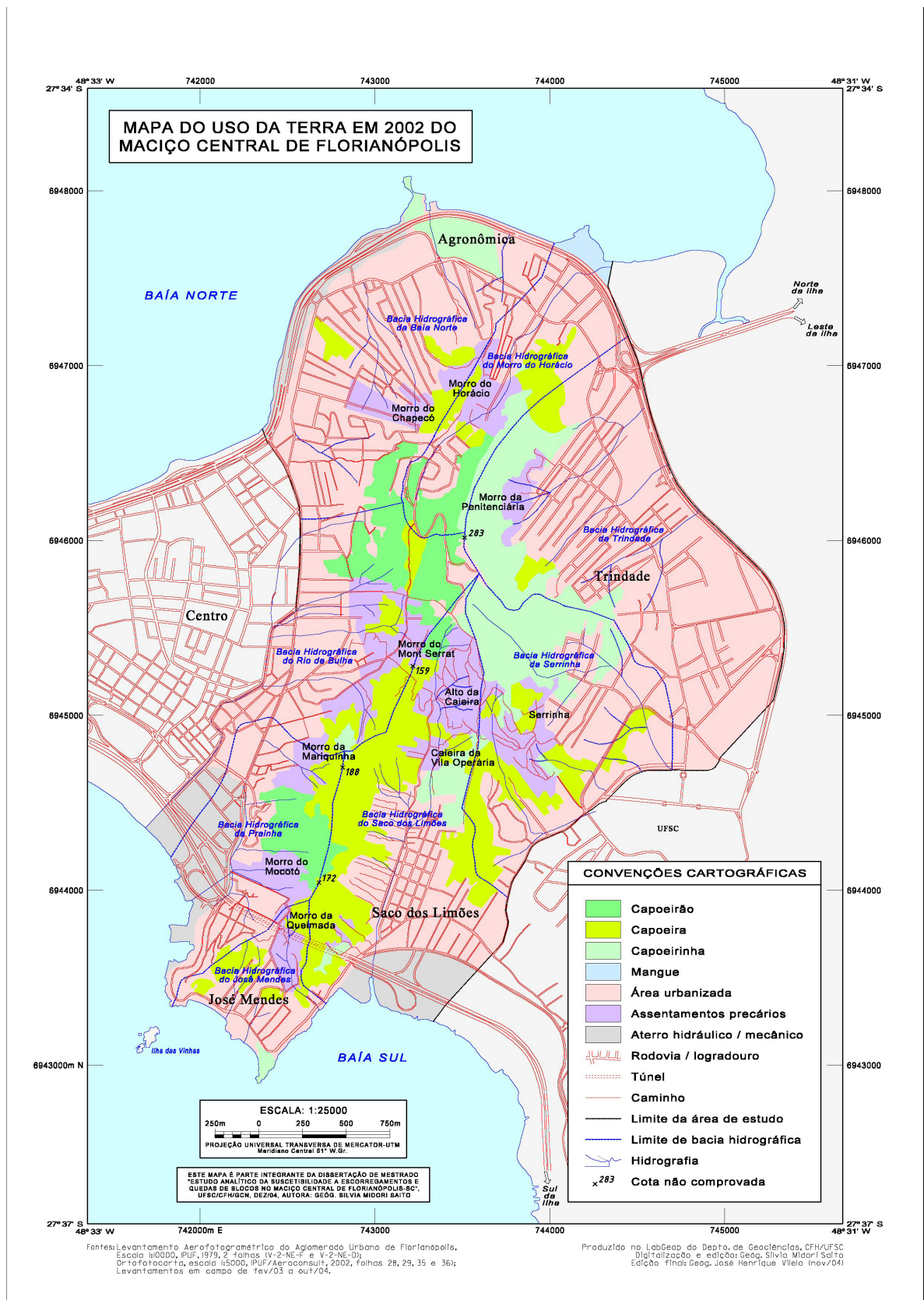
- Saneamento básico (rede coletora de esgoto); melhorias habitacionais; urbanização da área (compreende pavimentação, abertura de ruas, acessos internos, etc); regularização

da terra; contenção de encostas; coleta e tratamento do lixo; vagas em creches; atendimento no Posto de Saúde; Iluminação pública; Telefones públicos.

E os principais problemas sociais levantados pelo perfil foram:

- Narcotráfico; desemprego, subemprego; desorganização da comunidade; não regularização da posse da terra; baixa renda familiar; desqualificação profissional; roubo na comunidade; menor abandonado; inexistência de creches; degradação do meio ambiente; crianças fora da escola (evasão escolar).

O Mapa 5, Mapa de Uso da Terra do Maciço do Morro da Cruz, de acordo com Saito (2004, p.50) foi realizado a partir das ortofotocartas, 2002, escala 1:5000, IPUF. As classes para o mapeamento foram escolhidas pela sua maior ou menor suscetibilidade aos escorregamentos. A classificação adotada foi: Capoeirão, Capoeira, Capoeirinha, Mangue, Áreas urbanizadas, Assentamentos precários e Aterro. (SAITO, 2004, p.50).



**Mapa 5: Mapa do Uso da Terra em 2002 do Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis**  
Fonte: Saito (2004)

Desde o início da ocupação, o Maciço Central recebeu pessoas impossibilitadas de adquirir terrenos e casas em áreas urbanizadas centrais de Florianópolis, cujo preço excedia a sua capacidade de pagamento. Eram já os empobrecidos que subiam ao Morro, empurrados pelo avanço do processo capitalista de produção e reprodução da vida que se intensifica em Florianópolis após o primeiro terço do século XX. São ex-escravos, trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas, funcionários públicos que nas repartições servem cafés, limpam o chão, entre outros trabalhos que não exigem qualificação, outros ainda que vivem de pequenos biscates. Atualmente, ainda são essas as atividades exercidas pelos moradores das áreas do Maciço Central do Morro da Cruz, outros encontram no narcotráfico e na prostituição formas alternativas de sobrevivência, a barbárie como condição de vida, se é que de vida se pode chamar. Outros buscam organizar-se de forma coletiva, para juntos trilhar e construir novos caminhos possíveis que brotam sob essas condições.

Em pesquisa recente realizada por Pimenta e Pimenta (2002, p. 5) no Maciço Central de Florianópolis, apontam que 63,82% dos entrevistados declarou a compra de seus terrenos, a esse percentual os pesquisadores somaram a obtenção de lotes via trocas, elevando-se a 76,59% dos terrenos que foram comprados, indicando a existência de um comércio imobiliário naquele espaço. Somente 14,89% dos moradores declararam ter ocupado a terra. Embora o percentual de compra dos terrenos seja elevado esse fato não garante a existência de uma documentação legal dos lotes e sim, identifica a posse da terra ou via recibo de compra e venda, esses totalizam 38,32%. E 51% não possuem qualquer documentação de seus lotes de terra. Não há, portanto, qualquer estabilidade legal nas áreas ocupadas pelas moradias.

A pesquisa, Pimenta e Pimenta (2002, p. 6) acrescentam que, com raras exceções, o tamanho médio das casas varia entre 2 e 8 m<sup>2</sup> por habitante, “bem inferior aos padrões de classe média baixa da cidade (30m<sup>2</sup>)”. Ainda há falta de banheiros inteiros, que pode estar associada “à inexistência de esgoto e ao precário serviço de abastecimento de água para compor um ambiente pouco salubre, agravado pela disputa dos jogos infantis com o lixo depositado no local” (idem).

Assim vai se configurando uma ruptura entre o centro desenvolvido e organizado e os Morros que o circundam como o espaço precarizado, espaço da barbárie.

O acesso à vida urbana é praticamente inexistente, a cidade aparece como paisagem longínqua e lugar para a satisfação precária dos serviços indispensáveis. A partir desses dados, coletados no local, intelectuais universitários de diferentes formações pretendem elaborar o Plano Comunitário de Urbanização e Preservação do Maciço Central de Florianópolis, restituindo aos habitantes o sentimento de pertencer à sociedade local e o direito à cidade. (PIMENTA E PIMENTA, 2002, p. 6).

#### **1.4 Fases de manifestação e desenvolvimento do processo capitalista de produção em Florianópolis e no Maciço Central do Morro da Cruz**

A primeira fase de manifestação e desenvolvimento do processo capitalista em Florianópolis pode-se situar como anterior a Independência do país, em que imperava o Estatuto Colonial. A migração açoriana a partir de 1748, povo essencialmente pescador e agricultor, em vista da vigência de tal Estatuto, não trouxe prosperidade aos habitantes da Ilha, que aqui viviam em precárias condições humanas e estruturais.

Nesta primeira fase de desenvolvimento do processo de produção capitalista, forma de produção da vida vigente na Europa e trazida para cá pelos homens daquele continente como forma comum, simples e natural dos seres vivos garantirem a vida e reproduzirem-se como tais. Aqui se manifestando ainda como forma atrasada, em vista dos obstáculos impostos pela natureza, ela mesma transformada em mercadoria à medida que as árvores daqui foram comercializadas, utilizadas para valorizar o valor. Além dos elementos da natureza transformados para este fim único, também se fez uso de práticas antigas, já extirpadas de graus mais desenvolvidos da civilidade do capital, como o trabalho de seres humanos escravizados, mobilizados pela força, pela violência física, pelo chicote para propiciar a acumulação necessária ao vigor pleno das positivities e negatividades da manifestação capitalista de produção da vida também neste continente. Tal qual Marx já havia evidenciado: o capital tem vocação mundial<sup>37</sup>.

A segunda fase ocorreu com o fim do Estatuto Colonial, após a Independência brasileira, seus efeitos em Florianópolis, porém, puderam ser sentidos somente após os anos de 1850 quando imigrantes alemães e italianos aqui aportaram impulsionando as indústrias: têxtil, alimentícia e extrativa de madeira. Fase esta que vai até a primeira metade do século XX. Nela temos o aparecimento de chácaras, sobrados, etc., que caracterizavam a fisionomia urbana da cidade de Florianópolis naquele período. O Maciço Central do Morro da Cruz também teve seus contornos marcados por ela, nele se instalaram chácaras principalmente para a criação de gado.

A manifestação do capital vai se libertando das formas arcaicas e revelando sua essência, o trabalho do escravo, agora liberto do chicote passou a ser mercadoria comprada e vendida como também de outros homens, independente de cor da pele, dos olhos, ou da

---

<sup>37</sup> Cf. PRADO JUNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1977.

estatura física, todos destituídos dos meios de produção, e transformados em trabalhadores assalariados, forma mais avançada do capital se fazer capital e implementar as relações sociais que lhe são próprias: o salário, o lucro/juro e a renda da terra. Na segunda década do século XX era feito Governador do estado Hercílio Luz, iniciando a construção de rodovias e melhoramentos urbanísticos. A Presidência da República do país, na década de trinta, era exercida por Getúlio Vargas, presidente considerado populista, refletindo-se em Florianópolis no crescimento de diversos serviços públicos. Fatos que levam a definição da terceira fase de desenvolvimento da cidade. No Maciço Central já se delineava sua configuração atual, os pobres da cidade subiam os Morros, lá encontravam local para organização de suas vidas, instalavam-se ali em vista de ninguém mais o querer fazê-lo dadas as difíceis condições geográficas das áreas pouco atrativas a valorização mobiliária.

Uma quarta fase tem início com a normatização do tráfico marítimo, a desativação do Porto, o término do comércio marítimo e ao mesmo tempo em que ocorre um acentuado aumento do funcionalismo público que desenha na cidade suas características, aparecendo com fortes traços de cidade administrativa, fornecedora de serviços públicos. Chácaras vão sendo retalhadas, os sobrados sedem lugar aos blocos de concreto, aterros se fazem necessários e mais vias para dar suporte ao tráfego de automóveis que movimentam a cidade. Os Morros, já densos de povoamentos da própria cidade, recebem sempre mais migrantes de outras cidades do estado, que buscam aqui novas oportunidades e vão exprimindo-se cada vez mais para o alto, ocupando áreas de risco, escadarias já antigas se fazem sempre com maiores degraus para outros acessos. Cada vez mais pessoas, cada vez mais pobres.

O processo capitalista configura a cidade de Florianópolis. Os donos dos meios de produção, e altos funcionários governamentais, adquirem as melhores áreas que se valorizam sempre mais com o próprio processo de desenvolvimento capitalista. Sem acesso a essas áreas os pobres já existentes aqui e outros atraídos para cá, ou expulsos de seus espaços anteriores em vista do grau elevado de empobrecimento, encontram na subida das encostas do Morro da Cruz local próprio para se estabelecer, construir suas parcas e pobres casas e vender sua força de trabalho no centro, logo abaixo do Morro, sem necessidade de uso de qualquer tipo de transporte, o acesso a pé faz-se de forma tranqüila.

Podemos considerar a existência de uma quinta fase decorrente da anterior, se evidenciarmos a cidade como centro turístico, hotéis, *resorts*, restaurantes, maiores supermercados e lojas fazem-se então uma necessidade para atender aos prazeres de quem aqui vem desfrutar de lazer, fazer turismo.



O Morro da Cruz recebe cada vez mais habitações, favelas vão se adensando, loteamentos e aterros traçam novos cortes às encostas e chega-se a sua configuração atual. Exceção feita ao loteamento Morumbi e Stodieck. Aquela Cruz do Século, quase não aparece, faz-se escondida entre antenas e construções de empresas de redes de TVs no alto do Morro, poucos conhecem sua história.

Em vista de toda a falta de estrutura urbana nos bairros que contornam o Morro da Cruz, os quais relacionamos anteriormente, mais questões evidenciam-se nesses locais, que em seu conjunto aparecem como as chamadas “questões sociais”. Em nosso entendimento, nada mais são que processo e resultado da forma de produção e reprodução da vida nessa sociedade, ou seja, processo e resultado do capital manifestar-se em todos os espaços em seu mais elevado grau de civilidade (ou desenvolvimento). No Morro da Cruz, espaço no qual o capital, com suas especificidades, faz-se como processo que se manifesta em sua forma degenerativa, em sua forma de barbárie. Os homens do Maciço expressam essa relação social degenerativa. São homens regurgitados pelo capital, desnecessários a sua lógica. Essa sexta fase do processo de desenvolvimento da cidade, no espaço do Morro da Cruz, configura-se em acentuado processo empobrecimento que já se faz presente desde o início do fazer-se Florianópolis e que se potencializa por volta da década de 1990, isto é, de um lado a construção de complexos turísticos, do outro a configuração de um desenho trágico, a desvalorização de uma parcela não pequena de homens. Aspectos da imagem real, contraditória do ser capital.

O Maciço do Morro da Cruz, síntese desse espaço/tempo do capital em sua expressão degenerada, produz homens dessa época que prosseguem em sua saga historicamente determinada como vendedores de força de trabalho, fazendo-se de forma cada vez mais desvalorizada. Em muitos casos, os caminhos já se mostram descontínuos e outros se colocam como alternativa de sobrevivência e acesso as benesses do capital, como traficar drogas e armas as mais diversas; pequenas quadrilhas de meninos que mal passam dos 20 anos, em sua maioria muito menos, vêem nesse caminho uma forma de vida que não encontram em outro espaço; garotas que se fixam na prostituição como meio de sobrevivência. Fatos que se evidenciam nas fases anteriores de desenvolvimento do modo de produção capitalista em Florianópolis e se exponencializam na quinta e na sexta fases. O Maciço do Morro da Cruz manifesta-se como expressão pura do fazer-se capital degenerativo, os homens ali desvalorizam-se, degradam-se, aos poucos vão perdendo sua condição e os traços que os distinguem como seres humanos. Outros homens nesse espaço, territorialidade do capital

embolorado, produzem a sua existência como já comentamos, com os sub-empregos, são domésticas, trabalhadores da construção civil, aposentados, etc.

Entretanto, entremeados por esses caminhos alguns resolvem mudar a história e construir outra, é assim que começa a organização comunitária no espaço do Maciço do Morro da Cruz de Florianópolis que se espacializa hoje no que se convencionou chamar de “Fórum do Maciço do Morro da Cruz” e também do “Fórum de Economia Solidária”.

## 2 FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ

Os ombros suportam o mundo  
Chega um tempo em que não se diz mais: meu Deus.  
Tempo de absoluta depuração.  
Tempo em que não se diz mais: meu amor.  
Porque o amor resultou inútil.  
E os olhos não choram.  
E as mãos tecem apenas o rude trabalho.  
E o coração está seco.  
Pouco importa venha a velhice, que é a velhice?  
Teus ombros suportam o mundo  
e ele não pesa mais que a mão de uma criança.  
As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios  
provam apenas que a vida prossegue  
e nem todos se libertaram ainda.  
Alguns, achando bárbaro o espetáculo,  
prefeririam (os delicados) morrer.  
Chegou um tempo em que não adianta morrer.  
Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.  
A vida apenas, sem mistificação.  
(Carlos Drummond de Andrade)

### 2.1 Introdução

A cidade de Florianópolis aparece, nesse tempo histórico, como expressão singular da universalidade capitalista fazendo-se evidente. Esta singularidade vincula-se ao ser social, constituído no mundo burguês, tal qual o átomo ao cosmo epicurista<sup>38</sup>, partícula mais desenvolvida à época de Marx. Agora poderíamos dizer tal qual o gene humano ao seu DNA. Esse espaço local, expressão singular do capital, Florianópolis, evidencia os homens como classes sociais, homens proprietários dos meios de produção e homens não proprietários dos meios de produção, pressuposto e resultado de sua forma de ser.

Os fatores históricos que produziram esta totalidade, homens burgueses de um lado e homens trabalhadores assalariados de outro, fez-se processo possível dadas as transformações históricas na forma material de produção da existência humana. Em época em que o modo de produção escravista era a forma social de organização da vida, os homens dividiam-se em homens proprietários de terras, donos de escravos e homens escravos. Aos escravos, através da violência direta, estava posta sua saga, trabalhar todos os dias de sua existência para a produção e reprodução da vida de seus senhores; o homem escravo nesse tempo apresentava-se como simples meio de produção, mercadoria passível de compra e venda, alimentados como qualquer animal. Força produtiva mais desenvolvida à época.

A sociedade escravista foi superada pelo modo de produção feudal, processo social de produção da vida através da propriedade da terra. Alguns homens fizeram-se proprietários de terra, outros servos e alguns, ainda, artesãos. Aos servos estava fadada sua condição: ou

---

<sup>38</sup> MARX, Karl. *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. Tradução: Edson Bini e Armandina Venancio. – São Paulo: Global, s/d. Teoria. Coleção Bases 12.

trabalhar uma parte de seus dias para si e o restante na propriedade dos senhores proprietários das terras; ou uma parcela do produto de seu trabalho destinar a eles; ou efetuar pagamento da renda sobre a terra. Independente da forma, a produção da existência de todos era sua determinação social.

A força produtiva mais desenvolvida em tempos escravistas era os braços, as pernas e os músculos dos homens escravos. Em tempos feudais encontrava-se na pequena produção camponesa e artesanal, ainda sob a forma de trabalho isolado e disperso, nos quais o homem adapta e transforma a natureza segundo suas necessidades, usando sua habilidade, destreza e quantidade de trabalhadores. A união de uns com outros homens, para a produção da vida, em ambos os tempos, ocorria esporádica e eventualmente, para a construção de grandes diques, a construção das pirâmides, das igrejas, na caça de grandes animais ou ainda, nas guerras. A cooperação entre os homens não se constituiu na forma material concreta de organização da produção da existência humana. Dela não emergiu uma dinâmica material capaz de fundamentar a base da reprodução da espécie. Neste grau de desenvolvimento das forças produtivas, portanto, a cooperação não se constituiu em base produtiva para a universalização e igualdade entre os homens.

Como elementos fundantes de uma nova universalidade, para além das trocas diretas, primeiro a manufatura e depois, emergindo dela e a superando, a maquinaria e a indústria moderna vão se constituindo na forma hegemônica da igualdade humana, mas contraditoriamente, na desigualdade social. O trabalho individual e a cooperação esporádica não são mais suficientes para a produção da existência dos homens. Àqueles elementos, formas materiais da sua união sob o impulso e a vontade do capital, impõem-se a todos. Tem-se, assim, uma mudança radical na qualidade do processo produtivo que resulta em um aumento exponencial na capacidade produtiva social. A partir dessa nova forma, ninguém mais produz sua existência com o produto do seu próprio trabalho. O capital, ser social, apropria-se do processo produtivo, estabelece, pela propriedade privada burguesa, como monopólio seu, a produção da riqueza e determina como social a produção e reprodução da vida.

O capital, sob uma base puramente cooperativa, social, humana, portanto destrói, molda, subsume, transforma, adapta todos os espaços individuais e a socialização passa a ser uma necessidade histórica, não uma contingência. O novo, aqui, aparece como a socialização imanente nas forças produtivas originadas da união entre os homens e envolvidas

(amalgamadas) pelo capital. Essa universalidade capitalista transforma os homens em duas classes sociais: os proprietários e os não proprietários dos meios de produção que expressam a posição que os homens desempenham no processo de valorização do capital, e que só existe através da relação mútua mesmo que de exploração.

O trabalho social sob o capital adquire a forma burguesa, propriedade privada, e torna-se mecanismo de exploração e extração de trabalho excedente do trabalhador. Sendo, entretanto, a força histórica capaz de fazer emergir uma base material superior a todas as já experimentadas pelo homem.

O trabalho social, base para a emancipação humana, para a universalidade, liberdade e igualdade entre os homens, é, também, elemento que impede o retorno à formas de produção e reprodução da existência superadas por ele, o trabalho individual na sua forma clássica, o trabalho dos camponeses, dos artesãos e dos escravos. Retornar ao trabalho individual é negar a construção da unidade entre os homens e a possibilidade de sua emancipação.

O trabalho social como força produtiva sob o modo de produção capitalista desenvolve-se de forma antes nunca sentida e, ao mesmo tempo, o trabalho do trabalhador individual como força produtiva torna-se desnecessário. Cresce, frente aos homens, a quantidade de riqueza acumulada e cresce, para o trabalhador produtor direto, a pobreza, a indigência, a miséria e sujeição ao capital. O trabalho social, como capital, produz a acumulação de riqueza em escala sempre crescente e produz, também, os meios que fazem da classe trabalhadora uma população supérflua. Tanto o crescimento do capital como a miséria do proletariado apresentam-se como produtos de um mesmo processo (MARX, 1969, p.135). “Revela-se de um lado, progresso histórico e fator do desenvolvimento econômico da sociedade, e do outro, meio civilizado e refinado de exploração” (MARX, l.1, vol.I, 1994, p.417-18). Eis o espaço a ser superado.

Nesse início de um novo século, o capital, além de “meio civilizado e refinado de exploração”, mostra que os homens não mais conseguem ser explorados, isto é, nem mesmo conseguem ser mercadoria, vendedores de força de trabalho, tal o grau de desvalorização no qual se encontram. Resta-lhes a vida a ser efetivada.

Resta aos homens a produção da vida como ato consciente, a partir das condições dadas e produzidas pelo trabalho social, uma vez que sob o capital, ela se processa de forma sempre mais acentuada em desvalorização e degeneração dos homens trabalhadores. É necessário ir “para além do capital” (MÉSZÁROS, 2002).

## **2.2 O Maciço do Morro da Cruz, organizando-se conscientemente: um caminho transitório?**

É no espaço constituído por homens não proprietários dos meios de produção, homens desvalorizados e já desnecessários à fixação do capital, que vamos buscar elementos possíveis de constituição de uma outra sociedade, superior a capitalista. Em vista de que no espaço do capital os homens já não conseguem ser nem mesmo explorados e não dispõem de quaisquer propriedades, a não ser a sua própria vida. Na busca pela apreensão desta transitoriedade, nesse espaço, procuramos desvelar os nexos à emancipação humana, para além do capital.

Já fizemos constar como essa forma histórica organizou a cidade de Florianópolis e prossegue a fazê-lo, em suas especificidades singulares. O espaço do Maciço do Morro da Cruz configura-se como espaço dos homens que buscam vender a sua força de trabalho ao capital. Ali habitam os mais desvalorizados que lutam dramaticamente, todos os dias, para efetivarem sua condição de homens viventes. Alguns subsistem, ainda, teimosamente, em subempregos de baixa remuneração dos quais mal conseguem extrair o necessário à manutenção da própria vida e da família. Outros aguardam largamente o retorno a alguma atividade. Outros mais vão se fazendo homens através de quaisquer biscates. Há os que se degeneram ainda mais, na barbárie social, no banditismo, no narcotráfico, na prostituição, etc. Uma alternativa, quase natural, de garantia (?) de sua existência enquanto homens, se é que de homens podem ser chamados, dada a acentuada precariedade em que subsistem. Condições piores a dos animais.

Todavia, é neste espaço da degenerescência que vemos emergir outras possibilidades de vida, testemunhamos a diversidade de homens e mulheres que buscam um caminho sem exclusão, um caminho de liberdade, um caminho de vida, para além das condições ali vigentes.

E com elas o percorremos a partir de agora, buscando apreender os elementos que podem estar a indicar possibilidades ainda que embrionárias de uma outra sociedade, que afirmem o trabalho social como elemento da unidade entre os homens e que em vista disso, dêem origem a forças produtivas antes nunca vistas, e impossibilitem o retorno a formas pregressas. Afinal, onde está, para o Fórum do Maciço do Morro da Cruz que se funda como espaço coletivo, o seu avanço, a possibilidade de propiciar às encostas do Morro da Cruz de Florianópolis algo que se possa efetivamente chamar de vida, uma vida humanizada, para

além da desvalorização em que se encontram? Esse espaço transitório pode estar constituindo-se mesmo que os homens dele não tenham plena consciência?

### 2.3 A construção de um espaço coletivo

A espacialização da organização coletiva no Maciço do Morro da Cruz, na cidade de Florianópolis, inicia-se em torno da década de 1980, em conjunto com a emergência de outros movimentos sociais no Brasil, tanto no campo como na cidade. O número de moradores desse espaço acentua-se; a inexistência de uma infra-estrutura local satisfatória para atendê-los; precarizam-se os trabalhos. Os homens produtores diretos naquele espaço passam a organizar-se em busca de soluções.

Neste mesmo período começam a surgir algumas Associações de Moradores, como a do Morro do Mont Serrat, do Morro do Mocotó, da Serrinha, da Penitenciária, outras já existentes, mas não funcionavam, foram então remodeladas como a do Morro da Mariquinha. Essas associações surgiram, principalmente, sob influência do trabalho da Igreja Católica, fortemente influenciadas pela teologia da libertação<sup>39</sup>. Nasceram com objetivos de estruturar uma forma de intervenção mais qualificada junto aos governos federal, estadual e municipal reivindicando soluções a problemas locais, como a falta de energia elétrica, de saneamento básico, de postos de saúde, de escolas, de creches, de ruas, etc. No ano de 1986 formularam-se propostas para a criação de uma federação dessas entidades e no ano seguinte fundou-se a UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias), em funcionamento ainda hoje.

Na mesma época, da unidade entre comunidades como a Serrinha, o Mocotó, o Mont Serrat, a Penitenciária, emergem duas outras entidades: o Caprom (Centro de Apoio e Promoção do Migrante) e o Cedep (Centro de Educação e Evangelização Popular). Esta constituição deu-se no final da década de 1980 e início da década de 1990, em vista de que Florianópolis, como Capital de estado, recebia acentuadamente levas de famílias migrantes, expulsas do campo pela reorganização capitalista de produção na agricultura<sup>40</sup>. A cidade aparecia a essas famílias como possibilidade para a construção de suas vidas, agora como

<sup>39</sup> Teologia da libertação: movimento e corrente de pensamento progressista ocorrido na Igreja Católica entre os anos 70 e 90. Defende a tese de que os pobres são os escolhidos por Deus e que por e com eles é possível lutar para tornar as estruturas mais justas e a serviço do homem. Frei Leonardo Boff foi o maior representante dessa corrente no Brasil. Na década de 90 a sua expressão universalizante foi perdendo força e espaço na medida em que a Igreja oficial empreendeu um processo de embate com ela na afirmação dos princípios conservadores que regeram a Igreja durante os últimos séculos.

<sup>40</sup> Modernização agrícola, ver: SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

vendedores de força de trabalho, trabalhadores assalariados, no espaço urbano. Do campo pouco trouxeram, alguns parques pertences, necessitavam de tudo. Estas famílias passam a ser acolhidas provisoriamente, em paróquias ou em casas de parentes ou pessoas solidárias, nos espaços mais precarizados da cidade. O Caprom (desativado no início da década de 1990), nasce com o objetivo de constituir grupos de famílias, a discutir, a planejar e a realizar ocupações organizadas em terras públicas ou privadas ociosas para restituir a estas pessoas o direito à habitação (SOUZA, 2002, p.336). Uma forma de união solidária entre os homens produtores diretos para lutar pela garantia de condições à vida imediata.

O Cedep, outra forma de união solidária entre os homens desses espaços, constituiu-se no ano de 1987 em uma organização não governamental sem fins lucrativos, ainda hoje existente e atuando na cidade. Vincula-se a processos educativos visando apoiar e fortalecer iniciativas dos movimentos populares. Juntamente com o Caprom atuou na organização de comunidades ocupadas pelos migrantes e outros sem-teto da própria cidade de Florianópolis, assessorando-as nas suas lutas pela legalização da terra, pelo atendimento às necessidades básicas como abastecimento de água, energia elétrica, saúde, educação etc. Do Cedep emergem também outros processos, como a Casa da Criança do Morro do Mocotó (1987), as Oficinas do Saber (1989), o curso de Magistério Popular (1990), o Projeto Pré-Vestibular da Cidadania (1995), o Projeto Travessia (1994), o Centro Educacional Escrava Anastácia (2000)<sup>41</sup>. Alguns desses projetos se autonomizaram, embora mantenham vínculos com a entidade.

É um momento particular, em que as mãos da luta, entrelaçam essas organizações não governamentais a histórias de vida de grupos e de pessoas que sonham juntas com um mundo mais justo, mais digno e mais humano. Um momento de solidariedade coletiva que na luta tece movimentos para a obtenção de luz, água, saneamento básico, posse legal da terra, serviços públicos, as comunidades organizadas nos morros e de ocupação nas periferias, destituídas desses direitos de cidadania (SOUZA, 2002, p. 41).

Foi a partir dessas organizações e principalmente a partir do trabalho do Cedep, do Pe. Vilson Groh, seu Coordenador Geral, e de algumas associações de moradores que se estrutura e se organiza o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, objeto de nossa apresentação mais adiante.

---

<sup>41</sup> Para conhecer melhor o Cedep ver a Tese de Mestrado: GROH, Vilson. *Labirintos de Esperança: o significado pedagógico das histórias de vida de lideranças populares na trajetória comunidade, CEDEP, orçamento participativo na cidade de Florianópolis*. Dissertação Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998 (Volumes I e II). E também: SOUZA, Maria Izabel Porto de. *Construtores de Pontes: explorando limiares de experiências em educação intercultural*. 2002. Dissertação. Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.



A solidariedade aparece assim, nesse fazer-se homens viventes para além das condições degenerativas em que se encontram, como um nexo possível de ser construído na vida dos homens produtores diretos. Estes homens produtores diretos, nestes espaços precarizados, não mais encontram no capital uma organicidade que lhes dê condições de estruturar uma vida digna. A forma consciente encontrada é a união de uns com outros, para juntos organizá-la. Lutam para deixar de ser homens desvalorizados, sem ainda constituírem-se em uma nova forma de organização da existência humana, em vista de sua própria realidade, desnecessários ao capital, ainda lutam pela perpetuação de suas condições e em assim fazendo, se desvalorizar ainda mais enquanto homens trabalhadores diretos.

Desta forma, os homens reais no espaço do Maciço do Morro da Cruz determinam-se a partir das condições vigentes que aparecem a eles, ou sob eles, como as mais desenvolvidas no modo de produção capitalista, pela sua negatividade, isto é, homens trabalhadores desnecessários, regurgitados pelo capital, tal qual um bagaço de cana de açúcar, que cheio de energia passa pela máquina de processamento e dela é retirada, sem sumo, consumida que foi. Têm consciência de sua precariedade, mas ainda como seres desta sociedade, trabalhadores, portanto, lutam para se restabelecer à condição de cana para novamente serem sugados. Ou seja, buscam ainda recriar a forma de vida burguesa. A luta é a luta pela manutenção nas relações sociais burguesas, e, portanto, pela perpetuação do capital, uma luta pela sua própria desvalorização enquanto homem. Ao mesmo tempo em que buscam perpetuar sua condição de homem produtor direto, criam outras formas como a sua própria unidade em luta, como a solidariedade que vai tecendo-se em um novo amálgama, como transitoriedade, uma forma possível. Lutam pelas condições burguesas e lutam para além delas.

Essa desvalorização ocorre porque, no mundo do capital, os produtores diretos são vendedores de uma mercadoria específica, a força de trabalho, e tal como toda mercadoria historicamente determinada, é, também, regida pelo princípio da economia política, a redução do seu valor em razão do aumento da produtividade do trabalho social. Conseqüentemente, a valorização da riqueza, de um lado, pressupõe a desvalorização dos assalariados, do outro. É por esse motivo que o desenvolvimento do modo de produção capitalista engendra a centralização do capital e a conseqüente miséria do proletariado, processo a que se pode chamar de “desvalorização do homem trabalhador direto”.

Os processos de ações sociais, coletivas e solidárias, no Maciço do Morro da Cruz, que buscam organizar os homens naquele espaço, para além das condições dadas, superação

da barbárie e da degeneração a que estão submetidos, efetiva-se em lutas pela busca por moradia, por saneamento básico, por iluminação pública, por espaços de lazer, por saúde, por educação, por trabalho etc. Embora esses homens encontrem-se acorrentados ao capital pelo avesso, pela desvalorização, pelo limite do próprio capital, que prescinde de homens trabalhadores, lutam num esforço incomum para se reproduzirem enquanto homens desta sociedade, é o que sabem, é o que lhes é possível, e ao fazerem-se como unidade em luta, vão também construindo-se solidariamente.

É que no modo de produção capitalista o processo de valorização da riqueza se faz pela centralização do capital que também produz a desvalorização do homem. À medida que esse processo burguês se explicita, torna-se aparente, externaliza-se, os homens produtores diretos, os homens vendedores de força de trabalho, desvalorizam-se abaixo do nível do ser bruto, abaixo do ser natural (disputam comida nos lixões com os urubus). A história evidencia que o modo de produção capitalista não mais consegue engendrar as condições sociais para a reprodução dos seres humanos, como vinha ocorrendo até então. Assim sendo, resta aos homens não proprietários dos meios de produção, duas alternativas: ou retornar às formas antigas de se produzir vida humanamente aceitável, tais como camponeses, artesões, escravos ou, então, construir uma outra que seja capaz de os homens nela viverem adequadamente (AUED, 2004).

Nosso percurso, portanto, consiste em apreender como na vida real dos homens os elementos da sua desnecessidade ao capital aparecem na necessidade de sua superação e como esta superação apresenta, ainda, avanços e recuos. A dificuldade de implementar-se como ato teleológico consciente para produzir a si mesmo como homem humanizado, para além das condições degenerativas nas quais se encontram.

Vamos, primeiramente, tecer os caminhos do Cedep, em vista de sua importância e da importância dos projetos vinculados à construção desse caminho que, apesar dos limites históricos, emerge como espaço de solidariedade entre os homens, para além das relações sociais burguesas ainda que, contraditoriamente, busca-se efetivar nelas. Vejamos sua construção.

### **2.3.1 Cedep – um percurso coletivo**

O agravamento das contradições sociais, forma de manifestação do capital, na década de 1980 e também a de 1990, acirrou ainda mais o empobrecimento e a expulsão de

trabalhadores do campo para as cidades. A cidade de Florianópolis, como outras capitais brasileiras, fez-se palco desse caminho migratório de milhares de famílias, trabalhadoras rurais, em busca de formas de sobrevivência. Eles vêm na cidade uma alternativa que se lhes faz possível, naquele momento, para a construção de suas vidas.

No espaço urbano, o número de desempregados se eleva. Esse excedente de força de trabalho, sem perspectivas de inclusão, constitui-se hoje, nos homens desvalorizados, nos homens descartáveis do início do século XXI. No entanto, são esses descartáveis que se organizam, expondo os limites do capital. Limites que aparecem não para a produção de riqueza, mas como processo degenerativo da vida de milhares de seres humanos, impossibilitados de se reproduzirem como trabalhadores.

É assim que acontecem na década de 1980 as ocupações para formação de novas comunidades no espaço urbano na cidade de Florianópolis. Eram homens trabalhadores diretos devalorizados, sem-teto, migrantes de outros espaços, principalmente o rural, que se organizaram, através do Caprom (brevemente descrito acima) e do Cedep, buscando seu espaço de vida. A emergência era a construção de casas através de ocupações de terras, única possibilidade, já que não havia condições de aquisição de terrenos e nem de efetuar pagamentos de aluguéis, muito menos de financiar, via banco, as construções. Nasceram assim, várias comunidades que estão localizadas geograficamente na cidade de Florianópolis, na sua porção continental como Novo Horizonte e Nova Esperança cujos nomes expressam o sonho, o desejo não de um aniquilamento, mas de um princípio de esperança capaz de transformar a vida criando um novo sentido a partir da organização coletiva (GROH, 1998). A criação do Cedep tornou-se necessária como espaço de aglutinação dos excluídos. Nesse momento estavam ligadas ao Cedep vinte e três comunidades de periferia da Grande Florianópolis, a questão que se impunha era a busca por moradias, a luta pela habitação. A partir de meados de 1990, o Cedep, em vista do esgotamento da primeira forma de luta, as moradias, estrutura-se como um espaço reflexivo das várias práticas do movimento popular da Grande Florianópolis. Os líderes das comunidades, junto com representantes sindicais, partidos políticos, Igreja, começam a refletir sobre suas práticas e a compreenderem a importância da organização coletiva como um elemento de enfrentamento e resistência ao processo excludente ao qual as comunidades estão submetidas (GROH, 1998; SOUZA, 2002).

O Cedep, inserido nos espaços comunitários dos excluídos, organiza-se a partir das necessidades para a existência dos homens naquela singularidade. Surgem assim, vários

projetos que, ao se entrecruzarem, vão desenhando o corpo da entidade e tornando-a um espaço concreto de construções possíveis para garantir a vida, como primeira prioridade. Organizam-se os projetos para crianças e adolescentes como as Oficinas do Saber e para jovens os projetos do Magistério Popular e do Pré-Vestibular da Cidadania (GROH, 1998; SOUZA, 2002).

Nesse movimento constitui-se, ainda, uma Cooperativa de Consumo: a COOPERAR, hoje desativada, que atuava como uma cooperativa que procurava articular a produção dos pequenos produtores rurais e dos pescadores para disponibilizá-los a preços menores que o mercado convencional à periferia urbana de Florianópolis. A Cooperar atuou, nesses espaços, em torno de três anos, adquirindo principalmente produtos de grandes atacadistas e disponibilizando-os para as comunidades<sup>42</sup>.

O estabelecimento de espaços educativos para crianças, jovens e adultos, tem fomentado o debate e a formulação de propostas alternativas para a reprodução da vida das pessoas. O Cedep está, também, vinculado à constituição de vários outros projetos como a Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó, o Centro Escrava Anastácia e o Projeto Travessia da comunidade do Mont Serrat; e o Projeto Pré-vestibular da Cidadania (GROH, 1998; SOUZA, 2002).

### **2.3.2 A experiência dos projetos Oficinas do Saber; Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó e Travessia**

As Oficinas do Saber trabalham com crianças em fase de alfabetização em quatro comunidades da periferia de Florianópolis, localizam-se na porção continental de Florianópolis. Surgem em decorrência do processo de organização dessas comunidades que estavam vinculadas ao Cedep, são elas: Nova Esperança, Santa Terezinha II, Novo Horizonte e Ilha Continente. A partir de debates no Caprom, no Cedep e nas Associações de Moradores foi colocada em evidência a questão da educação das crianças dentro do processo de organização comunitária (SOUZA, 2002).

Constatado o alto índice de evasão e insucesso das crianças nas escolas oficiais aliados ao desamparo ante a saída dos pais para o trabalho ou em busca por este, nasceu a idéia do Projeto Oficinas do Saber (1989). Trata-se de uma intervenção educativa realizada no período

---

<sup>42</sup>Havia muitas questões que a Cooperar não dava conta, por exemplo, disponibilizar diversidades de produtos, armazenamento dos produtos, pessoas atuando nos postos de venda nas comunidades através do trabalho voluntário.

contrário à atividade escolar com o propósito de desenvolver a cooperação e a solidariedade entre os membros das comunidades e, também, criar um espaço onde as crianças pudessem brincar e aprender afastando-as da barbárie das ruas dos excluídos.

Dentro desse panorama, nasce a idéia do Projeto Oficinas do Saber como um sonho-sonhado por membros das duas organizações não governamentais - CAPROM e CEDEP - e membros das comunidades organizadas, para filhos de lideranças e famílias que constituíam as comunidades de ocupação. Mais especificamente do sonho das comunidades de ocupação “Nova Esperança”, “Santa Terezinha II”, “Novo Horizonte” e “Ilha Continente”, cujos pais e mães percebiam as dificuldades que seus filhos e suas filhas encontravam para se adaptarem às escolas públicas, e que de certa maneira, representava os novos desafios que enfrentavam para se adaptar à cidade, provenientes que eram na sua maioria dos campos e vales da região do Planalto Central do Estado de Santa Catarina. Pais e mães que também se preocupavam com os momentos em que sua prole permanecia desassistida, enquanto deviam percorrer a cidade em busca de trabalho para organizarem suas vidas, reconstruírem suas provisórias e precárias casas, e alimentarem suas esperanças numa vida nova (SOUZA, 2002, p.97).

Em agosto de 2005 foi inaugurado na comunidade Chico Mendes a sede das Oficinas do Saber, com uma construção de 1000 m<sup>2</sup> em um terreno cedido pela prefeitura municipal de Florianópolis, com 5000 m<sup>2</sup>, para a realização desse Projeto, elevando o número de salas e a inserção de novas crianças com perspectivas de chegar a um número de 350.

A idéia desses Projetos, tanto o das Oficinas do Saber como o da Casa da Criança e do Travessia, amalgamada do sonho e do movimento das lutas populares, começa a ser pensada. Como fazer? Quem os financiará? Quem serão os envolvidos na sua operacionalização? Em que espaço ou espaços físicos poderão ser executados? (SOUZA, 2002). Eis as primeiras questões levantadas.

Como o espaço dessas comunidades é degenerativo e os recursos são precários, como implementar essa ação social que esses homens vêem como necessária à superação de sua desvalorização?

O caminho encontrado foi o envolvimento de instituições privadas de educação (Colégios Coração de Jesus, Elisa Andreoli e Nossa Senhora de Fátima; Irmãos Maristas, todos do município de Florianópolis, entre outros) e alguns espaços em algumas comunidades cedidos pela Igreja Católica, como o da Comunidade da Coloninha, e ainda aqueles obtidos por membros das comunidades interessadas. A base para o vínculo com essas instituições foi a criação de “um espaço prazeroso onde o saber será construído cooperativamente” (SOUZA, 2002).

No ano de 1991, o projeto das Oficinas do Saber, constitui-se nas comunidades de Nova Esperança, Santa Terezinha II, Novo Horizonte e Ilha Continente, inicia as suas atividades em locais precários e provisórios, com poucos mobiliários, mas rico e esperançoso em motivações, em experiências didático-pedagógicas com as crianças, descobrindo um mundo desconhecido de possibilidades dentro dos pressupostos filosóficos de Paulo Freire, os pilares sob os quais inicia a sustentação de sua política-pedagógica (SOUZA, 2002).

O Projeto Casa da Criança, no Morro do Mocotó, iniciou-se no ano de 1984 a partir do trabalho voluntário exercido por algumas irmãs da Congregação Fraternidade e Esperança, realizado em local disponível naquela comunidade.

#### A prática pedagógica

é sustentada a partir do brincar, na intenção de resgatar a criança na sua dignidade, devolvendo-lhe a beleza da infância, e tendo como fios condutores de reflexão, o brincar e o afeto. Cada uma do seu jeito, é olhada, sentida, acariciada, ouvida e respeitada num espaço onde ser criança é a expressão do cotidiano. O professor não alfabetiza, mas organiza os dados para que a criança aproprie-se do seu processo de alfabetização (MENDES, 2001, p.25).

O Projeto Travessia gestou-se a partir do ano de 1994, na comunidade do Mont Serrat, no Maciço do Morro da Cruz, em que um grupo de mulheres, líderes comunitárias, passaram a realizar atividades sociais envolvendo crianças e adolescentes que ficavam nas ruas no período oposto ao da atividade escolar. Por essa época acirrava-se a presença do narcotráfico naquele local, as crianças e adolescentes nas ruas poderiam ser facilmente cooptados como trabalhadores para essa atividade. Como forma de protegê-las, elabora-se o germe do Projeto Travessia, criando, nesse primeiro momento, o Centro Cultural Escrava Anastácia, ainda sem uma definição concreta, nem um número de alunos constantes. Teciam-se ali, artesanatos, música, teatro, entre outras atividades.

Sua proposta político pedagógica fundamenta-se na teoria histórico cultural para a compreensão da aprendizagem, numa visão democrática, cidadã e participativa de educação, numa ética voltada para os processos de humanização e de dignidade de vida e na perspectiva de uma mística cuja opção é pelo empobrecido, preconizada pela teologia da libertação (PROJETO TRAVESSIA, 2005).

#### O Projeto Travessia objetiva a,

ressignificação do espaço religioso comunitário, construindo uma cultura solidária, ética e fraterna, em vista de sujeitos capazes de processos organizativos, transformadores da sociedade. Queremos contribuir para a formação de sujeitos

capazes de agir eticamente, ter senso de estética, sensibilidade, desejo de participação, compromisso com o outro, ser solidário e crítico. Portanto, nossa politização passa pelo viés da humanidade, onde as tomadas de decisões implicam em processos de co-responsabilidade (PROJETO TRAVESSIA, 2005, s/p).

As crianças que freqüentam esses Projetos são filhos de migrantes do interior do estado e descendentes de negros, caboclos e açorianos aqui estabelecidos. As famílias basicamente vivem de empregos temporários, biscates ou de baixa renda (SOUZA, 2002).

Estes Projetos têm estabelecido relações solidárias com um grupo de educadores italianos. Desde 1991 ocorre um intercâmbio entre os educadores populares e os educadores de Escolas Públicas Italianas. A cada ano, realizam-se estágios nas escolas italianas dos educadores populares e, destes, nos Projetos, estabelecendo uma troca pedagógica. Também as crianças participam dessa interação solidária na troca de material, de cartas, de telefonemas, jogos e brincadeiras.

### **2.3.3 O Projeto Magistério Popular**

Junto a estes Projetos para as crianças elaboram-se idéias sobre a formação de professores para atuarem nas áreas de periferia. Estes professores deveriam ser capazes de articular teoria-prática com base no entendimento cultural, social e econômico necessários para um processo eficiente na interação ensino-aprendizagem. O Colégio Coração de Jesus, um colégio privado da cidade de Florianópolis, vinculado a uma instituição religiosa, assumiu a proposta de criação de um magistério popular gratuito para a formação de professores oriundos das áreas de periferia da cidade. Este projeto teve início em 1991, formou em torno de 400 professores, esgotando-se no ano de 2002, em vista de alterações nas leis que regulamentam essas atividades, que não mais permitem a atuação de profissionais da educação sem nível superior (GROH, 1998).

O Projeto de Magistério Popular surgiu a partir de discussões do setor de educação do Cedep e das experiências dos Projetos com as crianças. Constatou-se que a escola nem sempre conseguia compreender e acompanhar adequadamente a formação dessas crianças, causando um alto índice de evasão. De outro lado, o Cedep entendia que se repetia uma formação livresca, desvinculada das raízes educativas dessas famílias. Foi posta a necessidade de se pensar a formação de educadores comprometidos e preparados para a atuação pedagógica com essas classes. Era perceptível que as exigências de conteúdos (psicológicos, sociológicos,

econômicos, culturais) metodológicos (ligação teórico-prática, estágio localizado), a criatividade, a articulação comunidade-escola para esses educadores, deveria ser mais aprofundada, exatamente por trabalharem com crianças excluídas, na perspectiva de potencializá-las dentro de uma dimensão formativa do sujeito solidário. O Projeto do Magistério Popular procurou cumprir com esses objetivos. Muitos de seus alunos atuam hoje em alguns dos Projetos educativos construídos a partir dessas lutas coletivas nas comunidades (GROH, 1998).

#### **2.3.4 O Projeto Pré-Vestibular da Cidadania**

O Cedep tem procurado atender às classes populares com projetos para crianças e jovens. Um dos seus mecanismos tem sido as relações de solidariedade com colégios privados, alguns vinculados à Igreja Católica, de predominância da classe média alta que fornece o espaço físico, salas de aula, para a realização desses projetos comunitários.

O Projeto Pré-Vestibular da Cidadania teve início no ano de 1995, por ocasião da campanha da fraternidade que tematizava os excluídos. Um grupo de professores, depois de alguns encontros com o Pe. Vilson Groh - Coordenador do CEDEP - sentiram-se sensibilizados com a possibilidade de exercer alguma atividade social. A idéia consistia em prestar atendimento educacional aos jovens da periferia (DE MARI e GRADE, 2002).

O primeiro semestre do ano de 1995 foi um momento de preparação e estabelecimento do *Comitê da Ação da Cidadania* e, também, de uma proposta que fosse possível ser realizada pelos professores. No segundo semestre, nascia o Projeto *Pré-vestibular da cidadania*. Todos os professores envolvidos e também a equipe de coordenação exercia a atividade de forma solidária, sem através dela crescer salários e/ou lucro, formas burguesas de produção da vida. Busca-se, nessa ação, contribuir socialmente para a construção de homens conscientes, permitindo romper as condições degenerativas a que estão submetidos esses jovens na periferia urbana. Acredita-se estar construindo outras possibilidades de vida (DE MARI e GRADE, 2002).

O primeiro ano deu-se como aprendizagem para todos e evidenciaram que a experiência se fez possível. Houve um grupo de 50 jovens freqüentando o curso intensamente dos quais 15 chegaram ao final, sendo que 05 passaram no vestibular, um índice de aprovação de 33%. Em 1996, foi montada uma nova turma de 55 alunos dos quais 26 concluíram o ano e, desses, 08 foram aprovados, totalizando um índice de 31% (CEDEP, 2004).



Em 1997, os alunos do ano anterior que não tinham sido aprovados insistiram em permanecer. A saída encontrada foi a criação de uma segunda turma, totalizando o atendimento a 100 alunos. Esse fato exigiu que fosse ampliado o número de professores. A equipe de coordenação julgou necessário buscar ajuda na Universidade, colégios públicos e outras instituições sociais. Desses locais surgiram colaborações que possibilitaram o funcionamento das duas turmas. Neste ano permaneceram até o final do Projeto 30 alunos, 13 entraram para a Universidade. Um índice de 43% de aprovações (CEDEP, 2004).

Em 1998, ingressaram 100 alunos e 35 permaneceram até o final, sendo 15 aprovados nas universidades. Em 1999, mais 160 alunos divididos em três turmas fizeram parte do projeto. Quarenta finalizaram o curso e 25 foram aprovadas nos vestibulares em diversas universidades públicas e privadas. Em 2000, voltou-se a trabalhar com 100 alunos, destes 40 permanecem até o final e 25 são aprovados no vestibular. Ingressaram em 2001, 100 alunos, chegando-se ao final do ano com 45 alunos, desses 23 foram aprovados. No ano de 2002 entraram para o Projeto 230 alunos, permaneceram até o final 100, sendo aprovados 42. No ano de 2003 foram atendidos 180 alunos, permanecendo 80, com aprovação de 42 alunos. No ano de 2004 ampliam-se as vagas para 300 alunos, 110 permanecem e 30 são aprovados nos vestibulares. No ano de 2005 atende-se 250 alunos, permanecem 140. Neste ano ainda não se obteve o número de aprovados<sup>43</sup>.

O grupo de professores e coordenadores tem exercido uma relação solidária com a comunidade na partilha do seu saber. O que tem sido um modo alternativo de dar um retorno social que permite a fuga do simples fazer assistencial (CEDEP, 2004).

O aluno participa das aulas sem efetuar nenhum pagamento. O que importa é o retorno do aluno à sua comunidade de origem, ele pode exercer algum trabalho comunitário aprendendo no cotidiano uma nova forma de ser e de se relacionar com o outro, através da solidariedade e na construção de organização social nesses bairros (DE MARI e GRADE, 2002).

Essa forma tem se revelado como uma maneira alternativa de experienciar saídas para as áreas populares, ao mesmo tempo que se reflete com eles sobre a importância de estarem

---

<sup>43</sup> É importante esclarecer que esses resultados são a face positiva do projeto. A face contraditória se revela nas médias de desistências de alunos em torno de 50 e 60%, variando a cada ano. Construir um projeto dessa natureza dentro das condições sociais vigentes implica reconhecer a incapacidade de resolver questões de emprego, falta de dinheiro, muitas vezes de auto-estima (apesar do apoio psicológico e pedagógico), limites de formação do aluno trabalhador que frequenta o Projeto. Porém, apesar dessas contradições a organização que se criou ao redor do Pré-vestibular da Cidadania foi permitindo estabelecer pressões sobre o poder público pela garantia e aumento da qualidade da escola pública via Fórum do Maciço, por meio da Comissão de Educação no qual o Projeto está vinculado e reacendeu a idéia de que o jovem de periferia também tem direito a universidade.

organizados e de fortalecerem os espaços públicos que ainda restam, entre eles, a Universidade e a experimentação concreta de uma ação solidária (DE MARI e GRADE, 2002).

Além das aulas, de segunda a sexta-feira, da preparação para a entrada na universidade, há as aulas de cidadania nas quais são reforçados aspectos sociais e políticos do Projeto, enquanto um Projeto para a classe trabalhadora (CEDEP, 2004).

Desse modo, o CEDEP (2004) acredita estar contribuindo na formação das classes populares, visualizando uma nova forma de ser social. Tem se diferenciado das lutas político-partidárias e sindicais ao partir de ações concretas na construção de alternativas para se pressionar o poder público e imprimir um modo de relação social para além do constituído. Através de sua prática, o CEDEP atua no sentido de propor uma forma de vida solidária, na qual o objetivo é superar a ordem vigente. Não se trata de simplesmente reproduzi-la melhor. Busca a inserção das pessoas nos seus projetos através da práxis cotidiana da solidariedade (CEDEP, 2004).

Busca-se através desse fazer-se CEDEP, não somente incluir pessoas como vendedores de sua força de trabalho. Não se trata da inserção de indivíduos como um fim em si mesmo. Trata-se da incorporação das pessoas nos Projetos, através de elementos aglutinadores que supõem pessoas e instituições. Nesses espaços são criadas perspectivas de prática social para além das lutas corporativas, objetivando-se a mudança política e social. Esse fazer-se diário é um novo caminho, uma possibilidade de vida permeada pela solidariedade, conteúdo transitório, imbricado no e pelo mundo burguês (CEDEP, 2004).

Os processos educativos articulados através do Cedep que se especificam em vários projetos e tomam corpo nas comunidades aparecem como “natureza universal humana”, como um processo de construção de humanidade, para além das condições dadas. Essa educação diferenciada aparece como processo de humanização, desenvolvendo potencialidades humanas, mas como garantir a sua efetividade. Como realizar essa possibilidade?

Eis a questão que se apresenta à organização coletiva que vem se tecendo nos espaços do Maciço do Morro da Cruz, agora acrescida pelo Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

## **2.4 Outro percurso coletivo fazendo-se solidariedade: o Fórum do Maciço do Morro da Cruz**

Todas as organizações existentes no espaço das encostas do Morro da Cruz emergem da necessidade de superar o espaço da desvalorização em que se encontram. O capital, ser social, não reproduz os homens não proprietários dos meios de produção, nesse espaço, em condições de existência que lhes permitam a construção de suas vidas e da vida de seus filhos. No Maciço do Morro da Cruz, os homens trabalhadores estão destituídos de trabalho ou se o tem este é precarizado, por causa disso, ou não tem salário, ou sua força de trabalho, como mercadoria, possui um valor irrisório. Conscientes de sua desvalorização como trabalhadores diretos, lutam para superá-la, unem-se para edificar espaços sociais que lhes permitam uma condição mínima à sua reprodução e a saída da barbárie a que estão submetidos. Muito embora essa consciência por si só seja insuficiente para criar a união entre eles. São as condições sociais, universais, da luta política, da Igreja Católica, dos sindicatos, e de alguns indivíduos que têm origem nas lutas sociais e expressam essa universalidade, para além das condições locais, indicam, estimulam e auxiliam a operacionalização de uma luta coletiva. A consciência aparece, assim, como universalidade. Reivindicam, nessa construção de espaços, políticas públicas para a implementação de saneamento básico, criação de postos de trabalho e, sobretudo de segurança. Objetivam acessar a riqueza criada pela sociedade, significando melhores condições de existência a eles. É que à medida que se tornam homens desvalorizados, mais fortemente percebem a sua degeneração e também a riqueza que se contrapõem a eles, e a desejam acessar. Reivindicam, assim, uma parcela dessa riqueza, como homens viventes. Entretanto, essa construção social e suas reivindicações por políticas públicas, que assume um caráter de criticidade ao modo de produção capitalista, no sentido de apontar seus limites históricos, como um modo de produção que prescinde de homens trabalhadores diretos como força produtiva, criador, portanto, da miserabilidade do trabalhador, deslocando-o abaixo de sua condição de ser natural, do ser animal, reza ainda por espaços que reconstruam suas condições perdidas, a de homens trabalhadores diretos para o capital. Buscam ainda se implementar pelo e através do modo de produção capitalista. Movem-se através de “sóis” ilusórios. Buscam tentativamente sair da barbárie, mas o caminho ainda se faz em transitoriedade, afirma-se nova possibilidade através de sua espacialidade coletiva e pela consciência em germe que produz, da negação do capital, e velho por se ossificar ainda nas relações do capital. Desejam se fazer homens adjetivados, homens

trabalhadores diretos como força produtiva para o capital e desejam superar as condições dadas na qual se encontram.

A presença da Igreja Católica no Maciço do Morro da Cruz sempre aparece como espaço de encontro e reuniões, como espaço de unidade. Ela sempre é a primeira estrutura a ser levantada por esses homens. Constitui-se também como espaço de creches, em falta de outro, para as mães deixarem as crianças e, então despreocupadas, venderem a força de trabalho no centro da cidade de Florianópolis.

Sabe como é que começou a história do Morro da Mariquinha? Antes de ter capela, uma pessoa emprestava a sua casa para fazer missa no domingo de manhã. Essa pessoa tirava toda a semana, uma parede da sua casa para ficar maior, para rezar a missa dentro da sua casa. E depois as pessoas conseguiram construir a capela, porque naquele momento era o sonho ter uma capela. Conseguiram construir a capela, aí o sonho era alimentar crianças e cuidar para as mães irem trabalhar. Foi assim que todas as creches nasceram e foi assim que nasceu essa também (Léo, Morro da Mariquinha, entrevista realizada pelo Prof. Luis F. Scheibe e Profª. Dolores Buss, 09/ 2001).

Atualmente a Igreja Católica não mais se constitui como espaço único de aglutinação, via crença religiosa, disseminou-se uma série de outras Igrejas pelo Maciço. A degeneração se faz em tal proporção que a Igreja Católica não mais consegue aparecer como alternativa de vida para essas multidões, busca-se também aí, outras saídas.

Enquanto os Projetos desenvolvidos através do Cedep estruturam-se e adquirem vida própria, tomam corpo e consolidam-se na cidade, espaço primeiro de sua territorialidade, como os Projetos com as crianças e o Projeto do Pré-Vestibular da Cidadania que ainda hoje se mantém com força maior que a inicial. O próprio Cedep e as Associações de Moradores, embora permanecendo, parecem não terem a mesma energia, o mesmo vigor. Já não aglutinam o número de pessoas e comunidades que antes aglutinavam.

Após 1990, em Florianópolis, acentuando-se nos anos seguintes, as Associações de Moradores e as organizações comunitárias de modo geral, fragilizam-se em vista do acentuado aumento da violência em áreas consideradas de periferia urbana (como o Maciço do Morro da Cruz) e da dificuldade cada vez maior de garantir a sobrevivência da família. Isso faz com que os líderes comunitários afastem-se das lutas. O processo de produção capitalista é impiedoso, busca sempre mais intensamente a extração de mais trabalho dos trabalhadores. Todo o tempo de vida passa a ser tempo de trabalho, forma única da sobrevivência. Os desnecessários a esse processo, no mesmo espaço dos que ainda conseguem

vender à sua força de trabalho, embora desvalorizada, precarizada, travam lutas, uns para manter sua condição de frágeis trabalhadores e outros para buscar a inserção no espaço do capital através da venda da sua força de trabalho, a qualquer preço, outros ainda, partem para o banditismo e o narcotráfico. Muito embora nesse meio, mantenha-se ainda uma tênue organização que busca um caminho para além das condições dadas.

A partir do ano de 1999, as comunidades situadas ao longo do Maciço do Morro da Cruz, fragmentadas pela violência cotidiana a que estão submetidas em vista da intensificação do tráfico de drogas e do tráfico de armas, da perda de inúmeros filhos mortos em guerras entre quadrilhas, do aumento do número de desempregados, da própria fragilização dos empregos existentes, do intenso aumento populacional no Morro e da precariedade dos serviços públicos existentes, aparece-lhes como empiria, como um dos caminhos empíricos: à sua unidade em luta como uma opção para a efetivação da vida, e da vida possível, uma vez que possibilidades outrora existentes mostram-se insuficientes para garanti-la como o Estado, os partidos políticos, a Igreja Católica e a própria família. A luta organizada aparece como uma possibilidade empírica real, como uma luta para a produção dos nexos diretos com a vida. Essa luta dos homens produtores diretos aparece como síntese de todas as outras lutas desses homens e diferente das anteriores evidenciam empiricamente o limite do capital, em que aparece socialmente como universalidade, como a impossibilidade desses homens reproduzirem-se através das categorias empíricas burguesas: salário, lucro/juro e renda da terra, essa forma, nesses espaços, ao impingir sua lógica aos homens, os barbariza cada vez mais, cada vez mais impiedosamente.

O Fórum visa alcançar melhorias na qualidade de vida de forma geral, tanto nas habitações, como na estrutura sanitária, nas vias urbanas e nos caminhos labirínticos de acesso a esses locais, lutam pela implementação de empregos através do poder público. Buscam, assim, abrir fendas no modo de produção capitalista para a construção de suas vidas de forma diferenciada da até então existente para eles.

A idéia do Fórum foi se consolidando, foi se iniciando no Morro da Mariquinha, aí ele vem para cá [Morro Mont Serrat] para as outras comunidades e a gente buscou levar para o poder público essa situação que a gente estava vivendo com a violência e discutindo e procurando trazer todo o secretariado todas as pessoas do poder público para poder realmente ser criado e para eles realmente entender o porque desse Fórum que se nós não começássemos a ter mais conhecimentos, condições melhores para nós mesmos nos entender e lutar, porque senão, não íamos conseguir sobreviver no lugar onde estávamos, principalmente por causa da violência. A gente se dividiu em comissões, pra facilitar o trabalho, que é a Educação, a Justiça, meio

ambiente, trabalho e renda, e outras. Disso tudo, de todo esse conjunto depende a nossa sobrevivência, porque aqui a gente sobrevive – não vive. Mas a nossa luta, a nossa organização parte mais da violência, a criação do Fórum acontece principalmente por causa da violência, as pessoas não agüentam mais. Tem as outras questões aqui falta tudo, não tem trabalho. E no início teve muita resistência do poder público que não queria comparecer. Tem sido muita luta mesmo (D., Morro do Mont Serrat, 02/09/03).

Busca-se ir para além das condições dadas, e apontar um caminho que não o narcotráfico, a barbárie social.

É esse problema da droga. Eu tenho filho e não sei no que pode dar. O que os caras estão passando hoje com a droga eu não desejo nem para mim nem para a minha família. É um problema pesado, que vai matando um por um. O que tem de gente morrendo aí, que a gente sabe por causa do Crack e outras drogas. Está tudo em um balaio de gatos. Julgar? Quem sou eu? Mas não quero para mim e não desejo para os outros. (...) Tá feio o negócio aqui no Morro (R., Morro do Mocotó, entrevista realizada pelo Prof. Luis F. Scheibe e Profª. Dolores Buss, 10/2001).

Do grupo de discussões de 2000 e 2001, aos poucos, o Fórum tomou forma e constituiu-se como ponto de unidade para discussões e encaminhamentos dos problemas que envolvem o Maciço do Morro da Cruz.

Eu participei dessas primeiras reuniões em que o Fórum se forma, o Pe. Vilson nos convidou, eu nem sei que ano foi. A primeira reunião que eu lembro foi lá no Conselho Comunitário do Mont Serrat, em uma sala embaixo da Igreja, havia bastante pessoas da comunidades, a Kelly já estava, o Rui<sup>44</sup> do Morro da Mariquinha e tinha mais algumas pessoas de fora. Acho que a gente foi dando os primeiros passos, eu lembro que nos falamos bastante da merenda sem agrotóxico, que era uma idéia que estava brotando, que era a Agreco que nesse dia também estava na reunião eu acho que foi acontecendo, esse Fórum foi acontecendo, eu acho que foi formado em uma época certa porque ele tinha que ser começado assim, as coisas nas comunidades estão muito complicadas, e depois ele não podia começar de cima para baixo. Depois houve uma grande reunião dentro da Igreja (Católica do Mont Serrat), teve aí um Professor de fora (Henrique Leff<sup>45</sup>) e um pessoal da universidade também estava junto (E., Morro do Mocotó, 10/2003).

Vilson Groh, padre da Igreja Católica, um dos principais articuladores do Fórum, reside e trabalha no Morro do Mont Serrat a cerca de 20 anos, explica que a emergência do Fórum ganha espaço em vista da não presença do Estado com políticas públicas nessas áreas:

<sup>44</sup> Assistente social e líder comunitário, ambos fazem parte da coordenação do Fórum do Maciço.

<sup>45</sup> Na ocasião o Professor Henrique Leff esteve em Florianópolis realizando atividades junto ao Departamento de geografia da UFSC e subiu o morro para conhecer o processo organizativo. Henrique Leff é Professor da Universidade Autônoma do México (UNAM), autor de vasta obra, vinculado ao PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), coordenador da Rede de Formação Ambiental da América Latina e Caribe.

O Fórum se iniciou mais ou menos a 4, 5 anos por aí e nasce da conjuntura que se vivia nos morros. A conjuntura da não presença do Estado e a falta das políticas públicas. Essa era uma coisa que vinha se discutindo ao longo do processo dos Morros. Agora o grande agravante que levou a dar passos concretos para levantar a problemática foi a questão do lixo nos Morros e todo o problema da violência. Nesse primeiro momento questões emergiam de como a violência começou a se instalar no Morro, se houve época que ela não fazia parte do cotidiano das comunidades. E como ela levou a inibir os trabalhos comunitários.

Assim começamos a situar como a violência havia se estruturado e como isso estava cerceando o trabalho das comunidades. E a partir daí se inicia com mutirões e a limpeza do lixo, mas a limpeza como estratégia de ir se articulando as comunidades e ir discutindo os processos e reconstruindo o processo de retomada de diálogos com os organismos, os órgãos públicos, uma articulação dos Morros e centro para não deixar ocorrer a guetização dos Morros (Pe. Vilson Groh, Coordenador do Fórum do Maciço, 07/2004).

É dessa forma que se constitui o Fórum e vai implementando-se a partir das necessidades reais sentidas por essas comunidades em seu cotidiano:

Então esse é o início do Fórum. E a partir desse início a gente começou a levantar as temáticas que surgiam por dentro desse Fórum na medida em que as comunidades começam a sentar e discutir suas questões (Pe. Vilson Groh, Coordenador do Fórum do Maciço, 07/2004).

#### **2.4.1 Primeira questão: o lixo**

O Fórum do Maciço do Morro da Cruz passa a se articular vinculado a diversas comunidades localizadas em seu território como: Morro do Mont Serrat, Nova Descoberta, Morro Alto da Caeira, Morro da Queimada, Morro do Mocotó, Morro da Mariquinha, Morro do Tico-Tico, Morro da Penitenciária, Morro do Horácio, Nova Descoberta. Uma de suas ações foram os mutirões para a coleta de lixo. Nos encontros do Fórum do Maciço uma das principais questões apontadas pelos moradores era a existência de grandes quantidades de lixo que tornava a vida nesses espaços ainda mais difícil. A COMCAP (Companhia de Melhoramentos da Capital) que realiza o trabalho da coleta do lixo urbano na cidade só faz o recolhimento nos Morros algumas vezes na semana e somente nos locais mais baixos, em locais mais elevados, de difícil acesso, nas ruelas e nas escadarias não há a oferta suficiente desse serviço público.

Hoje nós temos um problema seríssimo com o lixo. O lixo para nós, ontem nós estávamos ali num movimento ali na creche com os pais ali, é uma problemática, sabe por quê? Porque as lixeiras estão deterioradas e a gente pede, pede, pede a COMCAP para vim arrumar, e não tem? Faça agora, não tem recurso, então você vê

que é um problema sério para nós, porque nós estamos criando muitos, muitos ratos. E ontem foi debatido a enorme quantidade de perigo por causa da quantidade de rato na creche. E vem subindo? As lixeiras estão deterioradas, então quer dizer o pessoal vem e bota o lixo ... (V., Morro da Queimada – realizadas por Scheibe e Buss, 09/2001)

Nós temos lá perto da minha casa um lixão, ali embaixo na boca também tem um lixão e lá para cima dizem também que eles botaram. Aonde eu moro dá acesso para o Hospital de Caridade e ali perto de casa tem um lixão, e mais ali para cima também tem um lixão. Mas também tem muito lixo, quando eu vou lá para cima eu fico espantada (S., Morro do Mocotó, 10/2001, entrevistas realizadas por Scheibe e Buss, 10/2001).

Em pesquisa efetuada por professores da Universidade Federal de Santa Catarina junto a diversas comunidades do Maciço do Morro da Cruz, nos anos de 2001 e 2002, uma das principais reivindicações dos moradores está vinculada a forma como se tem tratado o lixo nesses espaços,

conforme o relato dos moradores e as observações efetuadas nos trabalhos de campo, complementadas por discussões com diversos líderes comunitários, **o lixo e o saneamento básico** estão entre os problemas mais visíveis enfrentados atualmente pelos moradores do Maciço Central. A quantidade de lixo espalhado pelas ruas das comunidades do Maciço é significativa, e os moradores reclamam do mau estado e da localização das lixeiras existentes, onde a coleta é feita com baixa frequência, proliferando ratos, baratas e outros animais; esta não alcança, também, as áreas mais altas dos morros. Há coleta seletiva e reciclagem (Projeto Beija-Flor) no Morro do Horácio, e algumas melhorias em relação à coleta vêm ocorrendo na comunidade de Nova Trento, onde foi organizada uma “comissão do lixo”. Vários entrevistados apontaram para “a necessidade de um trabalho de educação ambiental”, como solução para o problema (SCHEIBE; BUSS, 2002).

A coleta e a separação do lixo urbano através de mutirões vêm sendo encaminhada como atividade do Fórum, para chamar a atenção da sociedade e fundamentalmente do poder público sobre a situação vivida pelos moradores daquelas áreas.

Em conjunto com a coleta e separação do lixo, reflorestaram-se alguns pontos dos Morros. O primeiro mutirão realizou-se no Morro da Mariquinha em julho de 1999, onde foram retiradas aproximadamente 20 toneladas de lixo, e plantadas 100 mudas de diversas árvores. Logo em seguida, esse trabalho foi efetuado na comunidade da Nova Descoberta, em agosto do mesmo ano, onde retiraram-se cerca de 10 toneladas de lixo. Em setembro na comunidade do Morro Mont Serrat foram em torno de 18 toneladas de entulhos, e em outras comunidades efetuaram-se operações semelhantes. Essas mobilizações, segundo análises dos coordenadores do processo, trouxeram aos moradores uma sensação de bem estar e de visualização das melhorias realizadas nas comunidades. Alguns órgãos públicos também



foram envolvidos nesse processo como a própria COMCAP, a FLORAM (Fundação Municipal do Meio Ambiente) e o Corpo de Bombeiros.

#### **2.4.2 Enfrentando a violência e outras questões gerais: Fórum e poder público**

A partir das mobilizações em torno dos mutirões de limpeza, o Fórum cria consistência e espacializa-se nos próprios Morros e faz-se presente na cidade como uma luta formada para fortalecer e reivindicar o direito e garantir a existência das populações empobrecidas daquelas áreas.

Uma das questões mais delicadas em seu interior é a presença forte do narcotráfico e da violência que aparece como um dos pontos mais tensos enfrentados pelas comunidades reunidas no Fórum. Muitos líderes comunitários, participantes do Fórum, foram ameaçados em vista desta espacialização. Trata-se de uma questão difícil de ser encaminhada e resolvida, uma vez que muitas famílias retiram dali a produção de sua existência. Buscando a solução o Fórum percebe a necessidade de envolver alguns órgãos do poder público como a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, para tentar encontrar um caminho possível.

Nesta fase inicial do Fórum, outros órgãos públicos foram envolvidos para discutir e pensar encaminhamentos possíveis para a melhoria daquelas áreas, como o IPUF e os acima apontados como a FLORAM e a COMCAP. Junto a esses órgãos, além da questão da violência, buscava-se a implementação de soluções para a contenção de áreas de risco, abertura e melhoramento de ruas construindo, assim, um Plano Diretor alternativo<sup>46</sup> e específico para essas áreas.

O Dr. Gersino, da promotoria e o Dr. Alexandre, do meio ambiente, foram duas pessoas que batalharam junto com a gente. Na verdade começou com a vinda da Dra. Sônia e do Dr. Gersino que trabalham na promotoria geral. Vieram e conseguiram fazer com que o poder público participasse, as secretarias de estado também. Foi idéia nossa, mais deles que ajudaram, é que a gente convidava e eles não compareciam e com a insistência deles do Dr. Gersino, do Dr. Alexandre e da Dra. Sônia as secretarias começaram a participar. A polícia também participou, eu não lembro dos primeiros PMs que vieram, mas começaram a participar. Eles achavam que a gente era conivente com a violência e o tráfico dos Morros e a gente estava dizendo que não, que a gente denunciava, que o que nós queremos realmente é uma polícia comunitária. Essa polícia comunitária que a gente quer, não é essa

<sup>46</sup> Em novembro de 2005 foi aprovada a Lei n. 6893/05 que cria o Parque Urbano do Morro da Cruz e está em tramitação, já aprovado pela Câmara de Vereadores, faltando ser sancionada pelo Prefeito Dário Berger, o Projeto de Lei Complementar n. 673/05 que altera, em caráter emergencial, o Plano Diretor do Distrito Sede no Maciço do Morro da Cruz.

polícia repressiva. É um absurdo na vinda da polícia para o Morro como está vindo com a repressão, isso a gente não quer. A gente quer uma polícia que venha, que compreenda, que visite, que conheça os moradores, é que assim se termina com essa violência: com a polícia comunitária e com a educação (D. Morro Mont Serrat, 09/2003).

Um dos eixos temáticos foi a questão da segurança e qualidade de vida, logo a gente pensou em trabalhar essas duas dimensões articuladas (Pe. Vilson Groh, Coordenador do Fórum do Maciço, 07/ 2004).

A participação de representantes de órgãos públicos municipais nos debates do Fórum do Maciço deu-se de forma mais acentuada até o final do ano de 2000, quando começa a diminuir em vista da dificuldade de estabelecer uma relação concreta entre órgãos públicos estaduais e municipais e o Fórum vinculado às necessidades dos moradores, o entendimento de um e outro com relação aos encaminhamentos não se correspondiam, caminhavam em direções diversas, nessa fase do Fórum.

A princípio a gente queria ter uma relação mais estreita com esses órgãos, FLORAM, IPUF, COMCAP, secretarias municipais, principalmente o próprio ministério público, mas não houve uma resposta as nossas demandas, as nossas propostas, e uma coisa que a gente cobrava muito é que cada representante desses órgãos oficiais, tanto estadual como municipal eram encaminhados para essas reuniões pessoas que não tinham poder de deliberação que vinham mais para ouvir e de repente passar lá seus superiores e aquilo morria por ali, não tinha encaminhamento e simplesmente isso nos frustrou muito, ficamos eu acho que dois anos com esse pessoal do município e do estado e não houve respostas. Esses órgãos se retiraram, para eles não tinha muito sentido, para eles não tinha muito sentido mesmo (R., Morro da Mariquinha, 08/2003).

Esse vínculo permanece ainda hoje, especificamente com a contratação da assistente social e secretária do Fórum do Maciço: Kelly Cristine Cabral, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, para trabalhar algumas horas na Secretaria e outras na coordenação do Fórum.

A questão da segurança que envolve a problemática da violência nos Morros, em vista de constantes ameaças aos líderes comunitários e do temor de uma atitude mais drástica por parte dos membros do narcotráfico às lideranças, passa a ser articulada diretamente pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. A luta do Maciço na tentativa de resolver esta questão propõe a criação de uma “Polícia comunitária”: um sistema policial com caráter educativo-preventivo, mas que em momentos tensos também poderia ser utilizado o sistema convencional. No interior do Fórum, esse ponto passou a ser discutido por um eixo temático que se chama de “Comissão de segurança”. Entretanto, apesar das constantes solicitações e conversas com esses órgãos e da promessa de fazê-lo, até o momento esse sistema de

policiamento não foi implementado nos Morros. As pessoas, principalmente os líderes comunitários, prosseguem assustadas e sentem-se desprotegidas.

A convivência diária com o narcotráfico deixa a todos intranquilos e assustados, sem saber como lidar com a situação, muitas vezes são crianças que estão envolvidas por ele, como comenta um morador,

se a gente disser que lá não tem droga, todos os morros têm, todo local tem, é droga, tem! Esse que tá aqui é ameaçado. Só que eu não dou as costas pra eles, estou lá. Outras famílias correram de lá, mas eu não corro. Já escreveram na minha parede, foram lá entraram no meu terreno, escreveram na minha parede: ‘cacueta morre!’ Cacueta de que? Meus filhos estão preocupados comigo, querem que eu saia, eu digo: “Não, deixei o meu umbigo aqui e aqui...” Tem droga! (...). Tem, tem a droga lá. Tudo guri novo. E o pior, que os pais não estão olhando os filhos, crianças, guri de 9 anos, servem de laranjinhas de marmanjo. Em vez de ir pra aula, primeiro eles vão ali conversar com os caras. Os caras chamam eles. Então ele se esconde e, por exemplo, se eu sou comprador, mas estou com medo de chegar, eles vêem os carros lá embaixo eles pegam um guri daqueles e o guri vai lá levar a droga para o cara. Ele pega a droga, traz o dinheiro e entrega o dinheiro para a ele. Então é uma coisa que a gente não vai dizer que não tem porque tem. [As crianças são do Morro] nosso mesmo, nós lá... Eu mesmo estou manjado lá... Eu sou daqueles que não vou dizer assim: “É fulano, é beltrano...” (T., Morro Mont Serrat, entrevista aos profs. Luís Fernando aScheibe e Dolores Buss, 08/2001) .

O próprio espaço das escolas públicas de ensino médio e fundamental, instaladas nas comunidades e próximos a ela, passam a ser espaço de ação desses grupos, inseridos no narcotráfico.

Mas o que aconteceu realmente, a marcação a mim, ao Padre Vilson, mais três senhoras lá, ficaram marcadas por eles, porque o diretor do Grupo Escolar Lúcia Mayvorme (Escola localizado no Morro Mont Serrat), isto tudo começou assim: houve um apedrejamento, um troço, um enfrentamento lá dentro do grupo e o diretor se viu apavorado com os guris lá, e tal lá dentro... E ele ficou apavorado e procurou a comunidade, o conselho. Então eu reuni todo mundo para ver o que a gente pode fazer e tal... Conversar com os pais e com as mães e aí a gente levou várias pessoas lá, então cada um: “Não nós vamos fazer isso, fazer aquilo...” Então, era para na mesma hora, quando eles fizeram a reunião, fazer uma pauta, todo mundo assinaria, para a gente saber mais ou menos os caras que tinham furado com a gente... “Olha, esse cara aqui tem ligação com o parente dele lá e tal...” Mas a gente deixou para uma nova reunião. Já na nova diminuiu. Alguém daqueles que tava ali, ouviu a gente falar e depois apareceu o Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Que a gente começou a bater no meio ambiente, naquela coisa toda, interpretou a segurança com botar a polícia em cima dos traficantes. Contou a história ao contrário (T., Morro Mont Serrat, entrevista concedida aos Profs. Luís Fernando Scheibe e Dolores Buss, 08/2001).

Os moradores sentem-se acuados, buscam no Poder Público uma solução e esta não se apresenta da forma desejada. Sem condições econômicas de buscar outros espaços para construir a vida, vêem-se obrigados a conviver diariamente com a violência e com a possibilidade de ver-se em meio a brigas de quadrilhas.

Na Sexta de madrugada, sábado... Principalmente no sábado. Sexta-feira não é muito porque o pessoal, a burguesia, é que vai lá em cima buscar. Então como eu fiz em uma reunião lá do Fórum. E eles falaram... A Irmã disse pra mim: “T., não fala, não fala...”, “Eu vou falar, eu sou obrigado a dizer, eu vou aproveitar que tá todo mundo aqui”. Tava todo mundo, só faltava o governador e a prefeita, o resto tava tudo ali. Pois se está doendo dentro da minha comunidade porque é que eu não vou falar? E os outros falaram também. Aí eu disse: “Olha, a questão é a seguinte, é que nós estamos vivendo um problema que a própria polícia não tá indo lá socorrer”. Botar um policiamento só das 4 da tarde às 5 da tarde, não interessa... Nós queremos à noite que é pra gente ter pelo menos... Assim como o centro da cidade tem policiamento a noite toda, não custa uma viatura estar lá dentro, rondando o Morro. Não vai a pé, vai com uma viatura. Aí eu falei pra eles o seguinte: “Vocês deram esse Disque-denúncia, vou contar um caso que aconteceu. Vocês deram o Disque-denúncia e a pessoa lá de dentro do Disque-denúncia deu o horário... O cara deu 3 telefones e ele deu o horário e deu o dia. E o traficante foi lá dentro da casa dele de revólver em punho e disse pra ele: “Se tu telefonar nós vamos acabar contigo! Telefonasse no dia tal, na hora tal...” Aí o comandante da polícia, o coronel chegou e perguntou pra mim: “T. você pode me dar o nome do rapaz?” Aí estava o Secretário de Segurança também que veio falar comigo. Aí, mandou chamar ele lá e ele repetiu as mesmas coisas que eu tinha falado. O coronel da polícia também chamou ele lá. Aí começou a melhorar, começaram a dar umas batidas e tal e foi... Mas nós não queremos que ele chegue lá no Morro... Como eu falei pra eles: “Nós não queremos que vocês cheguem lá encapuzados, de arma em punho, como às vezes andavam lá por dentro. Um vez meus netos estavam brincando de repente, quando eu vi tinham uns caras encapuzados dentro... Tem um dos meus netos que ficou traumatizado, o outro agora qualquer coisinha fica chorando... Não queremos isso, nós queremos que vocês vão lá e tal, mas assim a gente não quer”. Então é isso. O problema deles é mais final de semana que tem coisa né? Aí eu disse pra eles: “Se não for o pessoal do centro da cidade ir lá em cima comprar eles vão ter que descer pra vender, mas só que o pessoal vai lá em cima buscar”. E se fosse um carrinho de um ano de 80, de 60, um carrinho velhinho, mas é tudo carro do ano que vai lá em cima buscar. Então sexta-feira eles não aprontam, mas chega sábado, aí que eles aprontam (T., Morro Mont Serrat, entrevista concedida aos Profs. Luís Fernando Scheibe e Dolores Buss, 08/2001).

A polícia não sobe porque são áreas de risco, se são áreas de risco quem somos nós? Nós moramos nela (T., Morro do Mont Serrat, 04/2002).

O Fórum do Maciço do Morro da Cruz construído como um espaço que busca superar as condições dadas, muito embora imbricado no e pelo capital, aparece como uma luta pela vida, para efetivá-la da forma que se fizer possível, para tanto, associa-se com o Estado, uma universalidade posta, na busca de soluções às suas questões. O Fórum aparece como o que há de mais avançado no modo de produção capitalista. Os homens envolvidos no Fórum têm consciência de que é preciso estar juntos para resolver seus problemas. O homem trabalhador assalariado vem sendo decomposto pelo ser social, a socialização da vida aparece como construção histórica, ainda que no modo de produção capitalista. Assim, a unidade dos homens trabalhadores diretos no Fórum de Economia Solidária, aponta essa consciência, não é uma questão eventual, é um produto da história, porque a produção da existência humana,

hoje, só pode ser feita como um ato social, com todos os homens juntos. Lutam no mundo burguês e para além dele, ao mesmo tempo em que a espacialização de sua luta emerge como um processo solidário, e contém elementos, como a própria solidariedade, como um nexo possível, ainda que transitório, para dar conta da vida, e superar sua degeneração posta, estão ainda imbricados no capital. Lutam sistematicamente e tentam reivindicar do poder público, solução às suas questões, embora sem respostas que levem efetivamente ao extermínio das quadrilhas dos Morros, o Fórum prossegue nas suas tentativas. Ao fazer essas lutas diversas vai se efetivando como uma luta dos homens produtores diretos, isto é, vai efetivando a sua união, como expressão da “natureza humana universal”.

### **2.4.3 O Fórum do Maciço definindo-se: o que fazer?**

O Fórum agrega às comunidades do Maciço, antigos e novos líderes comunitários e toma corpo na cidade, aparecendo no cenário turístico de Florianópolis, mostrando seu rosto, evidenciando o outro lado da cidade, àquele que deve ser escondido, maquiado para não ferir os olhos de quem por aqui vem desfrutar de lazer. O modo de ser do capital como processo histórico de civilidade e degeneração se processa nessas áreas parasidíacas.

O Fórum do Maciço como possibilidade de construção de outro espaço para além das condições vigentes nas comunidades do Morro da Cruz, vai se fazendo, embora de forma tênue, não conseguindo ainda ser portador de dinamismo e se materializar com efetividade, como forma outra de produção da vida. É espaço de tecer sonhos, de efetivar as esperanças de construção real, embora lenta, de novas possibilidades de vida, de superação da mediocridade e da barbárie social do capital a que estão submetidos. É espaço de busca por romper os grilhões da condição de ofertantes de força de trabalho, entretanto e contraditoriamente ainda se manifesta e se materializa na busca por espaços que se fazem como capital, especificando-se como um espaço de transitoriedade.

Em meados do ano de 2003, em algumas reuniões, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz discute no que vem se efetivando, o que é, afinal, o Fórum para as comunidades do Maciço? O que tem representado? Qual a sua função? Seus objetivos? O que pode implementar como uma luta comum a todas as comunidades? Quais as prioridades? São questões como essas que foram colocadas em algumas reuniões e buscaram-se as respostas em cada comunidade. Vejamos essas buscas:

Tem o lixo que já foi colocado como importante, mas o principal aspecto que a gente vê é fortalecer mesmo a organização, a mobilização dentro das comunidades, recriando, resgatando o espírito comunitário que já foi muito mais forte e que isso é em decorrência de que nos últimos tempos, principalmente do crescimento do desemprego, falta de condições de trabalho, de geração de renda, isso são aspectos muito importantes, principalmente os jovens, eles deixam a escolas não tem outras atividades e ficam dependendo de alternativas, muitas vezes a sobrevivência fica a encargo das drogas e outras do roubo, e um outro aspecto é o combate a violência que está muito pesado mesmo, um dos elementos mais físicos que a gente discutiu é áreas de lazer, não tem nada. Isso sem falar na infraestrutura que já foi melhor e hoje está cada vez mais precarizada, a gente percebe que a qualidade de vida está caindo, diminuindo do que já teve alguns anos atrás, as conquistas, as lutas da terra, houve um período da luta pela terra na década de 80 a maioria do pessoal já tem título da terra, a regularização da terra. Ruas, águas, tem áreas que tinha ruas hoje está complicado, tinha casa que tinha água hoje já não tem mais porque a situação ficou complicada e não pagou, algumas casas estão caindo. Quando houve a luta pela terra, conseguimos colocar cada família em cada terreno, hoje como não tem mais terra, está inchando, a co-habitação é muita, não tinha isso, tem gente construindo sobradinhos, e isso fortalece toda a questão da violência, da falta de condições. O agravamento das questões sociais hoje no Morro do Horário é grave. Outro ponto é que o pessoal que estava na organização na década de 80 já estão envelhecendo e a nova geração não tem essa coisa da organização. Como resgatar esses elementos? Que não adianta querer fazer como era antes, mas também não, tem alguma coisa aí que precisa ser olhada, avaliada (lideranças do Morro do Horário e do Morro da Penitenciária, 07/2003).

Algumas comunidades elegem programas governamentais como forma de solução de suas questões, tais como o Programa Fome Zero<sup>47</sup>:

A prioridade é o Fome Zero, isso vai ajudar muito a comunidade, a buscar soluções não só de alimentação, que a gente vê lá pessoas do Morro ir em casas pedir uma cebola, mas usar isso para buscar uma qualidade de vida para as pessoas, uma forma de trabalhar, a gente está com uma idéia de uma plantação comunitária lá, isso é uma prioridade, e a gente vai buscar outras. E também questão da urbanização dos Morros, das encostas que tem escadarias enormes lá (lideranças do Morro da Mariquinha, do Mocotó e da Queimada, 07/2003).

Para as comunidades, a questão da violência com a presença do narcotráfico aparece como o principal problema:

Tem muita violência. A dificuldade da participação das pessoas é por causa da violência, qualquer coisa hoje dentro da comunidade, para se discutir o que se quer o que se vai fazer, vêm pessoas das drogas e perguntam para que se quer, o que se vai fazer e mais uma série de perguntas, esse é um agravante dentro das comunidades que tem esse problema com a violência (lideranças do Morro da Mariquinha, 07/2003).

---

<sup>47</sup> Programa Fome Zero: programa criado pelo Presidente da República, Luiz Ignácio Lula da Silva, como forma de resolver a questão da fome no Brasil.

Outras questões que aparecem nas comunidades vinculam-se à falta de ruas, de energia elétrica, água:

Melhorias e manutenção de ruas, nossas ruas são muito precárias, até não é bem manutenção, primeiro tem-se que criar elas adequadamente; legalização dos terrenos que é uma luta que nós até hoje não alcançamos; também luz e água é um problema sério; o esgoto que cada um faz da sua própria maneira, porque na realidade não existe; a segurança pública, nós não temos segurança nenhuma ali; o apoio do poder público nenhum até agora (Lideranças do Alto da Caeira, 06/2003).

A consciência da importância da unidade da luta:

A união seria assim, unir mais, as dificuldades são grandes, então nós temos que escolher o que vamos fazer, então aí a união vai fazer a força. Se a gente não se unir não chegaremos a lugar nenhum (Lideranças do Alto da Caeira, 08/2003).

O Fórum como um espaço de diálogo, de aglutinação e não de exclusão, porque às vezes a tendência do burocrático vai se impondo na organização, como é um movimento ele tem que estar cedendo ao processo histórico (lideranças do Mont Serrat, 07/2003).

O Fórum aparece como a unidade entre as comunidades,

o que a gente vê no Fórum é que ele é o grande articulador das forças existentes. E como é que ele deveria funcionar como ele deveria dinamizar essas forças para criar um grupo, um grande movimento, na busca de nossos objetivos, na busca de um grande objetivo (Lideranças do Mont Serrat, 08/2003).

O que se entende pelo Fórum, a organização de grupos que busca através da união conjunta o direito de todos. Momento de trocas de idéias, encaminhamentos entendidos. O que deveria fazer – divulgar mais para as autoridades (Lideranças do Morro da Penitenciária, 07/2003).

Em algumas reuniões levantaram-se questões a serem implementadas como lutas do Fórum para possibilitar aos moradores do seu espaço uma melhor qualidade de vida. Um dos pontos é a ampliação das escolas, criando-se nelas bibliotecas, salas de artes e a colocação dos alunos na universidade.

Seria importante que o Projeto do Pré-Vestibular da Cidadania se fortalecesse ainda mais, dando oportunidade de vagas para os alunos das escolas do Maciço que moram no Maciço Central, organização dos simulados, para estimular esses alunos a passarem no vestibular. A gente acha que é fundamental ampliar os espaços das escolas para que a gente possa estar atendendo os alunos em tempo integral, E ampliar os espaços para criar bibliotecas, ampliar o espaço para as bibliotecas, criar salas de arte, criar salas para desenvolver uma série de outras atividades, que não são essas atividades comuns relacionadas a disciplinas, matemática, português, e tal. A gente também defende a informatização das escolas, para estar estabelecendo uma rede de comunicação entre as escolas para estar potencializando a formação desses alunos, e a gente defende que a escola precisa se tornar um espaço aberto para a comunidade aonde possa estar oferecendo para a comunidade, para os moradores,

um espaço de formação profissional, um espaço onde possa estar sendo comentado grupos que venham a gerar emprego, a gerar renda, grupos que venham a desenvolver determinadas atividades que possam estar gerando renda, mas a gente tem que estruturar essa coisa da economia solidária (Danilo Ledra, representante das escolas, 07/2003).

Outras questões que têm aparecido evidenciam-se na precariedade do transporte, como a dificuldade de acesso a alguns locais, em vista da existência de longas escadarias. Aparece como alternativa à implementação de um transporte alternativo, como os bondinhos aéreos, ligando o Maciço a outros locais da Ilha, como o Morro da Lagoa da Conceição, o que possibilitaria também a geração de renda aos moradores.

É preciso criar um sistema de transporte diferente. É possível se pensar um bondinho da praça dos Bombeiros até a Pedra do Paraíso<sup>48</sup>, e ainda um sistema de transporte em trilhos, com os bondinhos é possível tirar as escadarias que são muito complicadas (Lideranças do Morro Mont Serrat, 02/2003).

Umas das preocupações do Fórum do Maciço é como criar formas de geração de trabalho e renda para os habitantes daquele espaço. Nesse sentido, aparecem propostas como a reciclagem do lixo; horto florestal; montagem de uma empresa de embalagem para os produtos da Agreco; os mirantes e bondinhos aéreos; as trilhas ecológicas; as escolas de samba; os terrenos de candomblé; restaurantes com comida típica; bordados; guias mirins, isso tudo se pensando em atrair turistas àquele espaço transformando-o em local de turismo.

Dentro do Maciço temos as propostas de reciclagem do lixo, horto florestal, viveiro de mudas, viveiro de plantas, trilhas ecológicas, mirantes, bondinhos, meninos mirins, pequenos negócios para a geração de renda, questão artesanal que envolve as cestas, artesanatos, cerâmicas, carnaval, a cultura do samba, capoeira, cozinha, os terreiros de umbanda e candomblé; o resgate da cultura: negra, açoriana, cabocla, indígena, na ilha não há só manezinhos, delimitação das áreas de risco, entre isso pode ser trabalhado para se reverter em renda. A única forma é encontrar saídas se unindo num grande movimento, e quem sabe agregar cada vez mais pessoas. (Pe. Vilson, 04/2002).

Nessas reuniões, nessa unidade em luta, o Fórum vai delineando-se, vai definindo a sua função, o seu papel. Vincula-se à luta pela formulação de políticas públicas e também à preocupações com as crianças, adolescentes e jovens dos Morros e seu futuro: o que será delas? O que “vamos oferecer a elas?”

---

<sup>48</sup> Pedra localizada no alto do Maciço do Morro da Cruz, hoje, próximo a ela, instalou-se o heliporto da polícia militar.



O papel do Fórum é propor políticas sociais públicas que garantam a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável do Maciço do Morro da Cruz. Esse seria o objetivo fundamental do Fórum. O Fórum só tem sentido se tem base, se não tem base não tem sentido o trabalho do Fórum, por isso tem que estar vinculado às comunidades e o que elas elegem como pontos para serem encaminhados. O Fórum para ter legitimidade, estabelecer bem quais são as necessidades dentro das comunidades. Agora, muito mais, significa sair do isolamento, porque nós estamos vivendo um sentimento de terror, e talvez esse é o sentimento que mais perpassa pelas famílias dos Morros, das organizações dos líderes é o sentimento de estar só no seu canto com medo da violência. Então aí vem, qual é o papel desse Fórum, é claríssimo, e aí se alguém se sentir lesado, não estará sozinho, vai aqui encontrar solidariedade, dentro da organização interna a gente tem como recorrer a esse grupo aqui para a gente se auto segurar, porque todos nós estamos expostos, essa é uma grande verdade, quem mexe com a comunidade está exposto hoje em dia, por mais que mexe com uma coisa pequena, mas está exposto, no momento em que a gente está vivendo, porque a tendência é exatamente, que se anule a organização comunitária. A violência, essa é uma tendência que a gente começa a observar que cada vez mais cresce.

Aqui então a proposta nossa é essa em relação ao Fórum, o papel do Fórum somente tem sentido se ele fizer isso, se ele não propor políticas públicas e sociais não tem sentido o trabalho do Fórum. Lembrando que nós temos 12.000 crianças de 7 a 14 anos. Logo, logo nós teremos 12.000 de 15 a 21 anos. Precisamos nos movimentar agora, nós precisamos dar uma condição para essa criançada. Uma condição para essa juventude. O que nós vamos oferecer a elas? Como alternativa de vida? Então de novo, o Fórum tem esse papel, e as escolas nesse sentido.

Então outra demanda que surgiu e que o Fórum tem que ajudar a encaminhar e que o Fórum tem que transformar em política pública, e que é o Plano Diretor (Pe. Vison Groh, 08/2003).

Vem se construindo assim no Fórum do Maciço do Morro da Cruz um Plano Diretor alternativo que atenda todas as questões levantadas pelas comunidades.

#### **2.4.4 Geração de trabalho e renda e o “Jornal Comunitário Garapuvu”**

Em vistas da dificuldade de manter a simples e parca sobrevivência das famílias nesse território, as complicações para conseguir emprego, a falta de escolaridade, o fato de a maioria da população ser negra, o Fórum passa a agregar discussões em torno de um eixo temático chamado “Comissão de Trabalho e Renda”. Para articular todas essas discussões e levá-las para todos os moradores das comunidades do Maciço constituiu-se também a “Comissão de Comunicação” com o objetivo de criar um jornal e uma rádio comunitária. A primeira edição do “Jornal Comunitário Garapuvu” deu-se em agosto de 2002. A capa aparece com a reportagem: “Comunidades do Morro da Cruz organizam o Fórum do Maciço”. A rádio comunitária ainda está em processo de instalação.

Outro eixo de trabalho e discussão resultou na criação da Comissão de geração de trabalho e renda, outro foi a da comunicação, então esses eixos foram aparecendo na

medida em que a gente foi se construindo, foi sentando junto, foi trazendo os organismos de Estado, as secretarias, a sociedade civil como a OAB, o Ministério Público, as Universidades (Pe. Vilson Groh, 07/2004).

Com o planejamento e a delimitação das áreas do Maciço, isto é, se resolvidas as questões da violência, da precariedade das ruas, do lixo, do esgoto, da energia elétrica, estruturando-se as moradias, embelezando-as, reflorestando áreas dos Morros, abriria-se um espaço para a implementação dos projetos turísticos, das trilhas ecológicas, bondinhos aéreos e outros meios para a geração de trabalho e renda.

O que significa isso dizer o que se pretende (...) dar viabilidade técnica para isso que seria as trilhas, esse reflorestamento, o uso dessa área como turismo, para exploração do turismo, fazer área de lazer, fazer a horta comunitária que se tem intenção de fazer, horta medicinal, esse viveiro de espécie nativa, tudo isso nós temos que ter um plano de manejo participativo. Há espaços que abrangem toda a área do Maciço, (...) eu me refiro mais no coletivo e a nível mais de Maciço, essa área do horto florestal seria essa área aqui atrás (atrás do Hospital de Caridade) vizinha aqui do Hospital de Caridade, essa RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) que foi transformada na Lei Federal, mesmo sendo particular tem a possibilidade de uso coletivo das comunidades que se avizinham, Mocotó e Mariquinha, para esse uso de um horto de espécies nativas, de repente uma horta comunitária junto com uma horta medicinal, mas eu entendo que isso, esse horto, dali se expandiria produzindo mudas para todas as áreas, ali seria o embrião de tudo, dali sairia as mudas para reflorestamento das áreas degradadas do Maciço, aí se aproveitaria o lixo orgânico das pessoas que se avizinham a área e dali a gente produziria as mudas para o reflorestamento e visto isso aí também se pensaria, aí sim nessa Economia Solidária, porque dá para produzir para vender mudas tanto mudas de espécie nativa, como ornamentais, daí também se geraria trabalho e renda, bem nessa linha que se pensa, então a partir daí tentar dar essa organização e com certeza, essa área do Hospital de Caridade é uma área específica, uma área especial para se implantar esse Projeto desse horto, da horta comunitária e envolver pessoas até com intenção de gerar trabalho e renda com certeza esse é um objetivo desse Fórum (Rui, Morro da Mariquinha, 08/2003).

A luta intermitente do Fórum do Maciço do Morro da Cruz faz-se para garantir àquele espaço condições de vida aceitáveis e que permitam a reprodução de si mesmos, põem-se ainda, como não proprietários dos meios de produção. Essa consciência ainda invertida da realidade deve-se ao fato de não se efetivar na materialidade de sua existência outra espacialidade que lhe dê garantias a vida. Entretanto, essa condição não se manifestará como maná caído dos céus, faz-se necessária a construção a partir das condições dadas. Marx (1974, p. 81-2) vai considerar a dificuldade da libertação dos indivíduos dos laços de uma classe e de avançarem à construção de novos caminhos, deixando atrás de si, sua condição de trabalhadores assalariados.

Os servos fugitivos consideravam sem dúvida o seu estado de servidão precedente como uma coisa contingente à sua personalidade: quanto a isto, agiam simplesmente como o faz qualquer classe que se liberta de uma cadeia e, deste modo, não se libertavam como classe mais isoladamente. Além disso, não saíam do domínio da organização por ordens, tendo apenas formado uma nova ordem e conservado o seu modo de trabalho anterior na sua nova situação, elaborando este modo de trabalho de forma a libertá-los dos laços do passado que já não correspondiam ao estado de desenvolvimento que tinham atingido.

Pelo contrário, as condições de vida próprias aos proletários, o trabalho e, portanto todas as condições de existência da sociedade atual transformaram-se para eles em qualquer coisa de contingente, que os proletários isolados não podem controlar nem tão-pouco qualquer organização social. (idem).

Para superar essa condição o próprio Marx vai indicar que,

Logo, enquanto os servos fugitivos apenas pretendiam desenvolver livremente as suas condições de existência já estabelecidas e fazê-las valer, mas conseguiam quando muito o trabalho livre, os proletários, se pretendem afirmar-se como pessoas, devem abolir a sua própria condição de existência anterior, que é simultaneamente a de toda a sociedade até aos nossos dias, isto é, devem abolir o trabalho (MARX, 1974, p.82).

Entretanto, para o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, o trabalho faz-se ainda como processo educativo e orientador de todas as suas ações, avançar para além da condição de Ser trabalhador (AUED, 2005) não está posto. Em vista disso é que a teleologia que se efetiva ainda é a do capital e não de um avanço para além das condições vigentes, ultrapassando e avançando para a sua humanização.

O que vem se efetivando em ações para fixar o Fórum do Maciço do Morro da Cruz como uma nova possibilidade que aponte para além da desvalorização a que estão submetidas as pessoas nesses espaços, emergindo de sua construção uma nova forma de vida, aparece ainda como o velho, como conteúdo que expressa capital. Vem, assim, tecendo fios e redes e vincula-se com o que há de mais avançado nesta sociedade. Mas, sua implementação, tal qual os servos e os escravos fizeram no passado, lutavam para superar à sua condição, reconstituindo seus laços primeiros. O Fórum do Maciço que emerge como negação do individualismo burguês e aponta os limites do capital, tece-se ainda em um caminho regressivo, embora na própria espacialização como luta coletiva indica avanços para além das condições dadas. É assim caminho regressivo e também caminho coletivo, construção e negação de si mesmo. Avanço e recuo. Possibilidade e limite. Eis a transitoriedade se fazendo.

#### **2.4.5 Movimento dos Trabalhadores Oriundos dos Quilombos (MTOQ)**

No ano de 2003 constitui-se, vinculado ao Fórum, o Movimento dos Trabalhadores oriundos dos Quilombos (MTOQ) com o objetivo de indicar caminhos possíveis aos jovens das comunidades das encostas do Maciço. Seu principal objetivo está em construir uma ampla rede de cooperação e trabalho entre os diversos setores empresariais e centros de qualificação profissional com os jovens trabalhadores pertencentes às comunidades do Maciço do Morro da Cruz. E também de “romper com os grilhões da exclusão e desemprego, formaremos uma rede de profissionalização e trabalho. Cadastrando, profissionalizando e, por conseguinte, encaminhando às empresas parceiras do MTOQ”. Esse movimento é ainda “adepto da opinião que o trabalhador é muito mais que uma mera força de trabalho e como tal tem de ser encarado como ser humano que tem direitos e deveres perante a sociedade”, o MTOQ preocupa-se também com “valores humanos fundamentais para a construção de uma nova sociedade mais justa, fraterna e igualitária” (Folder do Movimento dos Trabalhadores Oriundos dos Quilombos, s/d.).

A criação desse movimento deu-se em vista das precárias possibilidades de vida futura que cercam os jovens que nascem naquele lugar, filhos de trabalhadores. Assim, o Fórum vai se efetivando, buscando a construção de “nova sociedade mais justa, fraterna e igualitária” e “romper com os grilhões da exclusão e desemprego”, para isso constitui redes e parcerias com empresas. Ou seja, busca uma nova sociedade e se afirma pela velha, eis a contradição a ser superada.

Uma das prioridades do Fórum do Maciço é a geração de trabalho e renda. Seus encontros e reuniões constataram que os jovens pertencentes às comunidades do Maciço são as maiores vítimas da exclusão e da violência. Realidade impressa frente ao processo capitalista que essas comunidades vêm sofrendo ao longo da construção de Florianópolis. Dentro deste contexto, as maiores vítimas são os jovens entre 17 e 25 anos, visto que no ano de 2002, 151 deles foram assassinados na grande Florianópolis, desses 80% eram pertencentes às comunidades do Maciço. O Movimento dos Trabalhadores Oriundos dos Quilombos surge com o intuito de reverter essa realidade e dar um novo rumo à juventude (Folder do Movimento dos Trabalhadores Oriundos dos Quilombos, s/d).

Esse Movimento já realizou diversos cursos profissionalizantes para os jovens. Em parcerias com o *Senac* (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio) fez-se o curso de vendas; com a empresa *Office Treinamento* fez-se cursos de informática. Alguns jovens foram

encaminhados para o supletivo em parceria com os *Colégio Definição e Energia*. Aulas de inglês foram oferecidas na empresa *Wizard Idiomas*. Alguns outros jovens foram encaminhados às Universidades particulares, em uma parceria que se estabeleceu entre esse Movimento e a Faculdade Única, em Florianópolis, em cursos como o de Tecnólogo, curso que se realiza e forma profissionais em 03 anos. Outro vínculo é com o Projeto Pré-Vestibular da Cidadania. Pensou-se em construir cooperativas em diversas áreas como na área de serviços, uma vez que há muitos pedreiros, carpinteiros, etc, no Maciço. Apesar desses encaminhamentos, o Movimento dos Trabalhadores Oriundos dos Quilombos não se define como uma agência de empregos e nem pretende substituir o Estado. “O fundamental no movimento é formar uma juventude emancipada, consciente, cobrando seus direitos e consciente de seus deveres” afirma Leonardo Koerich, um dos coordenadores do Movimento (Jornal Comunitário Garapuvu, 08/2003). As reuniões acontecem sempre aos domingos, às 15:00 horas no Centro Cultural Escrava Anastácia, no Mont Serrat, com debates, palestras e dinâmicas de grupo no sentido de reforçar o Movimento como espaço coletivo e solidário.

O processo a ser implementado pelo Fórum, através do MTOQ, volta-se a qualificação do trabalhador para o trabalho assalariado, acreditando superar dessa forma seu processo de desvalorização. A consciência da desvalorização dos homens produtores diretos, no Fórum, denuncia-se pela sua própria constituição e aponta o limite do modo de produção capitalista à incorporação de todos os homens. No Fórum, objetiva-se a construção consciente de uma nova sociedade, “justa, fraterna e igualitária”, entretanto, apesar de fazer-se em uma positividade, experimentos que buscam manifestar-se na superação da desvalorização humana, afirmam o contrário, a reconstituição do trabalhador ao mercado de trabalho. Reenergizá-lo para transformá-lo em mercadoria à disposição da valorização do capital e por conseguinte desvalorizá-lo novamente, até seu esgotamento ou sua desnecessidade ao processo burguês de valorização do valor.

Os jovens do Maciço do Morro da Cruz que coordenam esse processo o colocam como,

uma ação dentro do Fórum do Maciço. O Maciço tem várias ações, posteriormente vai ter a questão das cooperativas, da rádio comunitária e entre outros projetos. O Movimento ele tem uma coordenação que é eu, o Babyton, o Moises o Leonardo e o Pe. Vilson. O Babyton está contratado pelo Governo para trabalhar com o Movimento, via Back, é terceirizado, o Governo tem contrato com essa empresa a Back, onde contratou o Babyton para trabalhar para o Movimento, ele desenvolve várias atividades, desde contatos com os parceiros, como o *Colégio Energia*, que a gente tem supletivo, com o *Colégio Definição*, com o curso de inglês da *Wizard*, com a *Falculdade Única*, com o *Senac*, e com o *Colégio Autonomia*. Então ele é o

responsável para entrar em contato com esse pessoal, matriculando as pessoas, acompanhando elas. Agora a gente está organizando um banco de dados de todos, vamos começar a construir a história do Movimento, vamos organizar isso também, a fazer um material, de fotografar de fazer um trabalho mais bonito para a divulgação (Alessandra, Mont Serrat, 08/2003).

O MTOQ se estabelece com o objetivo de buscar formação e postos de trabalho aos jovens do Maciço. Tem se viabilizado através de várias parcerias com empresas privadas, principalmente da área educativa. Iniciou suas atividades no dia 08 de março de 2003, um domingo, em seu primeiro dia de inscrições para cadastramento de jovens, foram inscritos 160. Esse primeiro grupo, com as reuniões, acabou por se reduzir a cerca de 80. Através dos processos formativos procura-se qualificar melhor a força de trabalho dos trabalhadores do Maciço para permitir que consigam oferecê-la para trabalhos mais qualificados.

O pessoal achou que a gente ia fazer uma agência de trabalho, e não é, é uma agência de encaminhamento para o trabalho é a questão da formação para o trabalho, então o pessoal acha que vem aqui se inscreve e que nós vamos achar trabalho, foi onde deu o esvaziamento desse primeiro grupo, deu um esvaziamento porque o pessoal não tem essa cultura de compreender que tem que ter uma participação e que a gente não deve ser tão imediatista e querer qualquer trabalho, a gente está preocupado com o trabalho que o pessoal vai ter, porque a gente sabe que na periferia tem sempre o mesmo tipo de trabalho que está sempre voltado para ser faxineira, empregada doméstica, servente, não que esse trabalho não seja um trabalho decente, honesto, mas a gente está pensando em modificar, não só usar a força de trabalho, a força né, mas também o intelecto, também para estar mudando um pouco essa realidade, então a gente está muito preocupado com essa formação e muitas vezes o pessoal não está preparado, não está maduro para isso, então assim esvaziou, mas tem gente e esse pessoal está preocupado com isso e acho que isso é que é importante, infelizmente ninguém tem a mesma compreensão. Vou ser contratada também via Back, hoje não estou trabalhando, trabalho com o meu artesanato, mas não está fácil, não dá para viver disso (Alessandra, Mont Serrat, 08/2003).

O Movimento ambiciona também oferecer ao mercado de trabalho, além de um jovem bem preparado, bem treinado, um trabalhador “consciente”, com “consciência crítica”,

a gente quer formar dentro da juventude uma nova maneira de ver o mercado de trabalho de propiciar ao mercado de trabalho um novo trabalhador também, isso é uma coisa que... um trabalhar consciente, um trabalhador que vem do Morro, mas um trabalhador que saiba ocupar os seus espaços, essa idéia vem desde o começo, está até nas palavras que vem no manifesto, no lançamento do Movimento que é para romper com os grilhões do mercado de trabalho do capitalismo e nisso foi se criando esse grande elo, juntando os jovens, mobilizando a própria comunidade para que a gente não caísse nessa vala de não só demarcar as pessoas, e depois chamar caso surgisse uma oportunidade e deixar assim, a gente pensou: não, vamos reunir os adolescentes, vamos reunir os jovens para que eles criem uma consciência crítica, para que eles saibam lutar para os seus espaços, para que eles saibam também se portar no mercado de trabalho (Babyton, Nova Descoberta, 08/2003).

Esse Movimento vem se apresentado como uma forma de retirar os jovens do caminho do narcotráfico:

Houve um grupo que solicitou ao Pe. Vilson para participar e ajudar em uma missa, é um grupo que só vivia no bar e a gente trouxe elas para o Movimento e elas é que estão mais engajadas e elas é que começaram por iniciativa própria a procurar o Pe. Vilson e propor a missa, foi espontâneo delas, inclusive elas estão conseguindo mudar a mentalidade.... porque elas estão muito ligadas aos meninos que ainda estão no tráfico, que são dependentes químicos, então elas estão mudando e estão ajudando a mudar os meninos. Teve uma missa nossa do movimento que todos os meninos do tráfico adolescentes estavam lá na igreja, meio que fora da igreja, ali por perto, mas eles estavam todos lá, então é uma forma indireta de também estar trabalhando com esses meninos de estar sensibilizando também eles, então isso foi muito bom, eles mesmo é que articularam a apresentação, veio um grupo de *Rap*, de dança afro, eles é que fizeram os comentários, dizendo que eles são capazes, que eles podem, que eles não são... que eles têm potencial, que estão a fim de mudar, de crescer, mais ou menos na linha dos comentários que eles fizeram na missa, organizaram toda a missa, todos os cantos, foi o máximo, foi muito bom, e a comunidade ficou toda emocionada, as mulheres que já ... elas se levantaram e disseram que foi maravilhoso, choraram, foi muito espontâneo, as colocações depois para o grupo. Foi muito bom (Alessandra, Mont Serrat, 08/2003).

Percebe-se que apesar do esforço para construir outro espaço, o espaço solidário, a superação do espaço do capital, há um limite de difícil ultrapassagem, os jovens preparam-se, qualificam-se para ainda vender a sua força de trabalho, outros são aceitos nas Universidades particulares. Crêem que vendendo melhor sua força de trabalho estarão conquistando outro espaço, não percebem, ainda, que se encontram no mesmo local, expressão material da universalidade do capital se processando e absorvendo suas vidas, impondo-se a eles. A tão sonhada liberdade ainda não é deles, prossegue sendo a do capital, ainda é ele que se efetiva como parâmetro, mesmo da organização do MTOQ, mesmo inspirada na luta dos quilombos. Todavia, esse é o caminho que se tem apresentado aos homens produtores diretos como forma possível para superação de sua desvalorização. Outro ainda não se fez, vão tecendo-se dentro das possibilidades que a eles se apresentam.

#### **2.4.6 A Comissão Intersetorial: outra vez os órgãos públicos**

Na primeira tentativa de vincular os órgãos públicos ao Fórum não brotaram bons resultados. Agora com o Fórum mais amplamente estruturado volta-se novamente a buscar o poder público a partir da criação de uma comissão, a “Comissão Intersetorial”.

Nesta Comissão constituiu-se um vínculo formal, concreto, entre vários órgãos públicos e o Fórum, no sentido de buscar a solução das questões ali emergentes. Diferente,

portanto, dos primeiros vínculos do Fórum com o Estado que se davam de forma informal. Busca-se a efetivação de uma relação com outra qualidade, entre parceiros, como os participantes do Fórum gostam de enfatizar.

A Comissão Intersetorial, que é uma comissão do Governo e essa comissão agora começou a se estabelecer e ela tem como objetivo principal fazer a mediação entre os vários setores do Governo do Estado, as autarquias, fundações, entidades governamentais no projeto de desenvolvimento do Maciço do Morro da Cruz que seria esse plano. Então foi feito esse decreto, o Governador decretou e tem a representação de várias entidades, a partir da audiência do dia 11 de fevereiro por conta da violência, e tudo isso se construiu, essa Comissão ela é intersetorial e ela prevê a Segurança preventiva e a qualidade de vida. Então é uma Comissão que para trabalhar com os vários segmentos no Maciço para elaborar políticas públicas que contemplem a segurança, especificamente na área preventiva, já que a repressiva também deve ser feita, mas por outro caminho e também, e principalmente resgatar a qualidade de vida a partir de um plano diretor adequado e de toda uma construção de dignidade dessa área, dessa área do Maciço (Kelly Cabral, 06/2003).

No Diário Oficial de 06 de maio de 2003 foi publicado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, a “Proposta de Criação da Comissão Intersetorial para a Segurança Preventiva e a Qualidade de Vida nas áreas empobrecidas de Florianópolis – Projeto Piloto: Maciço do Morro da Cruz”. Assinada pelo então Secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Deputado João Henrique Blasi. Nela consta:

Cumpre assinalar que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, compromissada com as políticas estabelecidas no Plano de Governo de Vossa Excelência e empenhada em fortalecer atividades de preservação da ordem pública voltadas para a garantia da dignidade humana e do bem estar social, acolheu a proposta apresentada no aludido Plano de Desenvolvimento Social para as Áreas Empobrecidas de Florianópolis, por entender imperiosa a prática de ações conjugadas entre setores do poder público e cidadãos que se prestem a gerar um estado de ausência de medo, de tranquilidade e de qualidade de vida às comunidades envolvidas (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 06.05.2003).

Os objetivos dessa Comissão foram traçados: desenvolver ações pioneiras no município de Florianópolis, a fim de combater e prevenir a violência e a criminalidade; efetivar ações para restabelecer a qualidade de vida por intermédio de políticas sociais básicas e da ordem social; e articular junto a empresas estatais e privadas, assim como à instância municipal, as ações integradas que se fizerem necessárias (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 06.05.2003).



A Comissão Intersetorial “é um órgão subordinado ao Secretario de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, para a efetivação das ações do Plano de Desenvolvimento Social para as Áreas Empobrecidas de Florianópolis – Projeto Piloto: Maciço do Morro da Cruz”. (idem). Foi constituída por representantes dos seguintes órgãos:

I - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SSP:

- a. Departamento de Justiça e Cidadania;
- b. Polícia Militar;
- c. Polícia Civil;
- d. Coordenadoria Estadual de Polícia Comunitária.

II – Secretaria Regional da Grande Florianópolis;

III – Prefeitura Municipal de Florianópolis;

VI – Federação Catarinense dos Municípios – FECAM;

V – Secretaria de Estado da Saúde – SES;

VI – Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC;

VII – Secretaria de Estado da Educação e Inovação – SED;

VIII – Secretaria de Estado da Organização do Lazer – SOL;

IX – Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPG;

X – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente – SDS;

XI – Secretaria de Estado da Infra-estrutura – SIE;

XII – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC;

XIII – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC;

XIV – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN;

XV – Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB;

XVI – Fundação Catarinense de Desportos – FESPORTE;

XVII – Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC.

Esta Comissão vincula-se mais estritamente com órgãos públicos estaduais do que com os municipais. Aparece como o maior passo do Fórum para sua consolidação e concretização de seus objetivos.

A Comissão Intersetorial ah, isso aí é digamos assim, é o grande produto deste ano, a grande construção desse ano, essa comissão intersetorial ela surge de uma série de discussões realizadas este ano sobre a questão da segurança (Eriberto Meurer, 07/2003<sup>49</sup>).

---

<sup>49</sup> Professor do curso de sociologia da UFSC e coordenador da Agência de Desenvolvimento Social e Solidária.

A primeira questão a ser encaminhada como prioridade foi a da violência e as formas de como solucioná-la naquele espaço, formas que não envolvesse somente a repressão, mas propostas de indicar outras vias alternativas preventivas para solucioná-la.

Bom, no começo do ano o Governo colocou como preocupação prioritária a solução dessa crescente violência na região do Maciço e a proposta que surgiu entre conversações do Fórum do Maciço e representantes do governo do Estado foi a idéia de desenvolver um trabalho no Maciço que fosse não apenas repressivo, mas que também contemplasse algumas atividades que poderiam ser preventivas no sentido de apresentar algumas alternativas para jovens, para a população do Maciço, atividades esportivas, culturais, algumas atividades de formação e daí tentar conquistar a população do próprio Maciço e do jovem do Maciço, e para evitar que o jovem fosse conquistado pelo tráfico, surgira algumas idéias, sobre o que poderia ser feito e uma dessas idéias foi que em primeiro lugar se teria a formação de uma comissão intersetorial para atacar esse problema ali (Eriberto Meurer, 07/2003).

Assim se resolveria o problema da violência de uma forma indireta e ainda ofereceria uma série de espaços de lazer e aprendizagem para a população dessas áreas, que não possui, áreas de lazer que possibilite aos jovens praticar esportes, por exemplo. Outro ponto é que com a implementação de um policiamento comunitário criariam-se relações amistosas entre os moradores do Maciço e os policiais, diferenciando quem são os envolvidos com o narcotráfico e os outros moradores.

Então a idéia é atacar o problema da violência, atacar dessa forma e ao mesmo tempo o problema da segurança, quer dizer vai ser constituída uma polícia comunitária, uma polícia que esteja mais dentro da própria comunidade e seja mais amiga do próprio morador, que não seja aquela política truculenta que chega botando os pés nas portas, batendo em moradores que muitas vezes nada fizeram, inocentes e que são tratadas como se fossem bandidos, criar, então, um outro tipo de vinculação com a comunidade, isto é oferecer serviços para a comunidade e ao mesmo tempo desenvolver um trabalho de repressão também, mas através de uma polícia comunitária (Eriberto Meurer, 07/2003).

Entretanto, alguns membros do Fórum olham com certo cuidado para a constituição dessa Comissão, cansados de respostas negativas e de serem sempre ignorados pelos órgãos públicos, naturalmente desconfiam de que isso possa se efetivar em soluções concretas.

A Comissão Intersetorial foi subdividida em cinco Câmaras Setoriais de Discussão e Proposição: a Câmara do Meio Ambiente e Infra-estrutura Urbana; Câmara de Trabalho e Renda; Câmara de Segurança; Câmara de Educação e a Câmara de Pesquisa. Para que houvesse um processo de conhecimento da realidade do Maciço por esses órgãos, realizaram-se várias visitas às comunidades. Como avaliação geral dessas visitas os membros da

Comissão colocaram que apesar da existência de inúmeras áreas empobrecidas, essa realidade poderia ser superada, para isso bastaria uma articulação política capaz de proporcionar políticas públicas que verdadeiramente atendam essas áreas<sup>50</sup>.

Cada uma dessas Câmaras elaborou projetos visando a “humanização” do Maciço. A Câmara do Meio Ambiente e Infra-estrutura Urbana elaborou um Plano Diretor adequado à realidade das Encostas do Morro da Cruz; A Câmara de Trabalho e Renda um projeto de geração comunitária de renda e desenvolvimento sustentável através da reciclagem de resíduos sólidos do Maciço; A Câmara de Segurança um projeto de implantação de polícia comunitária nas áreas do Maciço; A Câmara da Educação o projeto escola aberta; e a Câmara da Pesquisa um projeto de pesquisa sócio-econômica da população em situação de risco social nas áreas do Maciço.

Todos esses projetos foram encaminhados ao governo estadual no ano de 2004. A partir deste encaminhamento a Comissão Intersetorial decretou findo seus trabalhos, uma vez que seu objetivo era efetuar esses levantamentos e indicar proposições.

Uma dessas ações a partir dos trabalhos da Comissão Intersetorial foi a instalação de uma base de policiamento, nos altos do Morro da Nova Descoberta, do Morro da Mariquinha e do Morro do Tico-Tico. Trata-se de uma plataforma de concreto para pouso de helicópteros e ponto de observação da movimentação dos habitantes das comunidades. Daquele local vários Morros se fazem observar.

A Escola Aberta e a Escola Integral, em algumas poucas escolas deu-se por uma decisão das próprias escolas, estavam deixando suas portas abertas nos finais de semana para a comunidade. Até este momento, o policiamento comunitário, uma das principais exigências do Fórum, ainda não foi instituído. O quadro da violência e do narcotráfico ainda vigora nos Morros com a mesma intensidade, apesar da existência dessa base de policiamento.

O Governo estadual, no início do ano de 2004, alegando a falta de verbas para implementação desses projetos interrompe a sua implementação, frustrando os participantes do Fórum e desestimulando os trabalhos internos.

Como as solicitações não se efetivaram, em março de 2004, o Fórum do Maciço resolve apresentar uma denúncia formal à Procuradoria Geral da República do Governo Federal, relatando o quadro de violência dessas áreas e exigindo que a Procuradoria cobre a responsabilidade pela segurança das esferas dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

---

<sup>50</sup> Ata de reunião de agosto de 2003 entre o Fórum e a Comissão de Educação.

Em uma tentativa de retomada desses processos, o Fórum do Maciço agenda uma audiência Pública com o Governador do estado Luís Henrique da Silveira, em 04 de junho de 2004, para pressionar e entregar novamente os projetos encaminhados pela Comissão Intersetorial. O Governador, alegando compromissos não se fez presente na audiência estiveram presentes porém, os Secretários da Casa Civil; da Segurança Pública e Defesa do Cidadão; do Desenvolvimento Regional de Florianópolis; a Secretaria da Educação e o Coronel Dal Bosco, responsável pela implementação do Projeto Polícia Comunitária e o Coronel Marlon Tezza, Comandante Geral do 4º Batalhão da Polícia Militar de Florianópolis, além dos membros das comunidades que se organizam no Fórum do Maciço. Firmou-se como compromisso a entrega dos documentos e o repasse das informações e os apelos dos moradores e dos professores da área do Maciço, ao Governador do estado.

#### **2.4.7 A criação de uma Agência de Desenvolvimento Social e Solidário: a ADESS**

No ano de 2003, em julho, o Fórum do Maciço constitui a sua Agência de Desenvolvimento Social e Solidário (ADESS) com o propósito de “ser um instrumento que possibilite a emancipação social e sustentável das áreas empobrecidas de Florianópolis” (Jornal Comunitário Garapuvu, 08/2003).

Dentre os objetivos da Agência estão: a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável nas áreas que abrangem a Agência; desenvolver ações que garantam a preservação ambiental e uma harmônica relação entre o meio ambiente natural e o construído no Maciço do Morro da Cruz; possibilitar ações para efetivar a educação ambiental e reflorestamento nas áreas degradadas; promover direitos estabelecidos, e construir novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; contribuir para a implementação da Lei do Estatuto da Cidade; proporcionar assessoria técnica e jurídica para as organizações comunitárias; servir como campo de estágio para os acadêmicos de diferentes áreas de estudo; incentivar a experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; articular uma rede de economia solidária organizada e estratégias de desenvolvimento sustentável; incentivar a criação de empreendimentos autogestionários como cooperativas e associações para o desenvolvimento de alternativas de geração de emprego e renda; promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros

valores universais; estimular a criação de espaços para o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas e de lazer; promover de maneira gratuita a educação; estimular a criação de escola em tempo integral, alfabetização de adultos, ensino supletivo, pré-vestibular, de maneira a atender a demanda das áreas empobrecidas de Florianópolis; contribuir para a capacitação permanente de diretores, professores e técnicos das instituições de ensino que atendem à comunidade; promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a implementação de veículos de comunicação popular; propiciar assessoria de imprensa para as comunidades; desenvolver ações para promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promover políticas de ações afirmativas; promover a organização popular em caráter local, cultural e econômico (Jornal comunitário Garapuvu, 08/2003).

Para atender os seus propósitos, a Agência atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins. (Jornal comunitário Garapuvu, 08/2003).

A proposta da Agência surgiu no ano de 2003, como fruto de uma série de encontros e discussões no interior do Fórum. O Fórum do Maciço, um movimento social, uma união de pessoas e comunidades para resolver suas questões, não estabelecida formalmente, tinha dificuldades em encaminhar determinadas atividades em vista de não se configurar como uma entidade jurídica.

A Agência de Desenvolvimento, a proposta da Agência surgiu ano passado, ela surgiu com uma série de propostas que estavam aparecendo dentro do Fórum, propostas de projetos de trabalho, encaminhamentos de determinados trabalhos que o Fórum não dava conta, não estava conseguindo realizar, desde trabalhos de segurança, da área de infra-estrutura da própria articulação da comissão de educação, da própria questão da geração de trabalho e renda então de uma série de encaminhamentos que o próprio Fórum não estava conseguindo encaminhar, desenvolver (Eriberto Meurer, Coordenador da ADESS 07/2003).

A gente vem construindo uma Agência, que seria o braço jurídico do Fórum que é ADESS que é uma Agência de Desenvolvimento Social e Solidário essa Agência a gente já está construindo desde o ano passado, porque o Fórum ele não é uma entidade jurídica, ele não está juridicamente constituído ao passo que as Escolas são entidades, as Associações de Moradores são instituições juridicamente constituídas o Fórum não tem essa conotação porque o Fórum é uma instância política de organização o que faz com que se articule se organize, justamente isso, propondo políticas públicas, que garantam a qualidade de vida e principalmente que ele trabalhe no coletivo os problemas que cada comunidade tem (Kelly Cabral, 06/2003).

Essa Agência nasce também como forma de buscar recursos para a implementação de alguns projetos, como de efetuar pesquisas nas áreas para levantar onde esses homens

trabalham, qual a sua escolaridade, renda etc., e ainda organizar as Associações de Moradores.

Como conseguir recursos para tocar alguns projetos, como conseguir recursos para ter alguns estagiários, e assim por diante. Como conhecer melhor a região, como fazer pesquisas na localidade, como organizar as Associações de moradores (Eriberto Meurer, Coordenador da ADESS, 07/2003).

Essa reorganização das associações de moradores se faz necessário em vista da violência.

A partir do crescimento da violência no Maciço as Associações de Moradores se desarticularam completamente, então precisaria ter pessoas que acompanhassem esse tipo de trabalho, que subissem aos Morros que auxiliassem a organizar os grupos, que os motivassem, que dinamizasse os grupos, ajudasse a articular os grupos, as associações, as entidades, então daí surgiu a idéia de organizar uma entidade. Vamos catar dinheiro aí da, de alguns órgãos públicos, a partir do momento em que a entidade se constitui, isso se torna possível (Eriberto Meurer, Coordenador da ADESS, 07/2003).

A ADESS organizou-se na forma de uma OCIP (Organização Não Governamental de Interesse Público) em vista de facilidades tanto para promover a captação de recursos financeiros como para contratar profissionais, aspectos que a formalização em uma ONG (Organização Não Governamental) não permite.

A Agência seria o braço jurídico do Fórum, porque nós sentimos..., apesar do Fórum não ser juridicamente constituído a necessidade da captação de recursos, por exemplo, contratar profissionais, para tudo isso é necessário uma entidade jurídica e por isso constitui-se uma Agência, que tem a característica de ser uma OCIP, uma Organização Não Governamental de Interesse Público, uma Organização da Sociedade Civil de interesse público, que seja, ela é uma entidade que no caminho legal ela é muito flexível do ponto de vista de receber recursos do Estado e receber recursos privados e contratar e remunerar os seus gestores, ao passo que por exemplo uma ONG não tem essa flexibilidade (Kelly Cabral, 06/2003).

Essa Agência permite reunir os diversos trabalhos que vem se materializando no Maciço, desde os trabalhos do próprio Fórum como dos pesquisadores das Universidades, os trabalhos do MTOQ, os Projetos do Cedep, as próprias Associações de Moradores, projetos de Economia Solidária e também das escolas públicas que se organizaram no interior do Fórum na Comissão de Educação.

Essa agência se constituiu em uma OCIP em face de algumas facilidades que ela tem, de constituir parcerias com o poder público, parcerias com empresas privadas, parcerias com outras ONGs, então tem uma... Uma Ocip teria a participação de algumas entidades que existem hoje, acho que o próprio Cedep, o Escrava Anastácia, as Associações de Moradores que existem na prática, e algumas pessoas

que estavam fazendo alguns trabalhos, então juntar essas pessoas, formar essa entidade e essa entidade ela passaria a ser um braço jurídico do próprio Fórum. E também o braço executivo, também iria executar tarefas determinadas pelo próprio Fórum, aquilo que estivesse sendo possível, necessário desenvolver seria desenvolvido (Eriberto Meurer, Coordenador da ADESS, 07/2003).

Na Agência pretende-se organizar formalmente o Fórum do Maciço que não perde seu caráter social e também fortalecer as Associações de Moradores contratando pessoas, para não fazer uso somente de trabalho voluntário.

Então a idéia da Agência é sobretudo isso daí, a idéia de realizar um trabalho de formação de organização de formação do Maciço, vai articular os moradores, fortalecer essas associações. Aí terão pessoas contratadas, teremos que ter pessoas contratadas. O Fórum não perde seu caráter de espaço aberto onde qualquer um pode participar. Porque diversas pessoas vão continuar desenvolvendo o seu trabalho de forma voluntária, boa parte da assessoria, também o trabalho nosso é voluntário, talvez um funcionário ou outro, isso até nós vamos tentar conquistar de alguma forma (Eriberto Meurer, 07/2003).

Com a criação da Agência pretende-se superar a informalidade das organizações, representa e contrata profissionais para exercer as atividades organizativas do Fórum nas áreas do Maciço e também articular-se com outras entidades captando recursos que possibilitam a constituição de projetos naquelas áreas, promovendo a sua emancipação, a saída da degeneração.

#### **2.4.8 Os Grupos de Trabalhos (GTs)**

No início do ano de 2004, embora com discussões em anos anteriores, organizam-se os grupos de trabalho, GTs, no espaço de cada comunidade. Os GTs constroem-se como grupos de discussão das questões específicas de cada comunidade e como formas propositivas para solucioná-las, formando verdadeiras redes internas entre os moradores, a comunidade e o Fórum do Maciço. A formação desses pequenos grupos em cada comunidade facilitaria a discussão de cada problema e a busca por soluções.

Optou-se pela criação dos GTs em vista de que nem todas as comunidades estão organizadas em Associações de Moradores, em um primeiro momento são criados os GTs, que podem ser formados por lideranças, por algum outro movimento existente nesses locais, como por exemplo, grupo de mulheres, clube de mães, as APPs (Associação de Pais e

Professores) e através deles articular-se à comunidade, levantar as questões, discutí-las, propor soluções, levando-as ao Fórum do Maciço.

É importante o Grupo de Trabalho, para a gente criar uma referência interna na comunidade, fortalecer a nossa vida interna, frente ao problema que a gente se encontra hoje que é o problema da violência senão do medo de se organizar. (...) Então a importância do Grupo de Trabalho interno é nesse momento, sem dúvida uma saída estratégica, frente ao que vivenciamos cotidianamente, para a gente se fortalecer internamente, retomar as forças de novo e se organizar socialmente. Senão não tem como organizar frente ao que nós vivenciamos no dia-a-dia (Pe. Vilson Groh, 07/2003).

O Fórum, via ADESS para acompanhar os GTs, criou os “facilitadores”, alguns profissionais pagos pelo Estado para acompanhar os trabalhos nas comunidades e implementar os projetos que haviam sido encaminhados ao Governo do estado.

Esses Grupos de Trabalho tiveram pouca duração, primeiro em vista da pequena participação que diminuiu ainda mais em vista do não cumprimento dos acordos com o Fórum.

#### **2.4.9 A Comissão de Educação**

A Comissão de Educação, outra das comissões criadas ao longo das discussões no Fórum do Maciço do Morro da Cruz, nasceu de longos e insistentes encontros entre o Fórum e os diretores, os coordenadores pedagógicos e os professores das escolas que se territorializam ao longo de suas encostas, em meados do ano de 2000. Nessas escolas estudam as crianças, os adolescentes e os jovens que têm suas vidas marcadas pelo fazer-se como homens no espaço do Maciço, como espaço da afirmação, negação e superação do capital, metamorfose permanente. Nesse espaço, fazem-se homens produtores diretos, que vendem sua força de trabalho ao capital para repor, na forma de meios de subsistência, sua energia física e mental. Todavia, como empiricamente vem se fazendo, cada vez está mais difícil os homens produtores diretos se reproduzirem como tais, vem se reproduzindo em piores condições. A esse fato, evidenciar-se como empiria mais os lugares vão se degradando, ao mesmo tempo em que se produzem espaços de riqueza e alta tecnologia, enquanto capital. O Fórum do Maciço do Morro da Cruz aparece, assim, como possibilidade de uma união solidária que busca a construção de outro espaço, o espaço da solidariedade, superação do espaço do capital, embora, ainda, imbricado nele.



A Comissão de Educação brota assim fortalecida, agrega pessoas e outras instituições para além do Estado, como a Agreco e configura-se na mais contundente organização no interior do Fórum do Maciço. Dela é que emerge o Fórum de Economia Solidária<sup>51</sup>, a constituição de um vínculo efetivo, material, entre o campo e a cidade que se institucionaliza através de um pacto de territorialidade. Esse pacto e todos os processos que o formam serão por nós relatados posteriormente. Vamos primeiro à Comissão de Educação.

Estão reunidas na Comissão de Educação, além das comunidades que compõem o Fórum, as escolas localizadas nas proximidades das encostas do Morro da Cruz. Doze são as instituições organizadas nessa Comissão: dois Centros de Educação Infantil (CEI), quatro escolas de Educação Fundamental, e nove escolas de Educação Básica. São elas: 1) Escola de Educação Básica Lauro Muller; 2) Escola de Educação Básica Jurema Cavalazzi; 3) Escola de Educação Básica Celso Ramos; 4) Escola de Educação Básica Pe. Anchieta; 5) Escola de Educação Básica Simão José Hess; 6) Escola de Educação Básica Henrique Stodick; 7) Escola de Educação Fundamental Antonieta de Barros; 8) Escola de Educação Fundamental Silveira de Souza; 9) Escola de Educação Fundamental Lúcia do Livramento Mayvorme; 10) Escola de Educação Fundamental Hilda Teodoro; 11) Centro de Educação Infantil Cristo Redentor; 12) Centro de Educação Infantil Anjo da Guarda.

Essa comissão surge em vista da preocupação existente no Fórum de oferecer aos habitantes dos Morros uma educação de melhor qualidade na qual as escolas funcionem como espaços para além da degeneração a que essas crianças e jovens estão submetidos. A educação, o conhecimento, aparece a essas populações como um caminho, uma forma de sair da barbárie social. A grande maioria dos pais, nesse espaço, tem uma escolaridade mínima e deseja para seus filhos um estudo além do que obtiveram, acreditam que se essas crianças entrarem para a universidade suas vidas estarão resolvidas. Ter um filho médico, engenheiro, advogado é o sonho desses pais.

As escolas reúnem-se no Fórum do Maciço também acreditando que seja possível, a partir dessa unidade, melhorar suas próprias condições. Enfrentam algumas questões internas de difícil encaminhamento, como o aumento crescente da violência entre os alunos; alta rotatividade de professores, por questões salariais, profissionais ou pelas péssimas condições de trabalho com as quais convivem; existência de profissionais sem a habilitação exigida; sobrecarga de trabalho para diretores, auxiliares e professores; insuficiência de profissionais

---

<sup>51</sup> O Fórum de Economia Solidária será tratado logo à frente como um capítulo deste estudo.

para o apoio pedagógico; estrutura física e de atendimento incompatíveis com as demandas; constantes “reformas educacionais” sem discussão prévia (RECH, 2004, p.52).

A constituição dessa Comissão objetiva o desenvolvimento de ações concretas que envolvam alunos e professores resgatando suas potencialidades; busca a construção de um plano político-pedagógico adequado à realidade social dos Morros, valorizando as crianças e jovens dessas áreas; objetiva também uma educação de qualidade e melhores condições de trabalho aos professores.

As escolas públicas onde estudam as crianças e jovens das áreas do Fórum do Maciço do Morro da Cruz há tempos vêm sofrendo processos de violência. Na Escola Básica Padre Anchieta alguns pais denunciaram a presença de alunos armados em seu interior; a Escola de Educação Básica Jurema Cavallazi, sem vigias, convivia com a presença diária no pátio da escola de jovens e adolescentes que não eram alunos; o Centro de Educação Infantil da comunidade do Morro da Mariquinha possui um telefone público interno que vinha sendo utilizado por pessoas ligadas ao tráfico e que entravam na escola armados sem se importarem com a presença de crianças menores de 6 anos. Outra questão é que quando ocorrem tiroteios ou alguma chacina nas comunidades os alunos vão às aulas amedrontados e alteram seu comportamento (RECH, 2004, p.52-4).

Com a Comissão de Educação busca-se a construção de uma escola de qualidade com a participação efetiva da comunidade. Em um encontro para avaliação a Comissão, no final do ano de 2003, apontou o Fórum do Maciço do Morro da Cruz como uma experiência a ser mantida e ampliada. Revelou-se como um importante espaço para discussões e tem possibilitado mudanças de práticas pedagógicas e tem conseguido manter um bom nível de envolvimento de professores, alunos e comunidade. Há também um maior respeito e valorização dos alunos pelos professores conforme a Ata da reunião de avaliação da Comissão de Educação, de dezembro de 2003.

Para oferecer alternativas aos alunos além do ensino algumas escolas vêm realizando parcerias tanto com entidades públicas e privadas possibilitando ao aluno um aprendizado para além da sala de aula.

As escolas que estão assim mais engajadas, eu acho que é a Lauro Muller, o Silveira de Souza um pouco, o Celso Ramos, mas assim o Lauro Muller se destaca, ele se destaca porque ele tem a rádio comunitária, ele tem pessoas no remo, ele tem pessoas na natação, ele tem pessoas no vôlei, ele tem pessoas na música, ele tem pessoas na dança, então o Lauro Muller ele acaba se destacando, o Silveira tem, ele tem umas pessoas no vôlei, o Celso Ramos tem projeto de inclusão acho que são de

surdos, ele tem alfabetização. Então as escolas elas tem esses projetos, mas a maioria tem poucos projetos o Jurema Cavalazzi pelo que eu saiba não tem nenhum (Danilo Ledra, secretário da Comissão de Educação, 07/ 2003).

Busca-se, através da Comissão de Educação, repensar a educação e o vínculo dessas escolas com o espaço onde moram seus alunos, desmistificando-os.

A questão da educação, pegando desde onde nascem as crianças até uma colocação como morador. A gente levantou a importância de repensar o processo das escolas e a educação surgiu como um outro eixo temático a ser pensado, discutido e ampliado nesse processo. Construimos um plano político-pedagógico nas escolas a partir das diversidades e especificidades de cada uma.

Assim podemos evoluir na construção da relação entre escola e comunidade. O grande trabalho foi a aproximação das escolas com a comunidade, pensar a relação com o educando, quem é esse educando qual é sua vida, como é sua relação com a escola e como repensar sua relação com ela nas dimensões da função social, qualidade de ensino (Pe. Vilson Groh, 07/2004).

A construção desse vínculo tem permitido romper com preconceitos estabelecidos e fazer com que as crianças tenham uma história que se torna conhecida dos professores.

Por sua vez os professores começam a desmistificar seus preconceitos em relação à comunidade, começam a compreender o que são as comunidades, que população é essa, como é que ela vive, ajuda a redimensionar o medo do professor trabalhar em sala de aula. Então eu acho que esse é um grande avanço (Pe. Vilson Groh, 07/2004).

A escola passa a ser compreendida no processo de constituição do Fórum do Maciço como local para as crianças desenvolverem socialmente seu potencial e suas possibilidades de vida.

Então isso tem repercutido bem quanto às crianças que estavam fora da escola, muitos jovens que voltaram a se inserir no segundo grau e muitos voltaram a procurar a própria escola como espaço de possibilidade, a tentativa é resgatar a escola como espaço de possibilidade (Pe. Vilson Groh, 07/2004).

A luta para essa construção tem sido permanente, bem como a busca no poder público para ampliar as escolas, oferecer outras alternativas às crianças, construir uma educação com qualidade. Entretanto, há momentos em que o poder público se aproxima e atende às reivindicações, em outros afasta-se.

Do ano passado para esse ano, dando um salto todos os projetos foram quantificados e apresentados para esse governo que está aí e estamos no meio do semestre e não houve liberação de verbas para operacionalizar esses projetos, mas o que se construiu está sendo levado à frente as coisas (Pe. Vilson Groh, 07/ 2004).

A preocupação do Fórum é que daqui a cerca de cinco anos serão 10.000 jovens com disposição para entrar no mercado de trabalho, nas universidades, é preciso construir um caminho de vida para elas, do contrário o narcotráfico o fará, como já vem acontecendo.

Esse processo, (...) ele se articula com uma proposta na área de educação, nós fizemos um levantamento das crianças que viviam nas comunidades e ocupam as escolas, aí pontuamos dez mil crianças de 07 a 14 anos, nas 11 escolas e nos 03 CEIs, e aí as escolas começaram a fazer todo um projeto de reestruturação da estrutura física, um projeto em cima disso, recuperação dos eixos temáticos principais, as problemáticas vividas dentro das escolas.

Na discussão com a escola afunilamos o processo entre a profissionalização da universidade nós precisamos produzir a reprodução da existência dessa criança, essa criança tem de se apropriar do seu exercício de cidadania, ou seja, essa criança tem seus direitos e como vamos trabalhar os seus direitos a partir dela enquanto sujeito. E aí a criança passa a ter uma outra relação com o educador de sujeito a sujeito. A escola passa a ter uma relação com a comunidade como parceira, uma relação de aliança uma relação importante frente ao processo da violência, é o fato da escola ser aliada da comunidade (Pe. Vilson Groh, 07/ 2004).

A partir dessa relação as escolas vinculadas ao Fórum do Maciço desenvolvem vários processos no sentido de abrirem-se para além de seus muros.

Para nós assim, nós tínhamos um trabalho muito voltado para dentro dos muros da Escola a gente vivia muito nosso umbigo (...) e não tinha essa consciência que o trabalho que se fazia aqui poderia também estar saindo daqui, saindo desses muros e sendo utilizado por outras escolas, por outras instituições, pelas comunidades e que a gente pudesse fazer parcerias. Me parece assim que quando nós fomos convidados no dia 30 de outubro de 2000 para irmos pela primeira vez na reunião do Maciço e a direção daquela época me disse Margarete você vai (na época orientadora pedagógica do Colégio, hoje diretora) eu não vou mais nessas coisas que não levam a lugar nenhum, vai porque não tem mais ninguém para ir, e foi um pedido, não sei de quem então eu fui bem descrente assim (Prof. Margareth Sandrini, Diretora da Escola de Educação Básica Lauro Muller, 11/2003).

A partir desse vínculo com o Fórum as escolas passam a se abrir para outros projetos e possibilitar as crianças novas oportunidades. Ainda assim não consegue atender a todos como gostaria, dado os limites dos projetos, das parcerias, do próprio espaço físico das escolas e do número de professores.

Então para nós o Maciço nos impulsionou, hoje nós temos projetos de musica, de coral, de fanfarra, de teatro, temos dois professores de teatro, nós temos xadrez, nós temos futsal, temos voleibol, dança, temos escola de remo com 90 alunos, tudo extra-classe, a escola de remo é uma parceria com escola Martineli, o Voleibol com a Unisul<sup>52</sup>, para todas as idades, elas vão dois dias por semana, quando tu chegas as sete horas está cheio de crianças aqui, elas vem para escola e daí vão a pé, porque é

---

<sup>52</sup> Universidade do Sul de Santa Catarina.

no Bem Bolado então tudo isso é um trabalho de conscientização com a criançada, essas crianças ficam aqui nos dias que participam dos projetos o dia todo, por que ir para casa é muito longe, nós achamos que a criança não tem que ficar na frente da televisão o tempo todo, nós achamos que a escola tem que ser aquela coisa da criança no portão: Dona Margarete deixa eu entrar, Dona Margarete não tem nada para eu fazer, e quem houve pensa que.... mas não dá para colocar aqui dentro, deixar como (crianças fora do período escolar).... então agora a gente põe aqui dentro porque tem projetos, a quadra funciona das sete da manhã as dez na noite, nos intervalos tem muita agitação. Nossa escola é diferente, não é aquela escola que bate o sinal e fica tudo quietinho, é cursos aqui, jogos ali, temos uma exposição no saguão de Fernando Pessoa, temos agora a escola de informática que também começa, começa agora, então são vários projetos assim, temos equitação (Prof. Margareth Sandrini, Diretora da Escola de educação básica Lauro Muller, 11/2003).

Essas iniciativas são ainda parciais não dão conta de envolver os todos os alunos, as vagas para a participação em oficinas e projetos são sempre limitadas.

O que existe é algumas iniciativas de algumas direções em estar incluindo em estar tentando respeitar mais as vítimas dessa situação aí que são os moradores do Morro, que estão nas escolas como alunos e tal, então existem algumas iniciativas nesse sentido e de estar também, iniciativas de estar tentando abrir possibilidades de futuro para essas crianças ao invés de manter a escola funcionando dentro desse esquema tradicional aí, eles criam oficina disso, criam um espaço para isso, estão criando alguns espaços, mas lógico que não conseguem jamais atender a demanda ou atender a totalidade das crianças são algumas crianças que acabam tendo esses outros espaços para estarem desenvolvendo outras potencialidades (Danilo Ledra, secretário da Comissão de Educação, 09/2003).

Em vista da presença do Fórum do Maciço no interior das escolas, estas se fortaleceram com condições inclusive de bancar práticas impostas por mudanças nos governos. A escolha da direção dos colégios era imposta pelo poder público, agora a eleição se realiza na própria escola, de forma direta.

Em todos os lugares que vou eu falo e falo que sou diretora, que estou diretora pelo Fórum do Maciço, primeira coisa, em todas as reuniões quando me apresento e aí eles estão me chamando de garota propaganda do Fórum. Nós conseguimos assim colocar a eleição de diretor por causa desse movimento que temos, antes não havia, eleição de diretor, era imposta, o que nós fazíamos era indicar de dentro das escolas uma pessoa do partido do Governo, mas uma pessoa que a gente escolhesse, mas que não poderia ser, por exemplo, eu jamais,... fui a diretora de fato, mas nunca efetiva (Prof. Margareth Sandrini, Diretora da Escola Lauro Muller, 11/2003).

Outra ação da Comissão é a criação do Projeto de Formação Continuada ou Formação em Serviço para os professores. Há encontros mensais com os professores, a forma adotada vem sendo a realização de palestras ou oficinas que acontecem uma vez ao mês durante todo o dia. A partir de uma temática previamente discutida pela Comissão de Educação elege-se

um tema e define-se alguém qualificado para discorrer sobre ele. Para esse encontro de formação, os professores não recebem remuneração, apenas a dispensa em dar aula e um certificado de participação oferecido pela Secretaria de Educação.

A gente tem esse projeto maior que é o de encontro de formação, o projeto é assim, é onde a gente consegue botar ali 200, 300 professores em cada encontro eles acontecem todo mês, todo mês a gente tem um encontro, agora esse último mês a gente teve um encontro, é sempre a comissão de educação que escolhe quem vem, a gente conversa na comissão de educação a gente define qual o tema (Danilo Ledra, Secretario da Comissão, setembro de 2003)

O Projeto de Formação Continuada traçou algumas metas, tais como: diminuir a violência no interior das escolas e se possível nas comunidades; maior valorização dos aspectos afetivos e emocionais nas relações pedagógicas; realização de ações conjuntas envolvendo as escolas que compõem o Fórum do Maciço; promover a troca de experiências pedagógicas desenvolvidas dentro dos eixos temáticos. Procura-se também trabalhar as questões afetivas e emocionais dos professores; estabelecer parcerias com as universidades e outras entidades para oferecer aos alunos maiores alternativas de aprendizados.

A partir do ano de 2004, em vista da inexistência de subsídios financeiros do poder público, não mais foi possível trazer professores convidados. O processo acontece hoje no interior de cada escola valorizando-se as próprias experiências internas realizadas pelos professores.

Para que as atividades pudessem ser articuladas entre os vários pontos que se vinculam a Comissão e ao Fórum definiu-se que deveria haver uma pessoa que fizesse esses trabalhos com exclusividade, assim o Professor Danilo Ledra, participante ativo do Fórum, foi convidado para exercer essa função. A Secretaria de Educação do estado disponibilizou-o, liberando-o das aulas, para organizar essa atividade junto a Comissão de Educação.

Quem tem participado da Executiva do Maciço é o Danilo. O Danilo foi liberado, foi uma conquista da comissão de educação do Maciço. Ele é o Secretário da Comissão de Educação, ele encaminha tudo, por exemplo, ontem antes das crianças ir para a Conferência da Criança e do Adolescente ele trouxe os documentos para as crianças lerem, organizar as coisas (Prof. Margareth Sandrini, diretora do Lauro Muller, 08/2003).

Desde a formação da Comissão, várias foram as conquistas efetivas pela união entre escolas e Fórum do Maciço, algumas amenizaram o problema da violência que as escolas vinham sofrendo pela ação de gangues, outras solucionaram problemas pedagógicos.

O Maciço conquistou coordenador de turno, conquistou vigia, conquistou apoio pedagógico aqui, apoio pedagógico ali, conquistou outras, sei lá, outras regalias, não sei se essa seria a palavra correta, conquistou outras coisas que contribuíram para amenizar a problemática que estava a escola então diminuiu um pouco os problemas pelo menos, tornou assim um pouco mais, sei lá, um pouco mais agradável o ambiente escolar, até então o que tinha é que haviam muitos problemas em relação a violência, em relação a indisciplina e esses problemas estavam causando uma instabilidade muito grande no funcionamento das escolas, o diretor não tinha mais tempo para estar pensando a escola, o orientador a mesma coisa, estava todo mundo em função de resolver o problema do aluno, de uma série de alunos que não ficavam em sala de aula, de uma série de professores que vivem faltando e tal e aí então a escola não fluía e com essas conquistas que a gente teve deu uma aliviada. Então esses profissionais, há escolas que contrataram cinco profissionais novos para estar dando apoio pedagógico, que são bibliotecários, apoio pedagógico, vigias também, a maioria das escolas obteve vigias, a maioria não tinha vigias e merendeiras, também foram contratadas, tinham escolas que tinham dificuldades em produzir merenda em quantidade suficiente porque tinha uma merendeira para trezentos alunos, serviços gerais também teve algumas escolas que conquistaram (Danilo Ledra, secretário da comissão, 09/2003).

Um dos primeiros eixos temáticos para formalizar o vínculo entre Fórum, Comissão de Educação, alunos e comunidade foi o tema: “reescrever o mundo com o lápis e não com a arma”,

“reescrever o mundo com um lápis e não com as armas” é isso mesmo, é garantir via escolarização mais próxima, mais articulada com a vida desses alunos com a realidade dos alunos que respeita a trajetória de vida desses alunos que ele acredita que é possível estar contribuindo para abrir possibilidades de vida que não seja a inclusão no narcotráfico por isso reescrever o mundo com o lápis e não com a arma (Danilo Ledra, 09/2003).

Vários são os eixos temáticos que se estruturam na Comissão, sempre a partir de uma leitura do real e das necessidades das escolas, do Fórum, das comunidades, dos alunos.

Um dos eixos temáticos que daí emergiu foi o Saber e o Sabor, outro a sexualidade, a informática, a avaliação, a arte educação, a formação e aí começamos a estruturar a equipe que senta de 15 em 15 dias, com as orientadoras e diretoras e começamos a discutir um Plano de Formação para os educadores dessas escolas (Pe. Vilson Groh, 07/2004).

#### **2.4.10 A escola aberta e a escola integral**

Uma das buscas do Fórum na Comissão de Educação é a abertura das escolas às comunidades como espaço de formação e de lazer e a escola integral para os alunos, onde os alunos/jovens/ as crianças podem permanecer o dia inteiro. Com relação ao Projeto da Escola Aberta, ainda não há uma efetividade.

A discussão da escola aberta está assim no sentido de chamar a comunidade e ver o que a comunidade acha sobre abrir o espaço da escola para outras atividades que não só a educação escolar então é um projeto que está muito, não tem nada acontecendo assim de materialização de escola aberta o que existe é que algumas escolas tem algum evento no final de semana e abre pra comunidade, mas em termos de escola aberta não tem nada, o que a gente tem é algumas idéias alinhavadas a partir de algumas discussões com a secretaria de educação que fala que tem interesse diz que está preocupada, diz que apóia mas não tem viabilizado (Danilo Ledra, 09/2003).

Com relação a Escola Integral, também não se chegou ainda a desenvolver experimentos que indiquem uma permanência dos alunos no espaço da escola durante o dia inteiro. Há alguns caminhos sendo apontados através de parcerias com outras instituições: Segundo Danilo Ledra,

a Escola Integral é um dos projetos que tenta colocar o aluno o dia inteiro na escola e como o Maciço tem alguma experiência, sobretudo no Lauro Muller onde o aluno fica o dia inteiro na escola. Então é também uma discussão que está muito no início até porque as escolas tem uma certa resistência pra fazer em tempo integral sem ter determinadas condições, como em relação a escola aberta também existe uma preocupação muito grande de repente começar a abrir a escola pra outras atividades e isso gerar uma sobrecarga, mais problemas para o diretor e etc... E essa é que é a questão o que tem ocorrido em relação a essa perspectiva a experiência do Maciço é o uso de outros espaços que não o espaço da escola. Então ela não fica o dia todo na escola ela fica um período na escola almoça na escola aí depois vai pro remo, ou ela vai pra escola de vôlei da Unisul, ou ela vai pra natação, essa é que tem sido a experiência. (...) Não que seja esse o modelo que a gente defende por uma série de problemas, isso resulta se você está querendo dar uma direção pra formação desse aluno você precisaria estar prevendo uma participação efetiva de todas essas outras instâncias na construção do projeto pedagógico da escola pra que eles percebem qual é a direção que se está querendo dar para a formação dessa criança e o fato de você estabelecer uma enormidade de parcerias com certeza dificulta dar uma unidade ao trabalho (09/2003).

Os projetos Escola Aberta e Escola Integral visam retirar os jovens das ruas, da exposição ao narcotráfico, uma vez que nos Projetos como o Travessia e Casa da Criança, não há espaço para todos essas crianças e jovens. Assim esses dois outros Projetos, ao mesmo tempo que poderiam atender a comunidade com cursos para a profissionalização, por exemplo, também atenderiam os alunos numa formação mais universal, com música, danças, esportes, etc.

Essa relação escola-comunidade, cujos projetos articulariam essas duas grandes dimensões, lazer, esporte, profissionalização. A escola integral é outro projeto que prevê a criança dentro da escola de 1º a oitava série. São oito horas por dia sendo quatro horas em sala de aula e quatro horas com outras diversidades de atividades, remos, esportes, futebol, balé, música, teatro, dança..., desenvolvendo outras potencialidades da criança. E não está funcionando por que falta dinheiro, projeto tem (Pe. Vilson Groh, 07/2004).



### 2.4.11 O Programa Saber e Sabor<sup>53</sup>

Em um dos encontros de formação dos professores, organizado pela Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, o palestrante convidado foi o professor Wilson Schmidt do departamento de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. O professor Wilson Schmidt é também presidente da Agreco, uma organização de pequenos produtores rurais que produzem produtos orgânicos<sup>54</sup>. Uma proposta lançada nesse encontro foi a de estabelecer um vínculo entre o campo e a cidade através das duas organizações - o Fórum do Maciço e a Agreco. Esse vínculo se efetivaria através do fornecimento da merenda escolar orgânica às escolas que participam do Fórum do Maciço. Essa proposta foi levada a Secretaria de Educação do Estado sendo aprovada e implementada nesses espaços. Nasce assim, o Programa Saber e Sabor na Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

Nós chamamos o professor Wilson Schmidt para um desses nossos encontros para falar de políticas públicas, aí ele nos colocou a Agreco e o trabalho que tinha por trás, e daí até nesta época estava meio se esfacelando a Comissão de Educação porque não ia para frente, tem aquelas coisas, não ia para frente, e o Prof. Wilson já começou a fazer negociação com o Governo, em Brasília e coisa... e daí dia 10 de agosto de 2002 foi implantada aqui na Escola a merenda sem agrotóxico, então aqui foi a escola que iniciou, foi a escola que se fez a primeira experiência e daí a partir de outubro passou para as outras escolas do Maciço e hoje todas as escolas de Florianópolis elas recebem uma verba para merenda sem agrotóxico (Margareth Sandrini, diretora do Lauro Muller, 08/2003).

Permitiu também uma nova proximidade com a Universidade Federal de Santa Catarina, agora com o Departamento de Educação. Emergindo também discussões acerca de uma economia solidária entre ambos os territórios, o da Agreco e o Fórum do Maciço, ambos espaços de trabalhadores com dificuldades de implementar e organizar suas existência.

O projeto Saber e Sabor, através dele rearticulamos um outro ganho com a universidade e aí se começou o trabalho junto com a Agreco, num primeiro momento a partir desta relação entre escola, comunidade, Agreco e Morro surgiu toda a discussão da Economia Solidária. E a partir dela nós trabalhamos com as cestas, um grande período, elas hoje praticamente não existem mais em função da falta de estrutura que segurasse esse processo (Pe. Vilson Groh, 07/2004).

<sup>53</sup> Este Programa está melhor detalhado no Capítulo V: Fórum de Economia Solidária.

<sup>54</sup> A Agreco será abordada no próximo capítulo.

Através da institucionalização da merenda escolar sem agrotóxico constrói-se o Fórum de Economia Solidária que vincula o Fórum do Maciço do Morro da Cruz com a Agreco. Essa relação, como já frisamos, será detalhada no capítulo V.

#### **2.4.12 A Elaboração de um Plano Diretor Alternativo**

Nesse caminhar de encontros, discussões e das atuações no interior das comunidades como os mutirões de lixo, passa-se a elaborar um Plano Diretor adequado à realidade das encostas, para isso constitui-se a Comissão do Meio Ambiente. O Fórum do Maciço entende que, no Plano Diretor Municipal, as encostas do Morro da Cruz não são devidamente contempladas, como exemplo especifica que habitações em cotas acima da 100 embora existentes são tratadas como áreas de preservação permanente, portanto inexistentes. Por causa disso qualquer projeto de urbanidade é desconsiderado, bem como a instalação de energia elétrica, água e esgoto, a abertura de ruas, etc.

Sem o Plano Diretor nós não vamos colocar água e luz, por causa da lei que foi encaminhada pelo vereador João Batista, ele encaminhou uma lei a lei passou na Câmara e a Dona Ângela [ex-prefeita municipal de Florianópolis] sancionou que em área que não estiver dentro do Plano Diretor não se liga água e luz. Então o que tem que fazer hoje, e aí é que vem, nós temos que nos articular no Fórum, o Fórum como força de expressão da base, qual o Plano Diretor, ou melhor, incorporar essas áreas todas aí no Plano Diretor, porque as nossas áreas as mais de cima, do topo dos Morros, não estão dentro do Plano Diretor tudo que passar da cota 100 não está no Plano Diretor, então aqui no Mont Serrat, até onde vem a cota 100, a cota 100 do Mont Serrat vem até em torno da Igreja, por aí, Igrejinha do Mont Serrat, pra cima um pouquinho pela caixa d'água, por ali. Até ali é Plano Diretor é cota 100, dali para cima, não é nada ligado ao Plano Diretor, são casas, áreas inexistente ao IPUF, essa é a grande questão, essas áreas todas o Alto do Mocotó, são áreas não consideradas no Plano Diretor, essas áreas são consideradas áreas de preservação permanente, então quanto o IPUF abre o mapa ele abre e diz até aqui é legal, daqui para cima é ilegal (Pe. Vilson Groh, 08/2003).

Então logo se levantou a importância do Plano Diretor e toda a infra-estrutura e toda discussão centro-morro. Ao longo do processo histórico como o Plano Diretor havia sido aplicado e a importância de pensar um Plano Diretor na perspectiva da inclusão. A questão ambiental, sobretudo pensar essas populações que moram ali na encostas, a ocupação nas áreas de riscos (Pe. Vilson Groh, 07/2004).

A gente está lutando por um Plano de Desenvolvimento, por um Plano Diretor adequado para essa realidade, é claro que quando tu fala em Plano Diretor, quando tu for correr um Plano Diretor a risca nos meios convencionais a gente já está muito, muito ... não dá mais para ter... porque você vai ter de despejar meio mundo daqui, que há muito tempo a cota 100 já foi extrapolada, já foi ocupada, tem que ter um plano de desenvolvimento, um Plano Diretor mais adequado a essa nossa realidade das encostas (Rui, Morro da Mariquinha, 08/2003).

Acredita-se que a implementação de um Plano Diretor Alternativo sanará grande parcela dos problemas sentidos pelas comunidades. Nele prevê-se o estabelecimento de critérios para a implementação de novas moradias, bem como o fim de ocupações desordenadas. Planejando e delimitando o Morro para estender políticas públicas adequadas a essas áreas, evitando, assim, que se transformem em verdadeiras favelas urbanas como o que vem ocorrendo em outros grandes centros. Nesse percurso, novos parceiros se fazem essenciais como alguns professores da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, das áreas de arquitetura e geografia<sup>55</sup>.

Com esse Plano Diretor estabelecido com certeza a gente vai poder desenvolver as atividades que nós queremos, as ocupações elas vão cessar porque realmente nós vamos estabelecer critérios para a moradia, as ocupações desordenadas não vão poder ocorrer, esses critérios já vão estar estabelecidos e para nossa infraestrutura urbana com certeza esse Plano de Desenvolvimento vai ser essencial porque aí vai ter como apontar como seguir linhas mesmo e aí vai dar norte para essa infraestrutura urbana, porque sem um planejamento, sem estar mais ou menos afinado aí com a necessidade de ter que realmente delimitar essa encosta, se isso não acontecer daqui alguns anos vai acontecer, já existe até de certa forma, essa conurbação urbana, que essa ligação comunidade com comunidade e isso aqui vai se tornar uma Favela da Rocinha da vida, aí pronto, aí perdemos a possibilidade de um mínimo interferir nessa realidade, então por isso que é interessante esse nosso planejamento e era nesse sentido que a gente estava contatando a universidade. Nesse sentido para nos assessorar nessa caminhada desse Plano de Desenvolvimento Comunitário através de um Plano Diretor adequado para essa realidade era nesse sentido (Rui, Morro da Mariquinha, 08/2003).

No ano de 2002, a UFSC, através de professores dos cursos de Geografia e de Arquitetura e Urbanismo, do Serviço Social e das Ciências Sociais, passam a auxiliar o Fórum do Maciço do Morro da Cruz na construção e implementação de suas propostas. Com a retirada dos órgãos públicos municipais e a parca presença dos estaduais o Fórum busca outros caminhos, outros parceiros, na difícil construção de Projetos que emancipem e libertem os habitantes do entorno das encostas do Morro da Cruz como espaço singular que expressa a forma universal do capital se fazer. A UFSC passa a ser um deles. O primeiro encontro entre o Fórum do Maciço e os professores da UFSC deu-se com a presença do Professor Henrique Leff<sup>56</sup>, convidado como palestrante na Semana da Geografia, no ano de 2001.

<sup>55</sup> Conforme já indicado, em novembro de 2005 foi aprovada a Lei municipal n. 6893/05 que cria o Parque Urbano do Morro da Cruz e outra Lei complementar que altera em caráter emergencial o Plano Diretor do Distrito Sede no Maciço do Morro da Cruz (ainda em trâmite, mas já aprovada pela Câmara de Vereadores em processo de sancionamento pelo atual Prefeito municipal de Florianópolis, Dário Berger).

<sup>56</sup> Vide nota 45.

Talvez passa a ser um segundo momento, um segundo momento que eu acho que se deu com aquele ambientalista, com aquele mexicano ou argentino, Henrique Leff, naquele momento parece que surgiu a possibilidade, a Universidade sinalizou com a possibilidade de uma assessoria, de uma assessoria para o Maciço, uma assessoria para as propostas do Maciço, e a partir daí então se começou a dar um pouco de ênfase e atenção e até energia com esse pessoal da área técnica para essa direção e começar a fazer alguns estudos para a implementação das propostas (Rui Alves, Morro da Mariquinha, 08/2003).

Os trabalhos e pesquisas realizadas pela UFSC passaram a ser inseridas na Comissão do Meio Ambiente e como trabalhos de assessoria ao Fórum.

É o grupo da Universidade que está conosco. Então tem todo um grupo da Universidade Federal que está entrando para dentro dos Morros, com a Prof. Margareth, o Prof. Luiz, o Scheibe, o Lino, a Eliane<sup>57</sup>, os estudantes. Então são pessoas que vem, por exemplo nos auxiliar nas escolas, tem um monte de gente ajudando a subsidiar as reflexões de maneira que a gente possa trabalhar de forma técnica científica também (Pe. Vilson Groh, 07/2003).

O Plano Diretor Alternativo vem sendo construído como forma de delimitar a área do Maciço, reconhecendo as moradias já existentes, elaborando e melhorando ruas, contendo as áreas de risco e impedindo que novos moradores ocupem os espaços ainda vazios.

Toda essa luta resultou na formulação do Projeto de Lei n. 11.545/05 que cria o parque Urbano do Morro da Cruz: Parque Urbano e Zonas de Interesse Social do Morro da Cruz. Esse Projeto de Lei, já está aprovado e sancionado pelo atual prefeito municipal, resultou na Lei municipal n. 6893/05 de 08 de dezembro de 2005, anexo no final deste trabalho, cujos objetivos são:

- I preservar o patrimônio natural representado pela fauna, flora e pelas características morfológicas de modo que possa ser utilizado como área de interesse ecológico e de pesquisa científica;
- II aproveitar as condições peculiares de sua paisagem natural e cultural para o adequado desenvolvimento de atividades educativas, lazer e recreação;
- III promover a recuperação da cobertura vegetal típica da região onde se fizer necessária;
- IV dotar a área de equipamentos de lazer, de usos comunitários e turísticos;
- V promover a intervenção na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)<sup>58</sup>, atual ARP-0; e
- VI assegurar a manutenção das características naturais do Morro da Cruz no cenário urbano de Florianópolis.

<sup>57</sup> Professores dos Departamentos de Geografia, Arquitetura e Urbanismo e Serviço Social da UFSC.

<sup>58</sup> ZEIS: definido no próprio projeto como “ áreas ocupadas por assentamentos habitacionais populares onde se aplicam normas específicas para a regularização fundiária, urbanização, edificação, as quais se superpõem às normas gerais do Plano Diretor”.

Outro Projeto de Lei, resultado da atuação do Fórum do Maciço, é o Projeto de Lei Complementar de n. 673/05, que altera em caráter emergencial o Plano Diretor do Distrito Sede no Maciço do Morro da Cruz, já aprovado pela Câmara de Vereadores, mas ainda não sancionada pelo atual prefeito municipal, Dário Berger<sup>59</sup>. O § 2º coloca que as ZEIS só poderão ser demarcadas em áreas carentes, onde predominem às condições descritas na referida Lei, são elas:

- I famílias com renda inferior a 3 (três) salários mínimos;
- II uso residencial;
- III existência de habitações rústicas e/ou improvisadas, com baixa qualidade dos materiais construtivos utilizados e inadequação e improvisação dos usos dos cômodos;
- VI existência de moradias com adensamento habitacional excessivo caracterizado pela superpopulação dos dormitórios e pela coabitação;
- V predominância de ocupações irregulares caracterizadas pelos loteamentos clandestinos e áreas de invasões;
- VI precariedade nas redes de infra-estrutura urbana e comunitária;
- VII não localizadas sobre áreas destinadas a sistema viário ou equipamentos urbanos e comunitários previstas no Plano Diretor.

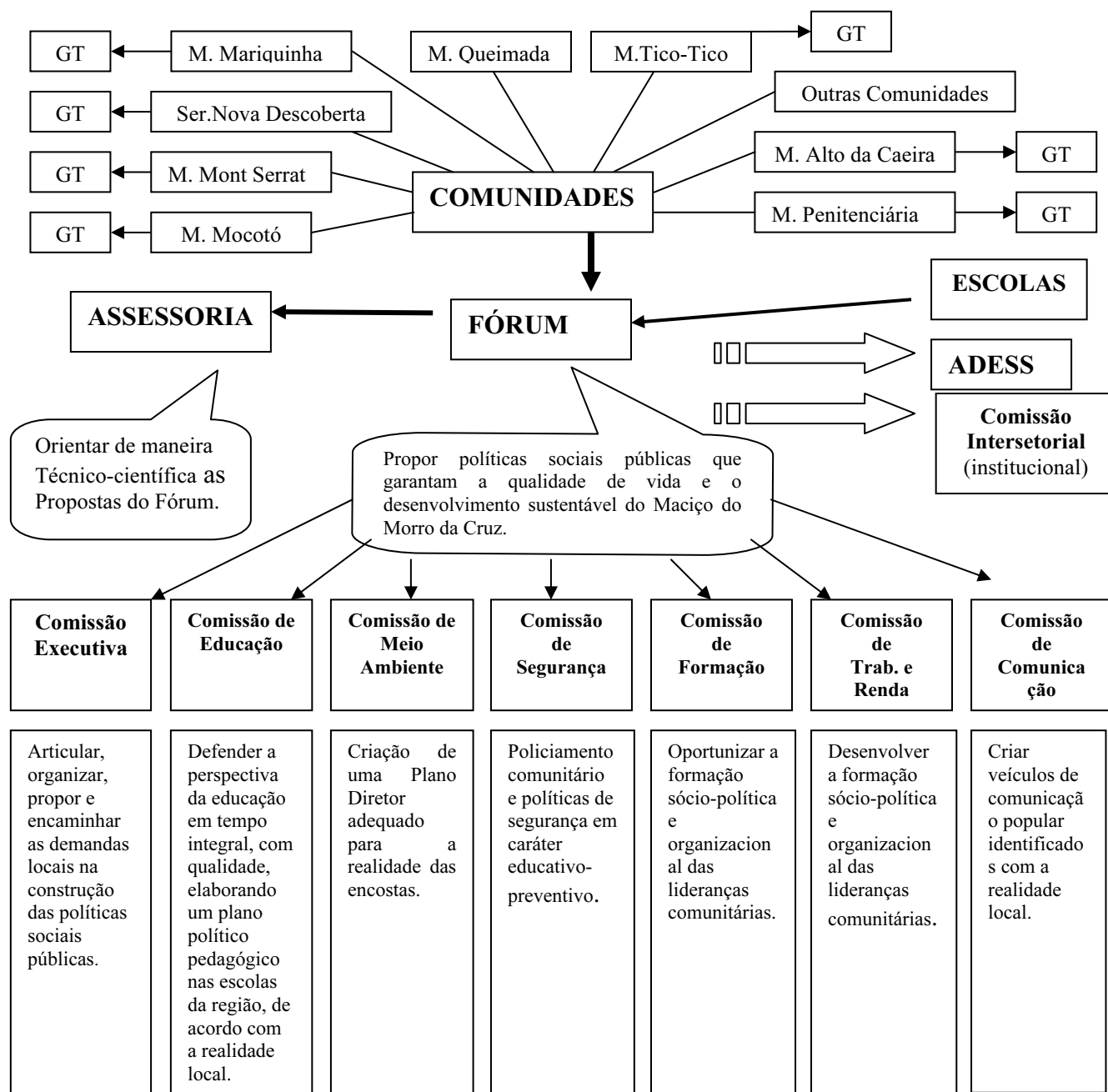
O § 6º coloca que deverão ser incluídos aos Planos de Urbanização Específica: definição das fontes de recursos; forma de integração dos órgãos envolvidos; programa de geração de emprego e renda; programa de ações sociais; e programa de educação ambiental.

O art. 4º coloca que nas ZEIS do Morro, o poder executivo implementará os seguintes equipamentos comunitários, quanto ausentes ou insuficientes: praça; posto policial; posto de saúde; centro social; creche; educação infantil; educação fundamental; restaurante popular; e/ou equipamentos de lazer. Parágrafo único: o poder executivo implantará ou gestionará a implantação dos seguintes programas: pavimentação; abastecimento de água; esgotamento sanitário; drenagem urbana; coleta de lixo; transporte coletivo; telecomunicações; iluminação pública; recuperação ambiental e saúde pública.

---

<sup>59</sup> Até 20 de dezembro de 2005, quando procuramos a referida Lei na Câmara de Vereadores ela ainda estava em tramitação.

## 2.5 Estrutura do Fórum do Maciço



**Figura 6: Organograma do Fórum do Maciço do Morro da Cruz**

Fonte: Fórum do Maciço (s/d), mimeo.

Propostas de cada Comissão já encaminhadas aos órgãos públicos estaduais e municipais pertinentes (Jornal Comunitário Garapuvu, 08/ 2002).

**a) Comissão do Meio Ambiente:**

- Delimitação física das áreas não ocupadas. Objetivo: preservar a mata nativa de possíveis ocupações, garantir ações para qualidade de vida dos moradores já residentes nas comunidade. Ação: colocação de marcos de identificação e cercas de arame e arbustos (ou o que for tecnicamente mais viável);
- Remanejamento interno das ocupações em área de risco. Objetivo: transferir casas atualmente situadas em áreas de risco para terrenos dentro da própria comunidade;
- Reflorestamento das áreas degradadas. Objetivo: recuperar a mata nativa existente e através de trilhas desenvolver o potencial turístico das áreas: plantio de espécies nativas da mata atlântica;
- Criação de um horto florestal. Objetivo: criação de um horto florestal para a produção de mudas de espécies nativas para serem utilizadas no reflorestamento: produção de mudas na comunidade;
- Infra-estrutura urbana e educação ambiental. Objetivo: possibilitar aos moradores o acesso adequado ao sistema de água, luz, saneamento e coleta de lixo a partir de um amplo trabalho de educação ambiental: criação de redes de água, luz, saneamento e coleta diferenciada de lixo.

**b) Comissão da Segurança Pública:**

- Construção de base operacional da polícia. Objetivo: restabelecer a ordem nas comunidades, através de um policiamento efetivo permanente. Ação: base operacional no alto do Morro da Cruz. Uma base aérea já está instalada no Alto do Morro da Cruz;
- Policiamento comunitário interativo. Objetivo: restabelecer com os moradores um maior vínculo e o policial conhecer as situações específicas e com elas interagir na comunidade. Ação: policiamento comunitário.

**c) Comissão de Trabalho e Renda:**

- Cooperativa de reciclagem de lixo e produção de húmus. Objetivo: trabalhar com os moradores a concepção de reciclagem do lixo como forma de trabalhar a educação ambiental e a geração de renda. Ação: educação ambiental e formação da cooperativa;
- Produção e comercialização de mudas de árvores nativas. Objetivo: gerar renda através da produção de mudas e ao mesmo tempo qualificar e capacitar, reflorestando a mata. Ação: plantar mudas e vendê-las;
- Prestação de serviços. Objetivo: formar uma cooperativa de prestação de serviços com os moradores das comunidades do Maciço que estejam capacitados (pintura, marcenaria, construção civil etc). Ação: mapeamento das profissões e formação da cooperativa.

**d) Comissão de Educação:**

- Plano político pedagógico. Objetivo: criação de um plano que contemple no processo educativo a compreensão da realidade social local. Ação: elaboração de um plano político pedagógico com o diagnóstico da realidade social local;
- Formação continuada de professores. Objetivo: capacitar continuamente os professores a fim de que estejam sempre em interação com a realidade do local e a histórica. Ação: cursos de capacitação permanente e ciclos de debates;
- Atividades de esporte, cultura e lazer. Objetivo: ocupar os espaços vazios dentro das comunidades para o desenvolvimento de atividades esportivas, culturais e de lazer para todas as famílias. Como: parcerias com as escolas;
- Merenda orgânica. Objetivo: interação entre o produtor rural e a realidade do Maciço, as crianças e suas famílias, a escola e a cultura. Efetivar o conhecimento entre o saber e o sabor.

**e) Comissão da Comunicação:**

- Rádio e jornal comunitários e página na internet. Objetivo: dar visibilidade às ações comunitárias por qualidade de vida. Como: veículos de comunicação popular;
- Imigração (vinculado ao Fórum de Economia Solidária);



- Incentivar a permanência do homem no campo. Objetivo: proporcionar através do consumo dos produtos produzidos pelos pequenos agricultores o aumento de sua qualidade de vida. Ação: cestas de produtos orgânicos e merenda sem agrotóxico;
- Associação de Consumidores de produtos orgânicos. Objetivo: criar uma associação de pessoas que querem consumir produtos sem agrotóxicos com o objetivo de incentivar a permanência dos agricultores no campo e mudar a concepção do que venha a ser o alimento por nós consumidos. Ação: organização e divulgação das cestas de produtos orgânicos.

## **2.6 O Fórum do Maciço do Morro da Cruz como espaço transitório**

As singularidades do Fórum do Maciço do Morro da Cruz vão se processando como expressão de uma universalidade que se concretiza na união entre os homens que habitam aquele espaço, almejam a construção de suas vidas para além das condições ali vigentes, para além das condições de vendedores de força de trabalho. Buscam a superação dos homens como força produtiva à disposição da valorização do valor.

Entretanto, a presença do Fórum do Maciço ainda se processa de forma tênue como espaço singular no Morro da Cruz que continua sendo, apesar desse período de vigência do Fórum, desde 1999 até esta data, espaço do capital fazendo-se barbárie. A violência prossegue aumentando, a manutenção e conquista de novos empregos dá-se de forma difícil. Os moradores aguardam ainda esperançosos que suas condições de vida melhorem a partir de seus vínculos com essa nova espacialização. Vejamos o depoimento:

Olha, nós estamos apenas começando, porque aqui na comunidade é muito difícil, a maioria das pessoas tem outros valores, outras coisas, temos que encontrar um jeito para colocar isso dentro deles que isso é importante, agora que nós estamos começando a conversar com umas três, quatro, cinco pessoas que eu acho que temos que começar pequenininho, não adianta convidar toda a comunidade para depois... Eu acho que o Fórum tem que ser mais confirmado, mais firmado aqui no Morro ainda, ele está muito nos primeiros passos ainda (E., moradora do Morro do Mocotó, 06/2004).

O envolvimento das pessoas com o narcotráfico é muito intenso em algumas comunidades o que impede o espriamento do Fórum.

Tem muita gente envolvida no tráfico, muita, muita, se for fazer alguma coisa.... tem poucas famílias que não tem alguém, aqui é... não aparece. Eu acho que isso acontece em todos os morros, a droga não vem .... são os bagrinhos é onde a corda

arrebenta, toda a vida ela arrebenta em cima dos pequenos, tem que pegar os que fornecem, os que trazem (E., moradora do Morro do Mocotó, 06/2004).

Espaços que ainda não tinham problemas com guerras de gangues e um fornecimento de drogas em larga escala, estão agora sentindo essa ameaça.

gora tem mais que nesses dois anos o Morro da Penitenciária era considerado o mais tranquilo por que não tinha competição por espaços, por grupos diferentes e agora criou dois grupos lá em frente lá em cima está uma situação muito delicada lá, um rapaz mesmo lá do Morro mesmo que antes estava com os outros começou uma outra boca de fumo e aí o grupo até permitiu e cedeu o material para vender até um certo ponto, mas ele foi além e parece que com dívidas e agrediram o irmão dele e começou uma caminhada de muita violência (N., moradora do Morro da Penitenciária, 06/2004)

Entretanto, embora com limites a implementação de suas propostas, os participantes do Fórum apontam suas possibilidades, ainda que se efetivando nos marcos das relações sociais desta sociedade.

A riqueza do Fórum é que vai se planejando, vai se reivindicando, vai se construindo junto e vai vendo as lideranças das outras comunidades que tem os mesmos problemas, mas que conseguem muita coisa, isso acende uma esperança nas lideranças dos Morros, eu vejo na comunidade, aquela comunidade já conseguiu lixeiras em um dos Morros, vamos ver como que conseguiram, e vão e falam e nessas reuniões do Fórum acontece muito isso (E., moradora do Morro do Mocotó, 06/2004).

O que eu tenho assim ... é que tem ainda ficado muito a nível de reuniões, mas nas reuniões muitas vezes são dadas sugestões de como trabalhar, de como ... uma oportunidade de trazer problemas concretos de levar as soluções (N., moradora do Morro da Penitenciária, 06/2004).

Os moradores sabem que isolados não há garantia de implementação da vida, sentem a importância da unidade, de estar com o outro, para juntos construir um novo caminho, de possibilitar a emergência de uma nova sociabilidade, muito embora não transgrida dos limites do ser social capitalista.

Entrar para o Fórum trouxe muitas coisas positivas, primeiro sentir que nessa luta, nessa organização do povo não se está só é um trabalho conjunto depois a gente, os grupos, vendo a experiência, trabalhando junto, lutando junto, refletindo junto, vendo a experiência de uma comunidade vai iluminando também, vai trazendo luz para as outras comunidades, então a experiência de uma enriquece a outra, a partilha, a troca de experiência. Depois, outra coisa, que também ajuda é a luta junto quando se fala em Fórum, em Maciço não se pensa só em uma comunidade, mas se pensa no todo das comunidades que estão integradas então isso é uma luta conjunta, uma organização conjunta, isso também traz benefícios para a comunidade (A., Moradora do Morro da Queimada, 07/2004).

Percebe-se no percurso que os problemas sentidos por uma comunidade estão também presentes nas outras.

Quando a gente entrou foi tomando consciência que as outras comunidades tinham o mesmo problema que nós, coisa que a gente conhecia só um pouco, não sabia que os problemas eram tão semelhantes, a medida que a gente foi participando foi aparecendo isso que os problemas eram semelhantes (A., Moradora do Morro da Queimada, 07/2004).

Gostariam de ver a efetividade ocorrendo para além das lutas, das pressões, das reuniões, da Leis, a vida se implementado como um espaço superior ao da barbárie. Entretanto, o que se evidencia é a sua ampliação apesar dos esforços.

Eu queria dizer que com relação ao Projeto do Maciço, tudo ainda é projeto é plano ainda mais tem esse projeto das trilhas ecológicas que atinge o Morro da Queimada, o Horto Florestal que vai ser ali em cima naquela área verde do hospital de caridade também vai atingir também o morro, e nas trilhas o projeto é que tenha também, seja colocado ali, que as comunidades possam fazer trabalhos artesanais, que já tem na Queimada um grupo de mulheres que já estão trabalhando, que estão fazendo trabalho artesanal, fazem tricô, crochê, bordados, fazem trabalhos com linha crua, é mais essas coisas (A., Moradora do Morro da Queimada, 07/2004).

A implementação desses projetos viabilizaria a venda de trabalhos artesanais como crochê e tricô feitos pelas mulheres ou ainda a culinária, as trilhas ecológicas, as escolas de samba, os terrenos de ubanda e candomblé. O Fórum busca se fazer como um espaço diferenciado que se organiza para a implementação de projetos de turismo e de lazer não para os homens do Maciço desfrutá-los, mas para quem aqui vem passar seu tempo livre. Os homens produtores diretos do Fórum do Maciço objetivam através daqueles Projetos fazerem-se enquanto tais. O Fórum do Maciço expressão da universalidade posta pelo mundo burguês, no qual as condições objetivas da vida não se fazem mais sob forças individuais, reproduz em si o caminho da sua própria desvalorização. No Fórum do Maciço vive-se esse paradoxo, manifestação de ser ainda uma consciência invertida, um espaço transitório.

E uma coisa que também tem previsto nos trabalhos do Maciço é esse trabalho artesanal que são feitos nas comunidades no momento em que tiver a trilha quer dizer a comunidade que não tem onde vender esse trabalho, com a subida com o aumento do turismo e com as trilhas vai ser um local onde a comunidade possa vender esse seu trabalho, e depois também nas trilhas foi pensado também em ter todo esse trabalho mais cultural, resgatar a cultura açoriana com a construção de boi de mamão e tudo isso está em projeto ainda (A., Moradora do Morro da Queimada, 07/2004).

Um dos participantes convidados para uma reunião do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, atual Secretário da Casa Civil do Estado, Danilo Cunha, coloca a interrogação do que é

realmente “mais complicado, o narcotráfico ou o grande capital?” Expõe que para este último tudo é possível, tirar ruas, pensar em transferir a base aérea, bastando para isto fazer uma oferta monetária. “Tudo é passível de ser comprado”. Então os moradores do Maciço têm de ter consciência destes fatos, e para isso é preciso trabalhar com a população deixando-a bem informada do que significa um projeto que conduza a uma melhor qualidade de vida para eles, para evitar que, depois dos projetos finalizados, “o capital não se apropriar dessas áreas para implementar um espaço de grandes hotéis ou mansões”.

O Fórum, embora frágil, aparece como uma possibilidade de tecer a vida por outros fios, dar uma trégua às exigências cada vez mais impiedosas da sociabilidade do capital que nessa singularidade produz homens vendedores de força de trabalho precarizada e outros muitos já não mais incorporados à sua lógica, regurgitados por ela, desnecessários, como peças impróprias ao uso. Aqui, o Fórum aparece uma esperança e um caminho de construção possível para todos os seus habitantes na busca por perspectivas da vida futura e também da vida presente. Essa possibilidade, entretanto, ainda não consegue efetivar-se para além das relações burguesas. Suas ações sociais ainda materializam a velha sociedade. Muito embora a empiria indique sua degradação como espécie humana, e a consciência de uma nova busca por outra sociabilidade que aparece no Fórum do Maciço, as lutas que se fazem ainda tecem os caminhos do velho modo burguês de produção da existência. Sua desnecessidade, a valorização do capital enquanto classe aparece ainda como uma questão individual da falta de estudo, da falta de uma melhor qualificação, da falta de políticas públicas. A ausência de alternativas que se coloca frente a ele ainda se processa invertida sob sua retina e a busca para superá-la se faz na busca por qualificação e por políticas públicas.

O Fórum é consequência de luta de anos, a gente tem puxado os fios pela educação, saneamento, elas sempre existiram e se tornaram mais lentas agora que com a problemática da violência o Fórum torna-se uma estratégia de mexer nas questões internas do Maciço. Então o Fórum é uma estratégia diante desse processo. A violência tem aumentado vertiginosamente frente ao tecido social. Ela é estrutural. Aumentou muito (Pe. Vilson Groh, 07/2004).

A idéia é a partir do Fórum estabelecer uma agenda pública com os seguintes objetivos: 1) tornar visível a população do Maciço, mostrar que 10 mil crianças de 10 a 15 anos precisam de uma perspectiva de vida futura; 2) pressionar o Estado a estar presente e executar as propostas que já estão com o poder público; 3) na rede das relações, construindo a agenda pública e trazendo o centro (a cidade) para o debate com a periferia. Para “não

guetizar os Morros e proteger quem está nessas pontas” trabalhando. “Porque hoje a cocaína representa o grande vulto monetário, mais o tráfico de armas que se articula em uma rede de violência. Então a tentativa é diante dessa problemática de país a gente ir buscando estratégias de outras formas”. (Pe. Vilson Groh, 07/2004).

O Fórum como singularidade busca emancipar-se de seu lugar, construir-se como universalidade, para assim efetivar suas ações sociais de geração de renda, de acesso a educação, saúde, etc. Para isso construir novos valores aparece como elemento essencial.

Quanto mais o Maciço se emancipa do seu território, mais ele avança. Acho que tem de haver um avanço da consciência crítica e do território enquanto local de moradia, acho que esse seja um ponto fundamental. Se lutamos só pelas estruturas e não avançamos na reflexão e sobretudo temos que melhorar a renda das pessoas porque senão as pessoas não reproduzem suas vidas... O que será? Aí a distribuição da renda, a malha viária, saúde, educação, etc. Mas também o acesso ao conhecimento especialmente a juventude, é garantia de alternativas de futuro. Assim a educação é um elemento a gente precisa pensar o econômico, emprego, e consciência de modo de viver para não cair nessa forma consumista que está aí. Assim é preciso pensar os valores para não reproduzir a forma do consumo (Pe. Vilson Groh, 07/2004).

E pensar em uma mística que expresse essa busca no Fórum do Maciço como uma nova espacialização, para além daquele do mundo burguês. Aparecem as dificuldades de implementação de novas formas, a luta, a angústia em fazê-las emergir, e estas vêm ainda imbricadas pelo velho. O local como expressão universal do capital em degenerescência e a luta dos homens produtores diretos para se fazerem seres viventes, da forma que lhes é possível, a unidade no Fórum, a solidariedade, aparecem como os nexos possíveis. No Fórum luta-se por questões universais, para além da individualidade burguesa, a luta por saúde, educação, pelo futuro das crianças, dos jovens. Homens produtores diretos destituídos de tudo, sem vínculos com nenhuma forma de propriedade lutam para garantir e efetivar a vida, que é o que lhes resta. Assim “é preciso pensar um outro processo civilizatório”. (Pe. Vilson Groh, 07/2004).

Como articular o pessoal e o coletivo é muito importante, e é muito desafiante, o que implica exatamente na questão das utopias. O que a gente oferece quanto a razão para viver para essa juventude? Qual é a perspectiva?  
Na periferia se mata pela arma. No centro os jovens morrem no trânsito, porque bebem, correm, é uma sociedade doente, não oferece perspectivas mais. Precisamos construir. Como derrubar os muros dos preconceitos para evoluir as relações e ampliar a solidariedade. Superar os abismos e talvez as articulações com jovens, crianças, via solidariedade, aproximação, etc. precisa ser pensado em nível de projeto de universidade. Aí eu acho que o movimento social tem um papel importante, - a utopia das saídas. É preciso pensar um outro processo civilizatório. Então acho que são coisas que devem ser articuladas a partir do pequeno, do micro e esse cotidiano não pode desvincular-se do processo da história, pensando essa

história a dimensão, diríamos em termos de liderança como é que a gente produz isso na prática do cotidiano. Vai além do comer, beber, vestir-se ou lutar por melhorias do seu bairro, que valores têm (idem).

Pensar um novo processo civilizatório para além do capital, embora ainda nos seus marcos não é coisa fácil de se fazer a partir dos experimentos da vida real. Assim, no Fórum há avanços para além das condições dadas, superação da sociedade do capital e há ainda retrocessos como a busca pela implementação da vida através da venda da força de trabalho. Ainda que a empiria evidencie a negação desses homens como forças produtivas para o capital, busca-se a sua reconstituição, porque uma nova forma ainda não se fez. A consciência que se faz é ainda invertida, a teleologia que se lhes apresenta ainda busca construir homens para a valorização do capital e não à emancipação humana, à produção de vida, de homens conscientes e emancipados e não de mais valor. No Fórum como positividade manifesta-se uma possibilidade de superação da barbárie, forma de ser do capital,

é essa coisa do respeito ao outro, do respeito à vida, que não é uma questão moral, mas é uma questão de resolver, me parece uma questão da existência. Como é que vamos trabalhar as relações centro e morro deste ponto de vista, esse é um desafio para pensar um desafio de 30 mil pessoas, que moram nos morros. 10 mil crianças, que serão os futuros empregados ou não. Pensar esses cenários é uma questão de nação é não um caso regional como é que vamos repovoar o imaginário dessa juventude do meio popular? Quais as possibilidades, são milhões que estão aí, onde estarão daqui a 10 anos? (Pe. Vilson Groh, 07/2004).

O que tem se apresentado como possibilidades para os homens é a ilusão da liberdade do consumo. Como construir outras possibilidades na vida real, aqui e agora, como forma de indicar caminhos novos, para além do mundo do capital, do individualismo burguês?

Até o V.<sup>60</sup> já tem celular, já viu? Esses dias eu perguntei para ele qual é tua rede de telefones na conta? Ele me disse: nenhuma, só para casa, para ligar para minha mãe e dizer que estou aqui. O que se apresenta para eles é isso, são objetos de consumo. Celular, roupa de grife, no entanto eles continuam cagando naquelas condições lá que vocês conhecem. Para ver como a coisa do fetiche da mercadoria é coisa forte, isso do mercado é muito forte. É preciso pensar e repensar a condição dessas periferias sob pena de termos um batalhão de famintos (Pe. Vilson Groh, 07/2004).

No Maciço do Morro da Cruz, no espaço que compõe o Fórum, os homens que ali moram são inteiramente dependentes do trabalho, extrapolar essa dependência é limite de difícil ultrapassagem. O trabalhador não tem apenas de lutar pelos meios físicos de

---

<sup>60</sup> Adolescente morador do Maciço.

subsistência; deve ainda lutar por alcançar trabalho, isto é, pela possibilidade e pelos meios de realizar a sua atividade.

O Fórum do Maciço, para além dos homens individuais, negados pelo capital, como expressão da “natureza universal humana” que se efetiva como união consciente dos homens, tece essa luta pela constituição de seus “meios físicos de subsistência” e pelos “meios de realizar sua atividade” como homens viventes, ao fazê-lo o faz como homem capitalista, mas é também uma possibilidade histórica de superação de sua condição de homem produtor direto desvalorizado. A “natureza universal humana” se processa como união consciente dos homens e perpetua o capital. Paradoxo. Transitoriedade.

O Fórum do Maciço, paradoxo, transitoriedade, busca, através do Estado, de políticas públicas e de parcerias com empresas privadas garantir outras condições de vida aos homens vinculados a ele. De o Estado disponibilizar recursos para melhorar a infra-estrutura do local, como aberturas de ruas e manutenção das existentes, instalações de sistemas de saneamento, coleta de lixo, de energia elétrica e água adequadas. Transferências internas de construções em áreas de risco para outro local no próprio Maciço. Colocação de um policiamento comunitário. Da parceria com empresas privadas e organizações da classe capitalista como o *Sesc*, o *Senac*, etc busca, através de cursos profissionalizantes, qualificar a força de trabalho dos participantes no Fórum; da parceria com universidades públicas e privadas busca profissionalizar os jovens para disponibilizá-los ao mercado de trabalho em condições de concorrer com os demais trabalhadores.

Visa também a abertura de trilhas ou a adequação das existentes para atrair turistas ao Maciço; instalação de bondinhos aéreos como forma de transporte alternativo que serviria para os moradores evitarem o uso das cansativas escadarias e também como fonte de atração turística. Tanto as trilhas como os bondinhos poderiam ser utilizados pelos moradores como fonte de renda para além da venda da força de trabalho; o desejo é abrir restaurantes ao longo dessas trilhas com comidas típicas e também mostrar aos turistas a cultura dos morros, a negra, a cabocla, etc, os terrenos de candomblés, as rodas de samba, as escolas de samba, o chimarrão. Abrir empresas autogestionárias de confecção de produtos artesanais como roupas de tricô, crochê, retalhos, pães e doces etc; montar cooperativas de prestação de serviços como de pedreiros, carpinteiros, pintores; instalação de um horto florestal etc.

No entendimento do Fórum, essas ações libertariam os homens da prisão, da dependência da venda de sua força de trabalho; repovoaria o Maciço com valores novos como

o da solidariedade e da cooperação; elevaria a auto-estima de seus habitantes; afastaria o narcotráfico ali instalado como forma alternativa de reprodução da existência e traria a tão desejada qualidade de vida a todos os seus moradores.

O Fórum do Maciço, dessa forma, estaria organizado nos moldes do quem vem sendo qualificado como “Economia Solidária”. Não estaria propondo o retorno à formas pregressas de produção da vida, pelo contrário, luta para incorporar seus moradores aos avanços do modo de produção capitalista, superando seu aspecto de espaço de barbárie que vem se consolidando no Maciço ao longo dos anos.

O que o Fórum escancara são os limites, a degenerescência, a barbárie, a extrema penúria a que está submetida a classe trabalhadora em sua luta pelo simples existir, como apreendemos na sua singularidade, no processo de fazer-se a si mesmo, como busca por uma universalidade diferenciada do modo de produção capitalista, apesar de nele estar imbricado e de ainda tecer em seus caminhos o molde burguês. Apesar de em seu desabrochar evidenciar o modo burguês de produção da vida, consciência invertida ainda, nele manifesta-se também a construção de um espaço coletivo conscientemente construído pela solidariedade entre os homens. No desabrochar do Fórum muitas pessoas estão dedicando suas vidas não mais movidos por mais salário ou por mais lucro, o móvel se faz pela solidariedade, dedicam sua vida a essa construção como espaço de busca de outra forma de produção de sua existência. Nesse sentido, o Fórum faz uma crítica empírica, concreta, a partir do espaço dos homens vendedores de força de trabalho ao modo de produção capitalista. O Fórum enquanto singularidade conta a saga universal da classe trabalhadora e sua submissão ao capital nas condições hoje vigentes, ou seja, escancara a impossibilidade de sua reprodução enquanto espécie humana e abre uma fenda no modo burguês, cujo grito ressoa em todos os ouvidos da cidade de Florianópolis.

Eis a possibilidade de caminho encontrado pelo Fórum e sua luta para essa implementação uma vez que não possui os meios de produção e a quantidade de capital necessários para empreender projetos dessa envergadura, luta com o Estado e com parceiros, capitalistas privados, para fazê-lo. Deseja ainda extrair sua existência do capital, e para além dele, vem tecendo-se assim em processo transitório, sabe o que não quer ser, mas não sabe no que se constituirá.



### **3 AGRECO: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ANTECEDENTES HISTÓRICOS**

A filosofia interroga-se acerca do que é verdadeiro para todos os homens, não acerca do que é verdadeiro para alguns indivíduos; as suas verdades metafísicas não conhecem as fronteiras da geografia política; as suas verdades políticas sabem demasiado bem onde as “fronteiras” começam a confundir o horizonte ilusório de uma concepção particular do mundo e do povo com o verdadeiro horizonte do espírito humano (MARX, 1972, p.27).

A Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco) tem como sede o município de Santa Rosa de Lima, no estado de Santa Catarina. À medida que se expande, a Associação agrega também agricultores ecológicos residentes nos municípios de Anitápolis, Gravatal, Rio Fortuna, São Bonifácio, São Martinho, Grão Pará, Orleans, Armazém, Alfredo Wagner, Rancho Queimado, Águas Mornas e Angelina, todos no mesmo Estado. São 230 famílias e 27 pequenas agroindústrias especializadas na produção e beneficiamento da produção agroecológica, organizadas na Associação (AGRECO, 2002/2003).

Na busca da apreensão do que vem a se configurar como Agreco, nosso primeiro passo envolve a delimitação do seu território de atuação. Embora dispersa na Região das Encostas da Serra Geral e do Vale do Braço do Norte, é no município sede (Santa Rosa de Lima) que se encontra o maior número de associados e é também nele que a história da Agreco tece seus primeiros fios.

#### **3.1 Santa Rosa de Lima – o início de tudo**

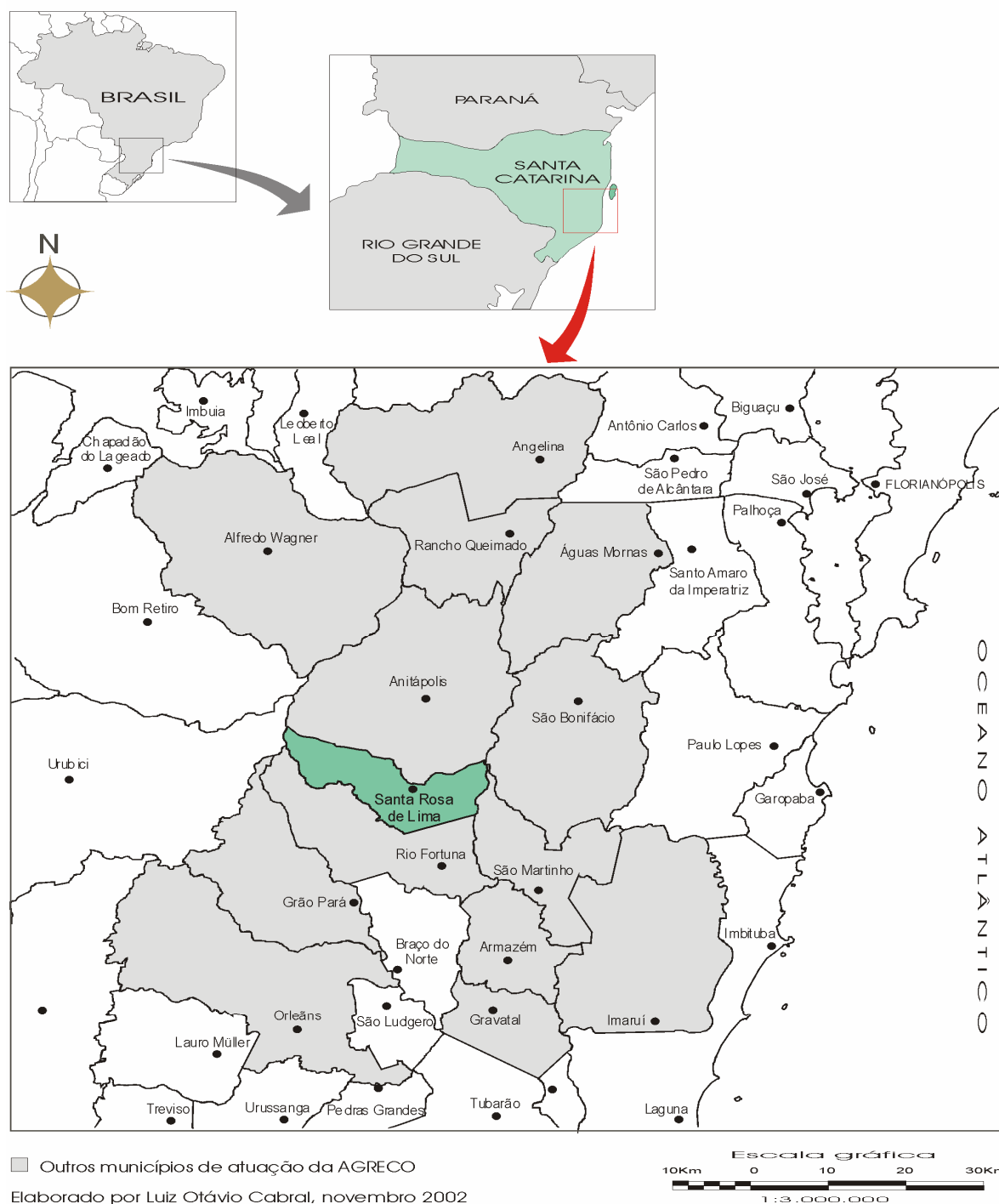
##### **3.1.1 O Município de Santa Rosa de Lima: localização e considerações gerais**

O Município de Santa Rosa de Lima localiza-se no Vale do Rio Braço do Norte. Com outros dezesseis municípios integra a microrregião de Tubarão, mesorregião Sul Catarinense, latitude sul de 28°02'21" e longitude de 49°07'40" a oeste de Greenwich e altitude média de 240 metros em sua sede, alcançando cotas que variam de 200 a 1.200 metros. Possui uma área de 154,29 km<sup>2</sup>. Distancia-se da capital do Estado, a cidade de Florianópolis, por aproximadamente 120 km. Delimita-se ao norte com os municípios de Anitápolis, ao sul com Rio Fortuna, a leste com São Francisco e São Martinho e a oeste com Rio Fortuna e Urubici. Do o ponto de vista administrativo, pertence à Associação dos Municípios da Região de Laguna - Amurel, sediada na cidade de Tubarão, da qual dista cerca de 80 km (PIDSE, 1990<sup>62</sup>; ATLAS ESCOLAR DE SANTA CATARINA; 1991<sup>63</sup>; AGRECO, 2002/2003).

---

<sup>62</sup>ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Secretaria de Estado da

**Localização do município de Santa Rosa de Lima**  
Sede da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral - AGRECO



**Mapa 6: Localização do Município de Santa Rosa de Lima, sede da Agreco e de outros municípios de atuação da Agreco**

Fonte: Cabral (2004)

Indústria, do Comércio e do Turismo. Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina. *Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico - Diagnóstico Municipal de Santa Rosa de Lima (PIDSE)*. Florianópolis, 1990.

<sup>63</sup>ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. *Atlas Escolar de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991.

O município tem um clima caracterizado como mesotérmico úmido, sem estação seca no decorrer do ano, predominando verões quentes e temperaturas médias anuais que variam entre 14 e 20°C, com ocorrência de geadas no inverno. A precipitação média anual é de 1.500 milímetros (AESC, 1991)<sup>64</sup>.

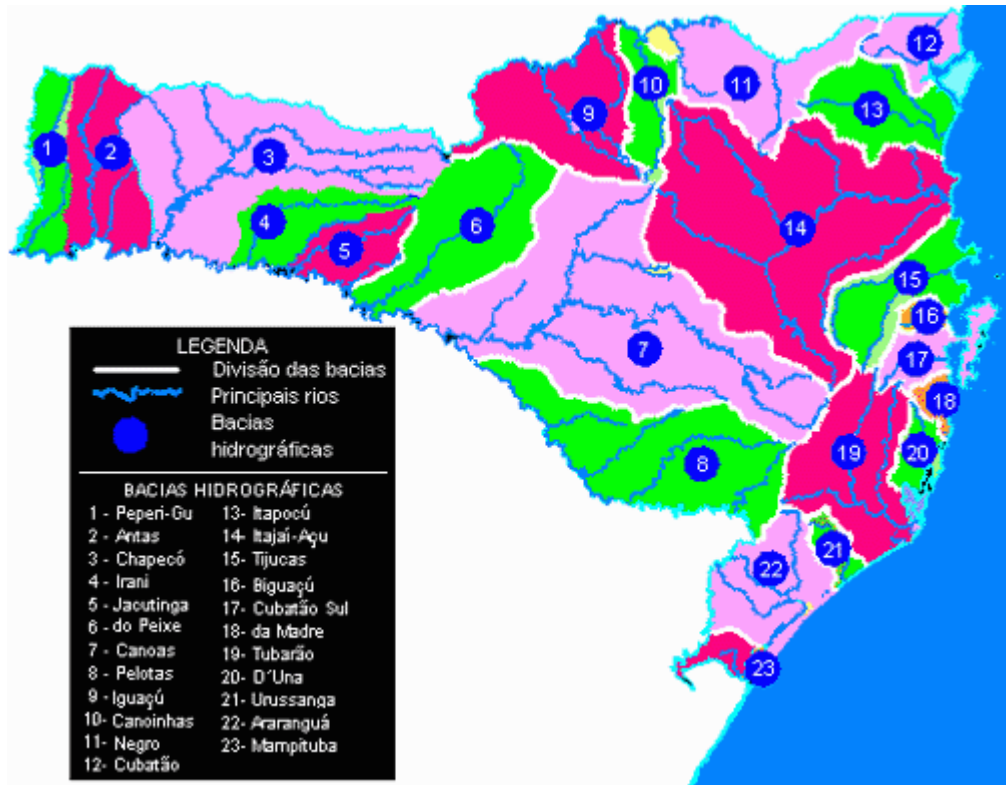
No cenário hidrográfico, este município faz parte da Bacia do Rio Braço do Norte e tem como seus principais afluentes os rios do Meio, dos Bugres, o Santo Antônio, o Bravo e dos Índios. Ao longo desses rios deslizam freqüentes rupturas de declive que formam exuberantes cachoeiras, neles inclui-se também, a presença de fontes de águas termo-mineral, evidenciando a pujança da paisagem hidrográfica. Possui as nascentes dos principais rios do litoral catarinense: rio Itajaí do Sul, afluente do Itajaí-açu; rio Canoas, afluente do rio Uruguai; rio Tijuca, rio Tubarão (PIDSE, 1990; ATLAS DE SANTA CATARINA, 1991, p.116 e 118). O Mapa 7 localiza as Bacias Hidrográficas do estado e o Mapa 8 as Bacias Hidrográficas e Municípios das Encostas da Serra Geral.

Fazendo parte do território de atuação da Agreco, está a Bacia Hidrográfica do rio Cubatão do Sul. Sua localização faz-se importante em vista de ser o principal rio que abastece o município de Florianópolis. O vínculo estabelecido entre o Fórum do Maciço do Morro da Cruz e a Agreco, que será tratado no capítulo V: Fórum de Economia Solidária, dá-se através das águas, dos mananciais e sua preservação pela Agreco.

A Bacia está situada há aproximadamente 20 km ao sul do município de Florianópolis, entre os paralelos 27°35'46" e 27°52'50"S e as longitudes 48°38'24" e 49°02'24"W, conforme a Figura 7. Esta bacia é de importância estratégica para a região da Grande Florianópolis, nela localizam-se os Rios Vargem do Braço e Cubatão, mananciais de captação para abastecimento de água de cinco municípios da região: Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, São José, Biguaçu e Florianópolis, atendendo aproximadamente 700.000 mil habitantes. O Rio Cubatão origina-se da junção dos rios do Cedro e Bugres, no município de São Bonifácio (Figura 7). Abrange os municípios de Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, parte de São Pedro de Alcântara e Palhoça. Os afluentes que contribuem para a Bacia são Rio dos Bugres, Forquilhas, Matias, Ribeirão Vermelho, Águas Claras e Vargem do Braço. Os principais afluentes são drenados para leste, deságuam no Rio Cubatão e dirigem-se para a Baía Sul formando em sua foz um ecossistema de manguezal, conhecido como Manguezal da Palhoça (CASAN, 2005).

---

<sup>64</sup> AESC. *Atlas Escolar de Santa Catarina*. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento/Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1991



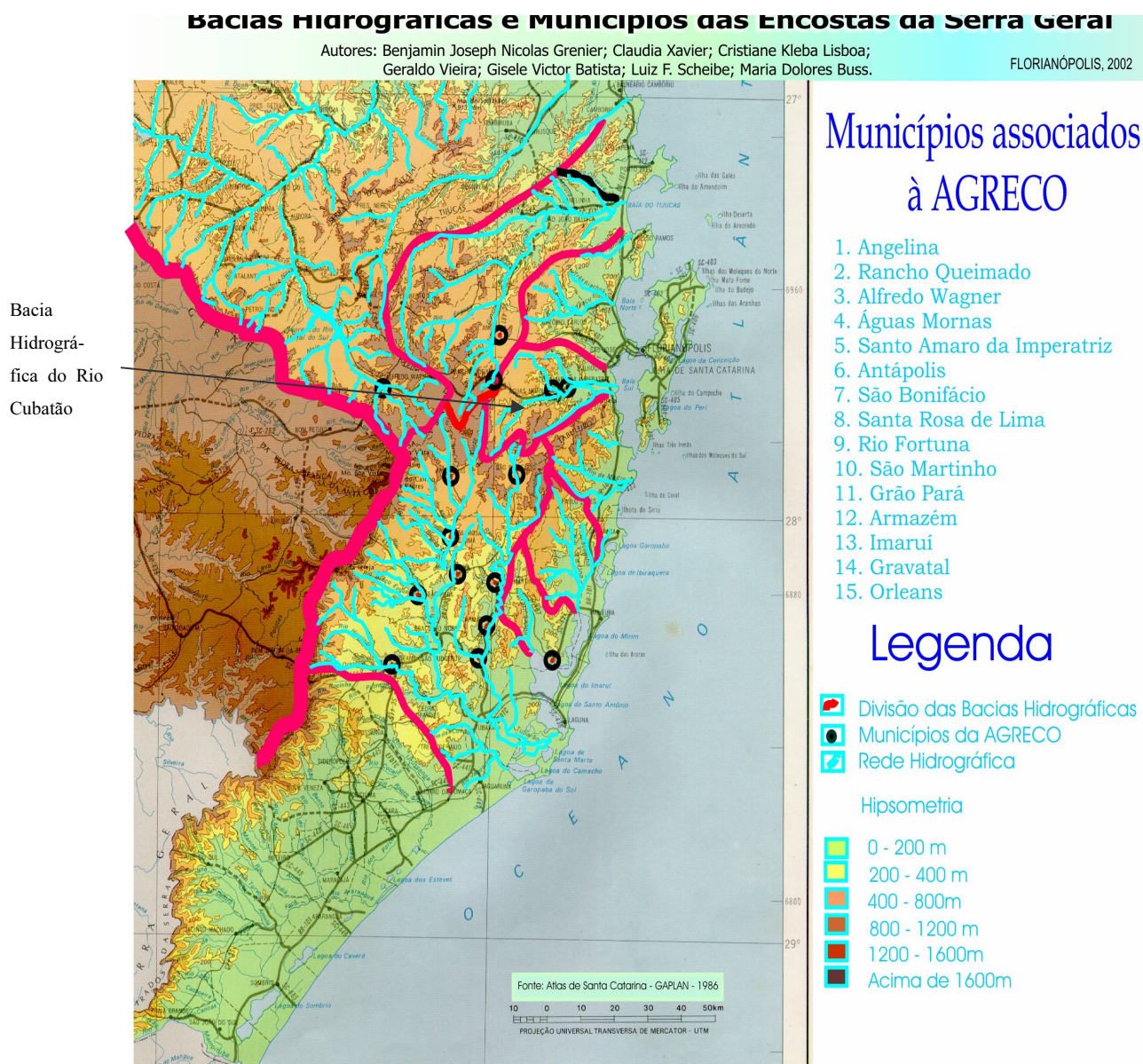
**Mapa 7: Bacias Hidrográficas do estado de Santa Catarina**

Fonte: Casan (2005)



**Figura 7: Localização da Bacia do Rio Cubatão, em verde**

Fonte: Casan (2005).



**Mapa 8: Bacias Hidrográficas e Municípios das Encostas da Serra Geral**

Fonte: Laam (2005)



**Foto 17: Trecho preservado do rio Cubatão**

Fonte: Casan (2005)



**Foto 18: Corredeiras do Rio Cubatão**

Fonte: Casan (2005)

O relevo nas encostas da Serra Geral e no Vale do Rio Braço do Norte (Fotos 19 e 20) em sua geomorfologia, apresenta-se ondulado a fortemente ondulado (altitudes que variam entre 200 e 1.200 metros), em sua base geológica predomina o complexo granítico. Nessa região podem ser encontrados recursos minerais como: água mineral (termal ou não), fluorita, brita, feldspato, rochas ornamentais, caulim, areias, calcário, saibro e rochas (granito, basalto, etc.). As classes de solo mais comuns são os argissolos vermelho-amarelos e os cambissolos, mais ou menos profundos, ácidos e de fácil erodibilidade em condições de declividade.

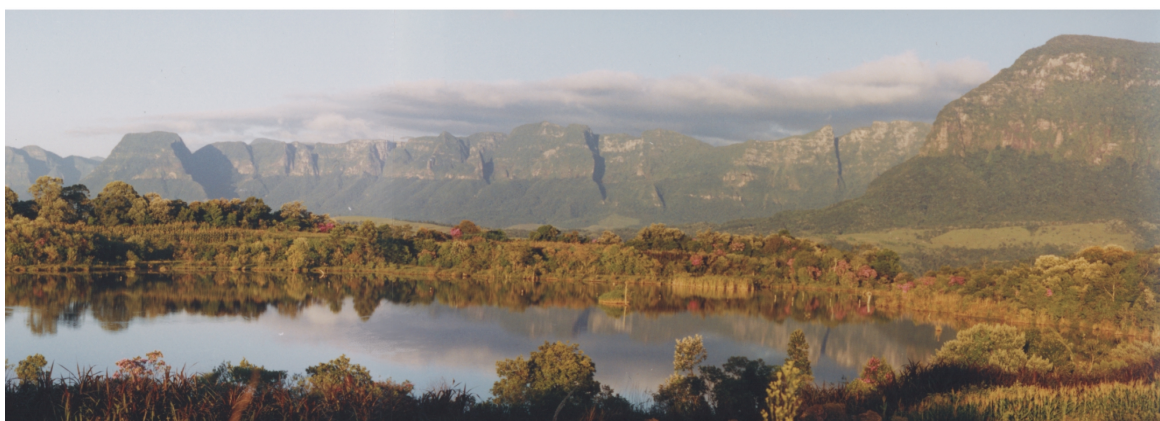


Normalmente, possuem fertilidade natural baixa e são utilizados, principalmente, para pastagem natural e culturas de subsistência. (ATLAS DE SANTA CATARINA, 1991).



**Foto 19: ao fundo as Encostas da Serra Geral**

Fonte: Agreco (2005).



**Foto 20: Encostas da Serra Geral vista da localidade de Santa Bárbara**

Fonte: Cabral (2004).

A vegetação, originalmente composta pela floresta ombrófia densa (mata atlântica) e floresta ombrófia mista (mata de araucária), pode, ainda, ser encontrada em locais de difícil acesso. A retirada da mata original ocorreu com a colonização e a extração de madeira para dar lugar à áreas agricultáveis (culturas cíclicas) e pastagens, essencial para a reprodução dos homens que ali constroem suas vidas. Há também o predomínio de florestas de vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração que se desenvolveram após o abandono de algumas áreas de cultivo. E, ainda, áreas reflorestadas mais ou menos extensas com as

espécies exóticas, pinus e eucaliptos. De acordo com o Censo Agropecuário de 1996, nos municípios da região predominam terras com matas e florestas, seguidas de lavouras e pastagens (KLEIN, 1978; SANTA CATARINA, 1991, p.26-7).

Santa Rosa de Lima está fora de qualquer eixo viário importante, localiza-se numa região caracterizada por um isolamento relativo, há precariedade de estradas, não possui ligação asfáltica com qualquer município. Para agravar ainda mais esse quadro, a estrutura de comunicação, incluindo a telefônica, é deficiente (SCHMIDT et al, 2000).

Apresenta uma população atual em torno de 2.000 habitantes<sup>65</sup>. Destes, 80% residem ainda no campo, o que leva a caracterização do município como eminentemente rural (IBGE, 2000), apresenta também, uma das mais baixas densidades demográficas do estado, 10,91 hab./Km<sup>2</sup>, a média estadual é de 51 hab./Km<sup>2</sup> (ATLAS ESCOLAR DE SANTA CATARINA, 1991; SCHMIDT et al, 2000). Segundo dados do SDM/SC<sup>66</sup> (1999), o município de Santa Rosa de Lima, de 1991 a 1999, apresentou um crescimento negativo de 0,59%; no ano de 1991 a população existente era de 1.896 habitantes e no ano de 1999 esse número passou a ser de 1.840 habitantes.

Neste município há, sobretudo, o predomínio de minifúndios. Dos 303 estabelecimentos agrícolas, 210 possuem até 50 hectares, o que representa 69,31% do total, e 31% destes não atingem 20 hectares. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, a maioria destes estabelecimentos são ocupados e explorados pelos proprietários, caracterizando uma agricultura do tipo familiar. Assim, neste município, a principal atividade econômica está estritamente vinculada à agricultura, e caracteriza-se pelo que se especifica como sendo de “lavouras temporárias” como o milho, o fumo, a cana de açúcar, a mandioca, o feijão, a batata inglesa, a batata doce, a melancia, o arroz, a cebola, além de outros produtos para a subsistência. Destaca-se, ainda, a produção de bovinos, de suínos, de aves, de ovinos e também a produção de mel (IBGE, 2001). Cabe ressaltar em relação a esse setor agrícola, a importância que tem assumido, nos últimos anos, a produção orgânica de alimentos de origem vegetal e animal. É através dessa produção orgânica que se constitui a Agreco.

---

<sup>65</sup> Disponível em [www.sc.gov.br/portalturismo](http://www.sc.gov.br/portalturismo), acessado em julho de 2005.

<sup>66</sup> Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico. Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Meio Ambiente – SDM/AMARP.



### 3.2 O processo de colonização: construindo a história

A vinda e fixação dos primeiros europeus na região ocorreu a partir do século XIX, por volta do ano de 1829, com a chegada dos imigrantes alemães<sup>67</sup> que ali se estabeleceram e constituíram a colônia de São Pedro de Alcântara, primeira colônia européia estabelecida no estado de Santa Catarina. Anterior a instalação dos europeus, ocupavam a região diferentes grupos indígenas: Tupi-Grarani, Kaingang e Xokleng<sup>68</sup> (ATLAS DE SANTA CATARINA, 1991; SEYFERTH, 1974).

De acordo com Seyferth (1974) e Peluso Júnior (1980), essa colonização em direção ao sul do Brasil correspondeu a uma política do governo imperial visando à ocupação de “terras novas” estrategicamente importantes para delimitar e proteger as fronteiras políticas ameaçadas pelos Espanhóis do Prata e pelos índios Xokleng. Essas políticas eram comumente implementadas por companhias privadas. Em meados do século XVII constituíram-se três núcleos populacionais: o primeiro deles, em 1658, foi Nossa Senhora do Rio São Francisco, atual São Francisco do Sul, seguido de Desterro em 1662, hoje Florianópolis, considerada um ponto militar estrategicamente importante e, em 1682, Santo Antônio dos Anjos da Laguna, hoje Laguna. Povoamentos que se ampliam ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Era nesta região montanhosa e de difícil acesso que passava a estrada que ligava Lages a Florianópolis, via Angelina. A fundação de Lages deu-se em 1771, por migrantes paulistas que aqui aportaram em vista da produção extensiva de bovinos e da concessão de sesmarias, formando o “Caminho do Sul”, local de passagem do gado gaúcho para o sudoeste e centro-oeste do Brasil e também da “rota do charque” que abastecia os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro a partir do Rio Grande do Sul. Quando a estrada assume um novo traçado, via Teresópolis<sup>69</sup>, núcleo fundado em 1860, houve um estímulo aos colonos para ocupar essas terras mediante doação, implantação de serviços básicos em uma área comum, demarcação das áreas e insumos para o início das atividades agrícolas (SCHMIDT, 2000; PELUSO JÚNIOR, 1980; SEYFERTH, 1974).

Essa região possui um relevo predominantemente acidentado e entrecortado por diversos rios, onde as estradas geralmente acompanhavam seu traçado, recebem as primeiras

---

<sup>67</sup> PELUSO JÚNIOR (1980, p.141), explica que estas primeiras “(...) colônias de imigrantes alemães da área fronteira à Ilha de Santa Catarina foram, desde o início, centros emissores de correntes migratórias”.

<sup>68</sup> Dall’Alba (1973), em seu estudo sobre a colonização do Vale do Braço do Norte, mostra como a ocupação crescente das terras pelos agricultores foi estabelecendo uma relação de confronto com seus habitantes originais.

<sup>69</sup> Atual distrito do município de Águas Mornas, denominado de Queçaba.

habitações na forma de barracos de madeira, madeira retirada da própria mata, ainda abundante. Essas casas simples foram depois substituídas por casas de materiais como tijolos batidos à mão e cobertas com tábuas, construídas próximas da principal via de acesso. As parcas várzeas eram destinadas as pastagens de bois e vacas e também aos porcos, as encostas serviam às lavouras possibilitando, assim, a vida desses homens que ali buscavam assentar-se (CABRAL, 2004). Denunciando que os imigrantes que aqui aportaram não eram largos proprietários de meios de produção e sim, provavelmente, artesãos que já não encontravam formas de se reproduzir em seus espaços originários.

A estrutura fundiária constituiu-se com base na pequena propriedade familiar (PELUSO JUNIOR, 1980), ficando seu proprietário conhecido como “colono”<sup>70</sup> (SEYFERTH, 1974). Não foram poucos os obstáculos encontrados pelos imigrantes para se estabelecer nessa área, desde as condições topográficas o relevo montanhoso e a existência da floresta, dificultavam a implantação de áreas agricultáveis; e havia ainda embates com os indígenas<sup>71</sup> e inadimplências por parte do governo e companhias colonizadoras.

Apesar do comportamento pacífico, os índios foram encurralados junto às Encostas da Serra Geral e, logo depois, sofreram uma campanha de extermínio orquestrada por expedições oficiais e por bugreiros, contratados para este fim. Isso porque, vale lembrar, o governo imperial tinha uma política muito bem definida de ocupar a terra com os colonos e expulsar os índios, definitivamente, da região. Este também era o tempo dos tropeiros que faziam o comércio de gado e de charque entre o Litoral e o Planalto Serrano, e que itineravam por ali (AGRECO, 2002/2003).

Ainda assim, estabelece-se ali, teimosamente, uma pequena produção familiar, única forma percebida como possível de manutenção e construção da vida. A dinâmica, entretanto, a qual está subsumida essa produção, não é da lógica do trabalho individual camponês e sim, do trabalho social sob a dinâmica do capital em degeneração.

Essa pequena produção familiar utilizava métodos como o de “rotação de terras” ou “coivara”, primeiro a derrubada da floresta e a retirada da madeira, seguido, por queimadas, para então implantar lavouras, voltadas para a subsistência e a comercialização de pequenos excedentes principalmente na capital do estado, Florianópolis, através de intermediários. Vê-se que a aparência aqui se faz como a de um processo que tem como base o trabalho próprio, aos poucos essa forma se desvela e demonstra seus limites.

<sup>70</sup> “Colono” no sul do Brasil é sinônimo de agricultor.

<sup>71</sup> Os primeiros colonos que aqui aportaram não tiveram grandes problemas com os grupos indígenas que já habitavam a região. Foram surgindo divergências com a expansão do processo de ocupação das terras. Os índios viram-se obrigados a recuar de seus territórios, aos poucos sendo exterminados ou através de “expedições oficiais” ou por bugreiros contratados pelos próprios colonos. Hoje poucos são os seus descendentes (DALL’ALBA, 1973; SCHMIDT, 2000).

Naquele local, o trabalho que aparece como individual, próprio, está localizado “fora do tempo”, busca-se reconstruir um processo que já mostrou seus limites históricos. O trabalho do camponês e do artesão, formas clássicas do trabalho individual, principalmente na Europa, foi superado pelo trabalho coletivo, social, primeiro na sua forma manufatureira, depois na industrial moderna. Portanto, “por trás” desse aparente trabalho individual há nexos com a história universal dos homens e a produção de sua existência que precisam ser evidenciados. A sua própria condição de imigrantes atesta em si, uma busca por outras possibilidades de construção da vida, uma vez que seu trabalho próprio não mais permitia, ou permitia só precariamente sua reprodução em solo europeu. A fase humana em que o homem adapta e transforma a natureza, usando sua habilidade e destreza, para satisfazer suas necessidades, é fase histórica já superada. Esse trabalho, aparentemente individual, próprio, que moveu e organizou os homens neste espaço, já está eivado de trabalho social. Esses homens são já a expressão da relação social, capital, mais desenvolvida, que transforma os homens em duas classes sociais opostas, a dos proprietários dos meios de produção e a dos não proprietários dos meios de produção. Os homens que aqui aportam e se estabelecem nessa região são os últimos, carregam, portanto, em si, essa forma universal da existência humana, o capital em degeneração.

A região onde se instalaram era considerada como marginal, região desprezada pelo latifúndio, mas que a povoando salvaguardava seus próprios interesses. A decisão da política imperial ao escolher primeiro esta área como lugar para processos de colonização visava garantir vias de comunicação entre o planalto e o litoral e ainda proporcionar segurança para a estrada que ligava Lages a Florianópolis (SEYFERTH, 1974; SCHMIDT, 2000; DALL’ALBA, 1973; CABRAL, 2004).

As dificuldades tinham duas faces – a dos índios e a dos colonos. Com muito suor surgiram as primeiras lavouras de subsistência, depois do esforço insano e irracional de derrubar a densa e virgem floresta na lâmina dos machados e na língua ardente de queimadas (AGRECO, 2002/2003).

É o traçado da nova estrada que vinculava Florianópolis a Porto Alegre via Teresópolis. A partir de 1870, famílias começam a ocupar o Vale do Rio Braço do Norte e do Rio Capivari fazendo surgir novos povoados, primeiro São Ludgero, seguido por Braço do Norte, Rio Fortuna, Grão Pará e por último Santa Rosa de Lima (DALL’ALBA, 1973),

colônias que formaram-se “espontaneamente”<sup>72</sup> por iniciativa dos próprios colonos sem o apoio do governo ou de empresas colonizadoras, confirma Schmidt (2000).

A baixa fertilidade das terras na região levou os colonos a desbravar a mata e a seguir em frente em busca de terras mais férteis e a solicitarem, então, a sua posse ao governo imperial, o que coadunava com os interesses do próprio governo, dada a necessidade de abertura da estrada para o sul, ligando Florianópolis a Porto Alegre pelo litoral (SCHMIDT, 2000). É somente então que tem início o movimento migratório que funda a colônia de Santa Rosa de Lima, em 1906, com a instalação de algumas poucas famílias e intensificando-se por volta do ano de 1920, com novas famílias de alemães e em menor número de italianos, açorianos e mestiços, assentando-se no local, determinando assim a conformação germânica da maior parte da população atual, descendentes, em sua maioria, da terceira e quarta geração dos primeiros imigrantes europeus que chegaram ao Estado. Apesar do isolamento geográfico e de todas as adversidades ali vigentes, a produção agrícola familiar prosperou (CABRAL, 2004; SCHMIDT 2000).

Os primeiros olhos azuis, peles alvas e cabelos loiros a disputar este espaço com os índios foram os alemães, seguidos por poloneses, italianos e açorianos. Acostumados a coletar da natureza o seu alimento, os Xokleng encontravam nas pequenas roças dos colonos o que, pela sua ética, era legítimo colher e, este gesto, muitas vezes, custou-lhes a vida. Para os colonos, a terra estava longe de ser o que lhes havia sido oferecido. Mais um agravante: os imigrantes tinham pouca ou nenhuma relação com a agricultura. Em seus países de origem, eram artesãos que produziam ferramentas de trabalho e que deixaram o velho continente engabelados por promessas de fartura e riqueza que jamais se concretizaram (AGRECO, 2002/2003).

Lentamente, e sem auxílio do Governo, a colônia do Vale do Braço do Norte foi consolidando-se tendo que em duras lidas assegurar a sua própria autonomia para sobreviver, desde a alimentação, o vestuário, a habitação, as ferramentas e instrumentos para a implantação das lavouras. Foi crucial o conhecimento técnico e o nível de escolaridade trazidos da Europa, pelos imigrantes. Os alemães que se assentaram nessa região do Brasil trouxeram consigo algumas idéias pertinentes ao processo da Revolução Industrial que já vinha ocorrendo na Europa. Além de agricultores havia, entre eles, diversos outros profissionais, essa multiplicidade de conhecimentos e de formação permitiu a construção de policulturas e pequenas agroindústrias, que podiam ser encontrados desde os anos de 1860,

---

<sup>72</sup> Devido ao fato de ali ter ocorrido uma colônia formada espontaneamente, por não contarem com o apoio do governo e/ou de empresas colonizadoras, surgem privadas do espaço comum ou *stadtplatz*, próprio das colônias planejadas. *Stadtplatz*, termo falado pelos imigrantes que significa “lugar da cidade”, a praça, e também o conjunto dos lotes e a sede administrativa da colônia (SEYFERTH, 1974; SCHMIDT, 2000).

como a atafona para farinha de milho, o engenho de farinha de mandioca e de cana-de-açúcar, o alambique de aguardente, a fábrica de banha, as serrarias e as marcenarias e ainda as pequenas usinas hidrelétricas (SCHMIDT, 2000; PIAZZA, 1983).

Embora sendo uma região geograficamente isolada, local de passagem, percebe-se nela, já com seus primeiros habitantes, a universalidade, trazida da Europa Ocidental, apresentando-se como a forma de ser desses homens. Eram homens já desnecessários para a reprodução do capital na Europa que buscavam em territórios longínquos, baseados em promessas de bem estar outro ideal de vida. Despossuídos de meios de produção e capital insuficiente para estabelecerem-se aqui como, por exemplo, grandes comerciantes, ou mesmo latifundiários, o fazem como pequenos proprietários agrícolas, percebida como sua única possibilidade de vida. Trazem consigo apenas a forma de produção da existência de seus locais originários, onde a Revolução Industrial se processava a caminho largo, seus conhecimentos e suas profissões, que permitem estabelecer alguns avanços aos processos locais, aliando-se a eles o sistema da “coivara”, método de plantio apreendido dos indígenas, implementam, naquele espaço, com base em dura luta cotidiana, uma certa prosperidade, que não vai, entretanto, além, de uma alimentação farta, não pressupondo em seu interior avanços técnico-produtivos. Em época atual, final do século XX e início do XXI, na luta pela efetivação da existência, unem-se via solidariedade para implementá-la.

A prosperidade dessa produção familiar foi relatada por uma Comissão que avaliou aquelas pequenas colônias agrícolas

foi a Comissão surpreendida pela profusão com que foi posta à mesa durante a sua visita. Pão e bolo de farinha de mandioca, de fubá de milho e de fubá de arroz. Melado, mel de abelha, manteiga, rica nata de leite para temperar erva-mate, chá e café, leite em abundância para beber. Carne de vaca, de carneiro, de porco, de galinha assada e ensopada. Legumes de toda a qualidade. Conservas. Doces, vinho, produtos de sua própria lavoura e indústria. Basta dizer que vivem em fartura. Até a roupa é feita de algodão por eles cultivado. As mulheres se ocupam nas horas vagas de fiação e tecelagem pelo antigo meio do "Spinig cokeel" e "hand-loom", tocados a pé e a mão... (relato da Comissão imperial para avaliar às colônias, apud SCHMIDT, 2000:110).

### **3.3 Organizando a produção: as primeiras formas de subsistir**

#### **a) O “porco macau”, a manteiga e a madeira**

A primeira técnica agrícola utilizada pelos colonos foi, conforme já especificado o sistema de “rotação de terras” ou “coivara”. Este sistema foi herdado dos índios que

ocupavam aquelas terras (antes de seu quase total extermínio), consistia na derrubada da floresta e no uso de queimadas. Madeiras de maior diâmetro e melhor qualidade eram utilizadas na construção de casas, galpões e em instrumentos de trabalho como cabos de enxadas, foices, machados. Restos de madeiras, como os galhos, eram aproveitados como lenha. A retirada da mata era condição necessária à sobrevivência, em seu lugar cultivava-se primeiramente o milho, às vezes consorciado com abóboras, no ano seguinte outros alimentos como a mandioca e a batata-doce para engorda de porcos e de outros animais das propriedades. Também se cultivava arroz, feijão, batata inglesa, cará, amendoim, etc. Depois se procedia à rotação de terras, deixando a área em “pousio”, para que pudesse ser novamente usada, mantendo-se produtiva. O tempo de “pousio” era variável dependendo do tamanho da propriedade e da necessidade de seu uso. Obtinha-se a produção somente com o trabalho da sementeira, capina e colheita, as próprias cinzas resultado das queimadas e o descanso das terras, garantiam a sua fertilidade. Tudo era feito manualmente, a enxada era o principal instrumento de trabalho, troncos e raízes não permitiam a aração com bois, esse processo foi utilizado somente alguns anos mais tarde. Ainda assim, essa produção não visava somente o auto-consumo, produzia-se também para obter um, ainda bem parco, excedente para ser comercializado e, assim, adquirir alguns produtos inexistentes nas propriedades como sal, tecidos, querosene, etc<sup>73</sup> (MULLER, 2001).

Evidencia-se que esses homens se estabelecem nessas áreas, a partir de suas possibilidades reais, como não possuíam capital suficiente, construíram-se da forma como lhes era possível, para manterem-se como homens vivos. Retiravam a floresta, implementavam lavouras e comerciavam pequenos excedentes. A terra, portanto, ainda fértil, aspecto objetivo da realização de seu próprio trabalho, possibilitou, nos moldes possíveis, a

---

<sup>73</sup>Esta relação dos colonos com o mercado foi desenvolvida por ABRAMOVAY (1991), que a caracterizou como uma *integração parcial a mercados incompletos*. Significa que o agricultor, dependendo das circunstâncias do mercado e de sua expectativa com relação a preços, opta entre a comercialização de seus produtos ou o consumo direto da família ou animais. O grau de integração ao mercado não é previamente estabelecido, sendo, por isso, parcial. Esta parcialidade também é dada em função de que nem todos os meios de produção são adquiridos de fora e sim obtidos no interior da propriedade. Isto não significa afirmar, por outro lado, que o agricultor tivesse muitas possibilidades de escolher o momento mais adequado para a venda do seu produto. Predominavam relações comerciais baseadas em vínculos pessoais, na falta de competitividade e na arbitrariedade exercida pelos poucos comerciantes sobre o preço dos produtos que o colono comercializava.

PAULILO (1990) busca traçar uma reconstituição das antigas redes de comercialização na região extremo-sul do Estado e demonstra que a relação com o comerciante ultrapassava os limites de uma relação mercantil, de compra e venda. A autora indica que geralmente esse ato entre ambos consistia numa “troca” onde, o colono entregava o excedente de sua produção e o comerciante fornecia outros bens necessários à subsistência do agricultor. O agricultor dependia do comerciante uma vez que recorria ao fornecimento dos produtos da venda com uma frequência maior do que sua capacidade em adquiri-los, uma vez eram poucas as colheitas anuais, ou a venda de porcos. Por outro lado, ao comerciante interessava manter essa dependência visando negócios futuros. Entretanto, muitas vezes, o comerciante recorria ao colono, em imprevistos de doenças, por exemplo. Assim, o comerciante era visto pelo agricultor como uma pessoa de sua confiança. O que não significa dizer que fosse estabelecida em igualdade de condições, complementa Muller (2001).

construção de sua existência, embora precarizada. Denunciando, o ainda baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas ali vigentes.

Esse sistema de policultura-pecuária, posto como próprio dessa pequena produção agrícola<sup>74</sup>, aparece como a principal estratégia para a reprodução das famílias na região (CABRAL, 2004, p.13).

O porco macau, raça de suíno rústico ou crioulo, de pelagem escura, e destinado à produção principalmente de banha, era o principal produto que possibilitava a extração de excedentes comercializáveis, maior fonte de renda desses pequenos proprietários rurais. Uma parcela da carne e da banha reservava-se para o consumo de subsistência e o restante destinava-se à venda. A organização da produção nas propriedades girava em torno da criação e engorda desses porcos, seu sistema caracterizava-se pelos animais permanecerem soltos a maior parte do tempo. Na fase de engorda eram conduzidos aos chiqueiros onde permaneciam até o abate. Sua alimentação básica consistia em uma espécie de cozido de batata doce, mandioca, milho e abóbora. Esses porcos eram considerados “ouro branco”, tamanha sua valorização à época (MULLER, 2001, p.65-8; CABRAL, 2004, p.80-1).

A lógica, portanto, da organização dessa pequena produção familiar, com restritos meios de produção, dá-se a partir da concentração da produção do porco macau, que lhe permite reproduzir-se para além da simples subsistência. Se o agricultor não produzir, nesse momento, o porco macau, retirar dele a banha, a carne, a pele, etc., ele não subsistirá como pequeno produtor agrícola, tem ele, portanto, de entrar na dinâmica capitalista para se fazer, embora acredite que não seja isso que ocorra em sua vida, ilude-se, crendo que se reproduz como camponês. O que se impõe é a forma de ser do capital e que dita a forma de organização produtiva possível aquela época, naquele espaço local. Eis o tempo do capital afirmando-se nesses homens.

A pequena produção agrícola em Santa Rosa Lima já nasce plasmada pelo capital em degeneração, sua lógica organizativa interna e sua forma de expressar-se atestam a materialidade do capital. O porco macau, a exemplo, só é produzido em tal quantidade, por tratar-se de “ouro branco”. Busca-se com a sua produção, uma quantidade de dinheiro superior a empregada em sua produção (D’).

A grande dificuldade enfrentada, nesse tempo, era a comercialização dos excedentes. Em Santa Rosa de Lima e localidades vizinhas não existiam estabelecimentos comerciais que

---

<sup>74</sup> Segundo Woortmann (1990) e Lamarche (1993) a lógica da organização agrícola e as estratégias adotadas pela grande maioria das famílias, baseada em sistemas de produção diversificados, isto é a “campesinidade” e a presença de um patrimônio sociocultural eram elementos organizadores e ordenadores de um modo de vida específico, que a partir dos anos de 1960 começa a entrar em crise.

pudessem comercializá-los. No início da década de 1920 havia apenas uma simples “bodega” que fornecia alguns gêneros de primeira necessidade, assim fazia-se necessário percorrer grandes distâncias na busca desses canais, fato complicado em vista da precariedade tanto das estradas como dos meios de transporte, o cavalo ou o carro de boi eram os únicos meios disponíveis para o deslocamento entre a propriedade e a praça<sup>75</sup>, para o transporte para além da praça, não havia estradas e sim “picadas”, caminhos abertos no meio da mata, que não permitiam a passagem de carros de boi, por isso o burro com cestos no dorso constituiu-se no meio de transporte por excelência. O centro comercial da época era o município de Laguna (MULLER, 2001, p.65-6).

Faz-se sentir, já no início dessa construção as dificuldades encontradas para a comercialização dos excedentes, em vista de sua diminuta escala produtiva, não atraente para o capital, em decorrência de acentuados custos de transportes, conjugados à falta de estradas bem pavimentadas.

Por volta de 1918 ampliam-se esses caminhos possibilitando a passagem de carros de boi. Somente cerca de uma década depois a estrada que fornece ligação entre Santa Rosa de Lima e Anitápolis foi alargada melhorando suas condições.

Os produtos passaram a seguir para os municípios de Palhoça e Florianópolis em carretas puxadas por cinco ou seis cavalos ou mulas. A viagem de retorno permitia trazer os produtos não disponíveis nas pequenas propriedades, trigo, sal, ferragens, etc.

Na década de 1940 instalou-se no município de Rio Fortuna um pequeno abatedouro de suínos, assim a comercialização desses animais passa a ser feita sem a necessidade do abate. A abertura de uma estrada vinculando os municípios de Tubarão e Florianópolis permitiu o tráfego de caminhões que intensificam o comércio de porcos vivos. A partir daí uma pequena rede de comercialização também foi estabelecendo-se e outros produtos passam a ser vendidos, como manteiga, coalhada e ovos, sem alterar-se a base técnica produtiva.

Outra atividade que passou a sofrer exploração comercial, nesse período, foi a madeira, com a instalação de serrarias, contribuindo para que comunidades se formassem e assim obtivessem alguma renda. As serrarias “pica-pau”, movidas por rodas d’águas, instalaram-se ali, em torno dos anos de 1950 (MULLER, 2001, p.67; CABRAL, 2004, p.80; LUZZI, 2001:33).

Nas terras mais férteis e planas a mata foi derrubada e com a redução da produção de suíno, contribuindo para que muitas comunidades se formassem e tivessem uma renda. "Aí

---

<sup>75</sup>A “praça” era considerada o centro do lugarejo, onde havia um núcleo populacional um pouco mais denso, servindo de sede administrativa e onde era centralizado o comércio, a vida religiosa e recreativa.



veio a época da venda de madeira para as madeireiras que instalaram serraria para todo lado" (Agricultor e Coordenador da Acolhida na Colônia, apud LUZZI, 2001, p.33). Com o tempo, a madeira foi acabando e muitas pessoas sem perspectiva, "foram embora".

Nesse período, o desmatamento na região intensifica-se. Anteriormente, derrubar a mata nativa tinha como significado a fixação de lavouras e famílias, pequenas proprietárias rurais, era condição para sua existência. Agora, o desmatamento tem outro objetivo, a prática constitui-se, também, em uma atividade comercial, a madeira passa a ser mercadoria, trazendo boas vantagens econômicas.

Assim, a pequena propriedade com seus poucos meios de produção, subsumida à lógica capitalista, tece sua história, quase heróica, determinada a manter-se em vida. Muller (2001); Cabral (2004) e Schmidt (2000) verificam que apesar de as inúmeras dificuldades enfrentadas para a fixação dessa pequena produção agrícola, baseada na pequena propriedade rural, garantiu a subsistência e a reprodução social de seus membros. Além disso, a criação do porco macau possibilitou, ainda, um pequeno ciclo de acumulação de excedentes econômicos.

Entretanto, esse ciclo entra em crise a partir dos anos de 1960 e passa a ser marcado por instabilidade e estagnação. O mercado e o preço do porco macau diminuem, acompanhados pelo esgotamento dos solos e pela introdução do chamado porco branco<sup>76</sup>, tipo carne, através, principalmente, do início de processos de integração agroindustrial dos suínos. Nessa década também se acentuam os processos migratórios entre o rural-rural e em direção ao Alto Vale do Itajaí, e posteriormente para o sul e oeste do Paraná e também entre o rural-urbano (MULLER, 2001; CABRAL, 2004; SCHMIDT, 2000).

Essa crise é vista pelo fato de que a partir da década de 1960 o Brasil intensificou o processo de *modernização agrícola*<sup>77</sup>. A soja foi uma das principais culturas a receber incentivos estatais, bem como a produção de seus derivados ( farelo, óleo vegetal, margarina)

<sup>76</sup> Muller (2001, p.74-5) acresce que "a substituição do porco "macau" pelo "branco" não representava, para estes agricultores, simplesmente uma mudança no aspecto técnico-genético, ou seja, de troca de uma "raça" por outra ou mesmo a necessidade de investir, em termos econômicos, na construção de novas instalações para abrigar os animais. Tratava-se também de profundas mudanças em sua forma "tradicional" de conduzir o sistema de criação dos porcos, em torno do qual estava organizada toda a unidade de produção familiar. O porco "branco", como era destinado essencialmente à produção de carne, trouxe consigo a necessidade de se alterar a dieta alimentar básica, ou seja, de substituir o trato "úmido", a lavagem - produzida no interior das propriedades -, pelo trato "seco", milho e ração, esta última trazida de "fora". (...) O costume de criar os animais soltos não mais era possível, dando lugar às instalações fechadas (...) [e obrigando a] reorganização das lavouras, uma vez que a mandioca, a batata-doce e a abóbora não mais eram considerados a base da dieta dos animais". Assim, prossegue Muller (idem), "a integração agroindustrial não foi um elemento direto na promoção da "modernização" agrícola de Santa Rosa de Lima, já que a grande maioria dos agricultores não optou por esta atividade. No entanto, pode ser considerada o principal fator desencadeador da crise que obrigou os agricultores a buscar outras alternativas econômicas e, desta forma, levando ao processo de transição desta agricultura tradicional em direção a sua "modernização", principalmente através da cultura do fumo".

<sup>77</sup> Conferir: SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

através das indústrias de processamento<sup>78</sup> (MULLER, 2001:71-72). Essa revolução agrícola desencadeada no país inteiro expõe o limite do grau de desenvolvimento da pequena produção agrícola em Santa Rosa de Lima e dificulta e precariza ainda mais a produção da existência desses homens. As terras esgotam, o seu principal produto, o porco macau é destruído pela introdução de novas matrizes, a banha torna-se uma desnecessidade, em decorrência da produção de óleo vegetal e da margarina. A pequena agricultura familiar então se vê sem alternativas, qual o caminho?

Assim, a *modernização agrícola* que ocorreu em todo o país, em Santa Rosa de Lima é sentida como a crise do porco macau, e foi explicada por fatores externos, como a entrada no mercado do óleo vegetal, que passou a substituir a banha na alimentação e o uso da margarina que passou a ocupar o lugar da manteiga (Muller, 2001; Cabral, 2004)

Paulatinamente, esta conjuntura desfavorável à agricultura tradicional acabou promovendo a desestruturação de sua base sócio-técnica e também ecológica, o que levou muitos agricultores familiares a buscarem outras estratégias produtivas e econômicas visando garantir sua sobrevivência e reprodução social (CABRAL, 2004:82).

Assim, forma-se também paulatinamente a cidade de Santa Rosa de Lima. Quando era ainda núcleo colonial, apesar do reduzido número de habitantes e da pequena produção, em 1957 foi elevado à condição de distrito do município de Braço do Norte, e no ano seguinte, passou a ser distrito do município de Rio Fortuna. O ano de 1962 marca a data de emancipação do distrito de Santa Rosa de Lima, sendo considerado o município com a menor sede do Brasil, com 49 habitantes residindo na zona urbana (SCHMIDT, 2000; DALL'ALBA, 1973). Foi somente no ano de 1968 que a zona urbana do município passou a contar com energia elétrica a qual, progressivamente, foi sendo estendida às comunidades rurais. Segundo relatório de 1998 da CELESC (Companhia Estadual de Energia Elétrica de Santa Catarina), Santa Rosa de Lima era um dos municípios que contava com a energia mais cara e precária do Estado (SCHMIDT, 2000).

Embora a crise, na forma de produção e reprodução da pequena propriedade rural, que tomou a forma de crise do porco macau, tenha iniciado por volta da década de 1960 a sua completa desestruturação somente deu-se por volta dos anos de 1980, quando o cultivo de

---

<sup>78</sup> Conferir em HASSE (1996), o cultivo da soja era praticado de longa data por pequenos agricultores, geralmente em consórcio com o milho e destinada à alimentação dos porcos.

fumo passou a ocupar o centro da reprodução dessas famílias<sup>79</sup> (MULLER, 2001; CABRAL, 2004; SCHMIDT, 2000).

Assim, em Santa Rosa de Lima, a *modernização agrícola* e a crise do porco macau, fizeram com que os homens trabalhadores rurais, buscassem outra forma de efetivação da vida. A possibilidade que se lhes apresenta vem sob a forma de integração produtiva com fumecultoras, como a Companhia de fumo Souza Cruz, para uma nova luta desses homens produtores diretos.

## **b) O fumo**

No estado de Santa Catarina, a partir da década de 1960, para um maior desenvolvimento agrícola, para a *modernização*, começam a aparecer agroindústrias, políticas agrícolas como facilidades e incentivos para o acesso ao crédito rural e insumos subsidiados. Essas políticas viabilizaram o desenvolvimento de uma agricultura aliada à implantação de complexos agroindustriais, em áreas como as da avicultura, da suinocultura, da soja, da maçã, do fumo e da madeira. “Estes complexos captaram o maior volume do crédito rural destinado ao estado e são eles que levam aos agricultores, através da extensão rural, à alta tecnologia e uma promessa de maior lucro na atividade agrícola”. (LUZZI, 2001, p.35-36).

Santos (1999a) acresce que a concessão de crédito rural relacionado a posse da terra foi a principal política para modernizar a agricultura no país. Essas políticas conduziram: a) ao aumento da produtividade agrícola; b) ao maior assalariamento da mão-de-obra rural; c) à associação entre a concentração fundiária e a modernização; d) ao aumento da desigualdade na distribuição da renda; e) ao êxodo rural<sup>80</sup>.

Em Santa Catarina esse modelo contribuiu para o emprego de um grande número de trabalhadores na produção de matérias-primas e alimentos, colocando o estado, durante décadas, como o quinto maior produtor de alimentos do Brasil. Entretanto, isso não ocorreu de forma harmoniosa e progressiva. A partir de 1980, e mais acentuadamente em 1990, esse modelo agrícola também entra em crise, trazendo consigo, além de problemas econômicos e sociais, graves problemas ambientais, em vista da utilização indiscriminada de agrotóxicos e do manejo inadequado dos dejetos animais (BET; MOLINARI; BUOGO, 2000; MULLER,

<sup>79</sup> Woortmann (1995) mostra em seus estudos que a trajetória dos colonos do sul do Brasil foi sempre marcada pela busca de manutenção de sua condição “camponesa”.

<sup>80</sup> Em Santa Catarina, no ano de 1976, a produção ligada às agroindústrias de soja, tabaco, cana-de-açúcar e trigo, que representavam apenas 12% do valor total da produção estadual, foram beneficiados com 32% do montante de crédito destinado ao setor agrícola. Enquanto que, no mesmo ano, produtos como o milho, mandioca e feijão que representavam 28% da produção estadual, receberam 18% desse crédito (BANCO DO BRASIL e CEPA, apud PAULILO, 1990, p. 61).

2001).

A política de modernização implementada pelas agroindústrias, em Santa Rosa de Lima apareceu aos colonos como a alternativa à crise do porco macau. Paulilo (1990) explica que a integração agroindustrial do fumo foi introduzida na região sul do estado ainda na década de 1950, através da empresa Souza Cruz. Em Santa Rosa de Lima as primeiras estufas de fumo aparecem no início de 1960 e sua expansão ocorreu na década de 1970, seu auge dá-se por volta de 1980. Já havia em Santa Rosa de Lima uma produção artesanal de fumo, conhecida como “fumo de corda”, o cultivo de “fumo de estufa”<sup>81</sup> dá-se com o processo de integração à Souza Cruz. Essa forma de cultivo, “fumo em estufa”, Cabral (2004) e Muller (2001) explicam que foi introduzida em forma de “pacote”, ou seja, a empresa fornecia o crédito, as sementes, todos os insumos necessários à produção e também a assistência técnica através de instrutores ou orientadores. Esse processo foi caracterizado como uma “modernização parcial”<sup>82</sup>, explicam os autores.

A “agricultura tradicional” precisava modernizar-se para prosseguir subsistindo e existindo como agente social importante em uma sociedade capitalista, embora mantendo seu caráter familiar da organização da propriedade e da execução do trabalho.

À medida que a forma de produção, através do porco macau, evidencia seus limites aliados a quantidade de terra insuficiente à falta de recursos para aquisição de novos terrenos, uma vez que não há mais como explorar outras terras, isto é, transferir-se para outro lugar, abrir novas florestas, deixar o anterior em “pousio” para a sua recuperação, alternativas não mais possíveis de serem implementadas, uma vez que não havia mais terra “livre”, a própria repartição dos lotes entre os filhos acabou por limitar ainda mais essa forma de produção, diminuindo ainda mais rapidamente o tempo para o “pousio” das terras. Conjuga-se a isso o avanço das forças produtivas na agricultura, novas tecnologias, novas formas de produzir que se impõem sob o impulso e a dinâmica do capital, principalmente para recuperar o esgotamento das terras e aumentar a produtividade do trabalho agrícola para extração de maior quantidade de trabalho excedente.

Assim, em Santa Rosa de Lima, a integração à Souza Cruz aparece como a alternativa para a existência desses agricultores e a garantia para a sua manutenção enquanto tais, em

<sup>81</sup> É Muller (2001, p.80) quem define a diferença entre os dois sistemas de cultivo do fumo. “Além do tipo de fumo, a diferença básica entre os dois sistemas é em relação ao processo de secagem das folhas, uma vez que o “de galpão” é secado ao natural, sem o auxílio do calor do fogo, dispensando, portanto, a construção da estufa. No entanto, como o “fumo de estufa” foi o mais utilizado entre os fumicultores, a análise da atividade será feita com referência a este sistema.

<sup>82</sup> A idéia de que são camponeses os produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incompletos vem de Ellis, F. (1988) *Peasant Economics – Farm Households and Agrarian Development*. Cambridge University Press, Cambridge. E. Friedmann, H. (1978) “Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains”, *The Journal of Peasant Studies*, vol. 6, n° 1:71-100. Para maior compreensão vide esses autores.

suas pequenas propriedades rurais. Muito embora, nesse período, acentue-se o número, principalmente de jovens, que abandonam o meio rural e buscam no urbano outro caminho. A Souza Cruz aparece como a “fada madrinha” que, com sua “varinha mágica”, solucionava todos os problemas vividos por esses agricultores à época: a falta de alternativas econômicas à crise do porco macau; as dificuldades no escoamento da produção, a baixa remuneração obtida com a venda dos produtos, aparecem como os principais fatores dessa crise. (MULLER (2001). Ou seja, a Souza Cruz, possibilitava, a princípio, um retorno que parecia ser compensador, fornecia crédito, sementes, insumos e assistência técnica, e ainda, garantia a compra de toda a produção, isto tudo sem que o agricultor precisasse se preocupar em sair de sua propriedade. A empresa levava todos esses itens necessários ao cultivo à propriedade do produtor, sua única preocupação, era portanto, seguir as regras da Souza Cruz. Aliado a isso, havia também o recebimento do dinheiro de uma só vez. (MULLER, 2001). Esse volume de dinheiro possibilitava a aquisição de bens para a melhoria das propriedades, alguns construíram casas novas, outros compraram novilhas e cavalos. Portanto, o fumo possibilitava, não apenas a sobrevivência das famílias, mas o acesso a uma melhor qualidade de vida. Assim, o fumo passa a ser agora a nova forma possível, de produção da existência desses homens produtores diretos.

As propriedades rurais passam a ser reorganizadas em torno da lógica da produção de fumo. As melhores áreas das propriedades, as áreas planas, passam agora a receber o fumo, em vista de ser a principal fonte de renda dos agricultores, tal qual o foi o porco macau. Entretanto, a nova forma de produção trouxe mudanças significativas na base técnico-produtiva, alterando a organização e a dinâmica da produção familiar, antes a forma de cultivo fazia-se através do sistema de “coivara”, a base do “fogo e da enxada”, agora esse processo sofre modificações que vão desde a forma de cultivar a terra a sua fertilização, e a própria organização familiar. A alteração central deu-se em relação ao trabalho, uma vez que o fumo é uma das culturas que mais o demandam. Como a implementação de assalariamento não era uma prática comum entre esses produtores diretos e por entenderem que o seu uso poderia inviabilizar a atividade, preferindo, em caso de necessidades, trocar dias de trabalho entre os vizinhos<sup>83</sup>. Dessa forma, o cultivo de fumo passou a exigir uma maior proporção de trabalho de todos os membros da família, principalmente no momento da colheita, requisitando, inclusive, o trabalho de crianças e idosos (MULLER, 2001; LUZZI, 2001).

---

<sup>83</sup> Segundo Woortmann (1990), esta reciprocidade, faz parte da realização do “princípio moral do trabalho”, baseada em uma “ética camponesa”.

O fumo passou a ser a principal atividade produtiva de um grande número de pequenos proprietários rurais em Santa Rosa de Lima, apesar do trabalho exaustivo, das implicações à saúde em vista do alto teor de inseticidas e pesticidas, antes nunca usados, e ainda, do fato de esta cultura não servir ao consumo *in natura*, nem humano, nem animal. Em sua pesquisa, referente a essa atividade em Santa Rosa de Lima, Muller (2001, p. 85), conta nas palavras dos agricultores que o fumo não era uma atividade que “se fazia com gosto”.

A partir dos anos 60, a região, que até então dedicava-se à suinocultura, sofreu um processo de transição com a modernização parcial de sua agricultura. As pequenas áreas com culturas de subsistência deram lugar à cultura de fumo que abastecia a multinacional Souza Cruz. Por muitos anos, ela foi a compradora do fumo dos agricultores, que também recebiam insumos e assistência técnica. Esta assistência exigia a utilização de doses maciças de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos no sistema de plantio. Até o final dos anos 80, o fumo foi a principal fonte de renda de grande parte das famílias das Encostas da Serra Geral (AGRECO, 2002/2003, p.22).

Ou seja, produzia-se fumo para a reprodução de si mesmo e de sua família como seres viventes mantendo sua condição de produtores agrícolas, homens produtores diretos. As possibilidades aqui consistiam em integrar-se à agroindústria, ou permanecer nas condições anteriores. Ambas as opções resultavam em desprender de si mesmos uma maior quantidade de trabalho.

Cabral (2004, p. 83) acresce que, embora num primeiro momento, a modernização da base técnico-produtiva tenha restringido-se ao fumo, acabou por abranger outras culturas. Com o cultivo do fumo constitui-se outro “pacote”: a produção de milho híbrido, primeiro em lavouras demonstrativas, foi o exemplo mais emblemático desse processo, substituindo o milho comum, efetuado pelos próprios instrutores das fumageiras e por extensionistas oficiais. Inicia-se, então, a rotação fumo-milho, com o uso de herbicidas eliminando o uso da enxada, e reduzindo, assim, a penosidade do trabalho<sup>84</sup> e, ao mesmo tempo, elevando a produtividade do trabalho. Em vista disso, o processo de revolver a terra com o arado (ao invés de se esperar o mato crescer e depois “atear fogo”) usado pelos fumecultores, e o uso de adubação química, acabou sendo adotado também por agricultores que não se integraram. Processo este demonstrado por Muller (2001, p. 91-2), através das falas dos agricultores,

Na terra lavrada dá mais (...) Porque a planta está mais fértil e precisa menos terra assim, planta mais milho em menos terra (Agricultor tradicional, 65 anos).

<sup>84</sup> A redução dessa penosidade do trabalho aqui posta refere-se à produção de milho, que após a retirada do fumo, o trabalho de arar a terra é suficiente, sem necessidade de capinas, uso da enxada, é que para o cultivo de fumo usa-se uma elevada quantidade de veneno que permanece na terra após a sua retirada, evitando, assim, que “insos” cresçam e que insetos se reproduzam, plantar o milho nessas condições diminui a quantidade de trabalho requerida para sua produção.

Depois disso, entrou mais a técnica, veio o arado, veio o adubo, então você já fazia aí numa área mais pequena, mais lavoura do que naquela época... (Ex-fumicultor, 51 anos).

Parou mais de queimar porque eu acho que é assim, onde é lavrado o serviço é mais leve (Ex-fumicultor, 65 anos).

De fato é bem mais fácil, né, prá trabalhar. Porque roçar todo ano capoeira, né? E queimar e carpir abaixo de enxada, não, não brinca! (...) Quem plantava fumo já lavrava com boi, mas quem plantava, assim, aquela lavoura não, não lavrava nada! (...) Aí também com a terra lavrada aí não precisava mais fazer aquelas roçadas grandes... (Ex-fumicultor, 48 anos).

O uso intensivo de inseticidas e pesticidas, nessa nova forma de produção agrícola, debilita fisicamente os homens, expostos a esses venenos.

e a situação dos trabalhadores rurais que já começam a fenecer, apesar do ar livre (...). O capital tem tão “boas razões” para negar os sofrimentos da geração de trabalhadores que o circundam, não se deixa influenciar, em sua ação prática, pela perspectiva de degenerescência futura da humanidade e do irresistível despovoamento final (MARX, L1, V. I, 1994:305-06).

Desta forma, o espaço na pequena propriedade rural, em Santa Rosa de Lima, modifica-se, transforma-se aos moldes das novas forças produtivas advindas da *modernização agrícola*. O agricultor tem de fazê-lo para manter-se. Primeiro com o cultivo de fumo, seguido pelo plantio em lavouras demonstrativas em “terras lavradas” do milho híbrido que passou a ser produzido “dentro da técnica”, com o uso de sistemas de correção de solos, de adubação química e de inseticidas. A partir dos resultados obtidos, os agrônomos orientavam os agricultores sobre as técnicas e insumos a serem utilizados com a semente do milho híbrido. Difundindo-se, assim, a “nova forma de produzir”, extraindo-se mais trabalho de menor número de trabalhadores. Em torno dos anos de 1980, também por intermédio das fumageiras, para revolvimento dos solos e mesmo como meio de transporte, alguns agricultores adquirem o “tobata”, um microtrator (CABRAL, 2004; MULLER, 2001, p.92-3).

Marx (1994:437, L1, vol. I,) explica como as modificações em um setor produtivo propaga-se aos demais, e como alteram o processo produtivo social.

A revolução no modo de produção de um ramo industrial acaba se propagando a outros. É o que se verifica principalmente nos ramos industriais que constituem fases de um processo global, embora estejam isolados entre si pela divisão social do trabalho, de modo que cada um produz uma mercadoria independente. Assim, a mecanização da fiação torna necessária a mecanização da tecelagem e ambas ocasionam a revolução química e mecânica no branqueamento, no estampagem e na tinturaria. A revolução na fiação do algodão provocou a invenção da descaroçadora de algodão, com que se tornava possível a produção de algodão na enorme escala exigida. A revolução no modo de produção da indústria e da agricultura tornou sobretudo necessária uma revolução nas condições gerais do processo social de produção, isto é, nos meios de comunicação e de transporte.

Outro aspecto desse processo, levantado por Muller (2001, p.92), é que o produtor ao incorporar a produção de milho híbrido tem de necessariamente adquirir, no mercado, a semente e os outros insumos para o seu plantio. Antes obtinha-se a semente na própria propriedade, selecionando as melhores espigas do milho comum reservadas para o plantio. Esse processo cria uma dependência econômica e tecnológica dos produtores à agroindústria, além da perda dos conhecimentos e práticas tradicionais da arte de coleta das sementes de próprio cultivo<sup>85</sup>. Isto é, como o processo social, universal de produção vai impondo-se singularmente em todos os espaços, destruindo e/ou moldando, transformando a produção individual em social. Processo no qual o homem produtor direto, ser social, materializa-se em força produtiva.

Nesse processo, altera-se também a relação com o comerciante. Paulilo (1990), buscando esclarecer essa relação, expõe que a integração com a agroindústria, muito mais do que o estabelecimento de uma “nova relação” promoveu um rearranjo das antigas formas de comercialização redefinidas agora pela agroindústria, rompendo com o poder do comerciante local de estabelecer o preço. O comerciante também inova o seu caráter, adquire nexos maiores, vincula-se ao grande capital, modifica-se a si e o espaço local.

Hoje, embora o fumo continue sendo cultivado por alguns agricultores, perdeu o seu peso como sendo a principal fonte de renda das famílias e o principal produto dessas pequenas propriedades. A partir do início dos anos 1990, a produção de fumo entra em declínio. Paulilo (1990) explica que esta crise estaria inserida no bojo das restrições gerais ao crédito agrícola que o país estaria sofrendo, com seus reflexos no setor fumageiro. Menasche (1996) explica que desde de 1997 o caráter subsidiário do crédito agrícola começou a ser questionado. E a partir de 1983 inicia-se um processo de redução dos subsídios à agricultura. Assim,

a mesma planta [o fumo] que serviu de esteio econômico das comunidades que compõem as Encostas da Serra Geral, logo se transformou no almoz que retalhou a extensão de muitas propriedades, reduzidas para honrar as dívidas contraídas com as lavouras. Como os preços oferecidos pela única compradora eram drasticamente achatados, bons lotes de terra logo se tornaram insuficientes para manter a produção e as famílias. Mas o pior efeito dessa produção integrada foi a dependência total dos agricultores, ou seja, uma integração subordinada. Além disso, a produção de carvão vegetal apareceu como forte opção de fonte de renda, provocando sérios problemas ambientais à região (AGRECO, 2002/2003, p.31).

---

<sup>85</sup> Cabral (2004) coloca que embora esses agricultores promoveram um rearranjo das suas estratégias de produção, isso não eliminou muitos de seus traços tradicionais, da “campeginidade”, em vista desse aspecto a modernização foi, portanto, “parcial”. Como indicadores desse processo, Cabral (2004) fala da permanência de muitas qualidades de milho comum em um grande número de propriedade, inclusive naquelas que cultivam o milho híbrido; a preocupação com a diversidade de culturas e com o autoconsumo; a manutenção de certos laços de solidariedade e de ajuda mútua; o uso de adubação orgânica; o baixo índice de motomecanização (microtrator).



A partir do final dos anos de 1980, especificamente em 1986, implementa-se no Brasil o “Plano Cruzado”, e começam, então, a ser lançados uma sucessão de outros planos econômicos na tentativa de conter a alta inflação vigente no país, seguidos de novas políticas agrícolas, instabilidade econômica que se instaurou e refletiu-se no dia-a-dia dos agricultores. Ocorreram aumentos nas taxas de juros dos financiamentos bancários, aumentos, também nos custos de produção, nos insumos, não acompanhados por uma elevação dos preços dos produtos agrícolas. Além disso, as fumageiras passaram a adotar novos critérios para a classificação dos fumos, isto é, passaram a enquadrar o fumo em classes de qualidade inferior, não permitindo aos produtores obter melhores rendimentos, ocasionando uma perda gradativa do poder aquisitivo dos agricultores e sua crescente descapitalização (MULLER, 2001; LUZZI, 2001; CABRAL, 2004).

Nos anos 90 o sistema começa a expressar sinais de estagnação e crise em decorrência de mudanças no contexto econômico e político do país, especialmente em termos de crédito agrícola. Já no início da década de 80, a perda gradual do caráter subsidiário e as mudanças nas regras dos contratos entre os agricultores e os bancos (cobrança de juros e correção monetária sobre os empréstimos, redução do prazo de pagamento das estufas, etc.) inseriam-se, (...) no bojo das restrições gerais e crescentes ao crédito rural (CABRAL, 2004:82- 83).

Dessa forma, os fumageiros vêem-se desestimulados a continuar integrados levando-os a desistir do plantio de fumo e da conseqüente estagnação dessa atividade na região. Inicia-se, assim, uma nova crise na vida desses pequenos produtores rurais, que novamente vêem-se lançados à busca de outras formas de produção que garantam sua reprodução social e sua manutenção enquanto tais. Inicia-se, assim, também a produção de carvão em muitas propriedades.

### **c) Carvão**

A busca de um novo caminho aparece, nesse primeiro momento, no interior da própria propriedade, sob a forma de carvão vegetal. A produção de carvão vegetal aparece, com maior intensidade, em Santa Rosa de Lima em meados da década de 1980, conforme apontam a pesquisas de MULLER (2001) e CABRAL (2004), embora presente, intensifica-se no ano de 1985, com a instalação da empresa Carvoeira Cecrisa no município de Criciúma, ao Sul do Estado de Santa Catarina, que além de explorar diretamente áreas vegetadas, adquiria, também, a produção de carvão dos agricultores. Esse processo intensifica a depredação das matas originárias, já acentuada em decorrência do uso de lenha para a secagem do fumo. A

empresa Cecrisa, em vista da atuação da fiscalização ambiental, deixa de atuar no ano de 1987, embora a atividade de produção de carvão vegetal ainda exista em algumas propriedades, as mais precarizadas economicamente, tem diminuído gradativamente. Essa produção embora expressiva se tomada no conjunto dos municípios vizinhos à Santa Rosa de Lima, conforme percebido pelo Secretário Geral da Agreco, Lucas Schmidt tem diminuído gradativamente. Faz-se aparecer, nesse processo, alguns sistemas de reflorestamento com madeiras exóticas, como o pinus e o eucalipto, como fontes alternativas de renda.

#### **d) Leite**

Outra atividade produtiva, advinda também a partir da reorganização espacial das pequenas propriedades, adquire a forma de leite, que recebe um maior incremento com a crise do fumo, inicialmente transformado em queijo, depois vendido *in natura* para um pequeno laticínio que havia se instalado no município. Muller (2001, p. 123) explica que a “atividade leiteira foi a opção econômica que primeiramente os agricultores encontraram em substituição à cultura do fumo. Inicialmente, o produto ainda era transformado em queijo e vendido aos atravessadores”.

### **3.4 Nova forma: a união para a produção da existência**

A cada crise acentuava-se o abandono do meio rural, contribuindo para a intensificação da emigração rural-urbano, principalmente, em direção aos municípios da Grande Florianópolis e do sul do estado. (SCHMIDT el ali, 2003 e LUZZI, 2001, p.36-7).

Marx (L.1, vol.II 1985, p.745) esclarece como a produção agrícola no modo de produção capitalista, está subsumida à dinâmica do capital e torna os homens produtores diretos desnecessários.

Quando a produção capitalista se apodera da agricultura ou nela vai penetrando, diminui, à medida que se acumula o capital que nela funciona, a procura absoluta da população trabalhadora rural. Dá-se uma repulsão de trabalhadores que não é contrabalançada por maior atração, como ocorre na indústria não-agrícola. Por isso, parte da população rural encontra-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano ou da manufatura e na espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência (MARX, I.1, vol. II 1985:745).

Essas atividades produtivas, embora fossem garantindo a reprodução dos homens produtores diretos que ali permaneceram, para além da subsistência, entretanto encontravam-

se muitas dificuldades à medida que o processo de socialização do capital se impunha. É nesse contexto que a idéia de criação da Agreco toma forma.

O produtor ficou muito desanimado com estes problemas que teve (...) e a gente não sabe o que gera realmente isso. Será que são as empresas que querem que baixe o preço de custo ou o preço do fumo? Ela incentiva a produção, mas quando tem muito fumo ela baixa a classificação. Deste modo, ela sempre tem o controle, a máquina na mão. Quando tem excesso de fumo ela paga mal e o preço cai; quando tem pouco fumo ela volta a incentivar a produção para poder ter sempre um preço médio (Técnico Local, apud LUZZI, 2001:36-37).

Antes nós queimava carvão, então o carvão começou a ficar mais ruim porque muita gente começou com o carvão, foi quando passei para o fumo [produziu durante 10 anos]. Só que o fumo, no começo ele dava dinheiro porque a classificação era boa e o preço ajudava, foi piorando a cada ano. Sua classificação estava cada vez mais ruim e no final a Agreco já estava dando bem mais do que o fumo. Então resolvemos ir para o lado da verdura (...) (Agricultor da Agreco, apud, LUZZI, 2001:36-37).

Em meio a crise e as dificuldades para a sua reprodução, os pequenos produtores rurais passam a buscar outras alternativas. Os que migraram para o espaço urbano que trilharam outros caminhos vêm com novas idéias, outras alternativas para a reprodução e manutenção dessas pequenas propriedades rurais que ao mesmo tempo “superassem o uso de agrotóxicos e valorizassem o pequeno produtor rural” (MULLER, 2001, p.92). Toma corpo e forma-se, assim, no ano de 1996, um processo de “ecologização da agricultura”, funda-se a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, a Agreco.

Ressaltamos que a partir da década de 1970<sup>86</sup>, o meio ambiente emerge como uma questão na realidade brasileira, principalmente na agricultura, vem ancorada na chamada *revolução verde*<sup>87</sup>. Após a *modernização conservadora* agrícola passam a ocorrer manifestações de contestação àquele padrão de desenvolvimento. Inicia-se assim, explica Brandenburg (2005), os movimentos ecológicos em favor de uma “agricultura alternativa” à convencional.

As políticas governamentais implementadas no período da *modernização agrícola* acenavam com a perspectiva de progresso social e econômico para todos os produtores agrícolas, coloca Bandenburg (2005, p. 52), acrescentando que este fato resultou em um intenso processo de exclusão da pequena produção agrícola, levando esse “pequeno agricultor em processo de exclusão” e “trabalhadores já excluídos vinculados às associações, organizações

<sup>86</sup> Pádúa (1987) coloca que anterior à década de 1970 não há manifestações de cunho ecológico que questionem o padrão ecológico de desenvolvimento industrial no Brasil. Maiores questões ver PÁDUA, J. A. Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J.A. (org.) *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.

<sup>87</sup> “Revolução Verde”: refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas) insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos) mecanização e diminuição do custo do manejo.

sindicais combativas e pastorais religiosas” a “questionar tanto as políticas agrícolas como as técnicas por elas implementadas”, surgindo assim um “movimento de construção de uma agricultura tida como “alternativa” ao modelo hegemônico e que irá resgatar políticas tradicionais de produção, condenadas pelo modelo vigente”.

É com a realização da ECO-92<sup>88</sup> no Rio de Janeiro que a questão ambiental na agricultura recebe novos contornos. A ECO-92, explica Brandenburb (2005, p. 54), representa não apenas um fórum organizado sob a liderança das Nações Unidas, mas um momento histórico no qual “várias matrizes do movimento ambientalista brasileiro se expressam”. A partir do conceito de *ecodesenvolvimento*<sup>89</sup> nasce a idéia de um *desenvolvimento sustentável*<sup>90</sup>. Assim o meio ambiente passa a ser incorporado nas políticas públicas e, no final do século XX e mais fortemente no início desse novo milênio, passa a ocorrer uma demanda crescente por alimento orgânicos, isentos de agrotóxicos.

As políticas ambientais implementadas pelo poder público irão privilegiar a ação conservacionista e reguladora da questão ambiental; o mercado gradativamente irá incorporar o modelo de produção de mercadorias não poluidoras; as Associações e Organizações Não-governamentais irão formular propostas de um desenvolvimento sustentável definido como uma política de inclusão social e de gestão de recursos naturais (idem p. 55).

<sup>88</sup> ECO-92: a cidade do Rio de Janeiro foi a sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUCED), realizada de 3 a 14 de junho de 1992. A reunião ficou conhecida como Rio-92, e a ela compareceram delegações nacionais de 175 países.

<sup>89</sup> Ignacy Sachs (2005) no artigo “Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento”, coloca que: “No início dos anos 70, duas correntes diametralmente opostas se confrontavam. Os defensores do crescimento a qualquer preço percebiam o meio ambiente como sendo um mero capricho de burgueses ociosos, ou então como mais um obstáculo colocado ao avanço dos países do hemisfério Sul em processo de industrialização. Segundo eles, haveria tempo de sobra para nos ocuparmos do meio ambiente, a partir do momento em que os países periféricos atingissem os níveis de renda per capita dos países do Centro. A esquerda e a direita compraziam-se, além disso, em cultivar um otimismo epistemológico a toda prova, baseado no pressuposto de que a humanidade encontraria sempre as inovações técnicas necessárias para prosseguir em sua marcha ininterrupta rumo ao progresso material. No outro extremo, os catastrofistas que anunciavam o apocalipse para o dia seguinte dividiam-se em duas facções: por um lado, aqueles que apregoavam o fim iminente em consequência do esgotamento dos recursos naturais; e por outro, aqueles que anteviam a chegada da catástrofe em consequência da poluição excessiva.

Para se evitar o pior, seria necessário conter o crescimento demográfico e econômico ou, pelo menos, o crescimento do consumo de bens materiais. Aparentemente, não lhes ocorria a idéia de que a explosão social pudesse preceder a irrupção da catástrofe ecológica. Os participantes da reunião de Founex [junho de 1971] e, em seguida, da Conferência de Estocolmo [junho de 1972] tiveram o bom senso de não dar razão a nenhuma das duas partes, procurando ao mesmo tempo aproveitar as contribuições positivas de ambas. Resultou daí a proposta de uma via intermediária entre o ecologismo absoluto e o economicismo arrogante, que pudesse nos conduzir a um desenvolvimento orientado pelo princípio de justiça social em harmonia com a natureza, e não através de sua conquista. O crescimento seria sem dúvida necessário como substrato deste processo, mas deveria assumir um perfil diferente daquele que caracteriza o crescimento selvagem; acima de tudo, seus frutos deveriam ser utilizados e repartidos de outra maneira. Com outro nome - o ecodesenvolvimento denomina-se, hoje em dia, desenvolvimento durável ou viável - algo muito próximo desta concepção de harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos esteve no centro das resoluções firmadas durante a Cúpula da Terra [1992], bem como da Agenda 21, que dela resultou” ([www.cfh.ufsc.br](http://www.cfh.ufsc.br), acessado em 20/11/05 às 23:00 hs.).

<sup>90</sup> Desenvolvimento sustentável: nasce como alternativo à modernização conservadora, e passa a orientar-se por uma noção de sustentabilidade a partir da ECO-92, e recentemente identifica-se com a “agricultura ecológica” (BRANDENBURG, 2005). Maiores detalhes conferir: DAROL, Moacir. *Dimensões da Sustentabilidade*: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba. Tese de doutorado, UFPR, Curitiba, 2001.

Vem desenvolvendo-se assim uma consciência crescente dos riscos da degradação ambiental ao próprio homem, fazendo com que a sociedade passe a consumir produtos e serviços que não destruam a natureza, explicando-se assim, a crescente demanda por esse tipo de produtos. Dessa forma, esclarece Brandenburg (2005:63), “dentre os vários temas relacionados com a questão ambiental no meio rural, a reorganização da agricultura, via agroecologia, parecer ser um dos mais relevantes”. Significando que:

se, para o consumidor, o consumo de produtos naturais representa uma alternativa de preservação da saúde, para o agricultor, a agroecologia, em expansão nesse momento, representa muito mais uma possibilidade de assegurar sua reprodução social do que uma ação fruto de uma racionalidade ecológica orientada por imperativos éticos de reconstrução de sistemas ecossociais (idem).

É neste bojo das discussões referentes a uma *agricultura alternativa*<sup>91</sup> e da emergência de preocupações vinculadas à degradação ambiental que se situa a Agreco,

<sup>91</sup> Estudos que tratam das conseqüências do uso das práticas agrícola modernas podem ser encontradas em: ROMEIRO, A.R. & ABRANTES, F. J. Meio ambiente e *modernização agrícola*. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, V.43 n.1, p. 3-45, jan/mar 1981. Onde analisam o impacto das tecnologias agrícolas na realidade brasileira. E também em: GRAZIANO NETO, F. *Questão agrária e ecologia; crítica a moderna agricultura*. São Paulo: Brasiliense, 1982. Que realiza uma crítica da modernização da agricultura. Outras questões vinculadas à temática da “agricultura alternativa” que emergem na década de 1980 são analisadas por diversos autores como:

ABRAMOVAY, R. Progresso técnico: a indústria é o caminho? In: *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília: Embrapa, V.4.n.2, p. 233-245, 1985. Onde discute a possibilidade de um “outro caminho” para a agricultura que não a industrial.

SILVA, J. G. Perspectiva da agricultura alternativa. In: *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília: EMBRAPA. V. 4. n. 2, p. 117-128, 1987. Analisa esse movimento da ecologização da agricultura como um “retrocesso histórico no avanço das forças produtivas”.

ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. Sob o tema “desenvolvimento rural sustentável” organizam uma coletânea de textos referente a temática do “desenvolvimento rural sustentável”. E ainda abordagens referentes a esse conceito podem ser encontradas em:

GOMEZ, W. H. Desenvolvimento sustentável agricultura e capitalismo. In: BECKER, D.F. (Org.) *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

CANUTO, J. C. “Agricultura ecológica e sustentabilidade socioambiental” In: *RAÍZES*. Revista de ciências sociais e econômicas. Agricultura, meio ambiente e condições de vida. Campina Grande: UFPB, Ano XVII, n.16, março/1998, p 13-24.

BRANDENBURG, A. “Agricultura e desenvolvimento sustentável”. In: *Agronegócios: desafios e perspectivas*. SOBER, 1998.

RUSCHEINSKY, A. (org). *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

Também estudos relacionados ao desenvolvimento sócio-ambiental agrário surgem após a divulgação do “Relatório Brundtland” e a ECO-92 realizada no Rio de Janeiro. As abordagens referentes ao eco-desenvolvimento podem ser encontradas em: ROMEIRO, A.R.; ABRANTES, F. J. Agricultura e ecodesenvolvimento. In: MAINON, D. (Org). *Ecologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: APED, 1992.

Recentemente, também o estudo sobre o mundo rural tem ressurgido na literatura sob o tema das “ruralidades”. Sobre essa temática consultar: WANDERLEY, M.N. “A valorização da agricultura e a reivindicação da ruralidade no Brasil” In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade-natureza*. Curitiba: Editora da UFPR. n.2. p 29 -29, 2000.

Análises e discussões sobre a questão ambiental na agricultura, contextualizando-a diante da globalização são postos por duas correntes: a primeira aponta para o desaparecimento de um rural agrícola diante de contínuos processos de industrialização e urbanização. Sobre ela ver: SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999. Coloca o rural como espaço de múltiplas atividades, não privilegiando somente a agricultura. Outros autores como: GOODMAN, D. S. & WILKINSON. *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. e também: SILVA, J. G. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas/SP: UNICAMP, IE, 1996. Analisam que a agricultura caminha para um processo de industrialização. A terra nesta abordagem perde importância como fator produtivo à medida que se passa à produzir em espaços construídos como em estufas; granjas de aves, etc. Nesse sentido a tecnologia assume um papel importante. A segunda aponta para uma

aparecendo, assim, como uma das formas mais avançadas de organização da produção da existência dos homens produtores diretos. A Agreco como singularidade expressa a universalidade do limite do capital: destruição do homem produtor direto, e também da natureza, embora correndo o risco de redundância, pois o homem é também natureza.

Cabe lembrar, ainda, que é em torno do início da década de 1980, que começa a aparecer no cenário nacional, alguns outros movimentos sociais que se originam no campo, é o caso do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimentos das Mulheres Agricultoras – MMA; Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, reivindicando que o país faça seu processo de Reforma Agrária<sup>92</sup>. Aparecendo, portanto, lutas coletivas que aglutinam os pequenos proprietários agrícolas no espaço rural e outras formas de lutas aglutinadoras dos trabalhadores no espaço urbano. Constrói-se, assim, a consciência dos limites da produção e reprodução da vida como pequeno proprietário rural, dono de parques meios de produção ou como trabalhador assalariado urbano. A reprodução da vida enquanto capital, pelos homens não proprietários dos meios de produção ou proprietários de meios de produção insuficientes, apresenta-se como possibilidade esgotada, agora como processo consciente buscam-se caminhos novos, que aparecem como caminhos coletivos.

É nesse momento histórico que os estudiosos da economia solidária, como o professor Paul Singer, situam o seu ressurgimento e interrogam-se quanto a efetividade de sua implementação histórica: colocando-a como um novo modo de produção fixando-se nos poros do capitalismo e construindo-se enquanto modo hegemônico de produção subsumindo à sua lógica a racionalidade do capital; ou se é apenas uma resposta momentânea à crise que se tem manifestado no capitalismo e que dificulta a esses homens reproduzirem-se na forma capitalista?

---

reconstrução da “ruralidade”, entende a vida rural articulada com valores urbanos; embora haja um esvaziamento da população rural, ocorre também uma reconstrução do meio rural mediante categorias sociais que permanecem no campo e são valorizadas por políticas públicas. Considera-se que, nos chamados pequenos centros urbanos, atividades como as de serviços, agroindústria, turismo, ainda têm seus vínculos com a agricultura. Referente à temática ver: WANDERLEY, M.N. “A valorização da agricultura e a reivindicação da ruralidade no Brasil”. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade-natureza*. Curitiba: Editora da UFPR, n.2, p 29 -29, 2000. E o mundo rural reconstruído através de diversas atividades articuladas com diferentes tipos de saberes, que combinados permitem aos agricultores construir relações com a natureza e fazer uso de recursos naturais e não necessariamente recursos industrializados. Consultar: BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

<sup>92</sup> Informações mais aprofundadas sobre esses fatos, principalmente sobre o MST ver: Grade (2000).

#### 4 A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES ECOLÓGICOS DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL: A AGRECO – O INÍCIO DE UM PROCESSO COLETIVO

O produtor, a partir do momento em que produziu, no interior de uma sociedade fundada na divisão do trabalho e nas trocas – e está é a hipótese do sr. Proudhon – vê-se obrigado a vender. O sr. Proudhon considera o produtor como dono dos meios de produção; mas concordará conosco que estes não dependem do *livre arbitrio*. Mais ainda: esses meios de produção consistem, em grande medida, em produtos que recebe de fora, e, na produção moderna, ele nem sequer tem liberdade para produzir a quantidade que quer. O nível atual do desenvolvimento das forças produtivas obriga-a a produzir em tal ou tal escala. O consumidor não é mais livre que o produtor. A sua opinião depende dos seus meios e das suas necessidades. Tanto uns como outros estão determinados pela sua situação social, a qual, por sua vez, depende da organização social do conjunto. Efetivamente, o operário que compra batatas e a amante que compra rendas seguem suas respectivas opiniões. Mas a diferença destas explica-se pela diferença de posição que ocupam no mundo e que é o produto da organização social (MARX, 2001, p.38).

A Agreco nasce em meados da década de 1990, permeada tanto pela emergência da preocupação com as questões ambientais que sinalizam para uma “agricultura alternativa” como pela emergência de uma série de movimentos sociais e de associações no campo, o mais emblemático deles constitui-se, já nos anos de 1980, no Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MST). Schmidt et al (2002) explica que, na segunda metade da década de 1990, havia 947 associações de agricultores em Santa Catarina. As associações vêm, também, no bojo de um ambiente de crise, vinculadas à integração agroindustrial do fumo. Ou seja, vinculadas ao limite da produção à vida no capital em degeneração.

O cultivo de fumo foi a forma encontrada pelos agricultores naquele espaço/tempo, Santa Rosa de Lima, para, com seu trabalho familiar isolado, como cota parte do trabalho social, produzirem-se como homens viventes nesta sociedade. Com a crise fragilizam-se, pois, os agricultores expõem os limites para a sua reprodução sob as condições dadas, como pequenos proprietários rurais, trabalhadores diretos e vão assim, fazendo-se em uma existência precarizada indicando a sua desnecessidade à lógica do processo de afirmação do capital social.

Tanto para Marx, como para Engels, a forma de organização da vida humana, tendo por base a pequena propriedade parcelar, com uma ínfima produtividade do trabalho, tem como tendência histórica seu desaparecimento, frente à ampliação e ao espraiamento do trabalho social, através da cooperação humana, primeiro na manufatura, depois na grande indústria moderna, mesmo que sob o domínio do capital. Ou seja, é o trabalho social sob o modo de produção capitalista que supera o trabalho individual, próprio do camponês e do artesão, suas formas clássicas. O primeiro supera o último a cada espaço histórico no qual se afirma como universalidade.

Entretanto, para a Agreco, a despeito desta universalidade e dos homens a ela vinculados aparecerem como homens excedentes à acumulação do capital social. A questão que se nos coloca é como fazer, que caminho percorrer como homens produtores diretos? Afinal, para onde ir? Sendo que a produção e reprodução da vida através do trabalho familiar como expressão do trabalho social tem mostrado-se insuficiente.

A Agreco emerge, assim, como a forma consciente dos homens produtores diretos organizarem-se para produzirem a vida coletivamente, visto que o trabalho individual (quanto muito familiar) como cota parte do trabalho social, não tem sido suficiente, é preciso ampliá-lo. A união dos homens<sup>93</sup> na Associação, a Agreco, é uma tentativa, uma busca dessa ampliação. Como fazê-la? Eis a angústia que permeia a vida desses homens e se materializa na Agreco.

A Agreco materializa um avanço na organização da produção daqueles homens produtores diretos, uma busca para além das condições dadas. Aparece como expressão singular da universalidade do trabalho social, isto é, de que sozinhos, isolados, não se faz mais possível a produção da vida. A materialidade do trabalho social<sup>94</sup>, ainda que expressando a

---

<sup>93</sup> Marx (1994, p.371-75) vai indicar que é através da cooperação humana, da união dos homens uns com outros, que se produz um aumento nas forças produtivas nunca antes imaginado. Esta atuação simultânea de muitos homens juntos para a produção de determinados produtos, objetiva em valor, “trabalho de qualidade social média, exteriorização de força de trabalho média”, exteriorização de trabalho social médio. O que se põe em movimento em uma jornada de trabalho coletiva, portanto, é trabalho social médio, cria-se, através da cooperação, uma força produtiva nova que em nada repete as anteriores, quantitativa e qualitativamente, com a cooperação humana, emerge uma nova potência do trabalho, a força coletiva. Essa nova força, produto da união dos homens, faz brotar no processo produtivo (MARX, 1994, p.375-78, l.v.II) a emulação entre os participantes desse processo, animando-os e estimulando-os; o encurtamento do tempo de trabalho necessário para a conclusão de todas as tarefas; a retirada de muitos ramos de produção de seus momentos críticos, como a ação de tosquiando ovelhas ou de colher trigo; a conversão de uma jornada de trabalho de 12 horas de um indivíduo em um dia de trabalho de 1.200 horas de 100 indivíduos, o emprego de muitas jornadas de trabalho; a diminuição da quantidade de força de trabalho necessária (número de trabalhadores) para realizarem o mesmo volume de trabalho; a ampliação do espaço no qual se realiza o trabalho, em virtude da extensão do espaço em que se executa o trabalho; a redução do espaço do trabalho em virtude da ampliação de sua eficácia, eliminando-se uma série de custos dispensáveis entre os vários processos e a concentração dos meios de produção. É essa nova força social, produto de uma jornada de trabalho coletiva, da cooperação entre os homens que produz “maiores quantidades de valores-de-uso e reduz com isso o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil”. Possui maior produtividade por (MARX, 1994, p.378, II, v.II): ou ter ampliado o espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço em relação à escala de produção; ou por mobilizar muito trabalho em momentos críticos; ou por despertar a emulação entre os indivíduos e animá-los; ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiforiedade; ou por realizar diversas operações ao mesmo tempo; ou por poupar os meios de produção em virtude do seu uso comum; ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio. Para Marx (p.378), portanto, o aumento da produtividade do trabalho vem da cooperação humana, origina-se nela, é seu produto e seu resultado, e é através dela que se vislumbra, na materialidade, elementos da emancipação humana. “a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho social. Ela tem sua origem na própria cooperação. Ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie”.

<sup>94</sup> Quem se apropria dessa materialidade é o capital, e o produto da união dos homens que emerge da cooperação humana, transforma-se em processo de extração de mais-valia, de aumento do trabalho excedente e diminuição do trabalho necessário, do trabalho vivo. “O desenvolvimento da produtividade do trabalho na produção capitalista tem por objetivo reduzir a parte do dia de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para ampliar a outra parte durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista”. (MARX, 1994, p.369, I.1, v.II). “A divisão manufatureira do trabalho social (...) desenvolve a força produtiva do trabalho coletivo para o capitalista e não para o trabalhador e, além disso, deforma o trabalhador individual. Revela-se, de um lado, progresso histórico e fator necessário do desenvolvimento econômico da



lógica do capital em degeneração, impõe-se a todos os homens e vem envolvida à consciência de que esta forma de produção que busca a auto valorização do valor como um fim em si mesmo, destrói a natureza e nela o próprio homem, visto ser ele natureza mais desenvolvida.

A Agreco aparece, assim, nesse tempo histórico, como uma consciência cooperativa positiva da união dos homens, isto é, emerge como forma consciente de que como produtores isolados, vinculados a uma baixa produtividade do trabalho social, no modo de produção capitalista, reproduz-se precariamente, uma vez que não consegue alcançar, com seu trabalho social na forma de trabalho familiar, a produtividade média do trabalho socialmente necessário para a confecção de qualquer valor. Ou seja, a quantidade de trabalho para produzir um valor qualquer está acima da média do trabalho socialmente necessário, em vista do baixo grau de composição técnica do capital<sup>95</sup> dessas pequenas propriedades agrícolas.

Assim, a Agreco tece seus fios, expressa o limite da existência dos homens produtores diretos. Esses homens buscam nela a construção de um ser coletivo, através do aumento da escala produtiva na produção, na compra e venda de seus insumos (matérias-primas) e produtos agrícolas. Denuncia em si a impossibilidade desses homens individualmente, como trabalhadores diretos, reproduzirem-se sob o manto do capital. Lutam duramente para superar a sua desnecessidade histórica, apontando o limite do modo de produção capitalista, na impossibilidade de absorver todos os homens. Através de sua unidade na Agreco, os homens buscam assegurar sua reprodução social como trabalhadores diretos, proprietários de pequenos lotes de terra. A Agreco representa, assim, o caminho possível, o que se lhes apresentou, neste momento histórico como forma para superação de sua degenerescência.

Vejamos o percurso dessa construção a seguir. Aparece como o que há de mais avançado no modo de produção capitalista, entretanto, procura “reconstituir” a subjetividade

---

sociedade, e, do outro, meio civilizado e refinado de exploração” (p.417-18).

<sup>95</sup> Referente à composição orgânica do capital, Marx (1994, p.712-13, l.1, v. I) explica que: “A composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho vivo; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Chamo a primeira de composição segundo o valor, e a segunda de composição técnica”. E, “pondo-se de lado as condições naturais, como fertilidade do solo, e a habilidade de produtores que trabalham independentes e isolados, a qual se patenteia mais na qualidade do que na quantidade do que produzem, o grau de produtividade do trabalho, numa determinada sociedade, se expressa pelo volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, num tempo dado, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho. A massa dos meios de produção que transforma aumenta com a produtividade de seu trabalho. (...) Mas, condição ou consequência, a grandeza crescente dos meios de produção, em relação à força de trabalho neles incorporada, expressa a produtividade crescente do trabalho. O aumento desta se patenteia, portanto, no decréscimo da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção que põe em movimento, ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos. Essa mudança na composição técnica do capital, o aumento da massa dos meios de produção, comparada com a massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se na composição do valor do capital, com o aumento da parte constante às custas da parte variável” (p.723-24).

do trabalho, ainda preso aos braços, pernas e ao corpo dos homens produtores diretos. E, quando incorporam as forças produtivas, através da implantação de agroindústrias, o fazem buscando reverenciar aquela forma, a da agricultura familiar, pautada na subjetividade do trabalho, dogmatizando-a, como ideal da vida humana. Tal qual fez o homem à religião, remotamente, como nos faz entender Marx (1972, p.46-7),

a angústia religiosa é, por um lado, a expressão da angústia real e, por outro, o protesto contra a angústia real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, a alma de um mundo sem coração, tal como é o espírito de condições sociais de que o espírito está excluído. Ele é o opium do povo.

A abolição da religião enquanto felicidade ilusória do povo é uma exigência que a felicidade real formula. Exigir que ele renuncie às ilusões acerca de sua situação é exigir que renuncie a uma situação que precisa de ilusões. A crítica da religião é pois, em germe, a crítica deste vale de lágrimas de que a religião é a auréola.

A crítica despojou as cadeias das flores imaginárias que as cobriam, não para que o homem arraste cadeias sem fantasia, desesperantes, mas para que rejeite as cadeias e colha as flores vivas. A crítica da religião destruiu as ilusões do homem para que ele pense, aja, construa a sua realidade como homem sem ilusões chegado à idade da razão, para que grave em volta de si mesmo, isto é, do seu sol real. A religião não passa do sol ilusório que gravita em volta do homem enquanto o homem não gravita em volta de si próprio.

Porque “o gravitar ao redor de si mesmo” da Agreco é a agricultura familiar, organizada através da produção orgânica, vinculada à descentralização das forças produtivas e à subjetividade do trabalho dos homens produtores diretos. Traz também, como conteúdo positivo universal a unidade entre os homens para a produção consciente da existência humana.

Passamos a seguir, a tecer seus nexos para apreender a sua forma de ser, seus limites, buscando seu avanço. A Agreco nasce da necessidade de uma maior sociabilidade, elevação da produtividade do trabalho, objetivação dos homens em meios de produção, que lhes permitam romper com a escala local de outrora enquanto aparência, pois em essência são homens produtores diretos desnecessários à valorização do capital, e conectar-se com as forças produtivas mais avançadas do mundo burguês. Entretanto, apesar do salto qualitativo que implicou em sua criação exigido por sua conexão com as relações avançadas do mundo burguês, como possibilidade de estruturação da cooperação humana como força produtiva social mais avançada na produção e reprodução dos homens, da consciência do limite do vínculo ainda existente com os fatores subjetivos do trabalho (habilidade e destreza dos homens e não a sua materialização em meios de produção), ela nasce e é implementada para firmar a pequena produção familiar (religião, ainda) assentada no próprio trabalho (subsumido

pelo trabalho social), descentralização dos meios de produção, etc. Vejamos esse processo fazendo-se e analisemos sua lógica, constituição, afirmação, negação e superação.

#### 4.1 O fazer-se Agreco – os primeiros passos

A Agreco é constituída oficialmente no ano de 1996. Seu processo de elaboração, entretanto já vinha se fazendo através de experimentos a partir do início dos anos de 1990. Schmidt (2004) vai situar sua constituição a partir do ano de 1991, no município de Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina.

A associação origina-se a partir de um ideário formulado por pessoas que saíram daquele espaço rural, transferiram-se para o urbano em busca de conhecimentos, recursos financeiros, etc. Homens que buscaram outras formas de dar conta da vida em vista da sua desnecessidade como trabalhadores diretos à valorização do capital, como pequenos proprietários agrícolas. Esses homens migraram para o urbano e sem perder o vínculo com aquele local (Santa Rosa de Lima) observaram e questionaram o esvaziamento da região e as constantes dificuldades a que estão submetidos aqueles homens produtores diretos que lá permaneceram. São essas pessoas que, no ano de 1991, organizaram a primeira *Gemüse Fest*<sup>96</sup> com o objetivo principal de reaproximação entre os que foram e os que permaneceram no município. Nesse bojo, aparecem as preocupações com um “desenvolvimento sustentável”, “ecológico”, “local” que possibilitasse reverter o quadro de precariedade em que se encontravam, criando condições para os que permaneceram reproduzirem-se socialmente. As propostas que surgiram enfatizaram a dimensão local e a produção agroecológica<sup>97</sup>. Um dos projetos resultantes dessa aproximação, entre os que foram e os que ficaram, foi a constituição de um “Conselho de Desenvolvimento Municipal” com a atribuição de organizar a festa e de encontrar formas de dinamização socioeconômica para o município. Esse Conselho constituía-se por membros da comunidade local e também por alguns outros externos a ela.

Nasce assim a Agreco como a forma mais avançada de produção da existência humana, embora permeada pelos limites do modo de produção vigente, e assentada sob uma baixa produtividade do trabalho. A Agreco já nasce como consciência, saibam os homens ou não, da necessidade de sociabilidade maior, “sentida” pelos que foram, ao “olharem” para os

<sup>96</sup> *Gemüse* é um prato típico alemão preparado com batata inglesa amassada com pele de porco e couve mineira. É um prato bastante apreciado e que ainda faz parte dos hábitos alimentares dos agricultores locais juntamente com o pão de milho e a rosca de polvilho.

<sup>97</sup> E prosseguem com ela nos dias atuais.

que ficaram, ela busca fazer-se como um “ser social diferenciado”, perante as impossibilidades observadas acima. Tem como parâmetro uma produção orgânica, alternativa à convencional, mas ainda, vinculada à subjetividade do trabalho. Assim, traz em si uma procura por uma forma diferenciada de produção e reprodução da vida, por vincular esses homens produtores diretos a uma organização cooperativa que significa um rompimento com essa forma aparente de trabalho, o trabalho individual preso à subjetividade humana (ainda que como cota parte do trabalho social) muito embora, contraditoriamente, a própria Agreco busque acentuá-lo. Faz-se assim em avanço e, também negação de si mesma. Tem sido uma das formas possíveis encontradas por esses homens produtores diretos para superarem suas condições dadas do capital em degeneração. Assim, procuram avançar para além delas através de sua unidade e ao fazê-lo constroem-se amalgamados no e pelo capital, entretanto é o caminho possível, outro ainda não se fez. Ela vem afirmando-se nessa transitoriedade de ser e de não ser.

Ela prossegue. Já na década de 1980, uma das famílias do município de Santa Rosa de Lima, habitante da comunidade Rio do Meio, tendo como principal atividade a produção de fumo, cultivava também mel de abelha e morangos, produtos comercializados na cidade de Florianópolis. O desenvolvimento da melicultura culminou, em 1991, com a construção da primeira agroindústria beneficiadora de mel no município. Tratava-se da família Schmidt, alguns de seus membros já estavam no espaço urbano, estudaram na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, mantendo o vínculo com os familiares que permaneceram no local, passaram a auxiliar na implementação da melicultura. Esses membros tornam-se, em alguns anos, professores universitários na UFSC. Mantiveram uma pequena propriedade no local e passaram a também cultivar verduras orgânicas. Têm uma participação decisiva em todo o processo de constituição e organização da Associação. É nessa pequena propriedade que se esboçam os primeiros experimentos de verduras cultivadas sem o uso de agrotóxico, uma produção agroecológica, no município. Um deles, o professor do Departamento de Educação da UFSC, Wilson Schmidt, torna-se Coordenador Geral da entidade, e o outro, o professor do Departamento de Agronomia, Wilson “Feijão” Schmidt, seu Coordenador Técnico.

Outro fator de fundamental importância para a criação da Agreco, também advindo como força externa, urbana, européia, é a existência de relações com o local de um dos proprietários de uma importante rede de supermercados de Santa Catarina, o Supermercado Santa Mônica. Esse proprietário, o empresário Egídio Locks, também nascido nas Encontras

da Serra Geral, recém retornado de uma viagem a Europa e aos Estados Unidos, e percebendo lá o emergente mercado de produtos orgânicos, vislumbra uma oportunidade de constituir esse mercado em Florianópolis, sendo o primeiro supermercadista da cidade a comercializar produtos orgânicos em sua rede, diferenciando-se, assim, dos outros supermercados, e buscando atrair nova clientela, arrebanhada de concorrentes. Egídio Locks propõe no ano de 1996, por ocasião da realização de mais uma edição da *Gemüse Fest*, disponibilizar em sua rede espaço para produtos com essa característica, dispondo-se a comprar toda a produção dos agricultores que optarem por organizar em suas propriedades essa nova forma de produção, a orgânica, essencialmente a de hortaliças. Lança, assim, um desafio aos pequenos proprietários locais, o de adequarem a sua propriedade à produção agroecológica de hortifrutigranjeiros, comprometendo-se com a colocação de toda a produção em sua Rede, e em caso de excessos de produtos, auxiliar na busca por novos compradores<sup>98</sup>.

A realização de uma festa, a *Gemüse Fest*, visando (re)aproximar os que foram para a “cidade” (outros centros urbanos) e os que ficaram no “campo” (no próprio município), representou um importante ponto de inflexão na forma de se ver a crise. A partir da festa e de reuniões que a seguiram, parcerias foram nascendo e se fortalecendo, todas procurando construir alternativas. A idéia de um desenvolvimento sustentável para a região começa a surgir timidamente. Em consequência destas discussões e de parcerias potenciais, um supermercadista, natural do município, lançou aos agricultores, em setembro de 1996, a proposta de que eles produzissem hortifrutigranjeiros de forma ecológica e passassem à condição de fornecedores de suas lojas (SCHMIDT, 2004, p.330).

Como resultado desses processos constitui-se a Agreco, em 27 de dezembro de 1996, agregando doze famílias, nessa primeira fase de sua constituição. Produziam-se basicamente folhosas como alface, radici, espinafre, rúcula, agrião, mostarda, rabanete, temperos, etc. Contavam com a assessoria de professores da UFSC e de técnicos do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo (Cepagro) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri) todos do Estado de Santa Catarina, e também de incentivos do poder público municipal (SCHMIDT, 2004; CABRAL, 2004).

---

<sup>98</sup> Em 1994, o referido empresário, por ocasião de uma viagem à Europa e Estados Unidos, constatou a existência de um promissor mercado de produtos orgânicos. Observa-se também que o Supermercado Santa Mônica de Florianópolis, onde os produtos orgânicos começaram a ser comercializados, localizava-se próxima da UFSC e da Universidade Estadual de Santa Catarina/UDESC, assim como de várias instituições públicas e privadas como a Eletrosul (Centrais Elétricas S.A.), Telesc (Telecomunicações de Santa Catarina S.A.), Epagri, Secretaria da Agricultura, Cidasc (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina). O supermercado atendia, portanto, a uma “elite econômica e cultural”, devido ao poder aquisitivo mais elevado e ao maior acesso às informações. (LUZZI, 2001 e CABRAL, 2004, p.90).

Para a operacionalização da Entidade, há as Assembléias Gerais e, além delas, constituiu-se dois fóruns de discussão e de deliberação, as “reuniões de produção” e as “reuniões de planejamento”. As reuniões de produção serviam para resolver problemas ou levantar questões com relação à produção e sistemas de manejo, sendo coordenadas por um engenheiro agrônomo, membro da família Schmidt, e secretário da agricultura de um município vizinho, São Ludgero (distante 40 km de Santa Rosa de Lima). Os agricultores foram organizados em núcleos de produção, transporte e comercialização, o que permitia a potencialização das atividades de assistência técnica. Alguns encontros e cursos de capacitação em produção de base ecológica também começaram a ser organizados com o intuito de suprir a demanda por conhecimento técnico-produtivo (MULLER, 2001; CABRAL, 2004).

Havia, nesse período, uma certa autonomia com relação ao tipo de cultura e sua quantidade, em relação ao “o quê” e “quanto” produzir, o “como” já estava definido *a priori*, produção orgânica, embora respeitando as regras postas pelo Regimento Interno, e alguns princípios de diversificação da produção e rotação de culturas. Esses núcleos são, em sua maioria, grupos de família com graus de parentesco entre si. Para introduzi-los nessa nova forma de organização da produção efetuaram-se alguns cursos de capacitação em produção agroecológica. As reuniões de planejamento serviam para discussão e programação das ações da Entidade e eram abertas à participação de convidados externos (LUZZI, 2001; MULLER, 2001; CABRAL, 2004; LACERDA, 2005).

No início da Agreco, a produção era basicamente de foleosas, hoje é mais diversificada com a inclusão de outros produtos como a produção de queijos, de embutidos de carne (como salames), de galinha caipira, de ovos, etc., efetua-se sem o uso de agrotóxico. O trabalho sempre dividido entre os membros da família com meios de produção simples, como a enxada. Nesta Associação busca-se recuperar os saberes tradicionais dos antigos agricultores, embora com o uso de técnicas mais modernas como a produção de verduras em estufas e a utilização de sementeiras.

Embora os agricultores estejam cientes de que agricultura orgânica “não é como se produzia antigamente”, que “é bem diferente” (principalmente quanto às práticas ecológicas para prevenção/controle de pragas e doenças e às técnicas de manejo do solo visando recuperar e manter sua fertilidade), as semelhanças com a agricultura tradicional não deixam de ser vistas como um benefício na medida em que permitem a revalorização das práticas agrícolas e culturais antepassadas (CABRAL, 2004:167).

Outra dificuldade no início de sua constituição e que persiste ainda, refere-se a que a produção orgânica exige maior quantidade de força de trabalho, principalmente para o controle de ervas daninhas nas áreas de cultivo, uma vez que é proibido o uso de inseticidas. Conforme relata Cabral (2004, p.169) em falas de agricultores em sua pesquisa,

No início, o problema maior é a questão dos inços, pra você ter o controle... então tem um esforço muito grande pra fazer as capinas e defender a plantação... e mais o fato de não poder usar os adubos (agricultor, 23 anos,). Preparar um canteiro e semear não é o problema, o problema é quando chega na capina... enquanto se capina um canteiro de cenoura aqueles do convencional que põe uma bomba de veneno nas costas fazem um hectare (agricultor, 51 anos).

A mudança com relação à organização do trabalho na propriedade principalmente entre os produtores de hortaliças relaciona-se ao fato de o trabalho efetuar-se em um contínuo, isto é, sem intervalos. O trabalho na cultura do fumo, ou em outros tipos de lavoura, alternam períodos de intensidade como o plantio e a colheita e meses de maior tranquilidade, ao contrário da produção de hortaliças que exige cuidados permanentes, sem possibilidades de o agricultor ausentar-se da propriedade por muitos dias (CABRAL, 2004, p.170).

Com a Agreco, conforme observado por Muller (2001) e Cabral (2004), altera-se a relação dos agricultores com a propriedade: aumenta a preocupação com a recuperação do solo, com a proteção dos mananciais, com a preservação da mata nativa, e em vista da não utilização de agrotóxicos e de adubos químicos, com a produção e tratamento de esterco. Também desenvolveram-se práticas como a adubação verde, a rotação de culturas, a construção de sistemas de proteção de nascentes, a manutenção e recuperação da mata ciliar.

Hoje a gente trabalha num pequeno espaço e se preserva a natureza, cuida dos bichos, pássaros, pra viver tudo junto (...) antes, eu gastava um quilo de pólvora por ano, hoje nem espingarda eu tenho mais (agricultor, 54 anos, apud. CABRAL, 2004, p. 171).

Desta forma, o homem produtor direto, vinculado à Agreco, mostra sua importância social a sociedade e a necessidade de manter sua condição de existência enquanto categoria social (BRANDENBURG, 1999).

Nesta primeira fase, toda a comercialização era dirigida, semanalmente, ao Supermercado Santa Mônica, em Florianópolis. Nesse período inicial ainda não existia a concorrência de outros produtores. Assim, a remuneração obtida na produção era recebida

mensalmente e mais recentemente quinzenalmente, e não mais como na época do fumo, em que a Companhia fumecultora pagava tudo de uma única vez (CABRAL, 2004).

A produção semanal era, então, toda transportada para Florianópolis e vendida "*in natura*" nas duas lojas do supermercado parceiro. Recorde-se que este supermercado foi pioneiro na comercialização de alimentos orgânicos na Grande Florianópolis e que, naquele período [1997], os produtos da Agreco não enfrentavam praticamente nenhuma concorrência (SCHMIDT, 2004, p.331).

A Agreco nasce assim e vem tecendo-se com o objetivo de introduzir o trabalho associativo naquele espaço rural, embora ainda vinculado a pequenos grupos familiares, associado a uma preocupação com a preservação da natureza e da saúde do agricultor; em produzir produtos éticos e de qualidade que respeitem o meio ambiente. Isto é, há uma preocupação com a saúde do produtor e com a preservação da natureza, como também com a qualidade dos alimentos disponibilizados aos consumidores.

O trabalho da Agreco eu já conheci desde o início porque eu sou lá da região, de Rio Fortuna e sempre fui muito amigo do W., nossa relação é muito próxima. Mas ela [proposta], nasce do espírito de confraternização no tempo da *Gemüse Fest* em Santa Rosa de Lima. A preocupação do forte êxodo rural que acontece na nossa região e que também é uma realidade nacional. Muita gente dos que saíram, nesta festa, começam a refletir, a conversar e a discutir sobre os problemas da região, e então, surge a proposta de trabalhar a questão associativa, o trabalho associativo na forma de agroecologia (Pe. Círio Vandresi, Vice-Coordenador da Agreco e Coordenador Estadual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), apud. LUZZI, 2001, p.72).

Vai assim se construindo a Agreco, como um dos caminhos que acena aos agricultores como possibilidade histórica de se reproduzirem como seres vivos e manterem-se como pequenos proprietários agrícolas que retiram da terra e do trabalho familiar a condição de suas existências. Entretanto, os limites históricos de uma produção que busca vincular-se ao trabalho próprio, quanto muito em pequenas unidades familiares, cota parte do trabalho social, leva ao esgotamento da força de trabalho. O que nos remete ao que fala Engels (s/d, p. 225, vol.3) sobre o modo de produção capitalista: “o desenvolvimento do modo de produção capitalista matou o nervo vital da pequena exploração da agricultura, que decaiu e marcha irremediavelmente, para a ruína”. É tendência histórica do modo de produção capitalista a destruição de espaços onde se mantém uma produtividade média do trabalho abaixo da produtividade do trabalho social. De acordo com Marx, (1994, p.439, l.1, v.I) a agricultura, para ser revolucionária, deveria, com o desenvolvimento das forças produtivas, tornar-se um espaço para a aplicação consciente da ciência, rompendo com as forças naturais e com a



subjetividade do trabalho. A Agreco, entretanto, apesar de representar um avanço e buscar uma organização coletiva, vem, ainda, amarrada ao trabalho das unidades familiares (como parte do trabalho social), quanto muito, algumas associações entre as famílias, com elevados graus de parentesco entre si, para o beneficiamento da produção. Ela emerge como universalidade e vincula-se ao que há de mais avançado na sociedade capitalista, em sua materialidade, entretanto, em seus experimentos, efetiva uma anacronia, propõe-se constituir um ser social, pelo trabalho próprio e em pequenas unidades familiares, historicamente já superado. Como a sobrevivência é ainda seu parâmetro, a existência como seres naturais, o homem agrário, natural, com seu modo de vida, sua ética, seus valores, na medida em que inicia um processo de conexão com o ser social, embora capitalista, vai evidenciando seu limite histórico, este limite não advém naturalmente, é dado pelo social.

A Agreco vem se fazendo e agregando parceiros como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que tem como seu Coordenador Estadual o Pe. Círio Vandresen, nascido no município de Rio Fortuna, portanto, também vinculado à região, que passa a ter um importante papel de articulador e motivador da Associação. Pe. Círio é, ainda hoje o Vice-presidente da Agreco.

Era 1997, e a Comissão [CPT] passou a atuar como presença solidária, ecumênica, fraterna e afetiva. Daí em diante, seu papel foi educativo e transformador para estimular o protagonismo dos agricultores. Nas Encostas da Serra Geral, foram os membros da CPT – junto à coordenação da Agreco -, que organizaram as primeiras reuniões com as comunidades através de uma celebração aberta a todas as pessoas do lugar.

Nos primeiros encontros, os colonos falavam sobre a sua realidade e expectativas com relação ao futuro e conheciam a proposta da Agreco. No encontro seguinte, os convites se restringiam aos interessados em formar um condomínio ou aderir ao projeto e, a partir daí, a coordenação e técnicos da Agreco atuavam junto ao grupo e aos membros da CPT no planejamento, monitoramento e execução de atividades. Além da sensibilização inicial de famílias, a CPT age como animadora do processo. No lado urbano, também cabe à Comissão Pastoral da Terra auxiliar na articulação com outras entidades (AGRECO, 2002/2003, p.7).

Em julho e setembro de 1997, seminários realizados com o intuito de construir um planejamento das atividades da Associação, resultaram no “Plano de Trabalho da Agreco: 1997-2000”, aprovado em Assembleia Geral, em conjunto com o Regimento Interno da Entidade, em novembro daquele ano. No Regimento Interno, de acordo com as normas e princípios da agroecologia, acorda-se que os associados da Agreco não poderão fazer uso de agrotóxicos e adubos sintéticos em toda a sua propriedade. Define-se, também, o papel fundamental da Associação:

Melhorar a qualidade de vida dos associados em termos financeiros, de trabalho, conhecimento, experiência, saúde, cultura, lazer, possibilitando o pleno exercício de sua cidadania, através do desenvolvimento de atividades econômicas em agroecologia, agroindústria ecológica e turismo no meio rural (AGRECO, 1997a:14).

Nesse debate, levanta-se a produção potencial que poderia ser realizada no local, destacando-se: cultivo protegido (estufas de plástico); turismo rural; ampliação e diversificação de culturas; introdução de novas atividades como gado leiteiro, cabras e carneiros, galinha caipira e animais silvestres como capivara, entre outros. A busca da Agreco, desde a sua implementação, vem sempre no sentido da tentativa de agregação de valor à sua produção e valorização do trabalho familiar:

a possibilidade de agregar valores na produção agrícola, pela criação de pequenas indústrias visando gerar produtos derivados, como verduras lavadas e embaladas, congelados, sucos, farinha de mandioca, polvilho, aguardente, açúcar mascavo, amendoim, queijos, geléias, entre outros, principalmente aqueles que vem da tradição colonial do Município (AGRECO, 1997a, p.10).

A “agregação de valor” na Agreco significa a incorporação de maior quantidade de trabalho à produção e mais tarde também a industrialização. Conforme explica Muller (2001, p.149):

O beneficiamento e a industrialização da matéria-prima, sem dúvida nenhuma, são estratégias importantes para a agregação de valor ao produto, seja devido ao trabalho incorporado, seja através da melhoria da sua qualidade e durabilidade, fazendo com que aumente a possibilidade de uma melhor remuneração ao agricultor.

A Agreco, ao priorizar a organização das famílias em “núcleos de produção”, objetivando introduzir o trabalho coletivo, ainda que entre pequenos grupos, estes vêm ainda tendo como base a subjetividade do trabalho. Marx e Engels (1974) ressaltam que o trabalho vivo é fundamento da existência humana quando o homem é ainda natureza, não se diferenciando em muito, dos demais animais. A produtividade do trabalho é uma categoria do trabalho, uma categoria da relação do homem com a natureza, com o aumento de sua produtividade diminui a quantidade de trabalho necessária para a confecção de quaisquer produtos. E o aumento dessa produtividade reduz o valor das mercadorias.

A economia dos meios de produção tem sido considerada sob dois aspectos. Primeiro, barateia as mercadorias, reduzindo desse modo o valor da força de trabalho. Segundo, altera a relação entre mais valia e capital total adiantado, isto é, a soma de suas partes constante e variável (MARX, 1994, p.374, l.1, v. 1).

Não se trata, portanto, de “agregar valor” (como quer insistentemente a Agreco), mas de aumentar a produtividade do trabalho social. A Agreco busca ainda, “agregar valor” através do trabalho individual, através do trabalho vivo.

A Agreco, expressão de uma busca pela incorporação de processos cooperativos para a reprodução de seus associados fundamenta-se nas condições locais, nas condições subjetivas do trabalho, na habilidade e destreza do trabalhador, na fertilidade do solo, na capacidade de o Estado prover recursos, etc, a força produtiva do trabalho social não se desvincula das condições orgânicas, é reduzida sua composição técnica do trabalho, grande massa de força de trabalho vivo, fatores subjetivos, põem em movimento, vivificam reduzidos meios de produção, fatores objetivos, que resultam em uma baixa produtividade do trabalho.

Em avaliação geral no ano de 1997 os pontos levantados como as dificuldades mais comuns sentidas pelos agricultores foram: produzir sem o uso de agrotóxicos; o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas; e ainda, problemas de infra-estrutura como a falta de estradas, de meios de transporte adequados e falta de segurança na comercialização de seus produtos. Para encaminhar a solução desses problemas criaram-se alguns programas com o intuito de orientar as ações da Agreco até o ano de 2000, são eles: Programa de Produção, Assistência Técnica e Fiscalização; Programa de Divulgação; Programa de Preservação da Natureza; Programa de Formação, Integração e Lazer; Programa de Turismo Rural e o Programa de Consolidação Organizativa da Associação. Em vista de os agricultores sentirem forte deficiência na implementação do sistema produtivo, deu-se prioridade ao Programa de Formação e Assistência Técnica (LUZZI, 2001, p.52-3).

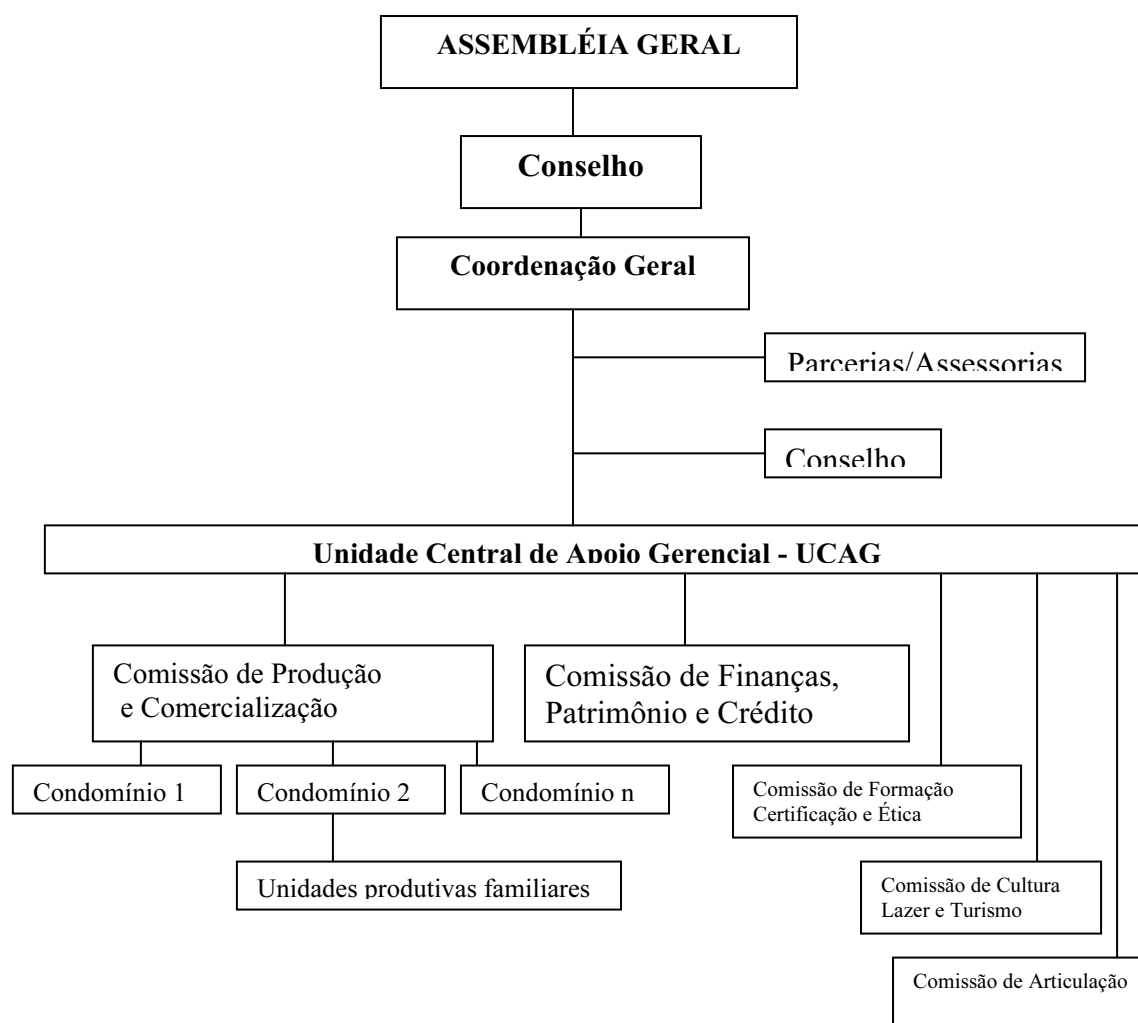
No ano de 1998, o grupo de produção, organizado em torno dessas atividades, estava consolidado. No início daquele ano já faziam parte da Agreco cerca de 50 famílias produtoras, envolvendo em torno de 200 associados. Em o Supermercado Santa Mônica garantindo a comercialização, o retorno fixava-se em torno de até R\$ 500,00 por família produtora da Associação ao mês. Frente a esse quadro promissor, outros agricultores das proximidades passam a se interessar e procuram associar-se também a Agreco, embora com restrições à entrada (produzir sem agrotóxicos, ser apresentado por um sócio e aprovação em Assembléia Geral) amplia seu quadro de associados, inclusive para outros municípios circunvizinhos como Rio Fortuna e Gravatal. No final daquele mesmo ano, o número de agricultores associados circula próximo a 500, distribuídos em 211 famílias, agora espalhados pelos municípios do entorno. Nesse período, a área para a produção de hortaliças já alcançava cerca

de 30 hectares, 10% deles eram ocupados pelo sistema de cultivo protegido, em estufas. Passa-se, com o sucesso da produção, a discutir a sua melhoria na incorporação de novas forças produtivas que possibilitassem melhores condições de trabalho e higiene aos produtos manipulados. Nos termos da Agreco, “agregar valores” aos produtos (LUZZI, 2001; MULLER, 2001).

Assim, estrutura-se a Agreco em Santa Rosa de Lima e em seguida espalha-se a outros municípios, levando a todos os associados sua especialização.

Com o sucesso do processo produtivo realizado pela Agreco, nesse curto espaço de tempo, iniciam-se outros Projetos com o Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, o Piamer, que será analisado a seguir.

A seguir seu Organograma interno:



**Figura 8: Organograma simplificado da Agreco**

Fonte: Cabral (2004, p.104)

## 4.2 O Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, Piamer: A Agreco ampliando seu território

Aproximam-se dessa construção novos fatores externos, sociais, com novas proposições, envolvendo o poder público. Em maio de 1998, uma nova edição da *Gemüse Fest*, um assessor do Cepagro (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo) e professor da UFSC veio proferir uma palestra a convite da diretoria da Agreco. Algum tempo depois, entusiasmado pela experiência e pela proposta da Agreco, sugeriu numa reunião do Cepagro que a região de atuação da entidade fosse a beneficiária para a implantação de um projeto de agroindústrias rurais de pequeno porte. A sugestão é apreciada e aceita pela diretoria do Cepagro que entra em contato com o coordenador da Agreco e propõe uma mobilização para apresentar a proposta aos agricultores.

Isso ocorreu em vista da existência de uma proposição da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura ao Cepagro que sugeriu que esse órgão gerenciasse, no Estado, a implantação de dois projetos pilotos de indústria rural de pequeno porte, para a agricultura familiar. Sua implantação sugeria que a agroindústria reunisse ao redor de si, em torno de 20 famílias em cada unidade agroindustrial, prevendo um endividamento médio de R\$ 10.000,00 por família. O crédito seria liberado com aval solidário do grupo sem penhora de bens e concedido via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Para cada grupo de 200 produtores haveria também a liberação de R\$ 30.000,00 ao ano a fundo perdido, para ser aplicado em assistência técnica e 10% do valor do projeto para obras de infra-estrutura. O dinheiro para o investimento seria proveniente do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) Agroindústria, que exigia como condição que os projetos dessem retorno em curto prazo. Essa proposta surge do Governo Federal, que havia lançado em âmbito nacional, oito desses projetos no Programa de Agroindústrias Modulares em Rede, da Secretaria do Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, sem que nenhum deles já tivesse sido implantado, daí a necessidade de obter resultados positivos e em curto prazo (AGRECO, 1998; LUZZI 2001).

As lideranças locais divisaram este dispositivo como uma oportunidade de inversão da visão dos próprios moradores sobre a sua região, de geração de postos de trabalho, de fortalecimento do associativismo como forma de viabilizar a inserção produtiva, e de reforço do modelo técnico adotado, ao permitir a inserção no “grande

circuito” dos produtos livres de agrotóxicos e de adubos sintéticos (SCHMIDT, 2004, p.335).

Inicia-se, assim, um intenso trabalho de contato e mobilização dos associados em torno do Programa, resultando na organização de 53 grupos interessados, envolvendo cerca de 211 famílias. Constrói-se um projeto para a criação de 53 Agroindústrias Modulares em Rede, cada unidade agrupava ao redor de si quatro famílias. Luzzi (2001, p.57) esclarece que se organizou o Projeto desta forma porque ele deveria envolver o maior número de pessoas para se tornar mais democrático. E ressalta que, “no fundo, o que pesou realmente foi a possibilidade de recebimento de um crédito a fundo perdido”.

Como os agricultores estavam motivados pelo novo cenário que se desenhava para o território das Encostas da Serra Geral, a Agreco conquistava mais associados. Foi quando recursos do Pronaf, mas especificamente do Pronaf-Agroindustria, de Secretaria do Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, permitiu aos produtores primários investir em agroindústrias modulares em rede. O objetivo era alavancar um processo de desenvolvimento solidário que agregasse valor à produção da agricultura familiar e gerasse oportunidades de trabalho e renda (AGRECO, 2002/2003, p.22).

Assim, para sua ampliação, a Agreco recorre a recursos financeiros do poder público, ao Estado, a investimentos externos, ao endividamento das propriedades usadas como garantia a esses empréstimos. Esse percurso move-se nas teias do modo de produção capitalista, significando a luta por superar as condições sob as quais se encontram e para se manterem como homens produtores diretos, pequenos proprietários rurais. O vínculo com o Estado representa uma possibilidade real ainda que se afirmem pelo trabalho que visa o “reino das necessidades”.

Com esse novo Projeto expande o território de atuação da Agreco. A ampliação do número de associados de aproximadamente 50 famílias em 1998, para 211 no mesmo ano (famílias de Santa Rosa de Lima - em maior número, de Gravatal, do Rio Fortuna, de Anitápolis, de São Martinho, de Armazém e de Grão Pará), deve-se a implantação desse Projeto. A ampliação para esse número de famílias foi do Ministério da Agricultura pondo como parâmetro o benefício ao mínimo de 200 famílias, prevendo também uma data para entrega do Projeto. Corria-se, assim, contra o tempo, acelerando a ampliação da Agreco, pelo externo. Dessa forma constroem-se os “condomínios rurais”, forma jurídica encontrada para encaminhar o processo. A formulação do Projeto ficou sob a responsabilidade de uma equipe de trabalho composta por técnicos do Cepagro, das prefeituras municipais envolvidas e pela

Agreco. Houve ainda o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina e de alguns técnicos da Epagri. Concebe-se, assim, o “Projeto Intermunicipal de Agroindustrial Modulares em Rede”, o Piamer, que “consistia em um amplo processo de desenvolvimento solidário pela agregação de valor à produção e pela geração de trabalho e renda” (AGRECO, 2000c, s/p; AGRECO, 1999a, s/p).

Os homens produtores diretos, pequenos proprietários rurais vêm no Piamer um caminho novo, uma nova possibilidade que se lhes apresentou como possível na luta pela sua efetivação como *seres viventes*. A Agreco como já frisamos contém em si, como positividade, o que há de mais avançado no modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que aponta os limites históricos do capital para a produção da existência dos homens produtores diretos. Os agricultores vêm, assim, tecida como avanço por expressar uma produção coletiva, ainda que presa à subjetividade dos homens, traz em si a unidade entre eles, percebem, portanto que isoladamente não é possível a produção da existência; passam a vincular-se também com o Estado, com a UFSC e com outras instituições, como a CPT, para assegurar a sua estruturação. Amplia-se portanto o fortalecimento através de “parceiros”, vincula-se ao que há de mais avançado no modo de produção capitalista, também em termos de forças produtivas, entretanto, essas ações e parcerias vêm para afirmar aquela forma de organização produtiva: a descentralização produtiva, trabalho em pequenos grupos; a manutenção de pequenas propriedades; a produção tendo como base a subjetividade humana, isto é, a intensificação do uso de força de trabalho. Vale lembrar o que diz Lênin (s/d: p.231, vol.3) sobre a pequena agricultura: “o desejo de proteger o pequeno lavrador, no que se refere à sua propriedade, não protege a liberdade desse lavrador e sim a forma específica de sua escravidão, e só faz prolongar uma situação em que não pode nem viver nem morrer”. Isto é, a Agreco organiza-se para proteger o trabalhador direto e sua propriedade, criando condições de o manter nela, através da valorização de sua categoria social, vinculando-o à preservação da natureza, e à valorização da força de trabalho das unidades familiares.

A Agreco propõe assim, via Estado, no ano de 1998, a implantação de 53 agroindústrias de pequeno porte, de âmbito intermunicipal e articuladas em rede. Os produtores, além de produzir para a sua unidade agroindustrial, forneceriam produtos excedentes para outras. A articulação entre as unidades deveria ser feita por uma Unidade Central de Apoio Gerencial (UCAG), administrada pelos próprios agricultores, com a finalidade de prestar serviços de assistência técnica, marketing e comercialização e, ainda,

“assessorar o conglomerado no sentido de otimizar sua inserção no mercado, eliminando o que fosse possível de intermediação na aquisição de insumos e equipamentos para as unidades agro-industriais e, principalmente, na venda da produção aos consumidores finais” (SCHMIDT, 2004, p.341).

Esperava-se gerar 499 postos de trabalho na produção de matéria-prima e 208 nas unidades de beneficiamento. A renda líquida segundo seus estudos alcançaria, em cada unidade, R\$ 573,40 por família envolvida. O valor total dos recursos para o Projeto somava o montante de R\$ 2.512.618,60. Previu-se que seriam vinte e seis agroindústrias de beneficiamento de hortaliças; seis para a produção de conservas vegetais, compotas e geléias de frutas; cinco de processamento de cana-de-açúcar, melado e aguardente; quatro de industrialização de leite, queijo e iogurte; três de beneficiamento de mel; duas de abate de aves; duas de abate e processamento de suínos, carnes, defumados, embutidos e banha; duas de beneficiamento de grãos, feijão, arroz; uma de beneficiamento de ovos; uma de panificação; e uma de processamento de raízes. O objetivo geral do projeto foi o de constituir um amplo processo de “desenvolvimento solidário na região, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, pela agregação de valor baseada em agroindústrias de pequeno porte e pela geração de oportunidade de trabalho e de renda” (AGRECO, 1998, s/p.; CABRAL, 2004; NIZZI, 2001; MULLER, 2001).

Assim, a Agreco, preocupada com a expulsão de trabalhadores de seu território, ao invés de implementar uma única agroindústria, centralizada, projeta 53 unidades para valorizar o trabalho de seus associados e construir um “processo de desenvolvimento solidário”. Observa-se que no modo de produção capitalista, a concentração e a centralização dos meios de produção leva a crescente expulsão da força de trabalho como força produtiva para o capital; a produção em várias e pequenas unidades agroindustriais descentralizadas, vinculadas muito mais à valorização do trabalho próprio do que com as forças produtivas do trabalho social, faz com que, nelas, a produtividade do trabalho situe-se aquém da média social. O que pode levar a dificuldade na manutenção dessas unidades e a sua destruição.

Entretanto, apesar de toda a batalha para organizar os agricultores em torno do Projeto e a corrida contra a escassez de prazo, quando os Projetos são finalizados, a liberação que seria através do Pronaf Agroindústria, não se efetiva, o Programa acaba não recebendo regulamentação para a sua atuação, a linha de crédito para a agricultura familiar e a reforma agrária passa a ser uma só. O Ministério da Agricultura deixa de ser responsável pelo crédito e



o Procerá (linha de crédito exclusiva para a reforma agrária) é extinto. As regras e condições do Programa anunciadas aos agricultores são modificadas. Após várias reuniões com o Ministério da Agricultura decide-se a continuidade do Projeto, revendo-o, agora, com juros de 6% ao ano mais uma taxa de juros de longo prazo (TJLP). O aval deixa de ser solidário e as propriedades entram como garantia para a liberação do crédito. A Agreco informa o ocorrido aos seus associados e estes se desestimulam, o que leva a algumas desistências, a maioria, entretanto, decide pela permanência, apesar das alterações no Projeto original. Dos 53 grupos confirmados inicialmente, 15 desistiram, mas dos 38 dispostos a continuar, apenas 14 conseguiram apresentar garantias aceitas pela agência financiadora no prazo pré-estabelecido. Em fevereiro do ano de 1999, o Programa foi apresentado ao BNDES e seu lançamento ocorreu em março daquele mesmo ano, no Município de Gravatal.

O desmonte da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura (SDR-MA), com a passagem do Pronaf para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), representou, num primeiro momento, um golpe duro para o andamento do projeto. (...) Esse golpe só não foi definitivo, porque o governo estadual procurou honrar os compromissos que havia assumido quando do lançamento solene do Projeto, suplementando a ausência da SDR-MA pela mobilização de sua Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Em seguida, o MDA toma, também, uma clara posição de apoio. A forte turbulência gerada neste interstício vai, no entanto, marcar profundamente a Agreco (SCHMIDT, 2004, p.347).

Inicia-se a fase de construção das agroindústrias em julho de 1999, inicialmente das quatorze unidades, demandando uma intensa quantidade de trabalho dos agricultores e também da equipe técnica que nesse momento é ampliada em vista das novas exigências, participam agora do Projeto, o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção (Programa Desenvolver). Essas agroindústrias ou condomínios assim denominados, são de propriedade dos agricultores, muito embora em seu sistema produtivo e de comercialização recebam o gerenciamento da Associação, isto é, da Agreco que, através de estimativas de vendas, distribui entre os associados uma cota de produção. As agroindústrias, ainda em fase experimental, começam a funcionar em março de 2000 e são inauguradas em agosto daquele ano (AGRECO, 1999; AGRECO, 2000b).

Com as construções dos condomínios introduz-se naquele espaço, pequenas unidades produtivas agroindustriais, apesar das intensas dificuldades, elas são levantadas a partir da dura luta da Agreco. Novamente, introduz-se uma universalidade, a agroindústria, mas esta,

ao invés de ser implementada nos moldes mais avançados da força produtiva, a ciência, o laboratório, naquele setor, é implementada visando a valorização do trabalho vivo, a criação do maior número de postos de trabalho possíveis, visando manter o homem fixo no campo. Marx (1994, p.373, l.1, v.I) vai indicar que vários módulos industriais elevam o custo dos meios de produção, e que estes ao serem usados em comum, concentrados, cedem menor porção de valor a cada produto isolado, há uma economia dos meios de produção. E o emprego simultâneo de diversos trabalhadores, num único espaço, não disperso, é condição revolucionária nos processos de trabalho.

Mesmo não se alterando o método de trabalho, o emprego simultâneo de grande número de trabalhadores opera uma revolução nas condições materiais do processo de trabalho. Construções onde muitos trabalham, depósitos para matéria-prima etc, recipientes, instrumentos, aparelhos, etc. que servem a muitos simultânea ou alternadamente, em suma, uma parte dos meios de produção é agora utilizada em comum no processo de trabalho. O valor-de-troca das mercadorias e portanto dos meios de produção não aumenta em virtude de maior exploração de seu valor-de-uso. Aumenta a escala dos meios de produção utilizados em comum. (...) Mas, custa menos trabalho construir uma oficina para 20 pessoas do que 10 oficinas, cada uma com capacidade para 2 pessoas, e assim o valor dos meios de produção concentrados para uso em comum e em larga escala não cresce na proporção em que aumenta seu tamanho e seu efeito útil. Meios de produção utilizados em comum cedem porção menor de valor a cada produto isolado, seja porque o valor total que transferem se reparte simultaneamente por quantidade maior de produtos, seja porque, em comparação com os meios de produção isolados, entram no processo de produção, em virtude de sua maior eficácia, com valor relativo menor, embora representem valor absoluto maior. Por isso, diminui a porção de valor do capital constante que se transfere a cada produto isolado e na proporção dessa queda cai o valor global da mercadoria. O efeito é o mesmo que ocorreria se os meios de produção da mercadoria fossem produzidos mais baratos. Essa economia no emprego dos meios de produção decorre apenas de sua utilização em comum no processo de trabalho de muitos. E esses meios adquirem esse caráter de condições do trabalho social ou condições sociais do trabalho em comparação com os meios de produção esparsos e relativamente custosos de trabalhadores autônomos isolados ou de pequenos patrões. (MARX, 1994, p.373. l.1, v. I).

E também,

ao tratar da cooperação, da divisão do trabalho e da maquinaria, a economia nas condições de produção, característica da produção em grande escala, decorre essencialmente de funcionarem elas como condições do trabalho social, socialmente combinado, como condições sociais do trabalho portanto. No momento de produção consome-as em comum uma coletividade de trabalhadores; não são consumidas fragmentariamente por uma massa de trabalhadores desligados entre si ou que, no máximo, só em pequena escala cooperam de maneira direta. Numa grande fábrica, os custos de um ou dois motores centrais não aumentam na mesma proporção da força desses motores, a qual determina o possível raio de ação deles; os custos do mecanismo de transmissão não aumentam na mesma proporção do volume das máquinas operadoras, às quais leva o movimento; o tronco da máquina operadora não encarece em proporção com o acréscimo de ferramentas, que constituem os membros por meio dos quais ela funciona, etc. A concentração dos

meios de produção traz ainda economias em construções de toda espécie, não só as destinadas a oficinas, mas também a armazenamento, etc. O mesmo acontece com as despesas em aquecimento, iluminação, etc. (MARX, 1980, p.88-9, l.3, v.VI).

O Piamer vem assim, estruturado para a valorização do espaço rural e do trabalho do produtor direto. Organiza para fazer-se através da aparência de um trabalho próprio (cota parte do trabalho social), familiar, critério fundante de sua existência, entretanto no modo de produção capitalista quem organiza os homens é o capital vinculado à sua composição orgânica, à relação entre trabalho passado e trabalho presente que prescinde dos trabalhadores. Ou seja, hoje, a realidade se explicita na impossibilidade de os homens se produzirem e se reproduzirem como capital, enquanto homens produtores diretos. A Agreco, uma positividade que nasce da sociabilidade entre os homens, busca ser implementada pela sua negação, afirmando-se sob a subjetividade do trabalho e a descentralização dos meios de produção. Na universalidade do trabalho social há já a existência de forças produtivas desenvolvidas capazes de engendrar a emancipação do homem de seu “ser trabalhador” (AUED, 2005). Na Agreco busca-se a sua efetivação através da subjetividade humana, mesmo na implementação das agroindústrias.

Todavia é nos condomínios, na organização das agroindústrias, que a Agreco consegue implementar sua proposição associativa. É neles que os produtores diretos reúnem-se, ainda que em pequenos grupos familiares, com elevado grau de parentesco para o beneficiamento dos produtos, conforme observado por Cabral (2004, p.178),

no fumo, trocava dia na época da safra... Agora, por causa do trabalho na agroindústria tem mais reunião, toda semana se tá junto (agricultor, 23 anos).  
No começo parecia que a gente não se adaptava muito bem, mas depois o trabalho no condomínio aproximou mais o pessoal do lugar, ajudou a fazer pensar de uma maneira mais igual, a ver mais a situação do outro (agricultora, 27 anos).  
O contato entre nós sócios é bem maior agora que a gente se reúne pra trabalhar, mas só que a participação na comunidade mesmo eu até acho que depois da agroindústria diminuiu, a gente não participa mais tanto de salão, de igreja... (agricultor, 37 anos).

Muller (2001) explica que a forma de condomínio foi privilegiada pela Agreco em vista dos seguintes aspectos: facilidades no processo de organização, no planejamento da produção, no transporte e na comercialização de produtos; economia no acompanhamento e orientação técnica que pode ser feita de uma única vez para um maior número de famílias; favorecimento ao acesso a recursos financeiros e humanos (assistência técnica e administrativa especializada) através de projetos junto às instituições diversas; e mobilização

de recursos entre os agricultores associados para a aquisição de equipamentos e para a viabilização do próprio empreendimento agroindustrial. Percebe-se assim, que a Agreco tem consciência de que a concentração dos meios de produção e do trabalho em um único espaço resulta em economia, tanto de um como de outro, entende-se o seu privilégio à construção de pequenas unidades levando-se em conta a sua preocupação em manter os trabalhadores diretos em suas pequenas propriedades e criando, ainda, condições de trabalho e renda para seus filhos nela produzirem sua existência, ainda que evidencie-se em um limite histórico.

A vantagem é que pra construir e manter uma agroindústria como a nossa, sozinho ninguém ia conseguir, seria inviável (...) Embora um diga isso outro diga aquilo uma coisa é certa ou o pequeno agricultor se junta com outros agricultores, moderniza a sua produção e agrega o valor do seu produto ou então em dez, quinze ou vinte anos ele vai desaparecer (agricultor, 52 anos, apud. CABRAL, 2004, p.177).

As atividades nas agroindústrias são executadas por um ou dois membros associados de cada família. A divisão do trabalho não obedece a normas rígidas para o beneficiamento da produção, entretanto, observa-se que são as mulheres que tendem a ocupar as funções de lavagem e limpeza dos produtos, isso é feito através da recomendação dos técnicos que consideram as mulheres mais hábeis para o exercício dessa função. Atividades mais técnicas são exercidas pelos que possuem maior escolaridade e são mais jovens, como o registro da produção, da comercialização e das finanças em planilhas ou a contabilidade das agroindústrias (CABRAL, 2004, p.176).

#### **4.3 Novos desafios fazem-se à implementação dos condomínios**

Desde a sua criação, a Agreco vem buscando encontrar caminhos que possibilitem a permanência dos agricultores no campo, aumente a sua sociabilidade e os reproduza como *seres viventes* para além das condições dadas, degenerativas do capital, na atualidade. A positiva geração de renda em seu início fez com que outros agricultores fossem atraídos para ela. Entretanto, nesse primeiro momento, com as regras definidas para a inserção de novos membros (apresentação por um sócio, aprovação em Assembléia), estes acabam sendo sempre conhecidos e próximos aos agricultores já associados, há, assim, um bom entrosamento entre todos, os problemas e encaminhamentos são sempre discutidos de forma amistosa na casa de

algum associado, com um almoço ou jantar após a reunião, em um clima cordial. Sua ampliação vinha ocorrendo lenta e gradualmente até a implantação do Piamer, quando ocorre um estímulo para outras famílias associarem-se e participarem do Projeto. A incorporação de novos associados, sem levar em conta as regras existentes, levou a um crescimento da produção sem a existência de um aumento na comercialização, antigos associados sentiram-se prejudicados e criticaram essa postura da Agreco. Os novos associados abandonaram a produção de fumo e necessitavam, com urgência, de um resultado positivo para a nova produção para garantir sua própria sobrevivência, isso, entretanto, não ocorre. Não havia mais uma venda garantida para toda a produção. Assim os agricultores passam a identificar na construção das agroindústrias um “antes” dos condomínios, próspero e um “depois” problemático (LUZZI, 2001; SCHMIDT, 2004).

O aumento de “tamanho” foi, sem dúvida, essencial para a projeção e expansão da Agreco e da proposta agroecológica em termos geográficos como também de maior “visibilidade social”. Mostra disso foi a aprovação e viabilização do projeto das agroindústrias, além do maior poder de barganha e força política para o estabelecimento de negociações em torno de parcerias e de novos canais de comercialização. Por outro lado, promoveu um “distanciamento” e um “esvaziamento” das relações de participação e solidariedade, construídas até então “entre” e “pelos” agricultores (MULLER, 2001, p.145).

Mas é necessário destacar, ao mesmo tempo, que os dirigentes da Agreco buscavam um projeto que não fosse apenas uma experiência “marginal” e que tivesse um verdadeiro impacto na geração de emprego e renda no local e na forma dos atores locais perceberem a sua região. É claro que a constituição de um projeto territorial coletivo realista só é possível com o confronto do que se quer com a realidade. De fato, para os agricultores que já participavam da associação e que se encontravam em uma condição bastante favorável de escoamento e venda de seus produtos e que estavam “ganhando dinheiro”, a ampliação só se explicava por uma pressão dos clientes (os supermercados) para que os produtos fossem minimamente processados e embalados (daí, a necessidade das “agroindústrias”) e por uma espécie de constrangimento cívico colocado pelas lideranças que indicavam a perspectiva de, por uma “economia de território”, “mudar a cara” das Encostas da Serra Geral. A coincidência com uma situação desfavorável, quando ainda estavam sendo construídas novas formas de governança, mais adequadas à nova realidade, gera uma crise de dimensões razoáveis. A perspectiva de longo prazo e de fortalecimento da associação conseguiu, no entanto, permenececer (SCHMIDT, 2004, p.335).

Começam a existir excessos de produtos, o mercado não absorve toda a produção, há sobras e devoluções, perda de qualidade, deficiências nos controle e ainda, acirramento da concorrência no setor. E para agravar ainda mais a situação, o supermercado Santa Mônica, responsável pela comercialização de 60% da produção, passa a apresentar sérios problemas financeiros atrasando os pagamentos à Agreco, gerando sobras ainda maiores. Como resposta a essas dificuldades, a Agreco decide pela criação, em setembro de 1999, da Comissão de

Produção e Comercialização (CPC), com o objetivo de: planejar e distribuir as cotas de produção por grupos de agricultores; abrir novos postos de vendas; ajustar preços, negociar as sobras e promoções. Entretanto, isso não se faz suficiente e, em dezembro de 1999, cria-se também um Conselho Deliberativo (CD) visando aprimorar ainda mais a estrutura (AGRECO, 1999 e 1999a).

Em janeiro de 2000 transfere-se a sede, que primeiro estava centralizada na propriedade da família Schmidt e depois ocupou um espaço na Prefeitura Municipal, para um prédio cedido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, localizado no centro de Santa Rosa de Lima.

Entretanto, apesar de todas as mudanças e a busca constante por soluções alternativas os problemas com a produção e com a comercialização persistem. Cabral (2004, p.100) especifica essa angústia em algumas questões que aparecem com vigor na Agreco:

Como dobrar o faturamento mensal da Associação (de R\$ 50.000,00, em janeiro de 2000, para R\$ 100.000,00) e a renda média por família (de R\$ 400,00 para R\$ 800,00)? Como reduzir os índices de quebra para menos de 10%? Como organizar a produção e comercialização para atender a demanda de mais de 200 famílias a partir de janeiro de 2001? Como planejar e organizar as propriedades segundo os princípios agroecológicos? Como consolidar a organização de 14 novos condomínios, voltados principalmente ao processamento de matéria-prima de origem animal?

Para agravar ainda mais esse quadro, em maio de 2000, consuma-se a falência da rede de supermercados Santa Mônica. E, piorando a situação. Fortes geadas fazem com que ocorra a perda de cerca de 70% da produção de hortaliças (AGRECO, 2000b).

Em agosto daquele mesmo ano, as unidades agroindustriais começam a produzir ampliando a produção, registram-se mais de 170 itens para serem comercializados, porém nem todos estão disponíveis todo o ano devido a sua sazonalidade. Outros 10 condomínios entram em construção. Nesse período consegue-se levar a comercialização para outros supermercados e para outros Estados.

Inicia-se, assim, um tortuoso percurso sobre como atuar no mercado. O aumento da concorrência passa a ser um fator novo com o qual tem de se aprender a lidar. Na colocação dos produtos em supermercados regionais deparou-se com a exigência de um alto nível de qualidade, produtos com bom visual, prazos de entrega, alta taxa de devoluções, entre outros. Em âmbito local, procurou-se a colocação em feiras, sendo atestado que essa estratégia distante dos grandes centros consumidores e más condições de estradas, mostrou-se inviável

para a Agreco. Outras estratégias foram sugeridas como a venda para restaurantes, que também mostrou-se problemática em vista da pouca diversificação dos pedidos e da sazonalidade da produção. Ainda assim,

A construção das agroindústrias rurais de pequeno porte só vem a confirmar a expectativa de que era possível reverter a visão de que a única tendência local era a da regressão, e não a do surgimento de novas possibilidades e empreendimentos. Ao mesmo tempo, os agricultores foram percebendo que a formação de grupos era a melhor maneira de aprimorar a qualidade de seus produtos agrícolas, de processá-los conforme as exigências do mercado e de tornar o seu trabalho melhor distribuído, menos penoso e mais produtivo. Além disso, eles despertaram para a possibilidade de ocupar novos espaços na mesma cadeia de comercialização onde estavam inseridos. Os produtos da Agreco passam a ser vendidos por mais de dez redes de supermercados com lojas distribuídas nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná (SCHMIDT, 2004, p.347).

Os problemas que vão surgindo aparecem como se fossem problemas da ampliação da estrutura, aumento do número de sócios, falência do supermercado, acirramento da concorrência, a burocracia, a atuação no mercado, e não da forma como vêm se organizando a produção e o trabalho nessas pequenas unidades produtivas agrícolas. Essa dinâmica vai exigindo, cada vez mais, maior capacidade administrativa. É preciso agora, ao invés de contratar agrônomos, contratar administradores, financistas. O modo de produção capitalista vai deteriorando, com sua lógica, vai minando essas pequenas propriedades parcelares.

Com efeito, a tendência fundamental e principal do capitalismo consiste na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura. Contudo, esta eliminação não deve ser compreendida *apenas* no sentido de uma expropriação imediata. Ela pode também assumir a forma de um longo processo de ruína, de deterioração da situação econômica dos pequenos agricultores, capaz de se estender por anos e por décadas. Esta deterioração se traduz no trabalho excessivo ou na péssima alimentação do pequeno agricultor, no seu endividamento, no fato de que o gado é mal alimentado e, em geral, de baixa qualidade, a terra não é bem cultivada, trabalhada, adubada, etc.; não há progresso técnico (LÊNIN, 1980, p.64).

Para a Agreco, sua experiência parece indicar que esses pequenos circuitos da economia, como o das feiras, de vendas diretas, não dão conta da comercialização de toda a produção. Entretanto, isso a coloca em um dilema, uma opção pelo grande circuito implica na entrada em uma lógica que fere aos princípios éticos e morais da produção orgânica, por estar “dominada por uma lógica exclusivamente centrada no produto”. Schmidt (2001, p.63) explica que entre os objetivos dessa forma de produção estão,

trabalhar com empresas à escala humana, preços equitativos, negociações em todos os níveis da cadeia, vendas de proximidade. Entre os objetivos sociais e humanistas, esta aproximação entre o produtor e o consumidor, a cooperação e não competição, a equidade entre todos os atores; mas, também, a manutenção dos agricultores na terra e a defesa do emprego rural (SCHMIDT, 2001, p.63).

Assim, a questão que preocupa o autor (Idem.) é se a busca pela ampliação, tanto da produção como dos mercados consumidores, faz com que a produção da Agreco seja submetida a mesma lógica da agricultura convencional, e assim, perde o seu conteúdo ético e seu caráter contestatório à produção convencional. Dessa forma, a agricultura orgânica, mantendo sua lógica, busca ser vista como uma prática saudável e não como um produto, uma mercadoria.

Nesse contexto, há uma grande preocupação na Agreco no processo da institucionalização da agricultura orgânica, que sob um aspecto é vista como uma positividade, uma vez que a institucionalização a reconhece como forma de produção diferenciada, o que leva a sua valorização, mas sob outro, traz o risco de uma descaracterização de seus processos e que podem levar a uma “industrialização” dessa agricultura. Para mantê-la nos seus moldes viabilizando-a é indispensável a mobilidade de recursos do Estado (SCHMIDT, 2001, p.64). Inserindo-se a luta da agricultura orgânica para a inversão de recursos do Estado através de políticas públicas específicas.

Assim, a estratégia de venda de produtos produzidos organicamente, portanto diferenciados, a um preço superior aos convencionais só pode ser entendido como momento para a consolidação dessa proposta, ressaltam Costabeber e Moyano (2000), é preciso que ela tenha um tempo determinado. Com a ampliação da produção e dos volumes comercializados, espera-se a baixa gradativa dos preços. Entretanto, ressalta Schmidt (2001, p.65), os agricultores esperam obter uma remuneração satisfatória do seu trabalho, e sabendo-se que os circuitos curtos dificilmente darão conta dessa expansão faz-se necessário encontrar os consumidores. No grande circuito estão os grandes supermercados, que possuem motivações diversas para a colocação dessa produção em suas redes, como sua imagem ou marca e a pressão dos concorrentes, ou seja, vende produtos orgânicos como um fator diferencial com a intenção de atrair novos clientes, e assim o produto orgânico se “transforma em um instrumento de promoção” (SCHMIDT, 2001, p.66).

Na discussão sobre “preços”, a Agreco preocupa-se em que seus produtos sejam acessíveis aos consumidores com renda mais modesta, para não se tornar um produto



elitizado. Entretanto, diminuir o preço significa diminuição de empregos e salários, e pode abrir caminho para uma “agricultura orgânica-intensiva” e a uma “agricultura orgânica-industrial” que farão desaparecer as pequenas estruturas. O modelo “orgânico industrial” é entendido como representante da economia do “sistema neoliberal”, e o que se busca é justamente o contrário, “uma justa remuneração do produtor e do beneficiador-transformador, que leve em consideração a qualidade do trabalho e do produto. Só isto permitirá que as pequenas e médias empresas continuem a viver com toda a independência”. Uma forma para a redução do preço seria o aumento da escala produtiva desses produtos, que permitiria reduzir custos (SCHMIDT, 2001, p.66).

Há hoje, portanto, uma preocupação da agricultura orgânica com a “formação de agri-organic-business”, levando a um nivelamento por baixo dos preços e exterminado com a pequena agricultura orgânica. Para evitar que isso ocorra, um caminho apontado por Schmidt (2001, p.70) é associá-la a agricultura familiar e também com propostas de “desenvolvimento regional sustentável”.

A Agreco anseia assim em se implementar ideologicamente, glorifica o trabalho familiar do pequeno produtor como forma ideal, e sob ele busca moldar-se a uma lógica que, como cota parte do trabalho social, é insuficiente construir-se enquanto universalidade, como almeja. O capital, entretanto, aparece como uma sociabilidade mais avançada e produz maior quantidade de riqueza em menos tempo, limitando sua atuação. Aparece então, o receio da entrada da grande indústria com sua lógica, destruindo aquela construção. Kautsky (1986, p. 100) observa que esses trabalhadores, não só se auto-chicoteiam como chicoteiam a sua família inteira, a sua mulher e seus filhos, as crianças, inclusive, em vista do trabalho cada vez mais excessivo.

Assim, com os diversos problemas enfrentados, a alteração nos órgãos do Estado, das 53 agroindústrias previstas pelo projeto original, somente 27 foram instaladas, atualmente a Agreco possui 18 agroindústrias ativas. Neste transcorrer de tempo, algumas agroindústrias fecharam ou saíram da Associação e outras alteraram seu produto principal, sobretudo as agroindústrias que inicialmente estavam voltadas ao beneficiamento de hortaliças (LACERDA, 2005, p.84).

Com o esgotamento do vínculo com o Supermercado Santa Mônica, persistem e acirram-se e dificuldades em torno de sistemas de produção e comercialização de hortaliças e algumas unidades que as beneficiavam modificaram suas instalações “a fim de processarem

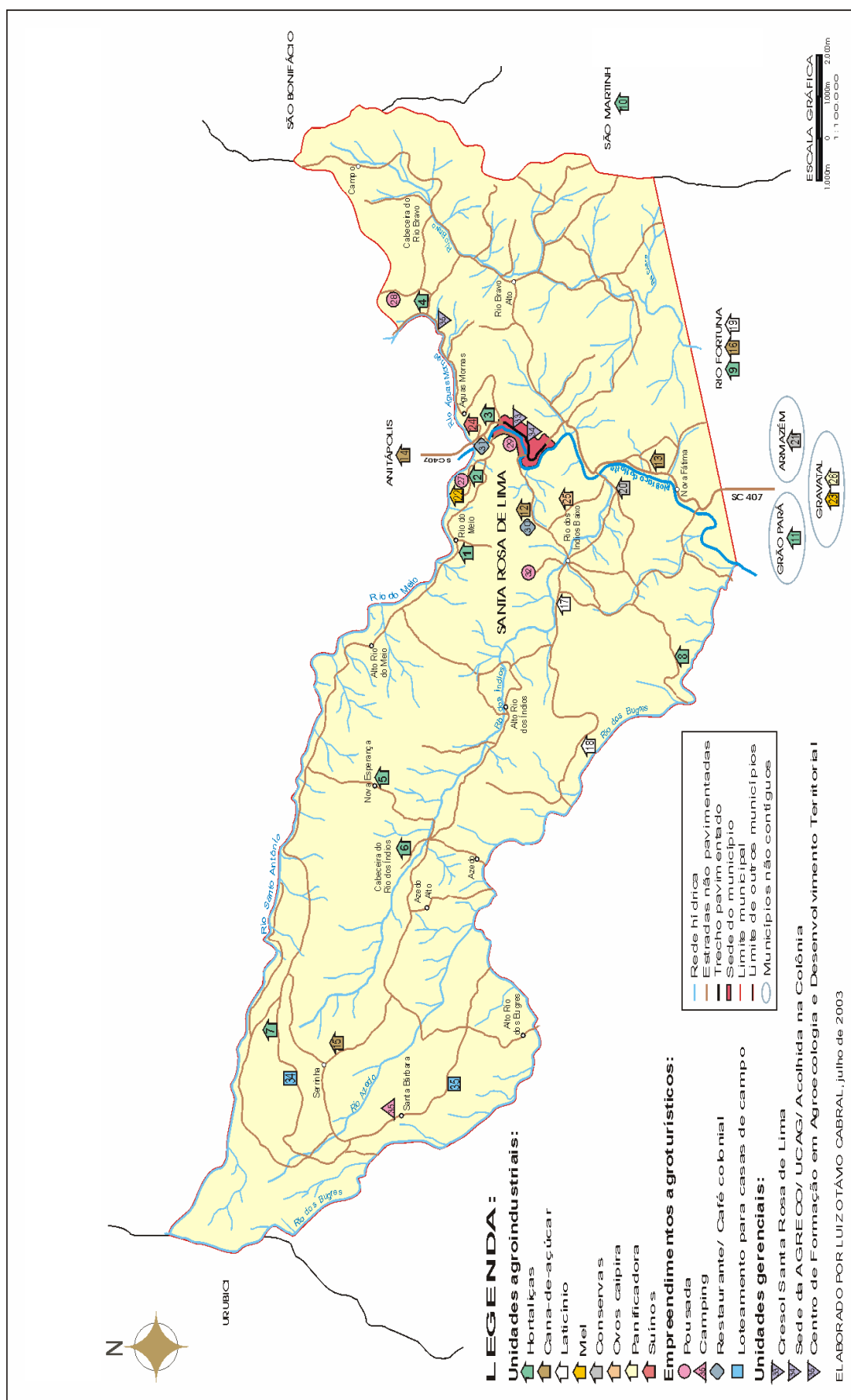
produtos com maior valor agregado”, outras com dificuldades diversas e incapazes economicamente de prover mudanças interromperam suas atividades na agroindústria (CABRAL, 2004, p.107).

Apesar do processo de industrialização na Agreco, Lacerda (2005), em pesquisa na região, levantou que 45,5% dos pesquisados têm como fonte de renda atividades agropecuárias e 36,4% na aposentadoria ou pensão fornecida pelo Estado, e somente 9,1% das famílias têm como fonte de renda principal a atividade agroindustrial, apesar de 90% delas beneficiarem seus produtos para a venda. Isso evidencia, explica a autora (Idem), que a principal atividade de remuneração e a garantia de sua reprodução social permanece sendo atribuída a atividade agrícola propriamente dita. Nota-se, também a importância da aposentaria como forma social de reprodução das famílias em que o Estado é seu responsável direto. O agroturismo, na pesquisa de Lacerda (2005), aparece como fonte secundária de renda para 9,1% dos entrevistados pela autora. Esta atividade embora secundária para a reprodução das famílias é fundamental como estratégia de comercialização e visibilidade alcançadas pela Agreco, além de ser vista como atividade essencial para a autovalorização do agricultor.

A construção de uma única marca, a marca Agreco, para todo o conjunto dos produtores e das agroindústrias, aparece como, explica Schmidt (2004, p.342), “a vontade da Agreco de se lançar na criação de um verdadeiro complexo agro-alimentar alternativo”, para isso,

é preciso estabelecer uma imagem sólida (diante de operadores polivalentes) capaz de acompanhar a evolução dos modelos de consumo urbano. Com isso, ela reforça incontestavelmente os engajamentos de seus associados. Ao lhes transferir a carga dos investimentos, agregando à sua competência de produtores a de transformadores, ao se tornar a reguladora interna do funcionamento de uma nova cadeia agro-alimentar, a Agreco fica obrigada também a melhorar o processo de aprendizagem das técnicas de marketing e de gestão, sem que exista, para tanto, no campo do *management*, a mesma quantidade de alternativas que no campo da produção agrícola ou agro-alimentar (SCHMIDT, 2004, p.342).

Esta estratégia é adotada pela Agreco no sentido de se perceber que através dela se faz possível a agricultura familiar aparecer de forma diferenciada, com seus valores e sua ética próprias, quando da venda dos produtos, visando, remunerar melhor o trabalho desse produtor rural, “agregando valores”. Ironicamente busca implementar um *agri-organic-business* assentado em reduzido nível das forças produtivas sociais já existentes.



**Figura 9: Localização das unidades agroindustriais, agroturísticas e gerenciais implementadas a partir da Agreco**  
Fonte: Cabral (2004).

**Quadro 1: Caracterização das unidades da Rede Agreco de Agroindústrias**

<i>Condomínio</i>	<i>Agroindústria</i>	<i>Localização</i>	<i>N.º famílias Inicial/actual (grau parentesco)</i>	<i>Setor de ocupação dos sócios</i>
<b>Rio do Meio (1)*</b>	<i>Início:</i> Hortaliças <i>Hoje:</i> Abatedouro	Rio do Meio/Santa Rosa de Lima -SRL	6 / 8 (forte)	Não agrícola
<b>Morro verde (2)</b>	Hortaliças	Braço Rio do Meio/SRL	9 / 2 (forte)	Agrícola
<b>Willemann (3)</b>	<i>Início:</i> Hortaliças <i>Hoje:</i> conservas	Águas Mornas/SRL	1 família (forte)	Misto
<b>Rio Bravo Alto (4)</b>	Hortaliças	Rio bravo Alto/SRL	11 / 2 (fraco)	Misto <sup>1</sup> (UF)
<b>Nova Esperança (5)</b>	<i>Início:</i> Hortaliças <i>Hoje:</i> +conservas	Nova Esperança/SRL	4 / 3 (médio)	Misto
<b>Wiemes (6)</b>	Hortaliças	Rio dos Índios/SRL	2 famílias (forte)	Agrícola
<b>Recanto do Puma (7)</b>	Hortaliças	Serrinha/SRL	5 / 1 (forte)	Agrícola
<b>Agrovida (8)</b>	<i>Início:</i> Hortaliças <i>Hoje:</i> conservas	Rio dos Bugres/SRL	3 famílias (médio)	Agrícola
<b>Doce Encanto (12)</b>	Cana-de-açúcar (açúcar, melado) e licores	Rios dos Índios/SRL	2 famílias (forte)	Agrícola
<b>Delícias da cana (13)</b>	Cana-de-açúcar	Nova Fátima/SRL	2 / 1 (fraco)	Agrícola
<b>Flor da Serra (15)</b>	Cana-de-açúcar	Serrinha/SRL	1 família (forte)	Agrícola
<b>Geração (17)</b>	Queijo e leite	Rio dos Índios/SRL	5 famílias (média)	Agrícola
<b>Silva (18)</b>	Queijo	Rio dos Bugres/SRL	1 família (forte)	(UD)
<b>Becker (20)</b>	Conservas	Rio dos Índios/SRL	2 / 5 (fraco) <sup>1</sup>	Não Agrícola
<b>Florada da Serra (22)</b>	Mel	Braço Rio do Meio/SRL	5 famílias (fraco)	Não agrícola
<b>Emigre (25)</b>	<i>Início:</i> Ovos <i>Hoje:</i> + massas	Rio dos Índios/SRL	4 / 2 (forte)	Misto
<b>Frigoprímo (24)</b>	Suínos (carne e embutidos)	Águas Mornas/SRL	6 / 4 (forte)	Não Agrícola
<b>Cachoeiras (9)</b>	Hortaliças	Rio BravoBaixo/RioFortuna	4 famílias (forte)	Agrícola
<b>Feldhaus (16)</b>	Cana-de-açúcar	Barra Rio Facão/RioFortuna	2 famílias (forte)	Agrícola
<b>Bloemer (19)</b>	Queijo	Rio Facão/RioFortuna	4 famílias (forte)	Agrícola
<b>Del Campo (23)</b>	Pão (de milho)	São Miguel/Gão Pará	2 famílias (forte)	Agrícola
<b>Bioápis (26)</b>	Mel, desidratados e banana-passa	São Miguel/Grão Pará	2 famílias (forte)	Agrícola
<b>Gabiroba (10)</b>	Hortaliças	Rio Gabiroba/São Martinho	6 / 3 (médio)	Agrícola <sup>2</sup>
<b>AFARP (11)</b>	Hortaliças	Rio Pequeno/Gravatal	5 famílias (médio)	Agrícola(UF)
<b>Sul do Rio (14)</b>	<i>Início:</i> cana-açúcar <i>Hoje:</i> doces, molho	Rio do Sul/Anitápolis	2 famílias	Misto
<b>Pik (21)</b>	Conservas	SãoBernardo/Armazém	1 família	Agrícola

- Número do ícone da figura de localização/representação das unidades agroindustriais no mapa acima.

**Siglas:** (UF) = Unidade temporariamente fechada; (UD) = Unidade desligada da Agreco.

<sup>1</sup> O aumento do número de famílias nesse condomínio foi devido à venda do empreendimento (que passou a chamar-se “Conservare”) a um grupo de técnicos e assessores da Agreco.

<sup>2</sup> Em março de 2002, este condomínio optou por se desligar da Agreco e, com a ajuda da EPAGRI, começou a buscar formas próprias de comercialização.

Fonte: Cabral (2004, p.174).





**Figura 10: Cenas diversas das Agroindústrias**

Fonte: Cabral (2004, p. 173)

#### 4.4 O Programa Desenvolver: orientação técnica à Agreco

No ano de 1998, firmou-se um acordo de cooperação técnica entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina (Funcitec), criando o Programa Desenvolver que disponibilizou técnicos para atuarem nas diferentes etapas da cadeia produtiva das agroindústrias de pequeno porte<sup>99</sup>. Dele participavam quatro técnicos com atuação exclusiva, dois engenheiros agrônomos, uma engenheira de alimentos e uma engenheira química; e outros três técnicos com atuação esporádica, um engenheiro civil, um engenheiro sanitarista e um técnico em marketing. E ainda alguns técnicos locais das Prefeituras Municipais. Este Projeto é explicado pela Agreco porque entre os agricultores faltava experiência com o trabalho em agroindústrias e com processos administrativos e mercadológicos que esta nova etapa exigia. (MULLER, 2001).

Essa equipe técnica fazia visitas regulares aos condomínios, para controle havia um formulário de acompanhamento técnico, nele anotavam-se os problemas ou equívocos encontrados bem como as recomendações para resolvê-los e algumas reclamações/dúvidas dos agricultores que eram encaminhadas para serem resolvidas. Os agricultores eram orientados desde a construção das agroindústrias, à legislação, formulação de contratos, gestão e a fazer toda a contabilidade em uma planilha própria (conferida pela equipe nas visitas), onde se registravam, receitas e despesas, quantidade vendida e a quantidade de mão-de-obra utilizada no processamento. Buscava-se criar um hábito desse registro nos agricultores. “A contribuição destes profissionais foi fundamental para a consolidação do projeto de agroindústrias e para o funcionamento das mesmas” (LUZZI, 2001, p.79).

Com essa perspectiva de construção e do início de funcionamento das agroindústrias rurais de pequeno porte, novos desafios foram surgindo e novas deficiências aparecendo. A principal delas: pessoal qualificado para a assessoria e a assistência técnica no que se refere à transformação e ao beneficiamento de matérias primas, à gestão deste tipo de empreendimento e à comercialização e marketing (SCHMIDT, 2004, p.337).

Este projeto esteve vinculado à Agreco de 1999 a 2001. Com o término do convênio com o Programa Desenvolver, os técnicos vinculados a ele saíram, permanecendo na Agreco somente um técnico agrícola cedido pela Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima. Em

---

<sup>99</sup> Financiados pelo CNPq com contrato de um ano, prorrogável por igual período.

agosto do ano de 2001, mediante a implantação de mais um Programa: o Programa Vida Rural Sustentável, contratou-se um veterinário, e posteriormente, a Agreco passou a receber assessoria dos técnicos da Epagri: um agrônomo e dois técnicos agrícolas, lotados no município desde setembro de 2002. No ano de 2003, para efetuar o levantamento para um processo de certificação dos produtores, ainda em andamento, contratou-se uma engenheira agrônoma especializada em agroecologia.

#### **4.5 Constituição de um Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral**

O ideário da Agreco, desde sua criação, sempre foi o de abranger o maior número de municípios possível. Nesse sentido, concomitante a sua consolidação, ao Projeto das agroindústrias, ao Programa Desenvolver, emergem, em maio de 1999, outras discussões, novos caminhos, em busca de soluções às questões relacionadas ao “desenvolvimento sócio-econômico” dos municípios da região da Agreco. Para “construir uma proposta de desenvolvimento local/regional integrado e sustentável” constitui-se um “Conselho de Desenvolvimento Regional”, transformado, posteriormente, no “Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral” (MULLER, 2001, p.129).

Este Fórum, formado no ano de 1999, tem sido o espaço no qual os municípios passaram a criar iniciativas e soluções de problemas em conjunto. Objetiva-se a construção de um projeto de desenvolvimento a longo prazo, “abrangente e includente”. Dele participam quatorze municípios, todos ligados a Agreco, são eles: 1) Águas Mornas, 2) Alfredo Wagner, 3) Angelina, 4) Anitápolis, 5) Armazén, 6) Grão Pará, 7) Gravatal, 8) Imaruí, 9) Orleans, 10) Rancho Queimado, 11) Rio Fortuna, 12) São Bonifácio, 13) São Maritinho, e como não poderia deixar de ser, o município de 14) Santa Rosa de Lima. Estes municípios comprometeram-se a efetuar uma contribuição mensal de R\$ 250,00 para a Agreco como ajuda de custo (CABRAL, 2004).

O Fórum de Desenvolvimento protagonizado a partir da AGRECO não deixa de se traduzir numa outra iniciativa de regionalização, agora com o propósito de integrar as ações das prefeituras envolvidas em torno de uma proposta de desenvolvimento sustentável e onde questões prioritárias como agricultura familiar, saúde, educação, turismo e infra-estrutura (estradas, telefonia, energia elétrica, lixo, minério), desertificação populacional, e alternativas econômicas sejam objetos comuns de negociação com diferentes escalas do poder governamental, de forma que sejam

alvos de políticas públicas para a região das Encostas da Serra Geral (CABRAL, 2004:118-119)

As reuniões desse Fórum ocorrem a cada dois meses. Desde o ano de 2004, vem sendo estudada a possibilidade de construção de uma Agência de Desenvolvimento, com o objetivo de captar recursos.

A Agreco foi catalisadora, também, de um processo de construção de um novo “território” ao explicitar os limites das estratégias puramente municipais. Procurou-se favorecer o arranjo institucional do poder público e da sociedade civil, com a criação do Fórum dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral. Esta passa a ser a instância onde se elabora, negocia e administra o projeto de desenvolvimento sustentável para a região (SCHMIDT, 2004, p.341).

Atualmente o Fórum de Desenvolvimento vem sendo gradualmente substituído por outra entidade semelhante, uma Associação de Desenvolvimento Sustentável (ADS), criada em 2004 que articula diversas organizações não governamentais da região e mobiliza atores e competências externas ao território. Em uma avaliação desse Fórum, tanto este como a Agreco verificaram que o mesmo funcionou bem durante dois anos, mas sempre marcado pelas administrações locais e com pouca articulação e participação com organizações da sociedade civil, com a aproximação de processos eleitorais agravavam-se seus já sucessivos impasses. (LACERDA, 2005, p.82).

A tentativa com a construção desse Fórum é envolver toda a região em um projeto no qual a pequena produção agrícola e seus sujeitos históricos, os homens trabalhadores agrícolas, apareçam como o ideal de vida a ser almejado por todos e a produção sem agrotóxico, ecologicamente correta. Este tem sido o espaço que encontram no modo de produção capitalista para poderem reproduzir o seu modo de vida, perante a impossibilidade de competir com a grande indústria, buscam a valorização do trabalho do agricultor, mitificando-o, ressaltando-o, não como penoso, árduo, duro, que forja homens embrutecidos, mas como um trabalho natural, próprio de todo o ser humano. Historicamente, é o capital quem liberta a agricultura do regime feudal, nesse sentido a revoluciona,

O capital libertou a agricultura do regime feudal; ele a introduziu no circuito comercial e a partir daí, no desenvolvimento da economia mundial; ele a arrancou da estagnação e da rotina da idade média e do patriarcado. Mas, longe de eliminar a opressão, a exploração, a miséria das massas, ele desencadeia estes flagelos sob uma nova forma e restaura suas antigas formas sob uma base “moderna”. Não apenas o capitalismo não elimina a contradição entre a indústria e a agricultura, mas ao contrário, ela a aprofunda e agrava cada vez mais. O jogo do capital, que se forja, sobretudo na esfera do comércio e da indústria, pesa cada vez mais sobre a agricultura (LÊNIN, 1980, p.91).



A Agreco, embora expressão singular da universalidade do capital em degeneração, do capital negando a si mesmo, é também a busca pela implementação da pequena produção agrícola, sob base ecológica, isto se faz pelo fato de a Agreco estar presa a uma forma de propriedade: a propriedade da terra, e a partir dela busca sua reprodução. Tece-se portanto, nesse avanço e recuo, nesse ser e não ser, por efetivar a vida em função da propriedade da terra e de uma mercadoria específica: produtos orgânicos.

#### **4.6 Acolhida na Colônia – a agricultura familiar transformando-se em mercadoria**

Outro processo que se origina a partir de uma experiência européia é a abertura de caminhos para o agroturismo, como atividade complementar e articulada a agroecologia para a ampliação da geração de renda aos agricultores familiares. Esse novo “Projeto de Apoio ao Agroturismo” foi concebido em parceria com o Cepagro e com o Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), e recebeu apoio do Ministério de Desenvolvimento Agrário, através do Pronaf, e da Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) e também de uma associação francesa de agroturismo, a *Accueil Paysan*. Assim, em junho de 1999, formou-se a “Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia”. A *Accueil Paysan*, convidada para conhecer a região da Agreco pelo Cepagro, dispõe-se a assessorar a implementação de uma entidade semelhante permitindo inclusive o uso de sua marca e de seus princípios (MULLER, 2001, p.129; CABRAL, 2004, p.105-07).

Essa associação visa o aproveitamento das paisagens naturais e dos produtos da região, a valorização do aspecto humano, do espaço local. É que a proposta da Agreco e seu trabalho passaram a atrair um grande número de técnicos, pesquisadores, outros agricultores e consumidores interessados em conhecer de perto a experiência. A Agreco percebeu o potencial turístico representado por esse crescente fluxo de visitantes e passa a conceber o Projeto.

Esse Projeto de agroturismo nasce com o objetivo de: sensibilizar e capacitar os agricultores familiares; efetuar diagnóstico das propriedades e dos municípios; organizar os agricultores em torno de uma associação e do agroturismo em circuitos locais e regionais; assessorar tecnicamente os agricultores para a implantação da infra-estrutura e dos serviços

agroturísticos; divulgar e comercializar produtos; e ainda, valorizar e conservar a cultura e a natureza da região (CABRAL, 2004, p.107).

Os princípios do agroturismo propostos pela “Acolhida na Colônia” (AGRECO, 2005) são:

1. A recepção dos turistas pelos agricultores familiares é parte integrante da atividade do estabelecimento rural;
2. Os agricultores familiares que recebem turistas desejam mostrar o seu trabalho e o meio ambiente onde vivem (contato com os animais, conhecimento sobre plantas, o ritmo das estações do ano, etc);
3. A recepção e o convívio do agricultor e sua família com o turista ocorre num clima de troca de experiências e de respeito mútuo;
4. O agroturismo deve praticar preços acessíveis;
5. O agroturismo se constitui num fator de desenvolvimento local, contribuindo para manter o meio rural "vivo" - demográfica, cultural e ambientalmente - com perspectivas de futuro para os seus jovens;
6. O agricultor garante a qualidade dos produtos e dos serviços que oferece;
7. Os serviços de agroturismo são oferecidos em habitações adaptadas, propiciando, conforto, higiene e segurança;
8. Os serviços agroturísticos são planejados e organizados pelos agricultores familiares.



**Figura 11: Logomarca da “Acolhida na Colônia”**

Fonte: Agreco (2005)

Assim, os “turistas” que por ali circulam, passam a não ser vistos como consumidores de produtos agroecológicos somente, mas como difusores da proposta agroecológica e “instrumentos estratégicos para promover o desenvolvimento Local”. As propostas de agregação de valor são vistas pelas Prefeituras e pela Agreco, não como soluções individuais para um ou outro agricultor, mas como “instrumentos de desenvolvimento rural” e,

a expansão geográfica da atividade agroecológica pressiona a formulação de políticas públicas locais para a preservação do ambiente natural, fortalece a organização dos agricultores e consolida processos de trabalho no espaço rural que aumentam a qualidade de vida do agricultor familiar. Finalmente, permite colocar no mercado, à disposição dos consumidores, produtos de ótima qualidade biológica e nutricional (MULLER, 200, p.129).

além disso,

Torna-se curioso (e *très chic*) observar que o “Circuito Agroturístico das Encostas da Serra Geral” é o único no Brasil e na América Latina a figurar no guia turístico da entidade francesa que divulga o agroturismo em diferentes países da Europa (CABRAL, 2004, p.93).

Essa “Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia” é, hoje, responsável pela coordenação de um “circuito de agroturismo” e desenvolve várias atividades, envolvendo diversas famílias, há pousadas, ou quartos coloniais a disposição dos visitantes, restaurantes e cafés coloniais, visitas as agroindústrias familiares, cachoeiras, rios, trilhas, postos de venda de produtos, camping. Os municípios onde este experimento tem apresentado maiores resultados são: Anitápolis, Gravatal, Rancho Queimado, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima. Este Projeto, no final de 2002, concorrendo com outras 135 experiências, ganhou o segundo lugar na categoria “Diversificação das Economias Rurais” do “Prêmio Destaque do Ministério do Desenvolvimento Agrário”.



**Figura 12: Circuito de agroturismo**

Fonte: Agreco (2005)

Atualmente, a Acolhida na Colônia procura ampliar seu espaço de atuação e construir novas parcerias, principalmente junto a outros projetos que estão se instalando na região, como o *rafting* e as águas termais.

Entretanto, esse Projeto de agroturismo na região, como estratégia de desenvolvimento, melhoria da qualidade de vida dos agricultores, geração de emprego, etc, envolve um número reduzido de famílias. As dificuldades para a implementação e agregação de um número maior de famílias têm sido apontadas como a falta de infra-estrutura adequada, instalações e comunicação; diminutos recursos financeiros; aumento da jornada de trabalho das famílias que já possuem uma jornada árdua; o fluxo limitado e sazonal de visitantes; deficiência na infra-estrutura municipal voltada para lazer e entretenimento; precárias vias de acesso às propriedades; comprometimento de dias de descanso, domingos e feriados; novos relacionamentos, novas posturas quanto aos hábitos alimentares e de higiene, a forma de se vestir (LACERDA, 2005, p.91-2).

Outro ponto levantado por Lacerda (2005) é que as famílias envolvidas com o turismo rural na Acolhida na Colônia, em sua maioria, possuem ocupações não-agrícolas fora da propriedade como funcionário público, atividades de comércio, entre outros. Explica-se, este

fato, em vista dos gastos em infra-estrutura e das dificuldades com a convivência junto aos hóspedes.

Quanto aos aspectos positivos ressalta-se a oportunidade de trabalho; mulheres e filhos ocupando-se no gerenciamento e administração do empreendimento de agroturismo; aumento da receita familiar; ganhos em termos de convívio, de aprendizado e de relacionamento pessoal e familiar; valorização e reconhecimento do trabalho agrícola; valorização da natureza, etc. Assim,

ao identificar a lógica espacial do agroturismo devemos notar a valorização dos aspectos cênicos ou estéticos do espaço rural. Expresso pela organização do espaço enquanto paisagem, na medida que vai ao encontro da demanda por conhecimento e lazer dos visitantes, na escala dos estabelecimentos familiares. Isto é, nos estabelecimentos agroturísticos percebe-se uma maior preocupação e cuidado, de um lado, numa dimensão utilitária da propriedade, com a residência e com outras instalações utilizadas pelo visitante, como o saneamento domiciliar e com determinados hábitos alimentares (alimentação, higiene, vestuário, tradições, etc), e de outro, numa dimensão estética da propriedade, com a ornamentação e embelezamento dos lugares freqüentados pelos visitantes (CABRAL, 2004, p.202).

O agroturismo trouxe transformações importantes nos estabelecimentos que oferecem este serviço, e também na afirmação do agricultor como produtor de alimentos orgânicos e portador de um “novo modo de vida”, busca-se o reconhecimento do papel e do ofício do agricultor, a troca de experiências, o crescimento pessoal e familiar, a valorização de determinados hábitos e valores tradicionais da agricultura familiar. Ou seja, ao ocorrer transformação no espaço, tem-se transformações no papel e no ofício do agricultor. Constrói-se, assim, um local esteticamente agradável aos sentidos humanos, prazeroso onde se pode desfrutar de uma vida plena de sentidos, acessível aos que a podem comprar, portanto, inserida, ainda, na lógica do capital. Tudo e todos, ali ofertados, de uma forma ou de outra, nesse Programa, são transformados em mercadoria, valores disponibilizados à venda, comercializados por um preço. Mercantiliza-se o humano, conteúdo próprio do processo capitalista de produção. Esse processo vai submetendo assim, à mercantilização (de) toda a família, subsumindo todo o seu tempo de trabalho, e sua própria vida a essa lógica. Todavia este tem sido um dos caminhos que se lhes tem apresentado para efetivação de suas vidas.

**Quadro 2: Caracterização dos empreendimentos agroturísticos ligados à Acolhida na Colônia, em Santa Rosa de Lima**

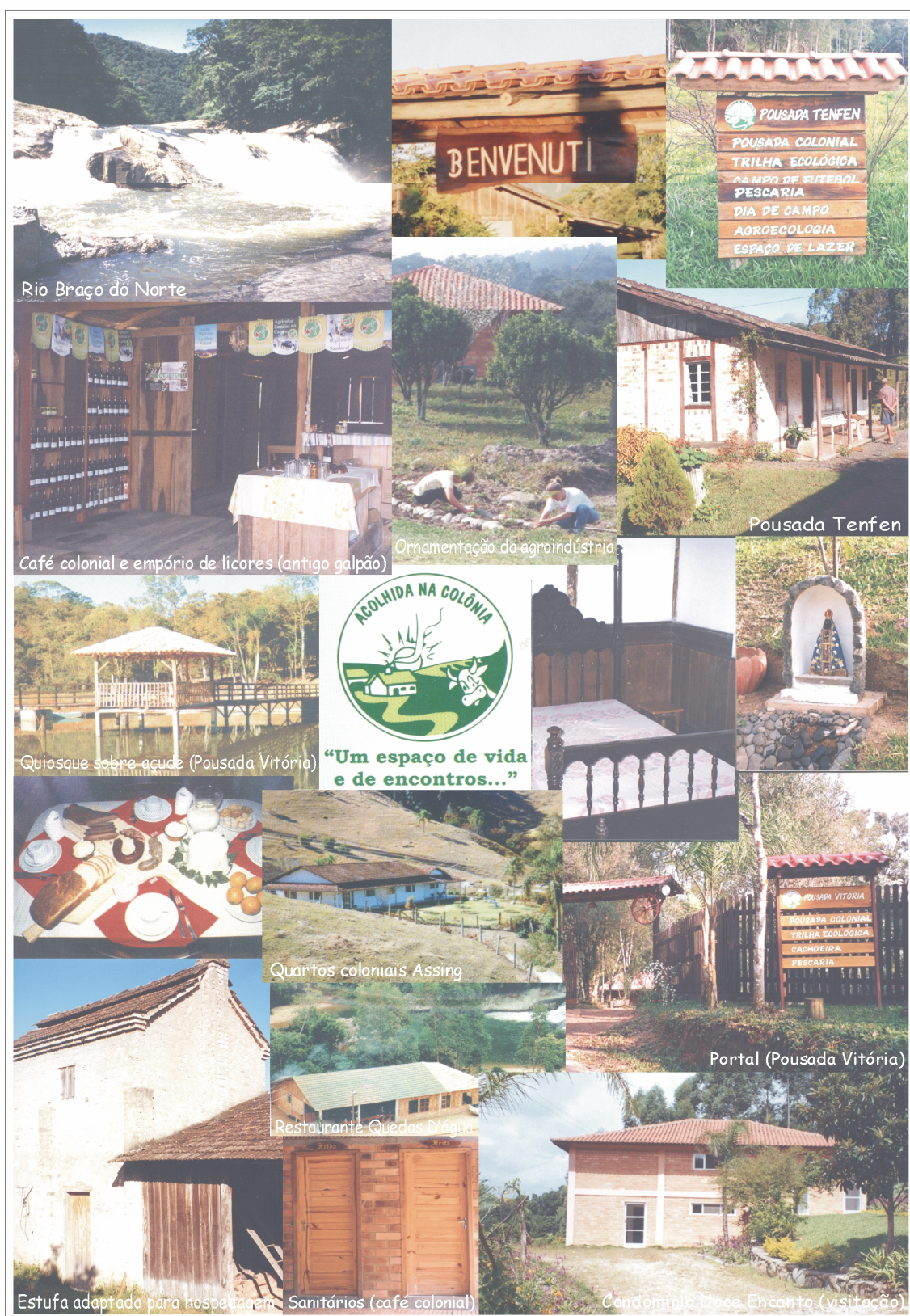
<b>Tipo de Empreendimento</b>	<b>Denominação Localidade</b>	<b>Serviços oferecidos (nº pessoas atendidas)</b>	<b>Mão-de-obra (nº pessoas)</b>	<b>Outras observações</b>
<b><i>Pousada colonial</i></b>	<i>Pousada Vitória</i> Braço do Rio do Meio (27)*	- hospedagem (14) - pescaria - trilha ecológica - banho de cachoeira - refeições coloniais - visita à agroindústria de mel/compra de mel - visita à bica de água termal na localidade de Águas Mornas	- familiar (2-3)	O proprietário é professor do ensino médio e reside com a família na sede do município. Nos meses de maior movimento o agroturismo chega a representar 40% da renda familiar **
	<i>Pousada Tenfen</i> Rio Bravo Alto (28)	- hospedagem (30) - colônia de férias - pescaria - banho de piscina - refeições coloniais - futebol - dia de campo - trilha ecológica - produção orgânica	- familiar (2-4) - contratada nas ocasiões de maior movimento (1)	Nos meses de maior movimento o agroturismo chega a representar 60% da renda familiar
	<i>Pousada Vandressen</i> Praça (29)	- hospedagem (7) - refeições coloniais	- familiar (2-3)	Representa de 10 a 20% da renda
	<i>Pousada Assing</i> Rio dos Índios (32)	- hospedagem (4) - refeições coloniais - trilha ecológica	- familiar (3)	Representa de 5 a 10% da renda familiar
<b><i>Café colonial</i></b>	<i>Doce Encanto</i> Rio dos Índios (30)	- refeições coloniais (30) - visita à agroindústria de cana-de-açúcar - venda de produtos - trilha ecológica	- familiar (3) - contratada nos dias de maior movimento (1)	Nos meses de maior movimento o agroturismo chega a representar 50% da renda familiar
<b><i>Restaurante colonial</i></b>	<i>Quedas D'água</i> Quedas D'água (31)	- refeições (40) - banho de cachoeira	- familiar (2) - contratada nos dias de maior movimento (1-2)	Nos últimos meses o restaurante permaneceu desativado
<b><i>Camping</i></b>	<i>Santa Bárbara</i> Santa Bárbara (35)	- acampamento - trilha ecológica ("Trilha da Serra")	- familiar (2)	Está em processo de estruturação
<b><i>Posto de venda de produtos</i></b>	<i>Posto de Produtos Agroecológicos</i> Praça (34)	- venda de produtos da AGRECO	- contratada (1)	Funciona junto ao escritório da UCAG
<b><i>Agroindústria familiar</i></b>	Diversos tipos e localidades (1, 12, 13, 20, 22, 24, 25)	- visitação (20-30)	- familiar e/ou contratada	Só 7 condomínios vêm pagando a anuidade para receber visitação

\* Número do ícone da figura de representação dos empreendimentos agroturísticos, Figura 9.

\*\* Estimativas fornecidas pelos entrevistados.

Fonte: Cabral (2004, p.195).





**Figura 13: Cenas relacionadas ao Agroturismo**  
 Fonte: Cabral (2004, p.192)

#### **4.7 Cooperativa de Crédito Rural para financiar o desenvolvimento local**

Os agricultores da região da Agreco, fundaram em novembro do ano de 1999, também como entidade de apoio financeira para acessar formas diferenciadas de crédito, com menor burocracia e menores custos de operacionalização, uma Cooperativa de Crédito Rural, a “Credicolônia”. Essa Cooperativa está, atualmente, vinculada ao sistema Cresol de Cooperativas de Crédito, e tem representado um instrumento para facilitar o acesso do agricultor ao crédito agrícola mostrando-se eficaz na captação, gestão e aplicação de recursos financeiros visando o “desenvolvimento local sustentável” (SCHMIDT et al, 2002).

No primeiro ano de seu funcionamento, os associados eram agricultores vinculados a Agreco, entretanto, a partir do ano de 2003, seu quadro assume uma proporção maior de “agricultores convencionais”, são mais de 600 sócios no final daquele ano. Os serviços oferecidos incluem conta corrente, cheque especial, talão de cheque, microcrédito rural, crédito pessoal, pagamento/recebimento de duplicatas, recursos do Pronaf de custeio e investimento, e ainda, acesso a recursos financeiros específicos como um fundo agroecológico e um fundo rotativo de agroturismo, entre outros. Possui também uma carteira de crédito que circula em torno de R\$ 450.000,00, e dispõe de recursos e de repasses do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento) e do Banco do Brasil (SCHMIDT et al, 2002; LACERDA, 2005).

Os agricultores participam do controle da Cooperativa e têm como vantagens: acesso a serviços financeiros com menor burocracia do que nos bancos convencionais, rapidez na liberação de recursos e taxas de juros menores e isenção do pagamento de tarifas. Em março de 2003, ocorreu uma mudança na razão social da Cooperativa, esta passou a denominar-se de Cresol Santa Rosa de Lima, em vista da necessidade de padronização ao Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural.

#### **4.8 Projeto Vida Rural Sustentável: em vista o empreendedorismo associativo**

Em diagnóstico feito pela Agreco no ano de 2001, quando esta já contava com 26 unidades agroindustriais em funcionamento, buscando levantar suas principais fragilidades, constatou-se alguns problemas internos de organização como a falta de definição das responsabilidades; algumas divergências entre os sócios; falta de sócios ou afastamento de



alguns deles; falta de recursos financeiros; insuficiência de matéria-prima; divergências na relação com parceiros; vendas de produtos “por fora” da Associação. As agroindústrias de hortaliças, até abril do ano de 2001, operavam com 80% de sua capacidade ociosa, estabeleceu-se, a partir de maio daquele ano, que o beneficiamento deveria atingir pelo menos 60 a 70% da capacidade total das unidades, o que exigia uma mudança de perspectiva. Para os agricultores, a agroindústria era uma atividade acessória, planejada a partir da produção das lavouras, da quantidade de terra disponível, da época da produção de cada produto, isto é, eram as lavouras que especificavam a quantidade de produção para a unidade agroindustrial, agora a demanda proveniente do mercado é que passa a ditar a quantidade a ser produzida. Como adequar-se a essa nova realidade? Assim, na busca por encaminhamentos a essas questões, procurou-se realizar um programa de gestão solidária, visando reorientar os grupos. Passa-se a discutir e implementar um novo programa, o Programa Vida Rural Sustentável, cuja prioridade passa a ser "consolidar a experiência da Rede Agreco de Agroindústrias, desenvolvendo ações que contribuam para a melhoria da renda dos agricultores já engajados e, ao mesmo tempo, para abrir espaço à inclusão de novos" (INFORMATIVO AGRECO, 2000, s/p.).

Entretanto, foi somente em meados do ano de 2002 que a Agreco propõe ao Sebrae Nacional a realização de um projeto piloto de desenvolvimento local denominado de “Vida Rural Sustentável”, objetivando a viabilização técnico-econômica, social, ambiental e cultural das unidades de produção familiares; melhoria da qualidade de vida; permanência no meio rural; produção e oferta de produtos sadios aos consumidores.

Este Projeto pressupunha as etapas, sequenciais ou não: a) motivação: estímulo à participação e inclusão de novos agricultores; b) aprendizado: capacitação de agricultores através de cursos, estágios, visitas; c) produção agroecológica e agroindustrialização: estímulo à produção e beneficiamento de produtos; d) estudo de mercado, marketing e comercialização: subsídios a comercialização de produtos; e) agroturismo, comunicação e cultura: resgate da cultura e capacitação para o agroturismo; f) implantação de sistema de gestão, qualidade e certificação. Os custos envolvidos para a implantação desse novo Projeto são de R\$ 2,6 milhões, advindos: R\$ 1,4 milhões a cargo do Sebrae e R\$ 1,2 milhões a cargos do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC), do BESC, da CIDASC, da Epagri, das prefeituras municipais, da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Rural e da Agricultura e da UFSC (AGRECO, 2000c).

Um dos membros da Coordenação da Agreco, também professor da UFSC, avalia a importância desse Projeto para a região e consolidação da Agreco,

a sua implementação – principalmente das iniciativas que buscavam promover ações de sensibilização, apoio e capacitação, visando aumentar a organização e propiciar assistência técnica e gerencial – contribuiu bastante para o fortalecimento das perspectivas do empreendedorismo associativo e do desenvolvimento territorial. Destaque-se a explicitação dos problemas no funcionamento dos grupos de agricultores ou que inibem suas iniciativas, a mobilização em torno da agroecologia e o incentivo para a consolidação da "Rede Agreco" de pequenas agroindústrias organizadas de forma associativa, então já com 27 unidades (SCHMIDT, 2004, p.341).

Este Projeto visa essencialmente consolidar as ações implementadas pela Agreco, tais como a viabilização técnico-econômica, social, ambiental e também cultural das unidades familiares de produção e torná-las referências para outras iniciativas semelhantes. Suas primeiras ações deram-se em torno da estrutura de comercialização, em vista de sua fragilidade, contratou-se um gerente e iniciou-se um processo de informatização do sistema. Hoje, incentiva-se as trocas de conhecimento com visitas entre agricultores, regiões e organizações (LACERDA, 2005, p.86).

Busca-se consolidar a Rede Agreco como referência nacional de um Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável, tendo como base unidades de produção familiares. “Sim, porque a Vida Rural Sustentável, a partir da experiência da Agreco, pretende estender essa alternativa para outras regiões do país, a exemplo do que já acontece em Alagoas e Mato Grosso do Sul” (AGRECO, 2002/2003, p.13).

#### **4.9 Cooperativa de Profissionais (Aliar): prestadores de serviços no campo da sustentabilidade**

Para atender os empreendimentos surgidos na Rede Agreco, no ano de 2001, foi criada a Cooperativa de Profissionais em Desenvolvimento Sustentável das Encostas da Serra Geral (Aliar). A Cooperativa tem como finalidade prestar serviços para entidades públicas e privadas que atuam com o Desenvolvimento Local Sustentável e tem como compromisso os princípios ecológicos, a sustentabilidade econômica, social, política e ambiental, a valorização da identidade cultural da região; a busca da competitividade a partir da cooperação, solidariedade e do espírito inovador e empreendedor de seus associados; a construção de

relações interinstitucionais baseadas em parcerias e no estabelecimento de redes; a preocupação com a saúde, educação, lazer, cultura e qualidade de vida dos associados, parceiros e clientes; contribuir para o exercício de sua cidadania. Busca dar suporte técnico às organizações públicas e as da sociedade civil que atuam na agroindústria, educação, saúde, arquitetura e urbanismo, turismo, meio ambiente e administração. Reúne cerca de 30 profissionais e garante recursos humanos capacitados necessários para a manutenção dos programas de desenvolvimento (AGRECO, 2002/2003; LACERDA, 2005, p.82).

Como se pode perceber, a Cooperativa surge como uma forma de potencializar a experiência profissional acumulada nos trabalhos pioneiros implementados pela AGRECO na região e se diferencia tanto pelo perfil multidisciplinar de seus profissionais, como pela tentativa de integrar o trabalho de técnicos de nível superior com a experiência de agricultores que atuam como formadores e difusores de práticas bem sucedidas. Neste sentido, é de se esperar que seus principais clientes na região sejam a própria AGRECO, a Acolhida na Colônia, a Credicolônia, prefeituras municipais e outras organizações direta ou indiretamente vinculadas à proposta (CABRAL, 2004, p.123).

#### **4.10 A Certificação da Agreco: reconhecendo-a como uma produção ética e saudável**

O processo de certificação das propriedades cultivadas de forma orgânica foi iniciado em janeiro do ano de 2003. Especifica-se através de um “selo” no rótulo dos produtos garantindo que estes foram produzidos de forma orgânica. Há algumas empresas que são credenciadas junto aos órgãos públicos para analisar as propriedades e disponibilizar ou não aquele “selo de qualidade”. A certificação foi concedida pela Ecocert-Brasil, uma empresa certificadora de origem francesa, contratada pela Agreco para esse fim. Foram certificados 40 produtores e das 24 agroindústrias hoje ativas na Rede Agreco, 18 estão certificadas, as restantes estão em processo de análise para a certificação. Essa certificação tornou-se importante em vista de que a falta de certificação dos produtos impossibilitava a Agreco de entrar em alguns mercados. Entretanto, essa certificação gerou uma diminuição relativa no número de famílias que fornecem matéria-prima à Agreco (CABRAL, 2004; LACERDA, 2005).

Para essa certificação, a Agreco contratou uma agrônoma com especialização em agroecologia que efetuou o levantamento dos produtores. Como se optou por uma “certificação em grupo” a própria entidade representativa dos agricultores é que é certificada

por um controle interno, através do acompanhamento das propriedades e agroindústrias, da documentação e pela inspeção obrigatória ao menos uma vez a cada ano. A certificadora é que realiza a inspeção direta em um determinado número de unidades selecionadas por amostragem e sorteio (AGRECO, 2003 E CABRAL, 2004).

Essa certificação é entendida como uma forma de percepção para o consumidor de que o produto que a leva é de “confiança”, produzido dentro das “normas da agricultura orgânica”. Na Europa, um “selo” na embalagem informa aos consumidores que o produto foi obtido dentro dos princípios orgânicos, regulamentados pelos Ministérios da Agricultura de cada país. O sistema de certificação, o “selo” julga se o processo produtivo obedece a essas normas, como por exemplo, a proibição de adubos químicos, etc. Esse “selo”, visa, portanto, garantir uma prática produtiva diferenciada.

A certificação é um instrumento ou uma estratégia da agricultura orgânica para informar ao consumidor que os produtos são de qualidade, produzidos com o trabalho e o talento de agricultores familiares. Precisando, assim, aos consumidores que

precisam diferenciar claramente quanto a ética aparece como um simples argumento publicitário de quando ela tem uma clara ligação com a realidade. E ir no sentido desta última, ou seja, optar por uma AO [Agricultura Orgânica] que esteja contribuindo, de fato, para a construção de um meio rural vivo e mais equilibrado em termos sociais e ambientais (SCHMIDT, 2001:71).

#### **4.11 A aposta na agricultura sustentável e orgânica**

Contudo, a despeito de toda a construção e de toda a luta da Agreco para viabilizar um grau mais elevado das forças produtivas, trazendo para a Agreco um maior nível de sociabilidade, essa busca tem apresentado dificuldades para sua implementação efetiva. Muitos dos agricultores associados, em vista dessas dificuldades afastaram-se da Agreco e retomaram sua forma de produção da vida anterior, a produção de fumo em integração com companhias fumageiras, e também através da produção de carvão vegetal e de reflorestamento com espécies exóticas, pinus e eucalipto. Entretanto,

o projeto da Agreco não anuncia objetivos ambiciosos de transformações macro-sociais. O que ela busca é a governança de um grupo mobilizado em torno de um projeto de desenvolvimento de um território, com base na organização social e na produção orgânica. Não se quer, com isso, dar a imagem de que todos os atores intervêm na região na mesma direção. As principais ameaças à idéia de um território “limpo” estão ligadas à presença ainda forte na região de companhias

fumageiras, que propõem a integração subordinada de agricultores, à intensificação dos reflorestamentos com espécies exóticas, e à possibilidade de que capitais de origem externa à região, ou mesmo grupos de seu interior, reivindicuem e obtenham concessões para a exploração de minérios, ou executem projetos para a construção de barragens visando a produção de energia elétrica, não levando em consideração a preservação nem do meio ambiente, nem da vida rural (Schmidt, 2004, p.345).

Ao longo desse percurso, a Agreco ganhou visibilidade nacional e também internacional, Luzzi (2001, p.62) explica que alguns outros autores envolvidos com o processo passaram a sentirem-se ameaçados, como o Cepagro que passou a reivindicar seu protagonismo nessa construção e a alimentar uma certa disputa para ver quem teria maior credibilidade e capacidade de articulação junto às instituições. Cabral (2004, p.124) esclarece que, segundo um técnico da Prefeitura Municipal a Agreco comete o erro em não reconhecer ajudas recebidas. Isso evidencia interesses diversos entre os parceiros que ao longo desses anos fizeram parte, de uma forma ou de outra, na construção da Associação, resultando em um campo de tensões e disputas.

Nesse sentido, há também descontentamentos por parte dos filiados acirrando as tensões e dificuldades, Muller (2001, p.145) entende que “é como se a Agreco deixasse de pertencer aos associados para agora pertencer à diretoria e à equipe técnica”. Um dos associados assim percebe,

acho que é uma proposta muito do urbano pro rural, tem Conselho Deliberativo, tem Comissão de Produção e Comercialização, mas pela forma como se encaminha as coisas não é o agricultor quem toma as decisões... ele acaba apenas acatando aquilo que já vem pronto e já tá definido e não deve ser assim, tem que ter participação (...) Então é uma associação só no nome porque na prática qual é o espírito cooperativo que existe entre os agricultores... então acho que o grande furo do projeto foi ali (...) A gente teve no início uma equipe técnica significativa, o escritório tava cheio de técnico mas pra orientar na questão econômica e na questão de gestão dos condomínios, agora essa questão da consciência de grupo, esses valores coletivos faltaram... porque os agricultores hoje não pensam o processo, nem são donos, eles são só mão-de-obra (agricultor, 38 anos, apud CABRAL, 2005, p.148).

A Agreco, em vista de sua projeção e seu crescimento, as decisões antes centradas na Assembléia Geral, passam a ser tomadas por um conselho deliberativo que inclui a diretoria e mais um representante de cada um dos grupos associados às agroindústrias. E também formaram-se comissões, como as de Produção e Comercialização; de Certificação e Ética; de Cultura e Lazer, que fazem estudos prévios e análises para subsidiar decisões. Nesse sentido,

explica Schmidt (2004, p.334), assim, há sempre uma tensão entre uma democracia interna e a necessidade de uma gestão profissional da parte comercial.

Não esquecendo que nesse movimento do fazer-se Agreco, há uma intensa participação de intelectuais e técnicos, vinculados à instituições de ensino, pesquisa e extensão, como a UFSC, que de acordo com Cabral (2004, p.126-30) “são reconhecidamente espaços de produção de idéias e projetos inovadores, atuaram como mediadores entre o processo de desenvolvimento local e as tendências de recomposição do espaço rural tanto ‘aqui’ como ‘lá’ (principalmente a Europa)”.

Para Cabral (2004, p.126-35), em se referindo à dinâmica espacial mobilizada pela Agreco, suas estratégias foram capazes de promover uma “diversificação e revitalização do espaço rural” e, ainda, e especialmente no município de Santa Rosa de Lima, uma “potencialização do capital social através da promoção de ações coletivas e de formas de organização dos produtores”, e também “intensificação da sociabilidade local e revitalização das localidades rurais e a capacitação dos agricultores”, acrescentando a “preservação do meio ambiente e valorização da paisagem rural; valorização do papel e da identidade social do agricultor, assim como de certos traços da cultura local e regional” como a alimentação e de técnicas agrícolas.

Outro ponto fundamental da estruturação da Agreco foi os vários vínculos construídos ao longo de sua história, sem os quais teria encontrado maiores dificuldades em sua construção.

A entidade construiu, ao longo de sua história, colaborou na criação da consciência ambiental e da qualidade alimentar dos produtores envolvidos, muito embora as condições reais de sua reprodução têm dificultado a construção de uma produção agroecológica, baseada no aumento da integração e diversificação dos produtos. Algumas unidades produtivas agrícolas têm-se especializado a produção de alguns itens, isso é explicado pela falta de tecnologia específica aliada a pouca disponibilidade de mão-de-obra, isto é, produzir organicamente acarreta algumas dificuldades como a substituição dos adubos químicos e da uréia por adubos orgânicos e a não utilização de herbicidas, que torna difícil o controle dos insetos e impõe o uso da enxada, fazendo com que o trabalho se torne muito mais penoso e o incorpore em maior quantidade, resultando no abandono de algumas atividades como de algumas lavouras, hortas e pomares. A preocupação da Agreco é que isso pode levar a perda de uma das características próprias da agricultura familiar que está, de acordo com ela, mais

vinculado a um modo de vida, do que uma forma de ganhar a vida. “A estreita associação da AO [Agricultura Orgânica] com a agricultura familiar é a melhor forma de fazer prevalecer as suas dimensões éticas” (SCHMIDT, 2001, p. 63).

Embora não apresente, no aspecto econômico, os resultados almejados, Muller (2001) reforça que os agricultores continuam apostando na mudança desse quadro, para um mais favorável, depositando sua esperança na melhoria dos canais de comercialização e apostando na tomada de consciência dos consumidores e de outros setores da sociedade a cerca das vantagens da agroecologia.

#### **4.12 Merenda Escolar Orgânica para escolas públicas - nexos campo-cidade - O mercado Institucional**

Este processo da implantação da merenda orgânica nas escolas públicas é que constitui o ponto de partida para o vínculo entre o espaço rural de atuação da Agreco e o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, espaço dos produtores diretos vinculados ao urbano de Florianópolis, também desnecessários como força produtiva à valorização do valor, no modo de produção capitalista. Essa unidade em busca da construção de ambos os territórios será especificada em detalhes no Capítulo V, seguinte. Neste espaço faremos apenas algumas especificações que se referem a Agreco.

O assim chamado mercado institucional emergiu, também, da Europa, de países como a Holanda, Dinamarca, Alemanha, naquele continente e também, na América do Norte, no Estado da Califórnia, nos Estados Unidos. Ali é que se iniciou o fornecimento da merenda escolar com alimentos produzidos sem o uso de quaisquer produtos químicos ou agrotóxicos, para alunos do pré-primário até a oitava série escolar. No Brasil, o primeiro Estado a implementar um processo semelhante, oferecimento de produtos orgânicos para alunos em escolas públicas, foi o Estado de Santa Catarina (TAGLEARI, 2003).

O mercado institucional para a Agreco iniciou-se em 2001, com a participação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, mediado pelo Estado, para o fornecimento de alimento orgânico para a merenda escolar das escolas estaduais e municipais, constitui hoje o mais importante mercado consumidor da Agreco para a colocação de seus produtos, chegando a atingir 50% de sua venda total e estabelecendo importantes vínculos entre os territórios do campo e da cidade.

Esse vínculo efetivo com um movimento urbano permitiu, além da colocação dos produtos no mercado institucional, também estabelecer contato com consumidores urbanos, no fornecimento de cestas de produtos orgânicos. Também essa relação será explicitada no Capítulo V.

Estudos realizados por Vandresen (2005), (vice-coordenador da Agreco), indicam o "tamanho do mercado" da merenda escolar em Santa Catarina. Através do número de alunos em creches, pré-escola, alfabetização, ensino fundamental e educação especial, no ano de 2003, multiplicados pelo número de dias letivos, levando em consideração o valor da merenda orgânica por aluno, praticada naquele ano (0,26 centavos de real), chegou a um valor aproximado de 60,5 milhões de reais, isso, para a Agreco tem um significado:

trata-se de um valor que pode ter significados diferentes. De um lado, muito relevantes para a agricultura familiar, sua conversão à agricultura orgânica e sua viabilidade e sustentabilidade (e, por extensão, para o desenvolvimento rural). Fundamentais para a melhoria da alimentação e da "conscientização" dos alunos sobre suas escolhas e hábitos alimentares (e, por extensão, sobre a construção do futuro de nossa sociedade). De outro, pouco importante se considerarmos o impacto sobre o orçamento público (ainda mais se levarmos em conta que são mobilizados recursos dos três níveis do poder público) (SCHMIDT E SCHMIDT, 2004, p.8).

Isso só seria possível se o Estado fizesse concessões, a sociedade transferisse riqueza para esse setor. Em vista do que já foi explicitado, a Agreco e a pequena produção familiar não venceriam um processo de licitação, devido à sua estrutura precária, seus altos custos produtivos, seu vínculo demasiado elevado com os fatores subjetivos do trabalho, frente a indústria moderna, sucumbe. Esse caminho trilhado pela Agreco, só tem feito mostrar a ela, seus limites. Apesar de todos os vínculos aos quais tem se inserido, os pequenos produtores asfixiam-se em cada vez mais e mais trabalho.

Se a Agreco nasce como consciência da necessidade de uma maior sociabilidade no território de sua atuação, almejando fazer-se como um "ser social diferenciado", traz como parâmetro, a agricultura orgânica. A questão não está na produção orgânica, mas na forma de fazê-la e organizá-la, tendo como base o trabalho próprio, quanto muito familiar, embora expressão do trabalho social, está destituído do avanço das forças produtivas, baseia-se no desenvolvimento do trabalho presente em detrimento do trabalho passado. No modo de produção capitalista a sociabilidade entre os homens está posta materialmente através das forças produtivas que criam vínculos entre todos os homens. O ser social assim constituído, ainda que sob o capital, faz com que a produção de cada um seja cota parte da produção



social. A Agreco busca apropriar-se dessa sociabilidade, entretanto, mantendo aquela sua forma social de pequeno proprietário parcelar de terra, de trabalhadores diretos do campo, para manter seus associados nessa forma organiza-se em pequenas unidades produtivas sob a aparência do trabalho individual, quanto muito familiar, pois subsumido está ao trabalho social. Busca assim, retornar a uma época histórica que não mais existe, já decomposta historicamente pelo capital, pela indústria moderna. Transforma-se assim, em *crença religiosa* ao tentar expressar a superioridade da produção familiar, mercantiliza-a ao seu máximo, e sabemos que como tendência sua ruína é inevitável. É que conforme nos explicita Engels (s/d, v.3, p.230- 31) :

hoje em dia, a posse dos meios de produção pelos produtores individuais não lhes assegura qualquer liberdade efetiva. (...) O pequeno produtor que cultiva a sua terra nem é livre, nem está seguro de sua propriedade.

E essa propriedade dos meios de produção,

só pode revestir[-se de] duas formas: a forma de propriedade individual, que jamais e em parte nenhuma existiu, com um caráter generalizado, entre os produtores – e que o progresso industrial torna mais e mais impossível, a cada dia que passa; ou a forma de propriedade coletiva, cujas premissas materiais e intelectuais já foram criadas pelo próprio desenvolvimento da sociedade capitalista; e que, portanto, deve-se lutar pela propriedade coletiva dos meios de produção com todos os recursos à disposição do proletariado. Assim, a propriedade coletiva sobre os meios de produção fica definida como o único objetivo fundamental a que se deve aspirar. Não apenas na indústria, onde o terreno para isso já está preparado – mas em caráter geral e, portanto, também na agricultura (Idem).

Ao invés de a Agreco, como processo cooperativo, que se expressa pelo trabalho próprio, familiar, pela descentralização dos meios de produção, emancipar os seus membros do trabalho vivo, produz em suas vidas um efeito contrário, força-os a extrair de si maior quantidade de trabalho, primeiro só na sua propriedade, agora também na pequena agroindústria, e ainda na organização administrativa e no agroturismo. Acredita que ao impor maior quantidade de trabalho vivo, produz de forma ética, e dentro de uma moral própria da agricultura familiar. Entretanto, o que faz efetivamente é transformar toda a família e sua propriedade em mercadoria disponibilizada a venda, em valor-de-troca. Vincula-os cada vez mais ao trabalho vivo, não os emancipa, não consegue se materializar como uma outra

sociabilidade possível, como liberdade, como superação do trabalho. Entretanto, traz também em si, a unidade dos homens, aponta o limite da produção na forma capitalista.

A Agreco é também uma singularidade da universalidade posta de que o modo capitalista de produção destrói a natureza e nela o próprio homem, pois é ele natureza mais evoluída. Desta forma, a Agreco é também uma forma de organização, ainda que sob o próprio capital, que busca através do “o que vamos produzir”: produtos orgânicos e do “como vamos produzir”: sem agrotóxicos e em pequenas unidades agroindustriais, valorizando a força de trabalho familiar, expressar como conteúdo a produção de homens melhores, como expresso em seu objetivo geral:

melhorar a qualidade de vida dos associados em termos financeiros, de trabalho, conhecimento, experiência, saúde, cultura, lazer, possibilitando o pleno exercício de sua cidadania, através do desenvolvimento de atividades econômicas em agroecologia, agroindústria ecológica e turismo no meio rural (Agreco, 1997, p.14).

Ainda que a teleologia expressa pela Agreco tenha como conteúdo a produção de legumes, verduras, queijo, carnes, etc., sem agrotóxico e a sua manutenção enquanto pequenos proprietários de terra; produzindo coisas para através delas produzir homens melhores, produz-se na Agreco ainda, “não [o homem enquanto] *homem*, mas [o homem] *enquanto trabalhador*” (MARX, 2004, p.91); Assim, não se produz o homem enquanto centralidade de sua teleologia, o homem como ponto de partida e como ponto de chegada, em que “o homem produz o homem, a si mesmo e ao outro homem” (MARX, 2004, p.106). Entretanto ela contém em si, também a negação do processo capitalista de produção, em sua unidade e também em seu conteúdo preservacionista.

Talvez, os produtores diretos do campo que dispõem de seus instrumentos e meios de trabalho, ao se unirem com os produtores diretos do urbano, conscientemente, via Agreco e Fórum do Maciço, possam encontrar, através de seus experimentos, uma forma superior de produção da vida aproveitando-se da sociabilidade já construída pela cooperação humana, no modo de produção capitalista. Assim, talvez o avanço signifique não a entrada para o mercado institucional, via Estado, mas a união com os produtores diretos urbanos. Como? Eis a questão histórica a ser construída.

## 5 FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESPACIALIZAÇÃO DE RELAÇÕES SOLIDÁRIAS

De sua formosura  
deixai-me que diga: é uma criança pálida,  
é uma criança franzina, mas tem a marca de homem,  
marca de humana oficina.  
(...)  
Belo porque tem do novo  
a surpresa e a alegria.  
Como qualquer coisa nova inaugurando o seu dia.  
E belo porque o novo todo o velho contagia.  
(...)  
E não há melhor resposta  
que o espetáculo da vida: vê-la desfilar seu fio,  
que também se chama vida,  
ver a fábrica que ela mesma,  
teimosamente, se fabrica.  
oão Cabral de Mello Neto

### 5.1 A constituição do Fórum de Economia Solidária como um novo espaço

Busca-se apreender a universalidade humana na luta dos homens produtores diretos no Fórum de Economia Solidária, como o que há de mais avançado nesta sociedade, à possibilidade da emancipação humana. Isto é, como o espaço Fórum de Economia Solidária aponta a transitoriedade entre o espaço do ser social capitalista, do homem trabalhador direto e outro para além dele, ainda em constituição, o espaço do homem humanizado.

O modo de produção capitalista afirma os homens como homens não-proprietários dos meios de produção de um lado e homens proprietários dos meios de produção de outro, os homens efetivam-se como relação social capitalista. Fora dessa relação social o homem trabalhador perde a si mesmo, ele só pode existir enquanto capital. Isso ocorre porque para o homem trabalhador a sua auto-criação teleológica é criação de capital e desvalorização de si mesmo como homem trabalhador. Leva uma vida exteriorizada como capital como se fosse ela sua verdadeira vida humana. Aliena-se de sua humanização, possibilitada pelo mesmo ato teleológico, isto é, esta alienação expressa-se já como um salto qualitativo, como possibilidade de desalienação, emancipação, na medida em que o homem se constrói como natureza social.

No trabalhador existe pois, subjetivamente, [o fato de] que o capital é o homem totalmente perdido de si, assim como existe, no capital, objetivamente, [o fato de] que o trabalho é o homem totalmente perdido de si. Mas o *trabalhador* tem a infelicidade de ser um capital *vivo* e, portanto, *carente* (*bedürftig*), que, a cada momento em que não trabalha, perde seus juros e, com isso, sua existência. Como capital, o *valor* do trabalhador aumenta no sentido da procura e da oferta e, também *fisicamente*, sua *existência* (*Dasein*), a sua *vida*, se torna e é sabida como oferta de

*mercadoria*, tal como qualquer outra mercadoria. O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. O trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto *trabalhador*, enquanto *mercadoria*, é o produto do movimento total. O homem nada mais é do que *trabalhador* e, como trabalhador, suas propriedades humanas são apenas na medida em que o são para o capital, que lhe é *estranho*. Mas porque ambos, capital e trabalho, são estranhos em si e estão, por conseguinte, em uma relação indiferente, exterior e acidental, esta estranheza (*Fremdheit*) tem de aparecer como [algo] *efetivo* (*wirklich*). Tão logo aconteça ao capital – ocorrência necessária ou arbitrária – não mais existir para o trabalhador, o trabalhador mesmo não é mais para si; ele não tem *nenhum* trabalho e, por causa disto, *nenhum* salário. E, aí, ele tem existência (*Dasein*) não *enquanto* homem, mas *enquanto* *trabalhador*, podendo deixar-se enterrar, morrer de fome etc. O trabalhador só é, enquanto trabalhador, assim que é *para si* como capital, e só é, como capital, assim que um *capital é para ele*. A existência (*Dasein*) do capital é sua existência, sua *vida*, tal como determina o conteúdo da sua vida de um modo indiferente a ele (...) A produção produz o homem não somente como uma *mercadoria*, a *mercadoria humana*, o homem na determinação da *mercadoria*; ela o produz, nesta determinação respectiva, precisamente como um ser *desumanizado* (*entmensches Wesen*) tanto *espiritual* quanto corporalmente – imoralidade, deformação, embrutecimento de trabalhadores e capitalistas. Seu produto é a *mercadoria consciente-de-si e auto ativa*,... a *mercadoria humana* (MARX, 2004, p. 91-2).

Assim se processando o ser social, universalidade humana, teleologia, ainda que capitalista, objetiva-se em coisas. O homem constrói-se como ser social, ainda que sob o manto do capital. O produto de cada um serve à produção de todos; e a produção de cada um é coisa de toda a sociedade, embora capitalista. Essa sociabilidade humana, ainda que burguesa, aparece aos homens trabalhadores como realidade invertida. Esse processo, a que assistimos fazer-se nas lutas organizativas dos homens no Fórum do Maciço e na Agreco, traz como elemento constitutivo presente, o homem ainda ser trabalhador, *mercadoria consciente-de-si*, *mercadoria humana* e o traz também superando sua adjetivação. Ao ser objetivado em força produtiva, nada mais lhe resta, a não ser engendrar como possibilidade a si mesmo como homem humanizado, desalienado, portanto. Eis os caminhos indicados nesses espaços, como transitoriedade, ainda imbricados no velho mundo burguês.

No es en absoluto una contradicción afirmar, pues, que el trabajo por un lado es la *miseria absoluta como objeto*, y por otro es la *posibilidad universal* de la riqueza como sujeto y como actividad; o más bien, que ambos lados de esta tesis absolutamente contradictoria se condicionan recíprocamente y derivan de la naturaleza del trabajo, ya que éste, como antítesis, como existencia contradictoria del capital, está presupuesto por el capital y, por otra parte, presupone a su vez al capital (MARX, 1989, p. 203, L.1).

O homem enquanto trabalhador direto alienado, em que esse processo alienatório é também processo de emancipação, de desalienação, portanto, à medida que a natureza humana vai se constituindo em natureza social. Ou seja, as formas manufatureira e depois a

grande indústria moderna, são o processo contraditório do homem tomando consciência de sua existência como ser social e desvalorizando-se como homem trabalhador. Processos do homem perdendo-se de seu ser trabalhador, decomposição do homem trabalhador (AUED, 2004 e 2005) desvinculando-se do trabalho assalariado, sem ainda, entretanto, germinar novas possibilidades para além do homem trabalhador. Busca construir-se como homem alienado, trabalhador assalariado, mas em processo de desalienar-se como universalidade, construindo sua própria emancipação, processo este em auto-construção, nos espaços transitórios do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, da Agreco e juntos no espaço do Fórum de Economia Solidária.

Os homens que se organizam nos espaços do Fórum do Maciço do Morro da Cruz e na Agreco, sabem-se homens desvalorizados, desnecessários à valorização do capital. Homens desta universalidade, não podem, portanto, voltar a trás, haja vista que os objetos e meios de vida transformaram-se integralmente em propriedade privada burguesa e as forças produtivas só podem ser operadas em comum.

Muito embora, a Agreco, como já comentamos anteriormente, para manter a propriedade da terra, luta por fazer-se homem trabalhador agrícola, através das condições subjetivas do trabalho, singularidade somente possível através da mediação com o Estado. Essa singularidade por si só não se implementa, uma vez que a teleologia do capital é mais avançada, subsumiu o trabalho formalmente a si, destruiu, transformou, moldou todas as formas de trabalho individual em trabalho social, e construiu homens eminentemente sociais. O Fórum do Maciço, entretanto, aparece como espaço de homens eminentemente sociais que lutam pela efetivação de homens socialmente emancipados, ainda que a venda da força de trabalho e a busca pela sua valorização apareçam como critérios fundantes de sua espacialização.

Ambos os espaços ao unirem-se constituindo o Fórum de Economia Solidária, avançam em consciência sobre o caráter social de sua reprodução; isto é, a alienação eleva-se em processo de desalienação. Sabem-se homens sociais, e lutam para a construção de uma nova práxis universal, muito embora, obstaculizados pela teleologia burguesa, pela razão burguesa, a busca pela auto-valorização do valor. A questão que se nos impõem é como nessas formas organizativas dos homens desvalorizados, nesses espaços singulares, distintos, portanto, da universalidade se processar, aparece a alienação se fazendo em escala superior, fazendo-se em desalienação. Como o *homem genérico*<sup>100</sup> vai construindo sua humanidade, em

---

<sup>100</sup> Vide Marx (2004).

grau superior ao posto pela teleologia burguesa, no espaço do Fórum de Economia Solidária? Como se vinculam espaços singulares distintos com seus homens lutando aparentemente em tempos e espaços históricos diferenciados, um pela implementação do “homem trabalhador agrícola”, preso à posse da terra, a sua mercadoria “produtos orgânicos” e a fatores subjetivos do trabalho, e o outro homem destituído de tudo, não aparece preso a nada é, portanto, homem universal, luta por efetivar-se como homem trabalhador, por valorizar-se novamente? Como essa unidade de homens lutando por suas especificidades, ambos precarizados, negados como força produtiva para a valorização do capital, como, a partir da luta desses homens reais, constrói-se espaços para além do capital?

Entende-se que para esses homens lutarem enquanto capital significa permanecer preso à sua desvalorização como homem trabalhador. Uma vez que apreendemos que nesses espaços sabe-se da degeneração como imanência do capital, e sabe-se o capital como universalidade humana. Esses homens apreendem que se faz necessário unirem-se para construir uma vida diferenciada, para além da que se encontram. E lutarem para a apropriação das forças produtivas universais. Ou seja, os homens vão se constituindo como homens em cada momento de sua existência, determinado pelas condições encontradas à sua disposição, nas quais atuam, nos espaços do Maciço do Morro da Cruz e da Agreco, necessário se faz superá-las. Esses homens unem-se objetivando construir-se como homens da forma que lhes vem sendo possível naquelas singularidades.

Buscamos apreender a teleologia que se manifesta no Fórum de Economia Solidária, se é ainda alcançar a sua reprodução através das relações burguesas de produção, ou se implementa novas, ainda que imbricadas pelas velhas, tecendo-se em transitoriedade. O caminho que percorremos nesses experimentos reais é o de evidenciar o processo pelo qual o próprio homem trabalhador direto engendra-se como tal e ao se fazer como tal busca ir para além das sombras da caverna de seu tempo<sup>101</sup> e se fazer homem humanizado, ainda que permaneça entre um e outro, ainda que se acorrente às velhas formas, evidencia seus limites sociais, escancara as “cracas” do capital. Vamos a essa construção<sup>102</sup>.

<sup>101</sup> No sentido da Carta Sétima da República de Platão na qual a alegoria é um instrumento de elucidação das relações entre o mundo empírico e o mundo do conhecimento (PLATÃO. A República. São Paulo: Nova Cultural, 2000).

<sup>102</sup> Convém esclarecer que falas de Pe. Vilson Groh e Wilson Schmidt são as que mais aparecem em vista de que o andamento e a dinâmica do Fórum de Economia Solidária deve-se a ambos, embora o Fórum contasse com um grande número de participantes.

## 5.2 Significando sua existência como transitoriedade

O Fórum de Economia Solidária estabeleceu seus vínculos formais em um “pacto de territorialidade” assinado em 22 de março de 2002, “Dia Mundial das Águas”, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis e objetiva constituir a cooperação para o desenvolvimento conjunto dos territórios do Fórum do Maciço do Morro da Cruz e do Fórum de Desenvolvimento dos Municípios das Encostas da Serra Geral. Entretanto, apesar de o “pacto de territorialidade” ter se processado como estratégia entre o Fórum do Maciço e o Fórum de Desenvolvimento desses municípios, para nele envolver as prefeituras municipais daquela região, o principal vínculo do Fórum do Maciço deu-se somente com a Agreco.

O Fórum de Economia Solidária, ao se constituir como unidade entre esses espaços singulares, dos pequenos agricultores que produzem e beneficiam produtos orgânicos organizados na Agreco e da população urbana que habita a periferia central do município de Florianópolis, organizados no Fórum do Maciço do Morro da Cruz, procura engendrar uma nova espacialidade, para além da degeneração a que estes homens estão submetidos. A Agreco como espaço da busca pela reconstituição do homem trabalhador agrícola, pequeno proprietário de terras, e o Fórum do Maciço como espaço de homens eminentemente sociais, sem vínculos com nenhuma forma propriedade, a não ser o da sua própria força de trabalho desvalorizada ao extremo. Ambos trabalhadores diretos unem-se no Fórum de Economia Solidária por suas singularidades, objetivando a construção de seus territórios como possibilidade de implementar-se neles uma nova forma de organização da existência humana para além da desvalorização em que se encontram. A solidariedade entre esses homens produtores diretos e a mediação do Estado aparecem como nexos possíveis para a efetivação de suas vidas. O primeiro como um nexo para além do capital constituindo-se como transitoriedade; o segundo é necessário na Agreco para garantir a realização do valor e do mais-valor, no Maciço o Estado expressa a sociedade, isto é, o capital como universalidade.

A efetivação do Fórum de Economia Solidária, sendo mostrado para a cidade de Florianópolis e para as Encostas da Serra Geral, deu-se com o “pacto de territorialidade”, entretanto, já vinha sendo constituído anteriormente. Emerge da unidade entre as organizações de homens produtores diretos, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz e a Agreco em 2001.

A construção de uma nova espacialização foi elaborada em um de seus primeiros encontros, materializado num projeto que previa a compra, pelo Governo do Estado de Santa

Catarina, de produtos orgânicos produzidos pela Agreco para fornecer merenda orgânica às escolas públicas organizadas na Comissão de Educação do Fórum do Maciço. A pressão ao Estado para a adoção de políticas públicas a partir de organizações sociais tem se mostrado um método mais eficaz do que fazê-lo isoladamente.

Nas escolas públicas estudam as crianças, adolescentes e jovens filhos dos moradores do espaço do Fórum do Maciço. Buscam uma forma de educar seus filhos a partir de uma escola bem estruturada, com professores preparados, com uma estrutura adequada e com uma alimentação saudável. Lutam para que essas escolas tenham um projeto pedagógico diferenciado, capaz de colocar algo a mais na vida de seus filhos como um caminho possível para a construção da vida através da educação, que não o do narcotráfico, da prostituição.

No encontro da Comissão de Educação do Fórum do Maciço para a formação dos professores, no início do ano de 2001, foi convidado para proferir uma palestra sobre “Educação e Políticas Públicas”, o professor Dr. Wilson Schmidt do Departamento de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina e também presidente da Agreco. No decorrer da palestra surge a temática da merenda e com ela a proposta de construção de um vínculo entre a Agreco e o Fórum do Maciço. Constituiu-se assim o Fórum de Economia Solidária, materializado em agosto daquele mesmo ano, no fornecimento de merenda orgânica pela Agreco às escolas organizadas no Fórum do Maciço, no Programa Saber e Sabor, e também no de fornecimento de cestas de produtos orgânicos a alguns consumidores urbanos. Embora já existente a partir de agosto de 2001, esse vínculo foi formalizado no dia 22 de março de 2002 no “Pacto de Territorialidade” em uma celebração e caminhada que recebeu do nome de “Celebração das Águas”.

Conforme assinalamos no Capítulo I a “Celebração das Águas” deu-se em vista da Agreco estar localizada onde nascem os rios que fornecem água ao município de Florianópolis e arredores. A bacia hidrográfica que abastece Florianópolis é principalmente a do rio Cubatão (vide Mapas 7 e 8 e Figura 7). A água é entendida como sendo o que há de comum entre ambos os territórios, permitindo a construção de projetos conjuntos, como observamos na fala abaixo:

O pacto que consolidou esse Programa, o pacto foi a forma concreta de mostrar esse vínculo, essa relação entre o urbano e o rural. A união já existia, foi o ritual, uma espécie de ritual que vai consolidar a existência desse vínculo, dessa relação. É nesse pacto também que é realizada aquela cerimônia das águas e menciona-se a importância da preservação das nascentes que abastecem a região da Grande Florianópolis, não somente ela, mas também a região de Tubarão que também é abastecida pelo mesmo conjunto de nascentes. A idéia daquele pacto é justamente esse, e se consolida nesse ritual que foi aquele grande encontro que foi na



Assembléia Legislativa em 22 de março, nesse encontro tem aquela dança das crianças, a caminhada, e que está tudo vinculado, ao mesmo tempo a ligação do urbano com o rural e a questão ambiental, a questão das águas. O Pacto simboliza esse encontro, essa relação (Eriberto Meurer, Coordenador da ADESS, 07/2003).

Implementa-se a merenda orgânica, em agosto de 2001, na Escola Estadual de Educação Básica Lauro Muller, na cidade de Florianópolis, que passou a fornecê-la aos alunos duas vezes por semana em três refeições diárias, café, almoço e jantar. Esse Projeto recebeu o nome de “Programa Saber e Sabor” por permitir, pela merenda, uma relação entre o saber, elementos construídos pedagogicamente com os alunos e o sabor da alimentação livre de agrotóxicos. Em vista do sucesso junto aos alunos, professores e pais, em outubro do mesmo ano ampliou-se a experiência para todas as escolas do Maciço.

A criação de um Fórum de Economia Solidária, materializado no fornecimento de merenda orgânica nas escolas públicas do espaço do Maciço, constitui-se como meio de ambos os espaços, Fórum do Maciço e Agreco, entenderem que a economia solidária tem se evidenciado como uma forma ética e democrática de produzir, distribuir e consumir, estabelecendo vínculos solidários entre pessoas, entidades, associações e empresas. Entendeu-se, portanto, a economia solidária como uma construção dos trabalhadores para a produção de sua existência, diferenciada do capital. Agreco e Fórum do Maciço vêm nela uma possibilidade de se construírem para além das condições dadas, como portadora de elementos que indicam um caminho além da degeneração, da barbárie, de sua desvalorização como homens produtores diretos.

Esse Fórum passou a encontrar-se bimestralmente, nele reuniam-se os homens produtores diretos da Agreco, do Fórum do Maciço, os professores, diretores e merendeiras das escolas estaduais e municipais, os Projetos do Cedep, como o Pré-vestibular da Cidadania, alguns consumidores, como professores universitários, presidentes de sindicatos. Também associações de agricultores ecológicos como a Cevam do município de Praia Grande, a Ecoserra de Lages, o MST (Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra) de Araquari alguns produtores ecológicos de Joinville, de Blumenau, de Ireneópolis, de Indaial, todos no Estado de Santa Catarina.

O Fórum de Economia Solidária concretamente surgiu pela merenda escolar que significa a comissão de educação do Fórum do Maciço na cidade e na Agreco, a merenda escolar significa a comercialização de produtos com outras entidades do meio orgânico como a Cevam – da localidade de Praia Grande, a Cooperativa de Turvo a Maçã de São Joaquim, o pessoal de São João do Cerrito vem junto, entidades rurais e urbanas formaram o Fórum de Economia Solidária que funcionou bem enquanto a merenda era a agenda comum (Wilson Schmidt, 03/2004).

Unido a esse experimento, passou-se também a fornecer cestas de produtos orgânicos há alguns consumidores individuais que se envolveram com o experimento acreditando que ali existia uma nova possibilidade de consumo de produtos vindos diretamente do produtor, sem nenhuma intermediação.

Evidencia-se, assim, uma busca consciente por uma nova forma de organização para a produção da vida nesses espaços, a partir de caminhos encontrados como possíveis. Tece-se ainda uma luta que se constrói como consciência em si, um novo em gestação, mais ainda sem efetivação para além dos limites do mundo burguês. Ou seja, apontam-se os limites do capital, empiricamente, sem ainda constituir-se uma nova sociabilidade. Transitoriedade, portanto.

Pela carência, os espaços da Agreco e do Fórum do Maciço uniram-se. Essa carência aparece como busca por uma melhor qualidade de vida, melhores casas, melhores ruas. No Maciço melhora e construção das moradias existentes; na Agreco a construção de rodovias asfaltadas para facilitar o acesso e o transporte dos seus produtos. Em essência, entretanto, há carência por *humanização*, por construir-se como homem humanizado, carência que pode levar ao enriquecimento dos homens desvalorizados, mas o processo em construção vem efetivando-se como carência por ainda valorizar-se como homem trabalhador, como uma busca por dinheiro, uma carência de dinheiro, portanto de capital. Marx (2004, p. 139) vai nos apontar que a carência por dinheiro é a única carência criada pelo capital, faz-se necessário ultrapassá-la, visto que,

sob o pressuposto do socialismo, a *riqueza (Reichheit)* das carências humanas e, portanto, tanto um *novo modo de produção*, quanto um novo *objeto* da produção. Nova atividade da força essencial *humana* e novo enriquecimento da essência *humana*. No interior da propriedade privada o significado inverso. Cada homem especula sobre como criar no outro uma *nova* carência, a fim de forçá-la a um novo sacrifício, colocá-lo em nova sujeição e induzi-lo a um novo modo de *fruição* e, por isso, de ruína econômica. Cada qual procura criar uma força essencial *estranha* sobre o outro, para encontrar aí a satisfação de sua própria carência egoísta. Com a massa dos objetos cresce, por isso, o império (*das Reich*) do ser estranho ao qual o homem está submetido e cada novo produto é uma nova *potência* da recíproca fraude e da recíproca pilhagem. O homem se torna cada vez mais pobre enquanto homem, carece cada vez mais de *dinheiro* para se apoderar do ser hostil, e o poder de seu *dinheiro* cai precisamente na relação inversa da massa de produção, ou seja, cresce sua penúria (*Bedürftigkeit*) à medida que aumenta o *poder* do dinheiro. – A carência de dinheiro é, por isso, a verdadeira carência produzida pela economia nacional e a única carência que ela produz. – A *quantidade* de dinheiro se torna cada vez mais seu único atributo *poderoso*; assim como ele reduz todo o ser à sua abstração, reduz-se ele em seu próprio movimento a ser *quantitativo*. A *imoderação* e o *descomedimento* tornam-se sua verdadeira medida... (MARX, 2004, p. 139).

Isso nos mostra que o modo de produção capitalista, conforme já apontado por Marx (2004, p. 139-40), não sabe fazer da “carência rude [uma] carência humana”, cabe aos

homens conscientemente construí-la, humanizando-se, possibilidade apontada pela constituição do ser social no capital. Assim, no Fórum de Economia Solidária, uma ampliação da Agreco e do Fórum do Maciço, unem-se as carências rudes, a degeneração do ser humano, em busca de valorização.

Em parte, este estranhamento se mostra na medida em que produz, por um lado, o refinamento das carências e dos seus meios; por outro, a degradação brutal, a completa simplicidade rude abstrata da carência; ou melhor, apenas produziu-se novamente a si na sua significação contrária. Mesmo a carência de ar livre deixa de ser, para o trabalhador, carência; o homem retorna à caverna, que está agora, porém, infectada pelo mefítico [ar] pestilento da civilização, e que ele apenas habita muito *precarosamente*, como um poder estranho que diariamente se lhe subtrai, do qual ele pode ser diariamente expulso, se (...) não pagar. Tem de *pagar* por esta casa mortuária (MARX, 2004, p. 140).

Todavia, em sua unidade, também se amplia a alienação, e sua ampliação significa sua desconstituição. Isto é, as carências manifestam-se como carências por valorizarem-se como capital e também como carência pelo mundo de riqueza produzida socialmente, a qual não tem acesso por ser propriedade privada dos homens capitalistas, juntos lutam para acessá-la. Faz-se, assim, no espaço do Fórum de Economia Solidária, tanto a busca pela efetivação do homem produtor direto como ser trabalhador (AUED, 2005) como também para além dele, a luta pela vida a partir de suas possibilidades reais, na forma de sua unidade.

O Fórum de Economia Solidária aparece, portanto, como uma evidência empírica do limite do capital para produção dos homens, explicita os homens degenerados, em espaços distintos, singulares da universalidade capitalista, - sentido em que tece uma crítica à sociabilidade do capital, visto que este produz o esfacelamento, o apodrecimento do homem trabalhador direto. A luta aqui que se impõe é a luta pela vida, sem nenhum *a priori*, ou *pressuposição*, busca-se efetivá-la à medida que se faz possível. Mas, ao entrelaçar seus fios, rebelando-se, buscando sair da degradação, da “simplicidade rude abstrata da carência” na angústia por valorizar-se, vê na unidade e na promoção do Estado uma possibilidade de extrair a vida, de um ou de outro: a Agreco do Fórum do Maciço e o Fórum do Maciço da Agreco, e ambos através da mediação do Estado. Possibilidade histórica possível para a efetivação desses homens como *seres viventes*.

Assim, para implementar os projetos idealizados no Fórum de Economia Solidária, a merenda e as cestas de produtos orgânicos fazia-se necessário que as organizações, Fórum do Maciço e Agreco, estivessem bem estruturadas em seus espaços locais singulares. E a materialização desses projetos teria de desabrochar cheia de sentido, para além do simples ato

alimentar das crianças nas escolas e do consumo dos produtos das cestas. No simples ato de comer entendia-se que se fazia necessário evidenciar o significado e a dimensão de todo o processo em construção, do contrário se fecharia o movimento no próprio ato não permitindo sua continuidade, isto é, compravam-se os produtos da Agreco e uma vez consumidos não gerariam um movimento como o estabelecido pelo Fórum de Economia Solidária. Assim procuram-se sempre, através das ações concretas, por mais simples e básicas que fossem, como o ato de alimentar-se, construir caminhos para além dos estabelecidos, embora, sem ainda ter-se clareza de que caminho é esse. A transitoriedade manifesta-se nessa construção possível.

É necessário que a cidade tenha uma rede organizada para poder se relacionar com a rede do campo e o campo também ter uma rede organizada, senão não se faz um processo de construir possibilidade, porque o objetivo nosso não é que a criança na escola come uma melhor merenda e pronto, e sim como é que essa merenda que a criança come na escola sem agrotóxico leva esta criança ser uma defensora do meio ambiente onde ela mora no Morro, leva essa criança a reciclar o lixo, a relação do Sabor e do Saber como se pode trabalhar, e uma escola pode trabalhar essa dimensão que o Saber se torna prazeroso a escola se torna um espaço de prazer, rompe com espaço onde a criança tem de vir empurrada (Pe. Vilson Groh, 08/2002).

O Fórum de Economia Solidária, vínculo de organizações sociais em espaços singulares distintos, materializa, mediado pelo Estado, a merenda orgânica às crianças das escolas públicas. Essa materialidade permite às crianças do Maciço o acesso a uma alimentação que provê sua necessidade alimentar diária, com proteínas, carboidratos, vitaminas, etc. Para a luta do Fórum do Maciço, construir homens humanizados, portando, proteger suas crianças do poder do narcotráfico, do banditismo, da barbárie social, essa alimentação aparece como essencial, uma vez que torna mais atraente a elas a permanência na escola. O Fórum do Maciço vê assim nessa construção uma possibilidade de produzir homens melhores através de uma alimentação farta e saudável às crianças. A Agreco tem nessa espacialização a possibilidade de implementar sua luta, materializar o “homem trabalhador direto do campo”, condição permitida por ter a posse da terra e produzir uma mercadoria específica, “produtos orgânicos”. Essa condição só lhe é permitida mediada pelo Estado como universalidade, pois se efetuar vendas de sua mercadoria como qualquer outro produtor via mercado, encontrará dificuldades, visto que o modo de produção capitalista a produz em menor tempo e em condições tecnológicas objetivas mais avançadas, portanto, com menor valor. O Estado tem, assim, por função garantir a venda por preços maiores.

Para fazer-se e manter-se em existência, os homens “trabalhadores diretos do campo”, presos à subjetividade humana, quando se espacializam no Fórum de Economia Solidária, sob

essas condições, necessitam afirmar-se através de valores, de ideologia da ética, da moral, da importância de manter-se no campo, a preservação das nascentes dos rios, da natureza<sup>103</sup>, etc. Não possuindo uma racionalidade que lhes permita reproduzir-se através da concorrência com todos os outros produtores da mesma mercadoria, vão encontrando outros caminhos para fazer-se, efetivando-se da forma que lhes aparece como possível, mediada pelo Estado, e através do vínculo com organizações sociais no urbano. Assim, a luta por se construir como “homens trabalhadores do campo”, aparece como possibilidade real, embora aparentemente fora do tempo histórico da sociabilidade atual do capital, implementada não pela sua singularidade, pela sua teleologia, mas mediada pelo Estado, universalidade acabada e constituída pelo capital, via tentativa de construção de um “consumidor consciente” nas organizações sociais urbanas. Entretanto, esse consumidor de produtos orgânicos já está posto socialmente, a questão é que a forma de organização da produção da Agreco está aquém da produção social; isto é, sua produtividade é inferior à produtividade média social. Necessita, portanto, “convencer” os consumidores que isto se dá por “produzir de forma ética e moral” mantendo os homens no campo. Embora, como frizamos anteriormente, a Agreco é também avanço.

Assim, a construção desse “consumidor consciente” pela Agreco dá-se através do convencimento via valores, da importância de “sustentá-la” uma vez que sua forma de organização preserva a natureza, as nascentes dos rios, mantêm os homens no campo, etc.

O Fórum de Economia Solidária tem como alicerce essa construção, merenda orgânica e cestas, unidade entre o campo e a cidade e assim mantém-se, ainda que fragilmente. O Fórum de Economia Solidária aglutina em si pessoas e instituições que procuram construir a vida para além do individualismo burguês. Movem-se nele pessoas e instituições para as quais as relações sociais burguesas, salário, lucro/juro e renda da terra, não são mais suficientes para a produção e reprodução da vida. Desejam se reproduzir para além de suas condições dadas, mas a luta vem imbricada nas relações do capital. Avançam ao se forjarem na luta, revoltam-se contra as suas condições pondo-se nessa luta, porém ela emerge tecida por fios ainda burgueses. A luta representa, assim, avanços e limites. Afirmação, negação e possibilidade de superação da ordem burguesa.

---

<sup>103</sup> A Agreco busca fazer-se como ser natural, homem natureza, homem trabalhador agrícola em vista do que está posto na sociedade atual que ao se produzir como capital, destrói a natureza (a destruição da natureza, aparece com dado empírico). Os homens ao tomarem consciência dessa destruição lutam socialmente para que esta deixe de existir, desejam recuperar a natureza, lutam contra a destruição de sua condição de homem natural. A Agreco faz parte desse processo, conforme já foi explicitado, aí a possibilidade presente neste momento da história e aceita universalmente como a reconstrução do ser natural, do homem natural.

A gente tem como compreensão concreta é de que o Fórum de Economia de Solidária só se sustenta, e a Economia Solidária se sustenta se ela trabalhar em redes de articulação, se ela não trabalhar isolada, sozinha, mas que este grupo seja articulado em rede, senão não tem sustentação de levar este trabalho para frente. Nós temos de ir construindo esse caminho porque ele não está pronto (Pe. Vilson Groh, 08/2002).

A cada encontro do Fórum de Economia Solidária puxam-se os fios de sua constituição para que se possa visualizar o que já foi construído e extrair daí a força necessária para prosseguir na luta para implementar uma construção que busca ser diferenciada da burguesa, na qual vislumbra-se a possibilidade de outra forma de produção da existência humana. Ampliação das carências humanas e não da carência do capital.

Compreender que os passos dessa história são vivos, compreender a si, compreender-se com esperança, com possibilidade e que é possível pensar um outro mundo, que é possível pensar um outro país, que é possível construir saídas. E que é possível na medida que a gente vai articulando passo a passo esse processo e a rede é a força que movimenta isso (Pe. Vilson Groh, 11/2002).

O Fórum de Economia Solidária sabe o que não quer ser: implementar e perpetuar as relações de produção capitalistas; mas ainda não se constitui em algo novo, não sabe ainda o que será. Constitui-se assim, em um espaço transitório, carrega em si elementos do modo de produção capitalista, e embora lute unindo os homens não se faz ainda em uma nova forma de produção da vida – faz-se, portanto, como transitoriedade. Eis o processo que vem sendo gerado pelo Fórum de Economia Solidária, suas ações ora apontam novos caminhos, ora imbricam-se nas teias burguesas. Como não há um caminho pronto, é na experimentação, no fazer-se, no erro e no acerto, na luta, no limite do capital, que ele vem tomando forma. O novo que busca desabrochar vem plasmado pelo velho o que faz com que no Fórum de Economia Solidária as pessoas lutem por encontrá-lo, mas ele ali é ainda processo, é ainda luta, rebeldia – é ainda espaço transitório.

Vamos indicando, a seguir, cada um de seus fios específicos, sua espacialização, que constitui o caráter transitório da experiência.

### **5.3 “Pacto de Territorialidade”: criação e afirmação do Fórum de Economia Solidária – construindo uma relação entre a cidade e o campo**

O encontro na Assembléia Legislativa ocorreu na tarde do dia 22 de março de 2002. Dele participaram os alunos das escolas que circundam o Maciço e estão na Comissão de Educação e os alunos das escolas que estão localizadas no território da Agreco, os filhos dos produtores diretos que compõem a Associação, além dos professores, dos habitantes das Encostas do Maciço do Morro da Cruz e das Encostas da Serra Geral, e de outros simpáticos à busca por novas possibilidades de produzir a vida.

Haverá um Encontro, hoje a tarde, para a assinatura do Pacto na Assembléia Legislativa em que as crianças das escolas da Comissão de Educação e das escolas da Agreco se farão presentes e depois nós vamos fazer nossa Celebração lá na beira do mar levando um significado de despoluição das baías para todos terem água limpa e preservar a vida para que a água e a vida sejam sempre saudáveis (Pe. Vilson Groh, 03/2002).

O significado do “Pacto de Territorialidade” para o Fórum do Maciço e para a Agreco, consolidado pelo Fórum de Economia Solidária, é a formalização da relação entre cidade e campo, da busca de novas possibilidades de vida. No Maciço são em torno de 30.000 habitantes, na Agreco são 230 famílias, que somam também em torno de 30.000 pessoas. No espaço da Agreco nascem os cinco rios que abastecem as cidades do litoral catarinense. São eles: os rios Itajaí do Sul, Tijucas, Biguaçu, Cubatão, Capivari, Braço do Norte (vide Mapas 7 e 8 e Figura 7). Cada escola participante do Fórum do Maciço e agora também do Fórum de Economia Solidária “adotou” simbolicamente cada um desses rios e com os alunos desenvolveram temáticas para a apresentação de cartazes e faixas na “Celebração do Dia das Águas” comprometendo-se e chamando a atenção de toda a sociedade florianopolitana para a importância da preservação das águas, das nascentes dos mananciais que abastecem a cidade. Esta tem sido a forma do Fórum de Economia Solidária evidenciar-se à sociedade, mostrando sua construção, apontando caminhos, para além daqueles espaços degenerativos. Lutando para a construção de relações solidárias a partir de ações concretas.

Creio que hoje a gente dá um passo bastante significativo na construção das nossas relações dentro do Maciço e nas relações com a Encosta da Serra com esse caminhar aonde a vida acontece porque a vida passa por relações concretas e por trabalhos concretos que já estamos desenvolvendo nesse dia que é o dia Mundial da Água, nós queremos dar mais um passo na nossa relação e o modo, a força, é que tradicionalmente 30.000 mil agricultores que aprenderam ao longo do processo da história do capitalismo a plantar com agrotóxico e agrotóxico que vem dos países do primeiro mundo e que a maioria deles não servem para lá e que são jogados para cá e induzidos pelas políticas compensatórias dos Governos a ter que ser assumidas

pelos agricultores que assim perdem as suas raízes e nós somos tantas pessoas, os habitantes da Grande Florianópolis, que bebemos a água dos cinco rios que as escolas adotaram, as escolas nossas adotaram, cada escola adotou um rio nesse caminhar para a partir de hoje estabelecer um compromisso com as nascentes das águas em termos de manter a água limpa. Águas limpas devolvidas aos trabalhadores e trabalhadoras, aos cidadãos e cidadãs da cidade (Pe. Vilson Groh, , 03/2002).

Esse fazer-se que procura diferenciarse dos critérios apontados pelo modo capitalista de produção da existência, salário e lucro, vem buscando agregar sempre mais pessoas ao redor de si para, e dessa forma, implementar um caminho solidário, coletivo.

No dia 22 de março, Dia Mundial das Águas, o plenário da Assembléia Legislativa de Santa Catarina foi invadido por um público diferente: centenas de alunos das escolas estaduais que atendem principalmente as crianças moradoras do Maciço Central de Florianópolis, da Prainha até a Serrinha, ali se reuniram com seus colegas de Anitápolis, Rancho Queimado, Santa Rosa de Lima e outros municípios da área das Encostas da Serra Geral, onde, acima dos 800m de altitude, nascem os formadores das principais bacias hidrográficas que abastecem as cidades do litoral catarinense – os rios Itajaí do Sul, Tijucas, Biguaçu, Cubatão, Capivari, Braço do Norte (SCHEIBE, 2002, s/p).

Nesse dia as crianças das escolas das Encostas da Serra Geral trouxeram água limpa das nascentes dos rios para, simbolicamente, lançá-las na Baía Sul, logo atrás da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis. O simbolismo do compromisso com as nascentes das Encostas da Serra Geral foi marcando pelo “encontro” das águas do mar da Baía Sul do entorno da cidade com a água doce das nascentes dos rios. As crianças daqui recebendo a merenda orgânica e as crianças de lá permanecendo no campo, cuidando das fontes, ambos lutando pela vida e sua manutenção, ambos buscando nela vida, caminhos outros, solidários. A partir de suas possibilidades reais.

A proposta concreta é a substituição da agricultura convencional, com uso intensivo de produtos tóxicos, pelo cultivo ecológico que já vem sendo praticado por mais de duzentas famílias da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agrego). Onde a relação direta com as crianças do morro? É que, graças à iniciativa de uma outra associação, a do Fórum das Comunidades do Maciço Central do Morro da Cruz, os produtos desse cultivo lhes estão sendo servidos diariamente, na forma de merenda escolar sem agrotóxicos, com excepcional aceitação e contribuindo decisivamente para o aumento da frequência e do rendimento escolar. (...) O dia em que as crianças invadiram a Assembléia ficará nos seus e nos nossos corações como uma celebração da esperança, da certeza de que um futuro saudável e digno passa por momentos de construção da cidadania como este de que tivemos o enorme privilégio de participar (SCHEIBE, 2002:s/p).

A idéia do lançamento do “pacto territorial” para toda a cidade, foi chamar a atenção principalmente do Estado de uma forma qualitativamente nova, com projetos sociais



constituídos, com vínculos orgânicos entre o campo e a cidade para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento para ambos os territórios. E chamar a atenção para a problemática da migração, da saída dos homens do campo, significando um inchaço cada vez maior das áreas pobres, questão que ao longo dos anos preocupa as organizações sociais do Maciço, pelo risco da ampliação das miseráveis condições a que estão submetidos seus moradores. A união do campo e cidade no ato simbólico das águas marca a vontade coletiva de envolvimento da sociedade para criar possibilidades de manutenção dos produtores diretos no campo e também à conservação do meio ambiente, pela produção agroecológica, através do consumo de produtos orgânicos pela população da cidade, e através da merenda orgânica, implementados por projetos cooperativos, que unem materialmente ambos os territórios.

Ao mesmo tempo nós que moramos nas cidades consumirmos cada vez mais produtos sem agrotóxico para dar condição aos trabalhadores da roça, do campo plantarem e se auto-sustentarem, e aí vem uma série de relações, a não migração, uma relação de cooperação conjunta, essa relação de cooperação conjunta já estabelece hoje, em que 10.000 crianças comem sem agrotóxico nas escolas nossas daqui e são 10.000 crianças que dentro de cinco anos serão 10.000 jovens desse alto da periferia, do Maciço Central, ou das Encostas do Morro, do alto do Morro da Cruz ao Alto da Queimada, então esse encontro para nós é extremamente significativo porque é um Encontro onde nós já trabalhamos elementos concretos na relação campo e cidade (Pe. Vilson Groh, 03/2002).

Evidenciam-se assim, as singularidades das lutas nos respectivos espaços: no Fórum do Maciço, a luta por uma universalidade explícita; as crianças do Fórum, nas escolas, adotam um rio simbolizando a preservação das águas e das nascentes; o direito de todo o homem beber água de qualidade; a luta pela vida das crianças para retirá-las da degenerescência do espaço do narcotráfico, instalado no Maciço; a luta para não ocorrer uma favelização do espaço do Maciço, com a migração de novos contingentes de trabalhadores do campo; a luta pela possibilidade de uma vida sem a barbárie do espaço local, expressão do capital. Na Agreco, a luta pela manutenção de sua condição de “homem trabalhador direto do campo”, mantendo a posse da terra e da sua mercadoria (produtos orgânicos) deseja que a sociedade o mantenha no campo, possibilite sua manutenção como tal, para preservar as nascentes dos rios e fornecer aos homens das cidades uma alimentação saudável. Esses dois homens universais, em suas singularidades expressam, um e outro, suas possibilidades reais, cada qual no seu espaço, a luta pela vida, da forma como ela se impõem e lhe possibilita a construção da existência.

Na forma convencional de se entender cidade – campo, havia sempre esse propósito de se construir, de se fazer propostas de desenvolvimento para o meio rural e propostas de desenvolvimento para o meio urbano, isso se fazia de forma separada nós estamos entendendo que pelo acúmulo de experiências que nós tivemos juntos que hoje não se fala mais de desenvolvimento rural separado de desenvolvimento urbano hoje nós já conseguimos falar em desenvolvimento territorial, desenvolvimento de um território que se dá juntos, o território de lá e o de cá. Eu entendo que só assim podemos criar condições de uma vida mais saudável para todos (Wilson Schmidt, 03/2002).

Objetiva-se com o Fórum de Economia Solidária, a construção de novos caminhos, de uma nova humanidade que implica em uma relação qualitativamente nova com o meio ambiente.

Os educadores, as educadoras, os secretários e as secretárias que vem das Encostas e que pela primeira vez estão botando o pé aqui no Maciço, alguns já vieram e sabem já da importância do nosso pacto selado hoje em termos de construção de uma nova humanidade e de novas relações com o meio ambiente e nós vamos construindo passo a passo e esse passo a passo se dá dentro desse processo (Pe. Vilson Groh, 03/2002).

Mostra-se para toda a cidade de Florianópolis as propostas trazidas pelas organizações do campo e da cidade. As organizações de territórios distintos e singulares passam a se fazer visíveis, a reivindicar direitos, a colocar proposições, a questionar a existência das precárias condições de vida a que os trabalhadores estão submetidos. Para além das mazelas em que vivem passam a construir um caminho novo, através de si mesmos. Enquanto coletividade vêm na solidariedade o amálgama para garantir a sua existência, ainda que intermediada pelo Estado.

Esse Encontro dos dois Fóruns e a benção das águas terá uma visibilidade para os dois Fóruns e nós teremos uma boa cobertura da mídia, da TV, rádios, jornais, e isso vai permitir certamente que as nossas reivindicações emergenciais que estão sendo colocadas aqui, lá possam ser atendidas pela pressão justamente porque se tornam conhecidas da opinião pública um exemplo, vai limpar a água da torneira se houver efetivamente um apoio para as pessoas, os agricultores que moram nas Encostas da Serra Geral não vai haver violência no asfalto se houver efetivamente um apoio no Morro, apoio a educação, a saúde, a agricultura, o transporte escolar nesses municípios do meio rural ele não tem como sustentar ele com qualidade com os recursos que tem precisa ter um tratamento diferenciado para com estes municípios, e essa tem sido uma das reivindicações nossas fortes, assim as reivindicações dos moradores aqui dos morros elas passam a ganhar uma outra atenção, à medida que isso se torna visível, então daí eu acho o sentido dos documentos, do protocolo de intenções da Agreco e do Fórum do Maciço (Wilson Schmidt, 03/2002).

O Estado é envolvido para suscitar políticas públicas que leve em conta essa realidade e essa espacialização, leve em conta essa busca por novas possibilidades. Reivindicam seu direito à existência através do Estado.

Mas o que é que é a gente está percebendo é o crescente êxodo rural, e o processo de empobrecimento do campo e também da cidade pelo fato da desintegração, (...) estamos construindo uma relação de interação campo-cidade, de diversas categorias, em um modelo que fale isso, porque ocorre um processo de separação de divórcio do campo – de que o campo pode ser totalmente auto-suficiente em relação a cidade, ou também o contrário, a cidade auto-suficiente em relação ao campo, existe autonomia, mas não auto-suficiência. (...) um grupo isolado não consegue transformar as propostas em políticas públicas, agora nesta articulação vai forçando o poder público a assumir, ele vai ter que tomar posição independente de sua atuação partidária então esse movimento ele passa a ter força no sentido de provocar, de suscitar novas políticas públicas que procuram considerar essas questões da interação (Pe. Círio Vandresi, 05/2002).

O movimento de articulação entre o campo e a cidade, possibilitado pela organização existente nesses dois espaços, vai afirmando a cooperação e a solidariedade como seus pontos de unidade.

A articulação destes Fóruns, o Maciço e a Agreco, está se constituindo redes com projetos, parcerias, que criam interfaces entre o público e o popular, onde a gente começa a discutir questões populares com questões construindo uma esfera pública resignificando esses espaços da construção de uma cultura de participação, uma cultura solidária de cooperação entre duas pontas excluídas, a ponta da periferia e a ponta do campo, a relação deste novo território (Pe. Wilson Groh, 05/2002).

O Fórum de Economia Solidária vai, portanto, estabelecendo seus nexos e consolidando-se na vida dos participantes, buscando gerar processos novos que transformem esses espaços e construam-se neles possibilidades novas, em que a solidariedade seja tecida como fio que molde a base social que vem se delineando, embora ainda em transitoriedade.

O “pacto de territorialidade” eu entendo que ele acontece quando um tem confiança mútua, no interior e a cidade. Houve esse documento, foi na Assembléia legislativa 4.500 crianças das escolas do Maciço junto com as entidades aqui das Encostas da Serra Geral, foi um pacto de proteção das águas das nascentes dos rios e as adotaram simbolicamente as nascentes dos rios naqueles dias e eu entendi aquilo como um movimento muito forte, muito significativo e que continuou dentro das escolas em Florianópolis, continuou na relação entre as Escolas aqui das Encostas com as escolas do Maciço, esse intercâmbio continuou, e mantém-se muito vivo nas propostas de intercâmbio de inter-relação e também muito vivo aqui nos planos de educação aqui nas encostas da Serra Geral um pacto e ele precisa ser efetivado pela prática das entidades (Wilson Schmidt, 03/2004).

#### **5.4 O Programa Saber e Sabor – a materialidade de um novo espaço em constituição**

A primeira experiência do fornecimento da merenda orgânica deu-se na Escola Lauro Muller em vista de ser uma das primeiras que se dispôs a vincular-se ao Fórum do Maciço e depois ao Fórum de Economia Solidária. Em agosto de 2001 implantou-se o Programa Saber e Sabor nesta escola e em outubro do mesmo ano propagou-se a todas as outras que compõem a Comissão de Educação do Fórum do Maciço.

À medida que esse processo vai tomando forma, os alunos passam a perceber que suas escolas já não se configuram no espaço anterior aos vínculos estabelecidos. Se antes tomar a merenda não era algo significativo, agora ela passa a fazer parte de um novo simbolismo construído coletivamente. Algumas cantinas das escolas fecharam em vista do novo alimento ter conquistado a preferência das crianças. Com o Programa Saber e Sabor estabeleceram-se relações entre as escolas públicas, relações entre os alunos de escolas diferentes, e destas escolas e alunos com as escolas do território da Agreco. A escola passou a se constituir como um novo espaço na vida dos alunos. O lema “redesenhar o mundo com o lápis e não com uma arma”, adotado para se efetuar os trabalhos pedagógicos, nasce a partir da realidade dos alunos no espaço do Maciço e busca, através da educação ir além dele.

O Fórum do Maciço e a Comissão de Educação, com o lema “redesenhar o mundo com o lápis e não com uma arma”, e esse é o lema das escolas, por isso as escolas cada vez mais vão se apropriando desse lema, e só dizendo, o que a comida sem agrotóxico já reverteu dentro de nossas escolas, tudo vai se construindo passo a passo a Escola Lauro Muller, por exemplo, já está fechando a cantina, já fechou, a Escola Silveira de Souza e mais outra Escola está fechando também, então a fila da merenda aumenta e a fila da cantina diminui esse é um dado altamente positivo. Na Escola Lúcia Mayvorne a criançada começa a chegar cedo, porque tem um bom café da manhã, e que à medida que as relações vão crescendo vai se tornando melhor ainda. (Pe. Vilson Groh, 03/2002).

Para além da merenda orgânica as escolas, através dos vínculos criados, vão gerando em torno de si outros projetos que permitem aos alunos permanecerem mais tempo na escola e a verem como um espaço que dá uma direção nova em suas vidas, diferente da posta pelo espaço em que habitam. Os Projetos vão desde trabalhos com arte, música, esportes como o jogo de capoeira, o remo, natação, voleibol, à aprendizagem da informática e uma rádio comunitária no espaço escolar, organizada pelos alunos.

O Projeto Sabor e Saber, o objetivo dele é muito amplo. Dentro das escolas a gente está aproveitando. No Fórum do Maciço a gente está aproveitando na questão das políticas públicas conquistamos a merenda orgânica e temos que fazer com que ela dê certo; porque ela dando certo a gente vai manter esses produtores no campo, vamos evitar o êxodo rural, vamos evitar o inchaço nas cidades. E dentro das escolas estamos ensinando as nossas crianças um novo hábito alimentar. Tem crianças que freqüentam a nossa escola e que tem nela a única alimentação do dia. Então em cima dessa merenda que nós conquistamos, nós desenvolvemos diversos projetos para a permanência e a inclusão dessa criança na escola (Profª Deise, encontro do dia 21.09.02).

Resgatar a escola como exercício de cidadania, resgatar a escola como a produção de um novo jeito dessa criança poder compreender a vida (Pe. Vilson Groh, 09/2002).

A constituição do Fórum de Economia Solidária, a implementação do Programa Saber e Sabor nas escolas e a busca pela intermediação do Estado com a implementação de políticas públicas, não tem sido tarefa fácil. Entretanto, os resultados já alcançados geram motivação suficiente para prosseguir, como o fechamento das cantinas nas escolas, a empolgação com que os alunos freqüentam as aulas, a diminuição das taxas de evasão. Para o Fórum do Maciço o fornecimento da merenda vem como forma de manter as crianças na escola, incentivando-as pelo caminho da educação. Apresentando a escola como um espaço de vida e para a vida.

A gente dentro desse processo de trabalho nós trabalhamos dentro da barriga do dragão e dentro da barriga do dragão a gente vai mexendo com esses trabalhos de redes, porque se a gente olhar para o dragão do mercado como aí está nos assustamos e a gente se coloca no imobilismo, agora quando olhamos para a merenda escolar e percebemos que as nossas crianças vêm no horário para a escola porque de manhã tem um café da manhã com bolacha de mel, tem pão que dá para colocar em cima um doce e um pedaço de queijo e que é um café bom, a criança chega no horário, (...). Na escola Lauro Muller, por exemplo, de 280 alunos à noite que se evadiam 180 que se excluía durante um ano, ano passado nós terminamos com 280 alunos no segundo grau, porque a noite tem uma janta que consiste de aipim, uma galinha e verdura, então para ver como é importante articular o comer com o saber e com um projeto de vida, às vezes podemos achar insignificante, mas para a população empobrecida da cidade o que significa uma merenda escolar com qualidade, bem feita, com sabor, o que significa, isso vai a termos de resgate de auto estima para poder pensar toda esta questão da vida, então nesse sentido sempre pensamos que a dureza de construir esse projeto que estamos fazendo não é fácil (Pe. Vilson Groh, 08/2002).

O Fórum do Maciço, a Agreco e o Fórum de Economia Solidária acreditam que esse processo todo, e como de fato parece ocorrer, o Programa Saber e Sabor, o vínculo das escolas nesses espaços novos que foram se constituindo, fez com que as escolas dessem um salto de qualidade, saíssem da estagnação em que se encontravam, refletissem sobre a sua

condição de instituição educativa e também sobre a sua responsabilidade para com os alunos no sentido de oferecer a eles uma educação com qualidade, contribuindo com o Fórum do Maciço e com a Agreco, cada qual em seu espaço, no sentido de fortalecer os alunos.

Um modo de repensar a escola pública. Um modo de começar a mexer com a escola pública enquanto possibilidade de espaço, e isso está vindo da periferia para nós, é muito forte porque nós vivemos neste momento um altíssimo nível do tráfico de drogas do ponto de vista da violência, onde o Estado não está presente, com políticas de geração de renda para a juventude e com políticas mais específicas, nós estamos pegando as escolas como um espaço conjuntural privilegiado para o movimento social poder buscar força e se resignificar do ponto de vista da sua forma de organização. Quem rotula essa criança, a esse conjunto de crianças que descem dos morros, o seu futuro é o crime mesmo, então a gente vai rompendo com o preconceito estabelecido do ponto de vista de que esses já são fadados a morrerem pelo narcotráfico. Então o movimento ele vai trazendo uma discussão para nós que é fundamental, de aprender a trabalhar nessa rede de relações, essa capacidade de dialogar (Pe. Vilson Groh, 09/2002).

Assim, chegou-se ao final do ano de 2002 com resultados reais que indicavam que um caminho possível estava sendo construído, significando avanços na luta por solidariedade como móvel para a produção da existência.

Eu vejo que a gente deu passos, eu acho que o passo qualitativo que a gente deu é de que a rede se potencializou e depois ela vai para o concreto, ela não fica no Fórum, a gente olha concretamente o que o Fórum sustentou. Ele sustentou a articulação dos pequenos agricultores dos grupos e esses grupos: nos do Maciço e das nove escolas do Maciço a gente potencializasse o Projeto Saber e Sabor. E o Projeto Saber e Sabor foi para a prática, então a gente potencializa e depois vai para a base e na base a gente constrói práticas e estruturas concretas, aí é que está o desafio para mim e aqui creio que a gente construiu uma compreensão que não fica reduzida na área da merenda escolar, mas a gente criou uma estrutura para a política pública, o desafio está aí. (...) A questão da merenda, então trabalhando com questão institucional, mexendo com a estrutura da merenda, meter a munheca lá dentro como a gente meteu, mexer com a questão toda lá dentro e conseguir fazer com que isso resultasse em uma prática, então está evidenciando nossa qualidade de ter conseguido construir estruturas na prática e operacionalizar, e dizer isso é possível, acho que o grande ganho para mim está nisso, em termos da rede (Pe. Vilson Groh, 11/2002).

A coroação das iniciativas ocorreu em 18 de junho de 2002, quando foi aprovada a Lei de n. 12.282 (em anexo), que dispunha sobre o fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar nas unidades educacionais do Estado de Santa Catarina. Nela estabelecia-se que as hortaliças, os legumes e as frutas destinadas à merenda em todas as unidades escolares do Estado seriam preferencialmente de origem orgânica. Naquele ano ampliou-se o

fornecimento da merenda para os municípios de Criciúma, Araranguá, Laguna, e Itajaí, em Florianópolis ampliou-se o número de escolas que recebiam a merenda.

Entretanto, com as eleições para o Governo do Estado no ano de 2003, novos governantes assumem a administração do Estado de Santa Catarina. A princípio, as conversas com o novo Governo foram tranquilas no sentido de que se compreendia que esse novo Governo tinha um comprometimento maior com a causa dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Acreditava-se, sem dúvidas, que o Programa Saber e Sabor prosseguiria, inclusive, com maiores chances de efetivação. No início do novo Governo houve dificuldades para a implementação do Projeto da forma como vinha sendo conduzida anteriormente. Esse Governo colocava a dificuldade para disponibilizar recursos financeiros para a compra da merenda orgânica. Nas reuniões efetuadas entre o Fórum de Economia Solidária e o novo Governo havia a disposição deste para a continuidade do Projeto, entretanto, na prática, a remessa de recursos às escolas não se efetivava. A dependência do Estado evidencia os limites na mudança governamental. Em o Governo não disponibilizando recursos, toda a construção no Fórum de Economia Solidária fragiliza-se.

Eu acho que assim a gente entrou ingenuamente achando que a coisa seria natural que o Governo do Estado se apropriaria disso com a maior naturalidade (Vilson Groh, 06/2003).

“fogo Amigo” (Wilson Schmidt, 06/2003, referência ao governo do PMDB).

A relação da Agreco com o projeto Sabor e Saber está meio perdida. Assim estamos tentando retomar a discussão no fio do eixo temático que foi gerado e gerou essa aproximação e trabalhar de novo essa relação. Agora, onde é que essa relação está esbarrando? Na questão orçamentária do governo. As escolas sozinhas, sem os recursos do Governo, não têm como possibilitar que o projeto sobreviva (Pe.Vilson Groh, 07/2004).

No Governo anterior, a merenda era oferecida para as escolas do Maciço e para alguns outros locais como Criciúma. Embora a Lei já existisse como possibilidade para a ampliação para todo o Estado, esta somente efetivou-se em alguns municípios. Com o Governo que assumiu em 2003, o Programa estendeu-se para todas as escolas públicas estaduais, entretanto, não havia na Agreco uma estrutura organizada em escala suficiente para atender todas as escolas que aderiram ao Programa, colocam seus interlocutores. Ou seja, pela ampliação evidenciam-se os limites da forma de organização proposta pela Agreco, valorização da subjetividade do trabalho, pequenas unidades industriais, etc.

Quando o Amim estava no governo não havia uma institucionalização do Fórum do Maciço [o Fórum do Maciço institucionalizou-se pela Comissão Intersetorial], mas

havia merenda orgânica com dinheiro do Estado. É porque havia poucas escolas no projeto, depois o Estado assume, o novo Governo estadual entra e coloca para o Estado toda a merenda. E a Agreco não tinha a contrapartida, pois ela não tinha merenda para todo o Estado, antes só havia merenda orgânica nas escolas do Maciço com o Luiz Henrique ele abre para todo o Estado sem estrutura e sem discussão, sem pensar como organizar esse processo. Nós fizemos inúmeras reuniões no início do Governo do PMDB com a Secretaria da Educação, com o pessoal que fazia a compra da merenda e dissemos, solicitamos a inclusão de muito mais verba de suplementação e isso não foi feito. Então, o que ocorreu foi a perda da qualidade e ficou do jeito que está. A Agreco não consegue produzir em larga escala, não tem administração para isso, por sua vez não criou uma aproximação com outros organismos que produzem sem agrotóxico. Foi feita uma discussão de fazer essa aproximação, só que isso ficou só no discurso e quando não tivesse os produtos a Agreco se comprometeu de ir buscar com parceiros orgânicos, só que isso ficou em tese, não aconteceu. O mapeamento todo foi feito, mas quem coordenou para isso acontecesse? Não aconteceu (Pe. Vilson Groh, 07/2004).

Em vista da fragilidade da Agreco sem estrutura para implementar uma produção em larga escala e do Governo não implementar o Programa nos moldes em que vinha sendo operacionalizado, toda a construção no Fórum de Economia Solidária começa a sofrer ranhuras. Avança ao unir-se em uma nova especialidade, entretanto permanece ainda sob a lógica do capital.

O que aconteceu é que ele ampliou um pouquinho a verba, mas insuficiente, esse vínculo das escolas, do Fórum com a Agreco, ele existe mais está muito frágil, muito frágil, as escolas estão comprando uma ou outra coisa, pão, algumas verduras, em relação ao ano passado a diferença é enorme, enorme, a diferença é grande, parte disso por causa do Governo. O vínculo nosso com a Agreco se dá via Secretaria da Educação, a negociação tem sido junto com a Secretaria de Educação do Estado (Danilo Ledra, Secretário da Comissão de Educação, 09/2003).

Para a Agreco, apesar dos problemas, das dificuldades operacionais dessa primeira fase do Governo e das perdas sofridas, o Programa manteve-se e o ano de 2003 termina ainda com o vínculo instituído. Ou seja, o Fórum de Economia Solidária, fragiliza-se muito embora o Programa Saber e Sabor prossiga existindo. A explicação das dificuldades operacionais deu-se em vista de que,

no primeiro ano do Governo que entrou teve problemas operacionais, não de articulação política. A vontade política existia, mas no operacional teve problema. Demorou muito para a liberação de recursos para as escolas, então atrasou muito o início do fornecimento da merenda. (...) Em 2002 o Governo ampliou para Criciúma, Araranguá, Laguna, e Itajaí, e em Florianópolis aumentou para vinte e poucas escolas, não lembro exato o número (Lucas, agricultor associado a Agreco, 03/2004).



Entretanto, apesar de os vínculos com o Fórum de Economia Solidária terem se fragilizado e do Programa Saber e Sabor nas escolas do Maciço não geraram mais as construções iniciais e os vínculos cidade-campo permanecerem de forma muito tênue, o Programa mantém-se em todo o Estado, embora efetivamente a Agreco ofereça seus produtos somente duas vezes por semana nas escolas públicas estaduais dos municípios acima colocados. No ano de 2003, segundo dados da Agreco, foram vendidos para o Programa Saber e Sabor próximo a 20 toneladas de frango, apesar de todas as dificuldades encontradas.

Eu tenho um relatório do ano, e sei que foi próximo de 20 toneladas de frango fornecido, mas tivemos várias dificuldades, pois foi início de governo, teve dificuldade de liberação de recurso, só foi aberto em maio... (Lucas, agricultor associado a Agreco, 03/ 2004).

E mesmo na Agreco, nem todas as famílias conseguem colocar seus produtos na merenda escolar, como antes o faziam. A família de Dona Ana que produzia foleosas, como alface, rúcula, etc, em vista da distância e da perecibilidade desses produtos e de nas escolas não terem a aceitação esperada, transformaram sua produção para a produção de conservas e aguardam para ver se o produto será aceito na merenda.

Pela racionalidade burguesa, trazer produtos orgânicos das Encostas da Serra Geral até Florianópolis, quando aqui próximo há outros produtores que poderiam fazê-lo a menor valor, não faz sentido. A produção da Agreco posta na merenda orgânica só faz sentido em vista da luta dos movimentos sociais e de toda a relação que lhe dá sustentação.

A Agreco muitas vezes tem encontrado dificuldades para receber o dinheiro da Secretaria de Educação do Estado da merenda que já foi fornecida às escolas, isso cria uma tensão entre os agricultores que não têm como produzir novos produtos se os entregues não resultaram em transformação monetária. Assim, nessas relações, o novo que busca florescer vem ainda carregado pela velha ordem burguesa. Produz-se pela valorização.

O problema de pagamento em Florianópolis. Nós acordamos com a Secretaria de Educação que só iríamos iniciar e entregar quando o dinheiro estiver depositado na conta de cada escola. Esse é um papel da Secretaria e nós entregaríamos o produto em uma semana com a nota e na semana seguinte é cobrado, porque senão tem os problemas burocráticos, onde o pessoal não manda a prestação de contas, não manda o pagamento. Assim a escola só estaria credenciada no momento em que ela tem em conta no Programa de Merenda Orgânica para fazer o pagamento na semana seguinte (Wilson Schmidt, 08/2002).

Os conflitos que aparecem no decorrer da construção do Programa buscam soluções através da compreensão do que é a produção orgânica no campo, do que significa, ao longo da história do agricultor, o milho, a troca de saberes do campo e da cidade, de como, por exemplo, se coze o aipim ou mesma a compreensão do processo produtivo, da forma artesanal de produção, de uma relação direta com o consumidor. Resgata-se o processo social aí inserido, ou seja, a manutenção dos trabalhadores diretos do campo e sua angústia em manterem-se enquanto tais, e a alimentação saudável às crianças do espaço do Maciço.

E aí outro ponto eu acho que positivo foi, que nossas relações com o campo nós aprendemos com o campo e eu pego só dois exemplos, quando a gente queria colocar o pão e não era o paaaãooooo, e a gente foi lá para cima e aprendeu e comeu, (...), e aprender como a gente cortar a casca do pão e o mesmo pão que tinha lá é o pão que vem para a escola, e passamos a discutir a cultura do milho, e aprendemos a cozinhar o aipim então essa interação da aprendizagem para mim foi fundamental, nessa dinâmica de aprender dos dois lados, de se ver dos dois lados (Pe. Vilson Groh, 11/2002).

### **5.5 Afirmando-se o novo espaço: encontros entre a cidade e o campo**

Outro passo importante do Fórum de Economia Solidária foi os encontros entre as escolas do espaço da Agreco e as do espaço do Fórum do Maciço, entre os alunos, entre os professores, as merendeiras, os consumidores das cestas e os agricultores e de forma geral entre os participantes da Agreco e do Fórum do Maciço. Um exemplo é o que ocorreu com as merendeiras que anteriormente a esse vínculo quase não apareciam na organização escolar. Essa construção permitiu o resgate de sua função nas escolas e entre os alunos. Esses encontros também ocorreram entre os participantes do Fórum do Maciço, no urbano e os associados na Agreco, no campo.

Fomos sim visitar a Agreco, as merendeiras foram, nós fomos, Colônia de Férias, a gente está chamando assim, nós fizemos e daqui nós levamos 18 alunos e de outras escolas também foram, foi do Celso Ramos, Hilda Teodoro, todas as escolas foram convidadas, (...) então nós saímos daqui, sexta de manhã, ficamos sexta, sábado e domingo, foi muito legal, foi muito bom, e lá ... agora eles de lá estão para vir para cá, os alunos, e teve uma coisa assim muito legal, eles nunca tinham convivido com negros, nunca, assim foi um negócio muito interessante. Foi muito bom lá, a gente foi em uma escola, os agricultores nos receberam, contaram causos, fizemos fogueira, as crianças gostaram e viram onde é plantada a merenda, qual é o valor que tem, a gente foi nas roças, nas agroindústrias, fomos ver como se cultiva mel, o queijo como se faz, como são as plantações. Em Santa Rosa nós fomos na escola, fizemos jogos, os alunos daqui, chegamos lá eles tinham dança alemã, eles não

tinham nos dito nada, brinquedos dele e aí na hora perguntei para os meninos se eles sabiam o hino da Copa Lorde [escola de Samba localizada no Morro Mont Serrat], pedi a fanfarra, alguns tambores, e os meninos mandaram ver, foi lindo, cantaram e dançaram que se acabaram, aí eles dançaram capoeira, aí as meninas cantaram samba com eles e era assim, os nossos tem um gingado, porque eles dançaram as músicas alemãs e as crianças eles pegaram elas para dançar e em dois toques já sabiam todos os passos, foi muito legal, eles gostaram muito de lá também, tinha professor chorando, foi bem emocionante, para eles também (Prof. Margareth, Diretora do Colégio Estadual Lauro Muller, 08/2003).

Os encontros entre os alunos possibilitados pela relação cidade-campo também permite conhecer o espaço do outro, de onde vem a merenda que é colocada nas escolas. Como se produzem os alimentos consumidos por eles. Nos encontros estabelecem-se relações entre os alunos e entre os professores que vão firmando e legitimando o Programa como uma construção social.

No início do ano passado em 2003, a gente realizou esse encontro com as escolas lá do Morro do Maciço que eu acho assim que foi, nossa, excelente, foi brilhante o encontro porque houve assim uma integração muito grande, na parte de conhecimento deles, de nossa realidade sendo a agricultura, a vivência das pessoas que vivem no interior e da mesma forma, quando fomos lá de as nossas crianças perceber o que é a vida na cidade. O interessante é que quando eles vieram aqui, aquela integração com crianças negras e as nossas alemãs, houve assim, uma integração muito legal. Os daqui apresentaram a dança alemã, os de lá apresentaram a cultura deles dentro da capoeira, do samba. E depois no final houve assim uma integração, os daqui tiveram que dançar (Prof. Suizete, Escola Estadual de Santa Rosa de Lima, 03/2004).

E os do campo vêm para a cidade e vêem que o urbano pode ser um espaço da sociabilidade humana por excelência, e também pode ser um espaço da pobreza, da violência, da degeneração.

Nós fomos lá em dezembro de 2003, no final do ano 2003. Mas foi assim, as crianças tem aquela idéia de que a cidade é coisa maravilhosa, prédios, carros, nós os levamos para ver a cidade, aquele movimento todo, aquela agitação, os levamos às praias, muitos não conheciam o mar, o que mais deixou eles chocados foi a questão da violência porque a gente se hospedou em uma escola em um Morro e naquela noite deu um tiroteio e uma morte. Nós ficamos na escola, próxima ao presídio, no Morro da Penitenciária, na Escola Hilda Teodoro. Teve alunos que ouviram e no outro dia eles disseram assim que morar na cidade eles não queriam mais. Então penso que serve assim para tirar aquela idéia de que cidade é maravilhosa e que se tem acesso a tudo e mais, eles perceberam que não é bem assim (Prof. Suizete, escola de Santa Rosa de Lima, 03/ 2004).

Desde então, esses intercâmbios vêm ocorrendo no que se convencionou chamar de “Colônias de Férias”, alunos das escolas do território da Agreco vêm conhecer as escolas do

Maciço. Os professores acabam também por trocar experiências e esse processo vai adquirindo forma e aparecendo concretamente para os alunos, para as merendeiras, para os professores, para os consumidores das cestas e também para os habitantes do Maciço que inúmeras vezes foram visitar a Agreco. Fortalecendo assim o Fórum de Economia Solidária.

O intercâmbio, escolas da oitava série daqui que vão visitar as escolas da Encosta da Serra, as oitavas séries, e os alunos de lá vão receber nas casas, eles vão conhecer as nascentes dos rios, e as Escolas da Encosta da Serra vem visitar as escolas daqui, os alunos é que vão recebê-los e eles vão oferecer bolo, vão conhecer as maravilhas de Florianópolis que ele nunca viram e vão ter a vista panorâmicas da cidade subindo os morros e eles vão botar o pé no mar senão eles só fariam isto quando viessem embora de lá para cá, depois de 18, 20 anos expulsos lá do interior e acabam conhecendo aqui a cidade. Então tem perspectivas concretas de se fazer e agora é um trabalho para se fazer e cada vez mais gente e mais gente vai entrando neste trabalho é isto que se percebe (Wilson Schmidt, 05/2003).

Esses encontros permitem uma aproximação de espaços singulares, dos homens trabalhadores diretos desvalorizados da periferia urbana e dos homens pequenos produtores, trabalhadores rurais também desvalorizados. O novo olhar que dali emerge traz a percepção de que não há diferenças, além das geográficas, nesse novo espaço descoberto. Os problemas, as dificuldades encontradas na produção da existência assemelham-se. Essa aproximação permite uma emersão de uma nova espacialização que vai unindo as pessoas desses territórios para além do individualismo burguês. Igualam-se pela sua desvalorização.

Hoje subindo aqui, vendo as pessoas se perdendo ao chegar, eu estava lembrando de quanto às pessoas se perdem também para chegar aos nossos municípios, então as dificuldades são semelhantes, a beleza toda que tem os dois lugares o Morro do Maciço e as Encostas da Serra Geral, as pessoas que moram na cidade, ou no interior desconhecem esses territórios, assim o fato de nós estarmos insistindo de se fazerem às reuniões aqui na Escola Lúcia Mayvorne [alto do Morro Mont Serrat] e fazermos reuniões principalmente das pessoas das cestas, e fazermos reuniões principalmente com as diretoras das escolas para fazer uma viagem de se conhecer o território lá na Encosta da Serra, então isso mostra como é preciso fazer, como diz o Pe. Vilson concretamente para a gente primeiro poder se conhecer, não se cria articulação sem a gente se conhecer, sem a gente estar junto, a gente, as pessoas das cidades têm um certo medo do interior até quando vão lá e passam um dia lá, e as pessoas do interior têm medo aqui do Morro até quando vêm e tem essa acolhida aqui na Escola, com a apresentação das crianças, e a presença dos professores. É que lá e cá tem gente, e tem gente que tem uma hospitalidade a toda prova, nesses lugares a hospitalidade é um sentimento humano, na cidade, na chamada cidade convencional não existem pessoas nós desaparecemos, nós aparecemos de novo quando estamos aqui no Morro, ou quando estamos lá no interior, lá as pessoas se identificam, e isso é uma outra dimensão que o Pe. Vilson colocava, da necessidade de se conhecerem, de recuperar nossa identidade (Wilson Schmidt, 03/2002).

Essas visitas permitem conhecer o espaço do outro. Para a Agreco, no campo o problema do narcotráfico inexistente, portanto, enxergá-lo na cidade é complicado, o que se vê são as ruas estreitas, a forma de construção das casas, os lixo jogado na ladeira, as pessoas nas ruas, etc. O Maciço aproxima-se dos agricultores e compreende melhor alguns moradores dos próprios Morros que já foram agricultores, e ali estão agora, expulsos do campo.

Dona Ana [agricultora da Agreco] dizia ontem, mas os Morros do Maciço onde vocês habitam para nós que fomos lá pela primeira vez é terrível, porque é como fio de cobra que vai por ali afora onde o estômago revira, e ela quando veio no Morro, o medo dela no Morro não era de narcotráfico, o medo dela no Morro era o ônibus deslizar em cima das casas, e aí se começa, então vejam como muda o olhar, quando eu vou no território do outro, o outro vem no meu, como para as diretoras uma coisa tão simples, que é cozinhar o aipim, a agricultora disse, não, dá um susto e ele fica bom. Então, resgatando os saberes populares através das culturas pelo processo dialógico, acho que a grande questão nossa é a continuidade desse diálogo que é conflitivo, mas não trunca a roda, torna-se um espaço de troca e produção de conhecimento, soluções através das experiências. A rede construindo pelos Fóruns possibilita uma reavaliação da questão campo-cidade, ou seja, melhora o entendimento sobre o processo migratório, sendo o Estado de Santa Catarina o que tem mais sofrido, mais expulsado as famílias do campo (Pe. Vilson Groh, 05/2002).

Entende-se que dessa forma, na construção de processos, permite-se que o Fórum de Economia Solidária explicita-se como a materialidade de uma vida em construção solidária, ética, coletiva, embora ainda não se estabeleça como nova forma de produção da vida, faz com que alguns elementos que podem ser os de uma nova sociedade se evidenciem. Apesar dos conflitos e das divergências que vão surgindo (como o de algumas escolas onde o pão de milho parece ter dificuldade de ser aceito e o aipim de ser cozido), os encontros, as discussões e a proximidade dos espaços faz com que seus fios permaneçam entrelaçados. A transitoriedade vai sendo implementada em ações concretas, tecendo uma crítica material ao individualismo burguês.

Dona Ana passou um conhecimento do saber, uma cultura que quem está na cidade e nunca botou o pé na roça, não sabe esse saber, depois o aipim não era mais problema. Então essa interação é positiva. Outro problema era o pão de milho o pessoal dizia o pão de milho é apolentado, a casca é muito preta e ainda vem com uns fiapos de folha de caité e de banana, depois quando a agricultora começa a contar a cultura do milho, como é feito o pão de milho, porque ele é feito na folha de bananeira ou do caité, e depois fizemos um café colonial e todo mundo gostou e o pão de milho não era mais problema, então o que se comenta é que há uma relação de reciprocidade onde o saber adquire um outro significado e começamos a compreender uma relação onde a interação dos saberes entre a academia, as escolas e entre os agricultores e entre os Morros começa a adquirir significados e uma valorização deste significado, deste saber (Pe. Vilson Groh, 08/2002).

Esses encontros para a troca de experiências e conhecimentos nos espaços da Agreco e do Maciço sempre se efetivam a partir das discussões que se originam no movimento e buscam consolidar os espaços geograficamente separados em um e único espaço, a despeito de suas singularidades, ainda que intermediado pelo Estado. Buscam construir uma sociabilidade nova entre produtores, através de uma relação humana não mais abstrata, entre os envolvidos no processo, a solidariedade vai assim tomando forma, e os fios desse processo transitório vêm sendo tecidos ainda que imbricados no capital.

E aí se está discutindo todo o Projeto dentro desse processo e isso tem levado nós dos morros irmos para as Encostas da Serra, o pessoal das Encostas da Serra vem para os morros, lideranças dos dois lados. Nós fomos já com as diretoras duas vezes para as Encostas para as diretoras conhecerem qual é a cultura da agricultura e fomos também com o pessoal aqui dos Morros (Pe. Vilson Groh, 08/2002).

Nesse sentido, a Agreco e o Fórum do Maciço, no espaço do Fórum de Economia Solidária, pensam um espaço no qual se construa um processo de confiança mútua, de relações de amizade que permitam a colocação dos produtos da Agreco a partir do conhecer-se, construir um espaço no qual o que tem valor não está intrínseco na mercadoria em si, mas em todos os processos que permitem ao homem trabalhador direto da Agreco e do Maciço permanecer como tal ainda que intermediado pelo Estado.

A gente vai pensar em convivialidade entre produtores, agricultores e consumidores e não apenas na feira de produtos. A feira é sempre um espaço que a gente pensa na feira de agricultores como um espaço onde se vai conversar, mas isso pode se dar em espaços como este, em encontros, em fóruns, em discussões sobre a merenda, as crianças da cidade vão encontrar as crianças do campo, as do campo visitarem as da cidade, as merendeiras irem visitar as agricultoras, as agricultoras irem visitar as merendeiras, são trocas, as diretoras, são trocas que são necessárias, e aí a gente pensa também em confiabilidade, quando há conviviabilidade, há confiabilidade a gente vai estar preocupado com o produto e a gente vai saber que o agricultor que vai plantar (Wilson Schmidt (Feijão), professor do Departamento de Agronomia da UFSC e membro da Agreco, 08/2002).

Esses contatos permitem que construa um conceito de território próprio a partir dos experimentos.

E quando a gente trabalha do lado do meio rural essa noção de rede a gente trabalha uma noção que é importante que é a noção que é de território, o que é território? É o lugar onde a gente se sente pertencendo a ele, é o lugar de a gente dizer eu sou daqui (Wilson Schmidt (Feijão), 08/2002).

De tal forma que se vá abandonando o individualismo e a competição e construam-se relações humanas de solidariedade e de cooperação. Essa construção permite a Agreco consolidar sua luta, sua teleologia, manter os “homens trabalhadores diretos agrícolas” como tais. Busca a construção de “novos valores” como determinantes para a manutenção de sua singularidade. Isso vem se fazendo possível em vista dela ainda manter a posse da terra, meio natural de produção, como propriedade privada. Tem permitido que ela consolide o Programa “Acolhida na Colônia” e o turismo rural no seu espaço. A organicidade dessas visitas passa pela Acolhida. E ao Fórum do Maciço tem permitido construir nas escolas novas possibilidades para as crianças, adolescentes e jovens.

Então se falou aqui rede é abandonar o individualismo, a competição, o egocentrismo, rede é saber tolerar, é saber ceder, saber escutar o que os outros têm a dizer, a opinião dos outros. E não encarar o outro como concorrente, nós não somos concorrentes, somos semelhantes procurando nos colocarmos no mercado e nesse relacionamento. Na verdade é mudar esta postura, é pensar em um outro tipo de relacionamento e aí entra bastante a noção de comprometimento, cada um com a sua associação (Wilson Schmidt (Feijão), 08/2002).

Para o Fórum do Maciço esses encontros permitem a afirmação do Programa Saber e Sabor nas escolas e a consolidação da Comissão de Educação, numa relação entre as escolas e os seus respectivos alunos, em que ela vai fazendo-se como um espaço diferenciado e colocando-se como tal na vida dos seus alunos.

Os encontros têm sido mais uma forma encontrada por esses homens produtores diretos para a construção de sua existência, como homens desnecessários à valorização do capital buscam outras possibilidades de se firmar como seres vivos e construir-se como espécie humana. As relações entre as pessoas via o Projeto visa romper com o individualismo burguês e, a partir desses contatos, possibilitados pelos processos construídos, materializar outra forma de produção da vida. Ao efetivá-la, buscam na intermediação com o Estado, em vista de seus meios de produção serem insuficientes, e a gigantesca composição técnica do capital operante no mundo só permite que a operacionalize como um ato social. Falta-lhes ainda uma universalidade para além de suas singularidades que se teça em amálgama entre ambos os espaços, a solidariedade tem aparecido como esta possibilidade, mas não tem sido ainda suficiente. O Estado como mediador social através de políticas públicas tem se mostrado como a universalidade dessa construção, em vista de que ainda não há outra posta. Como transitoriedade ainda não se faz suficiente sua unidade como Fórum de Economia Solidária para implementar-se para além da universalidade burguesa em degeneração.

Unem-se, muito embora em dimensões diferenciadas. Igualam-se pela desvalorização. Mas a sua efetivação como homens viventes difere. A Agreco deseja, sobretudo, através do mercado institucional, da posse da terra, da mercadoria “produtos orgânicos”, produzir homens trabalhadores diretos do campo, ecologicamente corretos; o Fórum do Maciço desprovido de tudo, portanto, carente de tudo, busca em lutas universais, transformar seu espaço da barbárie em uma sociabilidade condizente com a construída pelo ser social ainda que capitalista; e assim produzir homens trabalhadores diretos. Essa tem sido a forma que esses homens têm encontrado para resolver as contradições que se apresentam para a sua reprodução.

### **5.6 O novo espaço afirmando-se nos espaços sociais constituídos: O Projeto Pré-Vestibular da Cidadania**

O vínculo originado pelo Fórum de Economia Solidária, unindo o Maciço e a Agreco na busca pela construção de caminhos de vida, tem feito com que o Projeto Pré-Vestibular da Cidadania, antes vinculado especialmente às Encostas do Morro da Cruz e a outras áreas empobrecidas da Grande Florianópolis, estenda seu espaço também para a área do Fórum de Economia Solidária. A partir da consolidação do Fórum alunos e coordenadores do Projeto do Pré-Vestibular da Cidadania têm participado dos encontros e coordenadores da Agreco têm feito visitas e ministrados algumas aulas naquele Projeto, desde o ano de 2001. Para o Fórum do Maciço e para a Agreco, esse Projeto aparece como um caminho de possibilidade real de acesso a Universidade Pública. A partir do ano de 2001, jovens da Agreco deslocam-se para Florianópolis para participar do Projeto, ficam em casas de amigos, de parentes, ou mesmo de colegas que conheceram no próprio Projeto. Para o Maciço é já ponto consolidado anterior ainda a sua constituição.

É fazer com que os jovens agricultores façam a Universidade, mas voltem para a roça e nós já temos uma experiência de uma menina da Agreco que está fazendo agronomia que passou por um dos nossos projetos que é o Projeto Pré-Vestibular da Cidadania que vai voltar de novo para lá, e ao mesmo tempo articular nos Morros essa população para a perspectiva, para a cultura da Universidade (Pe. Vilson Groh, 08/2002).

A existência desse Projeto é a realização de um sonho, a possibilidade real de alterar a trajetória da vida na qual relações humanas concretas estabelecem-se. A possibilidade de



entrada para a universidade está dada para todos os homens produtores diretos do campo que o desejam e necessitam de um curso pré-vestibular para fazê-lo.

Entrar para o Pré-Vestibular da Cidadania, lá em Florianópolis foi uma porta que se abriu, eu nunca imaginei que eu daqui de Santa Rosa ia conseguir chegar lá, ia ter possibilidade de fazer um pré-vestibular com professores ótimos, ia ter um lugar onde alguém me recebesse, nunca imaginei, nunca pensei que isso pudesse acontecer, mas foi muito bom, muito bom mesmo. E depois de formada eu vou voltar para cá, com certeza. Vou fazer agronomia (Lucilene, filha de agricultores da Agreco, 03/2004).

Para as famílias dos agricultores organizados na Agreco, ver os filhos em uma Universidade parece coisa impossível, possibilidades que antes da efetivação dos vínculos com o urbano não estavam presentes para todos os agricultores daquele espaço.

Ah, foi muito bom, eu nem esperava por isso. A gente entrou no Projeto do Pré pela Agreco e teve conhecimento com as pessoas de lá e assim foi conseguido que ela foi pra lá, senão ela nem tinha ido. Antes não se podia pensar no futuro deles, hoje já tem essa possibilidade de ela ir estudar e voltar depois (Leda, agricultora da Agreco, 03/2004).

Aqui antes da Agreco e da relação com Florianópolis não se tinha perspectiva para os filhos, não se via futuro para eles, nosso caminho era só de ida, e hoje já se criou esse espaço para os filhos poderem estudar e voltarem e abrirem possibilidades aqui, nós vamos chegar a ter condições de trabalho para eles aqui através desse modelo de trabalho da Agreco. Se os filhos estudam eles também vão ter oportunidade de trabalhar aqui se quiserem, estamos trabalhando para isso, coisa que antes não se podia pensar (Valnério, agricultor da Agreco, 03/2004).

Para os jovens recém aprovados na Universidade significou a realização de um passo fora de suas possibilidades. No Projeto, relacionaram-se com os jovens da periferia urbana e descobriram essa nova realidade. Nele também vivenciaram um espaço coletivo em que não há nenhuma relação monetarizada, impessoal, alienada. O trabalho de todos, professores, coordenadores, monitores é compromisso social, ninguém ali, no final do mês, vê seu salário ou seu lucro ampliados por terem participado desse processo, ganha-se somente nas relações construídas humanamente.

Na Universidade dificuldades de outra ordem aparecem.

Essa saída daqui do interior, do mato, digamos assim, foi para mim um grande aprendizado, isso eu posso te garantir, assim, em todos os sentidos, pessoal de amadurecimento e de conhecer a realidade dos meus colegas no Projeto que era para mim um outro mundo, eu convivi com pessoas que moravam lá no Morro, e que sempre foram muito legais, são meus amigos, que passavam dificuldades, isso eu só conhecia pela televisão, eu não conhecia de perto essa realidade e assim ai via que tem que existem pessoas que estão buscando melhorar a sua situação que querem

construir um caminho, que promovem um cursinho gratuito, que tem pessoas que se dispõem a isso, isso para mim foi um grande aprendizado, eu nunca pensei que isso pudesse existir, pessoas que trabalham muito e que fazem coisas assim para outras pessoas, isso foi muito importante para mim. Que é possível passar no vestibular como eu consegui passar. (...) Eu sentia muita solidariedade no Projeto a gente se ajudava muito, formávamos grupos de estudos, não era como um cursinho que tu paga que as pessoas, assim, ficam puxando o tapete uma da outra, no cursinho não, todo mundo queria que você aprendesse, todo mundo se ajudava, os professores, os colegas ninguém queria que você ficasse sem saber as coisas, se não dava para ir as aulas os colegas ajudavam, ajudava em tudo que era possível (Zenaide, filha de agricultores da Agreco, participou do Projeto e foi aprovada em Agronomia na UFSC, 03/2004)

O encontro com o urbano, com os jovens da periferia, no espaço do Projeto do Pré-vestibular traz uma aproximação desses dois mundos reais que se vêem como iguais na diferença, “são tão pobres quanto a gente”.

Eu sempre quis estudar, eu fiz vestibular e fui me encaminhando para a Universidade, como o pré-vestibular já existia isso facilitou as coisas, no Projeto eu passei a conviver com pessoas de outras classes, mais pobres, ou tão pobres quanto a gente, eu passei a conviver com elas, eu nunca tinha convivido com pessoas assim, foi uma grande experiência para mim, comecei a romper com meus preconceitos e coisas assim, que nos Morros têm também pessoas legais, ficaram meus amigos, eu conversava com elas e vi que são pessoas normais, não é aquela coisa que a gente tem na cabeça, que todos convivem com o tráfico, com a violência, são pessoas normais, eu senti isso, são iguais a todo mundo, só que não tiveram sorte, e muitos sofrem também porque tem o preconceito com as pessoas negras que é isso, que é aquilo, tem muitos que são muito melhores que os brancos, quero dizer que a cor não é importante, são pessoas (Marcel, filho de agricultor da Agreco, participou do Projeto e foi aprovado em Agronomia, 03/2004)

Alteram-se os ideais,

Antes de conhecer esse Projeto, eu só tinha a idéia de voltar para casa e trabalhar aqui, agora tenho outra mentalidade, trabalhar com a produção orgânica, trabalhar essa produção para os pobres, sinto que mudou assim as coisas para mim, tenho pensado mais em tudo. Meu sonho no futuro é trabalhar aqui na Agreco, na ideologia da Agreco. E também no Projeto do Maciço, unir esses dois mundos, penso que é isso, isso que eu sonho (Marcel, filho de agricultor da Agreco, 03/2004)

O Fórum de Economia Solidária apresentado através do “pacto de territorialidade” para a sociedade de Florianópolis e da Encostas da Serra Geral, traz alterações nos espaços que não são visualizadas fisicamente, mas na auto-estima dos agricultores, na realização do sonho de ver os filhos na Universidade agora concretizada já para muitos. Nesse processo

entende-se a materialização da solidariedade para a construção de processos de vida, embora ainda enquanto transitoriedade.

O “pacto de territorialidade” eu entendo que altera menos no território na visualização das propriedades, do planejamento das propriedades, mais isso já dá sinais de uma outra visibilidade, mais nas pessoas que mudam se transformam, a auto-estima melhora quando, por exemplo, alguém da família tem possibilidade, morando na última morada das Encostas da Serra Geral, passar em um vestibular na UFSC, é sinônimo de que o sujeito mais marginalizado possível aqui da região, nem tem estradas onde mora, e consegue através de um processo articulado entre várias comunidades num processo solidário, que talvez a Patrícia Lohn<sup>104</sup> nem saiba a dimensão disso, mas a família muda, toda a família muda. Na semana passada, Dona Terezinha, a mãe dela disse: “mas que coisa maravilhosa tantos professores onde minha filha estuda estando aqui, por favor ajudem para que ela permaneça, para que ela não desista da universidade”. (...) Não é paternalismo, não é assistencialismo, é solidariedade, é Projeto, porque ela tem um envolvimento com um processo mais amplo. E as pessoas ajudam porque sentem que as pessoas fazem parte disso, desse processo. Então a Lucilene, que não passou na UFSC mas na Unisul, em função do cursinho de pré-vestibular que ela fez e passou em agronomia e quer voltar a trabalhar aqui (Wilson Schmidt, 03/2004).

## 5.7 Outros espaços evidenciando-se: o curso de pós-graduação

Ramificações do Fórum estendem-se à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os professores das escolas públicas do Ensino Fundamental envolvidos no Fórum necessitam de constante qualificação para que a escola pública forme alunos bem preparados para a vida, para o mercado de trabalho e para a aprovação em vestibulares. Nasce assim um curso de pós-graduação reivindicado pelo Fórum e em parceria com a UFSC, implementado, primeiramente nas escolas das Encostas da Serra Geral. A UFSC leva o seu curso, com professores qualificados para àquele espaço para logo depois, ser oferecido também às escolas do Maciço. Esse curso não terá nenhum custo para seus participantes.

A Universidade [UFSC] oferece às Encostas da Serra Geral um curso gratuito de pós-graduação para os professores da rede de ensino pública da rede municipal e estadual, isso vai começar no início do ano que vem. (Wilson Schmidt, 05/2002).

E a gente sabe que é importante o processo de discussão, agora é importante o processo de trabalho, de construção na prática, para se articular teoria com a prática, e essa articulação está se fazendo neste processo e um outro ganho é as escolas das Encostas começa com um trabalho de pós-graduação, via Departamento da Educação da UFSC, em que a Universidade se descentraliza e vai para o campo e como a Universidade se descentraliza e está vindo para os Morros então nós podemos passo a passo ir constituindo um espaço laboratorial na prática e na teoria

<sup>104</sup> Participou do Projeto do Pré por dois anos seguidos, foi aprovada em Pedagogia na UDESC e também na UFSC.

em que a academia cada vez não é que ela esteja a serviço da sociedade, mas agora está dentro desta realidade aqui (Pe. Vilson Groh, 03/2002).

Coloca-se também para a Universidade uma indicação de possibilidades novas. E se descobre qual é o papel da Universidade, vindo aqui, muitas vezes, descobre indo lá muitas vezes, qual é o papel da universidade, nós nesse momento de crise no mundo, onde o velho ainda não morreu e o novo ainda não nasceu nós temos uma dificuldade grande de ver papéis, de encontrar respostas (Wilson Schmidt, 03/2002)

Discute-se e pressiona-se também pela abertura de vagas em cursos noturnos na universidade pública para facilitar o acesso ao aluno trabalhador. Encaminhamento este solicitado já de diversas formas pelo Projeto do Pré-Vestibular da Cidadania.

Discutindo com o reitor da Universidade [UFSC], com o Rodolfo, como abrir um curso de pedagogia na área de Educação a noite, que já era nossa discussão do pré-vestibular de cursos noturnos e com isso conseguimos já fazer um curso de especialização para os professoras das Encostas da Serra, depois deste curso de especialização vai ser feito aqui na cidade para as professoras que trabalham dentro das escolas nas áreas do Maciço (Pe. Vilson Groh, 03/2002).

Nesse processo, em que outras propostas vão sendo tecidas como oferecer alimentação orgânica de qualidade para os hospitais, uma vez que através de uma alimentação saudável constrói-se saúde. Essa proposta, entretanto não se implementou, em vista dos hospitais não a aceitarem.

A perspectiva de ter a merenda e agora os hospitais possa se consolidar no sentido da produção para o agricultor estar acontecendo com essa assistência necessária, no dia-a-dia, está aí apoiando o agricultor (Wilson Schmidt, 08/2002).

O Fórum de Economia Solidária, assim vai tecendo sua rede e apontando caminhos que vêm revelando-se ricos em possibilidades, como um fazer transitório em que se sabe o que não se quer ser, refletir em seu interior a dinâmica do modo de produção capitalista, sem, entretanto, se constituir em nova forma. As dificuldades, os limites desse processo, decorrem não do Fórum, mas do momento histórico em que se vive, da impossibilidade de o capital produzir a vida de todos, embora aponte a produção consciente do homem pelo próprio homem, esta ainda se efetua sob a forma do capital. O Fórum, portanto, traz em si essa transitoriedade, não pode mais se fazer capital, precisa produzir homens conscientemente, mas é o manto do capital que o encobre ainda. Tece essa luta no interior do velho, em que se quer o novo, mas este ainda não nasceu, não se desvelou, a forma desse movimento no Fórum

processa-se em experimentos reais que criticam o velho, pois escancaram seus limites, mas ainda não se evidenciam como novo.

### **5.8 Espacialização das utopias em ações concretas**

O Fórum de Economia Solidária a partir de sua espacialização acredita na possibilidade da ampliação da escala produtiva da Agreco na melhora da qualidade dos produtos e no barateamento de seu valor para o acesso aos produtores diretos urbanos do Fórum do Maciço. E também acredita na construção de um processo em que o alimento não será mais uma mercadoria, pois sendo produto do trabalho humano, expressará como conteúdo essa relação humana.

Onde cada um trabalha com muito saber, com muita ciência porque quando se produz com saber e consciência, com saber e ciência consegue produzir muito melhor e o alimento é o que tem de mais assim palpável, aí a disposição das pessoas perceberem no sabor o saber, a relação do carinho colocada na relação do movimento que pode estar dando uma nova consequência da desalienação, do que significa o alimento que eu como, porque o alimento vem como comércio, ele vem com produto como mercadoria ela não vem como algo humano (Wilson Schmidt, 05/2002)

Assim, as utopias vão se fazendo possíveis,

Em que cada vez mais um passo neste sentido, então vemos por que por dentro disso quantos fios nós vamos resgatando, quantos fios nós vamos construindo e essa rede vai se redesenhando e em que todos nós vamos co-participando, censo de pertença com responsabilidade e a questão da utopia, eu acho que a gente de novo vai descobrindo sonhos adormecidos e a utopia que vai se construindo nessa possibilidade e aí eu creio que a grande questão é a gente deixar um legado para as futuras gerações. O que de bom a gente pode deixar para o mundo é um legado, e o legado que a gente pode deixar é um mundo melhor, e um mundo melhor concreto visível, palpável, com projetos, com opções para que essa moçada que vem depois da gente pode seguir os trilhos, caminhar nestes trilhos, seguir construindo esses trilhos e avançar na reconstrução deste planeta (Pe. Vilson Groh, 03/2002).

A participação de todos no Fórum de Economia Solidária sempre se faz de forma voluntária, não há uma estrutura constituída que lhe dê suporte, a não ser a própria união dos homens, buscando conscientemente possibilidades para se fazerem homens. Assim, o que os move ali não é a obtenção de maior salário ou de mais lucro, moldes burgueses da vida, e sim

a busca pela superação dessas relações sociais burguesas, a própria existência do Fórum indica a insuficiência do salário e do lucro para a produção e reprodução da vida.

Creio que aqui está o nosso esforço, então, sem dúvida, os esforços todos construindo até agora de forma altamente abnegada, desde as Escolas, no Maciço ao interior das Encostas da Serra as pessoas que dão além do seu trabalho, e aqui a gente começa a perceber também o que é que é voluntariado. Voluntariado não é quebra galho, (...) voluntariado é uma questão de opção, em que eu tiro do meu tempo, porque acredito na construção de um projeto e esse projeto está se dando com muitas mãos voluntárias, mas voluntárias para o projeto. Então também neste sentido a gente a redescobre, esse projeto readquire a força do seu processo do caminhar, então hoje a gente dá mais um passo neste sentido (Pe. Vilson Groh, 03/2002).

Mas, entende-se que permanecer com trabalho voluntário não é suficiente para avançar, necessita-se de uma estrutura que dê condições de nela as pessoas extraírem a vida. A existência gerada nesses processos, entretanto, tem de ser diferenciada da burguesa, tem de vir plena de sentidos.

O trabalho do voluntariado, que é a capacidade profissional de a gente ir construindo, nós da periferia somos todos voluntários, então manter uma estrutura organizativa e querer que isso se torne profissional gere renda, crie relações entre campo e cidade, não é possível só com voluntários, tem que ser pensado uma estrutura de que a gente comece a liberar pessoas no urbano, pessoas da periferia como voluntárias, desempregadas precisam comer, precisam gerar renda, então aqui um pouco o nó que a gente está encontrando nas cestas, é um limite, precisamos nos planejar, vencer esses limites, se a gente quer expandir o projeto só com voluntariado não funciona. Eu digo isso em função do trabalho educativo que a gente tem na periferia, só com voluntários não funciona, ou a gente gera projetos capacita pessoas e paga e essas pessoas tem um outro jeito de trabalhar e de se articular nas redes (Pe. Vilson Groh, 09/2002).

A constituição do Fórum vem para lançar outra possibilidade, muito embora limitada: busca avançar, tece experimentos, recua e avança em marchas e contramarchas.

Nós estamos tratando da relação campo–cidade, que sempre foi, como mobilidade social, sempre foi o agricultor ir embora, ir, não ter ir e vir, o que significa o interior, o que significa o meio urbano, o quanto as coisas são complicadas, e que vão se superando à medida que as pessoas se conhecem, e nós temos aí a dimensão e aí eu acho que acontece a nossa síntese que é o Sabor e Saber, o pessoal do campo tem Sabor e o pessoal da cidade tem Saber, a parte mais desenvolvida da realidade social, da dinâmica social é o urbano, historicamente falando, agora o interior conserva valores anteriores ao desenvolvimento capitalista que visa só o lucro e que se tem tentado esquecer, então nós estamos resgatando aquela dimensão que o sabor vai muito além do sabor de alimento, do queijo... tem de ver a origem, a identidade das pessoas que moram no campo, então só isso, só perceber essa relação, que existe relação, a possibilidade de relação e de redefinição e de organização, isso já dá uma definição do que foi. E esse Fórum é o lugar onde a nossa contradição humana, a

contradição básica, onde aparece o individualismo e a cidadania, então nós colocamos de um lado toda a carga que essa sociedade nos trás de sermos apenas indivíduos e de outro lado chama-nos para sermos cidadãos. Aqui, esse exercício, ele nos chama a sermos espécie humana e não apenas indivíduos e eu sempre senti muito forte esse chamado aqui das outras pessoas exigindo da gente uma contínua conversão. É um novo paradigma, é algo novo, e nós queremos como seres humanos, nós temos isso em nossa essência, nós somos chamados a nos mudar a nos transformar continuamente, nós somos chamados a mudança continuamente, a nos mudar; então essa condição de conversão de mudança, de transformação, quando é que a gente acha – num lugar como esse, onde tem diferenças, onde tem conflitos, mas onde eles podem ser qualificados (Wilson Schmidt, 03/2003).

Apesar de os limites ainda existentes no Fórum, no sentido de ele ainda não se constituir em uma vida plena e liberta, a expectativa das pessoas nela fortalece-se e dele extrai-se motivação para prosseguir na dura luta, em rebeldia para modificar as condições dadas e construir alternativas.

Não existe em lugar nenhum neste país, os novos Governos principalmente o Governo Federal na perspectiva de mudança, quando se dizia que não existe uma proposta construída pela sociedade, foi trabalhado muito tempo a contestação e nós sabemos que não queríamos o neoliberalismo, mas foi construída uma proposta por mais insipiente que tenha sido, por mais precárias que tenham sido as nossas práticas nós conseguimos visualizar o que é uma proposta de desenvolvimento territorial, de um pacto territorial campo–cidade e de desenvolvimento de nossas regiões aqui de Santa Catarina; que podem ser aplicadas em qualquer lugar nesse país. Nós podemos ter a certeza de que a rede se fortaleceu, e nós ficamos muitos felizes e quando eu olho lá na Agreco o que eu vejo, as vezes não que tenha aquela renda maior, não tem aquela visão ainda assim reduzida só a economia e não tenha dado tantos passos, mas eu vejo aquele agricultor completamente diferente, um agricultor que acredita em si que luta que acredita que o país pode melhorar, pode mudar (Wilson Schmidt, 02/2003).

## **5.9 Outra espacialização do Fórum de Economia Solidária: as cestas de produtos orgânicos**

O Fórum de Economia Solidária objetiva também articular uma relação entre os produtores diretos do campo e os consumidores da cidade em que ambos se beneficiem, criando condições de uma existência para além do capital. A Agreco acredita ser capaz de nessa relação modificar o comportamento dos consumidores, transformando-os em “consumidores conscientes”, que optam por comprar produtos orgânicos de pequenos produtores rurais, independente de preço, em vista do significado da relação. Uma relação em que produtores e consumidores se conhecem e se relacionam diretamente, sem

intermediações. O Fórum do Maciço auxilia nesse processo em vista de perceber que através dele se faz possível aos homens desvalorizados encontrar um espaço para a venda de sua força de trabalho, na construção de possíveis restaurantes de alimentação natural e também de uma Cooperativa de Consumo ou Associação de Consumidores, uma Central de Abastecimento que consolide esse processo no urbano. Acredita também que será possível aos seus homens a aquisição dos produtos da Agreco com preços inferiores aos postos pelo mercado capitalista. Assim, Agreco e Fórum do Maciço, no Fórum de Economia Solidária, lutam para além das condições dadas para efetivação de suas vidas. O Fórum de Economia Solidária materializa o caráter, a rebeldia, a radicalidade de sua luta em um tempo histórico em que o capital subsume tudo ao processo de fazer-se. Tece-se em transitoriedade.

Como nasceu este processo do Fórum de Economia Solidária porque a gente acredita que este Fórum só irá se sustentar se ele estiver articulado em uma relação de rede, rede entre um processo de produção – em que a gente compreenda a cadeia produtiva, e a cadeia que consome. Então o Fórum de Economia Solidária está no interior de duas redes, ele é uma terceira rede. Os fios do campo vão sendo tecidos juntos com os fios da cidade e essa construção vai consolidando o Fórum de Economia Solidária como espaço de articulação entre o urbano e o rural. Porque são duas pontes que a agente articula, a ponta da periferia e a ponta dos agricultores também espoliados, hoje, em relação a esta dimensão do neoliberalismo (Pe. Vilson Groh, 05/2002).

Eu acho talvez (...) nosso Fórum seja um laboratório, uma oficina onde vá se tecendo a rede, as pontas, criando nós no meio, consolidando, não tem uma tecedura inteira, acho que tem que ser vista como múltiplas experiências que existem e se constroem em vários isolados, algumas experiências isoladas e que tem que se ligar, para se colocar em relação. Acho que este Fórum tem este movimento de estar ligando (Wilson Schmidt, 05/2002).

As cestas possuem dois tamanhos. A maior, com um preço de R\$ 20,00 (vinte reais em valores no ano de 2003 e 2004) contendo cerca de vinte produtos e a menor com o preço de R\$ 15,00 (quinze reais) com uma quantidade próxima a quinze itens. Os produtos variam durante o mês e o ano em vista da época produtiva de cada produto componente da cesta. De forma geral, sempre fazem parte da cesta produtos como verduras, frutas, queijo, salame, ovos, pão integral ou de milho, doce de fruta ou mel de abelha ou melado de cana. Sendo todos os itens produzidos de forma agro-ecológica, com impacto ambiental apropriado e sem o uso de mão-de-obra infantil.

Os objetivos iniciais das pessoas que formaram este grupo de consumidores estão assim sintetizados (AGRECO,2005 ):

1. Consumir alimentos de melhor qualidade;
2. Incentivar a produção de alimentos saudáveis;



3. Apoiar o pequeno produtor rural;
4. Superar a atual atomização do consumidor urbano e do produtor rural;
5. Contribuir para o estabelecimento de relações éticas no trabalho;
6. Evitar a degradação do meio ambiente;
7. Contribuir para a criação de trabalho para a população desempregada da periferia da cidade;
8. Realizar reuniões para analisar o tema alimentação e saúde e avaliar a qualidade dos produtos e o processo de entrega de cestas;
9. Constituir uma associação de consumidores de produtos orgânicos a curto ou médio prazo.

A opção do consumidor é a de escolher entre a cesta menor e a maior, não se previa uma escolha pelos consumidores entre os produtos, essa determinação vinha estabelecida previamente pela Agreco. Nos primeiros fornecimentos não houve reclamações, mas depois de alguns meses os consumidores recebendo sempre pouca variação entre os produtos, passam a reclamar e discutir formas de resolver a questão. Essas cestas vinham da Agreco e eram armazenadas em um pequeno comércio, o Espaço Mais Saúde, nas proximidades da UFSC, de propriedade de um ex-agricultor de Santa Rosa de Lima, de onde era retirada, no mesmo dia, pelos consumidores.

Constrói-se, assim, uma rede de consumo solidário, na qual produtor e consumidor mantêm vínculos diretos, sem intermediações, onde um busca conhecer as necessidades e as dificuldades do outro. Essa prática permitiu reunir novas pessoas no Fórum de Economia Solidária aumentando sua capacidade de interação na cidade e também de pressão junto aos órgãos públicos. Essas proposições também ocorrem no sentido de prosseguir com a viabilização da vida dos agricultores e com isso a sua manutenção no campo, uma interação maior entre ambos os espaços, e cria-se que o aumento da demanda por produtos da Agreco poderia fazer seu preço cair e a população do Maciço ter acesso a alimentos orgânicos.

Agora, junto com isso começou-se as cestas, em que a Agreco monta cestas dos seus produtos, produzidos sem agrotóxicos, e as fornece as pessoas articuladas nesse processo, nós já estamos hoje com 84 cestas semanais só neste início, a proposta é chegar até o meio do ano com 200 cestas e como depois subsidiar para a população também dos morros a comida sem agrotóxico, por enquanto é um grupo de pessoas que tem mais condições, algumas pessoas do Morro também já estão utilizando estas cestas, mas vejo que não podem ficar por causa do preço, mas os filhos dos morros já estão comendo em suas escolas, são 10.000, sem agrotóxico, logo queremos ver com os projetos alternativos nossos, também entrarão dentro desta perspectiva (Pe. Vilson Groh, 03/2002).

As experiências com o fornecimento da merenda orgânica às escolas e a aquisição de cestas, para o Fórum de Economia Solidária significou a eliminação de intermediários e a aproximação entre quem produz e quem consome implementando, assim, novos valores. Aparece como uma mediação, um nexos possível, para construção de uma nova forma de vida. Insuficiente, entretanto, move-se sob parâmetros ideais.

Só faz sentido como mediação transitória, porém incapaz de gerar efetivamente uma teleologia que permita a valorização do homem e sua construção como homem humanizado. A sociabilidade capitalista já resolveu o problema do consumo alimentar, pode-se comer laranjas independente de época do ano. Os problemas que vão aparecendo, a questão da embalagem, dos preços, da qualidade, são questões que o capital já resolveu. Se não há laranjas aqui, busca-se em outro lugar, outro continente, ou aplica-se a ciência na agricultura de forma a fazer com que laranjais dêem frutos todo o ano, etc. Na Agreco que busca efetivar-se como “homem trabalhador direto agrícola” vinculado à subjetividade do trabalho, essa possibilidade não se faz possível. Então busca resolver sua contradição da forma que lhe é possível. Intermediado pelo Estado e pelos movimentos sociais urbanos.

Da experiência da merenda e das cestas uma discussão sobre política de segurança alimentar que é a aproximação campo-cidade eliminando o processo de intermediação aumentando o valor para quem vende e melhorando a qualidade dos produtos para quem compra, construindo assim um novo modo de vida com qualidade que a gente quer gerar um novo modo de vida. (...) É gerar um modo de vida com valores, não é apenas também fazer cesta, comer merenda, comer por comer, isto tem de gerar também um novo modo de vida com qualidade, criar uma nova relação entre o saber e o sabor (Pe. Vilson Groh, 03/2002).

A Agreco tece-se da forma que encontra como possível. Acredita que um consumo diferenciado, um vínculo direto entre produtor e consumidor seja suficiente para implementar-se como espaço de possibilidades e construir a vida em melhores condições.

Um dos espaços apontados para a ampliação desse processo apareceu com a possibilidade de os professores das escolas públicas do ensino fundamental adquirirem as cestas. Entretanto, o elevado custo, a pouca variedade, a falta de frutas, etc. fizeram com que essa tentativa não se constituísse em êxito.

Se a rede das cestas se estender pra dentro das escolas públicas nós vamos ter um movimento interno nas escolas e essas escolas vão estar presentes no Fórum, porque daqui a pouco o Fórum vai ter que ter o representante desses alunos dessa associação dos alunos tem que estar aqui no Fórum, o representante dos diretores aqui de Florianópolis tem que estar aqui no Fórum, aí nós teremos a qualificação necessária para qualificar o processo. Há uma perspectiva boa de construção por aí, é uma

avenida que nós temos que saber ocupar e não esquecer acontecer e ampliar ao mesmo tempo (Wilson Schmidt, 05/2002).

Para alguns a cesta era grande demais,

Com relação as cestas que mesmo a cesta menor para mim é grande, porque sou só eu e mais uma pessoa, então eu acho que com o decorrer do tempo temos de pensar em ir flexibilizando. Além de no meu caso ter muitas sobras eu percebo assim muito verde, não tem um tom laranja, vermelho, só tem verde, verde (Danilo, Professor de escola pública e consumidor da cesta, 05/2002).

Outros consumidores reclamam da impossibilidade de escolha dos produtos,

Tem muita gente que liga e deixa uma lista sugerindo o que gostaria de consumir, eu não sei o que responder, é difícil (Raquel, responsável pelo encaminhamento das cestas em Florianópolis, 08/2002)

Outras reclamações davam-se por conta das embalagens. Para alguns consumidores o fato de produtos orgânicos serem oferecidos embalados em plásticos que depois seriam descartados era idéia difícil de assimilar.

Acho complicado consumir o produto e depois jogar a embalagem fora, teria que ser pensado algo, é possível devolver a embalagem, ou então não embalar (Erasmus, Anteag e consumidor das cestas, 09/2002).

As soluções são colocadas sempre como necessidade de mudar a consciência das pessoas. Aguarda-se que à medida que o consumo e a relação com a Agreco vão acontecendo e os consumidores das cestas organizam-se em uma Cooperativa de Consumo Solidário pode-se alterar o processo. Não há a percepção de que ao se produzir uma mercadoria com a teleologia burguesa da valorização do valor, o que se impõem são as leis do capital. A forma de organização da produção da Agreco, a de efetivar seus homens como trabalhadores agrícolas, o caráter assumido por ela é o caráter burguês, ou seja, produzem-se “produtos orgânicos” porque foi a forma encontrada para se fazerem homens, assim como foi a produção de “fumo”, de “carvão vegetal”, etc. de outrora. Ou seja, a produção orgânica apareceu a eles como a possível, poderia ter sido qualquer outra<sup>105</sup>. A lógica de sua produção não é ainda produzir homens humanizados, mas implementar-se como homem do jeito que se faz possível. Todavia, ao repetir em seu interior a teleologia burguesa, ela é que se impõe e se

<sup>105</sup> Essa produção só aparece a Agreco porque, conforme já frisamos, contém em si a consciência da destruição da natureza, assim enquanto consciência é o que há de historicamente mais avançado.

auto-determina, valorização das coisas e desvalorização dos homens trabalhadores diretos. A criação de um “consumidor consciente” através de valores mostra-se como insuficiente para garantir sua consolidação. Nesse processo se desenvolvem os problemas que vão se defrontando, são determinações impostas pela lógica do capital. Embalagens, custos, planilhas, administração eficiente, exigências por estruturas, etc.

À medida que a consciência de quem vai consumindo vai crescendo ele também quer variações, aí é que no início é mais padrão e com o tempo pode vir a se tornar uma cesta quase individual (Wilson Schmidt, 05/2002).

E também pode se colocar produtos complementares, acrescentar outros (Pe. Círio Vandresi, 05/2002).

A busca de soluções sempre esbarra na desorganização dos consumidores das cestas, no urbano, acredita-se que grande parte dos problemas poderia ser resolvida com essa estruturação. E a questão do preço, em vista da produção orgânica ser mais cara que a convencional, resolveria-se implementando uma planilha de custos transparente, para que todos soubessem o custo daquela produção, assim se constituiria um “preço justo”.

Se não precisar embalagem reduz muito o preço, mas para isso precisa estar a demanda organizada, senão fica complicado contemplar isso, e só vai chegar confusão, esse pessoal da cesta tem que se entender, uns querem mais verde, outros mais.... é possível flexibilizar, mas tem que aqui estar organizado, e isso tem custo e para isso se coloca em uma planilha de custo porque o custo tem que ser da rede inteira, então isso entra na planilha de custo, mas para isso precisa organizar a associação. Outra coisa é o transporte, se vier junto com a merenda as cestas, é claro que o custo de transporte diminui, mais isto tem que construir isso, ainda não está construindo (Wilson Schmidt, 05/2002).

Acredita-se que uma mudança nos valores individualistas burgueses, como o do consumismo, poderia fazer com que o processo de organização das cestas revertisse em um grande movimento de “consumidores conscientes urbanos”. Para isso, é preciso saber “para que produzir” e “para quem produzir”, a produção tem de vir carregada de sentidos, embora “o que produzir” já foi definido *a priori*, “produtos orgânicos”. O ato, a definição “do que” e “quanto” produzir viria desse grande movimento, a forma: produção orgânica e “para quem”, para esse movimento.

Na luta dura tem efeito esta grande motivação para que então produzir? Porque estão produzindo? E nós que moramos na cidade temos que saber porque e o que estamos comendo? E de que forma queremos comer? E como isto muda o nosso modo de vida? Porque a nossa proposta não é uma proposta de entrar no consumismo, mas é uma proposta de rediscutir valores para a vida e rediscutir valores dentro destas discussões da questão do mercado, do consumismo, e de como podemos rediscutir toda a dimensão da sustentabilidade na relação com a mãe terra, nas relações entre

nós, na vivência com poucas coisas, um modo de vida que a gente de novo traga outros valores frente a toda essa proposta neoliberal, a toda esta proposta da globalização excludente que está aí hoje e criando outras redes para dentro desse processo (Pe. Vilson Groh, 08/2002).

Busca-se estabelecer um caminho de compromissos entre o produtor da Agreco e o consumidor da cesta que garantisse que as deficiências pudessem ser resolvidas e assim fortalecer mais esse aspecto da relação entre o campo e a cidade.

Ao comprar a minha cesta, às vezes tem problemas a alface veio ruim, eu vou sinalizar para a produção que tem problemas e aí entra a noção de qualidade, nós temos de ter compromisso com a qualidade, eu sinalizar com transparência para o produtor, eu vou demandar um serviço que é pós-venda, mas eu vou fortalecer este processo, e aí entra a aproximação destas duas redes e o comprometimento que é feito bastante em fóruns, em encontros (Wilson Schmidt (Feijão), 08/2002).

Para isso pensou-se em criar um folder e colocá-lo nas cestas contendo informações sobre o processo ao qual o consumidor está contribuindo com seu ato de compra e de consumo,

se nós pudéssemos colocar dentro das cestas e que quem consumir a cesta ter a informação de que está apostando em um outro modo de vida, ele está apostando em um projeto, então eu acho que nas cestas nós deveríamos encaminhar um pequeno escrito que pudesse ajudar nesta questão (Pe. Vilson Groh, 08/2002).

Estava-se percebendo que na prática, fazer Economia Solidária não é coisa fácil, exige trabalho e um exercício cotidiano de confiança mútua, de construção dessa relação a partir de valores a serem consolidados como ideais. De relações pessoais humanizadas. Entretanto, apesar do compromisso de todos e do profundo desejo de mudança, os problemas, as dificuldades práticas, reais, cada vez se tornam complicadores. O novo que tenta emergir no Fórum de Economia Solidária sempre vem corrompido pelo velho, o movimento transitório vai se processando nessa dualidade.

Nós entendemos que a Economia Solidária se faz e o exercício difícil é esse de produzir e vender juntos, criar esta confiança, esse é o nosso grande ganho de criar a confiança entre nós, que nós queremos estar juntos, fazendo isso juntos em rede, um ajudando o outro e não competindo com o outro. (...) O difícil é vender juntos, fazer as contas juntos, ser sério nisso, dar conta disso e a renda do agricultor e a possibilidade do consumidor ter um alimento que ele conheça a origem, isso é um grande desafio, parece pouco, mas é um grande desafio e que muda as relações sociais aí que nós estamos atuando sobre elas em uma nova perspectiva, então fazer isso é Economia Solidária, é entender a economia no sentido amplo da condição humana, do que nós consumimos, do que nós vivenciamos no dia-a-dia, mexe

profundamente em nossas vidas, como nós encaramos isso e conseguimos dar passos concretos (Wilson Schmidt, 08/2002).

Cria-se que um trabalho em rede poderia levar a permanência e consolidação do processo, o ser transitório emergir plenamente através dessa rede organicamente estabelecida entre o campo e a cidade, forjada sobre a produção da pequena agricultura, “produtos orgânicos”, o consumo consciente na cidade e a merenda orgânica nas escolas, sob a base de uma mudança de valores.

Fazer Economia Solidária não é uma coisa tão fácil exige uma atividade mais constante, um esforço maior, exige mudar nossos hábitos, exige mudar a nossa maneira de viver, exige esse esforço, isso é um complicador, esse processo pode ser atenuado através de um processo de trabalho de rede, mais é cada vez mais necessário uma reflexão sobre isso, sobre o quanto é preciso um certo esforço, o quanto é necessário que as pessoas mudem a maneira de viver, o quanto o processo de comunicação cada vez maior entre as pessoas seja estabelecido para superar aquele hábito de que tudo é fácil, em que tudo chega pronto, inclusive a comunicação, é importante que as pessoas estabeleçam a comunicação, o contato uma conversa entre si, um diálogo, inclusive até essas atividades, esse empreendimento da Economia Solidária chega a ser esse tipo de situação, porque é preciso esse diálogo entre os empreendimentos, é preciso um certo esforço, uma mudança de hábito para que esses empreendimentos se relacionem melhor entre si, e isso às vezes não acontece por causa daquela idéia da cultura muito fácil, tudo é tranquilo, há necessidade de se superar esse tipo de comportamento, essa maneira de pensar. Esta é uma questão que acredito que deverá ser pensada nesses nossos empreendimentos (Eriberto Meurer, Coordenador da ADESS, 08/2002).

Os membros do Fórum percebem a dificuldade do processo de implementar valores novos quando se tem necessidade de vender produtos para transformar o valor em dinheiro, sem essa transformação “não se sabe o que fazer com o produto”, aqui a solidariedade aparece como discurso, como ideário vazio de conteúdo. Esse processo que aparece ainda arraigado nos moldes burgueses não há espaço para os consumidores que não possuem dinheiro o suficiente para efetivar a compra. Os moradores da periferia urbana, os homens produtores diretos do Fórum do Maciço, não têm acesso às cestas, embora se deseje ardentemente que eles participem do processo. Esse processo territorializou-se somente entre consumidores de melhor renda, uma “classe média” de trabalhadores. Não se encontra uma possibilidade de construção de um vínculo entre os produtores diretos desvalorizados, os pequenos produtores rurais, que têm na posse da terra sua forma de produção da existência e desejam se manter como tais e os homens produtores diretos desvalorizados do mundo urbano. Há consciência de que é esse homem para quem os produtos devem ser produzidos, entretanto, a lei do valor

das mercadorias capitalistas se impõe e para além dele, essa construção não encontrou possibilidades.

Eu percebo algumas coisas que em Joinville nós estamos enfrentando, e eu acredito que é no geral, aonde como agricultor a gente está entrando no processo baseado no valor, e não tem essa questão solidariedade além do valor, então tem um produto e esse produto tem determinado “x” valor, então se tu vender por aquele valor tudo bem, senão tu acaba não sabendo o que vai fazer com aquele produto, então eu tenho sentido assim um pouco essa dificuldade quando a gente encara junto com os produtores a questão de criar uma vida diferente, melhor, trabalhar muito. Agora na maioria das cabeças o que aparece como primeiro lugar, eu tenho um produto, mas este produto custa tanto e aí é isso que aparece, eu acho que do meu ponto de vista nós teríamos que ir levando mais além o que se tem de fazer na forma da troca, qual é esse sentido da troca, com as escolas nós temos, nós vamos receber esta troca, que é na sabedoria, na forma de estar, de ser, existe uma relação, agora uma relação direta entre produtor e consumidor, que é essa relação mais direta e aí outra coisa que me chama muito a atenção que é o público que a gente teria que atingir, que poderia estar atingindo e que é a maior dificuldade que a gente tem no mercado. Eu falo isso pela vivência que eu tenho, eu queria dizer assim que eu tenho 14, 15 anos já de vivência dentro de um trabalho solidário no Movimento Sem-Terra (MST), mas tu se depara com uma certa situação assim, que o público alvo que deveríamos estar trabalhando, que são os pobres da cidade, que são iguais a nós, e aí estar desenvolvendo esse projeto de construção social a gente não está conseguindo atingir, por esta relação assim, a produção tem um custo, tem o seu custo e aí como é que tu faz esta transição, que é tu estar repassando para quem necessita um alimento de qualidade e as condições das pessoas não chegam a este ponto, ou seja, o que elas podem pagar não cobre esse custo da produção. Porque o mercado tem regras, é como matemática 2 e 2 são quatro e muitas vezes a gente elabora as coisas teoricamente, é uma crítica que muitos solidários e de quem está na auto-gestão há mais de 16 anos e que vive dentro de uma fábrica e que no fim do mês a gente não tivesse faturado e vendido no mercado capitalista não tinha retirada, não tinha pró-labore pra ninguém lá dentro, então a gente tem que raciocinar dentro de uma economia de mercado (João Guilherme, MST, participante do Fórum de Economia Solidária, 08/2002).

Percebe-se nesta fala que a própria empiria faz a crítica da proposta da construção da “relação solidária” entre produtores e consumidores no capitalismo. O “consumo solidário”, e com ele a construção de um “consumidor consciente” que só irá consumir produtos produzidos de forma “ética e saudável”, pelo “homem do campo” para mantê-lo como tal, não é um espaço que se territorializa no Maciço, entre os homens produtores diretos desvalorizados. As cestas de produtos orgânicos constituíram-se numa territorialização do consumo solidário, somente em uma “classe média”. Desvelando sua própria contraditoriedade, como nexos, mediação na busca por novos caminhos, tecendo-se em espaço ainda transitório. Revelando a angústia dos homens na busca por outra construção que não a burguesa e o limite das próprias condições sociais encontradas, que ainda expressam o mundo burguês.

Para resolver essa questão a Agreco coloca a necessidade de existência de uma planilha de custos transparente que contenha nela o que efetivamente custou a produção de cada item. Acredita-se que desta forma recupera-se o trabalho humano como valor e se estabelece uma relação de confiança entre produtor e consumidor. E aponta o trabalho vivo, fundado na subjetividade humana, como o fundamento da riqueza social. Não levando em conta toda a construção social, práxis do homem fazendo-se ser social, ainda que sob a forma de capital.

Não estamos escolhendo as pessoas bem colocadas nem no campo e nem na cidade, as nossas entidades buscam a inclusão das pessoas que estão marginalizadas, resultado desse processo de exclusão e nós queremos atender necessidades de consumidores e vendo as possibilidades dos agricultores familiares, o que gera confiança na relação com o consumidor e produtor é o custo disso, é a planilha de custo a transparência que todos saibam o que significa desde a origem do alimento mais o trabalho envolvido nisso, e o trabalho humano como valor, resgatar essa condição na relação inteira, aí resgatamos o papel do trabalhador, seja no campo ou na cidade o que determina a riqueza no mundo é o trabalho, e o trabalho da relação do homem com a natureza de ir transformando a natureza no sentido pleno (Wilson Schmidt, 08/2002).

A Agreco crê que assim não estará adicionando lucros à sua produção e sim remunerando os fatores produtivos que dele fizeram parte, essencialmente o trabalho humano. Acreditando que dessa forma não produz valor-se-valorizando, trabalho excedente, a planilha de custos se incumbe de mostrar essa transparência, o que ocorre é uma remuneração do trabalho. Embora na Agreco, a venda da força de trabalho não seja tão evidente como o é no espaço do Maciço, os homens naquele espaço são também homens trabalhadores diretos.

Falar em mercado institucional pode dar uma característica dos diferentes tipos de mercado, onde não necessariamente o lucro seja a referência. Poderíamos tirar a questão do lucro nós poderíamos ter uma planilha de custos. A Agreco adota já, calcular o custo da matéria-prima enquanto o agricultor ganha 500,00 reais pela mão-de-obra de 08 horas trabalhadas pela referência. A dignidade dele não é colocada, não é vendida junto, incorporada no custo efetivo, o processamento também é um custo calculado e a comercialização, os impostos, etc. também estão incorporados ao produto. Nós sabemos assim quanto custa o produto quando ele chega na ponta. Todos os processos que permitem uma racionalização aqui vão baratear o custo (Wilson Schmidt, 03/2004).

O discurso sobre a qualidade diferenciada do produto que não polui o meio ambiente, mantém o agricultor no campo, etc, o consumidor ao comprar esses produtos deveria estaria apropriando-se, naquele ato, desta consciência, ou seja, o seu ato de consumo estabelece uma “relação solidária” com o campo e possibilita a construção de “valores novos”, uma vez que é



sabido, que a partir de pequenas unidades produtivas competir com o grande capital é coisa impossível.

Eu queria colocar que quando o que a gente está consumindo hoje, produtos com qualidade sem agrotóxico e tal tem um resultado amanhã e quando a gente fala em Economia Solidária a gente está concorrendo com a Nestlé, com as grandes multinacionais, Parmalat, Perdigão, então nós somos concorrentes. Outra coisa ao produzir com qualidade, nós estamos deixando de usar produtos da Monsanto, estamos deixando de usar produtos químicos, olha bem a concorrência e o que está por cima da gente, então nós temos que ser muito fortes para conseguir sobreviver neste momento, eu acho que é uma força, uma política muito grande, e nós temos também a mídia contra a gente hoje, a mídia não nos incentiva a produzir com qualidade a dizer que lá nas propriedades, na Agreco, em Joinville, tem produtos produzidos com qualidade que fazem bem para a saúde (Participante de Joinville, 08/2002).

Através do projeto das cestas e mesmo do Programa Saber e Sabor o Fórum de Economia Solidária entende que ao aproximar produtor e consumidor cria-se um vínculo de identificação e reconhecimento que leva o produtor a produzir melhor e qualificar cada vez mais seu produto e o consumidor a manter uma fidelidade na compra destes produtos, este processo, para o Fórum, contém uma “proposta radicalmente nova”. A busca pela implementação de um “consumidor consciente” a partir de valores ideais não tem sido suficiente para mediar essa transição, para fazê-la universalidade para além do capital. As questões que vão sendo desencadeadas são as que já foram resolvidas pelo capital. Quando o objeto produtivo é o próprio homem, quando a teleologia é produzir homens conscientes, desnecessário faz-se atentar para essas questões, supera-se o capital, construindo sua desnecessidade histórica<sup>106</sup>.

Eu acho que como nós trazemos aqui os diferentes. Isso gera uma situação bastante difícil de articulação, os diferentes eles não se conhecem e eles estão colocados na mesma mesa, então eu coloquei aqui produção e consumo são dimensões estranhas e na mesma rede e que são estranhas entre si, o produtor não sabe quem consome o seu alimento e o consumidor não sabe quem produz o seu alimento, essa é a realidade, a gente vem tentando construir um reconhecimento, uma identificação, uma vinculação. Aí a gente vê o quanto nós avançamos, e o que é radicalmente novo, nós temos uma proposta radicalmente nova. Primeiro nós trabalhamos em grupos, agricultor trabalhar em grupo é muito difícil e consumidor trabalhar em grupo é tão difícil quanto (Wilson Schmidt, 11/2002).

O processo de construção a partir das cestas chega ao final do ano de 2002 depois de quase um ano e meio de trabalhos, ao seu limite, que é entendido como limite de uma

<sup>106</sup> Para Marx, a desnecessidade do modo de produção capitalista se faz pela centralização do capital em seu próprio interior. Vide O Capital, livro 3, volume IV, capítulo XV, p. 303.

estrutura que trabalha com base em esforços voluntários. O Fórum de Economia Solidária na medida em que agrega pessoas e instituições elas passam a se interessar pela cesta de produtos orgânicos e passam a consumi-las. Não se percebe que o limite é o limite do próprio processo que buscou avançar para além do capital, sem conseguir ultrapassá-lo.

A questão das cestas está pegando no ponto das estruturas, ampliação existe, ela chegou a um determinado limite em função das estruturas que a gente tem para fazê-la funcionar, não há mais como continuar com essa estrutura e com esse trabalho voluntário, nós chegamos a umas 80 a 90, 100 cestas por semana e é final de ano nós chegamos em março, em abril ela se expandiu rapidamente de 13 cestas para 80 a 90, 100 ficando nesta média, variando entre esses níveis, ora sobe ora desce. O que nos levou a concluir que esse é o limite de nossa estrutura (Eriberto Meurer, 11/2002).

Apesar de as questões que impedem o avanço do processo, para o Fórum de Economia Solidária, o positivo é que teve um andamento, foram idéias apresentadas e discutidas no Fórum que tiveram uma implementação na prática e que se construiu enquanto possibilidade, enquanto transitoriedade que se lhes foi possível implementar.

Não basta apenas ter grandes idéias, belas idéias, bonitas teorias a gente tem de construir essas teorias em estruturas de possibilidades eu acho que aqui a gente construiu duas estruturas de possibilidades, uma que é as cestas que tem todos os desafios, mas que se experimentou na prática, se usou e se fez. A outra é a merenda que também entra nesse processo (Pe. Vilson Groh, 11/2002).

Chega-se assim, ao final do ano de 2002 com resultados reais que indicavam que o vínculo entre o urbano e o rural estava avançando e estruturando-se sob uma base real. Acreditava-se que a busca por uma dinâmica mais solidária na produção e reprodução da vida em espaços precarizados estava indicada, embora ainda não efetivada.

As cestas a partir do ano de 2003 mostram seus limites. Mas a grande frustração foi o passo que não se conseguiu dar, ou seja, a população da periferia urbana acessar a produção orgânica da Agreco, e nascem as questões: “consumo solidário para quem?” Desvela-se para o Fórum do Maciço o limite do processo, a impossibilidade dos homens trabalhadores diretos do Fórum do Maciço acessar aos produtos da Agreco.

O consumo solidário estava passando pela discussão das cestas, agora as cestas estavam ainda resumidas na classe média, por conta do preço. A nossa realidade de periferia não consegue comer sem agrotóxico a não ser as crianças na escola. As famílias não dão conta de pagar o diferencial. Acho que aqui está uma discussão importante: o consumo solidário para quem? Aí veio a discussão da institucionalização, pensar a política pública que propicie a condição do consumo

solidário. E acho que o consumo solidário não é uma coisa tão simples. Acho que tem também que mudar uma série de hábitos de consumo das pessoas. E também as cestas, têm problemas de qualidade. Isso a Agreco perdeu, quer dizer discutir a sustentabilidade, o consumo dos produtos da terra, consumir na velocidade da produção das épocas, tudo bem, agora por outro lado, mudar o ambiente nessa direção leva muito tempo, quando eu sei que não há determinado produto e eu não vou consumi-lo, agora precisa preparar as pessoas para isso, então essa discussão deve ser encaminhada, junto a outra, o voluntariado, cuja estrutura econômica e como se pensou com as cestas não funciona (Pe. Vilson Groh, 07/2004).

### **5.10 Como possibilitar ao homem trabalhador direto desvalorizado o acesso às cestas de produtos orgânicos?**

À medida que caminhos vão sendo percorridos, em que mais consumidores participam das cestas e mais escolas recebem os produtos orgânicos, o Fórum de Economia Solidária vai buscando a construção de seu projeto maior que é a inclusão do território da periferia urbana ao acesso a esses produtos e a permanência dos agricultores no campo garantindo assim a sua consolidação e também o sentido de sua criação pelo “pacto territorial”: desenvolver ambos os territórios. A busca dá-se sempre a partir de projetos concretos, de possibilidades reais tendo a organização coletiva consciente como sua base, o fazer-se aqui é o fazer solidário que vai negando o fazer individual do capital. O amálgama que une as pessoas e as mantém no processo é a possibilidade da produção e reprodução da existência de todos de forma diferenciada da apontada pelo modo burguês.

A gente articula as relações campo e cidade, porque existe projeto, tanto no campo, como na cidade, porque sem projeto não é possível a gente poder desencadear ações, nós não desencadeamos ações em cima do nada, nós desencadeamos ações neste momento em cima da comida, (...) aí as relações com as cestas não é só para beneficiar a classe média, que neste momento tem as cestas (...) é fazer que com o tempo esta produção venha para os Morros e as famílias também possam comer produtos sem agrotóxico e redimensionar, então este é um desafio nosso, (...) temos as ondas dos desafios, um desafio é como é que nós vamos baratear este produto para que este produto chegue à mesa do consumidor também da periferia, (...) e que a gente está procurando os conceitos, nós estamos buscando os conceitos, eles nascem na prática, eles não nascem fora da prática, eles nascem desse fazer em que a gente vai redimensionando no projeto social a questão de ir além das questões partidárias das questões de ir além das questões dos movimentos sociais pura e simplesmente de reivindicação, a gente vai alargando esse processo, e vai construindo junto um projeto social e esse projeto social ele liga uma ponta com outra ponta, que é a ponta da periferia e a ponta dos pequenos agricultores, articulando esta rede de relações no conjunto por onde vai se fazendo o processo. Só para dizer assim que o desafio realmente é tornar este produto na mesa do trabalhador da periferia também, a gente quer chegar lá agora para chegar lá tem que ir aos poucos (Pe. Vilson Groh, 11/2002).

O debate que vai aparecendo é como ampliar a escala produtiva, porque ao fazê-lo entende-se que automaticamente o custo da produção cairá,

mas nós não temos muita escolha, 0,31 (trinta e um centavos) para vocês terem uma idéia é o custo *percapita* hoje para um nível de 30.000 crianças que é entregue a merenda escolar tem o custo de R\$ 0,31 se nós chegarmos a 100.000 crianças nós teremos um custo aí de R\$ 0,26 a merenda escolar ela é oferecida hoje a R\$ 0,13 (treze centavos), e a gente tinha uma compreensão, isso não é dinheiro o suficiente, isto é uma miséria, mas as multinacionais ganham muito dinheiro em cima disto na escala, elas faturam alto em cima disso porque é um problema de escala e a gente aprendeu na prática isso, a agricultura familiar precisa de produção em escala, ela não pode ser um produto artesanal, porque se é um produto artesanal ele tem um custo muito alto e o consumidor não tem condições e pagar isso e o povo da periferia nunca vai conseguir ter este alimento, o alimento tem que ser produto bom. (Wilson Schmidt, 11/2002).

Ou seja, a pequena produção agrícola teria de deixar de ser artesanal e produzir dentro da mais alta tecnologia criada sob o modo de produção capitalista. Tanto a Agreco como o Maciço têm clareza de que essa tecnologia é produto do trabalho social e teria de estar acessível e disponível a todos os homens. Entretanto, nesse mundo dos desprovidos do campo e da cidade, em que a união aponta um caminho ainda insuficiente para implementar suas singularidades, como encontrar um nexo à universalidade? A sociedade capitalista aponta a redução do tempo de trabalho e coloca o homem como objeto de si para si, o homem se faz homem no contato com outros homens e não mediado pelo trabalho. Agreco e Maciço teriam de ir construindo esse nexo da produção consciente do homem para o homem, já apontado no mundo burguês.

Saber e Sabor têm que estar junto e esse conhecimento técnico que a humanidade se apropriou, as transformações que o industrialismo humano produziu, isto é, de toda a humanidade, a escola tem de estar fazendo este trabalho e na agricultura tem que estar sendo aplicado este tipo de conhecimento e se ele não for aplicado não damos conseqüência a racionalidade humana, nós estamos aquém daquilo que é nossa potencialidade, que é a nossa capacidade, e então nós temos que ter esse conhecimento (Wilson Schmidt, 05/2002).

A grande indústria produz em escala e compete com a Agreco, como trabalhar essas questões? A Agreco entende que se entrar nos caminhos da concorrência não tem como sobreviver à grande indústria. O processo é desesperador para os produtores da Agreco.

Na produção de açúcar mascavo, por exemplo, cana-de-açúcar, elas [as grandes indústrias] estão produzindo em grande escala, e aí pode pesar na merenda escolar e em todos os lugares competindo conosco, porque tem licitação, tem processos aí de disputa e se nós não nos aligeirmos nós os perdemos e perdemos o bonde da história, nós temos que ter uma condição de produzir se apropriar daquela tecnologia

e produzir em rede, mas com a eficiência que também precisa acontecer, não na grande máquina, mas em um fazendo em rede o processo produtivo conseqüente (Wilson Schmidt, Coordenador, 05/2002).

Eis o desafio do Fórum de Economia Solidária, como resolver essas questões e garantir trabalho e renda para todos na Agreco e no Maciço? Como resultado de uma discussão foi proposta a construção de uma cooperativa de embalagens no Maciço, as embalagens seriam aproveitadas pela Agreco para utilizá-las em seus produtos.

Podemos pensar com as mulheres desempregadas como aproveitar as embalagens, a gente já discutiu isso outras vezes, temos que pensar em implementar isso, temos de retomar isso, as mulheres poderiam criar embalagens de madeira, os agricultores mandariam a embalagem e as mulheres fariam, e agora se a gente pudesse com a associação dos consumidores, poderia pensar nessa forma de geração de renda para os Morros, por exemplo, a embalagem seria uma, daria condições de mulheres de desempregadas embalar, e poderíamos até pensar assim, olha com tantas embalagens ganha uma cesta pra também ir codificando isso no Morro, aí eu acho que a gente vai ter de pensar junto com a associação e também os produtores, e de pensar em geração de renda e articular cada vez mais essa coisa para a periferia pra esse projeto não fugir de se desdobrar em projetos para a periferia fruto desse dinheiro, como ir ampliando isso, e nós da periferia ir pensando isso e ir gerando condições não só com a criança mas com a família. Nesse momento para dar força da classe média entrar para esse movimento e dar força para a produção e a gente ir criando esse fundo coletivo para gerar possibilidade na ponta de maior exclusão que é a periferia (Pe. Vilson Groh, 11/2002).

A superioridade dos preços da produção orgânica em relação à convencional entende-se que se dá em vista do fato de a produção orgânica incorporar maior quantidade de trabalho, e esse trabalho é entendido não como um trabalho qualquer, é um trabalho que está vinculado ao respeito com a natureza, manutenção de rios e da floresta, então precisa se receber maior remuneração. Entretanto, espera-se que esses produtos orgânicos não sejam produtos elitizados, mas que estejam acessíveis aos trabalhadores como os das Encostas do Morro da Cruz, e para isso briga-se por subsídios governamentais.

Quando a gente passa para a idéia da agricultura orgânica, o que foi levantado é muito importante, produzir organicamente não é simplesmente deixar de usar insumos químicos e passar a usar insumos biológicos, é também uma nova forma de relacionamento entre os homens e dos homens com a natureza, a gente não pergunta só como se produziu, mas também quem produziu, quer dizer – foram agricultores familiares – foram agricultores em processo de exclusão, nós estamos contribuindo com o consumidor orgânico, construindo esse novo produto. Vamos colocar esse modelo de desenvolvimento rural diferente, modelo de desenvolvimento rural que seja sustentável que contribua para a saúde dos homens, que contribua para a saúde do meio ambiente, que contribua para o equilíbrio para a manutenção, para a preservação da vida que existe no meio rural, se a gente pegasse um outro produto convencional que foi vendido a 0,70 centavos, e hoje o mercado ainda dá um diferencial de preço para o produto orgânico a gente poderia pensar que esse produto orgânico iria ser vendido a R\$1,00, certo? Normalmente o que chega ao produtor

seria 0,30 centavos, quer dizer nós passamos de uma faixa de 10% a uma faixa de 30%, e aí a gente pensa, então está ficando melhor para o agricultor, aí entra o que o Wilson levantou do valor do trabalho embutido neste produto, quer dizer a qualidade do trabalho, o carinho que é feito esse produto, o cuidado que é feito esse produto, e a gente acredita que esse trabalho, esse carinho precisa de fato ser remunerado, é uma questão... existe uma discussão forte de que quem consome produtos orgânicos, que se deve ser um produto de elite e não deve ser um produto de elite. (...) Nós temos que conseguir que os produtos da agricultura orgânica diminuam o seu preço é pensar que nós precisamos de um Estado Público que favoreça a agricultura orgânica como o modelo de agricultura, não como uma agricultura marginal (Wilson Schmidt (Feijão), 08/2002).

Apesar de todas as discussões e de todos os desejos de se avançar para o interior do Maciço e da periferia a dificuldade de esse processo sair do ideário e materializar-se esbarra no preço dos produtos e na quantidade de capital disponível para implementar esse processo. Assim, apesar de todos os esforços, esse processo não se espacializou para os Morros.

### **5.11 Central de Abastecimento: nova universalidade?**

A proposta de criação da “Central de Abastecimento” ou de uma “Associação de Consumidores” origina-se no período do fornecimento de cestas aos consumidores urbanos vinculados ao Fórum de Economia Solidária. A idéia consistia na organização desses consumidores para qualificar seu vínculo com a Agreco e resolver todas as dificuldades de se implementar essa relação para não perdê-la. Essa idéia aparece como um avanço na implementação do Fórum de Economia Solidária. Busca-se, nessa transitoriedade, a constituição de estruturas para materialização da relação solidária, coletiva, e assim construir outros homens, libertos, humanizados. Para superar as contradições a que se encontram sugere-se a construção dessa estrutura física, uma Central de Abastecimento que organizaria tanto a produção da Agreco como o consumo urbano, assim os riscos para o agricultor desapareceriam e os consumidores organizados teriam melhores condições de ver atendidas as suas necessidades.

A gente geralmente se encontra nas sextas-feiras pra dar uma rápida conversada, estamos começando a discutir a associação dos consumidores, então eu penso que é um amadurecimento. Temos muito a crescer ainda e a amadurecer, ainda não está acabado (Raquel, 05/2002).

Acredita-se que a construção de uma nova forma de produção da existência humana está na organização dos consumidores, para isso, faz-se necessário encontrar dinheiro suficiente para implementá-la. Precisa fazer uma pesquisa para saber o desejo do consumidor, precisa-se de técnicos que coordenem e administrem essa construção.

A rede vai se ampliando. A perspectiva produtiva também tem a intenção de ampliar isso, agora uma associação que funciona com essa garra e de muita gente que trabalha e que faz disso uma militância enquanto processo social dá uma segurança para o agricultor, porque fora disso ele corre muitos riscos de não receber e tal, aí não tem riscos é uma relação de confiança. E ela tem que ir levantando os seus problemas as suas questões e ir levando para o produtor mais de uma maneira organizada, de uma maneira qualificada. (...) Até no capitalismo é assim, as empresas primeiro vêem o que o consumidor quer e só depois vão produzir, e tem gosto, coisas, bem individuais e que precisam ser atendidos, mas que tem que organizar e nós avançamos neste sentido e tem que dar conta dessa questão e dar conta com competência, e tem que organizar isso, e isso é uma grande responsabilidade para a associação, e tem que ter dinheiro para isso, se é em um projeto que você tem dinheiro e se não tem, tem que achar uma forma ou outra para ir fazendo, o que o consumidor quer. É preciso fazer pesquisa e para isso também precisa dinheiro, agora vocês, uns dois ou três, não vão dar conta, tem coisas que tem que ser encomendadas, contratados técnicos com uma pessoa no telefone, tem que ter gente, tem que profissionalizar isso, terá uma demanda crescente para isso, mas o passo agora é formar uma associação (Wilson Schmidt, 05/2002).

Ao mesmo tempo em que essa nova estrutura esteja instalada poderia se pensar em montar um pequeno restaurante para baratear o produto e os habitantes do Maciço acessá-los, e também esses novos espaços poderiam gerar trabalho e renda para a periferia, ao mesmo tempo em que manteria o agricultor no campo. Esse é o caminhar que vem aparecendo, as construções possíveis, a busca para ir além do capital, sem entretanto, ultrapassar seus limites.

O trabalho das cestas que vai se tornar futuramente uma cooperativa ou uma associação está se discutindo isso, e ao mesmo tempo uma cooperativa ou associação de serviços, está se pensando um espaço para colocar as cestas, um pequeno restaurante para poder comer sem agrotóxico e fixar dentro da cidade esta produção e um espaço para a venda desta produção e com isso o que a gente quer é ir barateando cada vez mais o custo para que um dia esta população empobrecida também coma sem agrotóxico, por enquanto que come são os filhos através da merenda nas escolas, mas a gente quer no futuro desta população também se apropriar desta produção. (...) E eu acredito que desde que foi construído esse processo de cestas aqui em Florianópolis a gente sempre teve como expectativa que esse processo de cestas se transformasse no sentido de gerar trabalho e de gerar renda também, além de ser um instrumento de vínculo da área rural e urbano, mas que também gerasse trabalho e renda para as pessoas (Pe. Vilson Groh, 08/2002).

Eu acredito que desde que foi construído esse processo de cestas aqui em Florianópolis a gente sempre teve como expectativa que se transformasse no sentido de gerar trabalho e de gerar renda também, além de ser um instrumento de vínculo da área rural e urbana, mas que também gerasse trabalho e renda para as pessoas (Eriberto Meurer, 11/2002).

Assim, esse novo ideário ganha cada vez maior força nesses espaços: uma central de abastecimento seria um novo espaço que permitiria a superação dos limites encontrados tanto na cesta, quanto na merenda.

Com a consolidação da Central poderia-se ampliar as relações com outras entidades produtoras de produtos orgânicos no estado e também com empreendimentos autogestionários. De tal forma que todos ganhariam com a implementação dessa nova etapa, as escolas, os consumidores, a periferia urbana, a Agreco.

Então há um problema seríssimo que nós temos que dar conta, dessa distribuição, se seria uma Cooperativa ou uma Central vinculada apenas as cestas ou se ela se expandiria no sentido de formar uma cooperativa ou uma Central de abastecimento mais ampla, faltaria ver essa coisa do espaço também, que empreendimento fazer precisamos discutir isso. Mas de qualquer forma é que o que fica é que nós precisamos deslanchar esse processo, nós precisamos implantar esse processo, não há dúvidas quanto à necessidade do empreendimento não há dúvidas. (...) Então a idéia me parecesse de certa forma possível, agora o que falta é um grupo de pessoas interessadas realmente interessadas em construir esse empreendimento, vamos nos encontrar e definir que tipo de empreendimento construir (Eriberto Meurer, 11/2002).

Outro ponto que aparece como limite é o preço, uma Central de Abastecimento concorrerá com o Ceasa, com o Cestão do Povo<sup>107</sup>, e o consumidor ao efetuar a compra somente sob a idéia de que ao fazê-lo estará contribuindo com a construção de redes de solidariedade não é suficiente. O preço é determinante, a solução, crê-se virá da ampliação da venda da merenda e das cestas.

O pessoal olha o preço, então você sabe que o Ceasa, o Cestão do Povo, eles exploram e eles conseguem vender um produto em um preço mais abaixo, então se o Fórum de Economia Solidária não tiver como bancar um produto também com preço razoável, entre essa discussão da qualidade, não olha, nós estamos consumindo um produto de qualidade, solidário, isso não passa muitas vezes, e olha que nós estamos falando em consumo, não é só ficar com 150 cestas, temos que pensar grande também no sentido de pensar um grande consumo, então acho que a saída foi apresentada aqui, uma saída institucional, mais gerenciada pelo Fórum e não pelo Estado (Marival, participante do Fórum de Economia Solidária, 11/2002).

Para essa implementação se houvesse dentro do Fórum um empreendedor com capital para bancar esse processo, a solução estaria dada, entretanto o Fórum agrega os destituídos do Maciço e os produtores diretos rurais com parques meios de produção. O Estado aparece então

---

<sup>107</sup> feira permanente em Florianópolis para comercialização de produtos vindos diretamente do campo.



como um possível agente para subsidiar o processo, e a planilha de custo transparente volta para esclarecer sobre a questão do preço.

Agora tem algumas coisas que fazem parte do custo de produção e de comercialização que tem que ser mantidos, então quando você vai distribuir e confeccionar uma cesta tem custo, e eu acho que não é o poder público quem vai arcar com isso, os agricultores e os consumidores que arcam com isso, eles arcam com esse processo, o que eu falo é que nós não temos como bancar o local a sede, isso encarece os custos sobremaneira, e nós não temos como bancar imediatamente isso, tipo computador e uma refrigeração, grande balcão e assim por diante, porque se nós tivéssemos, seguindo a tua linha de raciocínio, um empreendedor aqui ligado a esse Fórum e dissesse eu banco isso, e isso vai diminuindo nos custos e tal e tem uma casa, tem o equipamento, a refrigeração, fazem-se os controles o que eu acho que pode ser feito só empreendedorismo da rede em particular, os custos da produção, agora não temos esse dinheiro e segundo os custos são muito onerosos no início para bancar o conjunto, então a compreensão que nós temos disso é de que tendo o poder público o papel de subsidiar transitoriamente algumas coisas, mas isso não evita que os custos de produção e de distribuição sejam incluídos, nós entendemos também que um atravessador nós não sabemos quanto ganha e não se sabe quanto ele perde, a diferença conosco é que nós temos de saber quanto o sujeito ganha e quanto perde, tem que ser transparente, aqui a informação tem que ser a alma do negócio, porque o atravessador sempre trabalhou com segredo (Wilson Schmidt, 11/2002).

A Central de Abastecimento para viabilizar o novo passo do Fórum se faz, na compreensão de todos essencial, sem ela o caminho estanca, o movimento desaparece e toda a construção até agora estabelecida à luz de muito esforço de ambos os espaços pode se reverter a nada.

Temos que fazer agora uma Central de Abastecimento, de Distribuição, uma cooperativa de consumo, do que vamos chamar, senão as entidades não se viabilizam, agricultor nenhum vai produzir sem ter certeza que venda, vamos ampliar, agricultores do sul, do norte, de lugar nenhum vai produzir sem ter essa venda, dinamizar essa venda significa organização, damos o nome que dermos, mas fazemos aquilo que pudermos fazer, recursos humanos e financeiros que a gente tem e começamos a fazer e com alguns produtos a gente pode começar agora, se manda por transportadora, ou tem um caminhão são coisas que se resolvem aí na política da precariedade (Wilson Schmidt, 11/2002).

Novamente nessa construção conjunta, o que toma corpo e busca se espacializar são as singularidade da Agreco e do Maciço. A questão que suscita dessa luta transitória, pela efetivação de homens para além do capital e que contraditoriamente ainda é tecida nos seus limites, e que aparece como a constituição de um “consumidor consciente” é a seguinte: consistirá o consumo em uma esfera autônoma, marginal e exterior à produção?

Marx (1977a, p. 201-17) evidencia que os processos de produção, de distribuição, de troca e do consumo são elementos de uma mesma totalidade, que se evidenciam em singularidades em conformidade com a forma de produção da existência humana historicamente constituída em cada época. Seus aspectos gerais, as “condições gerais” de produção, entretanto, não são mais que “fatores abstratos, sem qualquer correspondência num estágio histórico real da produção” (1977a, p 206).

O ponto de partida para apreensão da dinâmica de cada uma destas formas encontra-se no estudo da produção material efetuada pelos homens em cada momento de sua história; isto é, a concepção da natureza humana como um produto da história dos próprios homens constituindo-se como homens humanizados e não como elementos dados da natureza. Em cada estágio determinado do desenvolvimento social os homens produzem-se de formas determinadas,

a produção também não é apenas uma produção particular, surge sempre sob a forma de um determinado corpo social de um indivíduo social, que exerce a sua atividade num conjunto mais ou menos vasto e rico de ramificações da produção (MARX, 1977a, p 204).

Produção e distribuição, portanto, não estão em oposição – “como que fechadas em leis naturais, eternas, independentes da história”, são aspectos distintos de uma mesma totalidade (MARX, 1977a, p. 205).

A produção é que fornece sua matéria, seu objeto ao consumo, sem matéria e sem objeto não há consumo. Ao mesmo tempo em que o consumo finaliza o produto como produto,

a produção fornece ao consumo a sua matéria, o seu objeto. Um consumo sem objeto não é consumo; neste sentido, portanto, a produção cria, produz o consumo. (...) Mas não é unicamente o objeto que a produção dá ao consumo. Dá-lhe ainda o seu aspecto determinado, o seu caráter, o seu acabamento (*finish*). Tal como o consumo dava o retoque final ao produto como produto, a produção dá-o ao consumo. *Em primeiro lugar* o objeto não é um objeto geral, mas um objeto determinado, que deve ser consumido de forma determinada, à qual a própria produção dever servir de intermediária. A fome é a fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozinhada, comida com faca e garfo, não é a mesma fome que come a carne crua servindo-se das mãos, das unhas, dos dentes. Por conseguinte, a produção determina não só o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, e não só de forma objetiva, mas também subjetiva. Logo, a produção cria o consumidor. (...) A produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece ainda uma necessidade ao objeto material. Quando o consumo se liberta da sua grosseria primitiva e perde o seu caráter imediato – e não o fazer seria ainda o resultado de uma produção que se mantivesse num estágio de primitiva rudeza –, o próprio consumo, enquanto instinto tem como intermediário o objeto. A necessidade que

sente desse objeto é criada pela percepção deste. O objeto de arte – tal como qualquer outro produto – cria um público capaz de compreender a arte e de apreciar a beleza. Portanto, a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. Logo a produção gera o consumo: 1º, fornecendo-lhe a sua matéria; 2º, determinando o modo de consumo; 3º, criando no consumidor a necessidade de produtos que começaram por ser simples objetos. Produz, por conseguinte, o objeto do consumo, o modo de consumo, o instinto do consumo (MARX, 1977a, p. 210).

E assim também o consumo prossegue Marx (1997a, p. 210-11), “engendra a *vocação* do produtor, solicitando-lhe a finalidade da produção sob a forma de uma necessidade determinante”.

De tal forma que a identidade entre consumo e produção surge sob um triplo aspecto:

1º Identidade imediata. A produção é consumo; o consumo é produção. Produção consumidora. Consumo produtivo.

2º Ambos surgem como intermediários um do outro, o que se exprime pela sua interdependência, movimento que os relaciona entre si e os torna reciprocamente indispensáveis, embora se conservem exteriores um ao outro. A produção cria a matéria do consumo enquanto objeto exterior; o consumo cria para a produção a necessidade enquanto objeto interno, enquanto finalidade. Sem produção não há consumo; sem consumo não há produção. (...)

3º A produção não é apenas imediatamente consumo, nem o consumo imediatamente produção; igualmente a produção não é apenas um meio para o consumo, nem o consumo um fim para a produção, no sentido em que cada um dá ao outro o seu objeto, a produção o objeto exterior do consumo, o consumo o objeto figurado da produção. De fato, cada um não é apenas imediatamente o outro, nem apenas intermediário do outro: cada um, ao realizar-se, cria o outro; cria-se sob a forma do outro (MARX, 1977a, p. 211).

Em acrescentando-se a distribuição, que relação se estabelece entre ela e a produção? Quem determina quem? Marx (1977a, p. 215), esclarece que

se, partindo do princípio de que a produção tem necessariamente o seu ponto de partida numa determinada distribuição dos instrumentos de produção, concluíssemos que a distribuição, pelo menos neste sentido, precede a produção, constituindo a sua condição prévia, poderíamos responder, à questão posta afirmando que a produção tem efetivamente as próprias condições e premissas, que constituem os seus fatores naturais. O próprio processo da produção transforma estes dados naturais em dados históricos e se é certo que surgem num determinado período como premissas naturais da produção, num outro período foram o seu resultado histórico.

De que modo, então, as condições históricas gerais, intervêm na determinação da produção, e qual a relação da produção com a história dos homens fazendo-se homens? Marx (1977a, p. 215) coloca que,

em todas as conquistas há três possibilidades: o povo conquistador impõe ao povo conquistado o seu próprio modo de produção (por exemplo, os ingleses na Irlanda neste século [XIX] e em parte na Índia); ou deixa subsistir o antigo modo de produção, contentando-se com cobrar um tributo (os turcos e os romanos, por exemplo); ou verifica-se uma ação recíproca que dá origem a qualquer coisa de novo, a uma síntese (foi o que aconteceu em parte nas conquistas germânicas). Em qualquer dos casos, o modo de produção – quer o do povo conquistador, quer o do povo conquistado, quer ainda o que resulta da fusão de ambos – é determinante para a nova distribuição que se faz. Embora esta se apresente como condição prévia do novo período de produção, ela própria, por sua vez, é um produto da produção, não só da produção histórica em geral, mas desta ou daquela produção histórica determinada.

Assim se explicando:

a própria circulação é apenas um momento determinado da troca, ou a troca considerada na sua totalidade. Na medida em que a *troca* não é mais que um fator servindo de intermediário entre a produção e a distribuição que ela determina tal como o consumo, na medida, por outro lado, em que este último surge como um dos fatores da produção – a troca constitui manifestamente um momento da produção (MARX, 1977a, p. 216).

Assim colocado, produção, consumo, distribuição, trocas, equivalem-se? Identificam-se? Correspondem-se?

Não chegamos à conclusão de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são idênticos, mas que são antes elementos de uma totalidade, diferenciações no interior de uma unidade. A produção ultrapassa também o seu próprio quadro na determinação antitética de si mesma, tal como os outros momentos. É a partir dela que o processo recomeça sem cessar. É evidente que a troca e o consumo não podem prevalecer sobre ela. O mesmo acontece com a distribuição enquanto distribuição dos produtos. Mas, enquanto distribuição dos agentes de produção a distribuição é um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, um consumo, uma distribuição, uma troca determinados, regulando igualmente as *relações recíprocas determinadas desses diferentes momentos*. A bem dizer a produção, *na sua forma exclusiva*, é também, por seu lado, determinada pelos outros fatores. Quando o mercado, ou seja, a esfera da troca, por exemplo, se desenvolve, cresce o volume da produção, operando-se nela uma divisão mais profunda. Uma transformação da distribuição provoca uma transformação da produção; é o caso da concentração do capital, da repartição diferente da população entre a cidade e o campo, etc. Finalmente, as necessidades inerentes ao consumo determinam a produção. Há reciprocidade de ação entre os diferentes momentos. O que acontece com qualquer totalidade orgânica (MARX, 1977a:217)

Assim, a produção da Agreco e o consumo do Fórum não se fazem compatíveis. Pois a Agreco assenta-se, isoladamente, sob uma base produtiva vinculada à subjetividade humana; sua composição orgânica do capital é inferior a média socialmente produzida, e portanto, não consegue impor o consumo a que lhe corresponde. A não ser para uma classe de trabalhadores

e capitalistas que estejam dispostos a pagar por essa diferença social, em vista de uma alimentação melhor. No Fórum do Maciço o consumo está determinado pelo capital em sua forma mais desenvolvida, isto é, já degenerada, ele não aceitará pagar um preço superior ao socialmente determinado, pois não vê sentido em fazê-lo. Não há porque, no Maciço, o homem produtor direto desvalorizado comprar um pé de alface a R\$ 2,00 (dois reais) se pode fazê-lo por R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real). Evidenciando-se a dificuldade de unidade entre ambas as singularidades, mesmo buscando constituir um “consumidor consciente”, através de valores e de uma ética própria à produção dos homens da Agreco.

A produção, circulação, distribuição e consumo especificamente do capital em sua forma mais desenvolvida (degenerada) é apontada por Marx (1987, p. 27, l.2, v.III), ele explicita que o processo cíclico do capital se realiza em três estágios: 1) o capitalista de posse de dinheiro atua como comprador, no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho, converte seu dinheiro em mercadoria (D-M), efetua um ato de circulação; adquire meios de produção e força de trabalho; 2) de posse dessas duas mercadorias, como produtor capitalista de mercadorias as converte em novas mercadorias cujo valor supera a dos elementos que concorreram na sua produção (P); 3) o capitalista volta ao mercado como vendedor, e converte novamente sua mercadoria em dinheiro, efetua o ato de circulação (M'-D').

O primeiro ciclo aparece como capital-dinheiro (D-M) constitui-se no ponto de partida e no ponto de chegada de todo o processo. O dinheiro, nesse processo, não é despendido como dinheiro, é apenas adiantado; é capital na forma de dinheiro. Indicando que a finalidade de todo o processo é o valor-de-troca; isto é, o motivo que impulsiona o capitalista é fazer dinheiro. O processo de produção aparece como elo intermediário, de fazer dinheiro (MARX, 1987:57-58, l.2, v.III).

O segundo estágio de produção (P) constitui a interrupção das duas fases da circulação do capital, D-M....P....M'-D', “serve de meio para que se efetue a circulação simples D-M-D'”. Expressa, portanto, o processo de produção capitalista, meio de acrescer valor ao valor adiantado, o enriquecimento aparece assim, como fim absoluto da produção burguesa (MARX, 1987, p. 58, l.2, v.III).

O terceiro ciclo, M'-D', anuncia o ponto de chegada o capital-dinheiro valorizado D+d, D acrescido de seu rebento d (D').

Isto distingue o ciclo D dos dois outros ciclos P e M' de duas maneiras. De um lado, pela forma dinheiro de ambos os extremos; o dinheiro é a forma de existência autônoma, palpável do valor, o valor do produto em sua forma valor autônoma em que desapareceu qualquer vestígio do valor-de-uso das mercadorias. Por outro lado,

a forma  $P...P$  não se torna necessariamente  $P...P'$  ( $P+p$ ), e que na forma  $M'...M'$  não se pode perceber qualquer diferença de valor entre os dois extremos. – A fórmula  $D...D'$  se caracteriza por constituir o valor-capital o ponto de partida e o valor-capital acrescido o ponto de chegada, revelando-se o adiantamento do valor-capital, meio, e o valor-capital acrescido, fim de toda a operação; além disso, por expressar essa relação sob a forma dinheiro, a forma valor autônoma, apresentando-se por isso o capital-dinheiro como dinheiro que gera dinheiro. Produzir, na forma resplandecente do dinheiro, mais-valia com o valor é o alfa e ômega do processo (MARX, 1987, p. 58-9, l.2, v. III).

De tal forma que o ciclo do capital-dinheiro é a forma mais expressiva e mais característica de manifestar-se o ciclo do capital industrial.

O verdadeiro ciclo do capital industrial em sua continuidade é por isso, além da unidade do processo de circulação e do processo de produção, unidade de todos os três ciclos. Só pode ser essa unidade enquanto cada uma das diferentes partes do capital pode passar pelas fases sucessivas do ciclo, transitar de uma fase, de uma forma funcional para outra, enquanto o capital industrial, como conjunto dessas partes, se encontra simultaneamente nas diferentes fases e funções, descrevendo assim, simultaneamente, todos os três ciclos (MARX, 1987:105, l.2, v.III).

E,

Cada forma funcional, embora represente de cada vez parte diferente do capital, percorre, por isso, simultaneamente com as outras, seu próprio ciclo. Sempre mudando de forma e se reproduzindo, parte do capital existe como capital-mercadoria que se converte em dinheiro; outra, como capital-dinheiro que se transforma em capital produtivo; uma terceira, como capital produtivo que se torna capital-mercadoria. A existência contínua dessas três formas decorre de o ciclo do capital global passar por essas três fases (MARX, 1987, p. 106, l.2, v.III).

Assim, o capital,

como valor que cresce implica relações de classe, determinado caráter social que se baseia na existência do trabalho como trabalho assalariado. Mas, além disso, é movimento, processo com diferentes estádios, o qual abrange três formas diferentes do processo cíclico. Só pode ser aprendido como movimento e não como algo estático. Aqueles que acham que atribuir ao valor existência independente é mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa abstração como realidade operante (*in actu*). O valor percorre aqui diversas formas, efetua diversos movimentos em que se mantém e ao mesmo tempo aumenta, cresce (MARX, 1987, p. 107, l.2, v.III).

Marx afirma que através do processo de valorização o capital: 1) conserva seu valor mediante a troca com o trabalho vivo; 2) Acresce valor ao valor adiantado. Apresenta-se como produto do seu próprio processo:

como resultado de esta unidad de los procesos de producción y valorización se presenta ahora el producto del proceso, es decir, el capital mismo que procede, como producto, del proceso del cual él era el presupuesto; y se presenta como producto, que es valor; o el mismo valor se presenta como producto de este proceso, y además como un *valor superior*, porque contiene más trabajo objetivado que aquel del que había partido originariamente (MARX, 1977, p. 351-52).

e, 3) No processo de produção do capital o dinheiro se converte em capital somente mediante o processo de valorização.

Lo que está ya implícito en esto es que el producto del proceso no es *valor* en su forma inmediata, sino que tiene primero que entrar de nuevo en la circulación, para ser realizado en cuanto tal. Si, por lo tanto, mediante el proceso de producción el capital es reproducido como valor y como nuevo valor, también al mismo tiempo es puesto como *no-valor*, como algo que tiene que *valorizarse* primero *mediante el cambio*. Los tres procesos, cuya unidad constituye el capital, son externos el uno al otro, y están separados temporal y espacialmente (MARX, 1977, p. 353).

No processo de produção,

donde el capital permanecía constantemente presupuesto como valor — su *valorización* se presentaba como completamente dependiente sólo de la relación que él como trabajo objetivado tenía con el trabajo vivo, es decir, de la relación del capital con el trabajo asalariado (MARX, 1977, p. 353).

E no processo de circulação,

el capital no se presenta todavía como condición de la circulación (del cambio), sino como un simple momento de la misma, que deja precisamente de ser capital en el momento en que entra en ella. En cuanto mercancía el capital comparte ahora el destino de la mercancía; deviene casual que sea cambiada o no por dinero, si su *precio* es realizado o no es realizado (MARX, 1977, p. 353).

Assim, o capital como processo de produção que descansa sobre o trabalho assalariado pressupõe a circulação como condição necessária para a realização de seu movimento (MARX, 1977, p.355). De tal forma que no próprio processo da produção do capital está posto o seu processo de circulação. Ou seja, na gênese do próprio capital já está contida a circulação e a produção, embora em espaços e tempos diferenciados. No ato da compra de meios de produção e força de trabalho (D-M), pelo capitalista, já está contido o valor-se-valorizando; este ato só se efetiva se expressar a realização de um valor superior ao adiantado pelo capitalista, sua teleologia é a busca pela valorização. Já se parte do pressuposto, no ato da

compra, da valorização. Isto é, compram-se meios de produção como uma expressão matemática para uma jornada de trabalho de oito horas, que materializarão, por exemplo, quatro horas de trabalho necessário e quatro horas de trabalho excedente, mais-valia, ou seja, pelo adiantamento de capital na forma dinheiro, de R\$ 20,00 produzir mais R\$ 20,00, ou seja, repõe-se os R\$ 20,00 adiantados e produz-se mais uma mais-valia de R\$ 20,00, totalizando R\$ 40,00. O capital se faz capital por trazer em si essa característica, que lhe é intrínseca, compram-se meios de produção para produzir mais-valia, faz-se esse processo como produção, cuja materialização ainda vai se dar. Será futura. Isso faz com que a acumulação seja uma necessidade. Ou seja, o capitalista compra meios de produção e força de trabalho para materializar a mais-valia, a acumulação. O ato produtivo é um meio de valorizar o valor. Assim a produção já está contida no ato da compra (D-M) como espaço do capital, contém já em si uma relação qualitativa e quantitativa, como possibilidade, como latência no D-M, compra, o P, a produção está contida e a venda (M'-D'). Esse processo faz com que o dinheiro (D) e a mercadoria (M) transformem-se em capital, e ao fazê-lo o capital impõe suas determinações a toda a sociedade, como sua materialidade, como movimento de auto-valorização da riqueza, como propriedade, pelo trabalho.

O objetivo é sempre a produção de mais riqueza, nunca para a satisfação, mas para sua própria valorização. Os três circuitos são puras abstrações, embora em tempos e espaços distintos a compra, a produção e a venda, são momentos da fixação do dinheiro acrescido de mais dinheiro (D') se fazendo, nascendo como rebento do próprio capital. A forma de ele vir ao mundo pela primeira vez. Embora espaços e tempos distintos a sua tendência histórica é a simultaneidade dos três circuitos: capital-dinheiro (D-M), capital produtivo (P) e capital-mercadoria (M'-D'). Fixar-se em um tempo é interromper o circuito.

Para o capital, portanto, o espaço burguês é a transformação de tudo que é fixo em movimento. Em seu desenvolvimento o modo de produção capitalista traz em si o deslocamento de qualquer materialidade e a transforma em dinheiro, a riqueza vai assim, adquirindo novos contornos. Nesse processo, a propriedade desloca-se das coisas e transforma-se em pura relação social. Torna-se assim, uma desnecessidade histórica para o capital que cada vez mais se faz fluidez, efemeridade. Tecendo-se, assim, em capital, o desatrelamento da riqueza dos elementos materiais da relação social, de tal forma que para alguns homens produzirem a vida não necessitam mais de nenhuma materialidade, como por exemplo, o capital a juros. Significando que os elementos da produção da vida deslocam-se da materialidade.



Como o mundo da produção e o da propriedade separam-se, a propriedade dilui-se, efemeriza-se, desloca-se, vai se constituindo em propriedade social. De tal forma que vai negando a propriedade burguesa assentada no salário, no lucro/juro e na renda da terra. Aparecendo a desvalorização e a degeneração humana como inerências ao capital. As possibilidades que aparecem como alternativas aos homens não têm sido o retorno às formas pregressas de vida, de o passado dominar o futuro. Os mortos dominarem os vivos. (AUED, 2004). A solução para as pessoas tem-se apresentado também como ato social e não individual. Só tem-se resolvido as contradições para a produção da existência humana socialmente. A cura para a AIDS, por exemplo, só aparecerá como um ato social.

Assim a produção da Agreco, como produção desta sociedade, já contém em si os elementos de sua própria valorização. Está inserida na lógica da produção do capital, constitui-se em um momento do capital em seu processo de reprodução. A produção da Agreco está situada no bojo de uma consciência mundial pela preservação do meio ambiente; seu “consumidor consciente” já está constituído socialmente. Entretanto, ao se assentar sob a subjetividade do trabalho não se compatibiliza com as forças produtivas sociais, há assim, uma imposição social para o aumento de sua eficiência tal qual o são os grandes capitais, do contrário estará sempre correndo sério risco de esfacelar-se pelo ar; sempre em luta pela sua própria existência.

Tanto a Agreco como o Fórum do Maciço têm consciência de que há necessidade de ampliar a escala produtiva para reduzir custos, entretanto para a Agreco a sua ampliação vem com o objetivo de manter aquela forma de organização da produção (manter os homens no campo; produção em pequenas unidades; subjetividade do trabalho):

a agricultura familiar precisa de produção em escala, ela não pode ser um produto artesanal, porque se é um produto artesanal ele tem um custo muito alto e o consumidor não tem condições e pagar isso e o povo da periferia nunca vai conseguir ter este alimento, o alimento tem que ser produto bom (Wilson Schmidt, 11/2002)

Ambas as organizações sociais, apesar do salto qualitativo expresso em sua unidade em luta e na solidariedade como nexos possíveis, ainda buscam constituírem-se como homens trabalhadores. Isto é, à medida que se fazem homens produtores diretos para o capital percebem sua degeneração e lutam para superá-la, alienam-se e também desalienam-se. Aued (2004:30) explicita-nos como se manifesta no modo de produção capitalista, pela alienação, a separação do homem de seu ser trabalhador,

a alienação como capital cria a base material de o homem se fazer homem em si e para si, pelo processo da decomposição do trabalho em geral. Outra não é a história do homem a não ser a de emancipar sua condição humana das condições que ainda lhe identifica com a natureza sensível quando ainda se põe como trabalhador.

Minha tese é a de que pelo processo produtivo capitalista sob a forma de manufatura e da grande indústria moderna, através da alienação, o homem separa, pela materialidade, sua condição humana de sua condição de trabalhador. Isto implica dizer que o trabalho não é um elemento de sua condição humana, mas meio de a constituir. Ele se faz homem pelo trabalho, mas não é homem porque trabalha, mas sim porque se faz um ser universal, pois se produz conscientemente como síntese da natureza evoluída.

Esses homens ao lutarem para além das condições dadas imbricam-se no mundo burguês, presos ainda à “carência rude”, mas tecem-se sob a forma que se lhes é possível de ser implementada, outra ainda não se fez. Entretanto, em sua luta manifesta-se a impossibilidade de se manterem como o faziam até então, “pois como trabalhadores (condições objetivas e subjetivas do trabalho) os homens já são supérfluos à produção material de sua própria existência” (AUED, 2004, p.58). Engendram-se como homens produtores diretos, trabalhadores para o capital, e no modo de produção capitalista, utilizando uma citação de Marx posta no início deste capítulo, “o homem nada mais é do que *trabalhador* e, como trabalhador, suas propriedades humanas o são apenas na medida em que o são para o capital, que lhe é *estranho*” (MARX, 2004, p.91). De tal forma que “aí, ele tem existência (*Dasein*) não *enquanto homem*, mas *enquanto trabalhador*” (MARX, 2004, 91-92). Necessário, é pois, superar o ser trabalhador e construir-se como homem sem predicados (AUED, 2005).

Todavia, esses homens ao lutarem para efetivarem sua existência ainda como seres trabalhadores, engendram a sua própria negação enquanto tais. Resta-lhes a vida a ser efetiva e para efetivá-la têm de lutar para superar sua condição de ser trabalhador, construindo uma sociedade para além da capitalista, em que a produção de suas existências enquanto homens substantivos seja seu pressuposto e resultado.

Só haverá possibilidades de criação de novas formas de relações (consumo, distribuição, circulação), como desejam construir o Fórum de Economia Solidária, a Agreco e o Fórum do Maciço, na constituição de uma base produtiva superior à capitalista, ou seja, uma base produtiva que seja fundadora dessas relações solidárias, que aparecem nesses espaços em luta, como forma transitória.

Prova disso é que o Projeto das cestas orgânicas, no ano de 2004 reduziu-se a cerca de 30 semanais disponibilizadas para os consumidores no Espaço Mais Saúde, mantendo-se até meados de 2005. Hoje, entretanto, final de 2005, não há mais esse fornecimento.

### **5.12 Uma nova singularidade tomando corpo no Fórum: o Grupo de Trabalho da Economia Solidária**

No Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre no ano de 2001, encontraram-se diversas organizações e empreendimentos solidários do Brasil. Para consolidar uma organização entre eles, passaram a organizar-se em Grupos de Trabalho (GTs) de economia solidária, constituídos em todo o país. Criou-se a Coordenação Nacional, o GT brasileiro, e coordenações em cada estado, os GTs estaduais. O GT brasileiro reúne diversas organizações nacionais de Economia Solidária e passou a se articular em torno da possibilidade de interferir junto ao Governo Federal para que a economia solidária pudesse estar ocupando um espaço diferenciado junto a esse novo Governo, o Governo petista, de Luís Ignácio “Lula” da Silva, reivindicando que a Economia Solidária seja reconhecida como um setor econômico próprio, para a partir desse reconhecimento implementar-se políticas públicas exclusivas a ela. A partir dessas discussões, organizou-se uma Primeira Plenária de Economia Solidária que resultou em uma carta para o Governo brasileiro. Essa carta contou a história da Economia Solidária no Brasil e sua situação atual e reivindicando também uma Secretaria Nacional de Economia Solidária que foi criada pelo Governo Federal tendo o professor Paul Singer como Secretário. O GT Estadual de Economia Solidária de Santa Catarina indicou o professor Valmor Schiochet (professor da Furb – Fundação Universidade de Blumenau) para auxiliar nos trabalhos nesta Secretaria.

No Estado de Santa Catarina esses GTs vêm sendo organizados regionalmente desde o ano de 2000. Na região de Florianópolis essa organização teve início no ano de 2002. Grupos de assessoria que trabalhavam exclusivamente com a Economia Solidária, como a Anteag (Associação Nacional de Trabalhadores de Empreendimentos Autogestionados) e a ASA (Ação Social Diocesana) passaram a ser convidados a também participar do Fórum de Economia Solidária, uma vez que esse Fórum compreendia que quanto mais ampliar e agregar a participação de entidades em seu interior maior a sua força, e maior a sua visibilidade. Isso passou a ocorrer a partir do encontro do Fórum em agosto de 2002. A partir do que demandas

exclusivas da economia solidária passam a também fazer parte do Fórum, tais como a luta pela implementação de uma legislação que reconheça a existência da Economia Solidária, de empresas autogestionárias como forma de organização social vinculada a normas jurídicas próprias. Ao agregar empreendimentos autogestionários o Fórum do Maciço e a Agreco percebem uma nova possibilidade de construir-se enquanto singularidades. Entretanto, também esses empreendimentos têm sua dinâmica e também lutam para efetivarem-se. Sua luta é a de que o Governo Federal atual a reconheça como setor econômico diferenciado dos demais.

Que o trabalhador aqui tem que ser o sujeito do processo, desse processo de produção e do processo de decisão, então a gente tem que começar a definir, porque eu neste movimentinho aqui, que está bom, mas tem que começar a se organizar. Qual é o papel da assessoria técnica, qual é o papel do trabalhador dentro desse processo, todos têm muito com o que contribuir, nada se nega, agora a gente tem que começar a definir qual é o papel do trabalhador nesse processo de construir a Economia Solidária no Brasil. Como vamos criar estas coordenações, como essas várias entidades que atuam nesta área se articulam, criar espaços de formação para a gente começar a discutir, qual é a diferença entre uma empresa tradicional e uma empresa auto-gerida, qual é a essência, qual é a diferença. Essa eu acho que é uma contribuição que a assessoria técnica tem de fazer, a gente tem que começar a criar esses espaços e para a gente chegar a um ponto que (...) que nós hoje não somos reconhecidos politicamente, hoje a justiça, a legislação que existe é sobre cooperativas, que é a cooperativa que tem uma lei que a regulamenta, e esta lei tem furos, ela não reconhece a auto-gestão, a economia solidária nós não existimos legalmente, esse é o grande passo, e temos que nos organizar, nós colocamos um projeto dentro do Congresso só que não passou na Comissão de Indústria e Desenvolvimento Econômico, ele foi rejeitado. Era um Projeto, eram algumas linhas que começavam a regulamentar, criava as empresas de autogestão no país, dava uma diferença. Esse é o grande passo que a gente tem que dar, elaborar um projeto de lei, todas as entidades se unir, índios, trabalhadores. Elaborar esse projeto de lei e mandar para o Congresso e a gente tem força para fazer ele passar e hoje juridicamente a gente não existe, a gente é ainda um fato social, que é uma riqueza, mas que tem que levar a esta grande conquista (Erasmio, Anteag, 08/2002).

Assim, no espaço do Fórum de Economia Solidária começa a ser tecida uma nova luta, agora tomando a forma efetiva da Economia Solidária, com a participação dos empreendimentos urbanos autogestionados e principalmente das suas entidades de assessoria.

Agora, uma coisa que a gente tem que pensar, há aqui em Santa Catarina, e eu acho que em vários outros Estados, uma série de empreendimentos de atividades de grupos que se encontram, se reúnem ou sobre este tema de Economia Solidária ou Nova Economia; há uma série de grupos que tem desenvolvido atividades semelhantes, pessoal de Joinville, de Florianópolis, de.... há um grupo em Blumenau que tem se reunido, a região do meio oeste, oeste, há um grupo que tem se encontrado também. Há uma necessidade de articular esses grupos que estão tentando encaminhar projetos dentro desta área que é a Economia Solidária, acho que há necessidade de expandir e de articular melhor esta rede. Acho que é também o momento de começar a se preocupar com isso, de expandir nosso grupo e de ter

contato com esses empreendimentos de Economia Solidária (Eriberto Meurer, 08/2002).

Desta forma o Fórum de Economia Solidária passa a auxiliar na implementação desses GTs na região de Florianópolis, buscando avançar para se fortalecer e criar novas possibilidades.

Dia 19 de novembro [2002], em Lages, a gente está ajudando junto com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) a construir a rede Estadual de Economia Solidária para se articular. E a partir das práticas existentes a teoria, a teoria vai se fazendo a partir da prática, porque são várias experiências e a importância é que quanto mais a gente organiza a rede mais ela se fortalece, e agente está junto assessorando isso para ampliar essa rede e de construir uma teoria a partir da prática (Pe. Vilson Groh, 09/2002).

Após esse encontro em Lages para a constituição do GT de Economia Solidária em Florianópolis, o Fórum de Economia Solidária entende que deve se articular nesse processo unindo ambos os grupos buscando seu fortalecimento.

Nos dias 19 e 20 de novembro tivemos um encontro em Lajes com vários empreendimentos. A proposta é a de criar um Fórum, na Grande Florianópolis, regional com mais pessoas que também estão trabalhando dentro desta perspectiva, o pessoal principalmente da arquidiocese tem trabalhado isso e o Alexandre (da Agreco) também está se inserindo nesta perspectiva, e de a gente articular, então, um pouco esse nosso Fórum mais ampliado (Pe. Vilson Groh, 11/2002).

Ao se incorporar esses novos empreendimentos solidários, a idéia que se coloca é a de disponibilizar essa rede constituída pelo Fórum de Economia Solidária, para os produtos desses empreendimentos e também de torná-los disponíveis aos habitantes do Maciço e ainda possibilitar que no espaço da periferia urbana, nas Encostas do Morro da Cruz, que se possam constituir empreendimentos semelhantes para garantir a sua população trabalho e renda.

O encontro de Lages foi um encontro que foi acontecendo, foi juntando uma peça aqui, uma peça ali, e que resultou no encontro de 19 e 20. E que, pela primeira vez, vários empreendimentos e entidades sentaram juntos para se olhar, conversar, discutir e que é um salto qualitativo também no processo da caminhada. Então, nós do Fórum de Economia Solidária aqui da região do Maciço entramos por questões que estavam sendo puxadas e fomos metendo a cara e entrando. A gente teria que pensar um pouco, (...) então como região nós podíamos mexer com essa história do urbano. A mesma coisa que a gente, como o agricultor pudesse usar a roupa fabricada aqui no urbano, o cordão que é feito no urbano e tantas outras coisas que a gente poderia articular nessa relação de ir e vir do processo. E aí não é só a questão da comercialização, não é só a questão do econômico, e de olhar o que esse

econômico gera na linha de tecido social, então têm questões assim que a gente teria que pensar na linha do encaminhamento para os empreendimentos urbanos (Pe. Vilson Groh, 11/2002).

Entretanto, apesar das buscas de envolver-se em uma rede maior, no ano de 2003 o Fórum de Economia Solidária já não apresenta mais a solidez que apresentava em 2002, houve somente duas reuniões até a metade do ano e ambas não mais com a mesma dinâmica que vinha se apresentando nas anteriores. O Fórum de Economia Solidária ao incorporar nele o GT de Economia Solidária, essa nova singularidade, parece perder a direção que nele se delineava, que era o vínculo entre o campo e a cidade, entre o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, movimento social urbano, e a Agreco. Aquele “pacto de territorialidade” parece perder sua força.

Cesta e merenda são atividades que sofreram um refluxo e isso reflete no Fórum e aí é que a gente tem que olhar, porque senão as coisas não funcionam (Wilson Schmidt, 06/2003).

Aquelas associações e organizações, como as escolas, os professores, os consumidores das cestas, o Projeto Pré-vestibular da Cidadania e diversas associações de agricultores como as de Joinville, de Blumenau, de Irenópolis, de Indaial, de Itajaí, do MST, o Fórum do Maciço e também a própria Agreco que participavam ativamente do Fórum de Economia Solidária e o consolidavam, não mais se fizeram presentes; vai perdendo seu sentido, fragiliza-se o Fórum. Assim o GT de Economia Solidária cuja consolidação dá-se com o auxílio do Fórum, acaba por ser hegemônico e dando uma direção, buscando implementar sua singularidade ao Fórum.

O GT de Economia Solidária estadual entende que há uma diferença entre as organizações rurais de economia solidária e as urbanas e que cada qual deve constituir uma articulação e organização própria em vista de que são dinâmicas diferenciadas e que sua união é problemática.

Vamos fazer um esforço muito grande, nós teríamos que ter no estado representantes da Economia Solidária e que fossem representativos realmente. Que se constitua efetivamente a Economia Solidária da agricultura, ela tem uma realidade própria, ela tem a articulação dela, a área urbana tem a dela, essa reflexão a gente deveria estar fazendo e agora fica em cima do laço fazer esse processo (Erasmus da Anteag, 05/2003).

A Agreco busca ainda recuperar e rearticular o Fórum de Economia Solidária dentro dos objetivos que o norteavam,

na última reunião nós propusemos a rearticulação e essa nós não conseguimos fazer, a rearticulação efetiva no sentido de dar continuidade ao que vinha ocorrendo no ano passado. E foi uma tentativa de aproximação de dois Fóruns de Economia Solidária, esse de lá tem um caráter mais estadualizado, ali de Lages, planalto do Oeste, e o nosso Fórum que vinha caminhando aqui no litoral, tentando fazer um trabalho principalmente relacionado à questão da merenda escolar ao Projeto Sabor e Saber e tal. Então, a minha preocupação é que o outro Fórum tem a sua caminhada e tal, mas este Fórum aqui não teve condições de fazer a sua retomada com a sua característica própria, diferente, e eu tenho neste contexto que nós estamos vivenciando um momento muito importante de definições (Wilson Schmidt, 06/2003).

Amplia-se no sentido de trazer novas entidades, mas a união efetiva das práticas não ocorre, falta uma universalidade que os una, os vínculos efetivos não acontecem, aí a dificuldade de encher-se de conteúdo, e o diálogo tem dificuldades de ser realizado,

ampliou no sentido de trazer outras entidades que participam, que estão participando mais da economia solidária, mas aí não houve junção, o que na prática foi é que não houve junção, eu quero reiterar isso, nós teríamos que dar conta disso e a organização responsável, eu, Beto, Pe. Vilson, Rato e outras pessoas encarregadas da organização não construímos isso, eu acho que é isso que é sério, daí a reunião não tem a força que deveria ter. Tanto aqui no Fórum do Maciço como lá na Agreco, e todas as entidades que estão aqui, têm práticas que estão acontecendo que tem que aqui convergir com a força simbólica, que tem que ter uma reunião desse tipo e isso não está acontecendo. (...) eu acho que a base nossa, aquilo que nós vimos construindo aqui, aquilo é muito importante e aquilo pode dar o novo, um novo modelo, uma nova proposta de sociedade, assim por diante. Porque têm práticas, as mais diferentes e aí nós temos que trazer a luz é as práticas mais diferentes através de uma boa discussão e de animação dessas práticas sejam dadas, nós não conseguimos isso (Wilson Schmidt, 06/2003).

Volta-se a questão da Central de Abastecimento como ponto chave para rearticular o Fórum, com a incorporação das novas organizações, ampliando a possibilidade do espaço do Fórum do Maciço resolver suas contradições.

Nesse sentido, que é pensar nessa questão da Central de Abastecimento aonde se poderia pensar vários organismos que produzem não só a Agreco outros organismos para a gente poder ter força para discutir neste momento (...) não é junção das coisas é trazer essas práticas existentes que tem aí que trabalham e a gente ampliar para todo mundo que tem práticas de produção, olhando na área rural uns e outros empreendimentos e a gente pensar num trabalho, num GT de trabalho ou num Fórum seja lá o que seja o nome, mas que seja uma articulação de forças junto aos problemas que estamos discutindo, senão não dá para a gente se reduzir só nos e a merenda e a Agreco. Se a gente não tem uma abertura neste momento a outros grupos de produção para podermos articular juntos nós não vamos ter força para fazer o encaminhamento do processo, essa é minha avaliação. Merenda é um elemento, acho que tem outros empreendimentos sérios aí que a gente poderia

pensar como articular, eu vejo que a merenda é nossa aqui, do Maciço e das escolas, mas têm outros empreendimentos que a gente poderia encaminhar juntos nessa discussão, e pensar junto uma saída de perspectiva (Pe. Vilson Groh, 06/2003).

Na relação campo e cidade, Maciço e Agreco e a construção do Fórum de Economia Solidária, nela aparece a singularidade da Agreco como dinâmica, em vista da Agreco estar vinculada a posse da terra e de uma mercadoria.

Eu já participei de muitas discussões, já participei. Essas discussões acabam ficando uma relação mais do campo do que da cidade, ou seja, a gente fortalece, temos toda uma cultura de consumo na cidade, viabilizando os lucros do campo, o que é muito importante, agora nós queremos também viabilizar as organizações da cidade, é uma discussão que se faz aqui – vamos consumir ecologicamente os produtos do campo, e que a camiseta seja comprada em grupos de produção, então com isso a gente passa a construir uma outra economia e até potencializar outros grupos que possam passar a consumir produtos da agroecologia, daí a importância de nesses espaços de se discutir campo e cidade (Valmor – ADS, 06/2003).

A grande questão que sempre retorna é como comercializar, como e onde vender, eis o limite, não há possibilidades de competir no mercado com o grande capital, o consumo solidário tem dificuldades de ser implementado, discutir solidariedade nos empreendimentos só se mostra possível quando há sobras no final do mês, vincular-se à periferia urbana com produtos orgânicos não se mostrou viável em vista do preço elevado. Assim, a Central de Abastecimento é levantada por todos como sendo uma possível universalidade, para além da mediação do Estado, para resolver a questão e também de constituir uma unidade entre os empreendimentos e as outras organizações sociais para manutenção ou do próprio Fórum de Economia Solidária ou do GT e também do vínculo cidade-campo.

A gente se cansa de chegar em empreendimento e não tem área de venda, não tem produção não tem responsável, os cooperados dão discurso, eles não estão discutindo isso que nós estamos discutindo aqui, eles estão discutindo se no final do mês eles vão ter o que receber, que é a sobrevivência deles, têm empreendimentos que estão recebendo R\$ 100,00 por mês, então eles estão discutindo isso, se no final do mês vai ter pró-labore, tem muitos que não tem, então autogestão... não tem cabeça nem para .... não tem, agora aqueles que estão faturando bem, você vai lá pede ajuda deles e tudo bem, porque o essencial já está resolvido. Para mim é consenso aqui, essa Central de Compras, essa Cooperativa de Consumo, vai ter um papel essencial, uma que o maior centro consumidor do Estado é a capital, então nós temos que colocar uma central de consumo ou uma central de compras que vá fazer essa articulação campo – cidade. Acho que a gente está conseguindo acertar, não temos um modelo para seguir, estamos construindo isso, acho que o próximo ponto de pauta e fechar em cima desse ponto da Central de Abastecimento, como vamos construir ela, que ela viabilize a comercialização de todos os produtos (Erasmio, Anteag, 06/2003).



Assim, com uma Central de Abastecimento, como universalidade, acreditava-se que se estava criando possibilidades da inserção e aglutinação de todos e resolvendo a questão de geração de trabalho e renda tanto no campo quanto na cidade, para então reivindicar junto ao Governo as questões comuns e criar políticas públicas. Assim, a existência de um Fórum ou GT estaria assegurada, uma vez que essa Central se configuraria em um ponto em comum que agregaria a todos.

A gente esta acompanhando já algum tempo os grupos, e sabemos que o problema básico é a comercialização de todos os grupos, seja rural, seja urbano, outra coisa é saber como produzir e como vender, quando se chama para discutir os grupos na geração de emprego e renda, eles colocam que o que estrangulou foi na parte da comercialização e esse ano está pior do que ano passado para comercializar. Então eu acho que o sentido de nos termos um fórum ou um GT ou que nome se quer dar tem que ser em cima dessas questões práticas. Os empreendimentos vão estar vindo a partir do momento que vamos estar discutindo questões praticas dos empreendimentos. A gente tem que ver o que são as ações que envolvem o Governo e aí poder cobrar junto, então nós temos que nos unir aqui neste sentido, o que são as ações práticas, que nós temos que cobrar do Governo, e a outra coisa que nós temos de estudar é essa coisa do mercado que não depende do governo, como nós vamos chegar com o nosso produto ao mercado também. Acho que a linha da merenda escolar ajudou, mas tem outros mercados aí, que nós temos que abrir e aí temos que usar algumas práticas, a gente sonha às vezes com as práticas da economia solidária, mas ainda vamos ter que copiar da outra economia para poder dar certo porque o que importa é que no final do mês as pessoas tenham os recursos para sobreviverem, senão não adianta a gente sonhar empreendimentos bonitos, e aí corre o risco quando de só ter reunião de assessoria, e muitas vezes a assessoria não conhece o dia a dia do grupo. Então, vir em uma reunião e colocar uma idéia bonita é fácil, agora o grupo colocar na prática e chegar no final do mês ele não ter salário é outro. (...) Eu acho que a gente tem de ir pensando estruturas mínimas que possam servir de instrumentos para as coisas acontecerem e aí se vai ser com o apoio governamental ou de fundos públicos ou de outra ... (Toninho, ASA, Itajaí, 06/2003).

Assim, também o Fórum de Economia Solidária fragiliza-se. O que resta dele hoje está vinculado com o GT de Economia Solidária, tanto o Fórum do Maciço como a Agreco pouquíssimas vezes participam dos seus encontros.

Aquela iniciativa que tivemos, que articulou Agreco e nós, está hoje vinculada com o Fórum Regional de Economia Solidária, que era um Fórum mais amplo que já existia e que nós até ajudamos a construir aqui. O nosso pessoal passou a se articular, está articulado lá, agora eu não sei se a Agreco continua articulado com esse Fórum ou não (Wilson Groh, 07/2004).

### 5.13 Ainda resta um caminho: caminhar

O Processo continua muito vivo e presente para todos que nele se envolveram e apesar das dificuldades de implementação busca-se ainda encontrar uma forma de estabelecer uma relação. Ambos os espaços, periferia urbana e pequena produção rural entendem que essa construção tem de se dar juntos, um sem o outro perde em força, o que os une é a desvalorização, a precariedade, a falta de possibilidades de vida no interior do processo capitalista de produção. É preciso buscar outro processo que não esse. Como fazer? Questiona-se novamente. A única certeza é o estar juntos, que se revelou insuficiente.

Então tem um eixo, por essa discussão que aonde permanece muito vivo. Precisamos pensar essa relação articulando o interior, como pensá-lo de modo mais orgânico? Uma vez que a fragilidade está no fato de termos iniciado a discussão, mas não demos continuidade a esse processo, e da relação paritária, não relação territorial ou você trabalha em cima de uma paridade e discute essa paridade como ela se dá nas relações. Paridade do ponto de vista do Maciço são áreas extremamente excluídas e paridade com os agricultores que também são excluídos da estrutura do capitalismo, apesar de eles terem muito mais instrumentos em suas mãos do que o povo da periferia. Essa união entre nós, ela é importante que se mantenha (Vilson Groh, 07/2004).

Compreende-se agora que a institucionalização dos processos não trouxe benefícios, não fez com que a luta por uma vida mais solidária se implementasse.

O processo de discussão da paridade pelas pessoas que puxam essas articulações, creio que não conseguimos ainda criar as condições, construir um projeto que criasse vínculo no processo. E vínculos que levasse um processo à frente, institucionalizado, pois antes ele não era institucionalizado, ele funcionava, com a institucionalização ele perdeu o vigor e a força. Nós pensávamos que institucionalizando teríamos mais investimentos, por exemplo, no abastecimento, na realidade não aconteceu e não está acontecendo (Vilson Groh, 07/2004).

Revê-se a atitude com relação ao Governo estadual, quando se acreditava que por ser um Governo cujos Secretários tinham vínculos históricos com o movimento social tudo ficaria resolvido sem necessidade de lutas.

Com o movimento social quando entra um governo mais aberto que discute e se aproxima das suas reivindicações, o movimento transfere suas atividades e funções para o Estado numa nítida atitude paternalista e o processo de reivindicação da pressão de estar na luta mesmo ousando, discutindo é retraída, parece que nos tornamos reféns do governo. (...) Nós enquanto esquerda, enquanto administração, enquanto a questão técnica, a questão de apropriação desse aparelho todo e coloca-lo

em funcionamento nós estamos muito distantes, creio eu, porque às vezes, nós tiramos gente que está trabalhando na base, e institucionalizamos essas pessoas e aí não há uma clareza entre a instituição e quando eu sou movimento social (Vilson Groh, 07/2004).

Ressalta-se as construções, os ganhos que a relação trouxe na vida real das pessoas:

os jovens, os meninos indo para a universidade, isso é uma diferença. Outra diferença é que o Valnério trabalha com outra perspectiva. A situação da renda etc melhorou bastante para a vida do Valnério, depois que ele entrou na Agreco, mas melhorou qualitativamente, ele talvez não conte vantagens na renda, mas o que mudou é que as condições deram a possibilidade da filha ir para uma universidade e ter a perspectiva de retornar e trabalhar aqui. Isso mudou. Antes não havia. Então isso mudou radicalmente na região. As pessoas não sentem inferioridade na sua auto-estima de ser agricultor. Neno (Coordenador da Acolhida na Colônia) observou na Encosta da Serra Geral foi uma roda de conversa onde falavam o pessoal do urbano e também o pessoal do rural. Valnério estava a vontade para verbalizar isso (Wilson Schmidt, 03/2004).

Tem-se que o Fórum deixou de ser uma construção com a fragilização do Programa Saber e Sabor, no início do ano de 2003, da merenda orgânica nas escolas do Maciço, posteriormente rearticulada, mas que não trouxe mais uma consistência ao Fórum de Economia Solidária, e também do esgotamento do processo das cestas. Mas ainda acredita-se na sua reativação, e em suas possibilidades, e não na tentativa de construir uma unidade através de singularidades.

Concretamente surgiu pela merenda escolar, agora escolas, significa comissão de educação do Fórum do Maciço na cidade que gerou o Fórum de Economia Solidária e na Agreco; a merenda escolar significa Agreco comercializando produtos com outras entidades do meio orgânico como a Cevam – Praia Grande, a Cooperativa de Turvo, a Maçã de São Joaquim, o pessoal de São João do Cerrito vem junto, entidades rurais e urbanas formaram o Fórum de Economia Solidária que funcionou bem enquanto a merenda era a agenda comum. Quando deixou de ter algo concreto, o ano passado, por exemplo, a merenda continuou com muitas dificuldades e dinamizou uma inovação que foram as colônias de férias, mas a conjugação de esforços, aquela reunião regular de 02 em 02 meses o ano passado não teve por algumas dificuldades, as lideranças, as perspectivas, alguns impasses, algumas coisas que não ficaram claras e que deixaram o Fórum em “banho Maria” não conseguiu avançar, mas que é muito importante que volte. (...) A ligação com o Fórum do Maciço precisa ser estabelecida como condição independente das diferenças, entre as diferenças que houve entre eu, o Eriberto ou outros, isso são coisas que precisam ser superadas. É muito mais importante manter o projeto por inteiro. Então o humor dos dirigentes não deve ser o definidor das ações. Isso é um processo de construção social. Com a mudança no governo as coisas mudaram e a gente não trabalhou isso bem (Wilson Schmidt, 03/2004).

A mudança no Governo estadual, o fato de o Programa Saber e Sabor depender de um vínculo governamental, e do Fórum ainda não conseguir manter-se sob seus próprios pés, constitui-se em uma fragilidade, como ficar para além dela? São processos de difícil implementação, para o capital a solução está dada, mas para os trabalhadores do campo e da cidade, a luta por sua superação, para além do capital, não se faz tranqüila. Busca-se, rebelar-se, radicaliza-se, implementa-se, tenta-se novamente, e ainda assim permanece-se não além dos limites do próprio capital. As falhas, inseridas no processo histórico, no próprio processo da transitoriedade, são compreendidas como falhas do próprio Fórum e não os limites das próprias contradições que se vão manifestando na práxis do processo. Transitoriedade é avanço e recuo, é experimentação.

Porque com as mudanças no Governo o dinheiro da merenda não veio, nem o dinheiro que normalmente vinha para a merenda convencional quando o governo anterior oferecia o valor da merenda convencional e é mais o dobro de recursos para poder comprar merenda orgânica e esse aporte no ano passado não foi feito. Nós denunciemos isso e aí a falha das organizações sociais, isso foi uma reunião que aconteceu a quinze dias entre a Agreco e o Fórum onde nós colocamos isso. A maior falha não foi do governo, a falha foi das organizações em não continuarem naquele caminho de estarem passo a passo acompanhando a questão da merenda e bancarem a briga com o Governo do Estado como sempre faziam. Então eu entendo que teve duas falhas, do governo mas falha mais grave foi da articulação do Maciço e da Agreco no sentido de juntas fazer prevalecer e na hora certa dar a devida atenção, nós brigamos isolados. (...) Fórum era porta voz desse processo quando o Fórum passou a ter um papel mais abrangente em todo o Estado de Santa Catarina, no meu entendimento ele ganhou a participação de mais entidades, mas ele perdeu consistência no que ele fazia aqui no litoral (Wilson Schmidt, 03/2004).

Muitos foram os caminhos constituídos, a contradição inerente a eles, por estarem imbricados no velho e buscando se fazer em novo, entende-se que essa contraditoriedade, essa luta é que mantinha sua dinâmica.

Eu lamento que nós não tenhamos juntos conseguido manter a articulação que havia antes no sentido da merenda; avançou no sentido das colônias de férias e assim por diante, mas o que dava suporte era essa ação das merendeiras virem fazer capacitação aqui, das diretoras vindo fazer capacitação aqui, ter renda do agricultor com a venda da merenda, a escola ter o dinheiro depositado com atrasos com problemas e tal, mas funcionando, mas isso era força do movimento, em meu entendimento, e não a boa vontade dos governos até muito parecidos no seu comportamento, quando bem pressionados pela sociedade, pode ser o governo do partido A ou B, ou C eles são obrigados a responder, então nós temos que pensar nessa... (Wilson Schmidt, 03/2004).

No percurso, frustrações vão também sendo acumuladas, como a dificuldade de penetração e estruturação do Fórum de Economia Solidária nas áreas do Fórum do Maciço e

de gerar uma renda adicional aos produtores rurais, entende-se que processos que se dispõem a ser construção, a ser processo, vão gerar frustração, porque não há um caminho pronto, é preciso fazê-lo e nem tudo que se quer implementar se sustentará. Embora com todas essas dificuldades em ambos os espaços há a angústia de se retomar o processo por se ter clareza de que é nele que se faz possível construir uma outra forma de produção da vida.

Eu acho que tem uma frustração bastante forte e as compreensões são divergentes, mas tem frustrações nos dois lados, nos resultados alcançados. O lado urbano frustra-se entendendo que foi de certa forma usado, que vendia as cestas e as cestas deram prejuízo para os agricultores e ficou assim a sensação da má gestão das cestas e de lá a expectativa que eles pudessem gerenciar com a Agência de Desenvolvimento a comercialização dos produtos inclusive para a merenda, que essa Agência fosse a articuladora, o papel do urbano, mas a frustração daqui mais a frustração de lá juntou uma situação onde não inspirou confiança mútua para dar esse passo. (...) então no lado urbano que tem a sensação de serem usadas só para vender produto, que podia e que ocorria até com o MST e que podia, assim vocês fazem esse papel e é isso que vocês tem que fazer. E eu acredito que venha a se resolver (Wilson Schmidt, 03/2004).

A unidade entre o Fórum do Maciço e a Agreco a partir do ano de 2003 precariza-se, os encontros que aconteciam naquele ano passaram a ocorrer em menor intensidade. No ano de 2004 ocorrem somente alguns poucos encontros para articular a merenda nas escolas, e não mais para tecer caminhos às novas possibilidades. O Projeto Sabor e Saber mantém-se, seu vínculo efetiva-se através do Estado e quando por qualquer motivo o processo se interrompe momentaneamente, ou por falta de pagamentos, ou por má qualidade da merenda, Fórum do Maciço e Agreco pressionam em conjunto ou isoladamente o Estado para a retomada da construção.

O Fórum de Economia Solidária incorpora-se ao GT regional de Economia Solidária e dilui-se nele, desaparecendo, aquelas lutas e aquelas possibilidades, como a construção de uma central de abastecimento, e uma Cooperativa ou Associação de consumidores, vez ou outra ainda aparecem como pontos possíveis a uma nova unidade. Ambos os espaços ainda vêem como possibilidade uma retomada a partir de outros parâmetros que permitam suas singularidades se materializarem.

Entretanto, apesar dos descaminhos, o Fórum de Economia Solidária assinala os limites da produção e reprodução da existência dos homens como homens burgueses. Em seu percurso em rebeldia construiu uma crítica material ao modo de produção capitalista, mostrando-a à sociedade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

### MÃOS DADAS

Não serei o poeta de um mundo caduco.  
Também não cantarei um mundo futuro.  
Estou preso à vida e olho meus companheiros.  
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.  
(...)  
Entre eles, considero a enorme realidade.  
O presente é tão grande, não nos afastemos.  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.  
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,  
(...)  
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,  
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.  
O tempo é a minha matéria, o tempo presente,  
Os homens presentes, a vida presente.  
Carlos Drummond de Andrade

As condições dadas das quais partimos e que vimos frisando evidenciam-se nos homens reais. Em todas as sociedades o homem tem de se produzir e o faz atuando nas condições que encontra à sua disposição, legadas pelas gerações que o precederam, ao atuar nelas, as modifica ou as perpetua. Na sociedade burguesa, a produção material da vida, as condições dadas, estão determinadas pelo capital que produz relações sociais que lhe são condizentes. O grau de seu desenvolvimento historicamente determinado é nosso ponto de partida, assim como para Marx (2004, p.80),

nós partimos de um fato nacional-econômico, presente. O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

A desvalorização do homem trabalhador é fato empírico já observado por Marx: o homem desvalorizava-se à condição de mercadoria enquanto a riqueza valorizava-se em si e para si. É, também, fato empírico, a virtuosidade do mundo burguês: a união dos homens para produzirem a sua existência, “esta especificidade das relações sociais burguesas faz dela uma virtuosidade da humanidade, pois é o elemento mais desenvolvido que a humanidade engendrou no processo da constituição do ser social” (AUED, 2002, p.36).

A diferença da época de Marx ao início do século XXI, é que no espaço atual da humanidade o que o modo de produção capitalista tem explicitado como universalidade,

que se manifesta distintamente em cada lugar, é o tempo em que uma parcela da humanidade não mais consegue se reproduzir nem individual e nem socialmente, ou seja, o tempo presente é a degeneração acelerada das relações sociais burguesas, o que faz com que compreendamos ser ele (tempo presente) o avanço da pesquisa, o desvelar dos caminhos possíveis para a superação da sociedade atual e a produção de uma outra superior à presente (AUED, 2002, p. 37).

Buscamos nas condições postas materialmente, neste momento da história dos homens, os elementos que indicam a sua superação, para uma nova sociedade diferente das até então existentes.

As premissas de que partimos não constituem bases arbitrárias, nem dogmas; são antes bases reais de que só é possível abstrair no âmbito da imaginação. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento quer das que ele próprio criou. Estas bases são, portanto verificáveis por vias puramente empíricas (MARX e ENGELS, 1974, p.18).

Uma das características singulares da dinâmica do capital é que nele os homens burgueses atuam no presente em função de um futuro esperado, teleologia burguesa. Os homens capitalistas têm no futuro seu ponto de partida, somente atuam no presente na medida em que este futuro lhes condiciona os atos que efetivam sua razão. Assim é que os capitalistas compram força de trabalho e meios de produção para no processo produtivo transformarem riqueza na forma abstrata, dinheiro, em capital. Mas ao comprarem estas duas mercadorias específicas, o fazem não porque são valores-de-uso, mas porque são elementos materiais necessários à valorização da sua propriedade privada. A valorização, embora seja um ato teleológico, já está materializada na magnitude dos elementos previamente adquiridos pelos capitalistas: a compra de meios de produção é adequada à materialização do trabalho acordado entre capitalistas e trabalhadores por ocasião da contratação da força de trabalho (GRADE e AUED, 2005).

Ao apresentarmos esta característica singular do modo de produção capitalista, buscamos chamar a atenção para o fato de que, no ato teleológico do capital, é que o comportamento humano burguês é determinado, condicionado e influenciado pelo futuro e, não mais, pelo passado ou pelo presente. O comportamento humano motivado pelo passado e pelo presente é uma característica dos povos pré-capitalistas, razão pela qual admitimos que a sociedade capitalista é aquela na qual é engendrada a característica primeira do homem produzir sua existência conscientemente (teleologia), ainda que seu produto seja a valorização da propriedade privada como capital (AUED, 2005).

O salto histórico do modo de produção capitalista para uma forma superior de sociedade é que, nesta forma de produzir a vida, os homens se objetivam em capital, em coisa material e palpável, enfim, em riqueza como produto consciente (teleológico) do agir dos próprios homens. Os homens ao se objetivarem conscientemente como capital, valorizam a riqueza em si e para si. Essa valorização é feita em detrimento da valorização dos homens produtores diretos. Assim, se de um lado a riqueza material é concentrada e centralizada num pólo, de outro, os homens são deixados à própria sorte da lei econômica do capital, cujo produto é a sua desvalorização. Esta desvalorização ocorre porque os produtores diretos são vendedores da mercadoria: força de trabalho; e como toda mercadoria historicamente determinada, a força de trabalho, é, também, regida pelo princípio da economia política: pela redução do seu valor em razão do aumento da produtividade do trabalho social. Conseqüentemente, a valorização da riqueza pressupõe a desvalorização dos homens produtores diretos para o capital. Motivo pelo qual o desenvolvimento do modo de produção capitalista engendra a centralização do capital e a conseqüente miséria do homem produtor direto, processo a que se pode chamar de “desvalorização do homem enquanto ser trabalhador” (GRADE e AUED, 2005).

À proporção que o processo de valorização da riqueza se faz pela centralização do capital e que, ao mesmo tempo, produz a desvalorização do homem, a história evidencia que o modo de produção capitalista não mais consegue engendrar as condições sociais para a reprodução dos seres humanos, como o vinha ocorrendo até então. Assim sendo, resta aos homens duas alternativas: ou retornar às formas antigas de se produzir vida humanamente aceitável, tais como camponeses, artesões, escravos ou então, construir uma outra que seja capaz de os homens nela viverem adequadamente (AUED, 2004).

A primeira das alternativas não tem sido aquela que o homem tem buscado para solucionar as contradições engendradas pelo modo de produção capitalista, visto que os meios de produção materiais da vida já se constituem em propriedade privada dos capitalistas, além de que, com o desenvolvimento da base técnica, elas só podem ser operadas em comum, coletivamente, e não mais individualmente. O trabalho social as superou. É o caso da eletricidade na atualidade, é produzida em grandes unidades industriais (hidrelétricas, termelétricas, reatores atômicos, etc.) que só podem ser operadas em comum (coletivamente), e cuja propriedade é privada (AUED, 2002 e 2004).



A segunda solução ainda se encontra aberta à ação humana, isto é, constitui uma possibilidade à disposição daqueles que não mais encontram na sociedade burguesa as condições para viver (AUED, 2004 e 2005). Assim é que,

o nexos, a mediação e a relação entre o modo de produção capitalista e uma sociedade que a substituirá, que é a sociedade do vir-a-ser. O nexos, a mediação e a relação estão no ato teleológico engendrado pela sociedade burguesa, porém com um conteúdo singular. Enquanto na sociedade burguesa o ato teleológico se objetiva na valorização do capital, na transição para uma outra sociedade, o ato teleológico será o de objetivar o homem como homem humanizado, universal. Isto é, o homem como produto consciente do próprio homem (AUED, 2005, p.38).

Emerge assim uma questão: como os homens desvalorizados, no e pelo modo de produção capitalista, adquirem a consciência para a construção teleológica de uma outra sociedade, na qual o seu pressuposto e resultado consciente será o próprio homem, para além do homem trabalhador, o homem humanizado?

Não basta somente que a desvalorização ocorra para que o homem adquira consciência automática da impossibilidade de produzir a sua existência nas condições historicamente dadas. É necessário que a força produtiva do trabalho social tenha alcançado um grau de desenvolvimento tal que não mais pode ser operada individualmente ou localmente, que se manifeste como universalidade histórica, em que todos os homens estejam em contato uns com os outros e a que “a vida de cada um passe a ser questão de todos e que a vida de todos dependa da práxis de cada um” (AUED, 2005 p.39). De tal forma que “quando esta universalidade histórica é alcançada, a riqueza material para satisfazer as necessidades de todos os homens é um fato histórico que molda a vida dos seres humanos” (Idem). Assim se fazendo, a riqueza material universal defronta-se com o homem produtor direto, e ele não pode dispor dela porque é propriedade privada de outrem. Este fato histórico se fazendo, o homem produtor direto rebela-se contra a sua condição por não poder acessar a riqueza socialmente produzida. Desvinculado do produto do trabalho da sociedade, tem dificuldades de reproduzir-se, “mesmo como animal”. Assim, “desprovido de toda exterioridade, material e espiritual, sobra-lhe somente a vida a ser efetivada; porém, para efetivá-la, é necessário alimentar-se, habitar algum lugar, vestir-se, enfim, reproduzir-se biologicamente, para se igualar a qualquer animal”. E, mesmo para conseguir essas mínimas condições para se reproduzir, “a vida torna-se um tormento”. Assim, defrontando-se “com esta impossibilidade [histórica] de efetivação de sua vida que ele reivindica a participação ao direito à existência. Ao reivindicar esse direito, ele só poderá fazê-lo modificando as condições dadas” (Idem).

Como vimos afirmando, no modo de produção capitalista há o processo de se fazer homens desvalorizados em vista de que ele se move pela valorização do capital. Ao reivindicar o direito à existência social, esse homem desvalorizado apenas pode fazê-lo movido pela razão que é a produção de sua própria vida, e não mais a do capital. O ato teleológico para ele é que a ação do presente é criar esse processo de engendrar-se como homem vivente.

Essas lutas têm se evidenciado no Brasil como Economia Solidária. Vimos algumas de suas expressões singularizarem-se nas lutas no Fórum do Maciço do Morro da Cruz, na Agreco e no Fórum de Economia Solidária. Espaços nos quais buscamos responder a questão: nesses experimentos há elementos que possam nos indicar a superação do modo de produção capitalista, ou seja, elementos transitórios, à luz das formulações de Karl Marx?

Como esses três experimentos estão pautados na concepção que vem tomando corpo teoricamente na América Latina, particularmente no Brasil, na chamada “Economia Solidária” ou “A Outra Economia”<sup>108</sup>, vamos evidenciar seu conteúdo como experimento de homens produtores diretos para além de suas condições dadas.

Na explicitação de nossa resposta privilegiamos as formulações sobre a economia solidária do Professor Paul Singer que traz à luz a luta dos homens trabalhadores na superação da sociedade burguesa.

Interrogamo-nos a cerca de qual o significado destes experimentos construídos pelos homens produtores diretos. Há neles indicativos, possíveis, ainda que em germe, da construção de uma nova forma de universalidade humana, para além do capital? Trata-se de um processo transitório na busca por uma nova forma de produção da existência humana?

Partindo das condições dadas, das condições materiais postas à produção dos homens burgueses, legadas pelas gerações anteriores às atuais, que elementos se fazem possíveis de serem apreendidos como economia solidária e que podem indicar uma nova sociedade? Que mudanças a economia solidária processa na base material do modo de produção capitalista que nos permite assimilar elementos de sua superação, ainda que contraditórios, em vista de o capital ser contradição em processo? (MARX, 1977, p.91).

O capital é a própria contradição em processo, não sendo fenômeno conceitual, mas inerente à natureza dessa forma material de produção da existência humana. Essa contraditoriedade é apreendida na história, ao mesmo tempo em que, sob ele, tudo é transformado em coisas compradas e vendidas. O trabalho dos homens é subjugado à

---

<sup>108</sup> *A Outra Economia*: livro organizado por Antonio David Cattani, editado no ano de 2003, pela Veraz Editores, no qual sistematizam-se os conceitos essenciais dessa “outra economia”.

produção para extração de trabalho excedente na forma de mais-valia, como fonte de riqueza, o homem vai sendo engendrado como ser social, superando o seu ser natural, colocando-se sempre em grau superior às sociedades passadas. Contraditório porque se efetivando e negando-se a si mesmo constrói, em seu interior, elementos que possibilitam o emergir de uma nova sociedade, isto é, superando-se.

Partimos do pressuposto de que os homens, nesta sociedade, têm duas formas limites de produzirem sua existência: ou a produzem com o próprio trabalho, como fonte de sua propriedade privada ou com o trabalho dos outros homens. Entre eles há infindáveis combinações possíveis (AUED, 2005).

A propriedade privada, antítese da propriedade coletiva, social, só existe quando o instrumental e as outras condições externas do trabalho pertencem a particulares. Assume caráter diferente conforme esses particulares sejam trabalhadores ou não. Os matizes inumeráveis que a propriedade privada oferece à primeira vista refletem apenas os estados intermediários que existem entre esses dois extremos, a propriedade privada de trabalhadores e a de não-trabalhadores (MARX, 1985, p.879, l.1, v.2).

E também que a sociedade burguesa universaliza o trabalho social como união dos homens na produção material de sua existência. Universaliza a cooperação humana, como fundamento material de sua organização social, embora apropriada privadamente e, constitui-se em uma sociedade na qual os meios de produção só podem ser operados em comum. Paradoxo burguês, enquanto a produção se faz de forma social, a apropriação processa-se privadamente de forma fetichizada, como salário, lucro/juro, renda da terra (MARX, 1974a, p.267-68).

Os elementos materiais engendrados na sociedade burguesa, primeiro como manufatura, depois como grande indústria moderna, objetivam a união dos homens, portanto são formas singulares de produção da existência humana, como ser social plenamente constituído, ainda que burguês, “são o nexo, a mediação e a relação de gerações após gerações que explicitam as condições de os homens produzirem sua existência para além das condições dadas” (AUED, 2005, p.30). Nelas é que se engendram os elementos da superação desta sociedade, nelas é que “a natureza humana está se universalizando, isto é, está se constituindo no princípio organizador da existência humana plenamente desenvolvida, independentemente dos desejos e vontades dos próprios homens” (AUED, 2005, p.32).

Assim é que o mundo burguês, para além da exploração, constitui-se como o espaço no qual o homem, ainda que contraditoriamente, constitui-se como ser social, e vai “se

fazendo consciência de que sua existência social é produto de sua própria atividade criativa” (AUED, 2004, p.7).

Portanto, o pressuposto material de uma nova sociedade, tem, necessariamente, como ponto de partida as condições dadas produzidas no e pelo modo de produção capitalista. O novo só pode nascer a partir do velho, porém em suas entranhas. O novo só pode emergir a partir do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, sem esse nexo, a escassez e a miséria impediriam a sua constituição. Assim é que buscamos apreender na economia solidária, construída nas condições dadas atuais, da impossibilidade de os homens produtores diretos desvalorizados como força produtiva, manterem-se como seres viventes através da venda de sua força de trabalho, só o fazem degenerativamente, os elementos que se constituem em processo de desalienação humana, da emancipação humana, ainda que contraditoriamente, visto que se faz ainda sob o velho mundo burguês.

Em vista do elevado grau de concentração e centralização do capital, da composição orgânica do capital modificar-se constantemente sob o modo de produção capitalista, expulsando os homens do processo produtivo, produzindo a abundância de riqueza em escala nunca antes imaginada e a miséria para uma legião cada vez mais ampliada de homens. Em que os elementos dessa totalidade burguesa se perpetuam e se abrem para novas soluções. Nela os homens produtores diretos ao se auto-criarem, nas condições legadas pelos seus antepassados, buscam condições materiais para se perpetuarem como homens viventes, ao fazê-lo, efetivam-se somente degenerativamente, questão já assimilada como consciência pelos homens trabalhadores, já se sabem empobrecidos, esgotados, degenerados. Seu trabalho criativo, sua ação presente, vai encontrando caminhos, mediações, nexos que o efetivam como ser vivente, ao mesmo tempo em que perpetuam as condições legadas pelas gerações passadas, e constroem outras que o diferenciam delas. Isto é, como a perpetuação das condições dadas efetivam o homem como ser degenerado e os homens as transformam, moldam, recriam aquelas condições em elementos novos para se auto-criarem sem ser degenerativamente. Em nosso entendimento esse caminho em construção, para além das condições dadas, tem explicitado-se, no Brasil, como economia solidária.

Entendemos a solidariedade, conforme já foi apontado na introdução, como construção dos homens produtores diretos, em uma práxis histórica determinada, sob o modo de produção capitalista, portanto, em que, no próprio capital engendram-se elementos para superação de sua própria alienação (MARX, 1991, p.507-09, 1.3 v.V). Como construção real,

empírica, atual, dos homens trabalhadores, alienados no e pelo capital, na produção de sua vida material, superando sua alienação.

Assim é que vem se dando a construção do homem humanizado que se expressa como solidariedade, negando o homem coisificado. A construção, negação e superação das condições dadas, no capital, pelos homens produtores diretos, adquire a forma de solidariedade, expressando-se como consciência. Neste aspecto, entendemos a solidariedade como espaço transitório na construção de uma nova forma de produção da vida, para além das condições dadas pelo capital. A solidariedade vem assim, constituída como uma práxis que emerge a partir das experimentações dos homens produtores diretos tecendo-se em homens humanizados, hoje. De tal forma que a Economia Solidária é a experimentação de uma produção material e social efetivada pelos homens produtores diretos, sob o modo de produção capitalista, na medida em que a “estrutura vital da sociedade” socializou-se nas formas de sociedades anônimas, cooperativas industriais, fundos de investimento, empresas estatais, fundos de pensões, etc., assim, a economia solidária está para além dessas formas de organização social por submeter ao “controle consciente e planejado” a produção da riqueza e portando dos próprios homens, do ser social, como obra de homens associados, ainda que subsumido ao mundo do capital em degeneração. Explicita-se neste nexos seu conteúdo transitório.

A economia solidária é assim um processo superior, da superação da alienação humana. Marx (1994, p.88, l.1, v. I), explica que,

a estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só pode ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento.

Frisamos assim, que a economia solidária não é uma busca ou uma possibilidade futura de um ideal a ser conquistado, é algo que se produz no próprio processo de produção, como ser social engendrado pelo capital, na materialidade dos homens hoje, explicitada como desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a manifestação contraditória das contradições próprias do modo de produção capitalista.

Portanto, a partir das condições vigentes, das forças produtivas já construídas na sociedade capitalista, incorporando-as como solidariedade, engendrando outra práxis humana, construindo-se em homens humanizados, é que a solidariedade tem sido a forma encontrada,

hoje, no Brasil, pelos homens produtores diretos, para se efetivarem como homens viventes, ainda que contraditoriamente.

Examinemos mais a cerca desses experimentos humanos, dos produtores diretos, neste início do século XXI, a partir de um diálogo com o Professor Paul Singer.

### **6.1 Economia Solidária: recriando o espaço anticapitalista no Brasil**

Os fios da história nos quais vêm se destacando a superação da ordem burguesa são apresentados por muitos estudiosos como economia solidária. Em busca dessa apreensão, no Brasil, destaca-se o professor da Universidade de São Paulo (USP), Paul Singer que desde junho de 2003, tornou-se Coordenador da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego do atual Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Paul Singer é, no Brasil, o principal formulador, estudioso e militante incansável desta temática. Outros também têm pesquisado a cerca desta questão, mas não serão objeto de nosso estudo<sup>109</sup>.

Singer na busca pela compreensão do significado das lutas históricas anticapitalistas dos homens produtores diretos, concebe-as como a história do desenvolvimento de um “novo modo de produção”, alternativo ao capitalismo, materializado no que se tem chamado de economia solidária. Homens que na empiria se tecem em luta para ultrapassarem o seu processo de desvalorização como força produtiva do capital e que se fazem como *seres viventes*, no Brasil, hoje. Este fato explica porque o elegemos como nosso principal interlocutor na apreensão do que se tem evidenciado como economia solidária.

Ao apreender as lutas históricas dos homens produtores diretos contra o capital, como desenvolvimento de um “novo modo de produção”, para Singer torna-se importante tecer todos os seus momentos, desde sua origem, na Grã-Bretanha, no século XVIII, para

---

<sup>109</sup> Luís Razeto com seu fator “C”; Euclides Mance com sua formulação sobre as “redes de colaboração solidária”, e a prática de um “consumo solidário”; Enrique Leff e sua “racionalidade ambiental”; Luís Inácio Gaiger que delinea os experimentos em economia solidária no Rio Grande do Sul; José Luis Coraggio que coloca, como alguns outros pensadores da questão, que a economia dos setores populares se transforme e se desenvolva até se constituir em um “sistema de economia do trabalho” e não na acumulação do capital, pensando formas de desenvolvimento locais alternativas ao neoliberalismo; Aníbal Quijano defende que as novas propostas da economia solidária têm que apresentar questionamentos radicais ao padrão de poder do capitalismo; e muito rapidamente juntos, Boaventura de Souza Santos e César Rodríguez, buscam verificar simultaneamente a viabilidade e o potencial emancipatório dessas formas “não capitalistas”. Um resumo bibliográfico de todos esses autores e alguns outros como Marcos Arruda, Sandra Quintela, Pablo de Jesus, Lia Tiriba, Heloísa Primavera, Antonio David Cattani, Cláudio Nascimento, Armando de Melo Lisboa, foi apresentado na qualificação desta pesquisa. Os membros da banca sugeriram que fossem suprimidos, permanecendo somente Paul Singer em vista de seu destaque como nosso interlocutor. Para os que queiram consultar os demais autores fica a sugestão da qualificação desta tese.

evidenciar os elementos que delas emergem como sendo “implantes socialistas nos poros do capitalismo”.

Como para Singer (1988, 2000, 2002) essas lutas são já um “novo modo de produção”, necessário se faz situá-lo desde sua primeira evidência empírica, mostra-se neste aspecto a importância em Singer, de recuperar o processo histórico dessas lutas, já tendo como dado nelas a economia solidária, como “novo modo de produção”. Vai ele, portanto apreendendo-o historicamente.

Portanto, em Singer, a recuperação da história das lutas dos homens produtores diretos, dá-se para afirmar a apreensão da constituição de um “novo modo de produção”. Assim, parece-nos que não visualiza o processo histórico da socialização humana fazendo-se, ainda que sob o capital. Ou seja, o homem emancipando-se, construindo-se como homem humanizado, processo no qual, também a alienação amplia-se em escala ascendente, desfazendo-se.

Parece-nos que Singer não visualiza o modo de produção capitalista como um processo histórico em constante negação e superação de si mesmo, através da destruição de todas as formas individuais de produção da existência humana e construção de formas sociais, coletivas como um processo que vem marcando justamente essa passagem histórica: a superação do homem individual e a construção do homem social. Ou seja, é no modo de produção capitalista que o homem, como ser social, está posto como universalidade humana, embora ainda incompleta.

Em Singer, as forças produtivas estão dadas como elementos prontos, não se fazendo necessário explicitar seu processo de constituição, como um processo de socialização entre os próprios homens, portanto como afirmação, negação e superação do próprio capital.

De tal forma que o modo de produção capitalista, constitui-se, no espaço, no qual, também “as formas vitais desta sociedade” transformam-se em sociais. É neste bojo que Marx (1991, l.3, v.V, cap. XXVII), situa as “sociedades anônimas” e as “fábricas cooperativas de trabalhadores”, como formas que, no modo de produção capitalista, evidenciam a sua negação e a sua superação. Descreve-as como “formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado”.

Assim é que Singer ao não explicar no próprio modo de produção capitalista, a passagem da propriedade privada individual em propriedade social, não percebendo as “fábricas cooperativas de trabalhadores” como um processo histórico do capital transmutando-se em social, abolindo a si mesmo, ou seja, como forma transitória; mas como

um “novo modo de produção”, é que ele as situa como ponto de chegada, o ideal a ser construído através da luta dos homens produtores diretos. Para ele, nas cooperativas está posto o esgotamento da relação de propriedade privada, ou seja, nelas o capitalismo está superado, uma vez que se eliminou o “antagonismo entre capital e trabalho”. (SINGER, 2000). E nelas a solidariedade aparece como fator produtivo e como uma relação entre pessoas e não como um nexos possível dos homens produtores diretos efetivarem-se como seres viventes, uma vez que, nesta transmutação do capital em capital social, os homens como fatores produtivos, cada vez mais, tornam-se uma desnecessidade histórica, e para se manterem em existência, lutam, rebelam-se contra aquelas condições.

A seguir, explicitaremos a abordagem de Singer para evidenciar a sua perspectiva de abordagem, ao mesmo tempo em que, no diálogo, ampliamos nossa compreensão que nos permite analisar com maior consistência as experiências do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, do Fórum da Economia Solidária e da Agreco.

#### **6.1.1 Paul Singer e a constituição de “novo modo de produção”**

Conforme já frisamos, Singer recupera a histórica das lutas dos homens produtores diretos, observando nela os elementos de um “novo modo de produção”, e não como processo histórico do próprio capital transmutando-se em social. Situa-a, logo após a Revolução Industrial Inglesa (século XVIII), onde a economia solidária, tal como se manifesta hoje, mostra seus primeiros contornos de forma que “o desenvolvimento de modos de produção socialistas em formações sociais capitalistas já está ocorrendo há mais de 200 anos” (SINGER, 1998, p.10). Nasceu como reação ao empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão da maquinaria e da organização fabril da produção, na Grã-Bretanha. Naquela época, a exploração do trabalho não tinha limites legais e ameaçava a vida biológica da classe proletária: eram em massa as expulsões de camponeses dos domínios senhoriais que se transformavam em proletários e também a presença de crianças que cedo iniciavam sua vida de trabalho nas indústrias (SINGER, 2002a, p.24).

A classe trabalhadora atingida em sua base existencial procurou contrapor-se ao avanço do modo de produção capitalista, opondo-se ao uso da maquinaria e desenvolvendo outras formas de organização da produção como o cooperativismo. A luta de classes dava-se em forma de insurreições súbitas em vista da ameaça da fome e da miséria e o único movimento que assumiu maior proporção e possuía alguma organização foi o dos



“luddistas”<sup>110</sup>. A oposição da classe trabalhadora ao industrialismo, enquanto o luddismo, representou a oposição reacionária ao capitalismo, a busca pela reconstituição dos elos com o passado feudal. Acabou provavelmente por desaparecer nos anos vinte do século XIX, quando uma parcela significativa do movimento operário converteu-se ao “owenismo”, esta ascensão do owenismo significava um avanço para o futuro (SINGER, 1998, p.68-72).

Desta forma, a partir de 1820, a classe trabalhadora industrial britânica – espaço onde ela estava em constituição – defrontou-se com o modo de produção capitalista, abandonando a luta contra o progresso técnico e passou a busca pela construção de uma outra possibilidade, engajando-se “em outra utopia, a da construção de um novo mundo à base das novas forças produtivas, mas em que a cooperação e a igualdade tomem o lugar da competição e da exploração”. (SINGER, 1998, p.73). Em vista destas questões, apontadas no início do século XVIII por Owen, é que a economia solidária, hoje, para Singer, aproxima-se do movimento owenista.

Da experiência entre o owenismo e o movimento da classe trabalhadora britânica, Owen visualizou a possibilidade de que os trabalhadores poderiam ser os sujeitos de sua própria emancipação, transformariam a sociedade existente em uma sociedade socialista com a tomada da indústria e a sua autogestão cooperativa (SINGER, 1998, p.96).

Ainda em seu berço, sintetiza Singer (2002a, p.33), o cooperativismo já se mostrava como um modo de produção alternativo ao capitalismo. Este projeto de Owen equivalia ao que mais tarde chamou-se de República Cooperativa, ele a propôs para que o movimento operário organizado a patrocinasse.

Esta é a origem histórica da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. A figura que sintetizou pensamento e ação nesta fase foi sem dúvida Owen, exemplo acabado de pensador e homem de ação e que inspirara os seus sucessores. Engels colaborou na imprensa owenista e tanto ele quanto Marx deveram muito a Owen, dívida, aliás nunca contestada (SINGER, 2002a, p. 35).

É dos autores clássicos do “Socialismo Utópico” como Saint-Simon, Owen e Fourier que o cooperativismo recebeu inspiração fundamental e os praticantes da economia solidária foram abrindo caminhos “pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro” (SINGER, 2002a, p.38).

---

<sup>110</sup> Ludismo: movimento da classe trabalhadora que consistiu na quebra das máquinas.

Os experimentos da classe trabalhadora como o “owenismo” e o “cartismo”<sup>111</sup> acabaram por fracassar, é que “até meados do século XIX, as instituições anticapitalistas, criadas pelo movimento operário, tinham em geral existência precária” (SINGER, 1998, p.99 e 2003, p.119). Por volta do ano de 1844 renasce o movimento operário na forma de “Cooperativismo de Consumo”, com a fundação da “Sociedade dos Pioneiros”. Tendo por motivação, embora indireta, uma longa greve de tecelões em Rochdale, cidade industrial próxima a Manchester, ao norte da Inglaterra, 28 trabalhadores de ofício, a grande maioria tecelões, metade deles owenistas, fundaram uma cooperativa de consumo: “A cooperativa dos Pioneiros Eqüitativos de Rochdale”, considerada “mãe de todas as Cooperativas”<sup>112</sup> (SINGER, 2002a, p.39-40; SINGER, 1998, p. 99-106 e SINGER, 2003, p.117-122).

Assim, toda a resistência e luta dos homens produtores diretos para Paul Singer (1998, p.115-133) não se reduziram a meras reformas do capitalismo, são elas expressões de um outro modo de produção. Ele vê a democracia, o sindicalismo, a seguridade social e as cooperativas como implantes socialistas no interior do próprio capitalismo que modificam o seu funcionamento. Estas conquistas resultam de lutas e construções do movimento operário em nível mundial, todos os trabalhadores, portanto, beneficiam-se delas.

A democracia, conquistada pelo movimento operário é o implante socialista mais importante e até o momento não foi abalada pela voga neoliberal, que está atingindo fortemente os outros implantes socialistas, como o sindicalismo e a seguridade social (SINGER, 1998, p.116).

É o fracasso de experimentos coletivistas que se inspiraram em Marx que levam as “vítimas da revolução social capitalista” de volta ao ponto de partida, explica Singer (1998,

<sup>111</sup> Cartismo: movimento iniciado em Londres, 1836, conhecido como “Carta do Povo” ou “Cartismo”, com a formação da *London Workingmen’s Association for Benefiting Politically, Socially and Morally the Useful Classes – LWMA* (associação londrina de trabalhadores para beneficiar política, social e moralmente as classes úteis). No ano de 1837 fez-se uma petição ao parlamento que inclui seis pontos que depois constituíram a Carta: “sufrágio universal masculino, distritos eleitorais iguais, parlamentos anuais, remuneração dos parlamentares, voto secreto e nenhuma exigência de propriedade para pertencer ao parlamento”. A carta mobilizou a classe trabalhadora como nenhum outro havia conseguido. Se o parlamento rejeitasse a Carta, seria convocada uma greve geral por um mês. Em 1839 a petição reuniu 1.280.000 assinaturas, e ainda assim, foi rejeitada pelo parlamento. Em 1840 a Carta foi assinada por 3.317.702 pessoas, sendo novamente rejeitada. A greve geral que ocorreu foi por acaso, uma greve em Ashton-under-Lyne, em 1842 foi transformada em luta pela Carta, e se alastrou por diversas cidades como Lancashire, Yorkshire, etc. Por divisões na Associação Cartista a greve se debilitou, acabando em seguida. “E o cartismo, enquanto movimento operário de massa, acabou junto”. (SINGER, 1998:83-84).

<sup>112</sup> Entre seus objetivos estava a criação de uma colônia auto-suficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito. Os Pioneiros criaram uma série de princípios que foram imortalizados como os princípios universais do cooperativismo. São eles: 1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir; 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas. (SINGER, 2002a, p.39-40; SINGER, 1998, p. 99-106 e SINGER, 2003, p.117-22).

p.109). Para Singer, a primeira reação dessas “vítimas” que se faz possível generalizar, levando em conta a história, é a

formulação de um projeto social alternativo ao capitalismo, em que se combinam as novas forças produtivas com relações sociais de produção concebidas para superar a exclusão social e suscitar uma repartição equânime da renda e, portanto, dos ganhos decorrentes do avanço das forças produtivas (p.109).

Uma segunda reação passível de generalização foi a luta por direitos políticos, isto é, a luta pela democracia. Para isto, Singer (1998, p.110) espelha-se na luta pela reforma parlamentar e pelo direito a votar e a ser votado, travada no século XIX e começo do século XX. Esta luta não estava subordinada a um projeto de conquista do poder pela classe operária, era vista como um meio de conter e, até um certo ponto, de reverter as tendências destrutivas e concentradoras do capitalismo<sup>113</sup>. Principalmente após a Revolução Socialista Russa, a luta pelo poder predominou como a possível alavanca de transformação revolucionária. Entretanto, hoje o que volta a prevalecer nos movimentos anticapitalistas é a tese de que a democracia é parte integrante de projetos de superação da sociedade capitalista e que através do Estado democrático, por um ato de vontade política de qualquer partido no poder, não se pode comandar a sociedade para a construção do socialismo.

Também em relação à luta política, acena Singer (1998, p.11), o movimento anticapitalista está, em um certo sentido, de volta ao seu ponto de partida. Na primeira metade do século XIX, na Grã-Bretanha, uma das principais lutas anticapitalistas era pela limitação legal da jornada de trabalho. Hoje, situa-a Singer (1998, p.111) como sendo também travada pela redução da jornada de trabalho abaixo das 40 horas semanais, o que vem polarizando o movimento operário, uma vez que o desemprego e a precarização do trabalho se agravam de forma crescente, e o aumento da informalização do trabalho torna o efeito da redução do tempo legal limitada, uma vez que vem aumentando o número de pessoas que são obrigadas a ganhar a vida sem gozar da proteção da legislação trabalhista. As lutas do movimento operário hoje têm de ser refeitas, diferentes de como foram no século XIX, embora ainda uma luta em torno da redução da jornada de trabalho, compara Singer (1998, p.11), porque aqui

<sup>113</sup> Para Singer, o capitalismo apresenta tendências destrutivas e concentradoras. Como tendência destrutiva ele explica “(...) a revolução industrial, ao mesmo tempo [em] que incorpora grande número de ex-camponeses expulsos de suas propriedades, exclui da produção social todos os que antes se achavam ocupados em produzir com o uso da tecnologia que a revolução industrial vai suplantando. É a isso que denominamos *tendência destrutiva do capitalismo*” (Singer, 1998, p.117). Por tendência concentradora: a razão fundamental da concentração é a propriedade privada do capital que é agravada pelo direito à herança. “No livre mercado, quanto maior o capital do jogador, maiores são as probabilidades de ganho. O que o capitalista vende aos outros não é o resultado do seu labor, mas os “serviços” do seu capital, cuja utilidade é proporcional ao seu ganho (...) quanto maior o valor da propriedade, tanto maior é a parte da renda social ganha pelos proprietários, que têm a inclinação e a possibilidade de acumulá-la” (SINGER, 1998, p.116).

elas foram alicerçadas em relações de trabalho que a “nova revolução industrial e o neoliberalismo” vem destruindo, trata-se, assim da luta pela devolução efetiva de direitos políticos já conquistados.

Outra generalização possível, em vista da história do movimento anticapitalista, é a formação de sindicatos e cooperativas que funcionem, implementa Singer (1998, p.112), como uma espécie de “implantes socialista nos interstícios do capitalismo”. No século XIX, tanto sindicatos como cooperativas surgem na Grã-Bretanha como instrumentos para a construção do socialismo “aqui e agora”, a sua derrota leva o movimento operário a se reformular adaptando-se à hegemonia do capital e “passando a tentar transformá-lo a partir de dentro”. Como exemplo vitorioso, Singer (1998, p.112-113) cita a história da cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, a qual demonstra que o modo de produção capitalista apresenta brechas que podem ser aproveitadas para desenvolver atividades econômicas regidas por princípios diferentes dos que vigoram na sociedade capitalista e por isso, devem ser denominados de “socialistas”. Outra lição da experiência dos Pioneiros de Rochdale, visualiza Singer (1998, p.112-13 e 2003, p.119-21), é que não se faz necessário isolar-se da economia dominante para desenvolver formas socialistas de produção e de distribuição, como supunha Owen com as “aldeias cooperativas” que deveriam ser auto-suficientes para não serem contaminadas pelo ambiente capitalista. Desta forma,

as instituições anticapitalistas impostas ou construídas pela classe operária, podem ser consideradas sementes socialistas plantadas nos poros do modo de produção capitalista. Sementes que às vezes germinam e às vezes sucumbem às novas revoluções industriais produzidas pelo capital. Resta examinar que conseqüências seu eventual desenvolvimento poderia produzir (SINGER, 1998, p.114).

As transformações históricas que ocorreram para que a reinvenção da economia solidária se efetivasse foram: 1) a dissolução do “socialismo realmente existente” na União Soviética. Em que fica claro que através do planejamento centralizado não se “constrói uma sociedade que tenha qualquer semelhança com o que sempre se entendeu que fosse socialismo ou comunismo”. 2) o “semifracasso dos governos e partidos social-democratas”, principalmente na Europa e também, na América Latina. “Os social-democratas não conseguiram muito mais do que atenuar os excessos do neoliberalismo e preservar mal as instituições básicas do Estado do Bem-Estar Social” (SINGER, 2002a, p.111-12).

Estas duas transformações,

subverteram a concepção (até então amplamente dominante) de que o caminho da emancipação passa necessariamente pela tomada do poder de Estado. O foco dos

movimentos emancipatórios voltou-se então cada vez mais para a sociedade civil: multiplicaram-se as organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos de libertação cuja atuação visa preservar o meio ambiente natural, a biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados (de que o zapatismo mexicano talvez seja o paradigma) e a promoção de comunidades que por sua própria iniciativa e empenho melhoram suas condições de vida, renovam suas tradições culturais etc. (SINGER, 2002a, p.112).

É neste contexto, para Singer (1998, 2002a, 2002b), que a economia solidária é reinventada.

O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto-emancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade, da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana etc. (SINGER, 2002a, p.112).

À medida que o modo de produção capitalista encontra elementos novos, como a ampliação de sua escala por todo o planeta, a economia solidária recua. Singer explica esse recuo observando que ao longo dos séculos XIX e XX o movimento operário foi conquistando direitos para os assalariados e o padrão de vida dos trabalhadores foi melhorando significativamente. Este avanço acentuou-se após a Segunda Guerra Mundial e acabou por debilitar

a crítica à alienação que o assalariamento impõe ao trabalhador. Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória ao mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação (SINGER, 2002a, p.109).

Os sindicatos tornaram-se organizações poderosas nos séculos XIX, XX, cujo objetivo maior passou a ser “a defesa dos interesses dos assalariados, dos quais o mais crucial deles é conservar o emprego”. Para Singer (2002a, p.109-110), essa mudança foi, sem dúvida, uma das causas crescentes do desinteresse pela economia solidária e ainda mais, pela tolerância com a introdução do assalariamento e da “profissionalização” das cooperativas. Embora que, em termos numéricos no plano mundial, o cooperativismo nunca deixou de se expandir. Disso surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego que vigorou, sobretudo nos países centrais, nas décadas de 1940 e 1970, levando-a a se acomodar no assalariamento (SINGER, 2002a, p.110).

No final da década de 1970, com o retorno do desemprego em massa, isso muda radicalmente. Grande parte da produção industrial mundial transferiu-se para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram, levando a desindustrialização dos países centrais e até mesmo de países semi-desenvolvidos como o Brasil, causando exclusão de trabalhadores. Ter um emprego no qual seja possível gozar de direitos legais e fazer carreira passou a ser privilégio de uma minoria. O que levou, também a um debilitamento do movimento sindical, em vista da perda de sua base social. Os trabalhadores empregados viram-se obrigados a aceitar a “flexibilização” de seus direitos e a redução de salários (Singer, 2002a, p.110).

Destas questões, ressurgem, com maior força, a economia solidária na maioria dos países. A bem da verdade, esclarece Singer (2002a, p.110-11), ela foi reinventada.

Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países. *O que distingue este “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.* Essa mudança está em sintonia com outras transformações contextuais que atingiram de forma profunda os movimentos políticos de esquerda (SINGER, 2002a, p.111).

Esse volta, para Singer (2003, p.123), significa o retorno aos princípios, isto é, a “valorização da democracia e da igualdade no campo da produção, distribuição e de intermediação financeira”.

O conceito de economia solidária sintetiza Singer (2003, p.116), é um conceito amplamente utilizado, com acepções variadas, mas todas giram em torno da idéia de solidariedade, em contraposição ao individualismo característico do modo de produção capitalista. Esse conceito refere-se a diversas organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc. que se distinguem quando, “a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos”.

E o conceito de autogestão é visto como “a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar nas organizações da economia solidária” (SINGER, 2003, p.116).

A economia solidária ressurgem assim como modo de produção e distribuição alternativo ao modo capitalista de produção

criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da

unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) (SINGER, 2000a, p.13).

Esta socialização, explica o autor (2000a, p.13), ocorre no capitalismo “na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por um grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, *cooperando entre si*”.

O modo solidário de produção, esclarece Singer (idem), “parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos”.

Sua unidade típica é a cooperativa de produção. Os princípios organizativos das cooperativas de produção são: posse coletiva dos meios de produção; negação da separação entre trabalho e meios de produção; gestão democrática; todos têm o mesmo poder de decisão; são, em geral, administradas por sócios eleitos para a função e se pautam em diretrizes aprovadas em assembleias gerais, ou quando a empresa é muito grande, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores; é basicamente dos trabalhadores que apenas secundariamente são seus proprietários, por isso a finalidade não é a maximização de lucros, mas quantidade e qualidade do trabalho; repartição da receita líquida por critérios aprovados entre todos; destinação do excedente anual (as “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. A empresa solidária não aufer lucros porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital; a cota básica do capital cooperador não é remunerada, e somas adicionais emprestadas à cooperativa rendem a menor taxa de juros do mercado (SINGER, 2000a, p.13; 2002b, p.83-4).

Estes são também os pressupostos norteadores da economia solidária que vêm desde a sua estruturação no século XIX, e além de a qualificarem como solidária estabelecem a diferença com a economia capitalista e norteiam a prática da autogestão (SINGER, 2002b, p.83).

“Se toda economia fosse solidária, a sociedade seria muito menos desigual”, vislumbra Singer (2002a, p.10). A desigualdade e a competição aparecem como algo natural, entretanto elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina de *modo de produção*, sendo o capitalismo o modo de produção no qual os “princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual”, esses princípios dividem a sociedade em duas classes, “a classe proprietária ou possuidora de capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida vendendo a sua força de

trabalho à outra classe. O resultado disso é a competição e a desigualdade” (SINGER, 2002a, p.10).

Desta forma, para Singer (2002b, p.86):

a economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro –, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses.

Embora autores como Owen, Fourier, Proudhon, Saint Simon, tenham dado contribuições ao seu desenvolvimento, a economia solidária não é criação intelectual de alguém, trata-se de uma “criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (SINGER, 2000a, p.13). De modo que ela não precede o capitalismo industrial, “mas o acompanha como uma sombra, em sua evolução”. Para compreender a lógica da economia solidária Singer (2000a, p.14) revela que é fundamental considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo.

Todas as iniciativas, experienciadas ao longo da história pela classe trabalhadora em luta contra o capital revelam-se, para Singer (2000a, p.14-5), como não-capitalistas o que significa que as pessoas excluídas da posse dos meios de produção e distribuição pertencem a duas classes distintas, mas não antagônicas: ou são possuidores de meios individuais de produção e distribuição e para ganhar a vida dependem da venda dos seus produtos ou possuem a capacidade de trabalhar e para ganhar a vida dependem da venda dela. Ambas classes são de homens trabalhadores.

É indiscutível a forte afinidade entre a classe trabalhadora e os princípios que regem a economia solidária, visualiza Singer (2000a, p.15), entretanto, ainda não há resposta para a questão: se esta afinidade se deve a probabilidade de a classe trabalhadora ascender à classe capitalista são mínimas “ou se o anticapitalismo da maioria dos trabalhadores decorre de sua consciência de classe adquirida com a prática de luta de classes ao longo da vida”. De qualquer maneira, complementa Singer (idem), é uma das principais formas de luta contra o capitalismo.

A estruturação de uma empresa de economia solidária segue uma lógica diferente da posta pelas empresas capitalistas. Origina-se em geral, de grupos de ex-empregados de empresas capitalistas, companheiros de jornadas sindicais, estudantes, lutas comunitárias etc. Como exemplo (Singer) cita as cooperativas formadas em assentamentos de reforma agrária



que por vários anos seus membros compartilharam lutas em beiras de estradas, choques com a polícia etc. As cooperativas surgem

não só para permitir ganhos aos sócios, mas como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo. É uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica. Ela exige dos seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho (SINGER, 2000a, p.21-22).

Motivo pelo qual exigem apoiadores externos: outras empresas solidárias, incubadoras, sindicatos, entidades religiosas, etc.

A principal diferença, aponta Singer (2002a, p.16-17-18), entre economia capitalista e solidária “talvez seja no modo como as empresas são administradas”. A economia capitalista aplica a administração hierárquica, “formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo”. Para atingir os seus objetivos esta forma de gestão, a heterogestão, deve “suscitar o máximo de cooperação entre os empregados”. Entretanto, cooperação e competição são incompatíveis entre si, dentro dessa contradição a heterogestão está sempre “à procura de novas fórmulas que lhe permita extrair o máximo de trabalho e eficiência do pessoal empregado”.

Existe, de acordo com Singer (2002b, p.86), uma certa oscilação no interior da economia solidária, em que ora se movem mais por princípios solidários, aproximando-se da economia solidária, ora mais se assemelham a empresas capitalistas, isso deve-se à inserção econômica e social de cada cooperativa, muitas surgem de lutas operárias e camponesas e ao “espírito da época”, que impregna os cooperados ora de valores solidários ora de individualismo e culto à competição. E aponta que não há ambigüidades na economia solidária, “porque o trabalhador é trabalhador e empresário”. Explica que “esta separação entre trabalhador e empresário é puramente capitalista (...). Não é assim, necessariamente” (SINGER, s/d, p. 69-70).

As “lutas emancipatórios”, para Singer (2002a, p.22), alteram as instituições, introduzem práticas democráticas e banem as autoridades. Cita como exemplo o sufrágio universal vigente em muitos países que possibilita a prática democrática, que de certa forma inverte a relação, ao menos formal, de poder. Outras conquistas deram-se com as revoluções feminina e sexual. Um número crescente de instituições civis estão se democratizando como sindicatos, escolas, universidades, igrejas etc. Isso faz, acresce Singer (2002a, p.22), com que as novas gerações sejam menos passivas e reprimidas que as anteriores.

São essas questões, analisa Singer (2002a, p.23), que estão por detrás do atual surto de autogestão. É crescente o número de pessoas que não mais se condicionam a receber ordens e estão acostumadas a eleger representantes, já o fazem desde o grêmio estudantil, sindicatos, associações, etc. embora cresça o número de desempregados e excluídos sociais que recorrem à economia solidária para garantir a sobrevivência, reinserindo-se em um sistema cujos princípios organizativos aceitam como “naturais”.

As empresas de economia solidária tendem a se federalizar, ou seja, formam associações locais, regionais, nacionais e internacionais. Para Singer (2002b, p.85),

o que impulsiona esta tendência é o mesmo conjunto de fatores que produz a centralização dos capitais em grandes empresas multinacionais e conglomerados: os ganhos em escala que permitem reduzir custos; a necessidade de juntar recursos para desenvolver nova tecnologia e difundir a melhor tecnologia, além de outros empreendimentos de alto custo e alto risco.

A variada quantidade de organizações que se moldam como economia solidária, permite a Singer (2000a, p.23) formular a hipótese: “(...) ela poderá se estender a todos os campos de atividade econômica”. Não existe, assim, “um tipo de produção e de distribuição que não possa ser organizado como empreendimento solidário” (Idem).

Para realizar esta hipótese, explica Singer é preciso garantir bases de sustentação à economia solidária, que são: fontes de financiamento; redes de comercialização; assessoria técnico-científica; formação contínua de trabalhadores e apoio legal por parte do governo. Singer tece aí um contraponto com a economia capitalista: a economia capitalista possui bases de sustentação que são sobretudo oferecidas por outras empresas capitalistas como bancos comerciais e de fomento, cadeias atacadistas e varejistas, e outras que desenvolvem novos produtos e novos processos e instituições privadas de ensino superior; a economia solidária deverá construir as suas.

A debilidade da economia solidária ocorre porque grande parte de suas unidades atuam de forma isolada e em mercados dominados pelas empresas capitalistas, com pouco acesso a crédito, a redes de comercialização, a assessoria tecnológica etc. Singer cita como contra-exemplo o Complexo Cooperativo de Mondragón que possui um banco, uma das maiores redes de supermercados da Espanha, uma universidade e diversas cooperativas de investigação tecnológica. Esclarece que no norte da Itália, em Quebec, no Canadá, a economia solidária já estabeleceu uma certa densidade e que isso eleva o seu potencial de expansão (SINGER, 2000a, p.24).

Singer (2000a, p.24) interroga-se se a constituição de um setor integrado (empresas e instituições solidárias) pode se dar sem o apoio dos governos. Se esta for uma condição se deverá então priorizar a luta por este apoio, ou seja, pelo poder governamental, objetivando viabilizar a economia solidária como alternativa ao capitalismo.

O que estas experiências indicam é que o desenvolvimento da economia solidária e sua integração num setor podem se dar de baixo para cima, por iniciativa das próprias empresas e instituições de apoio, sem interferência direta de autoridades governamentais. E que esta alternativa parece preferível sobretudo para preservar a autenticidade das organizações solidárias, que dependem da sua democracia interna e da sua autonomia externa (SINGER, 2000a, p.24).

Embora hegemônico, o modo de produção capitalista não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, uma vez que é incapaz de incorporar toda a população economicamente ativa. É assim que a economia solidária cresce, em função das crises sociais que a competição entre os capitais provoca em cada país periodicamente. Entretanto, ela só se viabiliza e se torna uma alternativa a este modo de produção quando a maioria da sociedade que não é proprietária de capital se conscientiza e organiza a produção de modo que os meios de produção sejam de todos para então gerar o produto social, finaliza Singer (2002b, p.86-7).

Se os consumidores mantiverem os padrões de consumo atuais, os empreendimentos solidários terão de se tornar competitivos, frisa Singer (2002a, p.120). E não há nada que impeça de que produtos alternativos, produzidos pela economia solidária, e que se tornem objeto de consumo de massa (como os *blue-jeans*), não passem a ser produzidos por empresas capitalistas com a máxima produtividade e a preços mínimos.

A forma, portanto, pontua Singer, mais provável de crescimento da economia solidária será com ela se integrando

em mercados em que compete com a economia capitalista como com outros modos de produção (...). A economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de autosustento, *usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona*. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidários (SINGER, 2002a, p.120-21).

A questão que se põem então, é como a economia solidária de um modo de produção intersticial que se insere no capitalismo em função de vácuos por ele deixados pode se transformar numa forma geral de organizar a economia e a sociedade, “que supere sua divisão

em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal” (SINGER, 2002a, p.116). Isto implica que os empreendimentos solidários que se encontram dispersos teriam que se agregar num todo economicamente consistente, “capaz de oferecer a todos os que a desejassem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente” (Idem).

A economia solidária teria que gerar, assim, sua própria dinâmica, sem depender das contradições do modo de produção capitalista. Há a possibilidade de uma fase de alta do capitalismo com ganhos de produção, produtividade, consumo, diminuindo o desemprego. Empresas deixariam de entrar em processo de falência e uma das fontes de crescimento da economia solidária sofreria contração. Em compensação, outras empresas de economia solidária já consolidadas se expandiriam e poderiam até se multiplicar, em vista dos estímulos de mercado, que foi o que aconteceu com o Complexo Cooperativo de Mondragón (SINGER, 2002a, p.116-17).

Para Singer (2002a, p.114), o grande desafio está, portanto, em perceber se a economia solidária é somente uma resposta às contradições do capitalismo e seu crescimento poderá se desacelerar no futuro, e ainda pior, acresce Singer, ela não passará de uma forma complementar da economia capitalista, destinada a cumprir apenas uma existência funcional para preservar fatores de produção, trabalho, terra, equipamentos e instalações, que sem utilização estariam expostos a deterioração. Ou seja, a economia solidária só se desenvolveria se a economia capitalista mergulhasse em uma longa e profunda depressão ou “se a hegemonia da burguesia rentista mantivesse a economia da maioria dos países crescendo sempre menos que a elevação da produtividade do trabalho”.

Há, entretanto, outra alternativa, considera Singer:

a economia solidária é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma *vida melhor* (SINGER, 2002a, p.114).

E prossegue:

vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que

sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado. A grande aspiração que, desde os seus primórdios, sempre animou a economia solidária tem sido superar as tensões e angústias que a competição de todos contra todos acarreta naqueles que se encontram mergulhados na lógica da “usina satânica”, tão bem analisada por Karl Polanyi (SINGER, 2002a, p.114-15).

Ou seja, “a economia solidária foi concebida pelos “utópicos” como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social” (SINGER, 2002a, p.115).

### 6.1.2 Contribuição crítica à economia solidária

Com a desagregação da União Soviética e o “refluxo momentâneo dos projetos socialistas” ao mesmo tempo em que “partidos de diversos matizes de centro-esquerda (...) demonstraram não possuir projetos alternativos concretos” (GERMER, 2005) no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, e à medida que os homens desvalorizados pelo modo de produção capitalista buscam efetivar-se como seres viventes, os homens produtores diretos têm de reiniciar sua luta, e ao fazê-lo o fazem sem nenhum *a priori*, têm de fazê-la de alguma forma, e começar por onde? Inicia-se o processo pela produção, isto é, para reproduzirem-se como seres biológicos. A economia solidária aparece como uma das formas possíveis de ser implementada para que esses homens reproduzam-se e mantenham-se como seres existentes.

É desta forma que a solidariedade aparece como um nexos possível, como forma transitória de implementar a vida dos produtores diretos desvalorizados, em luta pela superação de sua condição existente, tecendo-se para além das condições dadas pelo capital. Como os homens produtores diretos não mais conseguem fazer-se força produtiva para o capital, a economia solidária é um experimento possível de produção de suas existências, ainda que nos marcos do capital.

Singer (2002b, p.83), ao recuperar esses experimentos, percebe como se deu a “invenção” da economia solidária no início do século XIX: como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão “desregulamentada” (aspas no original) das máquinas-ferramenta e do motor a vapor. Para ele a economia solidária vem organizando-se como um modo de produção alternativo. Ao explicar a economia solidária como um novo modo de produção, Singer perde a concepção histórica como universalidade de como o capitalismo contraditoriamente, afirma-se e engendra sua superação.

A questão que se evidencia na análise de Singer com relação ao contexto de maturação do capitalismo, em torno do ano de 1825, na Inglaterra, que se exprime nas subseqüentes e históricas lutas anticapitalistas, é: não estará convertendo em explicação justamente o que precisa ser explicado? Isto é, se o capitalismo é o modo de produção que vem se desenvolvendo degenerativamente, este *processo histórico* no qual os homens se fazem em alternativas concretas, é o que deve ser apreendido e explicado, enquanto novo nível de consciência dos homens em que se explicita a alienação.

Para Singer, um “novo modo de produção” foi sendo construído em conjunto com o modo de produção capitalista, pelos produtores diretos, à medida que estes se vêem ameaçados em sua condição de homens viventes.

As lutas anticapitalistas se fazem universais ao longo da história do modo de produção capitalista, análise precisa de Paul Singer, pois as categorias empíricas burguesas, dentro de seus termos, não dão mais conta de reproduzir a vida dos homens produtores diretos, os quais lutam alternativamente por se efetivarem como seres viventes. Porém, tais lutas, têm de ser apreendidas em sua totalidade e em sua singularidade. Singer, que reconhece a positividade do desenvolvimento das forças produtivas, engendradas pelo capitalismo como forças universais e históricas, bem como o caráter universal das lutas anticapitalistas dos homens, surpreende-nos por não explicitar a universalidade em que são tecidas e o movimento histórico no qual vêm sendo construídas. Ou seja, Singer destaca o desenvolvimento das forças produtivas sem as considerar pressupostos das lutas políticas. Vê as cooperativas como “novo modo de produção” brotando dos homens produtores diretos e não como decorrência da transmutação do trabalho individual em social, de como a passagem do trabalho individual em social engendra também a luta política.

Em sua totalidade, as lutas são o fazer pertinente em cada época e em cada lugar, na forma que se coloca possível aos homens a “efetivação unitária das condições dadas é o que conecta o espaço e o tempo, constituindo, assim, a totalidade e a universalidade sociais. O espaço enquanto totalidade e a universalidade enquanto tempo são, pois, expressões da atividade da geração vivente” (AUED, 2004, p.10).

Em o mundo real apresentando-se dessa forma aos homens produtores diretos, estes tomam consciência de seu real estado e lutam para superar aquelas condições degenerativas que impõem obstáculos à sua produção e reprodução, como seres viventes. Assim, no modo de produção capitalista, a luta de classes vai sendo implementada em vários níveis e em diversos lugares.

Vimos a luta dos homens em sua universalidade e totalidade expressando-se singularmente no Fórum do Maciço do Morro da Cruz, na Agreco e no Fórum de Economia Solidária.

Para Singer, há vários modos de produção, entre eles configuram-se o capitalista, o da “produção simples de mercadorias” e o da “economia solidária”. Ao explicitar que “vários modos de produção” diferenciados articulam-se em um todo, o autor não entende o modo de produção capitalista como um espaço transitório em superação que engendra em si mesmo a sua abolição e os elementos capazes de anunciar uma sociedade de novo tipo (a sociedade comunista) ao gerar uma base material superior a todas as sociedades até então existentes, ao produzir a miséria humana e ao colocar essa imensa massa de riqueza confrontando-se com os homens produtores diretos, desvalorizados ao seu extremo.

Ao priorizar a concepção de que já neste mundo do capital, a luta dos homens produtores diretos constitui-se como um “novo modo de produção”, sem a existência de uma teleologia que conecte esses homens para além da universalidade capitalista, enquanto “produtores livremente associados” e que “planejam conscientemente sua produção” e a fazem para produzir a si mesmos e não mais para valorizar o valor, Singer desvincula os homens produtores diretos da luta que os homens desvalorizados tecem, a cada momento da história, para se manterem como seres viventes. Em Singer, a luta dos homens coloca-se como uma luta entre modos de produção em que o modo de produção solidário busca subsumir o modo de produção capitalista, derrotando-o, através de uma maior *eficiência econômica*, uma vez que este último utiliza-se da solidariedade como fator produtivo.

Para Singer, na economia solidária, as organizações, cujo protótipo são as cooperativas, a propriedade é coletiva: “abolição da dicotomia entre trabalho e capital”; embora coletiva, não se faz ainda em social, ou seja, não se universaliza para todos os homens. A angústia de Singer é encontrar uma resposta para esta questão: não se universaliza por quê? Se é “um novo modo de produção” superior ao capitalismo, se a solidariedade como fator produtivo é superior à exploração do trabalho, por que não se universaliza? Embora não em termos “estritamente econômicos, mas em melhor qualidade e preço” (SINGER, 2002a, p.114-115). Então evidencia-se para ele que a economia solidária só se universalizará pela crise do próprio capital, ou pela “conscientização” de todos que este “novo modo de produção” é superior ao capitalista. Como não são formas transitórias, para Singer, são pontos de chegada, o ideal a ser atingido, é preciso ocorrer uma conscientização nos homens produtores diretos para então aderirem “livremente” à economia solidária, ou serão jogados a

ela pela crise do modo de produção capitalista. Essa conscientização se constituirá à medida que os homens produtores diretos participem de lutas anticapitalistas e também pratiquem a autogestão. Mas nada garante que isso ocorra, uma vez que pode ocorrer que o capitalismo encontre um novo caminho, como já o fez, e esse “novo modo de produção” pereça novamente.

Como em Singer, as cooperativas são o ideal a ser atingido, nada há para além delas, a não ser a sua ampliação. Em nossa apreensão, as cooperativas, na construção histórica do homem humanizando a si mesmo, são ainda um dos primeiros pontos de ruptura, transitórios na superação das “cracas” do capital, indicando um mundo de possibilidades abertas à luta dos homens produtores diretos. Os homens trabalhadores diretos não mais conseguem se valorizar como força produtiva ao capital; não está posto a eles o retorno às formas passadas de produção da vida. Resta-lhes a construção de uma outra forma que lhes permita uma condição de existência adequada, “que seja capaz de os homens nela viverem para além das condições dos animais”. Esta “solução ainda se encontra aberta à ação humana, isto é, é uma possibilidade à disposição daqueles que não mais encontram na sociedade burguesa as condições para viver adequadamente (humanamente)” (AUED, 2005, p.23).

Marx (1991, p.509, l.3, v.V) referindo-se às “sociedades por ações” e às “fábricas das cooperativas de trabalhadores”, ainda no interior do modo de produção capitalista, explica-as como:

são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas, dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. Elas mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo. Sem o sistema fabril oriundo do modo capitalista de produção, não poderia desenvolver-se a cooperativa industrial dos trabalhadores, e tampouco o poderia sem o sistema de crédito derivado desse modo de produção. Esse sistema, que constitui a base principal para a transformação progressiva das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, também proporciona os meios para a expansão progressiva das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional.

Assim, tanto as “sociedades por ações” como as “fábricas cooperativas dos trabalhadores” formam-se em um dado nível do desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista como formas transitórias que evidenciam a sua negação e, por conseguinte, a sua superação como modo de produção da existência humana. Fato este não assimilado por Paul Singer, na sua concepção das lutas anticapitalistas.



Para Marx (1991, p.509, l.3. v.V), “tanto as empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado”. Entretanto, entre elas há uma diferença essencial, “num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro de maneira positiva”.

Marx concebe como uma das características mais relevantes das “fábricas cooperativas de trabalhadores” é que elas demonstram, pela primeira vez, que os homens produtores diretos podem assumir o controle da produção, tendo como base o avanço das forças produtivas em sua mais elevada escala.

No “Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores” no qual Marx (s/d, p.313-21) analisa as revoluções da classe trabalhadora ocorridas entre 1848 e 1864, e sua derrota em que “todas as organizações e publicações partidárias do operariado do Continente foram esmagadas com o punho de ferro da força” (p.318), entretanto esse período trouxe alguns avanços às lutas da classe trabalhadora. Entre esses avanços, Marx situa as “fábricas cooperativas” ressaltando sua positividade, ou seja, na produção cooperativa realizada sob os avanços das forças produtivas, os trabalhadores podiam assumir o controle da produção, revelando o caráter transitório do trabalho assalariado.

Mas o futuro nos reservava uma vitória ainda maior da economia política do operariado sobre a economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajustados de alguns *hands* [mãos, significa também operários, N. do T.] audazes. O valor dessas grandes experiências sociais não pode ser superestimado. Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com gosto, com entusiasmo e alegria (MARX, s/d, p.319).

E atento às reações externas ao surgimento do cooperativismo, Marx (idem) acresce:

a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços causais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que, aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantropos da burguesia e até economistas penetrantes, passaram de repente a elogiar *ad nauseam* o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro,

cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como sacrilégio de socialistas.

Entretanto, embora observando a positividade das “fábricas cooperativas”, Marx, ao contrário de Singer, não as situa como um “novo modo de produção”, mas como no próprio modo de produção capitalista, novos elementos se manifestam, como mudanças qualitativas, no seu interior, assinalando a sua forma transitória. O próprio modo de produção capitalista transmuta-se em formas ainda que não se configuram em formas novas, mas não são inteiramente velhas. Isto é, como no próprio modo de produção capitalista, o novo vai se fazendo ainda que plasmado pelo velho. As “fábricas cooperativas” para Marx são exemplos da própria contraditoriedade do modo de produção capitalista. Em vista disto é que elas não podem ser analisadas isoladamente, mas como o próprio modo de produção capitalista engendra, dentro de si, elementos que o negam e que indicam possibilidades de sua transmutação em outro modo de produção. Isso permite analisar as “fábricas cooperativas” e as “sociedades por ações” em conjunto, como formas transitórias, em que uma se manifesta como “superação positiva” e a outra como “superação negativa”, do modo de produção capitalista. Nexos de uma mesma universalidade. Ambas demonstrando empiricamente a desnecessidade da classe capitalista como elemento necessário à produção material da existência humana. Pois tanto uma como a outra explicitam que a produção pode ser efetivada tão-somente pelos produtores diretos, e que o monopólio privado da riqueza é elemento de exploração de uns homens sobre outros.

Singer assinala o fato de no interior da economia solidária aparecer a “abolição da dicotomia entre capital e trabalho”, Marx (1991, p.509, l.3 v.V) vai na mesma direção, entretanto, ele explicita que isso se efetiva ainda no próprio modo de produção capitalista, “embora na forma em que são os trabalhadores como associação são os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho”. Não o situando como sendo uma efetividade de um “novo modo de produção” “aqui e agora”, conforme aponta Singer.

Para Marx, tanto as “sociedades por ações” como as “fábricas cooperativas” assinalam a separação entre o “capitalista operante”: o gerenciador da produção e a propriedade privada dos meios de produção. Ambas são geridas por membros indicados pelos proprietários coletivos. Evidenciando a superação da propriedade privada individual pela social, no interior do próprio modo de produção capitalista.

Na transubstanciação da propriedade individual em propriedade social é que aparecem as “sociedades por ações” e as “fábricas das cooperativas de trabalhadores”. Tanto o surgimento das cooperativas como das sociedades por ações emergem como produtos históricos de um grau de desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista, como “resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista”, e não como uma ação consciente e da vontade da luta dos homens trabalhadores, produtores diretos, como aponta Singer. Conforme apontado por Marx, (1991, p.505, l.3, v.V).

Este resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista é uma fase transitória que levará o capital necessariamente a reverter à propriedade dos produtores não mais, porém, como propriedade privada de produtores individuais e sim como propriedade dos produtores na qualidade de associados, propriedade diretamente social. Nesta fase transitória todas as funções do processo de reprodução ainda ligadas até agora à propriedade do capital se transformação em simples funções dos produtores associados, em funções sociais.

Manifestando-se assim, uma “fase transitória” advinda do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista negando-o, evidenciando uma “fase de transição para nova forma de produção”, na qual a propriedade privada será convertida em “propriedade dos produtores na qualidade de associados” (MARX, 1991, p.507, l. 3, v.V).

Isso ocorre como processo histórico, considerando que no modo de produção capitalista, em um primeiro momento “com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontram trabalho, e só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital” (MARX, 1988, p.86).

Outro aspecto intrínseco a esse processo histórico, tendo a cooperação entre os homens como elemento base, sob o qual o modo de produção capitalista “ergue-se sob os seus próprios pés”, prescinde dos produtores diretos. Constitui-se primeiro como manufatura, depois como grande indústria moderna. Destrói todas as formas de produção vinculadas à subjetividade humana, à medida que materializa sua objetividade como força produtiva, apropriada privadamente, pelos capitalistas.

À medida que o modo de produção capitalista historicamente se processa, centralizam-se capitais, em vista da crescente concorrência entre os capitalistas que se manifesta na constante elevação da composição orgânica do capital, os próprios capitalistas passam a expropriar seus congêneres. De tal forma que a propriedade individual transmuta-se também em propriedade social. Essa transmutação não se evidencia na análise de Paul Singer. Marx a aponta como,

a expropriação agora vai além dos produtores diretos, estendendo-se aos próprios capitalistas pequenos e médios. Ela é o ponto de partida do modo capitalista de produção, que tem por objetivo efetua-la e, em última instância, expropriar todos os indivíduos dos meios de produção. Estes meios, com o desenvolvimento da produção social, cessam de ser meios e produtos da produção privada, só podendo ser meios de produção em poder dos produtores associados, por conseguinte, propriedade social deles, como deles já são produto social (MARX, 1991, p.508, l. 3, v.V).

O moderno sistema de crédito tem aqui papel fundamental, à medida que desenvolve as sociedades por ações, proporcionando uma “expansão imensa da escala de produção e das empresas, impossível de ser atingida por capitais isolados” (Idem); como o capital, por sua própria natureza, é produção social e supõe a concentração social dos meios de produção e das forças de trabalho, assumindo

diretamente a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados) em oposição ao capital privado, e as empresas passam a ser sociais em contraste com as empresas privadas. É a abolição do capital como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo capitalista de produção (MARX, 1991, p.508, l. 3, v.V).

Assim é que o processo histórico da constituição do modo de produção capitalista é a negação do capital como propriedade privada individual constituindo-se em propriedade social. De tal forma que o capitalista ativo, operante, transforma-se, “em mero dirigente, administrador de capital alheio, e dos proprietários de capital em puros proprietários, simples capitalistas financeiros” (p.505).

Separam-se, pois, na produção, o “capitalista operante” e o “capitalista financeiro”, isto é, ocorre uma ossificação, uma autonomização, o capital já havia separado o capitalista do trabalhador, separa agora o capitalista do próprio capitalista. Aparece assim, uma relação entre o “capitalista prestador” e o “capitalista operante”, estabelecendo entre eles um nexo puramente jurídico, em que a relação econômica desaparece, elevando-se a escala da alienação humana e sua superação. O juro, produto da produção capitalista que já tem como dado a separação do capitalista em duas categorias, como proprietário jurídico e como proprietário econômico, faz com que, aparentemente, desapareça, no juro, a relação entre o capital constante, o capital variável e a mais-valia. Aparece como se fosse somente uma relação jurídica entre capitalistas e não uma relação entre classes sociais, entre os capitalistas e os trabalhadores (MARX, 1974a).

É nesta forma do capital, no capital a juros, que se completa o fetiche como capital, isto é, é o espaço no qual a alienação é elevada ao seu mais alto grau e por isso mesmo à sua

superação. O espaço que aparece é “de um valor que valoriza a si mesmo, de um dinheiro que faz dinheiro, de sorte que, nesta forma, não traz mais o estigma de seu nascimento. A relação se completa como relação da coisa (dinheiro, mercadoria) consigo mesma” (MARX, 1974a, p.268).

Assim é que o “sistema de crédito”, constituído sob o modo capitalista de produção, “pela natureza dúplice que lhe é inerente, de um lado, desenvolve a força motriz da produção capitalista, (...) limita cada vez mais o número dos poucos que exploram a riqueza social; de outro, constitui a forma de passagem para novo modo de produção” (MARX, 1991, p.510, l.3, v.V). Desenvolvendo “a estrutura vital da sociedade” em formas sociais: sociedades anônimas, cooperativas industriais, empresas estatais, fundos de pensão, etc.

Conforme frisamos no início de nossas considerações finais, o pressuposto material de uma nova sociedade tem, necessariamente, como ponto de partido as condições dadas produzidas no e pelo modo de produção capitalista. O novo só pode nascer a partir do velho, porém no interior de suas entranhas. O novo só pode emergir a partir do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e das relações de produção também socializadas que se contrapõem ao capital individual, sem esse nexos, a escassez e a miséria impediriam a sua germinação.

Reafirmando o que colocamos inicialmente, a positividade da economia solidária, advém do fato de ela estar para além daquelas formas sociais indicadas: sociedades anônimas, fundos de pensão, etc. Conforme indicado por Marx, nas “fábricas cooperativas dos trabalhadores” demonstra-se que os homens produtores diretos podem assumir o controle da produção, indicando a “superação positiva” da propriedade privada, submetendo ao “controle consciente e planejado” a produção da riqueza e portando dos próprios homens, do ser social, ainda que subsumido ao mundo do capital em degeneração. Existindo neste nexos sua forma transitória.

Em Singer, há um esforço para apreender o modo capitalista de produção em seus antagonismos sociais, entretanto há ainda nele a apreensão da “consciência invertida” própria do capital. A consciência é sempre a empiria descortinada pelo tempo histórico da maturidade das relações sociais, isto é, o pensamento só pode se apropriar de um fenômeno quando este está completamente desenvolvido, quando os seus elementos evidenciam-se na aparência. Parece-nos que nos experimentos de economia solidária, os homens produtores diretos não se vêem mais como homens burgueses. Fato este que transparece nos pensadores que a ela se dedicam, inclusive em Singer. Exprime-se assim, naqueles experimentos, a alienação no seu

mais alto grau. Singer descreve-os como “homens solidários”, o “novo modo de produção” já estabelecido. Apontamos que, embora não se vêem como homens burgueses, ainda não sabem no que se constituem. Essa superação histórica ainda é processo a ser construído.

Singer apela para que os homens trabalhadores diretos adquiram consciência através da participação em movimentos emancipatórios, situa-se neste ponto o fato de Singer ser a expressão teórica desta materialidade. Isso só pode ocorrer porque na empiria desses homens, tem-se a consciência mais desenvolvida pela sua negatividade, isto é, a consciência de sua desvalorização como força produtiva ao capital; a impossibilidade de retorno a formas pgressas; um mundo de riqueza como produto de seu trabalho e que se contrapõe a eles. Resta-lhes a vida a ser efetivada. Singer situa-a como um “novo modo de produção”, pronto, acabado.

Situamos as cooperativas como resultado histórico, formas transitórias. Assim, essa consciência já desenvolvida na empiria pode ser apreendida como? Em termos qualitativos aponta para onde? Obviamente que evidencia o limite do próprio capital.

Onde está o salto histórico para a constituição de uma sociedade superior? No modo de produção capitalista o ato teleológico dos homens está na efetivação da valorização do capital, a ampliação de sua riqueza privada. Ao fazê-lo desvaloriza os homens como trabalhadores diretos. Como modificar o conteúdo dessa teleologia burguesa? Que ato teleológico a economia solidária deveria conter como forma transitória para outra sociedade? Se aos homens produtores diretos, extremamente desvalorizados, só lhes resta a vida a ser efetivada, sem nenhum *a priori*. Se eles têm-se rebelado contra as condições dadas e vêm tecendo lutas, neste velho modo de produção, para manter-se como ser biologicamente existente. Qual teleologia?

Entendemos que se no modo de produção capitalista o ato teleológico humano é a valorização do valor, em uma sociedade do *vir-a-ser*, esse ato é a produção consciente de seres humanos plenamente desenvolvidos, homens humanizados. A mudança está “no que se busca produzir e no como produzir” (AUED, 2005, p.25).

Como aos homens trabalhadores diretos só resta a vida em sociedade a ser efetivada, porque foram desprovidos historicamente de todos os demais predicados que os faziam trabalhadores e proprietários privados, o ato teleológico deverá ser a produção e reprodução de sua própria vida como seres sociais e não mais a do capital. Não está, portanto, conforme aponta Singer, no desenvolvimento das cooperativas ou no desenvolvimento do capital, mas sim em

desenvolver essas condições materiais e sociais como processo de o homem se alienar das condições de trabalhador. E, na medida em que se aliena das condições que o faz mero trabalhador, engendra, também e ao mesmo tempo, sua natureza social como materialidade. Esta explicita-se como força produtiva do trabalho social em seu grau mais desenvolvido, isto é, como aplicação tecnológica da ciência, grande indústria moderna. O homem se emancipa de sua desumanização, quando produz tudo para satisfazer as suas necessidades (o reino da abundância), para então entrar no reino da liberdade (AUED, 2005, p.25).

Em assim se constituindo, como ato teleológico humano para efetivação de si mesmo como seres sociais, então, conforme evidencia Marx, o homem gravitará em torno de si próprio, emancipando-se. Porque para Marx (1993, p.63), “toda a emancipação constitui uma *restituição* do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem”.

O modo de produção capitalista como processo social de produção extrai dos homens trabalhadores diretos, *trabalho excedente, mais-valia*. Marx (1974b, p.941, l.3, v.VI), explica que em qualquer modo de produção, “haverá sempre, necessariamente, trabalho excedente no sentido de trabalho que excede o nível das necessidades dadas. No sistema capitalista, no sistema escravista, etc. reveste-se, entretanto, de forma antagônica e corresponde à mera ociosidade de fração da sociedade”.

Tem-se assim, no modo de produção capitalista, prossegue Marx (idem):

o capital, e este é um de seus aspectos civilizadores, extorque esse trabalho excedente de maneira e em condições que – para o desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais e para a criação dos elementos de uma nova estrutura superior – são mais vantajosas que as vigentes nas formas anteriores como a escravidão e a servidão.

De tal forma que,

atingir-se-á estágio em que não haverá coação para o progresso social nem o monopólio dele (abrangendo as vantagens materiais e intelectuais), coação e monopólio que um segmento da sociedade exerce às custas do outro. Ademais, o trabalho excedente cria os meios materiais e o germe de uma situação que, em forma superior da sociedade, possibilitam a esse trabalho excedente situar-se dentro de tempo mais limitado do trabalho material (MARX, 1974b, p.941, l.3, v.VI).

Para que os homens trabalhadores diretos, nos experimentos cooperativistas, no que se evidenciado com economia solidária, apontem para uma sociedade do *vir-a-ser*, em que elementos germinais vão sendo engendrados nas entranhas da velha sociedade, como potencialidades de uma nova forma. Forma na qual o homem emancipe a si mesmo, e grave ao redor de si mesmo, como seu verdadeiro sol. A chave está, em que “a riqueza efetiva desta sociedade e a possibilidade de ampliar sempre o processo de reprodução depende não da

duração do trabalho excedente e sim da produtividade deste e do grau de eficiência das condições de produção em que se efetua” (MARX, 1974b, p.941-42, l.3, v.VI).

Para Marx (v.2, s/d a, p.212), o produto do trabalho de todos os homens produtores diretos, em uma sociedade que acaba de sair da sociedade capitalista, como fruto do trabalho coletivo, “será a **totalidade do produto social**”<sup>114</sup>. Dele, porém, para a posterior repartição, é necessário deduzir:

**Primeiro:** uma parte para repor os meios de produção consumidos.

**Segundo:** uma parte suplementar para ampliar a produção.

**Terceiro:** o fundo de reserva ou de seguro contra acidentes, transtornos devidos a fenômenos naturais, etc.

Estas deduções do “fruto íntegro do trabalho” constituem uma necessidade econômica e sua magnitude será determinada de acordo com os meios e forças existentes e, em parte, por meio do cálculo de probabilidades; o que não se pode fazer de modo algum é calculá-la partindo da equidade.

Fica a parte restante do produto total, destinada a servir de meios de consumo.

Entretanto, esclarece Marx (Idem) para se chegar à repartição individual, necessário se faz ainda, deduzir:

**Primeiro:** as despesas gerais de administração, não concernentes à produção.

Nesta parte se conseguirá, desde o primeiro momento, uma redução considerabilíssima, em comparação com a sociedade atual, redução que irá aumentando à medida que a nova sociedade se desenvolva.

**Segundo:** a parte que se destine a satisfazer necessidades coletivas, tais como escolas, instituições sanitárias, etc.

Esta parte aumentará consideravelmente desde o primeiro momento, em comparação com a sociedade atual, e irá aumentando à medida que a nova sociedade se desenvolva.

**Terceiro:** os frutos de manutenção das pessoas não capacitadas para o trabalho, etc., em uma palavra, o que hoje compete à chamada beneficência oficial.

E finaliza Marx expondo que somente depois disso pode-se proceder à “repartição”, de tal forma que,

a distribuição dos meios de consumo é, em cada momento, um corolário da distribuição das próprias condições de produção. E este é uma característica do modo mesmo de produção. Por exemplo, o modo capitalista de produção repousa no fato de que as condições materiais de produção são entregues aos que não trabalham sob a forma de propriedade do capital e propriedade do solo, enquanto a massa é proprietária apenas da condição pessoal de produção, a força de trabalho. Distribuídos deste modo os elementos de produção, a atual distribuição dos meios de consumo é uma consequência natural. Se as condições materiais de produção fossem propriedade coletiva dos próprios operários, isto determinaria, por si só, uma distribuição dos meios de consumo diferente da atual (p. 215).

Assim é que a economia solidária deveria pautar-se pelo aumento da produtividade do trabalho, reduzindo ao mínimo o tempo de trabalho para se produzir o ser social e efetivar a repartição explicitado por Marx, acima. Trata-se, assim, de uma questão estritamente material.

---

<sup>114</sup> Destaque em negrito do autor.



A emancipação humana, a universalização de uma nova forma de produção da vida não pode, portanto, se pautar, conforme aponta Singer, na relação entre trabalho necessário e trabalho excedente: “que garanta somente uma qualidade de vida equivalente ao do trabalhador assalariado”. A produtividade do trabalho tem de ser suficiente para produzir o necessário e ir para além dele. Este “além dele” – “situa-se além da esfera da produção material propriamente dita” (MARX, 1974b, p.942, l.3, v.VI), nele está situado o “reino do imprescindível”, onde ampliam-se as necessidades e também as forças produtivas para satisfazê-las. Neste “reino”, a liberdade posta está somente no controle “consciente e planejado” das forças produtivas, pelos “produtores livremente associados”. Esse esforço permanente dos homens sempre se constituirá no que Marx chama do “reino da necessidade”. Para além dele é que tem início o “reino genuíno da liberdade”. Assim, expressa-se Marx (1974b, p.941-42, l.3, v.VI):

o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade.

A condição material efetiva para que aconteça esse “desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho” (MARX, 1974b, p.942, l.3, v.VI) até o ponto em que o trabalho será por completo eliminado como fundamento material da existência dos homens. Acena-se assim para que o tempo livre se estabeleça como princípio organizador da sociedade (AUED, 2005, p.31). O aumento extraordinário da produtividade do trabalho excedente, em que este deixa de ser o elemento organizador da sociedade, pela sua superação, pelo seu extremo desenvolvimento, fato este constituído ainda no modo de produção capitalista, em que o homem objetiva-se ininterruptamente em força produtiva, desenvolvendo-as como forças estranhas que o dominam; constitui-se como ser social; a alienação amplia-se em seu mais elevado grau; ao mesmo tempo o homem liberta de si seu “ser trabalhador”, ao

engendrará-lo como elemento da sua materialidade externa, superando-o. Ao superá-lo humaniza-se, e a efetivação da vida humana, como “vida genérica” emerge como elemento básico.

Na medida em que as relações sociais burguesas não mais suportam o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas do trabalho social, a humanização do homem é explicitada como necessidade a ser constituída em decorrência da própria desumanização engendrada pelo modo de produção capitalista. A partir de então, a história abre suas portas para o caminhar do homem plenamente desenvolvido (AUED, 2005, p.26).

A desvalorização dos homens trabalhadores diretos no modo de produção capitalista aparece como empiria: desnecessários como força produtiva; a constituição do ser social ainda que capitalista, impossibilita o retorno a formas pregressas de produção da vida; e aquele mundo de riqueza se confronta com sua miserabilidade. Resta-lhes lutar pela vida em sociedade, como condição mediata, reivindicando seu direito à riqueza produzida.

Como nesta sociedade as forças produtivas, o próprio homem trabalhador está materializado, exteriorizado, ao invés delas dominarem os homens, os homens “podem dominá-las, controlá-las e colocá-las à disposição da produção de valor-de-uso necessários à sua produção humanizada”. Nesse momento “estão criadas as condições para o ser social se pôr como ser independente, e criar uma sociedade onde o pressuposto da existência humana é a liberdade de sua existência humanizada” (AUED, 2005, p.30). Superando o “reino da necessidade” e entrando para o “reino da liberdade”. Produzindo-se como homem humanizado, ser social plenamente desenvolvido.

## **6.2 A luta dos homens produtores diretos nos espaços transitórios do Fórum do Maciço, da Agreco e do Fórum de Economia Solidária: singularidades e universalidades de relações solidárias**

Os homens produtores diretos, destituídos de sua condição de trabalho, de seus objetos de trabalho, dos seus meios de trabalho, separados, portanto, das condições que lhes possibilitam produzir a vida, e não mais conseguindo valorizarem-se nem mesmo como mercadoria, lutam pela propriedade privada enquanto universalidade. Marx (2004, p.103-05) compreende esta fase como fase do *comunismo rude*, da *inveja universal*.

O *comunismo* é, finalmente, a expressão *positiva* da propriedade privada suprasumida, acima de tudo a propriedade privada *universal*. Ao apreender esta relação

em sua *universalidade*, ele é 1) só uma *generalização* e *aperfeiçoamento* da mesma em sua primeira figura; como tal, mostra-se em uma figura duplicada: uma vez o domínio da propriedade *coisal* (*sachliche*) é tão grande frente a ele que ele quer aniquilar *tudo* que não é capaz de ser possuído por todos como *propriedade privada*; ele quer abstrair de um modo *violento* do talento etc.; a *posse* imediata, física, lhe vale como finalidade única da vida e da existência; a determinação de *trabalhador* não é supra-sumida, mas estendida a todos os homens; a relação da propriedade privada permanece [sendo] a relação da comunidade com o mundo das coisas (*Sachenwelt*); (...). Este comunismo – que por toda a parte nega a *personalidade* do homem – é precisamente apenas a expressão conseqüente da propriedade privada, que por sua vez é esta negação. A *inveja* universal constituindo-se enquanto poder é a forma oculta na qual a *cobiça* se estabelece e apenas se satisfaz de um *outro* modo. A idéia de toda propriedade privada como tal [propriedade] está *pelo menos* voltada contra a propriedade *mais rica* como inveja e desejo de nivelamento, de tal modo que estes inclusive constituem a essência da concorrência. O comunista rude é só o aperfeiçoamento desta inveja e deste nivelamento a partir do mínimo *representado*. Ele tem uma medida *determinada limitada*. Quão pouco esta supra-sunção da propriedade privada é uma apropriação efetiva prova-o precisamente a negação abstrata do mundo inteiro da cultura (*Bildung*) e da civilização; o retorno à simplicidade *não natural* do ser humano *pobre* e sem carências que não ultrapassou a propriedade privada, e nem mesmo até ela chegou. (Grifos do autor).

Assim, prossegue Marx (Idem), “a primeira supra-sunção positiva da propriedade privada, o comunismo *rude*, é, portanto, apenas uma *forma fenomênica* (*Erscheinungsform*) da infâmia da propriedade privada que quer se assentar como a *coletividade positiva*”.

Necessário é, pois, apreender neste movimento as condições que permitam aos homens produtores diretos situarem-se *para além*, conforme já assinalamos, para a produção consciente do homem pelo próprio homem. Para uma produção efetivamente humana.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista engendra três vetores históricos que se apresentam como possíveis tendências para a superação da sociedade burguesa e para a construção de uma nova forma dos homens produzirem sua existência. O primeiro é o de que os homens burgueses movem-se em razão da produção da mais-valia, que significa compreender como os homens produzem na sociedade capitalista; o segundo é que ao se produzir na sociedade burguesa, produz-se, ao mesmo tempo, a própria sociedade burguesa, ou seja, homens proprietários e não-proprietários dos meios de produção; o terceiro é que, ao se produzir na sociedade burguesa, produz-se simultaneamente a negação desta sociedade, ou seja, produzem-se os elementos de superação da sociedade capitalista, a transmutação do capital individual em capital social pela centralização (AUED, 2002).

O primeiro vetor indica a tendência do desenvolvimento capitalista e se constitui em um dos pilares de sua essência: a produção da mais-valia, que impõe à humanidade uma lógica implacável, apresenta-se para todos como a busca insaciável pelo lucro. Esta vontade impessoal dominadora da produção material iniciou-se no século XVI, atingiu a maturidade

no século XIX, na Europa Ocidental e prossegue, hoje, alastrando-se como lei econômica universal. Na dinâmica imposta, a virtuosidade da sociedade burguesa é organizar os seres humanos e ter por fundamento a produção da riqueza como mais-valia na forma de lucro. Esta é a matriz social que influencia e determina a vida de todos neste espaço do capital (AUED, 2002).

O segundo vetor diz respeito à produção da própria sociedade capitalista, ou seja, produz a relação social entre os homens que vivem no modo de produção do capital que os separa, entre homens proprietários dos meios de produção de um lado e homens não-proprietários de outro. Para se conhecer a sociedade burguesa, parece natural que, como qualquer outra história dos homens, deve-se reconstruir o tempo, os lugares, os atos e fatos históricos da sua origem e evolução. No entanto, a apreensão de conhecimento não percorre o mesmo caminho da história. Somente depois de determinado fenômeno manifestar-se plenamente, pode o pensamento apropriar-se dele, nunca antes. Após explicitar todos os seus elementos é que o pensamento pode reconstruir o fenômeno estudado como abstração (AUED, 2002).

O terceiro vetor tendencial da sociedade capitalista indica que ao se produzir a e na sociedade burguesa produz-se simultaneamente a negação desta sociedade, ou seja, produz-se os elementos de superação da sociedade capitalista, a passagem qualitativa do capital individual em capital social pela centralização. Já observamos que a sociedade capitalista está estruturada sobre a produção da mais-valia e a criação de assalariados e capitalistas, o que pressupõe a compra e venda da força de trabalho; mas, no processo da reprodução da sociedade em vista de seu constante movimento, o capitalista é obrigado, economicamente, a cada vez obter mais trabalho passado em detrimento de trabalho presente. E, por outro lado, o trabalhador só consegue viver se vender sua força de trabalho. Porém, como o capital não necessita mais dele, pois no processo produtivo ele foi substituído por meios de produção, não há mais como viver sob a lógica do capital, não lhe restando alternativa a não ser o roubo e a prostituição, quando não a mendicância. Visto isso, percebemos que o resultado deste processo de acumulação de riqueza é, tanto a sua concentração nas mãos de poucos e grandes capitalistas, quanto o crescimento de um contingente de pessoas que têm dificuldade de sobrevivência, chegando à condição de descartáveis da sociedade. Assim é que passo a passo, dia a dia, vemos o próprio capital desintegrando os fundamentos de sua existência (AUED, 2002).

Há um aspecto, porém, a ser destacado como virtuosidade da sociedade burguesa, já evidenciado por nós, na medida em que ela se desenvolve, divide o trabalho, de tal forma que se alcança um determinado momento em que a produção de cada mercadoria é decorrência da conexão de todos os ramos e setores da sociedade. Desenvolvendo uma interdependência entre todos os produtores e consumidores da riqueza social, ainda que através de fios burgueses invisíveis cujo resultado é que o trabalho de cada um é cota parte do trabalho social e contribui para a vida de todos na sociedade; o trabalho de todos serve para produzir a vida de cada um. O que faz com que a produção material da riqueza no capitalismo tenha por fundamento a socialização do trabalho (AUED, 2002 e 2005).

Esses dois elementos tanto a socialização do trabalho e a operação, somente social, dos meios de produção constituem-se em pressupostos de uma sociedade na qual a apropriação da riqueza será, também, social, ou seja, ao se produzir na sociedade burguesa, produz-se, ao mesmo tempo, a sua própria negação e os fundamentos de uma nova sociedade.

Dessa forma, metodologicamente, cada lugar no modo de produção capitalista é também um tempo singular da produção da negação da própria sociedade burguesa. Compreendê-la é apreender a escala da reprodução degenerativa da relação entre a classe capitalista e a classe assalariada na produção da mais-valia em cada tempo e lugar.

Nos espaços que compõem o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, como nos espaços que compõem a Agreco, a forma burguesa de produção da existência retrata-se, ou seja, materializa o que há de mais avançado nesta forma de produzir a vida, porque escancara a impossibilidade de os homens a produzirem na forma posta, através do salário, do lucro/juro, ou da renda da terra. Desvinculando-os da lógica do capital sem submetê-los a qualquer outra racionalidade social. Lutam unidos para superar essas condições.

A produção e reprodução da vida nesses espaços, que se faz pelo capital, assume a degeneração como a sua forma de ser. Ao se evidenciar degenerativo, esse processo capitalista de produzir a vida não pode criar nada que não o evidencie na forma que lhe é própria: a degeneração. Assim, através dela, o novo não se faz, porque o novo não é uma mudança qualitativa no interior da sociedade burguesa. O modo de produção capitalista não impõe, pelo seu desenvolvimento, aos homens uma mudança qualitativa, como a criação de uma nova forma de produzir a vida.

Em toda parte, a grande massa do operariado caía cada vez mais baixo, pelo menos na mesma proporção em que os que se encontravam acima dela subiam na escala social. Em todos os países da Europa, tornou-se agora uma verdade comprovada por todo espírito imparcial – e só negada por aqueles cujo interesse é manter os outros num paraíso ilusório – que não havia aperfeiçoamento de maquinaria, aplicação de

ciência à produção, inovação nos meios de comunicação, novas colônias, emigração, abertura de mercados, comércio livre, nem tudo isso somado, que pudesse acabar com a miséria das massas trabalhadoras; mas que, sobre as bases falsas que hoje existem, todo novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho têm forçosamente que tender a aprofundar os contrastes sociais e aguçar os antagonismos sociais (MARX, s/d, p.317, v.1).

Esse processo ao se territorializar, traz em sua trajetória histórica a impossibilidade de os homens voltarem a atos individuais de produção e reprodução da vida. Essa forma impõe, em todos os espaços, a produção social da vida. Ou seja, não pode retornar ao passado, mas não cria novas formas.

A diferença com a sociedade burguesa é que agora, a espacialização do novo não é produzir a mais-valia, não é reduzir o tempo de trabalho necessário para reprodução da força de trabalho (salário), para ampliar o trabalho excedente (a mais-valia), é reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de todos os homens, para ampliar o tempo de não-trabalho, libertando-o das amarras do capital, da dominação do trabalho passado sobre o trabalho presente, da produção de riqueza para a própria riqueza.

Nossa busca nos espaços transitórios do Fórum de Economia Solidária, do Fórum do Maciço do Morro da Cruz e da Agreco foi a de evidenciar esses limites, o esgarçamento das relações sociais burgueses, ao mesmo tempo em que os homens se unem conscientemente para sua reprodução, forjam-se homens burgueses, em vista desta ser ainda a possibilidade histórica socialmente posta. Esses homens tecem experimentos, ações sociais, que representam o avanço possível. A teleologia, embora com elementos novos, novos nexos, como a sua unidade e a sua solidariedade, ainda se efetiva para a valorização: no Maciço a busca pela valorização dos homens enquanto força de trabalho; na Agreco em vista da posse da terra, de uma mercadoria específica: produtos orgânicos.

São espaços coletivos, espaços da materialização da união solidária entre os homens para a produção da vida de forma diferenciada da apresentada pelo capital. Onde esses experimentos explicitados ao longo desta tese avançam? Conforme já frisamos, na sua própria constituição como organização consciente dos homens para se reproduzirem, como solidariedade, em vista da impossibilidade de se fazer pelo capital. Esses homens são homens regurgitados pelo capital, desnecessários à sua valorização. A “natureza universal humana” processa-se naqueles espaços como união consciente dos homens, entretanto, aqueles experimentos, buscam ainda se efetivar como ser trabalhador e, assim fazendo, perpetuam o capital. Paradoxo. Transitoriedade. Expressam essa forma de ser do capital, homens produtores diretos desvalorizados unindo-se para a superação de suas condições dadas. O

capital, práxis histórica humana, nesses espaços, e de forma mais evidente no Fórum do Maciço, transformou os homens em seres eminentemente sociais, desvinculados de qualquer mercadoria, lutam, naquele espaço, por questões universais de todos os homens, ainda que mediadas pelo Estado. Isto é, evidenciam-se lutas por questões que não se configuram em nenhuma mercadoria específica, mas pela existência dos homens como seres genéricos, para além de sua desvalorização como homem trabalhador direto.

No Fórum do Maciço e na Agreco a luta que se impõe é a luta pela vida, sem nenhum *a priori*, ou *pressuposição*, busca-se efetivá-la nas condições que se fazem possíveis. Mas, ao entrelaçar seus fios, rebelando-se, buscando sair da degradação, da “simplicidade rude abstrata da carência” na angústia por valorizar-se vêem na sua unidade no Fórum de Economia Solidária e na promoção do Estado uma possibilidade de extrair a vida, de um ou de outro, seja a Agreco do Fórum do Maciço e o Fórum do Maciço da Agreco, e ambos pela mediação do Estado. Possibilidade histórica presente e possível desses homens efetivarem-se como seres viventes, em vista de o limite degenerativo do capital se fazer em seus espaços singulares.

Na Agreco, a composição técnica do trabalho está vinculada a fatores subjetivos do trabalho, no homem produtor direto como força produtiva. O modo de produção capitalista resolveu essa contradição, na qual o homem aparece como força produtiva imperfeita, com o desenvolvimento e a introdução de máquinas, ou seja, objetivando em forças produtivas o próprio homem trabalhador coletivo, por possuir múltiplos braços e pernas, e ao fazê-lo prescinde de sua energia e desenvolve-se exponencialmente, unindo-os pela materialidade, como produção social. Conectando todos os homens na produção de sua existência, de tal forma que cada homem individualmente necessita de toda a sociedade para produzir-se como homem. A Agreco deseja fazer-se universalidade, mas presa à singularidade do fazer-se homem trabalhador direto, vinculado a uma mercadoria “produção orgânica,” condição somente possível de implementação mediada pelo Estado, fora dele reproduz-se precariamente, em vista do modo de produção capitalista já ter superado esta condição.

Toda essa rebeldia, a radicalização da superação das condições dadas, isto é, as experimentações no Fórum do Maciço do Morro da Cruz e na Agreco e, juntos no Fórum de Economia Solidária, tem como significado a busca por caminhos que os façam sair da desvalorização em que se encontram. Buscam no mundo burguês, ir para além dele, as condições dadas burguesas colocam-se como pontos de partida. Construir para além delas, como transitoriedade, é o que vem sendo implementado. Ainda não se faz emancipação, mas

o Fórum do Maciço, a Agreco e o Fórum de Economia Solidária apontam aos homens suas possibilidades e de forma contundente apontam a luta, os experimentos, o engendram-se homens diariamente para criarem condições novas e nelas viver dignamente.

Não é a Crítica mas sim a revolução que constitui a força motriz da história, da religião, da filosofia ou de qualquer outro tipo de teorias. Esta concepção mostra que o objectivo da história não consiste em resolver-se a “a Consciência de si” enquanto “Espírito do espírito”, mas que deveremos antes verificar a existência em cada estágio de evolução de um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos criados historicamente e transmitidos a cada geração por aquela que a prende, uma massa de forças de produção, de capitais e de circunstâncias que são por um lado modificadas pela nova geração mas que, por outro lado, lhe ditam as suas próprias condições de existência e lhe imprimem um desenvolvimento determinado, um carácter específico; por consequência, é tão verdade serem as circunstâncias a fazerem os homens como a afirmação contrária (MARX; ENGELS, 1974, p.49).

Ao se fazerem nessa trajetória, transitória, na Agreco, no Fórum do Maciço e na sua união no Fórum de Economia Solidária, o que aparece como determinante da luta são ainda coisas, a produção orgânica, o trabalho assalariado, de modo que a objetivação de homens, a luta pela construção de homens libertos, emancipados, que se faz por meio da constante experimentação aparece-lhes como subjetividade. Isto é, o que se lhes aparece como determinação é ainda o engendrar de homens trabalhadores e que para fazê-lo necessitam das coisas.

Ao se objetivarem como homens burgueses ainda que precarizados, desvalorizados, também se separam de sua condição de homens burgueses, homens trabalhadores assalariados, e eliminam-se enquanto força produtiva. Ao se objetivarem estão se separando e ao fazê-lo ampliam suas carências que passam a aparecer primordialmente como carências humanas e não como carências do capital. Todos as crianças, jovens e adolescentes em escolas de qualidade; universidade para todos; alimentação de qualidade para todos; uma vida saudável para todos os homens etc. São manifestações objetivas da transitoriedade, efetivadas por homens burgueses em estado de decomposição, os quais afirmam-se, negam-se e superam-se, ainda que sem a evidência empírica de materialização de uma vida humanizada.

Ambos os movimentos sociais cooperativos, organizações de homens trabalhadores, na Agreco, no Fórum do Maciço e, juntos no Fórum de Economia Solidária, desejam construir-se através de suas singularidades, desejam universalizar-se pelas suas singularidades, mas não encontram o elo universal positivo, o ele negativo já está dado, igualam-se pela desvalorização enquanto homens burgueses. A cooperação entre os homens trabalhadores que historicamente constituiu-se em universalidade humana, primeiro deu-se



sob a forma de manufatura, depois na grande indústria moderna. Ambas subsumidas pelo modo de produção capitalista, nelas desenvolvem-se forças produtivas extraordinárias ao mesmo tempo em que o homem trabalhador é desvalorizado, tornando-se uma desnecessidade à auto-valorização da riqueza. Este processo cria o homem trabalhador assalariado, e ao fazê-lo, o decompõe em objetos, em coisas, e engendra o ser social na materialidade da vida dos homens, unindo-os, tornando-os homens universais, seres sociais. De tal forma que todos os homens são produtos sociais, confirmando que a história só se processa como mundialidade.

O Fórum do Maciço e a Agreco unem-se no Fórum de Economia Solidária por se perceberem como espaços homogêneos da desvalorização do capital. As singularidades se fazem como caminhos para todos, desejam universalizar-se a partir delas. A Agreco não encontra caminhos no Fórum do Maciço para se implementar como homem produtor direto do campo. O Fórum do Maciço não encontra caminhos na Agreco para implementar-se como produtor direto da cidade. Ambos recorrem a mediação do Estado. Nas condições postas, singulares, de cada um, não se faz possível a construção de um elo universal. Tanto um como o outro encontram dificuldades de se implementarem em suas singularidades, como homens produtores diretos. Implementam-se somente precariamente, não conseguem superar as condições em que se encontram, respiram por algum tempo para logo depois caírem novamente no processo anterior, degenerativo, forma do capital se fazer nos seus espaços singulares. A construção de ambos vai evidenciando os limites que a materialidade da vida impõe aos homens, qual seja: fazerem-se como *homens viventes* burgueses. No Estado a universalidade está dada, advém do modo de produção capitalista, do ser social do capital, seu salto para implementar suas singularidades dá-se através dessa universalidade, que lhes falta. O Estado passa a ser seu amálgama, seu elo universalizante.

Tanto o Fórum do Maciço como a Agreco, produtores diretos singularmente associados, ainda não encontram os “produtores diretos associados” como universalidade, este estado de auto-organização ainda não está posto. Assim, o Estado aparece como mediador da produção da vida pela mercadoria, o Estado como universalidade, não como homens livremente associados, porque a luta, a busca em ambos os espaços é ainda externa aos homens produtores diretos, não se tecendo ainda como uma luta interna; isto é uma luta pela e para a efetivação de sua existência como homens sociais plenamente humanizados, livres.

Esses espaços buscam, para além do Estado, construir uma Cooperativa de Consumidores (ou Central de Abastecimento) vinculados à criação de um “consumidor consciente”, condição esta já posta socialmente à medida que os homens, hoje, têm

consciência de que a natureza está sendo destruída e nela o próprio homem. Vimos como no Fórum do Maciço, na Agreco e no Fórum de Economia Solidária, busca-se ainda estabelecer relações diretas entre as pessoas, como as que existiram nas sociedades anteriores à capitalista, não se compreende que as relações entre os homens no mundo burguês não se dão mais dessa forma. Necessário se faz observar que no modo de produção capitalista as relações burguesas nascem e se desenvolvem entre todas as pessoas simultaneamente, a produção só pode ser consumida mediada pela sociedade, assim como o consumo só pode ser efetivado depois de os consumidores conseguirem os produtos na sociedade. O *para além do capital*, nesses espaços singulares, deverá partir desse pressuposto real da vida dos homens: criar uma universalidade para além da posta pelo capital, e não buscar a volta às relações pré-capitalistas, às dependências pessoais e locais, historicamente já superadas.

A empiria tem apontado aos homens reais daqueles espaços seus limites: a dificuldade de no processo implementar valores novos, de construir os vínculos diretos, o “consumidor consciente”. A Agreco para se construir como homem produtor direto vinculado à posse da terra e à sua mercadoria específica produz para transformar suas mercadorias em riqueza abstrata, dinheiro, em capital, sem esta transformação “não se sabe o que fazer com o produto”. Nesse processo não há espaço para os consumidores que não possuem dinheiro suficiente para efetivar a compra daqueles produtos. Os moradores da periferia urbana, os homens produtores diretos do Fórum do Maciço, não têm acesso a eles, embora se deseje ardentemente que participem do processo, assim é que esse processo territorializou-se somente entre consumidores de melhor renda, uma “classe média” de trabalhadores. Novas relações sociais aparecem como possibilidade, entretanto, estas ainda não ultrapassam a universalidade do capital.

De tal forma que, pela universalidade burguesa, não se encontra uma possibilidade de construção de um vínculo entre os produtores diretos do campo e da cidade. Há consciência de que é para o homem produtor direto desvalorizado do urbano que produtores diretos do campo devem produzir, entretanto, a lei do valor das mercadorias se impõe e para além dele, essa construção não encontrou novas possibilidades, embora embrionariamente as apontem.

Dessa forma, o novo que se busca como superação do espaço degenerativo, e que aparece como possibilidade, vem imbricado pelo velho, e a consciência reflete esses avanços e esses recuos. Aparece nessas lutas a dificuldade de libertar-se do velho e do novo aflorar. Os homens aparecem grávidos de uma nova sociedade, embora o nascimento não ultrapasse os limites da gestação por uma nova vida humana, no capital. Aqui, o novo, para seu nascedouro,

ao invés de uma estalagem para animais e um berço de feno, ou seja, ao invés da luta por moradias, saneamento básico, escolas, etc, deveria encontrar outras condições, tendo como base as forças produtivas sociais produzidas por toda a humanidade.

A consciência que tem emergido nesses espaços é a consciência possível, correspondente ao modo como procuram se reproduzir. Ainda é invertida por estar expressa pelo capital. Essa consciência invertida não correspondente em forma e conteúdo, é imanente ao capital e somente acaba-se com ela eliminando o modo de produção capitalista.

Como a produção e reprodução do capital se fazem de forma degenerativa e da impossibilidade de retorno às formas anteriores, resta aos homens desvalorizados, ou sobreviveram através da degeneração, que é a forma de produção do capital neste estágio de seu desenvolvimento, do narcotráfico que se amplia a cada dia, envolvendo adolescentes, que em sua grande maioria morrem antes dos 25 anos de idade, da prostituição, do roubo, do banditismo, do subemprego. Ou unirem-se para a construção da vida coletivamente, fato este apontado ainda no mundo burguês.

Esse caminho coletivo, como transitoriedade, vem sendo apontado pela solidariedade, como unidade dos homens para além do capital, e se tem mostrado como uma possibilidade de germinar um novo tempo na vida dos homens. Evidenciamos, nos espaços do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, da Agreco e do Fórum de Economia Solidária, que diversas pessoas têm doado tempo de suas vidas para esta construção, cuja práxis não é determinada pelo salário, pelo lucro ou pelo enriquecimento pessoal, móveis burgueses da ação humana, mas para ajudar outros a superarem suas dificuldades sociais, porque percebem que suas vidas dependem da vida dos outros. A solidariedade mostra-se como uma positividade social porque demonstra ser possível a busca por caminhos novos em conjunto. Há nesta ação uma possibilidade de superação da sociedade burguesa, embora não signifique a criação de outra, trata-se de uma potencialidade, um processo transitório, em que os homens vêem-se empiricamente desvalorizados e agem para ultrapassar àquela condição. Quando a solidariedade se espacializa tomando o lugar do egoísmo individual, há uma possível indicação de um caminho para a emancipação humana, uma nova teleologia, ainda que não plenamente evidente, ainda que tecida no capital e apontando os seus limites contraditórios e históricos.

Esta ação solidária, nestes espaços, vem se fortalecendo dia após dia, e evidencia que o móvel da vida humana não ocorre mais pela vontade do príncipe, ou pelos preceitos religiosos e demonstra, de forma latente, que o capital não é mais capaz de movê-los, sem ainda

efetivar-se como universalidade humana, como produção consciente de homens humanizados. Efetivam-se ainda plasmados pelo capital, embora demonstrem seus limites e tecem a solidariedade como nexos possíveis. Percebe-se como na própria empiria dos experimentos expostos, nos capítulos anteriores, essa forma transitória desvela-se, luta-se por construir relações solidárias, humanas, mas os limites do modo de produção capitalista impõem-se:

eu percebo algumas coisas que em Joinville nós estamos enfrentando, e eu acredito que é no geral, aonde como agricultor a gente está entrando no processo baseado no valor, e não tem essa questão solidariedade além do valor, então tem um produto e esse produto tem determinado “x” valor, então se tu vender por aquele valor tudo bem, senão tu acaba não sabendo o que vai fazer com aquele produto, então eu tenho sentido assim um pouco essa dificuldade quando a gente encara junto com os produtores a questão de criar uma vida diferente, melhor, trabalhar muito. Agora na maioria das cabeças o que aparece como primeiro lugar, eu tenho um produto, mas este produto custa tanto e aí é isso que aparece, eu acho que do meu ponto de vista nós teríamos que ir levando mais além o que se tem de fazer na forma da troca, qual é esse sentido da troca, com as escolas nós temos, nós vamos receber esta troca, que é na sabedoria, na forma de estar, de ser, existe uma relação, agora uma relação direta agora entre produtor e consumidor, que é essa relação mais direta e aí outra coisa que me chama muito a atenção que é o público que a gente teria que atingir, que poderia estar atingindo e que é a maior dificuldade que a gente tem no mercado. Eu falo isso pela vivência que eu tenho, eu queria dizer assim que eu tenho 14, 15 anos já de vivência dentro de um trabalho solidário no Movimento Sem-Terra (MST), mas tu se depara com uma certa situação assim, que o público alvo que deveríamos estar trabalhando, que são os pobres da cidade, que são iguais a nós, e aí estar desenvolvendo esse projeto de construção social a gente não está conseguindo atingir, por esta relação assim, a produção tem um custo, tem o seu custo e aí como é que tu faz esta transição, que é tu estar repassando para quem necessita um alimento de qualidade e as condições das pessoas não chegam a este ponto, ou seja, o que elas podem pagar não cobre esse custo da produção. Porque o mercado tem regras, é como matemática 2 e 2 são quatro e muitas vezes a gente elabora as coisas teoricamente, é uma crítica que muitos solidários e de quem está na autogestão há mais de 16 anos e que vive dentro de uma fábrica e que no fim do mês a gente não tivesse faturado e vendido no mercado capitalista não tinha retirada, não tinha pró-labore pra ninguém lá dentro, então a gente tem que raciocinar dentro de uma economia de mercado (João Guilherme, MST, participante do Fórum de Economia Solidária, 08/2002).

Na trajetória histórica das organizações que compõem o Fórum de Economia Solidária, vimos os homens do espaço do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, desprovidos de qualquer propriedade, desvalorizados inclusive como força de trabalho, simples mercadoria vendável ao capital, mas desnecessária à auto-valorização do valor. Os homens do espaço da Agreco, ainda presos à sua propriedade, buscando desesperadamente valorizar a sua mercadoria, na forma de produtos orgânicos. Observamos esses dois espaços singulares unirem-se pela sua igualdade: homens desvalorizados. Evidenciamos na empiria a luta dos homens para se efetivarem como *seres viventes* nesta sociedade, buscando ultrapassar as suas condições dadas. E observamos também, nesses espaços em luta, sendo tecidas possibilidades

de uma sociedade do *vir-a-ser*, ainda que plasmadas no e pelo capital. São elas, portanto, espaços de transitoriedade, sabem o que não querem ser: homens burgueses, sem saber ainda o que serão. Esse espaço transitório, ainda que no capital, parece estar constituindo-se mesmo que os homens dele ainda não tenham plena consciência.

O novo, que busca nascer como superação das condições dadas como homens burgueses, vem assim, imbricado pelo velho, a consciência evidencia nesses avanços e recuos. Os homens sabem-se desvalorizados, sabem que como homens burgueses a efetivação de suas vidas não está garantida, a não ser a sua maior desvalorização, se é que isso se faz possível, unem-se para além de seus próprios espaços Fórum do Maciço e Agreco, constroem um novo espaço, o Fórum de Economia Solidária, uma empiria mais avançada, isto é, uma alienação em estágio superior, em processo à desalienação.

No mundo atual, sociedade capitalista, em que

as forças produtivas não param de destruir as velhas pela criação de novas formas de os homens produzirem sua existência material. As relações sociais não suportam mais as discriminações oriundas das desigualdades entre os seres humanos. Homens, mulheres, negros, índios, muçulmanos, budistas, homossexuais, jovens, velhos, etc. lutam por igualdade e liberdade. A velha bandeira da Revolução Francesa – igualdade, fraternidade e liberdade – ainda não espalhou seu manto sobre todos os homens e os territórios da face da terra. Há de ser conquistada (AUED, 2005, p.4).

Os homens lutam, e lutam juntos, unidos, como práxis histórica resultante das condições legadas historicamente a eles pelos seus antepassados, unem-se para juntos reivindicarem seus direitos sociais. Lutam à medida que o velho engendra o novo e vem abolindo a si mesmo, ainda que nessa contraditoriedade de se fazer homens sociais hoje. Lutam pela preservação do meio ambiente, pela não discriminação racial, pelos direitos das mulheres, dos povos indígenas, etc. Lutam por direitos, por universalidades ainda não conquistadas, mas evidenciadas a partir dos ideais da Revolução Francesa: igualdade, liberdade e fraternidade a todos os homens. Manto ainda não espalhado sobre todos os homens.

Essas lutas históricas configuram-se, atualmente, no que vem se evidenciando como o mais avançado no modo de produção capitalista. A configuração dessas lutas é síntese histórica: contém em si todas as lutas anteriores dos homens produtores diretos.

No Fórum do Maciço do Morro da Cruz os homens tecem lutas universais, não são somente lutas pela vida, embora também o sejam, os homens ali, naquele espaço singular, lutam por necessidades universalmente postas. Uma luta universal que ainda situa-se no *reino da necessidade*. Os homens unem-se para lutar. No dizer de Marx (1974b, p.942, l.3, vol.

VI): “o selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado”.

Entretanto, nesses percursos, nessas lutas, há que se perceber sinalizações do rompimento com o velho e a constituição do novo, ainda que em transitoriedade. Vimos nos vários Projetos sociais construídos pelos homens que compõem o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, a Agreco e o Fórum de Economia Solidária essa constituição empírica, essa luta pela implementação de relações solidárias, não mais abstratas, humanas. Percebem em suas construções um outro mundo aparecendo como possibilidade:

vemos por que por dentro disso quantos fios nós vamos resgatando, quantos fios nós vamos construindo e essa rede vai se redesenhando e em que todos nós vamos co-participando, censo de pertença com responsabilidade e a questão da utopia, eu acho que a gente de novo vai descobrindo sonhos adormecidos e a utopia que vai se construindo nessa possibilidade e aí eu creio que a grande questão é a gente deixar um legado para as futuras gerações. O que de bom a gente pode deixar para o mundo é um legado, e o legado que a gente pode deixar é um mundo melhor, e um mundo melhor concreto visível, palpável, com projetos, com opções para que essa moçada que vem depois da gente pode seguir os trilhos, caminhar nestes trilhos, seguir construindo esses trilhos e avançar na reconstrução deste planeta (Pe. Vilson Groh, Coordenador do Fórum do Maciço, 03/2002).

As trocas entre ambos os territórios que ocorreram, tecem-se em solidariedade:

Dona Ana passou um conhecimento do saber, uma cultura que quem está na cidade e nunca botou o pé na roça, não sabe esse saber, depois o aipim não era mais problema. Então essa interação é positiva. Outro problema era o pão de milho o pessoal dizia o pão de milho é apolentado, a casca é muito preta e ainda vem com uns fiapos de folha de caité e de banana, depois quando a agricultora começa a contar a cultura do milho, como é feito o pão de milho, porque ele é feito na folha de bananeira ou do caité, e depois fizemos um café colonial e todo mundo gostou e o pão de milho não era mais problema, então o que se comenta é que há uma relação de reciprocidade onde o saber adquire um outro significado e começamos a compreender uma relação onde a interação dos saberes entre a academia, as escolas e entre os agricultores e entre os Morros começa a adquirir significados e uma valorização deste significado, deste saber (Pe. Vilson Groh, Coordenador do Fórum do Maciço, 08/2002).

Expressam-se como homens para além de seu ser trabalhador,

aqui, esse exercício, ele nos chama a sermos espécie humana e não apenas indivíduos e eu sempre senti muito forte esse chamado aqui das outras pessoas exigindo da gente uma contínua conversão. É um novo paradigma, é algo novo, e nós queremos como seres humanos, nós temos isso em nossa essência, nós somos chamados a nos mudar a nos transformar continuamente, nós somos chamados a mudança continuamente, a nos mudar; então essa condição de conversão de mudança, de transformação, quando é que a gente acha – num lugar como esse, onde tem diferenças, onde tem conflitos, mas onde eles podem ser qualificados (Wilson Schmidt, Coordenador da Agreco, 03/2003).

Vêm suas construções ainda que tênues, ainda que imbricadas pelo capital, mas que também sinalizam a construção de novas possibilidades:

não existe em lugar nenhum neste país, os novos Governos principalmente o Governo Federal na perspectiva de mudança, quando se dizia que não existe uma proposta construída pela sociedade, foi trabalhado muito tempo a contestação e nós sabemos que não queríamos o neoliberalismo, mas foi construída uma proposta por mais insipiente que tenha sido, por mais precárias que tenham sido as nossas práticas nós conseguimos visualizar o que é uma proposta de desenvolvimento territorial, de um pacto territorial campo–cidade e de desenvolvimento de nossas regiões aqui de Santa Catarina; que podem ser aplicadas em qualquer lugar nesse país. Nós podemos ter a certeza de que a rede se fortaleceu, e nós ficamos muitos felizes e quando eu olho lá na Agreco o que eu vejo, as vezes não que tenha aquela renda maior, não tem aquela visão ainda assim reduzida só a economia e não tenha dado tantos passos, mas eu vejo aquele agricultor completamente diferente, um agricultor que acredita em si que luta que acredita que o país pode melhorar, pode mudar (Wilson Schmidt, Coordenador da Agreco, 02/2003).

Os homens produtores diretos percebendo a si mesmos como transitoriedade ampliam sua escala de alienação em processo de desalienação:

os jovens, os meninos indo para a universidade, isso é uma diferença. Outra diferença é que o Valnério trabalha com outra perspectiva. A situação da renda etc melhorou bastante para a vida do Valnério, depois que ele entrou na Agreco, mas melhorou qualitativamente, ele talvez não conte vantagens na renda, mas o que mudou é que as condições deram a possibilidade da filha ir para uma universidade e ter a perspectiva de retornar e trabalhar aqui. Isso mudou. Antes não havia. Então isso mudou radicalmente na região. As pessoas não sentem inferioridade na sua auto-estima de ser agricultor. O agricultor viabiliza, o Neno (Coordenador da Acolhida na Colônia) observou na Encosta da Serra Geral foi uma roda de conversa onde falavam o pessoal do urbano e também o pessoal do rural. Valnério estava a vontade para verbalizar isso (Wilson Schmidt, Coordenador da Agreco, 03/2004).

Em suas lutas, a solidariedade aparece como novo nexos, como possibilidade, e também apreendem empiricamente as dificuldades de implementá-la efetivamente como forma nova de produção de suas existências.

Então se falou aqui em rede. Rede é abandonar o individualismo, a competição, o egocentrismo, rede é saber tolerar, é saber ceder, saber escutar o que os outros têm a dizer, a opinião dos outros. E não encarar o outro como concorrente, nós não somos concorrentes, somos semelhantes procurando nos colocarmos no mercado e nesse relacionamento. Na verdade é mudar esta postura, é pensar em um outro tipo de relacionamento e aí entra bastante a noção de comprometimento, cada um com a sua associação (Wilson Schmidt (Feijão), professor do Departamento de Agronomia da UFSC e participante da Agreco, 08/2002).

Aparecem como solidariedade no Fórum do Maciço do Morro da Cruz quando busca envolver os homens desvalorizados, sem nenhuma propriedade, em projetos sociais que lhes possibilitam construir alternativas para além de sua desvalorização envolvendo-os, ou como

participantes em atividades que se destinam às crianças e aos adolescentes; ou como professores do Projeto Pré-vestibular da Cidadania, ou como membros do próprio Fórum do Maciço; ou como participantes que necessitam desses “cuidados”, isto é, que precisam ainda, por exemplo, resolver a questão de entrar em uma universidade e não têm acesso a cursos preparatórios pagos, e vêm no Projeto Pré-vestibular da Cidadania um caminho.

Entrar para o Pré-Vestibular da Cidadania, lá em Florianópolis foi uma porta que se abriu, eu nunca imaginei que eu daqui de Santa Rosa ia conseguir chegar lá, ia ter possibilidade de fazer um pré-vestibular com professores ótimos, ia ter um lugar onde alguém me recebesse, nunca imaginei, nunca pensei que isso pudesse acontecer, mas foi muito bom, muito bom mesmo. E depois de formada eu vou voltar para cá, com certeza. Vou fazer agronomia (Lucilene, filha de agricultores da Agreco, 03/2004)

Aqui antes da Agreco e da relação com Florianópolis não se tinha perspectiva para os filhos, não se via futuro para eles, nosso caminho era só de ida, e hoje já se criou esse espaço para os filhos poderem estudar e voltarem e abrirem possibilidades aqui, nós vamos chegar a ter condições de trabalho para eles aqui através desse modelo de trabalho da AGRECO. Se os filhos estudam eles também vão ter oportunidade de trabalhar aqui se quiserem, estamos trabalhando para isso, coisa que antes não se podia pensar (Valnério, agricultor da Agreco, 03/2004)

Nos Projetos para as crianças como o “Projeto Travessia”, a “Casa da Criança”, as “Oficinas do Saber” que construíram-se, como um “sonho-sonhado” (SOUZA, 2002) para que os filhos dos homens desvalorizados se construíssem para além das condições degenerativas intensamente presentes naqueles seus espaços de residência. Nos quais cada criança,

é sustentada a partir do brincar, na intenção de resgatar a criança na sua dignidade, devolvendo-lhe a beleza da infância, e tendo como fios condutores de reflexão, o brincar e o afeto. Cada uma do seu jeito, é olhada, sentida, acariciada, ouvida e respeitada num espaço onde ser criança é a expressão do cotidiano. O professor não alfabetiza, mas organiza os dados para que a criança aproprie-se do seu processo de alfabetização (MENDES, 2001).

E também nas lutas para a implementação dos Projetos da “Escola Aberta” e da “Escola Integral”, “Programa Saber e Sabor”, em que as escolas públicas buscam se construir em locais onde os alunos possam permanecer e desfrutar de uma educação de melhor qualidade. Nos quais coloca-se

ressignificação do espaço (...), construindo uma cultura solidária, ética e fraterna, em vista de sujeitos capazes de processos organizativos, transformadores da sociedade. Queremos contribuir para a formação de sujeitos capazes de agir eticamente, ter senso de estética, sensibilidade, desejo de participação, compromisso com o outro, ser solidário e crítico (FÓRUM DO MACIÇO, 2005).

Nesses espaços sociais está se pressupondo que as necessidades dos que deles participam estão resolvidas, isto é, ali há alimentação, há espaço para a realização da higiene



peçoal, etc. Neles permite-se o início de um processo de aprendizagem social, ainda que em um lugar singular, há aulas de música, de pintura, de dança, de teatro, etc. Não significando que essa aprendizagem resulte em transformar os alunos em pintores, músicos, etc., muito embora possa acontecê-lo. Em nosso entender o que isso expressa é que aquela singularidade expressa a universalidade produzida pelo *reino da necessidade*. E nesse *reino da necessidade* esboça-se, ainda que de forma tênue, o *reino da liberdade* à medida que esses alunos, no tempo em que participem desses projetos saboreiam a possibilidade desse *reino* em suas vidas. No instante em que participam dos projetos suas necessidades estão resolvidas, e o *reino da liberdade* se expressa ainda que contraditoriamente e de forma tênue, transitória. Entendendo-se assim a frustração dos alunos e dos pais que é deixar de participar dos projetos ao atingir a idade adulta. Vislumbra-se o *reino da liberdade*, desenvolvendo nos alunos potencialidades humanas, mas sem nenhuma garantia de sua efetividade.

Na Agreco, esta é uma de suas grandes preocupações: construir caminhos por onde os filhos depois de adultos possam encontrar possibilidades de resolver as questões materiais vinculadas à vida, o *reino da necessidade*. Seu sistema de agroindústrias propõe a solução desta questão: oferecendo um lugar para o trabalho desses jovens. Permanecem, portanto, estreitamente vinculados ao *reino da necessidade*. Entretanto, sua unidade e sua produção orgânica evidenciam-se como uma universalidade *para além* da constituída pelo mundo burguês.

É fazer com que os jovens agricultores façam a Universidade, mas voltem para a roça e nós já temos uma experiência de uma menina da Agreco que está fazendo agronomia que passou por um dos nossos projetos que é o Projeto Pré-Vestibular da Cidadania que vai voltar de novo para lá, e ao mesmo tempo articular nos Morros essa população para a perspectiva, para a cultura da Universidade. (Pe. Vilson Groh, 08/2002).

As lutas no Fórum do Maciço do Morro da Cruz como um processo de construção dos homens reais para superação do espaço de desvalorização e degenerescência a que estão submetidos, tece-se como uma luta pela vida e também como uma luta para além dela. São lutas que se explicitam no espaço singular do Maciço do Morro da Cruz, mas que evidenciam o que há de mais avançado no modo de produção capitalista, como universalidade: a desvalorização dos homens produtores diretos.

Naquele espaço luta-se pela implementação de um ambiente saudável, sem a existência de lixos espalhados, moradias dignas, acesso a saneamento básico, energia elétrica, postos de saúde, segurança, educação de qualidade para todas as crianças e jovens, trabalho. Lutas universais de todos os homens.

Unir-se, acessar a riqueza social para melhorar as condições da existência:

a idéia do Fórum foi se consolidando (...) essa situação que a gente estava vivendo com a violência (...) o porque desse Fórum que se nós não começássemos a ter mais conhecimentos, condições melhores para nós mesmos nos entender e lutar, porque senão, não íamos conseguir sobreviver no lugar onde estávamos, principalmente por causa da violência (...) as pessoas não agüentam mais. Tem as outras questões aqui falta tudo, não tem trabalho. (...) Tem sido muita luta mesmo (D. Morro do Mont Serrat, 09/03).

Percebe-se os limites para a reprodução dos homens trabalhadores diretos, no espaço do Maciço, o caminho para superá-lo tem sido o da sua união:

esse Fórum foi acontecendo, eu acho que foi formado em uma época certa porque ele tinha que ser começado assim, as coisas nas comunidades estão muito complicadas, e depois ele não podia começar de cima para baixo (E. Morro do Mocotó, 10/2003).

Reivindica-se da sociedade, naquele espaço singular dos homens produtores desvalorizados, o direito a mesma existência dos espaços de riqueza da cidade de Florianópolis, como por exemplo, a sua área central:

foi a questão do lixo nos Morros e todo o problema da violência. Hoje nós temos um problema seríssimo com o lixo. O lixo para nós, ontem nós estávamos ali num movimento ali na creche com os pais ali, é uma problemática, sabe por quê? Porque as lixeiras estão deterioradas e a gente pede, pede, pede a COMCAP para vim arrumar, e não tem? faça agora, não tem recurso, então você vê que é um problema sério para nós, porque nós estamos criando muitos, muitos ratos. E ontem foi debatido a enorme quantidade de perigo por causa da quantidade de rato na creche. E vem subindo? As lixeiras estão deterioradas, então quer dizer o pessoal vem e bota o lixo ... (V. Morro da Queimada – entrevista concedida a Scheibe e Buss, 09/2001).

A luta pela segurança, pela qualidade de vida:

um dos eixos temáticos foi a questão da segurança e qualidade de vida, logo a gente pensou em trabalhar essas duas dimensões articuladas (Pe. Vilson Groh, 07/ 2004).

Luta-se pela vida, pelo tecer-se em vida para além das condições dadas, ainda que se evidenciem como a busca por mais trabalho:

tem o lixo que já foi colocado como importante, (...) [mas], nos últimos tempos, principalmente o crescimento do desemprego, falta de condições de trabalho, de geração de renda, isso são aspectos muito importantes, principalmente os jovens, eles deixam a escolas não tem outras atividades e ficam dependendo de alternativas, muitas vezes a sobrevivência fica a encargo das drogas e outras do roubo, e um outro aspecto é o combate a violência que está muito pesado mesmo, um dos elementos mais físicos que a gente discutiu é áreas de lazer, não tem nada. Isso sem falar na infraestrutura que já foi melhor e hoje está cada vez mais precarizada, a

gente percebe que a qualidade de vida está caindo, diminuindo do que já teve alguns anos atrás, as conquistas, as lutas da terra, houve um período da luta pela terra na década de 80 a maioria do pessoal já tem título da terra, a regularização da terra. Ruas, águas, tem áreas que tinha ruas hoje está complicado, tinha casa que tinha água hoje já não tem mais porque a situação ficou complicada e não pagou, algumas casas estão caindo. Quando houve a luta pela terra, conseguimos colocar cada família em cada terreno, hoje como não tem mais terra, está inchando, a co-habitação é muita, não tinha isso, tem gente construindo sobradinhos, e isso fortalece toda a questão da violência, da falta de condições... (Líderes do Morro do Horácio e do Morro da Penitenciária, 07/2003).

Na Agreco, a luta é tecida pela implementação da valorização das mercadorias produzidas organicamente. Unindo-se, os homens lutam para sair do processo de desvalorização em que se encontram, sua união, tecida no e pelo modo de produção capitalista tem sido a possibilidade encontrada para a efetivação de suas vidas, ainda que sob as velhas formas burguesas. A sua união como consciência evidencia que já se sabem desvalorizados e lutam para transformar as condições dadas em formas novas, mas estas vêm plasmadas pelas velhas. É a alternativa que vem sendo construída por esses homens uma vez que estão sendo auto-destruídos até nas suas condições biológicas. Ao se defrontarem com a imensa quantidade de riqueza socialmente produzida, lutam para ter acesso a coisas que não possuem, lutam pela propriedade privada como universalidade “comunismo ainda rudimentar”.

O vínculo entre o Fórum do Maciço do Morro da Cruz e a Agreco, espaços singulares da universalidade se expressar, configurando a construção de uma nova espacialização, o Fórum de Economia Solidária, o qual constitui-se em um avanço, à medida que ampliam sua luta mais ela se universaliza, mais os limites do mundo burguês evidenciam-se em limites que necessitam ser ultrapassados. E mais, constroem-se possibilidades para sua superação. A unidade no Fórum de Economia Solidária evidencia empiricamente um avanço, uma consciência mais avançada do grau de sua própria alienação em processo de desalienação. Entretanto há um descompasso entre essa unidade, em vista dela ainda tecer-se pelas singularidades de ambos os espaços.

Esses espaços de luta dos homens trabalhadores diretos trazem em si como elemento constitutivo, presente, o homem ainda como *ser trabalhador* (AUED, 2004; 2005), *mercadoria consciente de si, mercadoria humana*, mas engendra também naquelas ações a consciência da impossibilidade de se reproduzir como capital e luta para superá-las, porque nada mais lhe resta. Ao mesmo tempo em que nelas evidencia-se o limite burguês, e se faz ainda como *ser trabalhador*, ao unir-se em luta apreende que esta unidade entre todos os homens trabalhadores diretos como solidariedade é o que se tem apresentado como possibilidade de superação daquelas condições dadas: desalienando-se ao elevar o grau da

alienação. Ou seja, toma consciência da impossibilidade de se auto-valorizar como força produtiva, de se constituir como *ser trabalhador* assalariado, percebe a imensa massa de riqueza confrontando-se com sua miserabilidade, não se percebe nela; sabe que individualmente não consegue se reproduzir mais. Alienação em seu mais elevado grau, esfumaçando-se pelo ar, sua primeira supra-sunção “é sempre sua universalização, o alargamento de sua existência”<sup>115</sup> (MARX, 2004, p.76). Luta pela “propriedade privada como universalidade”, e realiza como tendência a igualdade entre todos os homens, ainda que na forma burguesa.

Assim o *reino da liberdade* aparece posto como forma contraditória naqueles espaços singulares. É que os homens ao reproduzirem-se nesta sociedade ampliam suas *carências*, ampliam o *reino da necessidade*: onde “aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las”. Ao homem constituir-se como ser social também as necessidades fazem-se como necessidades sociais: os homens, hoje, tem necessidade de um computador em suas residências interconectado com o mundo com a tecnologia mais avançada, por exemplo. Faz-se necessário também a todos os homens vestir-se e alimentar-se dignamente; ter acesso a bons médicos, dentistas; educação com qualidade; segurança; boas residências; ir ao teatro, cinema, ter acesso à cultura etc. Isto é, a produção social permite que as necessidades sociais se manifestem como comuns a todos os homens. Todos têm direito a uma existência humana. Coloca-se, assim, como possibilidade, ainda no mundo do capital, a *genuína singularidade*, a *genuína individualidade*.

Assim é que percebemos que a luta do Fórum do Maciço, da Agreco e juntos no Fórum de Economia Solidária não se faz somente para matar a fome, ainda que o seja também, manifesta-se como singularidade da universalidade de todos os homens: a luta por matar “outras fomes”. Isso está posto, mesmo na degenerescência, mesmo no espaço dos homens desvalorizados, porque esse homem empiricamente é ser social. Ele já não luta somente pelo *reino da necessidade* ele aponta, ainda que em pequenos nexos, pequenos vislumbres, para o *reino da liberdade*. Ao os homens unirem-se em luta, ao experienciarem

---

<sup>115</sup> Marx refere-se ao monopólio da terra cuja forma primeira de supra-sunção “é sempre sua universalização, o alargamento de sua existência. A supra-sunção do monopólio, que atingiu sua existência mais ampla e abrangente possível, é a sua completa aniquilação. A associação (*association*), aplicada à terra e ao solo, partilha a vantagem da grande posse fundiária do ponto de vista nacional-econômico, e realiza primeiramente a tendência originária da divisão, a saber, a igualdade, assim como ela também coloca a ligação afetiva do homem com a terra de um modo racional e não mais [mediado] pela servidão, pela dominação e por uma tola mística da propriedade, quando a terra deixa de ser um objeto de regateio e se torna novamente, mediante o trabalho livre e a livre fruição, uma propriedade verdadeira e pessoal do homem. Uma grande vantagem da divisão é que a sua massa se arruína na propriedade de um outro modo do que na indústria, uma massa que não pode mais decidir-se pela servidão” (2004, p.76). O que queremos evidenciar aqui é que a *supra-sunção* das categorias empíricas burguesas consiste sempre em levá-las às últimas consequências.

em seus espaços singulares o fazem com seres sociais, universais, que são. Suas lutas expressam esse conteúdo.

Com a ampliação do *reino da necessidade*, configura-se materialmente o *reino da liberdade* que aparece como possibilidade aos homens, ainda que se manifeste somente em movimento, acende-se para apagar-se logo em seguida, feito fagulhas, vaga-lumes, ainda que sua chama esteja sempre presente.

Faz-se vislumbrar nas lutas dos homens que descrevemos, mesmo através da mediação com o Estado na implementação da merenda sem agrotóxico para as crianças das escolas públicas, ainda que não todas, ainda que não todos os dias. O Estado ao transformar em Lei o fornecimento da merenda orgânica a todas as escolas públicas do estado de Santa Catarina faz evidenciar o limite da forma de organização da produção da Agreco, pela sua ampliação, isto é, a impossibilidade de uma produção pautada na subjetividade humana, na produção em pequena escala; em pequenas agroindústrias, universalizar-se a todos os homens. Ao transformar-se em Lei não houve possibilidades daquela produção ser realizada na escala solicitada<sup>116</sup>.

Trata-se de um belo projeto, em que todos concordam, fornecer uma alimentação de qualidade às crianças ao mesmo tempo em que se constitui um projeto pedagógico que discuta o meio ambiente e a necessidade de sua preservação, abre-se espaços para uma escola em tempo integral e aberta a todos os homens, é fato que se coloca para além do *reino da necessidade*, mas sua efetivação no modo de produção capitalista se faz limitada, em vista da produção pautar-se pela auto-valorização. Transitoriedade, portanto.

Mesmo na Agreco e seu “nicho de mercado” para produtos orgânicos, evidencia uma consciência empírica mais desenvolvida, mais social; é necessário preservar o meio ambiente, produzir alimentos de qualidade. Ainda que só os homens com melhor renda os acessem. Isto é, somente buscam-se alimentos de qualidade superior quando a fome já está saciada, e no modo de produção capitalista, somente para alguns homens essa condição está pressuposta, em vista de sua própria contraditoriedade: produção social, apropriação privada; conforme já explicitamos.

Só é possível pensar um homem melhor, pensar em um ser humano melhor, a partir do momento em que o *reino da necessidade* está plenamente desenvolvido, o homem como ser social estar constituído, portanto.

---

<sup>116</sup> Conforme consta no capítulo sobre o Fórum de Economia Solidária. Hoje, o Programa Sabor e Saber fornece merenda orgânica somente a alguns municípios do estado, uma vez durante a semana.

Assim, evidencia-se que o homem ao fazer-se ser social, nega e supera tudo que se faz individual, isso coloca para a Agreco e para o Fórum do Maciço, a necessidade de abolir a si mesmo enquanto uma luta ainda no *reino da necessidade*. A universalidade capitalista, coloca para a Agreco que ela tem de ser mais produtiva do contrário será desnecessária, mesmo no mundo do capital. E para além dele, organizar-se produtivamente, não para ampliar o *reino da necessidade*, mas para entrar no *reino da liberdade* que não é de pobreza e pauperismo, mas de abundância, de tudo e para todos.

Assim também para o Fórum do Maciço, que a partir da universalidade do Estado, luta para satisfazer suas necessidades sociais: saúde, educação, segurança, habitação, alimentação, etc. O Estado evidencia-se insuficiente.

Quando vender a força de trabalho também não é mais suficiente para se produzir a vida de alguém, o Estado passou a ser o responsável para mantê-la. Esta singularidade social se generalizou na humanidade no século XX. Grandes lutas e batalhas foram travadas pelos trabalhadores, e ainda o são, para que o Estado garanta as condições de sobrevivência social dos homens (AUED, 2002, p.41).

O Estado, neste início do século XXI, tem mostrado sinais de seu esgotamento, e isso se faz empiria no espaço do Fórum do Maciço. Apesar de todas as ações do Estado, a degeneração, a miserabilidade, o narcotráfico, prosseguem se fazendo. Também a universalidade se singulariza e evidencia os limites dos homens burgueses e mostra que, ainda que em transitoriedade, o *reino da liberdade* faz-se presente: nos projetos sociais em que se educa para que todas as crianças tenham uma educação de qualidade; na luta pela qualidade de vida; na preservação do meio ambiente; na luta por iluminação pública, saneamento básico, etc; e na sua própria unidade em luta.

Evidencia-se como empiria mais avançada a unidade entre o Fórum do Maciço e a Agreco, para além deles mesmos, no Fórum de Economia Solidária, e, portanto, também como uma consciência de superação das condições dadas de ambos os espaços. Muito embora sua constituição tenha sido efêmera, não conseguindo implementar-se em vista do descompasso entre as singularidades de ambas as lutas. Seus vínculos, entretanto, geraram possibilidades para além do *reino da necessidade* indicando sua forma transitória como: “em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo” (MARX, 1991, p.509, I.3, v.V).

Para a Agreco, a consciência do mundo é ainda uma consciência do lugar como alternativa à reprodução das condições antigas de vida, que outrora pareciam melhores do que

hoje o são, e assim se fazia. Há cerca de uma geração anterior à existente, no espaço da Agreco, se fazia possível viver através da posse da terra e do seu próprio trabalho, dela retirava-se o suficiente para o sustento de toda a família, hoje, entretanto, esta possibilidade está esgotada. O grau de socialização atingiu um ponto tal que as condições locais têm de ser compatíveis com a escala universal; embora não se processem em cada lugar de forma homogênea, mas o caráter das forças produtivas impõe nexos, mediações, relações com o local em escala mundial. As escalas pressupõem um nexo de sociabilidade entre os homens no qual todos os homens conectam-se entre si, tenham ou não consciência e a determinação da vida de cada um se faz como um processo do qual participa toda a sociedade, ainda que presa a singularidades específicas locais.

De tal forma que a desvalorização dos homens trabalhadores diretos nos espaços do Fórum do Maciço e da Agreco, embora explicitada em seus espaços singulares evidencie o que há de mais avançado no modo de produção capitalista. Ou seja, a escala universal se territorializa como miséria, como desvalorização em ambos os espaços e resolvê-los também passa a ser questão de toda a sociedade. Esses espaços da desvalorização dos homens trabalhadores diretos contrapõem-se aos espaços de riqueza dos *shoppings centers*, das indústrias de alta tecnologia; são universalidades explicitando-se em formas singulares.

Se, no início do século XXI, a impossibilidade de os homens produtores diretos valorizarem-se como mercadoria faz-se como universalidade, estão desprovidos dos meios de produção, ou se os têm como é o caso da Agreco, estes se mostram insuficientes, e também evidencia-se a insuficiência do Estado para manter a vida de todas as pessoas, a Igreja e os partidos políticos e a própria família mostram-se também insuficientes, se outrora o foram, essa possibilidade, agora, se faz esgotada. O que fazer? A luta é que se tem explicitado como singularidade nesses espaços; e também o submundo: a prostituição, o narcotráfico.

Mesmo a busca na mediação do Estado tem sido insuficiente, algumas leis foram feitas e embora importantes, a vida é ainda uma dura luta. No Maciço, o narcotráfico ainda aparece como uma solução, na Agreco o que aparece ainda é a migração para o urbano, e aparece justamente porque no Estado não estão postas às condições que permitam reproduzir-se, embora apareçam estar no Estado, ele tem se mostrado insuficiente. No vínculo entre ambos os espaços há um avanço, mas há um descompasso entre as singularidades. Ambos os espaços como universalidades históricas vão se explicitando em formas singulares, assim, sua solução só pode também dar-se em escala universal. O modo capitalista de produção tem mostrado como solução histórica que estas são questões universais e em se desvelando como questões

universais são problemas de toda a sociedade e sua solução impõe-se também como uma solução universal.

O que o modo de produção capitalista está mostrando para nós, como solução histórica, é que o problema da criança [miserável] é um problema de todas as pessoas, é um problema da sociedade; não é um problema do governante, da Igreja, da comunidade, da família, ou dela mesma. Assim como a produção da riqueza no capitalismo maduro é um ato social, a solução para a sobrevivência da criança que vive de pedir esmola também o é (AUED, 2002, p.42).

Assim, o problema do Maciço e da Agreco não é um problema do Maciço e da Agreco, é como uma questão que se explicita naqueles espaços singulares e evidencia o que há de mais avançado no modo de produção capitalista e requer, por isso, uma solução universal. Não se trata, portanto, de “curar” o Morro ou “ecologizar” as Encostas, é como a escala universal que se territorializa como miséria nesses espaços singulares, faz-se em uma questão da sociedade, em uma questão universal. São universalidades que se explicitam em formas singulares, cuja solução deverá ser também universal.

Portanto, desvelam-se em sentidos históricos aquelas lutas no Fórum do Maciço do Morro da Cruz, na Agreco e no Fórum de Economia Solidária. Seus nexos sociais evidenciam o grau de desenvolvimento das forças produtivas universais, sua unidade em luta constitui-se como o que há de mais avançado no modo de produção capitalista, para além de sua própria desvalorização. Evidenciam como empiria que a humanidade precisa encontrar outros caminhos para além do capital, pois acentua-se a cada dia a miserabilidade de milhares de seres humanos, se de humanos ainda é possível chamá-los. Sair do *reino da necessidade* e entrar para o *reino da liberdade genuína* é processo histórico em construção apontado como transitoriedade nas lutas singulares naqueles espaços, cuja teleologia, ainda que imbricada pelo mundo burguês, traz como conteúdo a solidariedade como práxis histórica possível, aqui e agora.

Isso nos permite apreender que a história não acabou<sup>117</sup>, tece-se nas lutas humanas universais dos homens produtores diretos, singularizadas no Fórum do Maciço, na Agreco e no Fórum de Economia Solidária, em que a solidariedade aparece como umnexo social, universal, prene de conteúdo, de esperança do início de uma história verdadeiramente humana, como possibilidade materialmente constituída ainda que nas entranhas da sociedade burguesa.

---

<sup>117</sup> Cf. FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o último homem*. Barcelona: Planeta, 1992.



Ultrapassar aquela condição de *comunismo rude* da “luta pela universalização da propriedade privada” para uma nova sociedade, eis a questão a ser superada pelos homens. Condição em que os homens na produção material de suas existências objetivem homens e não coisas, em que a vida se faça a partir dela e para ela. Vida como pressuposto e resultado. Teleologia com conteúdo modificado: ao invés de o homem conscientemente agir no presente para valorizar o valor no futuro; age no presente para produzir vida futura liberta.

O resultado do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social no modo de produção capitalista é o explicitar a natureza do homem social advinda da produção dos próprios homens. A natureza humana objetivada em força produtiva permite que o homem humanizado se constitua no elemento simples de sua própria existência. Esse elemento simples é o homem consciente de sua universalidade (AUED, 2005, p.20).

Em assim constituindo-se ainda que no mundo burguês tem-se “o homem consciente de sua condição humana” como o germe da sociedade do *vir-a-ser*. O ato teleológico apresenta-se, assim, como a objetivação do homem como homem humanizado, como homem universal (AUED, 2005, p.22-3). Para os homens trabalhadores em luta, coloca-se como um nexos possível. Desvalorizado ao seu extremo luta para a efetivação da vida e para além dela, como um ato social. Entretanto, “a humanização do homem só se completa com o ato teleológico, quando o homem for produto consciente de sua própria práxis. Ao mesmo tempo em que o homem produz capital, também produz homem, porém ainda em estágio embrionário” (AUED, 2005, p.26).

Marx (s/d a, p.211) explica que:

esta é a lei de toda a história, até hoje. Assim, pois, em vez dos tópicos surrados sobre “o trabalho” e “a sociedade”, o que competia era indicar concretamente como, na atual sociedade capitalista, já se produzem, afinal, as condições materiais, etc., que permitem e obrigam os operários a destruir essa maldição social.

Elementos germinais de uma nova sociedade só podem emergir das entranhas da sociedade velha em decomposição. No bojo da sociedade burguesa o homem vem constituindo-se em ser social, cujas singularidades são expressões da universalidade humana. Vimos essa expressão universal singularizar-se nas lutas aqui descritas, demonstrando empiricamente o seu limite burguês, expressando a desvalorização do homem trabalhador, ao mesmo tempo em que esse mesmo homem trabalhador luta para efetivar-se como homem, embora permeado por aquelas condições que lhe são dadas, a partir das quais tem de moldar-se homem e o faz ainda como homem burguês, em vista de que ainda não foi engendrada

outra possibilidade, mas este processo traz em si também, a busca pela sua superação, cujo nexos manifesta-se como solidariedade, práxis histórica possível aos homens em luta, nesta sociedade, abolindo a si mesmo, enquanto *reino da necessidade*. O ser social, ainda que capitalista, demonstra aos homens em luta que eles só podem superar o *reino da necessidade* estando juntos e, tecendo-se em luta vão desfazendo-se de seus elementos burgueses e constituindo novos. A solidariedade aparece assim como, aqui e agora, a teleologia possível, ainda permeada pelo conteúdo burguês, mas também eliminando aquele conteúdo. Pura transitoriedade anunciando que “o *reino da necessidade* pode ser superado pelo *reino da liberdade*” (AUED, 2005, p.30).

Fica posto na materialidade a possibilidade de superação do *reino da necessidade* em vista de que o homem criou as condições necessárias à sua emancipação “ao romper com as condições orgânicas de seu ser” (AUED, 2005, p.30), isto é, ao desfazer-se de seu *ser trabalhador*, pode agora se constituir como homem singular, individual, humanizado, livre, dada a resolução do *reino da necessidade*. O ato teleológico para constituição de uma sociedade do *vir-a-ser*, superior à capitalista, só pode ser o da produção consciente do homem humanizado, fundamentado no ser social.

O comunismo na condição de supra-sunção (*Aufhebung*) positiva da propriedade privada, enquanto *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*) humano, e por isso enquanto *apropriação* efetiva da essência humana pelo e para o homem. Por isso, trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem social, isto é, humano. Este comunismo é, enquanto naturalismo consumado = humanismo, e enquanto humanismo consumado = naturalismo. Ele é a verdadeira dissolução (*Auflösung*) do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução (*Auflösung*) do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-confirmação (*Selbstbestätigung*), entre liberdade e necessidade (*Notwendigkeit*), entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se sabe esta solução (MARX, 2004, p.105).

Na sociedade do *vir-a-ser*, no comunismo,

o homem produz o homem, a si mesmo e ao outro homem; assim como [produz] o objeto, que é o acionamento (*Betätigung*) imediato da sua individualidade e ao mesmo tempo a sua própria existência para o outro homem, [para] a existência deste, e a existência deste para ele (MARX, 2004, p.106)

Da mesma forma que a propriedade privada “é apenas a expressão sensível de que o homem se torna simultaneamente *objetivo* para si e simultaneamente se torna antes um objeto estranho e não humano (*unmenschlich*)” (MARX, 2004, p.108) assim, a supra-sunção positiva da propriedade privada, para além do *reino da necessidade*, no *reino da genuína liberdade*,

com indivíduos singulares, só pode ser o ato teleológico consciente da construção da essência humana plenamente desenvolvida, humanizada, no sentido do *ser*, superação do sentido do *ter*.

A apropriação *sensível* da essência e da vida humanas, do ser humano objetivo, da obra humana para e pelo homem, não pode ser apreendida apenas no sentido da *fruição imediata*, unilateral, não somente no sentido da *posse*, no sentido do *ter*. O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portando como um homem total. Cada uma das suas relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade humana; seu comportamento para com o objeto é o *acionamento da efetividade humana* (por isso ela é precisamente tão múltíplice (*vielfach*) quanto múltíplices são as *determinações essenciais e atividades* humanas), *eficiência* humana e *sofrimento* humano, pois o sofrimento, humanamente apreendido, é uma autofruição do ser humano. (...)

O lugar *de todos* os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do *ter*. A esta absoluta miséria tinha de ser reduzida a essência humana, para com isso trazer para fora de si sua riqueza interior (MARX, 2004, p.108).

Para todos os homens apropriarem-se dessas forças sociais humanas “não somente no sentido da *fruição imediata*”, necessário se faz a superação do homem como ser trabalhador; processo este constituído no modo de produção capitalista, que vem decompondo o homem como ser trabalhador e faz, o homem ser trabalhador, evidenciar-se como elemento comum do processo produtivo. Assim o homem pode apreender os elementos de sua própria existência objetivamente, como coisa comum a todos os homens. Essa condição permite aos homens construir sua verdadeira essência humana, para além do homem trabalhador e apropriarem-se de sua existência pela única forma que lhe é própria: pela consciência, resultado de sua práxis histórica (AUED, 2004 e 2005).

À medida que o homem trabalhador se objetiva em coisas, comuns a todos os homens, unindo-se pela materialidade, imensas forças produtivas são forjadas nesse processo, ainda que como capital. À medida que essa objetivação se processa e as forças produtivas se elevam, os homens constroem-se ainda mais como seres sociais, de tal forma que se constroem também, a si como homens capazes de se apropriarem destas imensas forças produtivas postas à sua disposição. Portanto, também se humanizam. Há que se ver hoje na materialidade, aparece como necessidade histórica saber operar computadores, conectar-se à rede mundial, dominar mais de uma língua. Aparecer como homem analfabeto, sem pleno domínio de letras e números é coisa pré-histórica. Ou seja, à medida que o homem trabalhador aparece decomposto, o mundo do *ter* se expande ainda mais, para acessá-lo necessário se faz

produzir homens, ainda que como capital que sejam mais para apropriarem-se dessa construção.

Assim é que Maciço, Agreco e Fórum de Economia Solidária, vêm-se como desvalorizados e necessitam construir homens capazes de acessar a imensa massa de forças produtivas à disposição. Ao fazê-lo, a educação aparece como necessidade básica, elementar, construir-se para o mundo do ter, desenvolvendo novas faculdades e capacidades individuais. Ao se forjarem como homens aptos para apropriarem-se desse mundo, também se percebem carentes de humanidade e o mundo do ser aparece-lhes como possibilidade. Talvez a continuidade de sua rebeldia lhes aponte ainda essas possibilidades, para nelas construir suas existências como homens humanizados que se objetivam e se constroem como tais.

Em assim se evidenciando o ato teleológico, como empiria, passa a ser

a supra-sunção (*Aufhebung*) positiva da *propriedade privada*, enquanto a apropriação da vida *humana* é, por conseguinte, a supra-sunção positiva de todo estranhamento (*Entfremdung*), portanto o retorno do homem da religião, família, Estado, etc., à sua existência (*Dasein*) *humana*, isto é, *social* (MARX, 2004, p.106).

Ou seja, o ato teleológico como “supra-sunção positiva da propriedade privada” passa a ser a produção consciente do homem pelo próprio homem, o homem gravitando ao redor de si, de sua própria essência, destituído de suas ilusões, como ser social, como homem humanizado.

Sob o pressuposto da propriedade privada positivamente supra-sumida, o homem produz o homem, a si mesmo e ao outro homem; assim como [produz] o objeto, que é o acionamento (*Betätigung*) imediato da sua individualidade e ao mesmo tempo a sua própria existência deste para ele. Igualmente, tanto o material de trabalho quanto o homem enquanto sujeito são resultado quanto ponto de partida do movimento (...). A essência *humana* da natureza, está, em primeiro lugar, para o homem *social*; pois é o primeiro aqui que ela existe para ele na condição de *elo* com o *homem*, na condição de existência sua para o outro e do outro para ele; é primeiro aqui que ela existe como sua própria existência *humana*, assim como também na condição de elemento vital da efetividade humana. É primeiro aqui que a sua existência *natural* se lhe tornou a existência *humana* e a natureza [se tornou] para ele o homem. Portanto, a *sociedade* é a unidade essencial completada (*vollendete*) do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo da natureza levado a efeito (MARX, 2004, p. 106-107).

Portanto, essa teleologia, como “supra-sunção positiva da propriedade privada”, é por conseguinte a emancipação humana, o *reino da liberdade*, significa um homem plenamente desenvolvido, emancipado, humanizado, pois,

a *emancipação* completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornado

*humanos*, tanto subjetiva quanto objetivamente. O olho se tornou olho *humano*, da mesma forma como o seu *objeto* se tornou um objeto social, *humano*, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente e sua práxis, *os sentidos* se tornaram *teoréticos*. Relacionam-se com a *coisa* por querer a coisa, mas a coisa mesma é um comportamento *humano objetivo* consigo própria e com o homem, e vice-versa. Eu só posso, em termos práticos, relacionar-me humanamente com a coisa se a coisa se relaciona humanamente com o homem. A carência ou a fruição perderam, assim, a sua natureza *egoísta* e a natureza a sua mera *utilidade* (*Nützlichkeit*), na medida em que a utilidade (*Nutzen*) se tornou utilidade *humana*.

Da mesma maneira, os sentidos e o espírito do outro homem se tornaram a minha *própria* apropriação. Além destes órgãos imediatos formam-se, por isso órgãos *sociais*, na *forma* da sociedade, logo, por exemplo, a atividade em imediata sociedade com outros etc., tornou-se um órgão da minha *externação de vida* e um modo da apropriação da vida *humana* (MARX, 2004, p.109).

*Para além do reino da necessidade, o reino da genuína liberdade, só poderá constituir-se com a superação do ser trabalhador, isto é, “reduzindo-se ao mínimo o tempo de trabalho para se produzir o ser social”, conforme já apontamos. Marx (1977, p.91, v.2), indica o desaparecimento do tempo de trabalho como critério fundante para a produção da riqueza e aponta o tempo livre, do “não-trabalho” como a categoria empírica de sua superação, sob a qual estruturar-se-á a sociedade do vir-a-ser,*

*el robô de tiempo de trabajo ajeno, sobre el que descansa la riqueza actual, se presenta como una base miserable frente a esta base recién desarrollada, creada por la misma gran industria. Tan pronto como el trabajo en forma inmediata ha dejado de ser la gran fuente de la riqueza, el tiempo de trabajo deja y tiene que dejar de ser su medida y, en consecuencia, el valor de cambio tiene que dejar de ser la medida del valor de uso. El plustrabajo de la masa ha dejado de ser condición para el desarrollo de la riqueza general, así como también el no-trabajo de los pocos ha dejado de ser condición para el desarrollo de las fuerzas generales del cerebro humano. Con ello se derrumba la producción basada sobre el valor de cambio, y el proceso de producción material inmediato pierde la forma de la miseria y del antagonismo. Aquí entra entonces el desarrollo de los individuos, y por lo tanto, la reducción del tiempo de trabajo necesario no para crear plustrabajo, sino la reducción en general del trabajo necesario de la sociedad a un mínimo, al que corresponde entonces la formación artística, científica, etc., de los individuos gracias al tiempo devenido libre y los instrumentos creados para todos ellos.*

Como uma questão estritamente material posta pelo ser social ainda que capitalista, o homem social vem construindo-se como homem humanizado, superando o *reino da necessidade* e dele, emergindo o *reino da genuína liberdade*. Superação do *ser trabalhador* pelo *ser social* plenamente constituído.

Enquanto na sociedade burguesa o ato teleológico se objetiva na valorização do capital, na transição para uma outra sociedade, o ato teleológico será o de objetivar o homem no próprio homem, isto é, o homem como produto consciente do próprio homem, tal como fica explicitado nesse parágrafo, que aqui reproduzimos:

a dependência *universal*, essa forma natural da cooperação dos indivíduos à *escala da história mundial*, será transformada pela revolução comunista em controle e domínio consciente desses poderes que, engendrados pela ação recíproca dos homens uns sobre os outros, se lhes impuseram e os dominaram até agora, como se se tratasse de poderes absolutamente estranhos (MARX e ENGELS, 1974, p.46). O comunismo distingue-se de todos os movimentos que o precederam pelo facto de alterar a base das relações de produção e de trocas anteriores e de, pela primeira vez, tratar as condições naturais prévias como criações dos homens que nos antecederam, despojando-as da sua aparência natural e submetendo-as ao poder dos indivíduos unidos (MARX; ENGELS, 1974, p.84).

No dizer de Marx, o homem gravitará em torno de si próprio tendo por base a ação consciente (teleológica) da projeção do que se quer construir, condicionando a efetivação do futuro no presente. O que se quer construir no presente, com base no futuro são homens humanizados, e não homens desvalorizados.

Portanto, não se trata de desenvolver a máquina, nem a técnica, nem de desenvolver o capital ou as trocas, o mercado mundial, as cooperativas, os fundos de pensão, os fundos de investimento, as empresas estatais ou a produção de valor-de-uso. Trata-se, antes, de desenvolver essas condições materiais para o homem se emancipar de sua desvalorização, quando o homem produz tudo para satisfazer as suas necessidades (o *reino da abundância*), para então entrar no *reino da liberdade*.

Assim, “a objetivação da essência humana”, a superação do *ser trabalhador*, a mudança de conteúdo no ato teleológico humano, “é necessária tanto para fazer *humanos os sentidos* do homem quanto para criar *sentido humano* correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural” (MARX, 2004, p.110). Somente neste ponto pode o homem,

aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de actividade exclusiva, é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar á tarde, pastorear á noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isto a meu bel-prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico (MARX; ENGELS, 1974, p.41).

Eis o fazer dos homens no Fórum do Maciço e na Agreco: a emancipação do mundo das necessidades, a construção de um mundo de possibilidades plenamente humanizadas.

Sintetizando o que explicitamos no decorrer da tese: partimos do que há de mais avançado em nosso tempo, o fato de que o modo de produção capitalista está em fase mais avançada de degeneração, agoniza; em assim se fazendo não consegue produzir a vida dos homens de forma adequada; aparece como empiria aos homens a impossibilidade de retornarem a formas pretéritas de vida, como outrora se fazia possível, pois todos os meios de

vida se tornaram propriedade privada; esses meios de vida só podem ser operados como um ato social. Essa universalidade explicita-se singularmente nos espaços do Fórum do Maciço e da Agreco. A história faz-se assim em explicitar nos lugares a degenerescência do modo de produção capitalista, onde buscamos evidenciar os elementos de sua superação. Portanto, aos homens apresenta-se como alternativa a de lutarem pela construção de uma sociedade superior a capitalista. Eis a discussão posta em Marx: a superação do modo de produção capitalista.

Não temos elementos suficientes para afirmar como será essa nova sociedade, esse fazer-se é ainda um processo inacabado, em construção, mas o seu fundamento é germinado no e pelo modo de produção capitalista, especificando-se assim uma geografia da transitoriedade, que não é uma geografia, nem do capital e nem uma geografia da sociedade de novo tipo, é uma geografia que trás elementos da degeneração da velha sociedade e da germinação da nova. Nosso trabalho é desvelar geograficamente que elementos são estes, em que o velho ainda não morreu e o novo está em germinação.

Somos da tese de que, com base nas formulações de Idaletto Aued fundamentadas em Karl Marx, o novo é o homem como produto e meio do próprio homem como ser humanamente desenvolvido, e o germe que das entranhas do modo de produção capitalista aparece como possibilidade é o homem plenamente consciente de sua existência, isto é, teleologicamente posto, - como produto e resultado de si mesmo – o homem humanizado. Nossa tese foi desvelar em dois experimentos no estado de Santa Catarina o germinar desta espacialização, em que os homens produtores diretos desvalorizados pelo capital, enquanto força produtiva, vem espacializando essa teleologia em relações solidárias.

O Fórum do Maciço do Morro da Cruz, a Agreco e o Fórum de Economia Solidária são os espaços em que buscamos detectar o nascimento dessa transitoriedade, isto é, os elementos da superação da ordem burguesa vigente. Evidencia-se nesses experimentos a impossibilidade dos homens produzirem sua existência como burgueses: capitalistas e assalariados. Mas também não se apresentam como formas de uma nova sociedade. Fazem-se como formas transitórias. Os homens produtores diretos, desvalorizados enquanto força produtiva para o capital, tomam consciência de seu real estado e lutam da forma que se lhes faz possível para superar aquelas condições degenerativas que impõem obstáculos à sua produção e reprodução, como seres vivos.

Esses experimentos sociais apresentam-se socialmente como união consciente dos homens, como cooperação para a produção de suas existências que tem na solidariedade seu

nexo possível. Evidenciando-se como o que há de mais avançado no modo de produção capitalista, na possibilidade de sua superação. A cooperação decorre de uma base social material em que os homens atuam em conjunto para adaptar a natureza as suas necessidades. A solidariedade aparece nesse tempo histórico como uma práxis possível dada essa forma cooperativa dos homens se produzirem através do tempo. A solidariedade aparece assim, não como um ideário vazio de conteúdo, mas emana da forma social de produzir a vida na materialidade. Ela aparece como o nexo real da possibilidade da superação da sociedade burguesa engendrada no próprio modo de produção capitalista. A solidariedade expressa um avanço, entretanto ela é ainda uma forma burguesa. Poderíamos dizer que é uma superação positiva porque o que está em jogo é o próprio homem como objeto e meio de si mesmo.

Fórum do Maciço, Agreco e Fórum de Economia Solidária são formas de lutas reais e possíveis, (existem outras como o é o MST), elas apresentam-se como união consciente dos homens, em assim sendo são expressões do que há de mais avançado no modo de produção capitalista evidenciando seu limite histórico à produção de homens.

Assim, esses experimentos evidenciam o caminho possível, porque a base material está nas mãos dos capitalistas privados sob a forma de sociedades anônimas, cooperativas, fundos de pensão, de investimento, etc. Nesses experimentos, enquanto união solidária dos homens, o ato teleológico ainda que de forma contraditória, vem se manifestando como o ato de produzir homens conscientemente, pois sabem-se desvalorizados, esses homens estão escorregando entre os dedos do capital como areia fina. Estão se desfazendo como força produtiva a valorização do capital.

Ao ampliarem sua luta, ao se constituírem como Fórum de Economia Solidária, o local, Fórum do Maciço e Agreco, se negam enquanto singularidades, enquanto espaços de luta locais. Esse é o seu drama: querem avançar permanecendo como são, em suas singularidades.

O Fórum do Maciço enquanto espaço dos homens produtores diretos desvalorizados que lutam para se auto criarem como força produtiva a disposição do capital, buscam vender sua força de trabalho; buscam qualificar-se; e lutam também por questões sociais, universais, de todos os homens: todas as crianças na escola, educação para todos, saúde para todos, um ambiente saudável para viver, etc.

A Agreco aparece historicamente ainda presa a uma mercadoria específica: aos produtos orgânicos, ao próprio trabalho, e a terra. Lutar pela vida para a Agreco é lutar ainda por manter-se preso a essas singularidades que são para ela o ponto central de sua luta.



Entretanto a Agreco também evidencia avanço para além das categorias empíricas burguesas, em sua unidade, na implementação de um ambiente saudável e na produção de produtos orgânicos para o consumo humano, ainda que nem todos os homens tenham acesso a eles.

No Fórum do Maciço a degeneração do capital é o mais avançado, o que o faz mais próximo da condição humana, aparece vinculado somente a ele mesmo e passa a reivindicar condições da existência como espécie humana. Apropriar-se do universo da única forma humana possível, pelo pensamento. Apropriar-se pelo pensamento do universo é incorporá-lo ao ser do homem como sua natureza, tal qual nos apropriamos de um filme sem o ter fisicamente, mas tão-somente como abstração pensada, isto é, humana.

O Fórum de Economia Solidária aparece como uma empiria mais avançada no sentido da união entre os experimentos singulares no território catarinense, embora vinculados ao Estado, mas também, ainda, sem avançar para além das lutas específicas.

O Estado aparece como universalidade, mas para reproduzir as condições do capital: trabalho, salário e lucro, distribuição de renda, emprego, etc.

O avanço que se configura na sua unidade evidencia as singularidades dos projetos vinculados em seu interior, coloca aos experimentos a necessidade de lutarem por algo que os identifique e não que os diferencie; portanto o Fórum de Economia Solidária é a negação do Fórum do Maciço e da Agreco, negação no sentido de que as suas singularidades não os fazem universais. A universalidade do Fórum de Economia Solidária não é a apropriação da riqueza social para todos mediada pelo Estado, mas produzir a vida dos homens pelos próprios homens – como um ato consciente – ou teleologicamente posto.

Ou seja, o Fórum do Maciço e a Agreco, no Fórum de Economia Solidária para se constituírem nessa outra coisa, só se fará possível pela negação de si, e não pela sua afirmação singular. A universalidade, unidade de ambos no Fórum de Economia Solidária que deveria constituir-se para além do Estado não se efetiva em vista de ambos lutarem, naquele novo espaço constituído, a partir de si mesmos.

Em nossa análise evidenciamos que a produção cada vez mais universal de ambos é a redução do tempo de trabalho para todos, apontando assim um caminho para além do capital, que está na produção de vida humana liberta como pressuposto e resultado, libertando os homens da luta no reino da necessidade, abrindo-se para o reino da liberdade.

Nas palavras de Marx (1985, p. 607):

Dadas a intensidade e a produtividade do trabalho, o tempo que a sociedade tem de empregar na produção material será tanto menor, e, em consequência, tanto maior o tempo conquistado para a atividade livre, espiritual e social dos indivíduos, quanto

mais eqüitativamente se distribua o trabalho entre todos os membros aptos da sociedade, e quanto menos uma camada social possa furtar-se à necessidade natural do trabalho, transferindo-a para outra classe. Então a redução da jornada de trabalho encontra seu último limite na generalização do trabalho. Na sociedade capitalista, consegue-se tempo livre para uma classe, transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho.

O que esses experimentos evidenciam para si mesmos, é a perda de suas ilusões, ou seja, a grande vitória para os homens produtores diretos vinculados a essas lutas é a perda de suas ilusões nas categorias empíricas burguesas; isto é, lutar pelas categorias empíricas burguesas, salário, lucro, renda da terra, é lutar pela sua própria desvalorização enquanto homem trabalhador, mesmo que coletivamente atuando. Todavia, como processo e resultado dessa perda das ilusões, de ver-se crescentemente como homem desvalorizado como força produtiva para o capital, há, contraditoriamente, uma humanização crescente que vai aparecendo em suas próprias lutas, como a luta pela vida, pura e simplesmente. Essa luta pela vida faz-se mais evidente no Fórum do Maciço do que na Agreco, em vista de que no Fórum do Maciço, os homens estão destituídos de tudo, e na Agreco estão presos a uma mercadoria e a um fator de produção.

Ao estarem destituídos de tudo aparece-lhes como possibilidade a apreensão dos elementos de sua própria existência objetivamente, como coisa comum a todos os homens. Essa condição permite-lhes construir sua verdadeira essência humana, para além do homem trabalhador e apropriarem-se de sua existência pela única forma que é própria aos homens: pela consciência, resultado de sua práxis histórica.

Aparece a esses experimentos como empiria a impossibilidade de se efetivarem como homens produtores diretos por meio do capital, e também a ainda impossibilidade de se efetivar como um novo modo de produção enquanto este novo modo de produção não for construído (conscientemente) pelos e para homens produtores diretos sem ser pelo e para o capital. A nova sociedade, ou àquela superior a capitalista emerge como um produto consciente dos homens, porém tendo por base as forças produtivas engendradas na sociedade capitalista. A luta tece-se como produzir renda, emprego, mais trabalho, produtos orgânicos, maior eficiência, se ele não fizer isso ele morre, mas ao fazer isso, ao lutar no e pelo mundo burguês ele vem se degenerando sistematicamente através do tempo, uma degeneração programada e vem buscando outras formas não-destrutivas de reprodução, sem conseguir ainda efetivá-las, pois tece-se nos marcos do capital.

O caminho que temos indicado como salto histórico qualitativo é a produção da vida e não de lucro, de trabalho, de mercadorias, a vida como centralidade, como ato teleológico.

Esse ato teleológico será o de objetivar o homem no próprio homem, isto é, o homem como produto e resultado consciente do próprio homem, explicitando nos homens a separação da sua condição de “reino da necessidade” sobrando-lhes sua plenitude verdadeiramente humana. E o capital potencializa essa relação ao impor-se como modo de produção que une os homens pela materialidade.

Luta-se, assim, nesses experimentos para produzir coisas para libertar o homem do trabalho (reino das necessidades), não se faz mais possível, neste tempo histórico, ficar trabalhando somente para ter coisas, e coisas supérfluas (carro, tv, celular, computador, etc), mas produzir coisas para libertar o homem, para que o homem possa comer bem, morar bem, ter plena mobilidade, ter acesso a todas as coisas e informações, poder usar e ter acesso a todos os resultados dos inventos dos homens. Há necessidade de se ter meios de transporte adequados, moradias, contato entre todas as culturas e tradições, aprender olhar um quadro. Aprender a ouvir música. Que o homem rompa com os movimentos contínuos do trabalho que a máquina o faça. Que o homem esteja plenamente consciente de si, que o produto que ele quer produzir seja o desenvolvimento de suas faculdades humanas e não produzir a materialização das coisas, produzir cadeira, produzir carro, produtos orgânicos... Mas sim produzir um ouvido musical, um olhar social, um paladar refinado sem ser aquele da fome. Enfim ampliar a carência humana. O homem se faz um ser social, emancipa-se. A produção tem de estar voltada para essa eficiência, a ponderação de nossa medida, a unidade padrão de medida de nossa eficiência produtiva será se os homens ouvem bem, falam bem, escutam bem, enxergam bem, sentem bem, enfim, isto é recuperar Marx, que significa entrar no *reino da liberdade*. E para alcançá-lo faz-se necessário que se produza tempo livre e não tempo de trabalho.

A síntese da tese se faz no seu próprio Título: Fórum do Maciço do Morro da Cruz e Agreco como espaço transitório: germinando a espacialização de relações solidárias em Santa Catarina. Ou seja, a espacialização de uma transitoriedade no Fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis e na Agreco no sul do estado de Santa Catarina no fim do século XX e começo do século XXI. Como isso pode ser um caminho que está sendo construído embora seus homens não tenham consciência desse processo, esse é o elemento central de uma geografia da transição.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, Sônia. Urbanização de Encostas crises e possibilidades: o Morro da Cruz como um referencial de projeto de arquitetura de paisagem. *Tese de doutoramento*. FAU-USP, São Paulo, 1999.
- AFONSO, Sônia. Urbanização de Encostas: a ocupação do Morro da Cruz. *Dissertação de Mestrado*. FAU-USP, São Paulo, 1992.
- AGENDA 21 Local. *Município de Florianópolis: meio ambiente quem faz é a gente*. Florianópolis: Prefeitura Municipal, 2000.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Espaço, Território e Região: uma tentativa de Conceituação. *Caderno Prudentino de Geografia* n. 23. Presidente Prudente: AGB, dez. de 2001.
- ALMEIDA, Hélio Romito de. Desequilíbrios Funcionais do Aglomerado Urbano de Florianópolis, sua relação com a micro-região da grande Florianópolis. *Apostila do curso de Especialização em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Geociências da UFSC*. Florianópolis, 1977.
- AUED, Idaletto Malvezzi. Estratégia e contradições na construção da URSS: socialismo de menos, capitalismo de mais (1917-1929). *Tese de Doutorado* em Geografia Humana, Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996.
- \_\_\_\_\_. Dois dedos de prosa com Karl Marx sobre O Capital. *Texto para discussão*, UFSC - Centro Sócio Econômico, 1997.
- \_\_\_\_\_. Transição ao Socialismo: o caso da URSS. *Revista Praxis*, Ano. IV, nº 10. Belo Horizonte: Projeto, out 1997-fev 1998.
- \_\_\_\_\_. Capital e emancipação humana: o ser social. In: AUED, Bernardete Wrublevski. (org.). *Educação para o (des) emprego*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. Marxismo e geografia. In: ALBA, R. S. et alii. *O ensino da Geografia no novo milênio*. Chapecó: Argos, 2002. pp.13-58.
- \_\_\_\_\_. Alienação, divisão do trabalho e manufatura em Karl Marx: ou de como libertar o trabalhador do trabalho. Trabalho apresentado como Seminário no GT: “*Trabalho e pensamento social no século XX*”, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP, Araraquara (SP), dezembro de 2004.
- \_\_\_\_\_. Alienação, maquinaria e grande indústria moderna em Karl Marx: ou de como o homem se liberta do trabalhador. Trabalho apresentado como Seminário no GT: “*Trabalho e pensamento social no século XX*”, coordenado pelo Prof. Dr. Benedito Rodrigues de Moraes Neto, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP – Araraquara (SP), abril de 2005a.
- \_\_\_\_\_. Transcendência (aufhebung), alienação, manufatura e maquinaria em Karl Marx: ou de como o homem supera sua desumanização e faz-se homem plenamente desenvolvido. Trabalho apresentado com Seminário no GT: “*Trabalho e pensamento social no século XX*”, coordenado pelo Prof. Dr. Benedito Rodrigues de Moraes Neto, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP – Araraquara (SP), junho de 2005.

- AMORA, Ana Albano. AGOSTINHO, Maria da Graça. *Desenvolvimento urbano de Florianópolis: o caso do Campeche*. Março de 1993. Mimeo.
- ANDRADE, Djanira Maria Martins de. *Hercílio Luz, uma ponte integrando Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1981.
- ARANTES, Otilia. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único – desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- BATISTA, G.V. A Geo-grafia: a paisagem desenhada pelos olhos dos moradores do Morro do Mocotó. *Monografia*. Bacharelado em Geografia. UFSC. Florianópolis, 2002.
- BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BERNSTEINS, Eduard. *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar e Instituto Teotônio Vilela, 1997.
- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. 2ª ed., Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1979.
- BETTELHEIM, Charles; SWEEZY, Paul. *A transição para o socialismo*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a História Catarinense*. Florianópolis: Moderna, 1912.
- BOPRÉ, Afrânio. Expansão urbana em Florianópolis: conflito entre a cidade real e a cidade legal. *Dissertação de Mestrado*. Geografia. UFSC. Florianópolis, 2003.
- BORTOLUZZI, Silvia. Caracterização das funções e padrões de uso e ocupação do solo no centro de Florianópolis – SC. *Dissertação de Mestrado*. Engenharia Civil. UFSC. Florianópolis, 2004.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CAMPOS, N. J. *Terras Comuns e Pequena Produção Açoriana na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1991.
- CARDOSO, Fernando Henrique. IANNI, Octávio. *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*. São Paulo: Nacional, 1960.
- CARLOS, Ana Fani A. (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.
- CARLOS, Ana Fani A. *A (Re)Produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A cidade. Repensando a Geografia*. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001a.
- CARR, E. H. *A Revolução Russa de Lenin a Stalin (1917-1929)*. Zahar: Rio de Janeiro, 1981.
- CARUSO, Mariléia Martins Leal. *O Desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais*. Florianópolis: UFSC, 1983.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A Sociedade em Rede*. V.1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, Iná E. et alii (org.) *Geografia conceitos e temas*. Bertrand: Rio de Janeiro, 1996.
- CECCA. *Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 1996.
- CEDEP- Centro de Educação e Evangelização Popular. *Projeto Pré-Vestibular da Cidadania*. Mimeo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Projeto Pré-Vestibular da Cidadania*. Mimeo, 2005.
- COHEN, Stephen F. *Bujarin y la revolución bolchevique*. Siglo Veintiuno: Buenos Aires, 1976.

- COPPETE, Maria Conceição. *Janelas Abertas: uma experiência de educação no Morro Mont Serrat, Florianópolis*. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, 2003.
- CORRÊA, Roberto L. Corporação e Espaço – uma nota. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 53, n. 1. IBGE: Rio de Janeiro, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Região e organização espacial*. Ática: São Paulo, 1987.
- \_\_\_\_\_. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. *Revista Território* n. 8. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- CRUZ, Olga. *A Ilha de Santa Catarina e o continente próximo: um estudo de geomorfologia costeira*. Florianópolis: UFSC, 1998.
- DAMIANI, Amélia Luisa. CARLOS, Ana Fani A. SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs.). *O espaço no fim de século – a nova raridade*. São Paulo: contexto, 2001.
- DE MARI, Cezar Luiz; GRADE, Marlene. Pré-Vestibular da Cidadania: construindo relações solidárias. I *Simpósio dos Trabalhos sobre o Maciço Central de Florianópolis*. UFSC, Florianópolis, 2002.
- DIÁRIO CATARINENSE. Incentivo para uma vida melhor. Caderno Geral, de 16 de outubro de 2005, página 35.
- DIÁRIO CATARINENSE. Cidadania: as dificuldades de quem mora nas comunidades carentes da capital. Caderno Geral, de 19 de junho de 2003, páginas 33-5.
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Nº. 17.146, página 4. de 06.05.2003.
- DIAS, Wilmar. Ensaio de Geografia Urbana. In: *Boletim Geográfico do Departamento de Geografia e Cartografia*. Florianópolis, 1947 e 1948.
- ENGELS, Friedrich. *Política*. São Paulo: Ática, 1981.
- ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. *Obras Escolhidas*. Vol.2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.
- FANTIM, Maristela. *Construindo Cidadania e Dignidade: experiências populares de Educação e Organização no Morro do Horácio*. Florianópolis: Insular, 1997.
- FARIA, Vilmar E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. *Novos Estudos Cebrap* n. 29. São Paulo: Cebrap, março de 1991.
- FÓRUM DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ. Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Disponível em: [www.projetotravessia.viabol.uol.br](http://www.projetotravessia.viabol.uol.br). Acessado em agosto de 2005.
- \_\_\_\_\_. *Central de Distribuição de Produtos Orgânicos*. Florianópolis, dezembro de 2002. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Projeto Escola Aberta*. Florianópolis, abril de 2003. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Projeto Piloto – Maciço do Morro da Cruz: uma resposta à sociedade*. Florianópolis, janeiro de 2003. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Construindo espaços de participação popular e cidadania: um processo contínuo...* Florianópolis, março de 2003. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Síntese das propostas visando levar cidadania à comunidade*. Florianópolis, s/d. Mimeo.
- GERMER, Claus. A Economia Solidária: uma crítica com base em Marx. 2005. Anais: 4º Colóquio Marx e Engels. *Centro de Estudos Marxistas (Cemarx)*, IFCH, Unicamp, 8 a 11 de novembro de 2005.
- GOMES, Horieste. *A produção do espaço geográfico no capitalismo*. São Paulo: Contexto, 1991. 2ª ed.
- GOENDER, Jacob. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.

- GRADE, Marlene. MST: luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista. *Dissertação de Mestrado*. Economia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.
- GRADE, Marlene; AUED, Idaleto Malvezzi. A busca de uma nova forma do agir humano: o MST e seu ato teleológico. *Textos e Debates*, UFRR, v. 1, n. 2, p. 41-62, 2005.
- GROH, Vilson. Labirintos de Esperança: o significado pedagógico das histórias de vida de lideranças populares na trajetória comunidade, CEDEP, orçamento participativo na cidade de Florianópolis. *Dissertação de Mestrado*. Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. (Volumes I e II). Florianópolis, 1998.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.
- HOBSBAWM, E. J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico de 2002*.
- IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis Lei n. 5055/97 – *dispõe sobre o zoneamento, uso e a ocupação do solo no Distrito Sede de Florianópolis e dá outras providências*. Florianópolis. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Plano Diretor de Florianópolis. Uso e Ocupação do Solo. Distrito Sede*. Florianópolis. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Perfil das áreas carentes: Ilha*. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis, IPUF, 1993.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Florianópolis. *Política Habitacional de Florianópolis: versão preliminar fevereiro de 2002*. Florianópolis, IPUF, 2002.
- IUNSKOWSKI, Roberto. Migrantes Caboclos em Florianópolis: trajetória de uma experiência religiosa. *Dissertação de Mestrado*, PHST, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- JORNAL COMUNITÁRIO GARAPUVU. Todas as edições de 2002 a 2004.
- KRUSENSTERN, Adam Johann Von. Ilha de Santa Catarina; *relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*; organizado por Martim Afonso Palma de Haro. Florianópolis: UFSC e Lunardelli, 1996.
- KURZ, E. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna – crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LAGO, P.F. *Florianópolis: a polêmica urbana*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes e Palavra Comunicação, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 3ª. Éd. Paris: Anthoropos, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LENIN, Vladimir Ilich. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- LINS, Hoyêdo N. *Turismo na Ilha de Santa Catarina: desenvolvimento e sustentabilidade*. Florianópolis: UFSC, mimeo, 1994.
- LIPIETZ, A. *O Capital e o seu espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- LISIANSKY, Urey. Ilha de Santa Catarina; *relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*; organizado por Martim Afonso Palma de Haro. Florianópolis: UFSC e Lunardelli, 1996.
- MACAHDO, Ewerton V. A Inserção de Florianópolis na Formação Socioespacial Brasileira Contemporânea. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (Org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Territoiral, 2003.

- MACHADO, Cláudia. Xavier. Análise Sócio-Ambiental do Morro da Mariquinha. *Monografia*. Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- MAMIGONIAN, Armem. *Atlas Geográfico de Santa Catarina*. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. Florianópolis, 1958.
- MARCON, M.T.R. A metropolização de Florianópolis. *Dissertação de Mestrado*. Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARTIN, Buber. *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira – A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo, Hucitec, 1997
- \_\_\_\_\_. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997
- \_\_\_\_\_. *Reforma Agrária – o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- MARX, Karl. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Vol.2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.
- MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d a.
- \_\_\_\_\_. Observações à margem do Programa do Partido Operário Alemão. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Vol.2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d b.
- \_\_\_\_\_. Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Vol.1. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d c.
- \_\_\_\_\_. *Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, 1969.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Sobre a Religião*. Lisboa: Edições 70, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. Lisboa: Tempo e Presença, 1974.
- MARX, Karl. O Rendimento e suas fontes: a economia vulgar. In: *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974a.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*. O processo global de produção capitalista. L. 3, vol.VI. São Paulo: Civilização Brasileira, 1974b.
- \_\_\_\_\_. *Líneas Fundamentales de la crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. Primera mitad. Barcelona: Grijalbo, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Líneas Fundamentales de la crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. Segunda mitad. Barcelona: Grijalbo, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977a.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*. O processo global de produção capitalista. L. 3, vol. IV. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*. O processo de produção do capital. L. 1, vol.II. São Paulo: Difel, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Teorias da Mais-Valia*. História Crítica do Pensamento Econômico. L.4, vol. III. São Paulo: Difel, 1985a.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*. O processo de circulação do capital. L. 2, vol.III. São Paulo: Difel, 1987.
- MARX, Karl. ENGELS, Friederich. *Manisfesto do Partido Comunista*. 7º ed. São Paulo: Global, 1988.



- MARX, Karl. Elementos Fundamentales para la crítica de la economía política (*Grundrisse*) 1857-1858. Livro 1, 16ªed. Mexico: Siglo Veintiuno editores, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*. O processo global de produção capitalista. L. 3, vol.V. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.
- \_\_\_\_\_. A Questão Judaica. In: *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Lisboa: edições 70, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*. O processo de produção do capital. L. 1, vol.I. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Miséria da Filosofia*: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família* ou A crítica da Crítica crítica. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MENDES, Edson Luiz. A Educação Física na Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó: algumas reflexões sobre a proposta pedagógica de Paulo Freire. *Monografia de Especialização Latu Senso*. Centro de Desportos. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.
- MÈSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo e Unicamp, 2002.
- MEUNIER, Mário. *Nova Mitologia Clássica: a legenda dourada*. São Paulo: Ibrasa, 1989
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia, pequena história crítica*. 17ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- PELLERIN, J.R.G.M. Tendência da evolução de urbanização no Maciço Central de Florianópolis. *Mostra do Plano de Urbanização e Preservação do Maciço Central de Florianópolis*. Florianópolis: UFSC, Laboratórios de Geoprocessamento e Análise Ambiental, 2002.
- PELUSO JUNIOR, V.A - *Aspectos Geográficos de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC/UFSC, 1991.
- PELUSO JUNIOR, V.<sup>a</sup>A – Crescimento Populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, p. 7-56, Florianópolis.
- PIMENTA, M. de C. A, PIMENTA, L.F. Habitação e Qualidade de vida Urbana no Maciço Central em Florianópolis – SC. In: *I Seminário Nacional de Impactos Sócio-Ambientais Urbanos: Desafios e Soluções*, Anais. Curitiba, 19-22 jun. 2002.
- \_\_\_\_\_. Políticas Públicas e Segregação Sócio-Espacial: o caso do Maciço Central de Florianópolis. In. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Anais. Outro Preto, 4-8 nov. 2002a.
- PREOBRAJENSKI. *A nova economia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- PROJETO TRAVESSIA. Projeto Travessia. Disponível em: [www.projetotravessia.viabol.uol.com.br](http://www.projetotravessia.viabol.uol.com.br), acessado em março de 2005.
- \_\_\_\_\_. Centro Social Marista. Florianópolis, 1999. Mimeo.
- RAMOS, Átila Alcides. *Memória do Saneamento Desterrense*. Florianópolis: Casan, 1986.
- RECH, Júlia Gonçalves. O papel da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz para a democratização e emancipação social das comunidades. *Monografia*. Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

- REGO NETO, Cândido B. ROSA FILHO, Octacílio da. *Carta Geotécnica das Encostas do Perímetro Urbano de Florianópolis*. IPUF/COPLAN (Coordenadoria de Planos e Programas), 1986.
- REGO NETO, Cândido Bordeaux. *Justificativa para a não ocupação de dunas, mangues e encostas*. Florianópolis, IPUF, 1984.
- \_\_\_\_\_. Mapa de Uso do Solo Recomendado (Morro da Cruz – Florianópolis – SC). *Dissertação de Mestrado*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1987.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. São Paulo: Edusp, 1978.
- SAITO, Silvia. Estudo analítico da suscetibilidade e escorregamentos e quedas de blocos no Maciço Central de Florianópolis – SC. *Dissertação de Mestrado*. Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.
- SANTOS, Milton. O Estado-Nação como espaço, totalidade e método. In: *Espaço e Sociedade*. Vozes: Petrópolis, 1979.
- \_\_\_\_\_. O espaço geográfico como categoria filosófica. O espaço em questão. *Terra Livre* n. 5. São Paulo: AGB, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. Hucitec: São Paulo, 1988a.
- \_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. Hucitec: São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Novos rumos da Geografia brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. SILVA, Maria Laura. *O Brasil – território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Território e Sociedade – entrevista com Milton Santos*. Entrevistadores: Odete Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SASSEN, Saskia. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SCHEIBE, L.F. et al. A pesquisa num projeto de extensão: O Plano Comunitário de Urbanização e Preservação do Maciço Central de Florianópolis. V Encontro Nacional da Anpege, *Anais*. Florianópolis, 3-5 set. 2003.
- SCHEIBE, L.F.; BUSS, M.D. Fórum das comunidades do Maciço Central de Florianópolis: Comissão de Meio Ambiente e a Percepção de Moradores. In: *I Seminário Nacional de Impactos Sócio-Ambientais Urbanos: Desafios e Soluções*, Anais. Curitiba, 19-22 jun. 2002.
- SCHEIBE, Luiz Fernando. Celebração das Águas. *A Notícia*, Florianópolis, 30 mar 2002a, v.01, p.2.
- SOUZA, Maria Izabel Porto de. Construtores de Pontes: explorando limiares de experiências em educação intercultural. *Dissertação de Mestrado*. Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.
- VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina – A Ilha*. Florianópolis: Lunardelli, 1985.
- VAZ, N.P. *O Centro Histórico de Florianópolis: espaço público do ritual*. Florianópolis: UFSC, 1991.
- VEIGA, Eliane V. *As Fortificações Catarinenses no Brasil Colônia*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1988.

VEIGA, Eliane Veras da. Processo histórico de mutação da paisagem urbana da área central de Florianópolis (1850/1930). *Dissertação de Mestrado*. História. Universidade Federal de Catarina, Florianópolis, 1990.

VIEIRA, Geraldo José. Diagnóstico de desastres naturais no Maciço Central do Morro da Cruz. Monografia. *Graduação em Geografia*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

VIRILO, Paul. *O espaço crítico e as perspectivas do tempo real*. Rio de Janeiro: 34, 1993.

## REFERÊNCIAS DA AGRECO

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: Ed. Da Unicamp, 1991.

AESC. *Atlas Escolar de Santa Catarina*. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento/Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1991.

AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral. *Acolhida na Colônia*. Disponível em [www.agreco.org.br](http://www.agreco.org.br) acessado em 10 de setembro de 2005<sup>a</sup>

\_\_\_\_\_. Santa Rosa de Lima. *Ata da Assembléia Geral* do dia 27 de dezembro de 1996a.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Agreco*, Santa Rosa de Lima, dez. 1996b.

\_\_\_\_\_. *Regimento Interno* da Agreco. Santa Rosa de Lima, 1997. 10p.

\_\_\_\_\_. *Plano de Trabalho* da Agreco: 1997-2000, Santa Rosa de Lima, 1997a. 21p.

\_\_\_\_\_. *Agroindústrias Modulares em Rede*: Anitápolis, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima/ Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

\_\_\_\_\_. *Informativo*, Santa Rosa de Lima, v. 1, n. 2, dez. 1999.

\_\_\_\_\_. *Informativo*, Santa Rosa de Lima, v. 1, n. 1, set. 1999a.

\_\_\_\_\_. *Informativo*. v.1, n.3, set. Santa Rosa de Lima, 2000.

\_\_\_\_\_. *Informativo*, Santa Rosa de Lima, v. 1, n. 2, mar. 2000a.

\_\_\_\_\_. *Informativo*, Santa Rosa de Lima, v. 1, n. 4, set. 2000b.

\_\_\_\_\_. *Projeto Vida Rural sustentável*. Florianópolis, 2000c.

\_\_\_\_\_. Agricultores familiares inauguram unidades do Projeto de Agroindústrias Modulares em Rede. Santa Rosa de Lima, ago. 2000c. *Folder*.

\_\_\_\_\_. *Informativo*, Santa Rosa de Lima, v. 2, n. 4, fev. 2001a.

\_\_\_\_\_. *Informativo*, Santa Rosa de Lima, v. 2, n. 5, jun. 2001b.

\_\_\_\_\_. *Informativo*, Santa Rosa de Lima, v. 2, n. 6, jul. 2001c.

\_\_\_\_\_. *Planejamento Estratégico Participativo*, Santa Rosa de Lima, jan./fev. 2001d.

\_\_\_\_\_. Santa Rosa de Lima. *Ata da Reunião do Conselho Deliberativo* do dia 29 de março de 2002.

\_\_\_\_\_. *Encostas da Serra Geral: um projeto de vida*. Santa Rosa de Lima, 2002/2003.

\_\_\_\_\_. *Organização e Histórico da Agreco*. Disponível: em [www.agreco.org.br](http://www.agreco.org.br), acessado em 20/08/2005.

BET Moacir; MOLINARI, A. J; BUOGO, G. *Por que o Microbacias 2*. Agropecuária Catarinense. v.13, n.3, nov., 2000. p. 36-38.

BRANDEMBURG, Alfio. *Agricultura Familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

\_\_\_\_\_. Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas. *Revista Ambiente e Sociedade*, vol.8 n. 1, Campinas Jan/jun, 2005.

CABRAL, LUIZ OTAVIO. Espaço e ruralidade no contexto de desenvolvimento voltado a agricultura familiar. *Tese de doutorado*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, março de 2004.

CASAN. *Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina*. Disponível em [www.casan.br](http://www.casan.br), acessado em julho de 2005.

COSTABEBER, J.A.; MOYANO, Eduardo. *Transição agroecológica e ação social coletiva. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. 2. ed. Porto Alegre, v. 1, n. 4, out./dez. 2000. p. 50-60.

DALL'ALBA, João L. *O vale do Braço do Norte*. Orleans: Edição do Autor, 1973.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo. Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina. Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico - *Diagnóstico Municipal de Santa Rosa de Lima* (PIDSE). Florianópolis, 1990.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. *Atlas Escolar de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991.

HASSE, Geraldo. *O Brasil da Soja – abrindo fronteiras, semeando cidades*. Porto Alegre: L & PM, Janeiro, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. *Censo Agropecuário de 1995/1996*. Disponível em: <http://www.ibge.org.br>. Acesso em junho de 2004.

\_\_\_\_\_. Cidades. *Síntese do Censo 2000 para Santa Rosa de Lima*. Disponível em: <http://www.ibge.org.br>. Acesso em 06 fevereiro 2003.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

KAUSTY, Karl. *A Questão Agrária*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KLEIN, Roberto Miguel. Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

LAAM – Laboratório de Análise Ambiental. Disponível em: [www.cfh.ufsc.br/laam](http://www.cfh.ufsc.br/laam). Acessado em agosto de 2005.

LACERDA, Tatiana Nobre. A Unidade Familiar e as Novas Funções Atribuídas à Agricultura: o caso dos agricultores ecológicos do território da Encosta da Serra Geral. 2005). *Dissertação de Mestrado*. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2005.

LAMARCHE, Huges (coord.). *A agricultura Familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: UNICAMP, vol I, 1993.

MEDEIROS, L. S., SOUSA, I. C., ALENTEJANO, P. R. P. O promissor Brasil dos assentamentos rurais. *Proposta*, n. 77, 1998.

LUZZI, Nilza. A associação dos agricultores ecológicos das encostas da Serra Geral: análise de uma experiência agroecológica. 2001. *Dissertação de Mestrado* (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

- MENASCHE, Renata. Percepções e Projetos: agricultura familiar em mudança, o caso da região de Santa Rosa, noroeste do Rio Grande do Sul. *Dissertação*. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.
- MULLER, Jovânia Maria. Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições (o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima). 2001. *Dissertação* (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- PAULILO, Maria Ignez. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos – o caso de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1990.
- PELUSO JÚNIOR, Victor. A colonização alemã na área fronteiriça à Ilha de Santa Catarina: observações geográficas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, n. 2, 1980. p. 131-145.
- PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.
- SACHS, Ignacy. *Do Crescimento Econômico ao Ecodesenvolvimento*. Disponível em: [www.cfh.ufsc.br](http://www.cfh.ufsc.br), acessado em agosto de 2005.
- \_\_\_\_\_. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento e da Fazenda. *Anuário Estatístico de Santa Catarina*. Florianópolis, 2000.
- SANTOS, Evelise E. *A Agricultura no Estado de Santa Catarina*. Chapecó: Grifos, 1999a.
- SCHMIDT, W. e PAULILO, M.I.S. *Agricultura e espaço rural em Sta Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2003.
- SCHMIDT, Wilson, et alii. Associativismo e cooperativismo: o Terceiro Setor no Desenvolvimento Rural Catarinense. In: VIEIRA, P. F. (org.). *A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento*. Florianópolis, APED, 2002. p. 59-112.
- SCHMIDT, Wilson. A construção social de um território; a ação da Agreco nas Encostas a Serra Geral. In: LAGES, V. Braga; MORELLI, G. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Damará, Brasília: SEBRAE, 2004. p.329-350.
- SCHMIDT, Wilson. A municipalização do ensino fundamental em dois pequenos municípios rurais de Santa Catarina: Anitápolis e Santa Rosa de Lima (1987 a 1995). 2000. 189 f. *Tese* (Doutorado de História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.
- SCHMIDT, Wilson. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 62-73, jan./mar. 2001.
- SCHMIDT, Wilson; SCHMIDT, Wilson. *A merenda escolar e o projeto de desenvolvimento das Encostas da Serra Geral catarinenses*; ligação entre construções de oportunidades no espaço rural e no meio urbano. Disponível em [www.agroecologia.com.br](http://www.agroecologia.com.br), acessado em março de 2004.
- SCHMIDT, Wilson; SCHMIDT, Wilson; TURNES, Valério A. Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um território nas Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina. In: PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (orgs.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 287-308.
- SDM/SC. *Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico*. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDM/AMARP. Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

- SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim: um estudo do desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- TAGLIARI, Paulo Sérgio. Merenda orgânica chega nas escolas catarinenses. *Revista Agropecuária Catarinense*, v. 15, n. 2, jul. 2002. p. 31-36.
- VANDRESEN, Círio. *A Merenda Orgânica: como política pública para a agricultura familiar*. Dissertação. Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.
- WOORTMANN, Klass. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico*. Brasília: UnB, n. 87, 1990. p.11-73.

## REFERÊNCIAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

- ADS/CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Agências de Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, jun. 1999.
- ADS/CUT. *Levantamento das organizações que operam políticas de financiamento e apoio a cooperativas e microempresas*. Levantamento ao debate de estruturação da Agência de desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores. São Paulo, 1999.
- ARRUDA, Marcos. *Sócioeconomia Solidária: desenvolvimento de baixo para cima*. Rio de Janeiro: Ed. PACS, 1998.
- BARAÚNA, M. (cord.) *Economia de Comunhão e Movimento Econômico: desenvolvimento e perspectivas*. Vargem Grande Paulista: Ed. Cidade Nova, 2000.
- BERTUCCI, Ademar. Limites e possibilidades de organização dos excluídos: os projetos comunitários da Cáritas Brasileira. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.
- BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BRANDÃO, M. R., A chamada economia popular em debate. *Cadernos do CEAS*, n. 153, 1994.
- BRITO, M., PEREIRA, P. Em defesa de uma racionalidade alternativa. *Tempo e Presença*, n. 288, 1996.
- CARBONARI, P. C. *Economia popular e solidária: possibilidades e limites*. Passo Fundo: s.n., 1999. Disponível em: [www.redesolidaria.com.br](http://www.redesolidaria.com.br), acessado em setembro de 2002.
- CÁRITAS BRASILEIRA. *Sobrevivência e cidadania; avaliação qualitativa dos projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira*. Brasília: UNB, 1995.
- CHAVES, R. *Economía política de la economía social: una revisión de la literatura económica reciente*. Ciriéc-España, n. 25, 1997.
- COLE, G.H.D. *História del pensamiento socialista: marxismo y anarquismo 1850-1890*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1958. Vol. II
- \_\_\_\_\_. *História del pensamiento socialista: la Segunda Internacional 1889-1914*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1959. Vol. III.

- \_\_\_\_\_. *História del pensamento socialista: comunismo y socialdemocracia 1914-1931*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1962. Vol. VI.
- \_\_\_\_\_. *História del pensamento socialista: socialismo y fascismo 1931-1939*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1963. Vol. VII.
- CORAGGIO, José Luis. *Desarrollo Humano, Economía Popular y Educación*. Buenos Aires: Instituto de Estudios y Acción Social, 1994.
- \_\_\_\_\_. La relevancia del desarrollo regional en un mundo globalizado. *Revista de Ciências Sociais*, n. 159, 2001.
- \_\_\_\_\_. *La propuesta de economía solidaria frente a la economía neoliberal*. Disponível em [www.alainet.org.ative.show](http://www.alainet.org.ative.show), acessado em agosto de 2002.
- \_\_\_\_\_. Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. *Proposta*, n. 72, p. 30-38, 1997. Disponível em: [www.fronesis.org](http://www.fronesis.org), acessado em agosto de 2002a.
- \_\_\_\_\_. *El naciente mercado de la información y el conocimiento*. Disponível em [www.alainet.org.ative.show](http://www.alainet.org.ative.show), acessado em 31 de agosto de 2003a.
- \_\_\_\_\_. *Política social y el enfrentamiento a la pobreza*. Disponível em [www.alainet.org.ative.show](http://www.alainet.org.ative.show), acessado em agosto de 2003b.
- \_\_\_\_\_. *Economia social e solidária*. Disponível em [www.prefeitura.sp.gov.br/urbis](http://www.prefeitura.sp.gov.br/urbis), acessado em agosto de 2003c.
- \_\_\_\_\_. *La promoción del desarrollo económico en las ciudades: el rol de los gobiernos municipales*. Disponible em [www.urbared.ungs.edu.ar](http://www.urbared.ungs.edu.ar), acessado agosto de 2003d.
- \_\_\_\_\_. *La Economía Social como via para outro desarrollo social*. Disponível em [www.urbared.ungs.edu.ar](http://www.urbared.ungs.edu.ar), acessado em agosto de 2005.
- COSTA, Beatriz; LARA, Francisco (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CUT. *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT, 1999.
- D'ORFEUIL, Henry Rouillé. *Economia Cidadã – Alternativas ao neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- DAL RI, Neusa M. (Org.). *Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.
- DEFOURNY, Jacques. Coopératives de Production et Entreprises Autogerées: Une Synthèse du Débat Sur les Effets Économiques de la Participation. *Mondes en Développement*, v. 16, n. 61, 1988.
- \_\_\_\_\_, FRAVEAU, Louis., LAVILLE, Jean-Louis. (Orgs). *Inserción y nueva economía social: un balance internacional*. Valencia: CIRIEC, 1998.
- DESROCHE, H. *Pour un traité d'économie sociale*. Paris: Coopérative d'Information et d'edition mutualiste, 1983.
- FARIA, A., NAKANO, M. Empresas autogestionárias: uma alternativa diante do desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, v. 11, n. 4, 1997.
- FERNANDES, R. C. O que é terceiro setor? In: IOSCHPE, E. (Org.). *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.25-34, 1997.
- GAIGER, Luiz I. Sobrevivência e utopia. Os projetos alternativos comunitários no RS. UNISINOS, *Cadernos CEDOPE* (Série Movimentos Sociais e Cultura, 10), 1994.
- \_\_\_\_\_. As microexperiências populares: novas malhas de um tecido social? *Tempo e Presença*, n. 282, 1995.

- \_\_\_\_\_. Subordinação ou cidadania. Os dilemas da mudança cultural nos projetos alternativos comunitários. *Cadernos do CEAS*, 157, 1995a.
- \_\_\_\_\_. As microexperiências populares: novas malhas de um tecido social? *Tempo e Presença*, XVII(282): 11-13, 1995b.
- \_\_\_\_\_. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: UNISINOS, p. 101-126, 1996.
- \_\_\_\_\_. A Solidariedade como alternativa econômica para os pobres. *Contexto e Educação*, n. 50, 1998.
- \_\_\_\_\_. et al. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. *Cadernos CEDOPE – Série Movimentos Sociais e Cultura*. n. 15, 1999a.
- \_\_\_\_\_. O trabalho ao centro da economia popular solidária. *XXIII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 1999b.
- \_\_\_\_\_. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- \_\_\_\_\_. Sentido e possibilidades da economia hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel. E COSTA, Beatriz. E LARA; Francisco (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000a.
- \_\_\_\_\_. Significados e tendências da economia solidária. In: *CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT, 1999.
- \_\_\_\_\_. As organizações do terceiro setor e a economia popular solidária. *Revista de Ciências Sociais*, n. 159, 2001.
- \_\_\_\_\_. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antonio David. *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- GOMES, R. *Construindo uma sócioeconomia popular e solidária no Brasil*. Disponível em: [www.redesolidaria.com.br](http://www.redesolidaria.com.br), acessado em agosto de 2002.
- \_\_\_\_\_. Construindo a Socioeconomia Popular e Solidária no Brasil. In: *Cartilha Alternativa Concreta de Radicalização da Democracia, Desenvolvimento Humano, Solidário e Sustentável*, Porto Alegre, 2002. Disponível em: [www.redesolidaria.com.br](http://www.redesolidaria.com.br), acessado em setembro de 2002a.
- GONÇALVES, Carlos Walter. *Os (Des)Caminhos do meio ambiente*. 8ª. Ed., São Paulo: Contexto, 2001.
- GRUPO DE TRABALHO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA CUT. A agência de desenvolvimento solidário. In: *CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT, 1999.
- GUERRA, P. A. Elementos para uma economia da solidariedade. *Renovação*, n. 312, 1997.
- GUIMARÃES, Gonçalo. (org.). *Sindicalismo e cooperativismo*. A economia solidária em debate. Transformações no mundo do trabalho. Rio de Janeiro/São Paulo: COOPE/UFRJ, UNITRABALHO, 1999.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Integrar Cooperativas*. Rio de Janeiro/São Paulo: UNITRABALHO, 1999a.
- HOLZMAN, L. Operários sem patrões. São Paulo: USP, 1992. *Tese Doutorado em Sociologia* - Universidade de São Paulo.



- HOUTART, François. A economia solidária em seu contexto geral. *Revista de Ciências Sociais*, n. 159, 2001.
- INCUBADORA TECNOLÓGICA de cooperativas populares. *Ossos do Ofício*. Rio de Janeiro: FINEP, 1998.
- JESUS, Paulo de. Inserção pelo trabalho e outras tendências da Nova Economia Social da Europa. *Revista de Ciências Sociais*, n. 159, 2001.
- KLUG, Heinz. Comunidade, propriedade e garantias na África do Sul rural: oportunidades emancipatórias ou estratégias de sobrevivência marginalizadas? In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LARAÑA, I. Economía alternativa en el sistema capitalista. *Revista de Fomento Social*, n. 51, 1996.
- LAVILLE, Jean-Louis (Dir.). *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Economie et solidarité: linéaments d'une problématique*. In: SAUVAGE, P. et al. *Réconcilier l'Économique et le Social*. Paris: OCDE, 1996.
- LECHAT, Nöele M. P. Economia moral: um conceito bom para pensar economia solidária? *Revista de Ciências Sociais*, n. 159, 2001.
- LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura – racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Edifurb, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.
- LISBOA, Armando. A economia popular como horizonte para as sociedades sem rumo. *Tempo e Presença*, 288: 14-17, 1996.
- \_\_\_\_\_. Os desafios da economia popular solidária. *Revista Perspectiva Econômica* - v. 35, n. 111, jul-ago 2000, (Série Cooperativismo, n. 48) - UNISINOS.
- \_\_\_\_\_. A sócioeconomia solidária diante da grande transformação. *Revista de Ciências Sociais*, n. 159, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Desordem do trabalho, economia popular e exclusão social*. Disponível em: [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br), acessado em agosto de 2002.
- \_\_\_\_\_. *Os desafios da economia popular solidária*. Disponível em [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br), acessado em agosto de 2002a.
- LOPES, P. R. C. Recolocando a polêmica em torno da colaboração solidária. *CEPAT*, n. 49, 1999. Disponível em: [www.redesolidaria.com.br](http://www.redesolidaria.com.br), acessado em agosto de 2002.
- MAGALHÃES, Reginaldo S. TODESCHINI. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. *Seminário Nacional de Economia Solidária*, CUT, setembro de 1999. Disponível em: [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br), acessado em agosto de 2002.
- MAGALHÃES, Reginaldo S. *A nova economia do desenvolvimento local*. CUT, UNITRABALHO, DIEESE, 2000. Disponível em: [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br), acessado em agosto de 2002.
- MANCE, Euclides A. A colaboração solidária como uma alternativa à globalização capitalista. *Revista Missioneira*, n.16, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. A consistência das redes solidárias. *Revista de Ciências Sociais*, n. 159, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A colaboração solidária: compreendendo, transformando e conectando o que já existe*. Disponível em: [www.aol.com.br/mance/rede.htm](http://www.aol.com.br/mance/rede.htm), acessado em julho de 2002.

\_\_\_\_\_. *A. Considerações a cerca de rede global de trocas iniciada na Argentina.* Disponível em: [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br), acessado em julho de 2002a.

\_\_\_\_\_. *Redes de Colaboração Solidária – aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação.* Petrópolis: Vozes, 2002.

MELO, Alberto. A ação local dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MENDONÇA, Sérgio. O mercado de trabalho brasileiro e as possibilidades da economia solidária. In: CUT BRASIL. *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT.* São Paulo: CUT, 1999. p. 43-50.

NUÑEZ, Orlando. Os caminhos da revolução e a economia solidária. *Proposta*, n. 75, 1997/1998. Disponível em: [www.alternex.com.br/~pacs/text/sendero.htm](http://www.alternex.com.br/~pacs/text/sendero.htm), acessado em julho de 2002.

NYSENS, Marthe. Economie populaire au sud, économie sociale au nord: des germes d'économie solidaire. In: SAUVAGE, P. et al. *Réconcilier l'économique et le social.* Paris: OCDE, 1996.

PAEZA, L. La economia solidária, una alternativa frente ao neoliberalismo. *Revista Iberoamericana de Autogestion y Acción Comunal*, n. 31, 1997.

PEIXOTO, José A., *Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão.* COOPE/UFRJ: Rio de Janeiro, 1999.

PINHO, Diva Benevides. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro.* São Paulo: CNPQ, 1982 (Manual de cooperativismo, v. 1).

\_\_\_\_\_. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista.* São Paulo: Pioneira, 1965. 2ª. ed.

\_\_\_\_\_. *Economia e Cooperativismo.* São Paulo: Saraiva, 1997.

\_\_\_\_\_. (org.). *As grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro.* Brasília: OCB/Coopercultura, 1991. Vol. I e II.

PRIMAVERA, Heloisa. La moneda social de la red global de trueque en Argentina: barajar y dar de nuevo en el juego social? *Seminário Internacional Globalisation of Financial Markets and its Effects on the Emergin Coutries*, 1999, Santiago. Disponível em: [www.clacso.edu.ar](http://www.clacso.edu.ar), acessado em julho de 2002.

\_\_\_\_\_. *Política social, imaginación y coraje: reflexiones sobre la moneda social.* Santiago. Disponível em: [www.clacso.edu.ar](http://www.clacso.edu.ar), acessado em julho de 2002a.

\_\_\_\_\_. Unicornios: entre la utopía y la responsabilidad social. La experiencia de la Red Global de Trueque em Argentina. *Segunda Jornada Nacional de Trueque Multireciproco*, 1998, Buenos Aires. Disponível em: [www.clacso.edu.ar](http://www.clacso.edu.ar), acessado em julho de 2002b.

QUIJANO, Aníbal. *La economía popular y sus caminos en América Latina*, Mosca: Azul Editores, 1998.

\_\_\_\_\_. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RAZETO, Luis. *Economia Popular de Solidaridad: identidad y proyecto en una visión integradora.* Santiago: Programa de Economía Del Trabajo, 1990.

\_\_\_\_\_. *Modelos organizativos de talleres laborales.* Santiago: Imprenta CRAN Ltda, 1990a.

\_\_\_\_\_. *Las empresas alternativas.* Tocornal: SRV Impressos, 1990b.

- \_\_\_\_\_. *Los Caminos de la Economía de Solidaridad*. Santiago: Vivarium, 1993.
- \_\_\_\_\_. Economia de solidariedade e organização popular. In GADOTTI, M. e GUTIERREZ, F. (Orgs.) *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, p. 34-58 (Col. Questões da Nossa Época, 25), 1993.
- \_\_\_\_\_. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. *Proposta*, n. 75, 1997/1998.
- \_\_\_\_\_. *El "Factor C": la fuerza de la solidaridad en la economía*. Disponível em [www.neticoop.org.uy](http://www.neticoop.org.uy), acessado em outubro de 2002.
- \_\_\_\_\_. *La racionalitat Económica de l'economia de la solidaritat*. Disponível em [www.pangea.org](http://www.pangea.org), acessado em outubro de 2002a.
- \_\_\_\_\_. *El trueque y los dineros alternativos*. Disponível em [www.neticoop.org.uy](http://www.neticoop.org.uy), acessado em outubro de 2002b.
- \_\_\_\_\_. *La economía de solidaridad: concepto, realidad y proyecto*. Disponível em [www.neticoop.org.uy](http://www.neticoop.org.uy), acessado em outubro de 2002c.
- \_\_\_\_\_. *Pobreza, desarrollo y economía de solidaridad*. Disponível em [www.neticoop.org.uy](http://www.neticoop.org.uy), acessado em outubro de 2002d.
- \_\_\_\_\_. *Centralidad Del trabajo y economía de solidaridad*. Disponível em [www.neticoop.org.uy](http://www.neticoop.org.uy), acessado em outubro de 2002e.
- \_\_\_\_\_. *La dimensión económica Del tercer sector en América Latina*. [www.neticoop.org.uy](http://www.neticoop.org.uy), acessado de outubro de 2002f.
- \_\_\_\_\_. *Des alternatives populares em gestation?* Disponível em [www.netwokcultures.net](http://www.netwokcultures.net), acessado em outubro de 2002g.
- RESENDE, Paulo Edgar A. E PASSETTI, Edson (org.). *Proudhon*. São Paulo: Ática, 1986.
- RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.
- RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza. E RODRÍGUEZ, César. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SAUVAGE, P. et al. *Réconcilier l'économique et le social*. Paris: OCDE, 1996.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SETHI, Harsh. Swadeshi e debate na Índia. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SILVA, Teresa Cruz e. União Geral de Cooperativas em Moçambique: um sistema alternativo de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, Paul. Desafio à solidariedade. In: GUIMARÃES, Gonçalo. *A economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho*. São Paulo: Unitrabalho, s/d.
- \_\_\_\_\_. A Cooperativa é uma empresa socialista. In: GUIMARÃES, Gonçalo. *A economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho*. São Paulo: Unitrabalho, s/d a.
- \_\_\_\_\_. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- \_\_\_\_\_. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. *Proposta*, n. 72, 1997.

- \_\_\_\_\_. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998a.
- \_\_\_\_\_. Cooperativismo e sindicatos no Brasil. In: CUT BRASIL. *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT, 1999.
- \_\_\_\_\_. Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão. In: Democracia e autogestão. *Revista Temporaes*. São Paulo: Humanitas, USP, 1999a.
- \_\_\_\_\_. Possibilidades da economia solidária no Brasil. In: CUT BRASIL. *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT, 1999b.
- \_\_\_\_\_. Economia dos Setores Populares: propostas e desafios, questões debatidas. In: *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. KRAYCHETE, Gabriel, et al. (Org.) Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo (Orgs.). *A economia solidária no Brasil – autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000a.
- \_\_\_\_\_; MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000b.
- \_\_\_\_\_. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo (Orgs.) *A economia solidária no Brasil – autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000c.
- \_\_\_\_\_. Economia Solidária: Mondragon uma experiência de cooperação autogestionária. In: PONTE JR., Osmar de Sá. (Org.) *Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2000d.
- \_\_\_\_\_. *Cooperativismo e sindicatos no Brasil*. Disponível em: [www.ilea.ufrgs.br/unitrab](http://www.ilea.ufrgs.br/unitrab), acessado em setembro de 2002.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002a.
- \_\_\_\_\_. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.
- \_\_\_\_\_. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David. (Org.) *A Outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- SOUZA, C. Projetos econômicos: ponto de fissão entre agências e organizações do movimento popular. *Cadernos do CEAS*, 120: 44-54, 1989.
- SOUZA, Marcelo Lopes. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. *Revista Território* n. 8. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.
- SOUZA, A. R. A economia solidária de empreendimentos comunitários em São Paulo. In: *IX Congresso Brasileiro de Sociologia*, Porto Alegre, 1999a.
- TIRIBA, Lia A. Os trabalhadores, o capitalismo e a propriedade coletiva como estratégia de sobrevivência e de sociedade: rastreando o debate histórico. *Cooperativismo y Economía Social*, n. 15, 1997.
- \_\_\_\_\_. Economia popular e cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado, In: Frigotto, G. (Org.), *Educação e Crise do Trabalho. Perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Economía popular y crisis del trabajo asalariado: de las estrategias de supervivencia a la producción de una nueva cultura del trabajo. *Tese de Doutorado* - Universidade Complutense de Madrid. 1999.

\_\_\_\_\_. Economía popular y movimientos populares: y una vez más el trabajo como principio educativo. *Contexto e Educação*, n. 54, 1999a.

\_\_\_\_\_. *Economia popular e cultura do trabalho*. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

\_\_\_\_\_. A economia solidária no contexto da economia moral das mmultidões (os sindicalistas entram em campo). In *Movimento: revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense*, núm. 4 (setembro 2001). Niteroi: Intertexto: 2001a.

VAINER, Carlos. O Presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, Gonçalo. (Org.). *A economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho*. São Paulo: Unitrabalho, s/d.

VIEITEZ, Cândido, MARIA, C. G. La economía social en Brasil. *Revista de economia pública, social y cooperativa*, n. 30, 1998.

VILLASANTE, Tomás. R. *Redes e Alternativas – estratégias e estilos criativos na complexidade social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

ZAMPOLO, Almir. O estudo da arte em autogestão: um estudo exploratório. São Paulo, 2000. *Dissertação de Mestrado* - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.